

**TRANSFORMAÇÕES
NA EMIGRAÇÃO BRASILEIRA
PARA PORTUGAL
DE PROFISSIONAIS A TRABALHADORES**

FILIPA PINHO



ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES



**GOVERNO DE
PORTUGAL**

**TRANSFORMAÇÕES NA EMIGRAÇÃO
BRASILEIRA PARA PORTUGAL
DE PROFISSIONAIS A TRABALHADORES**

Filipa Pinho

TRANSFORMAÇÕES NA EMIGRAÇÃO BRASILEIRA
PARA PORTUGAL - DE PROFISSIONAIS A TRABALHADORES

Biblioteca Nacional de Portugal - Catalogação na Publicação

PINHO, Filipa

Transformações na emigração brasileira para Portugal - de profissionais a trabalhadores. - 1ª ed. - (Teses ; 44)

ISBN 978-989-685-063-0

CDU 314

PROMOTOR
OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES
www.oi.acidi.gov.pt

APOIO
FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Ministério da Ciência e do Ensino Superior
www.fct.pt

AUTORA
Filipa Pinho
pinho.filipa@gmail.com

EDIÇÃO
ALTO-COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES (ACM, I.P.)
RUA ÁLVARO COUTINHO, 14, 1150-025 LISBOA
TELEFONE: (00351) 21 810 61 00 FAX: (00351) 21 810 61 17
E-MAIL: acm@acm.gov.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA
VMCDDESIGN - Produções Gráficas e Web, Lda.

PRIMEIRA EDIÇÃO

ISBN
978-989-685-063-0

LISBOA, DEZEMBRO 2014

Tese de Doutoramento em Sociologia
Autora: Filipa Pinho
Orientador: Professor Doutor Rui Pena Pires
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Fevereiro 2012

ÍNDICE

PREFÁCIO	11
NOTA PRÉVIA	14
RESUMO	15
ABSTRACT	16
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I - AS MIGRAÇÕES COMO OBJETO SOCIOLÓGICO	23
1. DEFINIÇÕES CONCEPTUAIS E DIMENSÕES DE ANÁLISE	24
2. TEORIAS SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E NÍVEIS DE ANÁLISE	28
3. REDES, CAPITAL SOCIAL, E MIGRAÇÃO	45
CAPÍTULO II - AS MIGRAÇÕES DE TRABALHO	73
1. PROCESSOS DE SEGMENTAÇÃO	74
2. RECRUTAMENTO, MERCADO DE TRABALHO, E REDES	83
3. POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO	90
CAPÍTULO III - AS MIGRAÇÕES NA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA	106
1. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E PERÍODOS DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS	106
2. O SISTEMA EUROPEU	112
3. SISTEMA NORTE-AMERICANO DE MIGRAÇÕES: OS EUA	122
4. AMÉRICA LATINA E AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	127

5. O CASO DO BRASIL NAS MIGRAÇÕES LATINO-AMERICANAS	130
6. PORTUGAL E AS MIGRAÇÕES: DA EMIGRAÇÃO À IMIGRAÇÃO	136
CAPÍTULO IV - A EMIGRAÇÃO BRASILEIRA PARA PORTUGAL	150
1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	156
2. FATORES DE REPULSÃO E ATRAÇÃO BRASIL E PORTUGAL	165
3. CONTEXTO E SUMÁRIO DAS POLÍTICAS DE REGULAÇÃO DAS MIGRAÇÕES EM PORTUGAL	176
4. ACORDOS BILATERAIS E A SINGULARIDADE DO ESTATUTO DE IMIGRANTE BRASILEIRO	181
5. IRREGULARIDADE E REGULARIZAÇÕES DOS MIGRANTES	186
6. OUTRAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: REAGRUPAMENTO FAMILIAR E NACIONALIDADE	203
7. A POPULAÇÃO BRASILEIRA IMIGRADA E A MIGRAÇÃO LABORAL	207
CAPÍTULO V - DO BRASIL PARA PORTUGAL: TRABALHO, INTERMEDIÁRIOS E REDES	222
1. OS IMIGRANTES ENTREVISTADOS	223
2. A REORIENTAÇÃO DA ROTA DA EMIGRAÇÃO MINEIRA PARA OS EUA	231
3. O CONHECIMENTO VALORIZADO SOBRE PORTUGAL: AS DIFERENÇAS SALARIAIS	237
4. AS RAZÕES PARA A EMIGRAÇÃO E O “ACASO” DE SE CONHECER EMIGRANTES	244
5. AS REDES SOCIAIS NA INTERNET	252
6. FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO INCITAMENTO À MIGRAÇÃO IRREGULAR	255
7. MERCADO DE TRABALHO SECUNDÁRIO, PERCURSO PROFISSIONAL E REDES	263

8. ATIVAÇÃO DAS REDES: O INSUCESSO E O FECHAMENTO	276
9. MODALIDADES DE INTEGRAÇÃO	281
10. TEMAS RECENTES DE INVESTIGAÇÃO	296
CONCLUSÕES	304
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	313
FONTES	336
ANEXOS	348
 ÍNDICE DE QUADROS	
Quadro 3.1 - <i>Stock</i> de imigrantes na Europa, por sub-região, 1995 e 2005	113
Quadro 3.2 - Residentes nos EUA nascidos no estrangeiro, por região de nascimento, 2000	124
Quadro 3.3 - Autorizações de residência permanente legal nos Estados Unidos, por região e país de origem, 2003 e 2008	125
Quadro 3.4 - População residente, por país de nascimento, em países seleccionados da América Latina, 1960-c.2000	129
Quadro 3.5 - Residentes nos EUA nascidos no Brasil, por estatuto legal e período de entrada, 2000	133
Quadro 3.6 - População estrangeira residente, por nacionalidade, 2006-2008	139
Quadro 3.7 - População estrangeira residente, por nacionalidade, 1981, 1991 e 2001	140
Quadro 3.8 - População com nacionalidades dos PALOP, ativa e a exercer profissão, por grupo profissional, censos 1981, 1991 e 2001	142
Quadro 3.9 - População com nacionalidade dos PALOP ativa e a exercer profissão, por ramo de actividade, 1981, 1991 e 2001	143
Quadro 3.10 - População com nacionalidades dos países da UE (15) ativa e a exercer profissão, por grupo profissional, 1981, 1991 e 2001	144

Quadro 3.11 - População com nacionalidades dos países da UE (15) ativa e a exercer profissão, por ramo de actividade, 1981, 1991 e 2001	146
Quadro 3.12 - População da Europa de Leste ativa e a exercer profissão, por grupo profissional, 2001	147
Quadro 3.13 - População com nacionalidades de países da Europa de Leste seleccionados ativa e a exercer profissão, por ramo de actividade, 2001	148
Quadro 3.14 - População com nacionalidades de países da Europa de Leste seleccionados, por distrito e região de residência, 2001	149
Quadro 4.1 - Repartição do rendimento no Brasil e em Portugal, 1972-2007	167
Quadro 4.2 - Indicadores de desenvolvimento humano, 1965-2007	169
Quadro 4.3 - Inflação, 1965-2008	174
Quadro 4.4 - Taxa anual de desemprego, no Brasil e em Portugal, 1986-2008	175
Quadro 4.5 - População de naturalidade brasileira por nacionalidade, 1981, 1991 e 2001	211
Quadro 4.6 - População de naturalidade brasileira por condição perante o trabalho, 1981, 1991 e 2001	212
Quadro 4.7 - População de naturalidade brasileira ativa e a exercer profissão, por ramo de actividade, 1981, 1991 e 2001	214
Quadro 4.8 - População de naturalidade brasileira ativa e a exercer profissão, por situação na profissão, 1981, 1991 e 2001	216
Quadro 4.9 - População de naturalidade brasileira (em idade) ativa, por nível de instrução concluído, 1981, 1991 e 2001	217
Quadro 4.10 - População de naturalidade brasileira por sexo, 1981, 1991 e 2001	219
Quadro 4.11 - Remessas de migrantes do Brasil 1996-2008	221
Quadro 5.1 - Síntese do percurso migratório e profissional dos imigrantes entrevistados	227
Quadro 5.2 - Pontes entre redes em Portugal e Brasil	246

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 - Autorizações de residência permanente nos Estados Unidos concedidas a imigrantes brasileiros, por ano fiscal, 1998-2008	133
Gráfico 4.1- População brasileira e estrangeira residente em Portugal, 1988-2008	153
Gráfico 4.2 – Imigrantes brasileiros em Portugal, 1960-2008	155
Gráfico 4.3 - Distribuição regional das origens dos emigrantes portugueses, 1953-1963, dos imigrantes brasileiros, 1981 e 1991, e da totalidade dos imigrantes, 1991, por regiões	210
Gráfico 4.4 - Distribuição regional dos imigrantes brasileiros, 2001 e 2008	210
Gráfico 4.5 - Grupos profissionais da população ativa de naturalidade brasileira, 1981, 1991 e 2001	214
Gráfico 4.6 - População de naturalidade brasileira, grupos etários, 1981, 1991 e 2001	218

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 5.1 - Mapa das 27 unidades federativas brasileiras	232
---	-----

PREFÁCIO

A imigração brasileira em Portugal é antiga, heterogénea e com uma história recente de crescimento apenas interrompido com a crise de 2007 e as políticas de austeridade dos últimos anos. Esta história, porém, é mais o encadeamento de diferentes histórias, com relações mínimas entre si, do que uma narrativa de simples crescimento dos fluxos de pessoas entre dois espaços nacionais: Brasil e Portugal.

Antes de 1974, a nacionalidade brasileira era a segunda mais representada entre os (poucos) estrangeiros a residir em Portugal. Tratava-se de uma pequena população com origem em movimentos de regresso de portugueses emigrados no Brasil, bem como de migrações de brasileiros possibilitadas pelos canais abertos com a presença de portugueses no Brasil. Em suma, a imigração brasileira para Portugal era, à época, a contracorrente minoritária desencadeada pela grande migração portuguesa para o Brasil nas décadas anteriores.

Depois de 1974, e sobretudo depois da adesão de Portugal à então CEE, cresce uma nova emigração do Brasil para Portugal. Beneficiando, numa fase inicial, dos efeitos de rede produzidos pela contracorrente anterior, esta nova imigração ganha rapidamente vida própria, isto é, torna-se autossustentada pelos seus próprios efeitos de rede. Atraídos pela nova imagem de Portugal como país-membro da Europa mais desenvolvida, amplamente mediatizada no Brasil, chegam a Portugal em número crescente milhares de brasileiros que assim procuram escapar à insegurança gerada pela hiper inflação e a violência urbana. Esta nova migração dirige-se sobretudo para área metropolitana de Lisboa e é maioritariamente composta por profissionais qualificados.

A segunda migração brasileira para Portugal é interrompida pelos efeitos estabilizadores do controlo da inflação iniciado com sucesso por Fernando Henriques Cardoso, primeiro como ministro das Finanças, depois como Presidente da República Federativa do Brasil. É pois com alguma surpresa que cientistas sociais e público em geral assistem, na viragem do século, ao que aparecia como uma retoma rápida da imigração brasileira. Em rigor, porém, tratou-se menos da retoma de um fluxo já existente e muito mais da emergência de uma nova corrente migratória com origem no Brasil mas, uma vez mais, com uma história independente da que as precederam e com características distintas.

Iniciada, ao que tudo indica, pelo desvio de parte da emigração brasileira menos qualificada para os EUA, na sequência dos processos de maior fechamento da fronteira

no pós-11 de setembro, esta nova migração tem, no Brasil, origens geográficas e sociais completamente diferentes das anteriores. Muito concentrado, na origem, no Estado de Minas Gerais, e composto sobretudo por ativos pouco qualificados, o novo fluxo migratório é viabilizado, em Portugal, pelo crescimento das atividades da construção e obras públicas desde finais dos anos 1990, bem como por transformações radicais nos setores do comércio, com a emergência da grande distribuição, e do turismo, sobretudo com o crescimento das atividades de restauração.

Olhando, retrospectivamente, para esta história migratória entre Portugal e o Brasil, ressalta claramente que a origem nacional comum dos migrantes que a protagonizaram cria um efeito ilusório de continuidade que, pura e simplesmente, não existe. Em rigor, não deveríamos falar de imigração brasileira, mas de migrações brasileiras tão diferentes entre si como o são outras migrações para Portugal de outros espaços nacionais. Migrações em grande parte consecutivas, com configurações geográficas e sociais muito diferentes e com fracas relações entre si.

A tese de doutoramento de Filipa Pinho agora publicada constitui, certamente, a mais completa investigação até hoje realizada sobre esta história. É uma investigação que integra uma já longa linha de pesquisas da autora, ao longo do seu percurso académico, sobre as migrações do Brasil para Portugal. Nas dissertações de licenciatura e de mestrado, cujas conclusões fundamentais foram incorporadas na presente tese, a autora focou-se na emergência da migração brasileira dos anos 1980 e 1990 a partir da contracorrente anterior, no quadro do processo de adesão de Portugal à CEE. No âmbito da investigação de mestrado, a autora deu particular atenção aos efeitos que teve no Brasil a mediatização daquele processo sobre a iniciação do fluxo de profissionais que passaram a emigrar para Portugal.

Na tese que agora se publica, o foco foi colocado na análise dos múltiplos efeitos de rede que, combinados, estiveram na origem do mais recente fluxo migratório do Brasil para Portugal. Efeitos no plano da constituição das oportunidades de migração resultantes da existência de processos de recrutamento no destino aproveitando os canais de comunicação suportados pelas redes interpessoais entre Portugal e Brasil. Efeitos no plano do suporte aos custos e procedimentos da viagem e da entrada em Portugal pelo cruzamento entre aquelas redes e as redes do negócio da emigração. Efeitos, por fim, de suporte dos processos de integração, e em seguida da própria deslocação, por via das redes intramigrantes rapidamente constituídas no destino. Este foco na análise de redes e da sua contribuição para a explicação das migrações foi suportado por um extenso trabalho de revisão e discussão bibliográfica particularmente útil para a realização de novas investigações.

A ampla informação que a autora recolheu, sistematizou, analisou e apresenta ao longo da tese, seja a de natureza documental e estatística, seja sobre as redes intramigrantes, seja, finalmente, sobre os percursos e razões dos seus entrevistados constitui um recurso cuja utilidade não se esgota na tese que suportou. Com a publicação da tese passa a constituir um fundo informativo sobre a imigração brasileira que será certamente mobilizado para o seu estudo e a preparação de novas investigações sobre esta temática.

Lisboa, outubro de 2014,
Rui Pena Pires

Professor no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e Investigador no CIES-IUL

NOTA PRÉVIA

O presente trabalho, que defendi em novembro de 2012, não teria sido possível sem o apoio de algumas pessoas e instituições que devo referir. Tenho de começar por agradecer a Rui Pena Pires, por me ter orientado mais uma vez e sempre ajudado no caminho lento e difícil que um projeto de doutoramento significa.

O suporte institucional da Fundação de Ciência e Tecnologia, através da concessão de uma Bolsa de doutoramento (SFRH/BD/16095/2004) foi fundamental para a realização de etapas para as quais é necessária uma dedicação exclusiva. Ainda no âmbito institucional, agradeço ao INE, por me ter disponibilizado o acesso a micro dados dos Recenseamentos da População de 1981, 1991 e 2001, e ao SEF, neste caso na pessoa de Joaquim Oliveira, que me permitiu o acesso a informação qualitativa sobre a emigração brasileira para Portugal não acessível através dos Relatórios Anuais. A Gustavo Behr, então Presidente da Casa do Brasil, e ao Cônsul-Geral do Brasil, Renan Paes Barreto, agradeço as entrevistas que me concederam e que me permitiram esclarecer algumas dúvidas sobre a emigração brasileira.

Agradeço a Juliana Iorio e a Euzali Pires por me terem permitido entrar nas suas comunidades no Orkut e, assim, potenciado o estabelecimento de contactos para entrevistas. Membros da minha rede pessoal foram, também, importantes nesta tarefa.

Entre outros apoios, destaco o empenho da minha amiga Patrícia nas “aulas” de *Endnote* e de *Maxqda* que me deu, pois sem elas eu ainda teria demorado mais a terminar este empreendimento. Agradeço aos meus colegas a compreensão que demonstraram para com o meu cansaço.

Por último em termos de referência, mas primordiais pelo suporte emocional e outros de ordem diversa que sempre me dispensaram, agradeço os apoios dos meus familiares e amigos queridos (sabem quem são). Para os meus pais eu nunca tive palavras que chegassem... Mãe, infelizmente já não assististe à defesa deste trabalho que acompanhaste tão de perto mesmo até à entrega; este livro é para ti.

RESUMO

Após um período de estagnação da emigração brasileira para Portugal, em meados dos anos 1990, tornou-se visível, na viragem do Século, um aumento do número de brasileiros a residir no país. Para além de crescer, a imigração do Brasil passou a ter uma forte componente de irregularidade e uma nova composição social. Pretendeu-se, com este projeto, perceber o que esteve na origem daquela nova migração, começando pela caracterização do movimento e do contexto em que surgiu. Através da análise das estatísticas dos recenseamentos da população, do Instituto Nacional de Estatística, e dos estrangeiros legalmente residentes, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foi possível confirmar que estávamos perante uma nova migração, maioritariamente de tipo laboral. Foram, também, entrevistados migrantes brasileiros chegados entre 1998 e 2005, com inserções profissões mais comuns, nomeadamente nos setores da construção, do comércio e da restauração. Argumenta-se, com base nos dados recolhidos, que o surgimento desta nova migração do Brasil pode ser explicado como o resultado combinado de processos de recrutamento de mão de obra no destino, da operação de redes intramigrantes na origem e no destino e, no contexto do desenvolvimento de uma indústria de migração, dos laços entre migrantes mais antigos e mais recentes. A coexistência de um mercado de trabalho em expansão no país de chegada e de desemprego no país de partida, aquando do surgimento desta nova migração, bem como a existência de um espaço internacional regulado por acordos bilaterais que atenuavam a rigidez da política migratória europeia, completavam o quadro global no qual as redes operavam. Por fim, assinala-se o facto de esta nova migração se ter desenvolvido no espaço aberto pelo maior fechamento da fronteira sul norte-americana na sequência dos acontecimentos do 11 de setembro de 2001.

Palavras-chave

Migração laboral; recrutamento de migrantes; redes de migrantes; indústria de migração.

ABSTRACT

Following a period of stagnation in the Brazilian emigration to Portugal, in the mid 90's, it became evident an increase in the number of Brazilians residing in the country at the turn of the century. Apart from growing, the Brazilian immigration begun having a component of irregularity and a new social composition. The aim of this project was to understand the origin of that emigration, starting with the analysis of the movement features and of the context which triggered it. Through the analysis of the statistics from population censuses, of the National Statistical Institute (INE), as well as from legal foreign residents, of the Immigration and Borders Service (SEF), it was possible to confirm that we were in the midst of a new migration, mostly labour migration. Interviews were also done with Brazilian immigrants who had arrived between 1998 and 2005 with the more common occupations among the Brazilian immigrants, namely in the sectors of construction, commerce and food services. It can be argued, based on the data collected, that the new migration from Brazil can be explained as the result of a combined process of recruitment of labour at destination, the operation of intra-migrant networks both in the sending and the reception countries and, in the context of the development of a migration industry, the ties linking earlier and more recent migrants. The coexistence of an expanding labour market in the country of destination, and unemployment in the country of departure during the emergence of this new migration, including the existence of an international space regulated by bilateral agreements which mitigated the rigidity of the European migration policy, completed the global picture in which these networks operated. It shall be noted, finally, that this new migration developed in the opportunity created by increasing controls of the south-north American border after the 9/11 events.

Key words

Labour migration; migrant recruitment; migrant networks; migration industry.

INTRODUÇÃO

Após a entrada de Portugal na CEE, em 1986, a população brasileira em situação legal aumentou em consequência da intensificação de movimentos de retorno de emigrantes portugueses e seus familiares residentes no Brasil. Poucos anos depois, começou a ter visibilidade a vinda de brasileiros atraídos pela nova imagem de Portugal como país moderno, atestada pela “entrada na Europa”, fluxo que se prolongou, de forma autonomizada da contracorrente migratória, até meados dos anos 90 do Século XX.

No início do projeto de investigação para a obtenção de grau de mestre em Sociologia da Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, nos últimos anos da década de 1990, os dados demonstravam que a emigração brasileira para Portugal começara a desacelerar e a transformar-se. A estes factos não foi alheio o início de um novo ciclo político e social, a partir de 1995, com a entrada em funções do governo de Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, o qual criou expectativas de estabilidade económica que se concretizavam no controlo da hiperinflação.

Por coincidência, o ano da defesa da referida tese, em 2001, foi também o ano da visibilidade pública de um novo aumento da imigração brasileira em Portugal. No final desse ano seria aprovada a implementação de um novo quadro legal da imigração marcado pela entrada em vigor do regime das autorizações de permanência de estrangeiros. Este regime consistiu na atribuição de um estatuto equivalente ao de um visto de trabalho no destino a todos os imigrantes que demonstrassem possuir um vínculo laboral no país. É então que emerge a imigração do Leste, em particular da Ucrânia, bem como um novo fluxo de brasileiros que não parecia provável cinco anos antes. Nesse ano, cerca de 24 mil imigrantes brasileiros reuniram as condições para obter o estatuto de autorização de permanência e assim passar a residir legalmente em Portugal, tendo-se juntado a outros tantos que já cá se tinham fixado. Ou seja, a população imigrante de nacionalidade brasileira em situação regular duplicou apenas num ano, crescimento que é surpreendente se consideradas as taxas de crescimento da ordem dos 11% do início da década de 1990, com um pico em 1994 em resultado da regularização extraordinária de 1992 (18%), bem como a tendência para a estagnação que taxas de crescimento próximas do zero ou negativas, entre 1996 e 1998, faziam prever. Com quantitativos anteriores entre os nove e os 20 mil, aquele aumento traduziu-se na quintuplicação, em 10 anos, da população de nacionalidade brasileira residente. Com ele veio ainda a diversificação e complexificação das características desta população em termos de origens, destinos de fixação, motivações e perfis socioeconómicos.

Aquele aumento veio acompanhado de uma forte componente de irregularidade, característica que ainda viria a manter-se durante mais anos. Anteriores processos de regularização não haviam revelado um retorno tão acentuado nos *stocks*, nem haviam tornado visíveis diferenças tão significativas nas estruturas das profissões e na distribuição geográfica dos imigrantes brasileiros.¹ O processo de atribuição das primeiras autorizações de permanência decorreu durante todo o ano de 2001 e terá abrangido quem já cá estava, mas também terá permitido regularizar imigrantes chegados nesse ano.

A inflexão da tendência para a estabilização da emigração brasileira suscitou-me curiosidade científica e, na construção do projeto de doutoramento, em 2004, as seguintes interrogações foram transformadas em objetivos de estudo: o que está na origem da nova emigração brasileira? Que características e motivações têm os novos emigrantes? Que relação existe entre a migração anterior e esta? Como se explicam as transformações da emigração?

A nova emigração apresentava, nas estatísticas das autorizações de permanência, características de uma menor qualificação profissional, indicando ser de tipo laboral. Também parecia ter uma origem muito concentrada no Brasil, numa localidade do Estado de Minas Gerais com uma história longa de emigração para os Estados Unidos da América. O pressuposto de que se tratava de uma emigração de tipo laboral e o de que era, pelo menos inicialmente, oriunda sobretudo de Minas Gerais, juntamente com a característica da irregularidade, permitiam aventar que esta migração não era resultado de algum processo de causalidade cumulativa com a emigração anterior. A hipótese de explicação apontava para o recrutamento com base em redes de suporte intramigrantes e, dada a expansão rápida, com algum grau de organização.

As redes de migrantes só por si não são, contudo, responsáveis pelo espoletar de um fluxo migratório como o brasileiro veio a ter, nem houve um processo de recrutamento estatal que o impulsionasse, como é comum acontecer na iniciação das migrações laborais. Com aquela hipótese de partida era necessário, pois, compreender quais os fatores estruturais que complementavam a explicação da iniciação da nova emigração brasileira para Portugal. Era necessário procurá-los nos dois países e no contexto internacional, sobretudo tendo em consideração que o 11 de setembro em 2001 poderia ter tido consequências para a emigração brasileira para os EUA.

Foi objetivo da pesquisa contribuir para desenvolvimentos teóricos e empíricos no estudo das migrações, através do conhecimento mais aprofundado sobre a emigra-

1. A realização de tais processos ocorreu em 1992 (Decreto-Lei 212/92, de 12 de Outubro) e em 1996 (Lei 17/96, de 24 de Maio).

ção brasileira para Portugal. Mais concretamente, esta finalidade global desdobra-se em três propósitos parciais que nortearam todo o trabalho e que, embora estejam expostos sequencialmente, têm nível de importância semelhante.

Em primeiro lugar, pretendia-se demonstrar, uma vez mais, que as migrações são analisáveis em diferentes planos e que cada fluxo migratório particular é, geralmente, multifatorial ao nível da causalidade. Deverá ser desígnio de cada projeto com preocupações de identificação de causalidades da migração, ter em conta os níveis de análise estrutural, individual e relacional, ou seja, procurar essas causas nas sociedades entre as quais os migrantes se movimentam, nos migrantes que constituem o fluxo e nas relações que se estabelecem entre estes e as sociedades entre as quais se movem – e as que foram consideradas e, por alguma razão, preferidas.

Em segundo lugar, pretendia-se afirmar que devem ser distinguidos fluxos migratórios particulares no quadro de migrações internacionais entre os mesmos países quando, e é o caso, estão envolvidos diferenciados períodos de tempo, distintas localidades de origem e/ou destino, e populações socialmente diversificadas. Isso significa que diferentes fluxos migratórios têm origem em contextos históricos específicos, pelo que as suas explicações têm também de ser diferentes.

Em terceiro lugar, importava alargar o conceito de recrutamento de migrantes em migrações laborais a outros atores que não os que se associam diretamente à ligação entre programas estatais e colmatação de necessidades do mercado de trabalho nacionais. No âmbito deste trabalho é central colocar o recrutamento na atividade de migrantes em rede, e contribuir para a compreensão da relação que se estabelece entre a atividade dessas redes e as políticas de regulação das migrações, no quadro de referência da imigração brasileira em Portugal.

Com estas preocupações, a opção metodológica do estudo consistiu na articulação entre uma componente extensiva e uma componente intensiva de abordagem empírica, para poder responder às questões colocadas e, assim, contribuir para a explicação das transformações da emigração brasileira para Portugal. A metodologia extensiva passou pela análise de diversas fontes de informação, concretamente fontes documentais, legislação e estatísticas.

Nas fontes documentais, incluem-se os relatórios do Banco Mundial e das Nações Unidas, em particular os relatórios de Desenvolvimento Humano, cujos indicadores estruturais permitiram construir hipóteses de explicação sobre os fatores que, responsáveis pela repulsão migratória no Brasil, tinham atenuação na sociedade por-

tuguesa, no fluxo mais recente. A informação contida nestes relatórios possibilitou ainda a comparação entre o fluxo migratório em estudo e o anterior.

No que concerne à legislação, pretendia-se analisar as normas relativas às políticas de regulação da imigração e de integração dos imigrantes em Portugal. De entre estas normas, que enquadraram o desenvolvimento do fluxo migratório e o estabelecimento da população estrangeira e brasileira, foram selecionadas para uma análise mais pormenorizada as respeitantes à legislação de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros em Portugal, aos acordos bilaterais entre Portugal e o Brasil e à lei portuguesa da nacionalidade.

Relativamente às estatísticas sobre a população imigrante em Portugal, foi possível contar com duas fontes essenciais. Por um lado, as séries anuais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) relativas a estatísticas de títulos de residência e a autorizações de permanência de estrangeiros. Por outro, os censos populacionais do Instituto Nacional de Estatística (INE). Para dar conta da evolução dos contingentes de estrangeiros e da sua distribuição geográfica no país, é possível contar com a primeira fonte. No entanto, esta não dispõe de informação mais pormenorizada sobre indicadores demográficos e profissionais e refere-se apenas a estrangeiros, pelo que houve a necessidade imperiosa do recurso aos últimos três censos demográficos, de 2001, 1991 e 1981. O mais recente permitiu captar grande parte da distinção entre a população de naturalidade brasileira da segunda fase e a que compunha o fluxo anterior, sobretudo através de indicadores demográficos, ocupacionais e profissionais. Fontes complementares, como as estatísticas dos contratos registados no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) para obtenção de autorizações de permanência, possibilitaram, ainda, confirmar a inserção setorial da população brasileira que pretendia a regularização em 2001.

Com a abordagem qualitativa do trabalho pretendia-se compreender as modalidades de articulação entre os fatores estruturais sociais, os processos migratórios e a articulação entre estes e a maior ou menor organização da emigração por redes intramigrantes e pela indústria de migração no contexto da relação migratória entre os países, na qual intervêm as políticas de migração. A investigação incidiu sobre histórias de imigrantes chegados desde 1998, residentes nos distritos de Lisboa e de Setúbal. Foram feitas entrevistas a estes imigrantes e a outros atores ligados ao processo da emigração brasileira para Portugal.

A tese compõe-se de cinco capítulos. Os dois primeiros são dedicados ao quadro teórico de referência da pesquisa. No capítulo 1, o objetivo central é a delimitação das migrações como objeto sociológico ao qual pode ser aplicado um modelo de análise relacional. Depois da delimitação conceptual e enunciação dos níveis de análise das migrações, é feita a revisão das principais teorias relevantes para o estudo das

migrações internacionais de tipo laboral e, também, dos quadros de referência da sociologia das redes sociais com importância para o estudo das redes de migrantes, designadamente o conceito de capital social.

No capítulo 2, são já as migrações de trabalho que constituem o tema central em torno do qual se organiza o debate. É analisada, em particular, a relação entre migrações de trabalho e processos de segmentação do mercado de trabalho nas sociedades de destino que lhe estão diretamente ligadas. Na segunda secção do capítulo, a questão do recrutamento para o mercado de trabalho como impulsionador das migrações é deslocada da exclusividade do objetivo dos empregadores, para ser analisado de forma relacional. Pretende-se assim demonstrar que as redes de migrantes desempenham um papel fundamental naquele processo, tendo presente a hipótese de trabalho de que a migração laboral em estudo não se teria desenvolvido com os contornos a que assistimos se não tivesse havido a atividade de redes de migração e de uma indústria de migração montada com esse intuito. Por fim, para terminar o levantamento dos contributos teóricos basilares da presente pesquisa, são trazidas para a discussão as questões relativas às políticas de migração e o que significam relativamente às possibilidades e bloqueios dos movimentos migratórios. A questão da irregularidade emerge, inevitavelmente, como consequência não pretendida de políticas de regulação rígidas e como resultado de modalidades de articulação das redes de migrantes com aquelas consequências das políticas migratórias, com o objetivo de ultrapassar os limites políticos à deslocação ou ao estabelecimento.

No capítulo 3, procede-se à contextualização, na história das migrações contemporâneas, do fluxo migratório brasileiro do fim da década de 1990 para Portugal. As principais características das migrações internacionais contemporâneas são apresentadas com base numa organização diacrónica da exposição. Como a emigração brasileira para Portugal se insere num espaço geográfico que cruza referências europeias, norte-americanas e, evidentemente, brasileiras e portuguesas, são descritas as configurações migratórias nos espaços referidos, numa perspetiva histórica. Neste capítulo é possível verificar que tendem sempre a existir razões histórico estruturais que explicam o surgimento dos fluxos migratórios, e que estes surgem normalmente associados a processos de mudança social.

Os dois últimos capítulos (4 e 5) são dedicados exclusivamente à análise da emigração brasileira para Portugal, com a utilização combinada de metodologias extensivas e intensivas. Por uma questão de clareza, optou-se por descrever as opções relativas ao recurso e seleção das fontes durante a própria exposição. Por essa razão, no início de cada capítulo são explicados estes procedimentos.

No capítulo 4, são apresentados os resultados da análise extensiva dos dados empíricos sobre a última emigração laboral brasileira para Portugal, que ocorreu desde o fim dos anos 1990. Na primeira secção, são enunciadas as principais razões para a emigração e delineadas as principais diferenças entre os fluxos migratórios mais recentes, cujas datas de impulso têm cerca de 10 anos de intervalo. Em seguida, analisam-se alguns indicadores económico-sociais que estiveram na base da emigração brasileira no passado e os que estarão na base da repulsão presente no fluxo migratório mais recente. Procuraram-se os fatores estruturais de contextualização que permitissem identificar a origem da emigração diferenciada da que ocorreu nos anos 1980, quando o Brasil vivia uma crise económica e social que valeu à década o epíteto de “perdida”. Continuando com o objetivo de caracterização da envolvente histórica do fluxo migratório brasileiro, a terceira secção do capítulo tem como objetivo sintetizar as políticas de regulação das migrações em Portugal, através da análise da legislação respeitante aos anos que constituem o âmbito do presente trabalho. Afinando a análise, a quarta secção dedica-se à delimitação da singularidade do estatuto do imigrante brasileiro em Portugal (e congénere no Brasil) decorrente de acordos bilaterais celebrados entre os dois países que, curiosamente, contribuem para compreender uma parte da questão da irregularidade, analisada na quinta secção do capítulo. A questão da facilitação ou da dificuldade das políticas migratórias fica fechada, neste capítulo, com as referências ao regime de reagrupamento familiar e à política de nacionalidade, ambas com particular relevância na última fase do fluxo migratório, quando apenas estavam em curso movimentos para reunião de familiares e processos de aquisição de nacionalidade por naturalização. Na sétima secção é feita a análise estatística da migração laboral, numa perspetiva comparativa com a migração do passado, tendo por base os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e dos recenseamentos gerais da população de 2001, 1991 e 1981.

O capítulo 5 incide sobretudo na análise qualitativa das trajetórias individuais dos imigrantes, desde que a deslocação surgiu como alternativa à permanência no Brasil, até ao momento em que foram entrevistados. Essa análise inclui a caracterização da modalidade de integração, da deslocação e dos preparativos envolvidos, do estabelecimento em Portugal, do percurso profissional e do processo de regularização do migrante. O objetivo deste capítulo consiste em compreender, através dos testemunhos dos imigrantes, como a emigração acontece, através da análise da forma como os fatores de atração e de repulsão se articulam subjetivamente na decisão para o movimento, e de como as redes e o conteúdo dos laços se articulam com estes fatores e com as condicionantes atribuíveis aos países de destino, como as políticas migratórias. Também é pelo que os entrevistados nos dizem que é possível tornar inteligível o lugar que o negócio da migração desempenhou neste fluxo migratório.

CAPÍTULO I - AS MIGRAÇÕES COMO OBJETO SOCIOLÓGICO

As migrações revelam interdependências mútuas com dimensões diversas da realidade social, como a economia, a política, a educação, a cultura. Deste modo, no campo de investigação das migrações intersejam-se disciplinas como a sociologia, a geografia, a economia, a história, a demografia, a psicologia social e o direito, entre outras. Por esta razão, é possível encontrar definições diversas de migração consoante o olhar de cada uma das disciplinas e o enfoque dado a cada uma das suas diferentes dimensões, quer ao nível das causas, como das suas formas e consequências.²

Neste primeiro capítulo procede-se, em primeiro lugar, à delimitação do conceito de migração, apresentando a sua especificidade sociológica, sendo posteriormente revistas as principais contribuições que constituem o património teórico e analítico da sociologia sobre este fenómeno social, começando nas abordagens clássicas como a do modelo de atração-repulsão. De entre as linhas de investigação mais recentes sobre as migrações internacionais na sociologia, destaca-se a que privilegia os instrumentos relacionados com a teoria, os conceitos e os modelos de análise de redes sociais. A última parte do capítulo é pois dedicada à revisão de literatura sobre este domínio sociológico e à apresentação de uma forma de articulação dos componentes das redes com o desenvolvimento das migrações e a sua reprodução.

Embora se privilegie a abordagem das redes, e o enfoque privilegiado seja o nível relacional, este trabalho segue a orientação atual de integração de teorias e de níveis de análise nas respostas às questões em investigação. A tendência da investigação é, pois, para a construção de um modelo de análise multinível (Faist, 2000; Fawcett, 1989; Massey e outros, 1998) e para dar atenção ao desenvolvimento de temas sobre migrações que derivam de novas configurações das migrações internacionais contemporâneas.

O objetivo foi testar modelos e hipóteses relacionadas especificamente em díade (de países) (Pryor, 1981), tendo esta abordagem sido já sugerida no início dos anos 1980, precisamente por a construção de uma teoria geral de migrações ser considerada utópica (Pryor, 1981: 114) ou irrealista (Salt, 1987), e ter sido reforçada dez anos de-

2. Com o objetivo do diálogo interdisciplinar sobre aspetos epistemológicos, paradigmáticos e de explicação sobre teorização das migrações na história, direito e ciências sociais, foi editada por Brettell e Hollifield (2000), a antologia de ensaios *Migration Theory. Talk Across Disciplines*.

pois (Portes, 1997). A investigação sistemática internacional é útil para perceber em que medida as proposições são aplicáveis noutros contextos, para gerar tipologias de efeitos de interação, especificando a influência variável de fatores causais em diferentes contextos nacionais, e para a produção de conceitos e proposições com maior aplicação (Portes, 1997: 820).

1. DEFINIÇÕES CONCEPTUAIS E DIMENSÕES DE ANÁLISE

Na primeira tentativa de construção de uma teoria geral social das migrações, por Lee (1969), foi introduzida a definição de migração como “mudança permanente ou semi permanente de residência” (Lee, 1969: 285). Embora estando implícita a dimensão de espaço, não é especificada a sua distância – conceptualizada como um obstáculo interveniente no movimento – e, embora esteja contemplada a dimensão de tempo, não está identificado o período considerado. Nesta definição simples, a dimensão social do fenómeno também não é considerada.

A abordagem sociológica das migrações privilegia a conceptualização da migração como processo social. Neste enquadramento, as migrações são consideradas como “um processo de transição física de uma sociedade para outra” (Eisenstadt, 1953: 169), uma alteração no relacionamento dos indivíduos com o ambiente social (Jackson, 1991: 6). Subjacentes à definição estão “processos de desconstrução das inserções sociais estabelecidas e de (re)construção de novas inserções” (Pires, 2003: 59).

Deste modo, e como processos sociais, as migrações têm inerente a mudança social. Mudança social e reprodução social são processos dificilmente destrincháveis. A reprodução social ocorre através de ligações imbricadas entre consequências de ação pretendidas, ou não, pelos atores sociais, nos processos de interação, com a aplicação e reaplicação reflexiva de regras e de recursos (Giddens 1979; 1984). As sociedades retiram as suas características deste entrosamento contingente que ocorre continuamente em condições limitadas de racionalização da conduta ao longo do tempo (Giddens 1979). E “ao forjarem as suas auto identidades, e independentemente do carácter reduzido dos seus contextos de ação específicos, os indivíduos contribuem para, e promovem diretamente, influências sociais com consequências e implicações globais” (Giddens 1994, 1). Os sistemas sociais são constituídos por práticas reproduzidas contingencialmente, e a mudança social ou a sua potencialidade é, como tal, inerente a todos os momentos da reprodução social (Giddens 1979).

Portanto, enquanto processos de mudança social, as migrações continuadas também contêm elementos para a sua reprodução, já que “atividades repetidas localiza-

das num contexto de tempo e espaço têm consequências regularizadas, não intencionais pelos que tomam parte em tais atividades, em mais ou menos “distantes” contextos de tempo e espaço” (Giddens 1984, 14).

As componentes identificáveis de todo o processo de mudança social nas migrações, nas quais ela é não só “potencializada” como “refletida” (Giddens 1979; 1984; 1991; 1994) são: os sistemas sociais entre os quais os migrantes se deslocam; os movimentos migratórios particulares (delimitadores espaço-temporais da relação migratória entre esses sistemas); os protagonistas dos movimentos, ou seja, os migrantes.

Não surpreende que as migrações tendam a estar associadas a mudanças societais alargadas (Dassetto, 1990; Jackson, 1991; Lewis, 1982; Saint-Maurice e Pires, 1989) na origem e/ou no destino e que, como se disse, signifiquem, para os migrantes, alteração no seu relacionamento com o ambiente social em que se inserem. As mudanças são causa das migrações, mas as migrações também produzem resultados inesperados e mudança e têm consequências sociodemográficas significativas devido à seletividade que geralmente as caracteriza.

Para os migrantes, o processo concretiza escolhas de vida alternativas e, simultaneamente, implica mudanças relativamente ao curso e à interpretação das suas trajetórias em contextos de alterações sociais mais vastas.

A migração implica o movimento de indivíduos e grupos entre as sociedades que acabaram de deixar e aquela onde estão a inserir-se, o que tem correspondência, na sociologia das migrações, a duas problemáticas que correspondem a estas duas etapas do processo migratório: 1) a migração propriamente dita; 2) a fixação dos imigrantes (Rea e Tripier, 2003). Na primeira inclui-se o estudo das causas, da ação dos estados dos países de origem e chegada e dos fluxos migratórios, assim como do tipo de migrantes que os compõem. A segunda concentra-se no estudo da integração, aculturação, aquisição de uma posição social, mobilidade social, entre outras relativas à permanência dos imigrantes na sociedade recetora.

Na sociologia foi preferencial, inicialmente, o trabalho de compreensão daquela consequência das migrações internacionais, especialmente a vida do imigrante nas sociedades de acolhimento (Jansen, 1969; Miles, 1990; Waters, 1999), tendo-se preferido a análise das suas causas e explicações.

A Escola de Chicago (nomeadamente Park, 1930) desenvolve aqueles primeiros trabalhos, tendo como contexto a chegada recente de numerosos contingentes de

imigrantes aos Estados Unidos no Século XIX e concentrando-se no conceito de assimilação. O paradigma dominante baseava-se no pressuposto de que qualquer imigrante poderia tornar-se um americano e fazer parte do caldeirão cultural (*melting pot*) da sociedade e descrevia a integração do imigrante como um processo de socialização similar ao da infância (Eisenstadt, 1953). Finalizado este processo, o imigrante estaria assimilado na sociedade de acolhimento e “a adaptação seria naturalmente um problema do imigrante, que como tal deveria aprender o suficiente da língua, das leis e dos costumes para se poder candidatar à cidadania” (Jackson, 1991).

No que respeita ao estudo das migrações propriamente ditas, os primeiros académicos começaram por construir tipologias para classificar os movimentos migratórios. Fairchild (1925) distinguiu as migrações, das invasões, conquistas ou movimentos de colonização. E classificou as sociedades em que ocorriam, de acordo com dimensões de cultura e de ambiente (pacífico ou bélico).

Peterson construiu uma tipologia baseada numa maior diversidade de dimensões: a relação que o homem revela com o ambiente (natureza, estado, normas e comportamento coletivo); a força migratória (como repulsão ecológica, política de migração, aspirações mais elevadas, ímpeto social); e a classe de migração (primitiva, forçada, impelida, livre, de massa) (Peterson, 1958). Desta tipologia ressalta, por exemplo, que as migrações coletivas se relacionam com a força migratória de ímpeto social e produzem migrações classificadas como “de massa”, traduzindo uma preconização da relação direta entre migrações e mudança social que já foi assinalada. O autor acrescenta uma distinção associada ao tipo de migração, que constitui a quarta dimensão, baseada nas subdimensões conservadora e inovadora. Refere o autor que a migração pode ser inovadora quando os indivíduos procuraram com ela obter algo de novo, ou conservadora quando é reativa da perda de condições que pretendem voltar a obter (Peterson, 1958: 258).

É discutível a utilidade da construção destas tipologias, nomeadamente porque tendem a estabelecer diferenças, mas não especificam causas nem antecipam consequências (Portes, 1997: 805). Enquanto instrumentos conceptuais abstratos com o objetivo de definir células correspondentes a cada situação observável, correspondem formalmente às situações ou processos observáveis empiricamente e não acrescentam descoberta teórica ao trabalho empírico de investigação (Pires, 2003: 60).

Concorda-se que se construam e utilizem as tipologias como tipos ideais, partindo de uma definição de critérios que permitam a comparabilidade e a identificação de dimensões de análise organizadas a partir de tais critérios (Pires, 2003). E, embora

as tipologias não sejam teorias, podem vir a constituir blocos de construção destas se estabelecerem os efeitos de interação entre as características do que é observado, selecionadas através das hipóteses teóricas de investigação, e como variam de acordo com as diferenças encontradas (Portes, 1997: 805-809).

Pires constrói um esquema de classificação que delimita os critérios de comparação das migrações mais frequentes no mundo moderno (Pires, 2003: 62), e organiza-os em: características dos fluxos migratórios em termos espaciais, temporais e de configuração social; origens da migração nos planos decisional e funcional; características socioeconómicas dos migrantes e modos de inclusão dos migrantes nas sociedades de chegada.

E, com uma visão crítica das tipologias e critérios considerados habitualmente, o autor chama a atenção para alguns dos seus aspetos (Pires, 2003). Em primeiro lugar, o atravessamento das fronteiras nas migrações administrativas internacionais traz normalmente acoplada a condição de estrangeiro e, com ela, a impossibilidade de usufruir dos mesmos direitos que o cidadão nacional, a não ser, na maioria dos casos, esperando anos até preencher as condições para solicitação de nacionalidade ou de algum estatuto vigente de igualdade de direitos. Essa condição de estrangeiro ainda pode acumular com a condição de irregular, pois “milhões de migrantes internacionais não batem à porta, simplesmente esgueiram-se pelas traseiras” (Pryor, 1981: 113).³ Recente investigação tem produzido reflexão e informação empírica sobre a categoria transnacional no espaço das migrações (Levitt, 2001; Portes, 1997, 2003; Portes, Guarnizo e Landolt, 1999; Schuerkens, 2005; Waldinger e Fitzgerald, 2004), o que questiona a dicotomia migrante interno/internacional no critério de espaço nos esquemas de classificação das migrações.

É acrescentada, no plano decisional, a necessidade de transposição de mais dificuldades do que nas migrações internas, associado ao que se referiu e à distância, mas frequentemente também a diferenças de língua, culturais, entre outras (Pires, 2003).

Relativamente à composição socioeconómica dos migrantes, a necessidade de a considerar como critério de comparação entre migrações prende-se com a convicção de os fluxos migratórios terem origens e funções diferentes, assim como diferem os processos de integração dos seus protagonistas, consoante os níveis ou características relativas a este critério (Pires, 2003: 64).

3. Vem esta afirmação a propósito da afirmação de Böhning 1978: 10 (em Pryor 1981: 112), segundo a qual a porta na qual os migrantes internacionais vão bater tem de ser aberta por outra pessoa (por diferenciação relativamente à dos migrantes internos, aberta pelos próprios).

O quarto critério de classificação dos fluxos na tipologia, que corresponde aos resultados da migração, justifica-se porque a avaliação que os imigrantes fazem do processo vem a integrar o fluxo da informação que é devolvida ao país de origem da emigração, na base da qual os potenciais migrantes consideram os movimentos, e consubstanciando aspetos que não podem ser analiticamente menosprezados quando se estudam os fluxos migratórios e as suas consequências, que assim se tornam também determinantes de novas migrações (Pryor, 1981: 115), e que melhor se compreenderá com a exposição sobre a teoria da causalidade cumulativa (Massey e outros, 1993).

Para o presente trabalho, as distinções fundamentais que importa reter são as que se referem à voluntariedade ou involuntariedade do movimento (sendo que apenas no primeiro caso faz sentido analisar e avaliar o peso dos diferentes componentes do processos de decisão) e as que caracterizam migrações profissionais/qualificadas, por um lado, e laborais, por outro.⁴ No capítulo 2 são discutidas as modalidades de inserção profissional dos imigrantes no mercado de trabalho e as migrações laborais, subtema da sociologia das migrações ao qual este trabalho se dedica.

2. TEORIAS SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E NÍVEIS DE ANÁLISE

A multidimensionalidade característica das migrações internacionais é hoje explicada por várias teorias, desenvolvidas principalmente na segunda metade do Século XX, e não invalidam esforços havidos na construção de teorias gerais, como a da autoria de Lee (1969).

Seguindo uma das formas de organização possível da revisão das teorias enunciadas, esta será feita de forma agrupada em dois conjuntos, mutuamente exclusivos, das que explicam os fluxos migratórios em momentos diferentes da sua existência, como a sua *iniciação* ou a sua *reprodução* (Massey e outros, 1993; Massey e outros, 1998).⁵ Em seguida expõem-se estas teorias, tentando sempre que possível indicar o plano de análise privilegiado por cada.

4. As migrações forçadas ou involuntárias não têm sido objeto do estudo das migrações na sociologia, a não ser que consideremos enquanto tal, como Castles (2003), os casos associados ao tráfico humano e as migrações para exploração laboral. A migração forçada é uma parte integrante das relações Norte-Sul, segundo o autor, que defende que o objetivo da sociologia contemporânea consiste em analisar as características da migração forçada na época da globalização (p. 17).

5. De acordo com Pires (2003: 65), este agrupamento é discutível porque os modelos inseridos no conjunto da iniciação das migrações só conseguem explicar a sua reprodução, em especial o que utiliza o processo de decisão como variável explicativa.

No primeiro grupo, as teorias que explicam a iniciação das migrações, inserem-se as da economia neoclássica (na sua versão micro e macro teórica), o modelo de atração-repulsão, as da nova economia de migração, do sistema mundo, das cidades globais e a da segmentação do mercado de trabalho (dual e modos de incorporação). Contribuem, estas teorias, para explicar como é que as migrações começam e, pelo facto de conceptualizarem os processos causais em diferentes níveis, não são totalmente incompatíveis (Massey e outros, 1993).

O precursor do estudo das migrações, cuja reflexão clássica nos estudos das migrações se encontra na formulação das “leis de migração”, no Século XIX, é Ernst Georg Ravenstein (Ravenstein, 1885, 1889).⁶ Este geógrafo inglês é considerado o fundador do modelo de repulsão-atração, atualizado na primeira tentativa de construção de uma teoria geral de migração por Everet Lee no fim dos anos 1960, e tem subjacente a perspetiva económica neoclássica que, não tendo sido desenvolvida especificamente para as migrações, consiste numa aplicação do paradigma a este campo.

O modelo de repulsão-atração espelha o princípio do *homo economicus* que também influenciou a sociologia e a demografia, entre outras disciplinas. Nele se assumia o ser humano provido de uma racionalidade que o orientava para a maximização de vantagens e minimização do desconforto nas suas decisões económicas, através de um cálculo meticoloso de custos e benefícios associados à transferência para o local de destino ou a permanecer na origem.⁷ Ou seja, e segundo Ravenstein, as maiores migrações resultam do “desejo inerente à maioria dos homens de melhorarem em termos económicos” (Ravenstein, 1889: 286). Para a explicação dos agregados, o mesmo modelo conceptualiza a migração como resultado de diferenciais (rural/urbano) em *ganhos esperados*, com a taxa de emprego urbano a atuar como força de equilíbrio de tal migração (Harris e Todaro, 1970: 126; Todaro, 1969).

Os modelos de repulsão-atração que derivaram desta primeira reflexão clássica atribuem às causas das migrações uma combinação de fatores de repulsão e atração, como por exemplo a pressão demográfica e a falta de oportunidades económicas (repulsão), subjacentes a que os indivíduos se sintam atraídos pela oferta de boas oportunidades de trabalho noutra local (atração). À época de Ra-

6. As Leis de Migração são expostas em dois artigos de Ravenstein no *Journal of the Royal Society*. O primeiro artigo tem o enfoque no Reino Unido, no segundo o autor analisa resultados de censos de países da Europa e da América do Norte.

7. Para uma revisão crítica do conceito de racionalidade, ver Zavirovsky (1999). Para uma revisão de uma amostra de estudos que, segundo os autores, fornecem suporte empírico para explicações particulares da escolha racional num conjunto vasto de áreas sociológicas, ver Hechter e Kanasawa (1997).

venstein, as migrações estavam associadas à revolução industrial, em resultado do alargamento da rede dos transportes e do desenvolvimento da indústria e do comércio (Ravenstein, 1889: 287), com as deslocações a serem feitas, por etapas, em direção aos polos onde esse progresso ocorria, como as áreas urbanas (Ravenstein, 1885: 198).

O conceito de capital humano, que também faz parte das perspetivas neoclássicas, fundamenta-se no pressuposto de que os indivíduos migram como consequência de uma estratégia de investimento de capital humano. Este investimento é feito pelos indivíduos da mesma forma que investiriam em formação, no caso em que a migração aumente o capital humano e traga benefícios em ganhos futuros. Ou seja, nas migrações internacionais, os indivíduos migram se esperam que a taxa de retorno dos salários seja mais elevada nos países de destino do que os custos com a migração (Chisiwick 2000, em Castles e Miller, 2003: 23) e os ganhos podem não ser imediatos.

A análise macroeconómica neoclássica ao mercado de trabalho é feita com base nos mesmos princípios do paradigma. Assume-se que a existência de disparidades económicas entre países é suficiente para gerar fluxos migratórios e as migrações ocorrem devido a diferenciais de salários entre regiões/países, havendo movimentos de mão de obra em direção às que têm salários mais elevados e há menos mão de obra, o que pode contribuir para o ajustamento desse fator.

Nesta perspetiva, os movimentos de indivíduos entre mercados laborais são produtos de escolhas individuais livres numa população homogénea potencialmente migrante e podiam cessar com o ajustamento dos salários. Não sendo assim, a oferta de trabalho desce e os salários sobem no país pobre em capital, enquanto a oferta de trabalho sobe e os salários descem no país rico em capital, levando, quando em equilíbrio, a um diferencial internacional de salários que reflete apenas os custos pecuniários e psicológicos do movimento internacional. Na direção contrária a este movimento, move-se o investimento do capital, que inclui capital humano, com trabalhadores altamente qualificados a dirigirem-se dos países ricos para os países mais pobres em capital, para obtenção de retornos elevados das suas qualificações num meio ambiente onde são escassos os trabalhadores qualificados, técnicos e gestores. Estes movimentos geram-se em simultâneo (cf. Massey e outros, 1993).

Os princípios da economia neoclássica, tais como a escolha racional, a maximização da utilidade, os rendimentos líquidos esperados, a mobilidade dos fatores (trabalho

e capital] e o diferencial de salários, aplicados ao campo teórico das migrações, tornam-se obsoletos e totalmente questionáveis perante migrações internacionais contemporâneas que permanecem sem explicação se tais princípios não forem corrigidos. As evidências empíricas apontam para alterações das migrações contemporâneas que se consubstanciam em factos que invalidam alguns dos princípios referidos, com exemplos tais como: heterogeneidade das origens dos migrantes, com a substituição da Europa pela América Latina, Ásia ou África; crescimento de países recetores (alguns dos quais anteriormente mais conhecidos como emissores, como Portugal); desenvolvimento de novos tipos de migração além das laborais; políticas de restrição aos movimentos, por oposição à propalada liberdade de circulação (teórica).

Os novos enfoques teóricos desenvolvem-se para dar conta da nova realidade das migrações internacionais e nem sempre constituíram novas abordagens de raiz. Algumas limitações da economia clássica, e revisões críticas da mesma, são elencadas a seguir; compõem teorizações e conceptualizações posteriores na abordagem às migrações.

- a) No que se refere às explicações para as migrações, um primeiro problema da teoria neoclássica é pretender explicá-las com apenas uma causa – a busca de melhores condições de vida –, quando estas são complexas e têm diversas origens. Fosse a racionalidade apanágio da humanidade e explicação dos movimentos, e continuava por compreender o facto de permanecer imóvel metade da população do mundo que se encontra na situação que, de acordo com a teoria fundadora de Ravenstein, seria potencialmente catalisadora do movimento migratório (Faist, 2000: 4). E não são os mais pobres que emigram, nem das regiões mais pobres são provenientes, pois começam por ser os indivíduos de estatuto social intermédio os empreendedores deste fenómeno.
- b) Caracterizar com diferenciais económicos o ambiente em que os migrantes se deslocam porque fazem uso da referida racionalidade, também deixa sem respostas algumas questões que se conjugam com a enunciada no parágrafo anterior. É que não é dos países com rendimento *per capita* mais baixo ou com o maior diferencial relativamente a outros países e maiores taxas de desemprego que saem mais emigrantes: “grande parte das migrações internacionais de trabalho tem a sua origem em países num estágio médio de desenvolvimento e não nos países de salários mais baixos” (Portes, 1999: 25). Do mesmo modo, há diferenciais de emigração entre países estruturalmente similares.

- c) A racionalidade não é um recurso igualitário, bem como não é suficiente para explicar porque alguns indivíduos saem e outros, que vivem sob as mesmas circunstâncias, permanecem.
- d) Ligando as duas críticas anteriores, não se compreende, com esta perspectiva, porque há poucos migrantes a sair de diversos lugares, e muitos migrantes a sair de tão poucos (Faist, 2000).
- e) Com esta teoria, as correntes migratórias são vistas como somas simples de movimentos individuais que calculam custos e benefícios independentemente do contexto e do desenvolvimento da história. Como é que as migrações surgem, aparentemente de forma repentina, mesmo se antes havia os referidos diferenciais económicos?
- f) Porque é que há fluxos que se originam em áreas tão bem identificadas e não noutras com circunstâncias semelhantes e, em muitos casos, com destinos tão bem definidos?

O modelo de repulsão-atração de Lee (1969) veio corrigir a teoria neoclássica em alguns aspetos fundamentais que importa referir.

O autor considera que fazem parte do ato de migração fatores associados à área de origem e fatores associados à área de destino, obstáculos intervenientes e fatores pessoais. Em cada localização existem, simultaneamente, fatores que atraem e outros que repelem.

Uma correção ao modelo original consiste na introdução da dimensão da incerteza e de desconhecimento associados ao local de destino e à intervenção de obstáculos no processo, assim como de fatores pessoais. Estes elementos influenciam a avaliação dos fatores de repulsão-atração, dos obstáculos intervenientes e o conhecimento acerca do destino, porque este não é universal e depende dos contactos pessoais e de outras fontes cujo acesso é desigual. Admite-se, deste modo, que a decisão de migrar não é totalmente racional, e que não resulta de uma avaliação simples de fatores positivos e negativos do qual resulta a realização do movimento, ou a permanência. É da perceção dos fatores da origem e do destino, e não da existência objetiva destes fatores, que se produz a migração (Lee, 1969: 287). Uma maior aproximação à explicação contextualizada das migrações é demonstrada na proposição de que o volume das migrações varia com as flutuações da economia.

Entre os obstáculos intervenientes, reformulados posteriormente como variáveis intermédias (Saint-Maurice e Pires, 1989) – porque os fatores intervenientes podem ser obstáculos ou facilitadores do movimento e, em Lee, só a vertente da dificuldade é salientada – o autor inclui as políticas de migração ou a distância (quanto menor, menos obstaculizada a deslocação).

Nos anos 1980, uma nova proposta teórica, designada como “nova economia da migração laboral”, questiona e corrige alguns princípios da economia neoclássica (Stark e Bloom, 1985; Taylor, 1999, 2004). Nesta abordagem (Stark e Bloom, 1985; Taylor, 1999) afirma-se que os indivíduos migram para melhorar ou mudar a sua posição relativa no mesmo grupo de referência, para maximizar o rendimento ou para diminuir os constrangimentos dos mercados que não exclusivamente o laboral, e a existência de um diferencial de salários não constitui condição suficiente para a mudança.

O comportamento de migração difere consoante a perceção de privação relativa por comparação com outros membros do mesmo grupo de referência ou consoante as qualificações que se detêm. Um importante contributo desta abordagem é o pressuposto de que a população é diferenciada (Stark e Bloom, 1985; Taylor, 1999) e assume-se que as decisões de migração são tomadas em conjunto pelo migrante e por não migrantes (como a sua família ou membros do seu agregado familiar) e traduzem um acordo contratual implícito entre as duas partes (Stark e Bloom, 1985; Taylor, 1999). A migração envolve uma componente importante de retornos diretos para os não migrantes em forma de remessas que contribuem direta (no investimento produtivo) ou indiretamente (no consumo das famílias e, portanto, para o investimento produtivo) para o desenvolvimento das áreas emissoras de emigrantes (Taylor, 1999). O envio das remessas sofre influência dos contextos dos países emissores e recetores, na forma das políticas económicas e de poupança, ou da taxa de câmbio e de fatores de risco (Taylor, 1999). É incentivo forte para os agregados familiares se envolverem em processos de migração o retorno destes no plano das atividades económicas locais e, portanto, mesmo quando são eliminados os diferenciais de salários, os incentivos para a migração podem continuar a existir se outros mercados forem inexistentes ou imperfeitos nos países emissores.

No domínio do questionamento da racionalidade do migrante e da introdução da incerteza subjacente à decisão de migração, também nos anos 1980 surgiram diversas contribuições de outras áreas do conhecimento, designadamente na psicologia social, sobre o processo de decisão de migração e as dinâmicas que lhe estão diretamente associadas, como a aquisição e processamento da informação e a formação

das motivações.⁸ Não são desenvolvidas aqui por já terem sido trabalhadas em trabalho anterior (Pinho, 1993), mas o que importa sublinhar a este respeito consiste na proposição de que os migrantes tendem a migrar para os locais onde, por comparação, a incerteza na construção das novas rotinas e os custos emocionais associados ao movimento sejam menores; ou seja, tendem a mudar-se do conhecido para o menos desconhecido (Pires, 2003: 70).

No plano macro de análise, e ainda de entre as teorias que, seguindo a organização da exposição, são entendidas como instrumentos de explicação do surgimento das migrações, destacam-se as reflexões que remetem as causas das migrações para o plano estrutural e contexto histórico em que elas ocorrem, e que constituem uma correção ao a-historicismo da abordagem neoclássica. Estas teorias contribuem para compreender como, apesar da diversidade de motivos dos migrantes, há migrações que a história demonstrou terem constância no tempo e configuração espacial previsível.

Nas abordagens histórico estruturais, a intensificação das migrações internacionais é vinculada ao desenvolvimento do capitalismo mundial (Johnson e Salt, 1990; Miles e Satzewich, 1990; Petras, 1981; Portes, 1981, 1999) e é independente de características individuais diversas, pelo que a tomada de decisão pelos migrantes se encontra ausente das preocupações teóricas e analíticas destes autores. São privilegiadas, assim, as condições estruturais em que as migrações ocorrem.

Entre estas abordagens, refiram-se as perspetivas sociológicas no âmbito da análise do sistema-mundo, que partem do trabalho precursor de Wallerstein, de meados dos anos 1970, e colocam a ênfase da unidade de análise das migrações num sistema mundial moderno, ao invés de em cada sociedade ou estado-nação envolvidos, perspetivando-as no interior de processos históricos.⁹ A tradição histórico estrutural

8. O esclarecimento teórico sobre o processo de decisão de migração exige a complementaridade das diversas contribuições que, embora de tipo micro, pretendem explicá-lo com recurso à análise dos vínculos estabelecidos entre os constrangimentos estruturais e o processo de decisão (Gardner 1981), da forma como se adquire e processa informação (Goodman 1981), dos modos de estruturação e formação das motivações de migração (De Jong e Fawcett 1981), das determinantes psicossociológicas da decisão (Haberhorn 1981) e da influência das normas comunitárias e das redes étnicas e sociais (Hugo 1981).

9. Para uma abordagem dos conceitos sintetizadores da perspetiva do sistema-mundo, revisão dos conceitos gerais, abordagem do sistema-mundo moderno e resumo da metodologia associada, cf. Goldfrank (2000). Uma perspetiva de segunda geração do sistema-mundo consiste na abordagem comparativa dos sistemas-mundo com o objetivo de estudar a mudança social numa escala de tempo milenar e inclui o conceito da sociedade mundial (Chase-Dunn, 2005).

subjacente a esta teoria é a mesma das teorias da dependência dos anos 1960 de Samir Amin e Fernando Henrique Cardoso e partilha com estas a visão das migrações como um produto da dependência do centro sobre as regiões periféricas.

De acordo com estas perspetivas, entre as quais se encontra a de Petras (1981), existe uma divisão mundial do trabalho em zonas geograficamente distintas, mas dependentes entre si, como o centro, a semiperiferia e a periferia. Esta divisão do trabalho configura um padrão desigual de desenvolvimento e um sistema hierárquico de produção influenciado por aquela divisão, e esta configuração é central para a compreensão do sistema-mundo moderno e das migrações laborais (Petras 1981). Embora esta perspetiva considere, como na economia neoclássica, que as migrações se desenvolvem entre regiões desiguais, ao contrário daquela não pressupõe o equilíbrio, antes o reforço desta desigualdade.

A causa desta divisão mundial do trabalho foi a entrada da periferia na economia mundial como fornecedora de matérias-primas para o centro, rico em capital, que dependia delas para a sua indústria, onde eram transformadas em bens finais e exportados para a periferia. A manutenção desta monoprodução nas formações sociais periféricas, e a disponibilização dos produtos primários a baixo preço, contribuíram para a sustentação das desigualdades entre as regiões. Enquanto nas nações do centro o desenvolvimento industrial permitia a absorção da mão de obra que a agricultura libertava, e os salários eram elevados porque havia escassez, na periferia geravam-se excedentes com este bloqueio do desenvolvimento industrial. Foi esta situação que criou uma reserva de trabalho internacional e desenvolveu um mercado laboral global (Petras 1981).

A combinação de fatores como a orientação dos trabalhadores para procurar as condições e localizações onde a força de trabalho pode ser trocada por salários e níveis de bem-estar mais elevados (única menção ao indivíduo nesta perspetiva, aludindo-se ao motivo económico como motor do movimento), e a necessidade, por parte dos capitalistas, de oferta de mão de obra preparada para a expansão do processo de acumulação capitalista, constitui o que explicaria uma grande parte dos fluxos migratórios internacionais explica Petras (1981). O aumento dos salários existe se comparado com o da origem; neste quadro teórico o migrante é explorado e ganha menos que os autóctones.

Na perspetiva do sistema-mundo, o estado desempenha um papel central na regulação dos fluxos. Do lado dos estados recetores, são definidos os critérios de seletividade de entrada, criando-se uma migração laboral com objetivos de viabilização dos

setores económicos intensivos em mão de obra, e isso ficou evidenciado na história. Pela parte dos estados dos países emissores, estimula-se a emigração, visando a receção de remessas dos emigrantes (Petras, 1981) e a prevenção de acumulação de tensões sociais resultantes do sobre desenvolvimento de situações de marginalidade urbana associadas ao desemprego (Pires, 2003). Este tipo de regulação terá expressões diferentes consoante a variação dos objetivos económicos e as necessidades dos setores da economia e racionalização da produção, bem como a diversidade de eventos históricos específicos destes países. Não obstante, o surgimento e reprodução dos fluxos migratórios laborais de direção sul-norte foram fundados naquele tipo de regulação.

Embora se argumente que os movimentos dominantes são migrações laborais na direção de zonas de salários elevados, e que tal contribuiu para o padrão de desenvolvimento enunciado, também são assinaladas as tendências de complexificação da matriz mundial de fluxos migratórios representadas pelos migrantes que acompanham os investimentos de capital para localizações de produção em zonas de baixos salários, nestes modelos denominados fuga de cérebros (Petras, 1981). É um movimento estimulado, como a autora refere, pelos mesmos fatores diferenciais de trabalho, benefícios sociais, aspirações a mobilidade social e padrões de desenvolvimento internacional distorcidos.

Defende-se nestas contribuições estruturais que as instituições sociais, económicas e culturais das áreas emissoras passaram, na história moderna, por processos que conduziram a que a emigração para o centro fosse vista como alternativa, em resultado do diferencial salarial e do desenvolvimento estrutural, por um lado, e à introdução dos padrões de consumo dos países do centro (Portes, 1999: 133), por outro.

São trazidas à análise as ligações históricas surgidas nas relações coloniais e pós-coloniais entre ex-metrópoles e colónias, também entre as quais existirá maior probabilidade de migração internacional por causa das ligações culturais, linguísticas, administrativas e, no âmbito das relações capital e trabalho, ligações de investimento, transporte e comunicações desenvolvidas no período pós-colonial. Fundamenta-se que “na ausência de um contacto anterior, de penetração económica e de uma reorganização social das comunidades emissoras, os diferenciais nos salários são, *per se*, insuficientes para desencadear uma migração internacional em grande escala” (Portes, 1999: 27).

Como condicionantes à variação histórica dos movimentos são considerados os grupos de interesse que se estabelecem entre o trabalho e o capital (como os sindicatos,

partidos e movimentos organizados) (Dassetto, 1990; Petras, 1981; Salt, 1987), os objetivos das empresas do centro e as suas condicionantes tecnológicas e de necessidade de mão de obra (que podem conduzir à realocação da oferta de trabalho para as formações periféricas, para além da referida importação de mão de obra) (Petras, 1981), e as regulações estatais das entradas e saídas (Petras, 1981).

Numa adaptação mais recente da teoria do sistema-mundo, a teoria das cidades globais (Sassen, 2001) relaciona a expansão do setor dos serviços com as migrações e considera que os movimentos laborais devem ser analisados à luz da relação sistémica entre cidades que assistem a processos de recomposição económica, como Nova Iorque ou Londres. A imigração pode ser vista como fonte de trabalho para os serviços mal remunerados, mas também para os postos de trabalho industriais que servem o setor dos serviços em expansão e os modos de vida dos que estão empregados neste mesmo setor (Sassen, 2001: 321). De acordo com a autora, a expansão da oferta de trabalho de baixos salários gerada pelo crescimento dos setores referidos é um dos fatores fundamentais para a explicação da continuidade das migrações nos Estados Unidos, por exemplo, e as cidades globais são um local chave para a incorporação de numerosos imigrantes em atividades ao serviço de setores estratégicos.

Ainda no âmbito das abordagens para explicação da iniciação das migrações, é no livro *Birds of Passage* (Piore, 1979) que é exposta e discutida a teoria do mercado de trabalho dual, que o autor pretende que responda a todas as questões sobre as migrações de longa distância com origem em áreas rurais subdesenvolvidas em direção a países industrializados. Como argumento central, estabelece-se o recrutamento ativo de trabalhadores imigrantes como impulsionador das migrações. Este processo pode ser efetuado pelos empregadores ou ser firmado em acordos governamentais.

Para o autor, a emigração produz-se porque as sociedades recetoras com necessidade de mão de obra exercem atração e não através do diferencial de rendimentos, pois os países que disponibilizam mais mão de obra não são os que se encontram no outro extremo do *continuum* dos rendimentos relativamente às áreas recetoras. A emigração circunscreve-se, nesta perspetiva, aos indivíduos (emigrantes) que conseguem obter um posto de trabalho.

No que respeita às dinâmicas do mercado de trabalho, a dualidade inerente entre trabalho e capital corresponde, nas economias industriais, a uma segmentação. O capital, como fator fixo da produção, tem custos de desemprego suportados pelos

proprietários, e o trabalho é um fator variável cujos custos do desemprego são imputáveis aos próprios. Esta realidade determina que os capitalistas reservem a parte permanente do trabalho para empregar no equipamento e atribuam a parte variável do trabalho para empregar na componente sazonal da procura (Piore 1979).

Os segmentos do mercado de trabalho assim criados, primário e secundário, correspondem à utilização de métodos intensivos em capital e métodos intensivos em trabalho, respetivamente. Os trabalhadores do setor primário, intensivo em capital, caracterizam-se pelos trabalhos qualificados com equipamento e ferramentas, mais seguros e estáveis; os trabalhadores do setor secundário, intensivo em trabalho, ocupam postos de trabalho não qualificados, mais inseguros e instáveis, e sujeitos à variação sazonal. É o segmento secundário que pode ter escassez de oferta e é por essa razão que os empregadores solicitam, de alguma forma, imigrantes ao estrangeiro (Piore, 1979).

É entendido pelos empregadores ser menos oneroso contratar imigrantes, do que subir os salários dos autóctones ou substituir o capital por trabalho. E há mais adaptação dos imigrantes, do que dos autóctones, às condições no mercado de trabalho secundário. Outras variáveis económicas, como a estrutura de salários e a inflação estrutural, ou a hierarquia das motivações nos postos de trabalho, fornecem a explicação para os trabalhadores autóctones e os empregadores terem, ambos, interesse na manutenção das migrações. No que respeita ao imigrante, o autor vê-o como homem económico, em que o seu trabalho é um meio para alcançar um objetivo, o que faz com que se adapte ao seu papel na economia de destino porque a sua identidade social se mantém no contexto de origem. Os imigrantes veem-se como estrangeiros e consideram o seu trabalho como instrumental (Piore, 1979: 81).

Com a mesma perspetiva de que o mercado trabalho é segmentado, a teoria dos modos de incorporação (Portes, 1981, 1999) introduz uma correção à visão determinista da teoria do mercado de trabalho dual ao adicionar a dimensão da existência da comunidade étnica às dimensões da política governamental e do mercado de trabalho na matriz da receção dos imigrantes nas sociedades de acolhimento.

Assim, é conceptualizado um terceiro modo de incorporação dos migrantes nas sociedades de acolhimento. Além do mercado primário e do mercado secundário de trabalho, existiria o enclave étnico, que resulta da iniciativa de recursos dos imigrantes e não é produto de políticas económicas deliberadas de recrutamento, porque também não depende das necessidades de trabalho da classe capitalista. A sua característica básica é que uma proporção significativa da força de trabalho se empre-

ga em empresas de outros imigrantes, sendo portanto a etnicidade um elemento fundamental em que se baseia a solidariedade para a contratação, mas também a obrigação do cumprimento das funções e permanência (Portes, 1981).

O surgimento dos enclaves étnicos depende da presença de imigrantes com capital suficiente, frequentemente trazido do país de origem, para investir em empresas, como acontece no caso de mexicanos e cubanos nos EUA. Na perspectiva da teoria dos modos de incorporação, os enclaves constituem-se como uma reação a condições limitadoras da sociedade recetora.

E assim se conclui a revisão de teorias e modelos que se agrupam no conjunto dos que Massey entende que explicam o surgimento dos movimentos internacionais. Tendo por princípio que poderá ser errado atribuir, ao desenvolvimento de um fluxo migratório, os fatores que estiveram unicamente na sua gênese, inicia-se agora a exposição do conjunto das teorias que argumenta que existem novas condições que se desenvolvem com os fluxos, como as redes ou instituições de apoio ao movimento. A teoria das redes, a teoria institucional, a teoria da causalidade cumulativa e a teoria dos sistemas são incluídas neste segundo agrupamento de teorias que contribuem para as explicações de como as migrações se mantêm no tempo e no espaço, independentemente das condições que as geraram (como o recrutamento ou situações de mudança social alargada), e para as quais não são alheias causas independentes geradas pelas próprias migrações (Massey e outros, 1993: 448).

A abordagem das redes sociais contribui para se perceber como se articulam as dimensões macroeconómicas e sociais e as individuais psicossociológicas nas migrações, na medida em que as redes migratórias ligam os três componentes principais dos sistemas de migração internacional: o fluxo de migrantes entre as áreas de origem e destino, o *stock* de migrantes que reside no país de destino e o fluxo de migrantes que retorna para o país de emigração (Faist, 2000: 52). Nas perspectivas das redes (Faist, 2000; Gurak e Caces, 1992; Massey e outros, 1993) o enfoque das explicações para as migrações é desviado das determinantes e/ou consequências que a migração internacional tem para os países que nela tomam parte, e concentrado no domínio das interligações entre os países que contribuem para os movimentos populacionais, sejam ou não próximos e tenham, ou não, tido relações históricas entre si. A abordagem das redes, por ser central neste trabalho, é desenvolvida no ponto 3. do capítulo I.

A teoria institucional argumenta que depois de iniciados os fluxos migratórios se desenvolvem instituições e processos com o objetivo principal de adequar a procura

(que os migrantes representam) pelo destino e o número mais limitado de possibilidades (como os vistos de trabalho e as quotas associadas estabelecidas pelos países) em alcançá-lo. Esta desproporção e os obstáculos que os países centrais – ou regiões, se tivermos em atenção a Europa – constroem para evitar que todos os migrantes entrem, criam um mercado paralelo na migração que também promove condições para a exploração e, conseqüentemente, o desenvolvimento de organizações humanitárias com o objeto social de assegurar que os direitos humanos estão a ser respeitados no caso dos migrantes – estejam eles legais, ou não – nos países de acolhimento.

Sejam quais forem as causas das migrações, é inevitável o surgimento de necessidades de que os serviços da indústria de migração (Castles e Miller, 2003: 114-115) se ocupam, e que se aglutinam em torno da migração, parcialmente em “mercado negro”, tornando-se facilitadores dos movimentos. Os fatores facilitadores podem traduzir-se em crédito para compra de bilhetes de viagem, criação de canais de intermediação laboral entre a origem e o destino, falsificação de documentos, arranjo de casamentos entre migrantes e autóctones, intérpretes, traficantes e contrabandistas de migrantes, entre outros. Os grupos humanitários fornecem abrigo, aconselhamento legal para obtenção da regularização, serviços sociais, entre outros.

À medida que o tempo passa, os migrantes tomam conhecimento da existência dos serviços enunciados e estes tornam-se uma forma de capital social em que podem confiar para a realização do movimento. A diferença fundamental entre estas instituições e as redes é que as primeiras podem fornecer o mesmo que as segundas, mas a troco de pagamentos. Depois de o fluxo migratório se ter desenvolvido, as instituições do mercado negro tendem a assistir à diminuição do negócio, porque é nas redes migratórias que são transacionados os bens que tinham começado por ser vendidos aí. As atividades inerentes às redes e a estas instituições do mercado negro poderão estar sobrepostas parcialmente em algum momento do fluxo migratório. Em movimentos espontâneos ou ilegais, a necessidade dos agentes e intermediários é ainda maior (Castles e Miller, 2003: 114).

Este processo de institucionalização é difícil de regular pelos governos que, ao restringirem a política de imigração, incentivam à maior atividade do mercado negro e à atividade mais intensa das organizações humanitárias. Este dilema é discutido no capítulo 2.

Outra teoria dedicada à dinâmica auto reforçadora das migrações é a que dá conta do processo conhecido como causalidade cumulativa, que Massey aplicou ao estudo

das migrações (Massey e outros, 1993; Massey e outros, 1998).¹⁰ A causalidade é cumulativa porque as migrações têm efeitos no contexto social no qual posteriores decisões de migrações são tomadas e tornam novos movimentos mais prováveis, ou mesmo expectáveis. O que o autor depois demonstra é como se aplica a teoria da causalidade cumulativa a cada fator que começa por impulsionar a migração. Assim, e de acordo com Massey e outros, são identificáveis seis fatores socioeconómicos que são afetados pela migração, e que a tornam causa de continuidade, portanto traduzem causalidade cumulativa: distribuição de rendimento, distribuição de terra, organização da agricultura, cultura, distribuição regional do capital humano e o significado social do trabalho (Massey e outros, 1993: 451). São listados a seguir.

No caso da distribuição do rendimento, as primeiras famílias que emigraram com o intuito de melhoraram o seu rendimento relativo com a migração contribuem para que outras (que não migraram) vejam o seu rendimento baixar; essa constatação pode conduzir a que migrem também. E assim sucessivamente. Com a aceleração da emigração aumenta a desigualdade de rendimento e a privação relativa, que baixam quando a maioria das famílias contribui para a força de trabalho migrante.

No que respeita à distribuição da terra, a finalidade da compra de terra pelos migrantes rurais, com os proveitos do trabalho, apenas tem subjacente o prestígio, porque o trabalho no estrangeiro é mais produtivo que a produção agrária. Assim, a terra fica por utilizar até ser fonte de rendimento na reforma e, se todos os migrantes fizerem a compra, haverá cada vez mais terra que não é produzida e aumenta as pressões para a emigração, o que por sua vez vai conduzir à compra de mais terra para não produzir.

A organização da produção agrária diz respeito ao facto de as famílias migrantes utilizarem mais métodos intensivos em capital na terra de que são proprietárias, do que as famílias não migrantes, devido a deterem capital para financiarem a maquinaria. Esta realidade liberta força de trabalho de tarefas tradicionais e também aumenta a pressão migratória. Portanto, quanto mais a agricultura é capitalizada, maior a deslocação de trabalho agrário e maior a migração.

A cultura de migração tende a ocorrer à medida que a migração se expande pela localidade de origem. O conhecimento sobre outras localizações no estrangeiro di-

10. Na tipologia de migrações de Peterson é enunciada esta causalidade cumulativa, apenas sem a designar como tal. Na tipificação das migrações de massa, o autor refere que o crescimento deste movimento é semiautomático, e que desde que haja pessoas a emigrar, a principal causa da emigração é a migração prévia (Peterson, 1958: 263).

funde-se, e os valores associados à migração embrenham-se, promovendo novas migrações.

A distribuição regional do capital humano é o quinto fator socioeconómico que é afetado pela migração, estimulando mais migração. A seletividade do processo de migração significa que os fluxos migratórios tendem a ser iniciados pelos migrantes mais qualificados das sociedades emissoras, com efeitos de redução de capital humano na origem e correspondente aumento no destino. Este facto progressivamente promove o crescimento económico nas áreas de receção, em detrimento das áreas de origem, produzindo-se mais pressão emigratória. A construção de escolas e a expansão da educação nas localidades de origem reforça este processo de causalidade cumulativa e dá aos potenciais migrantes o incentivo para se deslocarem para destinos urbanos ou para o estrangeiro.

A atribuição social da etiqueta de “trabalhos de imigrantes” aos postos de trabalho dos imigrantes, duplamente contribuindo para que os nativos não os queiram e para reforçar a procura estrutural por mais imigrantes, constitui a rotulagem social e é um fator de causalidade cumulativa. Como o próprio nome indica, a teoria da causalidade cumulativa contribui para explicar a importância dos fluxos migratórios na sua autorreprodução, podendo ser ilustrada em diversas dimensões de análise de cada estudo.

No que respeita à perspetiva dos sistemas de migração, que teve desenvolvimentos na década de 1980, importa começar por referir que a definição original remete para a existência de dois ou mais países que trocam migrantes entre si, ou seja, “dois ou mais lugares ligados por fluxos e contra fluxos de pessoas” (Fawcett, 1989: 671), e que será tão antiga quanto o estudo das migrações. A abordagem dos sistemas implica analisar os polos dos fluxos e estudar todas as suas ligações, e o interesse renovado na aplicação da teoria dos sistemas às migrações resultou da disponibilidade de novos dados produzidos por inquéritos levados a cabo em áreas emissoras e recetoras, e da possibilidade de medição de dimensões múltiplas dos sistemas migratórios, como aliás é a linha orientadora dos novos modelos analíticos sobre as migrações.

Para o desenvolvimento desta perspetiva também contribuiu o estabelecimento de mais diálogos interdisciplinares e a produção de modelos mais compreensivos com a inclusão de perspetivas macro e micro analíticas. A conceção alargada de ligações inclui a comunicação entre migrantes e potenciais migrantes como equivalentes entre as ligações entre pessoas, e outras ligações observáveis, como por exemplo fluxos de comércio, ou outras ligações conceptuais, como a dependência económica

(Fawcett, 1989: 673). É esta reconcetualização das ligações que é entendida pelo autor como tendo maior potencialidades heurísticas na compreensão do processo de migração internacional.

Neste quadro conceptual, Fawcett identifica 12 tipos de ligações em sistemas de migração, resultantes do cruzamento de quatro categorias (relações estado-estado, conexões de cultura de massa, redes familiares e pessoais e atividades da agência migrante) com três tipos de ligações (ligações tangíveis, reguladoras e relacionais) e discute a sua aplicação em várias formas da migração internacional, com a convicção de que a análise das ligações elucida sobre os processos que impulsionam e sustentam os fluxos de migração (Fawcett 1989).

A teoria dos sistemas de migração tem subjacente o pressuposto de que os movimentos migratórios geralmente surgem da existência de ligações prévias entre os países emissores e recetores, baseadas na colonização, laços culturais, influência política, comércio, investimentos, etc., na senda do que é sugerido pela teoria histórico estrutural do sistema-mundo. A abordagem dos sistemas de migração faz parte da tendência de desenvolvimento de abordagens interdisciplinares e inclusivas das teorias de migração, cujo princípio basilar é o de que todos os movimentos migratórios podem ser vistos como resultado da interação de estruturas micro e macro, portanto a sua análise pode fazer uso das abordagens que atrás foram referenciadas como utilizando enfoques de diferentes níveis.

O modelo analítico dos sistemas de migração pretende ter as seguintes características: demonstrar que tem mais potencial de explicação das migrações internacionais; estabelecer a necessidade de analisar e comparar condições na origem e no destino das migrações; permitir levantar questões sobre as características das diferentes ligações e como se comparam entre si; avaliar a adequação da literatura de migrações existente sobre as várias ligações nos sistemas de migração; identificar interações que possam ser críticas para compreender as dinâmicas dos fluxos de migração; questionar a necessidade de dados macro e micro e se as dimensões relacionais são criticamente importantes e requerem dados comparáveis em dois ou mais lugares no mesmo período (Fawcett, 1989). Uma contribuição para a abordagem de sistemas de migração é a de que os sistemas de migração são mercados internacionais de trabalho (Massey e outros, 1998: 60).

Finda a revisão das principais contribuições teóricas sobre as migrações, passa-se para um apontamento sobre os níveis de análise privilegiados, embora estes já tenham vindo a ser referidos sempre que necessário.

A análise dos processos de migração pode ser feita em três níveis, o que corresponde essencialmente às estruturas envolvidas, que ficaram evidentes na exposição das teorias e se podem associar, *grosso modo*, às unidades de análise mais básicas nas migrações: nível macroestrutural (sociedades entre as quais se dá a migração) nível microestrutural (migrantes) e nível meso, ou relacional (o fluxo migratório). Portanto, cada movimento migratório pode ser analisado com o enfoque nos fatores macroestruturais envolvidos, como os institucionais, que incluem a política económica, o mercado de trabalho global, as relações inter-estatais, a legislação de migração, entre outros.

No nível micro estão as estruturas que envolvem diretamente os migrantes e a decisão de migração, começando pelo grau de autonomia para a decisão – que, quanto maior, mais se associa a informação e conexões (Faist, 2000: 31-32). A motivação para o movimento e as percepções dos fatores institucionais também se relacionam com o micro contexto em que a tomada de decisão é tomada, no qual se incluem as redes informais que se desenvolvem para o auxílio à migração e ao estabelecimento. Neste contexto incluem-se os círculos familiares (do agregado e mais alargados), de amizade, etc. A sociologia não detém um sistema conceptual tão elaborado quanto o que corresponde ao nível macroestrutural para explicar as diferenças da propensão da migração entre indivíduos dentro de países, unicamente o conceito de rede social tem sido intensamente trabalhado (Portes, 1999: 27) e pode ser articulado com o processo de tomada de decisão.

As estruturas intermediárias, ou o nível meso ou relacional de análise, têm tido uma atenção mais recente da investigação e podem ser consideradas as menos concretas (Faist, 2000: 33). Este nível relaciona-se com as ações mediadoras de indivíduos, grupos ou instituições, para a facilitação da ação social (Faist, 2000: 33), mas nele também podem analisar-se as dificuldades, como as que são representadas, por exemplo, na exploração laboral (Castles e Miller, 2003: 28).

As abordagens relacionais ou intermédias explicam a forma não totalmente determinada, nem totalmente livre como os migrantes empreendem o movimento migratório. Com este nível de análise é possível captar os processos através dos quais os indivíduos estendem as suas ações migratórias ao ponto de contribuírem para a reprodução do padrão migratório associado ao desenvolvimento mundial do capitalismo, por exemplo, tal como exposto nas teorias histórico estruturais, e essas ações podem, portanto, ter consequências alargadas e não previstas pelos atores que nelas tomam parte. Aqueles processos passam pelas componentes através das quais os migrantes se tornam conhecedores de oportunidades no estrangeiro, obtêm ajudas

para o movimento e, assim, empreendem movimentos migratórios. É neste plano que se explicam os fatores de continuidade do fluxo migratório, e a ênfase é colocada na forma e conteúdo da relação, ou seja, “claramente nos laços que as pessoas estabelecem umas com as outras” (Faist, 2000: 33), e não nas propriedades ou atributos dos atores e posições.

Nos processos migratórios não existe separação nítida entre as estruturas referidas, que se encontram interligadas na explicação das causas para a mudança migratória (Castles e Miller, 2003: 28) e podem sobrepor-se na análise. Da mesma forma, as teorias apresentadas tendem a privilegiar um enfoque num dos níveis, embora a tendência atual seja para a integração de teorias e de níveis de análise na resposta a questões, ou privilegiando temas de estudo.

Com esta nova tendência, novas linhas de investigação foram introduzidas, nomeadamente por Portes (1997), e incluem comunidades transnacionais, processo de adaptação da segunda geração, famílias e agregados familiares (*households*), género, estado e sistemas de estado e imigração (ou políticas de migração), e comparações internacionais.

3. REDES, CAPITAL SOCIAL E MIGRAÇÃO

A estrutura foi conceptualizada de duas formas coexistentes na sociologia clássica: como estrutura institucional e como estrutura relacional. Mais recentemente surgiu a conceptualização da estrutura como internalizada (Giddens, 2000). Estas conceptualizações rivalizam, mas o reconhecimento de que a organização da vida social depende das três dimensões interdependentes salientadas na caracterização de estrutura confere maior poder à análise sociológica (López e Scott, 2000). Na sociologia das migrações, o conceito de rede social tem sido utilizado como variável explicativa da reprodução dos fluxos migratórios, numa perspetiva que tem subjacente que situações de menor acesso a recursos instrumentais e materiais tendem a ser compensadas através do recurso a redes (pelos indivíduos).

A investigação das estruturas relacionais foi impulsionada por Radcliffe-Brown e inspirou sociólogos e antropólogos com a ideia da estrutura como “rede de relações realmente existentes” (Radcliffe-Brown 1940 em López e Scott, 2000: 46), que começou a ser desenvolvida.

Mas é na sociologia formal de Simmel que é possível identificar a origem sociológica do conceito de rede e da sua análise. O autor define a sociedade como processo,

cuja existência depende das “ações recíprocas” entre indivíduos (Simmel, 1999). A sociedade assume, para Simmel, dois significados só separáveis pela abordagem científica: 1) um conjunto de indivíduos socializados, material humano que tomou uma forma social que constitui a realidade histórica; 2) a totalidade das formas relacionais responsáveis pelo que os indivíduos se tornem a forma social que surge no primeiro sentido do termo. A ciência da sociedade assim conceptualizada tem por objeto as forças, as relações e as formas pelas quais os homens se socializam. As formas são, entre outras, as hierarquias, as corporações, as concorrências, as amizades. Sem todas elas, a sociedade não teria existência. Ainda que, de acordo com o autor, em todos os fenómenos sociais o conteúdo e a forma social constituam uma realidade concreta unitária (Simmel, 1999), o conteúdo das redes sociais foi o menos desenvolvido em análises posteriores.

Também Elias escrevia sobre as ligações em 1939, no texto *A Sociedade dos Indivíduos*, ao afirmar que todos os seres que se cruzam, “aparentemente estrangeiros e sem relações uns com os outros, estão, assim, ligados por uma variedade de canais invisíveis a outros seres, seja por ligações de trabalho ou de propriedade, ligações instintivas ou afetivas” (Elias, 1991: 49-50).

De acordo com a revisão dos trabalhos (Scott, 2000),¹¹ houve três tradições assinaláveis no desenvolvimento da análise das redes sociais contemporânea: 1) a análise sociométrica, orientada para os grupos pequenos, da qual resultaram alguns avanços técnicos com os métodos da teoria dos gráficos; 2) a investigação de Harvard nos anos 30, através da qual foram explorados os padrões de relações interpessoais e a formação de sub-redes, ou “cliques”; 3) a investigação da estrutura das relações de “comunidade” em sociedades tribais e aldeãs, por antropólogos de Manchester, que se apoiaram nas correntes anteriores.

Na primeira tradição referida, psicólogos como Jacob Moreno pretendiam explorar os modos como as relações de grupo significavam simultaneamente limitações e oportunidades para as ações dos indivíduos e para o seu desenvolvimento psicológico. A compreensão da relação inversa também constituía objetivo, ou seja, de como o bem-estar psicológico se relaciona com as características estruturais do que Moreno designou como “configurações sociais”, resultado de padrões de escolhas interpessoais. A inovação do autor consistiu na produção do sociograma, a grafia

11. Para revisões críticas da literatura sobre as tradições na análise das redes, cf. López e Scott (2000); Scott (2000) e Turner (1991).

de representação das propriedades formais das configurações sociais, onde os indivíduos são representados por pontos e as relações entre si como linhas. Este diagrama contribui para descrever visualmente os canais nos quais ocorrem diversos fluxos entre os indivíduos, descrevendo laços. Trabalhos posteriores na mesma linha (Carwright e Harary, 1956, citados em Scott, 2000) atribuíram sinais de (+) e (-) para as referências positivas ou negativas da relação, ou setas a indicar a direção da relação (para distinguir, por exemplo, a ausência de reciprocidade do afeto).

A segunda tradição da análise das redes sociais remete para a investigação, na Universidade de Harvard nos anos 1930 e 1940, das formas como as redes se decompõem em componentes. Foram trabalhos desenvolvidos durante a tradição sociométrica, mas sem o conhecimento desta (nem o inverso), e consistiam na procura de subgrupos nas redes, como os “cliques”, “agrupamentos” (*clusters*) ou “blocos”. Neste domínio de trabalho, a investigação de “relações informais” em sistemas de larga escala levou à descoberta empírica de que os sistemas continham subagrupamentos coesos. Radcliffe-Brown e Durkheim foram influências desta tradição.

Homans conjugou estas duas correntes anteriores. No fim dos anos 1940 o autor começou a interessar-se pela investigação acerca de grupos pequenos que tinha sido feita nos Estados Unidos e pretendia elaborar uma teoria geral sobre estes (Homans, 1992), desenhando-a a partir do trabalho experimental de psicólogos sociais e do trabalho de observação por sociólogos e antropólogos.

De acordo com Homans, a teoria social deveria ser fundada numa compreensão profunda da interação social de escala micro sem a elevação ao nível de abstração mais alargado. Na síntese de Homans lê-se que as atividades humanas orientam as pessoas para a interação, a qual varia consoante a frequência e duração com que o fazem, ou direção em que o fazem, influenciando os sentimentos que assim se desenvolvem (Homans, 1992).

Para o autor, é tarefa da análise sociológica a explicação das redes de interação social construídas em torno daqueles critérios e a utilização dos testes sociométricos de Moreno foi legitimada (Homans, 1992), como método aplicável ao mapeamento de sentimentos que relacionam membros de um grupo entre si.

O conceito de grupo pequeno revela, aqui, uma proximidade ao de rede social, pois é definido pelas interações (“participar junto”), as atividades e os sentimentos dos membros do grupo. Com as suas relações interdependentes durante as quais o grupo está ativo, constitui-se o que o autor designa como sistema social; tudo o que não

faz parte deste sistema social é parte do ambiente no qual o sistema existe (Homans, 1992: 84).

Entre outras hipóteses analíticas elaboradas por Homans no seu estudo, uma das centrais destacadas pelo autor e com maiores implicações para o estudo do grupo humano – e das redes sociais, se concebermos a proximidade dos conceitos no sentido formal – é a de que a existe um aumento, na mesma razão, da interação entre os indivíduos e os sentimentos de afetividade positivos entre si, embora existam fatores que intervêm associação, como a autoridade (Homans, 1992). Ainda que sejam estabelecidas sinergias entre o grupo humano e as redes sociais, Homans não inspirou trabalhos subsequentes nas redes sociais, tendo ficado mais identificado com o património das teorias da troca.

A análise das redes sociais teve um impulso renovado com os investigadores associados ao departamento de antropologia social da Universidade de Manchester, entre os quais Mitchell (1974), no que se considera ser a terceira tradição no surgimento da análise contemporânea das redes sociais. Os investigadores pretenderam salientar as configurações das relações que surgem do exercício do conflito e do poder, sistematizando as noções de “teia” e “rede” de relações sociais, em detrimento das tradições dos anos 1950, na linha de Parsons, relativamente às normas internalizadas e às instituições. Mitchell transpôs a teoria dos gráficos e a sociometria para um quadro sociológico com ênfase em características das organizações informais e interpessoais salientadas por Homans. Mas é opinião do autor que a noção de rede social permite abordagens complementares para ultrapassar as inadequações das abordagens estruturais, por exemplo, porque se tratam de análises com diferentes níveis de abstração e que lidam com diferentes problemas (Mitchell, 1974).

Nas características das redes sociais deve ser estabelecida a diferença, de acordo com o autor, entre a sua morfologia e a interação. Como características importantes da forma das redes sociais são salientadas a densidade, os agrupamentos, a ancoragem (ponto de referência da rede social) e o alcance (número de ligações que intervêm entre a pessoa que as origina e a pessoa alvo, e o número de pessoas com quem um membro de uma rede tem ligações). Os critérios de interação que devem ser considerados na análise das redes sociais são o conteúdo, a direção, a intensidade e a frequência (Mitchell, 1974). Nos critérios de interação são ecoadas contribuições de Homans.

Mitchell afirmava que os conteúdos da interação eram o que de mais problemático e o que menos desenvolvido estava até então, no que à análise das redes sociais dizia

respeito. Para colmatar esta deficiência, são por ele identificadas três categorias de conteúdo da interação social: comunicação, transação ou troca e normas. As ligações entre as pessoas representam a passagem de informação na categoria da comunicação na interação social. O comportamento dos atores pode ser constrangido por relações de troca, consoante o tipo de transação envolvido. No caso do conteúdo normativo, está em causa a construção do significado que a relação tem para o ator, em termos da sua compreensão sobre a expectativa que a outra pessoa tem do seu comportamento (Mitchell, 1974). A proximidade destas categorias com os mecanismos do capital social é explorada mais à frente.

Posteriormente ao surgimento das tradições expostas, no desenvolvimento da análise das redes sociais é feita a rutura com a tendência anterior para analisar as relações interpessoais de âmbito comunitário e passam a ser abordadas as propriedades globais das redes, visando a aplicação da análise a todos os campos da vida social. A confluência desta tendência com o surgimento de duas inovações matemáticas (como a criação de modelos algébricos de grupo e o desenvolvimento de escalas multidimensionais para traduzir relações em “distâncias” sociais e para as mapear no espaço social) conduziu ao surgimento de um novo grupo de Harvard, com White e outros (citado em Scott, 2000). Este grupo desenvolveu-se como um conjunto de analistas estruturais orientados pela matemática, reunidos pela análise das redes.

Granovetter popularizou este ponto de vista na sociologia americana, tendo estimulado outros estudos. O autor teve como objetivo, com o trabalho de 1973 (“A força das ligações fracas”), mostrar como a utilização da análise das redes permite relacionar a interação micro com variados fenómenos sociais macro, questão central no desenvolvimento da teoria sociológica. Esta ligação seria feita através de um aspeto particular das redes sociais, a “força das ligações fracas”. Consistia convicção do autor que é através das redes interpessoais que a interação de pequena escala se representa em padrões de escala mais vasta e que estes, por sua vez, são devolvidos aos grupos mais pequenos (Granovetter, 1973). Ou seja, nesta perspetiva a forma das redes produz consequências substantivas.

Antes de continuar, importa apresentar o conceito central em causa quando a análise das redes sociais avança para além da sua representação gráfica. Uma rede social pode ser conceptualizada como o conjunto das unidades sociais (atores individuais ou coletivos, ou posições) e das relações estabelecidas (direta ou indiretamente) entre estas, através de cadeias de comprimento variável. Uma rede consiste em indivíduos ligados por relações sociais e pode ser representada, graficamente, como um circuito de comunicação (Boissevain, 1974: 166).

Granovetter define a força das ligações como o resultado da combinação variável de dimensões da relação entre os atores sociais, como sejam a quantidade de tempo, a densidade emocional, o grau de intimidade, a confiança mútua e serviços recíprocos. Esta força é, assim, mensurável e variável, e dá origem à tipificação de laços como fortes, fracos ou ausentes (Granovetter, 1973).

O conceito de ponte enquadra a hipótese central do trabalho referido. Uma ponte é uma linha, numa rede, que fornece o único caminho entre dois pontos, a única via através da qual a informação ou influência podem fluir entre qualquer contacto de um dos pontos para qualquer contacto de outro ponto. Todas as pontes são ligações fracas, embora nem todas as ligações fracas sejam pontes (Granovetter, 1973). E o argumento central de Granovetter é o de que o que tem de ser difundido alcança uma maior distância social quando passa através de pontes. O exemplo utilizado pelo autor é o de que se uma pessoa comunica algo aos amigos mais próximos, alguns ouvirão esse rumor duas ou três vezes se os primeiros fizerem o mesmo, porque alguns partilham amigos. A diferença efetiva entre usar ligações fracas ou fortes é a de pessoas atingidas por unidade de tempo, ou seja, a velocidade de transmissão (que é maior entre ligações fortes, mas sem garantias de que se oiça/saiba/conheça algo de novo). É importante salientar que o conteúdo das ligações não é relevante para o autor, que apenas analisa a “força” das ligações.

O pressuposto básico da análise das redes sociais é, como já ficou claro na apresentação das tradições originais, o de que a representação de agentes e relações sociais pode ser feita através de sociogramas e gráficos que unem os pontos (os agentes, pessoas ou posições) e as linhas (as ligações, as relações) e que assim pode ser a orientação geral para a análise da estrutura social (López e Scott, 2000), combinando-se com uma série de conceitos matemáticos e os métodos técnicos para os usar na análise sociológica. O padrão de ligações assim desenhado representará a estrutura relacional de uma sociedade ou grupo social, e a análise matemática dessa representação suporta informação sobre esta estrutura de relações sociais.

Não existe, na análise das redes sociais, a presunção de se construir uma teoria ou um conjunto de teorias específicas. Mas a análise das redes sociais contribui para informar a construção de teorias específicas, porque oferece um enquadramento compreensivo para a análise da estrutura relacional e complementa outras abordagens na compreensão sociológica (López e Scott, 2000; Scott, 2000) (e é o que acaba por ser feito na sociologia das migrações). Esta característica conduz autores a definir a “sociologia das redes sociais” como o conjunto de métodos, conceitos, teorias e modelos de inquérito posto em prática em sociologia (como em outras dis-

ciplinas das ciências sociais], para tomar como objeto de estudo as relações entre os indivíduos (e não as suas características) e as regularidades que apresentam, com o objetivo de as descrever, dar conta da sua formação e transformação e analisar os seus efeitos nos comportamentos individuais (Mercklé, 2004).

A discussão sobre se na terminologia das redes houve transposição e reformulação de conceitos teóricos como, por exemplo, poder, diferenciação, integração e estratificação (Turner, 1991) conduz aos esforços de adaptação da análise das redes à sociologia feitos por Emerson e Cook (e Emerson, 1978; Cook, Emerson e Gillmore, 1983), assim como a outras abordagens da troca (Boissevain, 1974). Também em domínios particulares como os do presente trabalho, neste caso as migrações.

Emerson e Cook, que se notabilizaram nas teorias da troca, tiveram a preocupação com as formas das relações de troca, assim se aproximando de Simmel, ao não estudarem as propriedades das unidades sociais, mas a forma da relação entre elas. Também é este enfoque que torna esta perspectiva compatível com a análise das redes.

Os autores procuram investigar as determinantes estruturais do poder e dos constrangimentos normativos no uso do poder no contexto de redes de troca, por definição as que incluem duas ou mais relações de troca (Cook e Emerson, 1978).

A definição de redes de troca é remetida para Emerson (1972) (Cook, Emerson e Gillmore, 1983: 277) como: 1) conjunto de atores (pessoas ou grupos); 2) distribuição de recursos valorizados entre tais atores; 3) para cada ator existe um conjunto de oportunidades de troca com outros atores na rede; 4) um conjunto de oportunidades de relações de troca historicamente desenvolvidas e utilizadas; 5) e um conjunto de conexões de rede que ligam relações de troca numa estrutura única de rede.

Importante realçar nestes autores os conceitos de posição (localização dos indivíduos na estrutura global) e o conceito de *commitment*, que traduzimos por compromisso.

A posição numa estrutura de oportunidades condiciona a distribuição do poder. Tendo este sido encontrado na posição mais central, pode dizer-se que a centralidade é uma das mais importantes características das posições (Cook, Emerson e Gillmore, 1983). A estrutura permite determinar o potencial de poder para cada posição na rede, mas os ocupantes das posições podem usar o seu poder em grau ou proporção variáveis, em redes de troca.

Por compromisso os autores (Cook, Emerson e Gillmore, 1983) entendem a variável que creem ser fundamental para distinguir a teoria económica da troca e a teoria

social da troca. A teoria económica pressupõe racionalidade e mercado perfeito, portanto que os parceiros de troca não desenvolvem lealdades e compromissos; mas na teoria social espera-se que tais compromissos aconteçam. De acordo com os autores, diz-se que um ator está comprometido com outro na rede na medida em que, entre as alternativas, escolhe, para parceiro de troca, alguém com quem já estabeleceu parcerias anteriores. Como hipótese os autores referem que o uso do poder varia inversamente com o compromisso, pois este é constrangimento do primeiro (Cook e Emerson, 1978). Exemplos de compromisso são o casamento, contratos de trabalho de longo prazo, sistemas de parentesco reforçados coletiva ou normativamente, entre outros.

Defende-se que as redes sociais podem ser proveitosamente analisadas como redes de troca, desde que o conteúdo das relações sociais envolva a transferência de itens socialmente valorizados, como a informação, afeto ou aprovação, aconselhamento ou bens e serviços diretos (Cook, Emerson e Gillmore, 1983). Neste caso as linhas representam relações de troca e os conceitos da troca entre dois atores – nomeadamente o poder e a equidade – podem ser aplicados a mais do que uma relação dual e ser incluídos numa teoria com potencial de observação a uma escala macro.

Os autores salientam a distinção entre o conceito de rede e conceito de grupos pequenos, que não havia sido explorada por Homans, que consiste em os atores não terem noção das fronteiras da rede e por isso a sua participação nelas não ser baseada no estatuto de pertença (Cook, Emerson e Gillmore, 1983).

Neste ponto do texto importa elencar conceitos fundamentais associados às redes sociais, que remetem para a sua composição e representação, para as suas propriedades e para os tipos e propriedades das suas componentes.

As redes podem ter a designação homónima, ou designar-se “cliques” ou “agrupamentos”, como já foi referido atrás, e são formados em situações de defesa de interesses comuns, ou quando se procura ativamente um maior controlo sobre recursos (Portes, 1998, 1995). Estas “alianças temporárias” (Boissevain, 1974) podem assumir ainda outras formas (“gang”, “conjuntos de ações” e “fações”). Destacamos, por se relacionarem com os objetivos de investigação, o “clique” e o “conjunto de ações”, tendo o primeiro subjacente uma “base de afeto e interesse comuns” (Boissevain, 1974: 174), e o segundo constitui um “conjunto de pessoas que coordenam as suas ações para atingir um objetivo particular” (Boissevain, 1974: 186). Distinguem-se estes agrupamentos quando existe uma maior densidade do que na rede total (Portes, 1998, 1995).

Nas propriedades das redes incluem-se a densidade, a multiplexidade e a latência. A densidade remete para o número de ligações e é uma medida de coesão ou solidariedade na rede, assim como serve para estudar a fragmentação em componentes. A multiplexidade diz respeito ao grau de sobreposição de esferas institucionais nas relações entre participantes na rede (ser-se familiar e colega de trabalho, por exemplo) (Portes, 1998, 1995). A propriedade da latência significa que as redes não estão sempre ativas e que os indivíduos podem acioná-las quando pretendem, mesmo sem que reconheçam a sua forma.

As redes relacionam-se, assim, com uma conceção de estrutura, de elementos de ordem que não têm que estar sempre ativos e que correspondem à relação agente-agente. As propriedades da forma social que constitui as redes sociais podem ter consequências nos objetos de estudo.

No que diz respeito às propriedades das componentes das redes, os pontos (posições ou atores) podem ser centrais ou intermediários. O “intermediário” (*broker*) das redes é equiparado, por Boissevain, a um empresário que controla recursos e que os manipula para o seu próprio interesse. Estes recursos são contactos estratégicos com pessoas que controlam diretamente outros recursos (postos de trabalho, por exemplo). Um intermediário social coloca pessoas em contacto direto ou indireto, visando o lucro, e estabelece pontos de comunicação entre pessoas, grupos, estruturas e até culturas (Boissevain, 1974). Está sempre envolvida uma transação, nomeadamente serviços, informação, boa vontade ou satisfação psicológica (Boissevain, 1974).

Como já referido atrás, os laços podem ser caracterizados como “pontes” (Boissevain, 1974; Granovetter, 1973) ou outras ligações. A ponte é a ligação fraca que se estabelece entre dois setores de redes sociais. Por exemplo, quando se muda de trabalho, muda-se de rede e estabelece-se uma ligação entre duas redes.

Como a análise das redes é interdisciplinar, as unidades encastradas na rede podem ser indivíduos, posições, atores coletivos ou outras entidades. Dependendo da natureza do ponto, podem surgir dinâmicas diferentes, embora seja possível que em algumas situações operem as mesmas dinâmicas e, nesse caso, a análise das redes pode resolver os debates micro versus macro (porque a interação entre as pessoas e os atores coletivos revela a mesma dinâmica de rede) e para analisar fenómenos muito diversos (Turner, 1991).

As ligações, ou laços, podem representar informação, sentimentos, preferências, controlo, influência, honra/prestígio, realidades materiais e ideias, que podem ser

organizados em três tipos de fluxos genéricos: materiais (bens físicos e símbolos que dão acesso a tais bens físicos, como o dinheiro), símbolos (informação, ideias, valores, normas, mensagens, etc.) e emoções (aprovação, respeito, etc.) (Turner, 1991).

O facto de poderem referir-se os conteúdos dos laços como fluxos materiais, simbólicos e emocionais, não invalida que as redes sociais remetam para posições ocupadas por agentes que são substituíveis uns pelos outros em relação aos seus laços relacionais (Scott, 2000). O conceito que se refere a esta discussão é o de “equivalência estrutural”. A análise do conteúdo e do funcionamento dos laços sociais remete para o conceito de capital social, na sociologia. É possível encontrar, mesmo, uma definição de capital social indistinta de redes sociais, no caso em que se atende mais ao conteúdo destas do que à sua forma: “de uma maneira geral, redes sociais, as reciprocidades que surgem delas, e o valor destas para os objetivos mútuos a alcançar” (Schuller, Baron e Field, 2000: 1).

A formulação sociológica do conceito de capital social tem origem francesa. Enquadrado no conjunto da produção teórica de Pierre Bourdieu sobre as outras formas de capital (o económico, o cultural e o simbólico), o capital social é definido como “o conjunto de recursos reais ou potenciais ligados à posse de uma rede *durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento; ou, por outras palavras, à pertença a um grupo, como conjunto de agentes que não só são dotados de propriedades comuns (susceptíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos) mas são também unidos por ligações permanentes e úteis” (Bourdieu, 1980: 2).¹² O capital social não se reduz ao capital económico ou cultural, mas o inter-reconhecimento supõe que exista um mínimo de homogeneidade “objetiva” entre os capitais, como o autor reconhece, assim como exerce um efeito multiplicador sobre o capital que o agente possui. Ou seja, o capital social não é redutível aos outros capitais, mas também não é independente deles.

Coleman é o responsável pela divulgação do conceito na sociologia norte-americana e utiliza-o como instrumento para desenvolver a orientação teórica que aceita o princípio da escolha racional ou propositada (Coleman, 1988).

Para o autor, o capital social define-se pela sua função e consiste num aspeto das estruturas sociais que facilita determinadas ações dos atores (Coleman, 1988: s98). Ao contrário de outros capitais, como o físico ou o humano, “é inerente à estrutura

12. Itálicos no original.

das relações entre dois ou mais atores” (Coleman 1988: s98) e torna possível o alcance de objetivos que não estariam acessíveis na sua ausência. Redes sociais e capital social são, nesta definição, indissociáveis e o capital social também é apresentado como um recurso para obtenção de objetivos.

Nesta perspetiva funcionalista do conceito, o capital social assume seis diferentes formas: i) as obrigações, expectativas e a confiança das estruturas; ii) os canais de informação; iii) as normas e sanções eficazes (Coleman, 1988); iv) relações de autoridade v) organização social apropriável; e vi) organização intencional (Coleman, 2000,1990).

De acordo com o autor, as normas eficazes dependem de uma propriedade das relações sociais que o autor designa por fechamento. Sendo também importante para a confiança das estruturas sociais que permitem a proliferação das obrigações e expectativas de reciprocidade, o fechamento é uma característica das relações sociais que facilita o capital social (Coleman, 2000,1990). Esta perspetiva diverge da de Granovetter (1973), que atribui mais força aos laços sociais fracos para o acesso a recursos e a conhecimento novo, do que a estes “laços fechados”.

A organização social apropriável facilita o capital social porque significa disponibilidade de recursos organizacionais (Coleman, 1988). Mais tarde o autor veio a considerar a organização apropriável como uma forma de capital social (Coleman, 2000,1990).

Robert Putnam é um autor também de referência incontornável na revisão da literatura sobre o capital social (Putnam, 1993, 1995a, 1995b) e encontra-se associado à introdução do conceito no discurso político (Schuller, Baron e Field, 2000). Para o autor, capital social refere-se a “características da organização social, como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo” (Putnam, 1995a: 67). Ou, mais especificamente, “que permitem aos participantes agir juntos mais eficazmente para obterem objetivos comuns” (Putnam, 1995b: 664/665).

O autor sustenta que o capital social incorporado em normas e redes de ocupações de âmbito cívico condiciona positivamente o desenvolvimento económico. E isto porque, em primeiro lugar, o capital social origina normas de reciprocidade generalizada, e uma sociedade que confia nesta reciprocidade é mais eficiente que aquela em que esta confiança não exista, o que resulta como uma “lubrificação da vida” (Putnam, 1993). Em segundo lugar, as redes de atividades cívicas também facilitam a coordenação e comunicação e atribuem amplitude à informação sobre a confiança

de outros indivíduos. Por último, o sucesso da colaboração no passado é incorporado nestas redes, o que serve como exemplo para o futuro, portanto os *stocks* de capital social tendem a ser auto-reforçadores e cumulativos, ao contrário da depreciação que sofrem se não tiverem utilização (Putnam, 1993). Já Coleman também referia que, como recurso que depende das relações entre as pessoas, o capital social desvaloriza se estas não são renovadas (Coleman, 2000,1990).

Ao contrário de autores anteriormente referidos, Putnam define o capital social como propriedade de grandes agregados e considera que “faz a ponte” entre grupos, uma vez que as normas, redes e confiança ligam setores substanciais da comunidade e abrangem clivagens sociais.

O conceito de capital social é, como vimos, associado à ideia de benefícios que os indivíduos podem obter pela participação em grupos (Bourdieu, 1980), sem os quais não conseguiriam determinados objetivos (Coleman, 1988). Putnam segue a mesma linha, mas expõe “efeitos negativos” do capital social, ao referir haver normas e redes que servem certos grupos e que podem obstruir outros, em particular se as normas são discriminatórias e as redes socialmente segregadas. Coleman, ao referir que “uma dada forma de capital social que é valiosa para facilitar certas ações pode ser inútil, ou mesmo prejudicial para outras” também aborda a vertente menos benéfica do recurso em causa (Coleman, 1988: s98) embora não a explicitando como tal.

As definições anteriores remetem para consequências ou resultado da sociabilidade. Contudo, as redes e as normas que Coleman ou Putnam associam ao conceito de capital social, remetem para o facto de as próprias relações sociais (as redes) serem capital social, de estas terem capital social encastrado e não, como na conceção de Bourdieu, serem recursos para serem usados pelos indivíduos. É aquela sobreposição que origina a crítica de tautologia, e a afirmação de que o tratamento sistemático do conceito deve distinguir os possuidores do capital social, das fontes de capital social, dos recursos propriamente ditos, todos eles confundidos na conceção de Coleman (Portes, 2000).

As investigações mais recentes sobre capital social apontam para que as funções do capital social sejam: controlo social, apoio familiar e benefícios através de relações extra familiares (Portes, 2000). O núcleo consensual refere o capital social como respeitante à “capacidade de os atores garantirem benefícios em virtude da pertença a redes sociais ou a outras estruturas sociais” (Portes, 2000: 138). Ou seja, o conceito não se refere aos recursos em si, mas à sua mobilização por parte dos indivíduos quando precisam deles. Os recursos adquiridos através do capital social têm sub-

jacente a expectativa de reciprocidade em determinada altura num futuro, mesmo incerto.

Neste sentido, e já como Coleman e Putnam haviam salientado, pode haver conflitos entre redes e política, pois a capacidade de as autoridades fazerem cumprir regras pode ser ameaçada pela existência de redes coesas cuja função seja favorável à violação dessas regras para benefício privado; “o encastramento em estruturas sociais pode ser transformado em resultados socialmente indesejáveis” (Portes, 2000: 149).

Neste mesmo sentido de consequências indesejadas, Portes elenca as consequências negativas de capital social, conforme já referenciadas por Coleman e Putnam, na literatura: 1) a exclusão do acesso a recursos e benefícios por quem não partilha dos mesmos laços fortes que permitem obtê-los; 2) o reverso do primeiro, como a exigência excessiva a membros do grupo e impedir iniciativas empresarias do grupo; 3) restrições à liberdade individual e exigência de conformidade às comunidades ou grupos; 4) normas de nivelação descendente para manter os membros de um grupo oprimido no seu lugar (o que leva os mais ambiciosos a querer sair do grupo) e reproduzir a solidariedade assente numa experiência comum de subordinação (Portes, 2000: 148-149). Ao nível individual, os processos relacionados com o capital social podem, portanto, significar um controlo sobre comportamentos desviantes e o acesso favorecido a recursos, mas podem também cercear as liberdades individuais e vedar a terceiros o acesso a esses mesmos recursos.

Os desenvolvimentos do conceito de capital social originaram uma teoria de estrutura social e ação com o mesmo nome, que tem como objetivo fazer a ligação macro e micro na análise sociológica (Lin, 2002). De acordo com o autor da teoria do capital social, o conceito deverá ser utilizado no contexto da rede social, assim significando “recursos acessíveis através de laços sociais que ocupam localizações estratégicas na rede” (Lin, 2002: 24) e, operacionalmente, “recursos encastrados nas redes sociais, acedidos e usados pelos atores para as ações” (Lin, 2002: 25). Para Lin, o capital social contém três elementos que intersejam estrutura e ação: estrutura (o encastramento), a oportunidade (acessibilidade através das redes sociais) e a ação (uso dos recursos). Os recursos permanecem nas redes (e não nos indivíduos), e o seu acesso e utilização são apanágio dos atores individuais. Os recursos definem-se como bens valorizados através de julgamentos normativos, e o autor refere a riqueza, a reputação e o poder.

No seguimento da teoria marxista do capital, Lin (2002) salienta que o capital social também é investimento em relações sociais, com expectativa de retorno no mercado

(que pode ser económico, político, de trabalho, de comunidade, etc.). Nesta perspetiva, o enfoque da análise é o de como o indivíduo investe nas relações sociais e como captura os recursos encastrados nas relações para a obtenção do retorno, ou seja, para ter sucesso numa ação intencional (e as perspetivas sobre o capital social referem frequentemente a procura de trabalho por ser uma das áreas em que se medem os seus efeitos). O capital social contém recursos (riqueza, poder, e reputação, bem como redes sociais) de outros atores individuais aos quais um ator individual pode ganhar acesso através de laços sociais diretos ou indiretos. São recursos encastrados nos laços das redes de cada um.

Um outro desenvolvimento da teoria do capital social remete para Ronald Burt. O autor pretende atribuir um sentido analítico à metáfora do capital social, mostrando como a estrutura da rede oferece vantagens competitivas aos atores sociais. Na elaboração de uma teoria estrutural mais geral do capital social, inspirada em Granovetter e na teoria da força das ligações fracas, Burt introduz o conceito de “buraco estrutural” como relação de não redundância entre dois contactos (Burt, 2005, 2007). O argumento vai de encontro ao de Granovetter, de que quanto mais densas as relações nos grupos, mais a informação circula no interior e não entre eles.

Por “buracos estruturais” o autor entende os intervalos entre agrupamentos (ou *clusters*) que existem na estrutura de fluxo de informação. Um buraco estrutural entre dois grupos significa que existe concentração nas atividades ao ponto do alheamento relativamente às atividades do outro grupo. Os buracos estruturais são, por isso, espaços vazios na estrutura social e o seu potencial valor é o de separarem fontes de informação não redundante, tornando a informação suplementar e não sobreposta.

Para Burt, as relações podem ser medidas pela sua força e contexto em três categorias: pontes, vínculos e as outras (que estão entre as duas anteriores). As pontes criam variação de informação, enquanto os vínculos eliminam a variação e protegem as pessoas (relacionadas) de informação inconsistente com aquela que já conhecem (Burt, 2007).

Burt caracteriza os intermediários como os indivíduos que estabelecem as pontes que abrangem os buracos estruturais e que portanto têm uma vantagem em detetar e desenvolver oportunidades recompensadoras. Os intermediários têm uma posição vantajosa na estrutura social, pois têm acesso primordial a uma maior diversidade de informação, bem como ao controlo na difusão da informação; ou seja, detêm mais capital social. E os buracos estruturais representam oportunidades para intermediar, e os comportamentos para desenvolver a intermediação podem ser diversos (Burt, 2007).

Há modos pelos quais a rede pode estar fechada à intermediação: pode conter poucos contactos, os contactos estarem muito interligados, ou os contactos estarem muito ligados indiretamente através de uma pessoa central. Segundo o autor, a intermediação cria uma vantagem, “está associada a boas ideias” (Burt, 2007: 91), mas sabe-se pouco de como as pessoas se tornam intermediárias. Tendo como âmbito o estudo das migrações internacionais, Faist (2000) define capital social relacionando a estrutura de laços em redes e o seu conteúdo, e sintetiza a componente individual e coletiva do capital social remetendo para mecanismos que têm na sua base o problema da mobilização de recursos versus recursos encastrados; “capital social é os recursos que ajudam as pessoas ou grupos a conseguir alcançar os seus objetivos em laços e os recursos inerentes nos laços sociais e simbólicos padronizados que permitem aos atores cooperar em redes e organizações, servindo como mecanismo para integrar grupos e comunidades simbólicas” (Faist, 2000: 102).

Um dos domínios de utilização de capital social pelos atores, e de formas de redes na vida social conduz, no mundo contemporâneo, ao tema da Internet e da *world wide web* (precisamente a rede que percorre o mundo através dos computadores portáteis, cabos de ligação, estruturas de ADSL, fibra ótica, sistemas de *wireless*, entre outras tecnologias de comunicação à distância). Na presente exposição importa destacar as potencialidades da Internet no que se refere à disponibilização de doses massivas de informação gratuita e à comunicação mediada sem constrangimentos de espaço, nem de tempo. É uma rede que representa precisamente uma das propriedades das redes sociais, a latência, e uma das distinções relativamente aos grupos pequenos, como se referiu atrás: pode ser ativada quando necessária e não se tem um conhecimento real das suas fronteiras.¹³ À Internet associa-se a virtualidade a este desconhecimento.

O argumento de que na relação entre as redes cibernéticas e o capital social, a existência das primeiras potencia o aumento e o desenvolvimento do segundo (Hiller e Franz, 2004; Lin, 2002), não é concordante com a tese de que o capital social se encontra em declínio na América (Putnam, 1995a); ou, pelo menos, estende-se além da consideração das redes sociais localizadas em tempo e no espaço não cibernético, até porque à época de Putnam as redes cibernautas ainda não tinham o poder (de troca de informação, para referir apenas um exemplo) que têm no Século XXI.

13. O argumento de que nas redes sociais os indivíduos não detém um sentimento de pertença é, de alguma forma, colocado em causa pelas redes sociais da Internet; embora não se tenha a noção das fronteiras, “pertence-se”, ou “não se pertence”, ao Facebook.

Contribuem para aquele argumento as características das redes cibernéticas. São redes sociais localizadas na Internet, que se constituem por relações entre indivíduos e grupos de indivíduos, através de endereços de correio eletrónico, salas de conversação ou *chat*, grupos de notícias, comunidades virtuais, com objetivos comuns de obtenção de informações, defesas de causas, realização de transações (como o comércio eletrónico), entre outros. A interação é virtual e não se localiza em espaço e tempo determinados (Hiller e Franz, 2004; Lin, 2002).

As redes especialmente criadas para estabelecer contactos com pessoas novas e/ou encontrar pessoas de quem se perdeu o contacto têm-se desenvolvido nos últimos 10 anos, sendo o Facebook uma das redes mais populares.¹⁴ Além do Facebook, são exemplos destas redes o Hi5, ou o Orkut, onde cada pessoa se inscreve com um perfil, pode convidar outras a juntar-se à rede, e vai adicionando amizades e relações no seu espaço, assim alargando a sua rede (que pode ser parcialmente sobreposta à que já tem no espaço não virtual). Uma parte destas atividades envolve a criação e uso de capital social, e os relacionamentos *online* podem ser caracterizados, no domínio dos conceitos das redes, como tendo por objetivo desenvolver novos laços, alimentar laços antigos, e redescobrir laços perdidos (Hiller e Franz, 2004). A comunicação assim mediada por computador pode criar pontes entre pessoas previamente desconhecidas, transcendendo o tempo e o espaço físico, e pode sustentá-las mesmo sem contacto físico (ou conduzir a este). A não ser nas salas de conversação (ou, por exemplo, no programa Messenger, Windows Live Messenger, ou Skype), em que as conversas são mantidas em simultâneo, todas as outras formas de comunicação permitidas pelas redes cibernéticas e pela Internet são assíncronicas e derrubam todas as fronteiras geográficas, não importando de onde comunicam os elementos (indivíduos) das redes que, geralmente, se criam com base em interesses comuns.

Algumas questões se colocam relativamente à relação entre capital social e as redes cibernéticas. Destacamos, de entre os temas de investigação que Lin propõe (2002), o de saber até que ponto os conceitos e as teorias do capital social que se aplicam às redes localizadas se podem aplicar às redes cibernéticas, e se umas complementam ou substituem as outras. É de acrescentar que dependerá de cada investigação em

14. Esta rede adquiriu ainda maior protagonismo, na vertente do entretenimento, com o filme "Rede Social" (estreado em Novembro de 2010 em Portugal), sobre o seu fundador, realizado por David Fincher. Nas vertentes social e política, as redes sociais adquiriram também muita visibilidade e sucesso, através da capacidade que revelam ter como veículo de transmissão de informação com objetivos de mobilização social, de que as revoltas no mundo árabe em 2011 foram um dos exemplos paradigmáticos, e que aqui representam o potencial de ativação das redes sociais.

particular. Para o trabalho presente, importa ter em perspectiva as redes sociais na sua dupla localização, e as migrações.

Quando se analisam as redes sociais com impacto em migrações, atribui-se a designação de redes de migração ou redes de migrantes. As redes sociais na migração têm sido estudadas em diversas dimensões e contextos, entre os quais se salientam: contributos do estudo das redes sociais de migração no contexto da teoria dos sistemas, em Fawcett (1989), Gurak e Caces (1992), ou Faist (2000); estudo de laços de base comunitária e redes sociais em contextos territoriais específicos em Hugo (1981); impacto das redes de migração no estatuto ocupacional ou nas profissões, respetivamente Mullan (1989) e Waldinger e Lichter (2003); o estudo das redes de migração em grupos de migrantes particulares, por Massey e associados (Massey, Alarcon, Durand e Gonzalez, 1987; Massey e outros, 1993; Massey e outros, 1998) ou Menjívar (2000).

As redes de migração são “conjuntos de ligações interpessoais que ligam migrantes, migrantes pioneiros e não migrantes nas áreas de origem e de destino, através de laços de parentesco, amizade e de origem comum” (Massey, 1988: 396).¹⁵ Nas migrações internacionais podemos distinguir, entre os “migrantes” aqui considerados, os que integram o fluxo, os que retornam do país de imigração para o de emigração e os que residem no país de imigração (Faist, 2000: 52).

As redes são apontadas como responsáveis pela continuidade e sustentabilidade dos fluxos migratórios (Faist, 2000; Massey e outros, 1993; Massey, Glodring e Durand, 1994) e explicitamente consideradas insuficientes para constituir originalmente os fluxos migratórios de grande dimensão (Faist, 2000; Krissman, 2005), como aliás já havia sido exposto no capítulo 1, aquando da revisão de teorias das migrações. À medida que o sistema da migração internacional amadurece, os fatores externos a esta dinâmica tornam-se menos relevantes e são as redes que têm capacidade para o fazer prolongar além da ação dos fatores individuais ou estruturais que o produziu, como também foi explicitado.

A migração pode ser a mudança que ocorre nas relações sociais para facilitar outras ações, obedecendo à definição de capital social como o que é criado quando as

15. O conceito de “migrant network” traduz-se para “rede de migração”, “rede migratória”, “rede de migrantes” ou “rede intramigrantes”, porque “rede migrante” induz em erro ao sugerir a migração de uma rede social, quando se trata de considerar o funcionamento do conjunto das relações sociais entre (intra) protagonistas de migrações e quem fica (inter), assim como as relações dentro das redes de migrantes já chegados, e as suas influências no desenvolvimento de fluxos migratórios particulares.

relações entre as pessoas mudam para facilitar a ação. Isto é, “os migrantes movimentam-se não como aventureiros solitários mas como atores ligados a outros associados aqui e lá, com os laços sociais lubrificando e estruturando a sua transição de uma sociedade para a seguinte” (Waldinger e Lichter, 2003: 11).

Em suma, cada ato de migração produz capital social entre pessoas com quem o novo migrante se relaciona, e tal faz aumentar as probabilidades da migração destas (Massey, Goldring e Durand, 1994); “As ligações das redes constituem uma forma de capital social de que as pessoas podem aproximar-se para ter acesso a vários tipos de capital financeiro: emprego estrangeiro, salários elevados e a possibilidade de acumular poupanças e de enviar remessas” (Massey e outros, 1998: 43).

Esta associação entre redes de migração como uma forma de capital social terá sido feita pela primeira vez por Massey e colegas no fim dos anos 1980 (Massey, Alarcon, Durand e Gonzalez, 1987) conforme foi afirmado posteriormente (Massey e outros, 1998). A ligação entre redes e laços sociais, ao seu conteúdo – os recursos que constituem o capital social – é desenvolvida no contexto da teoria de Faist, a qual pretende explicar um enigma desconcertante da migração internacional, que se constitui por duas perguntas: porque é que há tão poucos migrantes de tantos lugares? E porque é que há tantos migrantes de tão poucos lugares? (Faist, 2000).

Um dos pontos de partida subjacentes nesta teoria, e nas teorias das redes de migração, consiste em considerar que as decisões dos potenciais migrantes sobre ir ou permanecer no lugar de origem têm de ser colocadas no contexto dos seus laços sociais, onde se encontra o capital social. Retoma-se a ideia de que o capital social consiste em recursos (obrigações, reciprocidade e solidariedade) e os benefícios que deles se retiram (o acesso a recursos de outros significativos, informação e controlo sobre outras pessoas) (Faist, 2000). Esta postura contraria a perspetiva clássica do potencial migrante individualizado e calculista na decisão e estuda o impacto das redes no comportamento dos indivíduos e a forma como o constroem ou possibilitam.

Este contexto de redes tende a ser, na literatura das migrações, associado à explicação de desenvolvimento das migrações, como se dizia atrás, inicialmente no sentido em que permite dotar os potenciais migrantes da capacidade de relacionarem fatores de repulsão e atração específicos, através dos fluxos de informação recebidos pela parte de migrantes pioneiros, numa das modalidades fazendo desencadear a avaliação negativa do seu contexto e o desejo de partir (Haberkorn, 1981). Contudo, e perante a evidência de que a maioria da população mundial é sedentária, analisar os mecanismos do capital social permite também perceber que a manutenção de laços

de base comunitária pode ter o papel de retardar, ou mesmo favorecer, a permanência (De Jong e Fawcett, 1981; Hugo, 1981).¹⁶ As redes de migrantes não explicam, sozinhas, as dinâmicas da migração internacional e é necessário analisar as funções do capital social para compreender melhor esta afirmação, porque este conteúdo dos laços sociais não é um dado adquirido (Faist, 2000: 303). Tal análise justifica-se porque o comportamento de um indivíduo não é determinado só pela estrutura da rede, nem só pela participação de um indivíduo numa série de laços (Faist, 2000: 16).

Uma das particularidades dos laços e recursos que compõem as redes sociais é a de que são específicos do local e não são facilmente transferíveis, ainda para mais através de fronteiras internacionais, e é esta característica que contém a principal explicação para a generalizada imobilidade populacional relativa (Faist, 2000). As vantagens acumuladas pelo investimento dos atores sociais em relações com outros por eles valorizados são frequentemente impossíveis de transferir e a decisão de migrar leva à sua perda parcial ou completa. Em caso de movimento, a manutenção desses laços à distância implica custos. E, ainda, alguns destes recursos, como a experiência ou a qualificação profissional, só têm aplicação em meios circunscritos (Faist, 2000).

Com esta tese sai reforçada a associação do surgimento de migrações a momentos críticos e à mudança social; “só sob condições incomuns mas importantes de crise ou mudança nacional as pessoas são motivadas para transferir recursos locais, não por hábitos e interesses de rotina quotidiana” (Faist, 2000: 125).

Quando as redes de migrantes evoluem e permitem que os recursos sejam mais facilmente transmissíveis através das fronteiras – e informam sobre as condições em que recursos como a experiência profissional podem ser válidos – a cadeia de migração desenvolve-se em situações que vêm a caracterizar-se por significar um leque maior de escolha aos potenciais migrantes. “O crescimento das redes, que ocorre através da redução progressiva dos custos, pode ser explicado teoricamente pela progressiva redução de riscos” (Massey e outros, 1998: 43). Os migrantes precisam de laços para encontrar casa, trabalho e um ambiente cultural semelhante e apenas quando existem redes de migração é possível encontrar migração em cadeia e de massa.

Continuando na perspetiva analítica das redes e capital social nas migrações, “precisamos de considerar o caráter do capital social como recurso local que limita a

16. O que corresponde à hipótese da “afinidade” de Ritchey (1976).

mobilidade nos estágios iniciais da migração, embora possa funcionar como correia de transmissão e ajudar a acelerar o movimento internacional nos estágios mais tardios” (Faist, 2000: 14). Nesta situação, considera-se que “a migração desenvolveu uma energia que lhe permite funcionar independentemente das forças originárias e das políticas com o objetivo de a controlar” (Gurak e Caces, 1992: 159), resultando dela um ambiente novo para novas decisões (Massey, Goldring e Durand, 1994; Salt, 1987).

As dimensões do capital social e seus benefícios são um suporte de qualidade ambígua porque se por um lado constituem recursos locais que explicam a imobilidade relativa por causa das ligações e laços múltiplos à envolvente direta, por outro lado cristalizam nas redes de migrantes que assim se alargam geograficamente a permitem a ligação a dois ou mais estados-nação (Faist, 2000). De acordo com Faist (2000), a análise do capital social fornece a ligação meso da análise das migrações: as suas dimensões indicam que são recurso para os indivíduos e constituem simultaneamente um dos dispositivos que integram grupos, organizações e comunidades simbólicas. O autor concilia as perspetivas individualista (de Coleman e Bourdieu) e coletiva (Putnam) do capital social.

Retomando Granovetter e a tese da força dos laços fracos, é opinião de Faist que só por si não aliciam os migrantes a ir ou a ficar, a não ser que as pessoas do contacto tenham bons recursos ou tenham contactos com bons recursos, para que ir ou ficar seja uma boa opção (ou seja, depende do capital social que permitam aceder). Para o autor, o capital social em forma de obrigações recíprocas e expectativas de retorno emergem em redes de laços fortes (Faist, 2000: 101). No entanto, também admite que os laços fracos não podem ser vistos como “transportador inferior de recursos sociais”. Deste modo, os laços fracos podem ser úteis para conseguir emprego, se pensarmos que “quando um homem muda de posto de trabalho, não está só a mudar de uma rede de relações para outra, mas também está a estabelecer uma relação entre estas” (Granovetter, 1973: 1373). Pode haver ligações fracas entre migrantes retornados e potenciais migrantes que não são menosprezáveis para a ligação entre os países de emigração e imigração. A correspondência, ao mesmo nível de importância, deve estabelecer-se entre laços fracos e difusão de informação (desde que façam a ponte entre redes mais densas) e laços fortes com, acima de tudo, decisões de migração (que também incluem difusão de informação) (Faist, 2000: 101).

Para os migrantes pioneiros, os custos da mudança são mais elevados, pois têm a tarefa acrescida de manter os laços sociais anteriores e a de criar novos laços no destino. Os que lhes seguem podem vir a dispor da mais variada informação sobre o

destino, acesso a postos de trabalho, alojamento, formas de aceder a empréstimos para adquirir o bilhete para o destino, entre outros recursos.

Assim, na fase inicial do fluxo migratório, enquanto as redes de migrantes ainda não estão formadas, os intermediários e outras organizações são os seus equivalentes funcionais. Na perspetiva do capital social, os intermediários podem esperar pelos benefícios do pagamento pelo movimento e ajudas para o estabelecimento, ou o reconhecimento social. Eles determinam o acesso a outros recursos e lucram com as suas posições estruturais; são quem liga dois agrupamentos de rede, como a localidade da emigração e a de imigração. Os tipos de intermediários nas migrações podem ser: recrutadores migrantes pioneiros que aproveitam para capitalizar socialmente a experiência; os transportadores de migrantes ilegais (ou contrabandistas); e os *gatekeepers* (encaminham os migrantes para os empregadores, senhorios, outros) (Faist, 2000).

As redes interagem também com políticas migratórias e com outros fatores macroestruturais no sentido da facilitação da migração, contribuindo para explicar como os indivíduos se tornam imigrantes clandestinos (Salt, 1987) e contornam constrangimentos que, sem elas, dificilmente conseguiriam.

No essencial, as redes são conjuntos de práticas que se tornam institucionalizadas, quer as que se criam espontaneamente com base em relações de sociabilidade e parentesco, quer as de recrutamento de mão de obra estrangeira com funcionamento à margem da lei. Em movimentos “ilegais”, poucos migrantes teriam os contactos necessários para a migração ser bem-sucedida (Castles e Miller, 2003).

No que se refere ao processo de integração na sociedade recetora, a confiança nas redes de migrantes aumenta a possibilidade dos novos vindos se estabelecerem nas zonas geográficas de residência dos pioneiros (Hugo, 1981; Thompson, 1983) e nos mesmos setores laborais (Gurak e Caces, 1992; Hugo, 1981; Portes, 1999; Sassen, 1995; Thompson, 1983; Waldinger e Lichter, 2003). Além de fontes de trabalho no interior da comunidade, as redes fornecem fontes de crédito e de apoio a iniciativas empresariais (Portes, 1999).

Porém, também é importante referir as condições objetivas limitadoras de redes sociais que se estendem à sociedade recetora: 1) pode significar a permanência nas mesmas condições da chegada (laborais, residenciais, etc.), sempre que os primeiros migrantes não só ajudam os novos vindos mas também lhes transmitem que não devem ter aspirações superiores ao que detêm (Portes, 1995), na perspetiva do

nivelamento descendente; 2) os novos vindos podem ter qualificações acima da média mas permanecerem nas ocupações que têm, sob pena de deixarem de usufruir dos apoios fornecidos (Portes, 1999).

Na mesma linha desta perspectiva do capital social desfavorável, um estudo sobre redes salvadorenhas nos Estados Unidos Menjívar (2000) contribui para problematizar o tipo de efeitos do acesso a redes de migrantes por parte dos “novos vindos” ou dos potenciais migrantes. A origem social, os tempos de migração (os estabelecidos há mais tempo, versus os que acabam de chegar), entre outras variáveis, deverão ser tidas em conta para explicar porque as redes de migrantes podem “enfraquecer” na sociedade recetora. Ou seja, “tal como outras relações sociais, as redes sociais de imigrantes não são insensíveis às condições materiais e físicas nas quais existem” (Menjívar, 2000: 235).

A operacionalidade das redes de migração pode ser analisada no mercado de trabalho imigrante, sendo precisamente essa uma das vertentes do próximo capítulo. O imigrante é procurado por familiares e amigos para recolher informação acerca das oportunidades laborais no destino. Os conteúdos de interesse relativos ao setor laboral serão, por exemplo, as informações sobre vagas em postos de trabalho, os montantes salariais, as avaliações sobre os melhores lugares para trabalhar e as possíveis consequências do exercício ilegal de funções. A disponibilização desta informação, juntamente com as referências dadas pelos imigrantes trabalhadores promissores, de outros do seu círculo de amigos e familiares solicitados pelos agentes e recrutadores de mão de obra que os utilizam como veículo para os angariar (Massey, Goldring e Durand, 1994) – eventualmente baseando-se em estereótipos de que os assim referenciados também serão bons –, são fatores que atribuem características ao mercado de trabalho no lado da procura que se coadunam com a operacionalidade das redes de migração (Waldinger e Lichter, 2003).

Uma nota final quanto a uma distinção que é importante reforçar quando se fala em redes de migrantes: têm estado a ser referidas as redes de amizade e parentesco que podem sustentar fluxos migratórios específicos através do capital social que representa entreajudas no movimento e na receção e, eventualmente, alguma capitalização da experiência pela parte dos primeiros migrantes que auxiliam outros visando lucro. Não se trata de considerar indivíduos associados ao tráfico de migrantes, mesmo salvaguardando que alguns intermediários nas redes “lucrativas” podem ser migrantes pioneiros. Estas duas “versões” de redes tenderão a excluir-se mutuamente, se subentendermos que, com amigos, os potenciais migrantes obterão o que procuram sem terem de se socorrer de traficantes. Enquanto os traficantes

tes têm objetivos inequivocamente relacionados com atividades criminais, não é esse o caso nas redes de amizade e parentesco que vêm subjazer às redes migratórias.

Nos próximos parágrafos descrevem-se alguns elementos da distinção assinalada.

Tentando delimitar o conceito a partir da literatura dedicada ao tema, surgem outros dois termos que merecem aqui referência: o de *smuggling* e o de crime organizado.¹⁷ A intersecção e/ou sobreposição de significados acentua-se, também, por os governos dos países onde acontecem os fenómenos em causa, também utilizarem diferentes designações: “contrabando de estrangeiros”, “tráfico de estrangeiros”, “contrabando de imigrantes ilegais”, “tráfico humano”, “comércio de seres humanos” (Salt, 2000). Existem estudos que acrescentam “tráfico de mercadoria humana”, “comércio humano”, “tráfico de seres humanos” (Salt, 2000).

A literatura sobre o tráfico e contrabando de migrantes teve início durante os anos 1990 e ainda é um trabalho em progresso.¹⁸ Os casos mais retratados são o do atravessamento da fronteira entre os Estados Unidos e o México, o de entre a Europa de Leste e Ocidental, o contrabando da migração ilegal chinesa para os Estados Unidos e o da emigração africana para a Europa. Consoante as fronteiras em causa, os países envolvidos e o caminho que tenha que ser percorrido, assim os processos adquirirão especificidades que nem sempre são generalizáveis. Uma das distinções entre a migração chinesa da província de Fujian e a mexicana é o pesado envolvimento da rede transnacional de contrabando no primeiro caso (Liang e Ye, 2001).

Quer o tráfico, como o contrabando de migrantes, tenderão a fundar-se na ilegalidade do atravessamento de fronteiras, mais frequentemente terrestres e marítimas, porque as aéreas são sujeitas, normalmente, a um controlo do qual é mais difícil de escapar, exigindo-se, por isso, mais sofisticação (nomeadamente ao nível da falsificação de documentos). A caracterização do atravessamento ilegal de fronteiras como processo social (Singer e Massey, 1998), no qual os migrantes confiam no ca-

17. “Smuggling” tem, como significado direto em português, a atividade de contrabando; no que à migração diz respeito, o contrabando de pessoas significa permitir ou ajudar a migração ilegal, indocumentada, o atravessamento ilegal de fronteiras.

18. ecomenda-se, para compreender ainda melhor a dificuldade na delimitação dos conceitos, a leitura do Protocolo Adicional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea, da Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Transnacional, de 15 de Novembro de 2000 e o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças. No primeiro define-se “tráfico ilícito de migrantes” e no segundo “tráfico de pessoas”, e apenas no segundo se referem ações como a coação, rapto, fraude, etc.

pital social e humano para ultrapassar as barreiras erguidas pelas autoridades e aceder a emprego no destino, deverá ser mais adequado associar ao contrabando.

De acordo com Singer e Massey (1998), em estudo sobre migrantes mexicanos, os indivíduos com acesso a capital social de migrantes pela via familiar, provavelmente recorrem a guias pagos ou não pagos (amigos, parentes, ou “coyotes”)¹⁹ para os ajudar a atravessar a fronteira. É contrabando de migrantes o “negócio informal lucrativo cujo acesso depende da mesma série geral de redes sociais fronteiriças e capital sociocultural da própria comunidade migrante” (Spener, 2001: 132).

Deste modo, o contrabando consiste nos fluxos de população que envolvem o atravessamento clandestino de fronteiras através da prática de retirar migrantes de um estado e levar para outro, fazendo-os entrar sem autorização (Andreas, 2001), e representa, em termos jurídicos, um crime entre estados (Peixoto, 2007). É consequência não prevista nem pretendida de políticas de vistos e controle de fronteira restritivas da Europa ou dos Estados Unidos, e a sua ocorrência varia consoante os fluxos migratórios e os acordos bilaterais e específicos estabelecidos entre os países emissores e recetores. Isto é, “à medida que as políticas restritivas aumentam os obstáculos para cruzar fronteiras, os migrantes recorrem aos contrabandistas em vez de pagar os custos mais elevados das tentativas sem ajuda que se revelam sem sucesso” (Koslowski, 2001: 349).

Quanto ao tráfico, a maioria dos autores que se dedica a esta matéria concorda que nele existem componentes de violência, fraude e exploração laboral inerentes e, como tal, medidas de coação a que o contrabando isolado e solicitado pelo migrante será alheio. Um caso extremo será o transporte sob ameaça, sujeição a trabalhos forçados pelo uso de violência e, até, ameaças de morte (Peixoto e outros, 2005).

No entanto, esta distinção conceptual pode não ter correspondência real, porque há casos de contrabando que podem transformar-se em situações nas quais vem a existir exploração económica e violência. Também em movimentos de tráfico, em especial para envolvimento em negócio do sexo noutra país, podem ser encontrados graus de aceitação variáveis por parte das vítimas, decorrentes do que significam na fuga à mobilidade social bloqueada e a rendimentos elevados obtidos de forma rápida (Peixoto, 2007). E o tráfico pode envolver o contrabando, em particular quando usam as mesmas vias, a documentação falsa e redes organizadas como os con-

19. “Coyote” é o nome que se atribui ao guia que tem de ser pago para atravessamento da fronteira entre o México e Estados Unidos.

trabandistas. Quem é alvo de contrabando frequentemente tem uma ideia reduzida do grau e natureza da exploração que o espera (Salt, 2000). Analiticamente há vantagens em distinguir, como é feito em estudo português (Peixoto e outros, 2005), o tráfico humano nas categorias “de mão de obra”, “de mulheres” (para exploração sexual) e de “crianças”.

Também se questiona que o atravessamento ilegal de fronteiras seja considerado um critério de convergência entre tráfico e contrabando, do ponto de vista dos países colocados na equação, caso a caso, em cada um dos fenómenos. No estudo português sobre tráfico, considera-se que o contrabando (Peixoto e outros, 2005) envolve sempre a passagem de fronteiras de forma ilegal com o auxílio de terceiros, enquanto o tráfico pode incluir um atravessamento de fronteiras em condições legais, mas sem que a migração seja permitida.²⁰

Num dos primeiros estudos sobre o tráfico de migrantes é apresentado um modelo segundo o qual a atividade se processa em três estádios diferentes, referindo-se o tráfico como uma parte intermediária do negócio de migração global que facilita o movimento de pessoas entre os países de origem e de destino, portanto como um negócio internacional envolvendo comércio e movimento sistemático de pessoas tratadas como mercadorias, de vários modos e envolvendo potencialmente uma variedade de agentes, instituições e intermediários (Salt e Stein, 1997). Esta visão da migração como um negócio não é nova, pois designações como “indústria de migração” já eram conhecidas (Castles e Miller, 1993, 2003), como aliás já se referiu atrás. O tráfico divide-se, então, entre 1) a mobilização e recrutamento de migrantes; 2) o seu movimento em estrada e 3) a sua inserção e integração em mercados de trabalho e sociedades de receção dos países de destino (Salt e Stein, 1997). Existe pouca informação disponível sobre se é mais comum os potenciais migrantes procurarem os traficantes, ou vice-versa.

Uma das certezas que podemos reter, portanto, é que algumas das diferenças entre tráfico e contrabando decorrem dos países em causa, dos acordos diplomáticos celebrados entre aqueles das fronteiras atravessadas e da política migratória aplicável. Para os autores do estudo português, “tráfico de mão de obra tende então a confundir-se com auxílio à imigração ilegal, imigração ilegal e trabalho irregular” (Peixoto e outros, 2005: 37).

20. Neste caso os autores estarão a considerar, por exemplo, o caso específico de brasileiras envolvidas em redes de tráfico para prostituição, as quais entram legalmente em Portugal como turistas e permanecem além do tempo regulamentado e com objetivo diferente e desadequado ao previsto (e permitido) na entrada.

O tráfico e o contrabando têm uma componente de ilegalidade que não pode ser menosprezada, isso é inequivocamente uma semelhança. Essa ilegalidade é controversa ou consensualmente percebida em duas dimensões analíticas: a primeira, bastante discutida em ambos os casos, a da ligação ao crime organizado; a segunda, que os relaciona (a ambos ou apenas a cada uma das práticas) como atividades paralelas às políticas migratórias e à migração ilegal.

Relativamente à primeira dimensão, a falta de consenso contribui para a indefinição conceptual enunciada. Se, por um lado, se diz que o contrabando é uma forma de crime organizado transnacional que contribui para o aumento da migração ilegal, e que a migração internacional de criminosos se tornou um meio de expandir as organizações criminosas nacionais e locais em operações transnacionais (Koslowski, 2001), ou que o tráfico é uma parte intermediária do negócio de migração global que facilita o movimento de pessoas entre os países de origem e de destino e se interessa com mercados secundários de documentos forjados, lavagem de dinheiro e troca de informação, e pode estar diretamente envolvido noutras formas de crime organizado (droga, roubo, prostituição, lavagem de dinheiro, armas), com consequente uso de migrantes irregulares como contrabandistas de droga (Salt e Stein, 1997); por outro lado, encontra-se a afirmação de que o tráfico humano parece caber mais na categoria de “crime que é organizado”, do que no verdadeiro crime organizado (Finckenauer, 2001). O argumento de Finckenauer é o de que não são necessariamente os membros do crime organizado os únicos que podem decidir ganhar dinheiro a ludibriar mulheres com possibilidades de emprego fictícias e, até, para organizar alianças para o tráfico. Há pouca informação nesta área e isso conduz a políticas mal dirigidas e mal informadas. Segundo Finckenauer, o reforço da lei contra o tráfico talvez fosse mais eficaz se este fosse controlado por verdadeiro crime organizado.

Com a mesma orientação de dissociação entre as práticas de transporte de migrantes e o crime organizado, sobressai de uma abordagem histórica comparativa através do tempo e localização, que as fontes organizacionais do contrabando humano são, pelo contrário, elites regionais, estados e empregadores no destino (Kyle e Dale, 2001). Os autores referem que a associação do contrabando a crime organizado não permite delimitar os papéis centrais e proativos dos migrantes não criminosos e dos criminosos não migrantes que sustentam e transformam a prática de contrabando profissional. “Os contrabandistas podem ser considerados como uma extensão, em alguns casos uma substituição, de recrutadores de mão de obra” (Kyle e Dale, 2001: 52).

Na dimensão da relação do contrabandismo e/ou tráfico às políticas migratórias e

migração ilegal, e tomando como referência a fronteira dos Estados Unidos com o México, haverá uma interação entre o reforço legal e a migração laboral clandestina, a qual gerou um negócio de contrabando mais sofisticado e organizado, o que por sua vez impulsionou um esforço mais intenso do policiamento da fronteira (Andreas, 2001). A relação entre as políticas migratórias e o mercado de trabalho é objeto de discussão no próximo capítulo. Neste ponto interessa compreender que, historicamente, o recurso a empresas mais organizadas e sofisticadas de passagem da fronteira, no caso enunciado, ocorrem desde que o controlo é mais rígido, em especial desde 1993 para a fronteira “El-Paso”, designado “Operation Hold-the line”, e 1994 em San Diego, a Operação “Gatekeeper”. Entre 1994 e 1997 houve 60% de aumento nos inspetores (Andreas, 2001) e cresceu a necessidade de usar contrabandistas profissionais que são, “acima de tudo, especialistas de viagens” (Andreas, 2001: 117). Mas, ainda que se saiba que o contrabandismo/tráfico e a migração ilegal podem interagir significativamente com as políticas de migração, a medida e o sentido dessa interação necessita de estudos caso a caso.

Entre as redes familiares e de parentesco e o contrabando podem estabelecer-se relações. E uma das possibilidades é as ajudas abrangerem o pagamento das taxas de contrabando, para que os custos não fiquem ainda mais elevados (Kyle e Dale, 2001), uma vez que envolverão juros. Uma outra possibilidade é a de os migrantes residentes poderem tornar-se intermediários das migrações (“coyote” ou “chulquero”) (Kyle e Dale, 2001), conforme já foi também referido. Kyle e Dale chegam mesmo a afirmar que a migração mexicana para os Estados Unidos terá como principal explicação uma indústria de exportação de mão de obra onde estão envolvidos um elevado número de pessoas com papéis diretos e indiretos, desde o recrutador ao banqueiro local. Ao longo do tempo mudou o grau, a natureza, o método e a organização do contrabando entre o México e os Estados Unidos da América, desde fazer-se a passagem autónoma (após o “Programa Bracero”), até à utilização de redes transnacionais organizadas e sofisticadas, passando pela contratação de “coyotes”; o negócio do contrabando e o de policiamento do contrabando aumentam juntos (Andreas, 2001).

No que diz respeito à relação entre o tráfico e redes sociais, esta é salientada na afirmação de que “o tráfico é melhor entendido como um negócio que opera num sistema ordenado de redes sociais e instituições” (Salt e Stein, 1997: 484).

Por fim, neste capítulo, põe-se em perspetiva a relação entre as vias de comunicação, nomeadamente a Internet, na relação com as redes de migração, depois de já se ter referido o seu papel nas redes sociais no âmbito mais geral.

Os progressos nas novas tecnologias de comunicação permitem, de uma forma geral – embora tenha que ser sempre tido em consideração cada migração particular e o desenvolvimento das novas tecnologias nos países em causa –, diminuir alguns custos inerentes à mudança. No processo de decisão, as tecnologias da informação como a Internet permitem simular futuros, gerar alternativas e, assim, modificar os enquadramentos de tempo, alterando o quadro habitual de que todos os processos de decisão se baseiam em experiências passadas (Lee e Liebenau, 2000). A mudança também se realiza de forma menos decisiva, uma vez que a Internet presentemente permite uma comunicação frequente entre migrantes e quem ficou, seja por escrito, mas também visualmente (com o advento das *webcams*), e oralmente (através da utilização de microfones para ligações telefónicas – nomeadamente através do Skype).

Os migrantes, enquanto categoria de utilizadores da Internet, partilham o que poderá constituir um critério para o estabelecimento de laços em linha: a origem comum. Esta pode tornar-se critério definidor da criação ou desenvolvimento de uma rede cibernética ou de relacionamentos a partir de um contacto em linha.

A utilização da Internet nas migrações será diferente consoante a fase do ciclo de migração, nomeadamente quando se é pré-migrante, pós-migrante ou migrante estabelecido (Hiller e Franz, 2004), porque essas fases convocam diferentes relacionamentos com os dois países colocados em relação pelo movimento. Enquanto pré-migrantes, a Internet poderá servir utilizações relativas à pesquisa de informação sobre o destino, por exemplo através de motores de busca ou de comunicação por correio eletrónico com pessoas que pertençam a alguma comunidade virtual que possa fornecer tais informações; quando se tornam pós-migrantes, a Internet servirá para manter a proximidade com a origem (e, assim, também induzir novos movimentos); e, como migrantes estabelecidos e integrados, esta ligação passará, ou não, a ser mais esporádica. Contudo, nunca poderá ser esquecida a diferenciação no acesso a estas tecnologias e a sua descodificação quando se analisa o protagonismo da Internet e das redes cibernética em cada migração.

CAPÍTULO II - AS MIGRAÇÕES DE TRABALHO

As migrações laborais representam o domínio teórico e empírico da investigação de que esta dissertação dá conta. Neste capítulo, o objetivo consiste em rever as contribuições para o estudo das migrações laborais, o que passa por elucidar as suas origens, características e contextos, bem como os fatores que explicam a sua continuidade ou os que as dificultam. Pretende-se, em primeiro lugar, elucidar o surgimento das migrações de trabalho depois da II Guerra Mundial, com particular concentração na Europa, e apresentar as razões da sua continuidade. As modalidades de incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho dos países de destino também constituem parte integrante destas explicações e são uma das particularidades mais estudadas e evidenciadas das migrações laborais.

Entre os fatores de desenvolvimento das migrações laborais, são frequentemente assinaladas as dinâmicas do capitalismo onde os agentes de recrutamento, de diversos tipos, assumem particular protagonismo. Se, por um lado, o recrutamento estatal é uma das causas mais frequentemente referidas como responsáveis pelo surgimento das migrações laborais, por outro lado, existem políticas que restringem os movimentos migratórios, também frequentemente analisadas. A sua implicação no favorecimento ou impedimento dos movimentos migratórios, em particular se houver a intervenção das redes migratórias, é uma questão que se pretende problematizar no segundo ponto deste capítulo e que é transversal a toda a dissertação.

A ação dos agentes de recrutamento, em conjunto com o acionamento de redes de migração, em contextos de políticas migratórias diversas, mas em particular nos de restrição, produz desfasamentos entre os objetivos da política e os resultados da sua aplicação. Daqui resulta, em particular, alguma ineficácia dos controlos administrativos de entrada e expulsão e, conseqüentemente, o crescimento da emigração irregular. Diretamente associados à segmentação do mercado de trabalho, e por sua vez fatores de atração de mais mão de obra imigrante, os efeitos perversos daqueles desfasamentos permitem reforçar a convicção de que é pela regulação do mercado de trabalho, nomeadamente através dos modos de recrutamento de mão de obra imigrante, que se devem empreender os esforços de controlo dos fluxos de imigração, o que também é essencial para a condução de políticas bem-sucedidas de integração dos imigrantes (Pires, 2002: 164).

As políticas de migração constituem-se, elas próprias, em incentivo ou constrangimento das migrações de trabalho. No último ponto especificam-se algumas moda-

lidades de política de migração tanto nas vertentes de regulação dos fluxos como da integração dos imigrantes.

1. PROCESSOS DE SEGMENTAÇÃO

Um dos argumentos fundamentais entre os teóricos das migrações de trabalho do pós II Guerra Mundial é o de que as sociedades industriais modernas acarretam exigências para a satisfação das quais foi necessário que se produzisse, e se mantenha, uma segmentação do mercado de trabalho, sendo as migrações internacionais um processo intermédio envolvido naquele resultado (Castles e Miller, 2003; Piore, 1979; Portes, 1981). A segmentação do mercado de trabalho traduz-se no alinhamento dos trabalhadores de acordo com critérios de origem étnica e/ou sexo, principalmente segundo dois polos de qualificação, e originalmente é um conceito que pretende contrariar o pressuposto neoclássico da homogeneidade do mercado de trabalho.

Abordagens sociológicas posteriores às primeiras teorias da segmentação e das migrações de trabalho acrescentam outras perspetivas para a análise da receção dos imigrantes no mercado de trabalho, que reforçam o argumento de uma maior heterogeneidade de formas na receção dos imigrantes na sociedade de receção e no mercado de trabalho, como as variantes dos mercados de trabalho étnicos. Conceitos dos conjuntos teóricos das redes e do capital social contribuem para uma maior compreensão das migrações laborais contemporâneas.

Neste ponto do capítulo é discutida a incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho, que assume, segundo a abordagem dos autores aqui revistos em seguida, modalidades distintas. Em primeiro lugar, discute-se a segmentação do mercado de trabalho dual, a visão mais conhecida e debatida, com incorporação dos imigrantes de forma concentrada num dos segmentos (Piore, 1979). O conceito de mercado de trabalho local, de Saskia Sassen (1995), representa uma segunda forma de incorporação dos imigrantes a ser apresentada. Por fim, a terceira modalidade de segmentação consiste na que se produz quase por inerência da etnicidade e a origem comum, como os enclaves étnicos (Portes, 1981, 1998, 1995), numa visão mais alargada da incorporação de imigrantes em mercados étnicos.

A teoria da dualização do mercado de trabalho (Piore, 1979) (já enunciada no capítulo 1) permitiu identificar primeiro, nos países industrializados no final dos anos 1970, as seguintes características do processo de migração laboral no contexto do desenvolvimento do capitalismo: especificidade nos postos de trabalho que os migrantes

têm, e nos países industriais tendem a ficar com os postos de menor qualificação que os autóctones recusam; as correntes de migração são espoletadas através do recrutamento ativo por parte de empregadores ou de programas governamentais; a facilidade e a rapidez com que os resultados do recrutamento são produzidos são indicadoras de uma força de trabalho abundante e virtualmente ilimitada; uma vez iniciada a corrente migratória, é difícil, portanto, impedir a sua expansão e pôr termo a estas migrações de trabalho (Piore, 1979).

Existem três fatores que se combinam para explicar a procura de migrantes, segundo a teoria do mercado de trabalho dual, e o último é o que tem mais poder no processo: respondem a escassez generalizada de mão de obra; preenchem as posições da base da hierarquia social; vão de encontro aos requisitos do setor secundário de um mercado de trabalho dual (Piore, 1979).

Com a hipótese do mercado de trabalho dual, o autor argumenta que o funcionamento do mercado de trabalho pode ser compreendido na sua globalidade com a conceptualização da sua dualidade, com uma distinção clara entre um setor primário e um setor secundário, sendo neste que se concentram os migrantes (Piore, 1979). O papel do mercado dual nas economias industriais é desempenhado através de processos que necessitam da teoria da dualidade económica para serem analisados.

A teoria da dualidade económica argumenta que o dualismo emerge no fluxo e na incerteza da atividade económica. A instabilidade é criada por fatores como o clima ou as recessões económicas, que libertam para o desemprego os recursos outrora absorvidos no exercício laboral. Para lidar com esta variação imponderável, as organizações capitalistas criaram uma distinção essencial entre capital e trabalho, ou seja: o capital é o fator fixo da produção e os proprietários sustentam o seu desemprego; o fator variável é o trabalho e os trabalhadores sustentam o seu desemprego.

O capital organiza o processo produtivo e, em resultado desse processo, o trabalho sustenta uma parte mais pesada (relativamente ao capital) do custo do fluxo económico e da incerteza. De uma forma geral, o capital tenta permanecer com a parte estável da procura e reservá-la para o emprego do seu equipamento. Se houver duas tecnologias distintas de produção – uma mais intensiva em capital e a outra mais intensiva em trabalho – e a procura pode ser dividida, num setor, entre porções estáveis e porções variáveis, como quando há uma procura básica estável e uma componente sazonal elevada, a técnica intensiva em capital é usada para satisfazer a procura básica e o método intensivo em trabalho usado para satisfazer a parte sazonal. A partir da explicação acerca da insegurança económica e do lugar do ca-

pital e trabalho no funcionamento do mercado de trabalho, é possível perspetivar as distinções entre trabalhadores, criadas pelo capital, como os seus postos de trabalho seguros ou inseguros, ou qualificados ou não qualificados (Piore, 1979).

A qualificação e a segurança contribuem para delimitar a fronteira entre os setores secundário e primário do mercado de trabalho. A qualificação perdeu a sua importância nesta distinção depois das pressões efetuadas, e bem-sucedidas, por trabalhadores que pretendiam ser progressivamente inseridos no mercado primário. No que concerne à segurança, no contexto de análise de Piore existe uma relação de correspondência positiva entre ser migrante e ter um trabalho instável e ser nativo do país de receção e ter um posto de trabalho seguro.

Os postos inseguros do setor secundário encontram-se na base da hierarquia (de postos de trabalho) e a coincidência de quem os ocupa ter tido um percurso imigrante é explicada por os imigrantes se adaptarem com facilidade aos postos de trabalho disponíveis, e às oportunidades de emprego no mercado de trabalho secundário, porque têm expectativas de que a sua estada seja temporária (e os empregadores também).

Os postos de trabalho que os migrantes tendem a ocupar acumulam, portanto, características que os tornam pouco atraentes, como não exigirem qualificação ou serem mal remunerados, e que contribuem para explicar a recusa da parte dos autóctones. Também têm subjacentes más condições de trabalho e pouca probabilidade de melhoria, o que lhes atribui conotação com o estatuto inferior na hierarquia dos postos no mercado de trabalho. O ambiente de trabalho é desorganizado e carece de regras, pois dominam as normas pessoais e não organizacionais. Estes elementos de especificidade dos postos de trabalho tendem a corresponder a profissões manuais da construção, indústria, e serviços pessoais e domésticos (Piore, 1979).

O mercado primário caracteriza-se, pelo contrário, pela exigência de qualificações elevadas aos incumbentes dos postos de trabalho nesse segmento, é estável, os trabalhadores são bem remunerados e trabalham numa organização onde há regras e a gestão é burocrática (Piore, 1979).

O mercado de trabalho dual tem, segundo Piore, a sua reprodução assegurada, na medida em que os trabalhadores, tal como os empregadores autóctones, podem retirar dividendos da continuidade da migração: se, por um lado, os migrantes ficam com os postos de trabalho que os primeiros não querem, por outro lado, o preenchimento das vagas satisfaz os segundos (Piore, 1979). Em complemento desta aborda-

gem, uma explicação para haver espaço para o trabalho imigrante é a existência de sistemas de segurança social que encorajam as pessoas a não trabalhar (Cornellius e Tsuda, 2004).

Afirma Piore que o migrante típico tem o papel exclusivo de trabalhador nas sociedades industriais, porque a sua pretensão de passar períodos curtos fora de casa e voltar após a obtenção dos seus propósitos nas sociedades de destino, não permite o acionamento da sua identidade social. Ou seja, a sociedade e os migrantes “veem-se como estrangeiros e o seu trabalho como instrumental” (Piore, 1979: 81).

Na sociedade de destino, a função que o migrante desempenha tem subjacente este carácter temporário da sua estada e as suas motivações de origem. A transição para a fixação e a transformação do carácter temporário da migração para permanente associa-se, segundo o autor, a objetivos de estatuto social, de segurança no trabalho e de oportunidades de carreira; e “os movimentos de migração transitória parecem inevitavelmente gerar comunidades migrantes permanentes” (Piore, 1979: 81).

O facto de os migrantes ficarem com os postos de trabalho que os nativos não querem, sugere compatibilidade de postos de trabalho, em vez da usurpação frequentemente referida nos debates públicos e políticos acerca da presença de imigrantes nas sociedades de chegada. Isto, porque assim são preservados setores de atividade que, de outra forma, seriam deslocalizados, e assim se mantém os padrões de consumo dessas sociedades. Entre os migrantes e outros grupos marginais no mercado de trabalho, como os estudantes e as domésticas, é de sublinhar a maior adaptabilidade daqueles às exigências do mercado de trabalho.

Intrínseco à migração laboral, de acordo com Piore, o processo de recrutamento consiste numa crítica evidente à economia neoclássica, uma vez que o autor defende que são os empregadores (e não os trabalhadores), e os postos de trabalho (e não os rendimentos), os elementos estratégicos de explicação das migrações massivas. E o equilíbrio dos salários existe porque a oferta de trabalhadores migrantes não cessa, é elástica (Piore, 1979: 98). À frente no capítulo é equacionado o processo de recrutamento em articulação com as redes de migrantes e os empregadores.

Ainda dentro das teorias da segmentação do mercado de trabalho em relação com as migrações, Saskia Sassen constrói analiticamente o conceito de mercado de trabalho local. Pretende a autora tornar compreensíveis processos anteriores e posteriores às transações que acontecem no mercado de trabalho, considerando que são necessários para tornar inteligível o funcionamento deste e dos seus resultados

[Sassen, 1995]. Para a autora é evidente que existem resultados diferenciados do mercado de trabalho para os grupos da força de trabalho segmentados por sexo e nacionalidade, para citar dois exemplos.

Com o conceito, a autora pretende alargar o terreno analítico no qual se conceptualiza a operação do mercado de trabalho, reposicionando o estudo dos mercados de trabalho em três tipos de questões: mobilidade de trabalho, proximidade e competição.

Deste modo, constrangimentos e especificações do mercado de trabalho encontram-se entre:²¹ a ligação entre a família e o mercado de trabalho, os canais de informação sobre postos de trabalho, as implicações comunitárias que derivam da preferência dos empregadores para o recrutamento interpessoal.

No que concerne aos canais de informação sobre postos de trabalho, e num contributo crítico à consideração neoclássica da informação perfeita e cálculo da utilidade, Sassen insiste que a compreensão da informação é um evento local que se forma pela posição no espaço, no tempo, pelo género, etnia e nacionalidade (Sassen, 1995). De acordo com a autora, um potencial emigrante avalia numa eventual decisão de saída o valor de um salário para uma vaga num posto de trabalho no destino, e não o diferencial comparativo (destino e origem) do rendimento ou do retorno nas qualificações (Sassen, 1995: 107).

Para se compreender a preferência dos empregadores relativamente ao recrutamento interpessoal, é preciso identificar quais as dependências espaciais da distribuição geográfica dos postos e das firmas, indica Sassen, como as ligações interempresariais, as redes de recrutamento e informação que interligam empresas e forças de trabalho e as ligações dos empregadores a um dado lugar. A única correspondência espacial do mercado de trabalho local tem sido tradicionalmente associada à ideia de proximidade. Contudo, a autora acrescenta, ligando a questão da dependência espacial, o espaço de dependência entre empregador e trabalhador que, dados os critérios de segmentação referidos acima, terá correspondências que são sociais e não territoriais.

A dependência espacial entre estabelecimentos empregadores e comunidades ou famílias tende a surgir quando há uma sobreposição funcional entre as redes de informação sobre postos de trabalho usadas pelos trabalhadores para obter informação e os canais de recrutamento para os empregadores. Os trabalhadores reco-

21. Além das redes, dos laços sociais, do capital social e causalidade cumulativa, que considera que estão suficientemente estudados.

nhecem as preferências do empregador e fazem corresponder essas exigências aos que consideram serem os membros apropriados das suas redes para satisfazerem os requisitos dos postos de trabalho que estejam vagos nos seus locais de trabalho. Desta forma se reproduzem os mercados locais de trabalho. Os empregadores podem encorajar o recrutamento interpessoal e aceitar que os seniores treinem os mais novos, ajudando-os com a linguagem, entre outras habilitações para o exercício da atividade (Sassen, 1995).

Assim, quando as escolhas de localização das empresas têm em conta o acesso a um determinado tipo de trabalhadores, tais opções acabam por vir refletir a segmentação do mercado de trabalho. A segregação ocupacional que assim pode surgir e reproduzir-se constitui, em conjunto com a geografia específica dos canais de informação, fatores que contribuem para grupos distintos de força de mão de obra. A autora conclui que uma ligação de um conjunto de postos de trabalho a uma comunidade estabelecida produz um fechamento e os forasteiros terão dificuldade de acesso, pelo que “neste sentido, o mercado de trabalho local é uma forma de capital social” (Sassen, 1995: 114). E estes espaços de atividade assim constituídos espacialmente formam ambientes institucionais nos quais empregadores e empregados se movem, conduzindo à causalidade cumulativa.

Como refere Sassen, os trabalhadores imigrantes representam um exemplo de como a proximidade não é a única correspondência espacial na operação dos mercados laborais locais e a sua especificação analítica torna-se mais alargada. Em primeiro lugar, e como salientado pela autora, nos canais de recrutamento interpessoal dos imigrantes a proximidade nem sempre existe ou é evidente, porque podem estender-se a um país estrangeiro (à origem), através de parentes ou família ou de outras instituições. O padrão fundamental da intensidade da rede é crucial, mas trata-se de uma rede transterritorial (Sassen, 1995: 111). Em segundo lugar, a relação entre o local de trabalho e casa não está necessariamente relacionada com proximidade e pode envolver uma distância grande, assim como ausência de transportes, obstáculos que podem ser superados com a organização de transportes informais no percurso, permitida com a intensidade de redes entre uma comunidade de imigrantes (Sassen, 1995: 111). E a autora dá o exemplo de um mercado de trabalho local com correspondência espacial transterritorial: o da nova força de trabalho internacional profissional e gestora com múltiplas localizações representadas pelas maiores cidades do mundo (Sassen, 1995).

Em síntese, e de acordo com Sassen, não é a proximidade que explica a formação de mercados de trabalho locais, é a existência e a intensidade das redes (Sassen, 1995).

As redes têm padrões espaciais onde a proximidade geográfica não tem de ser apátrio e esse contributo teórico é relevante para consolidar o desenho do papel que desempenham nas migrações.

Quando Sassen afirma que “a migração de trabalho internacional e a incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho podem ser mostradas como circulando nestes espaços de atividade locais e transnacionais nos quais os migrantes se movem e não numa dinâmica de mercado de trabalho genérica e global” (Sassen, 1995: 117) está a valorizar fatores que não têm sido analisados em relação com a dinâmica do mercado de trabalho, como sejam as redes e os canais de informação e recrutamento que podem ser articuladas na compreensão dos mercados de trabalho e, em simultâneo, no desenvolvimento das migrações. Estas contribuições trazem muita utilidade ao presente trabalho.

A terceira e última modalidade de segmentação do mercado de trabalho que foi proposto analisar começa por remeter para a perspetiva sociológica da inserção dos imigrantes na sociedade e no mercado de trabalho que se situa além da análise da adaptação económica *tout court*. É possível sintetizar no terceiro modo de incorporação que constitui o enclave imigrante (Portes, 1981) ou étnico (Portes, 1998, 1995), numa perspetiva alargada da análise do empreendedorismo imigrante.

Por modo de incorporação, Portes entende o processo de inserção dos imigrantes nos novos contextos sociais dos quais vêm a fazer parte, entendidos enquanto membros com pertença a grupos e participantes em estruturas sociais mais alargadas que influenciam diferentemente a sua mobilidade económica. Os enclaves surgem fora de programas estatais de recrutamento e a sua análise beneficia do corpo de conceitos das redes e do capital social. Outras modalidades de empreendedorismo imigrante relativo ao mercado de trabalho, como os nichos profissionais de imigrantes (Portes, 1998, 1995),²² *são dignas de referência breve*.

O entendimento deste tipo de incorporação de imigrantes exige referência aos três níveis de receção dos imigrantes na sociedade recetora que se combinam para formar as suas modalidades: a política de governo em relação aos grupos de imigran-

22. O conceito não é do autor, mas de Waldinger, que também é referenciado aqui (2003). Alguns elementos subjacentes ao conceito serão explorados no ponto sobre o recrutamento. Os nichos profissionais étnicos resultam de empreendimentos iniciadas por indivíduos já empregados para trazer outros da mesma origem nacional para trabalhar com eles e a constitui a transformação gradual do local de trabalho em “empresas” étnicas, mesmo que a propriedade não seja, efetivamente, deles.

tes, a sociedade civil e a opinião pública, e a comunidade étnica (Portes, 1998, 1995). De acordo com Portes, se os dois primeiros remetem para uma forma de encastramento estrutural – diz respeito a como os modos de incorporação influem na ação económica individual –, a assistência e os constrangimentos disponíveis na comunidade *coétnica*, e que são operacionais através das redes sociais, são uma forma de encastramento relacional (Portes, 1998, 1995).

No modo de incorporação dos enclaves étnicos ou de imigrantes, grupos de imigrados concentram a sua residência e iniciativas empresariais no mesmo espaço e as suas empresas são fundadas em capital trazido da origem, inicialmente com o objetivo de servir o seu mercado étnico, e paulatinamente alargando-se à população em geral. São imigrantes que “têm a sorte suficiente para se juntarem em comunidades onde os seus co-nacionais conseguiram criar uma presença profissional e empreendedora substancial” (Portes, 1998, 1995: 25). Os enclaves “oferecem oportunidades aos novos chegados para mobilidade económica não disponível a imigrantes que se juntam a comunidades puramente de classes trabalhadoras” (Portes, 1998, 1995: 25). Embora todos os imigrantes criem negócios para satisfazer necessidades associadas à sua cultura de origem, nem sempre se formam enclaves, cujo surgimento depende da dimensão da população co-étnica que constitui o seu mercado e a sua força de trabalho, do nível de capacidades e empreendedorismo dos imigrantes e da disponibilidade de recursos de capital (Portes, 1998, 1995).

As contratações do mercado de trabalho do enclave étnico têm como explicação relevante a solidariedade étnica e as obrigações de reciprocidade criam novas oportunidades para os imigrantes (Portes, 1981). Na economia alargada as funções dos enclaves são mais vastas e podem servir como mercados, como produtores de serviços e como fonte de trabalho de salários baixos (quando os imigrantes pretendem sair do enclave) (Portes, 1981).

A configuração do mercado de trabalho do enclave imigrante não deriva de políticas estatais ou de recrutamento de empregadores, como acontece com o mercado secundário. Pelo contrário, constitui uma resposta efetiva de determinados grupos de migrantes a condições impostas pela sociedade recetora, i.e., “as minorias com os recursos necessários respondem ao capitalismo com um capitalismo seu que possibilita às gerações sucessivas escaparem à exploração no mercado de trabalho formal” (Portes, 1981: 297). O setor de economia onde os imigrantes são incorporados condiciona o seu futuro e existe uma menor vulnerabilidade na incorporação nos enclaves étnicos, à semelhança do que acontece com o modo de incorporação no mercado primário.

Uma outra contribuição importante para a questão da economia étnica é a visão de que a etnicidade serve como descritor de uma relação entre culturas, um parâmetro de distância cultural e diferenciação que não acrescenta informação substancial sobre um grupo em particular (Pieterse, 2003), e que é mais profícuo o enfoque de estudos sobre empresas com cruzamento de culturas, tomando em consideração os vários tipos de capital social dentro e através de fronteiras culturais, como o capital social de ligação (*bonding*), de ponte (*bridging*) e o de vinculação (*linking*) (Pieterse, 2003: 5). Pieterse constrói uma tipologia de iniciativas empresariais com seis modalidades: 1) negócios de imigrantes que servem imigrantes da mesma nacionalidade (e não necessariamente com a mesma etnicidade, já que este seria um negócio muito pequeno); 2) negócios de imigrantes que servem outros imigrantes, e um exemplo fornecido é uma loja turca de tapetes a vender tapetes feitos em fábricas belgas a marroquinos na Holanda; 3) negócio de imigrantes a servir um nicho de mercado, por exemplo um cabeleireiro francês ou uma pizzaria italiana, onde a propriedade, gestão, trabalho, oferta e crédito pode ou não seguir ligações de imigrantes ou origem nacional (e aqui pode haver muitas variações, uma delas a de o negócio funcionar como intermediário entre imigrantes e locais, por exemplo no recrutamento de trabalho, contratação, marketing étnico ou crime); 4) negócios de imigrantes de diversas origens agrupados conjuntamente, por tradição ou *design*, e o exemplo fornecido são os centros comerciais étnicos de Toronto ou Amesterdão (e aqui o étnico refere-se precisamente à combinação de vários grupos culturais); 5) negócios imigrantes que servem clientes locais, com práticas de negócio comuns; 6) negócios das segundas e terceiras gerações de imigrantes, onde a origem nacional pode ser utilizada para os caracterizar, ou não, e nos quais as práticas de negócio e a propriedade não se distinguem das outras (Pieterse, 2003: 16-17). Esta tipologia reforça a necessidade de perspetivar a segmentação do mercado de trabalho com empresas de imigrantes que empregam imigrantes de outras nacionalidades.

Mas, portanto, nestes nichos empresariais imigrantes há força de trabalho geralmente constituída pelo emprego de co-étnicos. A empresa ou comércio de minoria constituem o fenómeno mais comum, segundo Pieterse, e as economias de enclave ou negócios para fornecimento alimentar apenas de imigrantes e consumidores da mesma etnicidade são os mais raros. Para as empresas imigrantes serem bem-sucedidas, têm de ser pelo menos biculturais. O que importa realmente é a nacionalidade ou origem nacional e não a etnicidade, diz Pieterse quando refere que a economia étnica representa um conceito que deve ser rejeitado (Pieterse, 2003).

As perspetivas enunciadas constituem importantes mapeamentos de modos de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho e na economia da sociedade recetora

que questionam a visão determinista da concentração dos imigrantes laborais nos mesmos setores de atividade e valorizam o papel do capital social e das redes na inserção dos imigrantes no mercado de trabalho do contexto de receção. Os enclaves (e os nichos profissionais étnicos que Portes referencia) são formas de empreendedorismo imigrante cujo surgimento e sucesso depende de redes sociais e de capital social (Portes, 1998, 1995).

2. RECRUTAMENTO, MERCADO DE TRABALHO, E REDES

A responsabilidade do surgimento das migrações de trabalho é, nas teorias do mercado de trabalho dual, do recrutamento efetuado pelo estado, com base em acordos celebrados com o objetivo de satisfazer a escassez de trabalho de que os empregadores se queixem. O recrutamento explica como surgem determinadas migrações em momentos específicos e contrasta com a instabilidade e inconsistência de fluxos de migração espontâneos (Piore, 1979).

O recrutamento para o mercado de trabalho pode ser estudado em articulação com a teoria das redes e do capital social nas migrações, dadas as evidências de que os novos vindos se estabelecem nos mesmos setores laborais que os migrantes pioneiros em fluxos migratórios não imputáveis a recrutamentos estatais (Gurak e Caces, 1992; Hugo, 1981; Portes, 1981; Sassen, 1995; Thompson, 1983) e tendo também por referência o empreendedorismo imigrante que acabou de ser exposto.

A dimensão das redes sociais de migrantes não era, aliás, totalmente erradicada pelo principal autor da teoria do mercado dual na explicação do desenvolvimento das migrações, na medida em que afirmou que “é difícil distinguir esforços de recrutamento, da informação volumosa que flui de trás para a frente entre pessoas ‘cá’ e ‘lá’” (Piore, 1979: 19). Mas esta perspetiva não é desenvolvida, o autor apenas exemplifica, com estudos realizados em 1976 na Nova Inglaterra, a operacionalidade das redes sociais no recrutamento, mas em conjunto com empregadores que pagavam aos seus trabalhadores para retornarem às suas terras e trazerem amigos e familiares para integrarem o mercado de trabalho recetor.

Quando proporcionam informação gratuita aos migrantes acerca de vagas e postos de trabalho, as redes sociais de migrantes são equivalentes funcionais de outro tipo de recrutamento. Por outro lado, é importante conceber a relação que se estabelece entre os migrantes e o mercado de trabalho do destino com a intervenção de recrutadores privados e dos próprios empregadores, quando à margem da legalidade de

programas governamentais. O recrutamento tem, deste modo, dimensões diversas que não são habitualmente tidas em conta pelas mesmas abordagens. Por um lado, encontram-se as perspetivas das redes de migrantes, onde se estudam as configurações do seu funcionamento em relação com o volume dos fluxos e inserção no mercado de trabalho – associando-se o recrutamento diretamente a atividades de lucro e distanciadas do que se passa entre família e amigos; e, por outro lado, existem as perspetivas macroestruturais que não explicam como se processa o recrutamento quando não se trate da ligação direta ao capital, bem como quais os agentes associados ao mesmo.

Tem aumentado o envolvimento de empresas e de particulares no recrutamento de trabalho imigrante, com efeitos sobre a expansão da emigração e a direção dos fluxos resultantes (Abella, 2004).²³ O incentivo a este recrutamento privado encontra mais condições para se expandir em países onde o mercado de trabalho revele necessidades e naqueles onde haja mais relutância na organização das migrações por instituições governamentais, pois os recrutadores de trabalho privados acabam por vir a desempenhar o papel exigido a estas instituições aquando da celebração de acordos bilaterais de contratação de mão de obra. A diferença evidente são as condições em que os trabalhadores se movimentam e vêm a instalar-se, pois neste caso não existe o enquadramento legal do acordo governamental (podendo até ocorrer em ambiente de ilegalidade).

Os recrutadores privados operam a expensas dos migrantes. E, por essa razão, os países exportadores pressionam os países recetores para protegerem os trabalhadores relativamente a fraudes que ocorrem neste tipo de negócio privado e que facilmente resvalam para a exploração (Abella, 2004). Falar de recrutadores privados também implica pensar no tráfico e em contrabando de migrantes, como já foi explicado no capítulo anterior, mas não tem de o ser, pois existem agências de emprego internacional.

Na maioria dos países, o estado tem um papel menor no recrutamento, deixando a tarefa a intermediários comerciais que colocam as pessoas na rota das migrações de trabalho a troco de uma determinada taxa. Em diversos países emissores de migrantes laborais não é proibido que os recrutadores cobrem taxas, apenas é sancionado financeira e criminalmente exceder os limites impostos a tais cobranças (Abella, 2004).

23. Em 1980 existiam cinco mil agências com serviços de colocação no Reino Unido, nos anos 1990 já eram 13,5 milhares (Abella, 2004).

No mercado de recrutamento que assim opere, o valor da taxa é determinado pela procura e não pelo valor financeiro do bem procurado ou pela qualificação dos trabalhadores, precisamente porque o trabalho não qualificado poderá ser um bem mais valorizado. Importa realçar dois fatores de influência, imputáveis ao trabalhador, das taxas: elevada expectativa sobre as condições que vão encontrar (implica a subida do valor); período planeado para permanecer a residir no para a recuperação do investimento na migração (com conseqüente subida ou redução do valor consoante a duração em causa). A oferta dos serviços de recrutamento é influenciada diretamente pelas condições do mercado de trabalho no estrangeiro (Abella, 2004).

O recrutamento de trabalhadores também pode ser impulsionado pelos empregadores, que podem tornar o governo aliado para a contratação de trabalhadores migrantes (N. Rodriguez, 2004). As vantagens desta contratação dos imigrantes podem ser agrupadas em três tipos: económicas, como os reduzidos custos de gestão de mão de obra – já assinalado por Piore; culturais, em especial nas empresas “étnicas”, onde são procurados os trabalhadores que conheçam os costumes usados no local de trabalho; políticas, associadas à vulnerabilidade de quem não tem autorização de trabalho e não pode oferecer resistência a condições insuficientes ou ilegais de trabalho.

Numa perspetiva dissonante de que as redes migrantes sejam suficientes para a explicação da continuidade das migrações internacionais, e com reforço no enfoque do recrutamento laboral (Krissman, 2005), é proposto que se considerem elementos que podem ser exógenos à origem, como recrutadores profissionais e os empregadores, mas que podem vir a ser articulados com redes de migração internacional e fazer expandir as migrações de mão de obra.²⁴ Nesta perspetiva o recrutamento pode explicar a continuidade das migrações laborais, esta realidade não tem de ser apanágio das redes de migrantes.

Krissman apresenta os seguintes argumentos em contraponto com as abordagens das redes: 1) as redes de migração internacional não surgem sempre através de indivíduos da mesma origem, nem são exclusivamente compostas por estes; 2) a migração não se perpetua, mas continua a ser afetada por atores externos à localidade de origem e/ou por originários do país recetor de trabalho; 3) o recrutamento laboral continua a ser o estímulo principal da migração internacional ao contrário do que Massey defende, que o recrutamento não sustenta fluxos de grande esca-

24. É este o conceito que o autor aconselha que substitua o de “redes de migrantes”.

la (Krissman, 2005). Com estes pressupostos, e apresentando algumas correções à teoria das redes de migrantes em Massey e outros (1993), o autor considera que as mesmas hipóteses devem ser testadas do lado da procura e elabora cinco proposições alternativas que incluem o intermediário e o empregador na análise (Krissman, 2005).

Assim, em primeiro lugar e no que respeita à probabilidade da repetição do movimento, Krissman coloca-a no recrutamento e argumenta que os empregadores que empregaram um trabalhador migrante têm mais probabilidade de o voltar a fazer. Uma segunda correção é feita no que respeita à probabilidade da experiência de migração de outrem influenciar um potencial migrante, pois é vista do lado do empregador e alega-se que este recorrerá a um imigrante como seu trabalhador caso outros empregadores também o façam. O recurso às redes de migração quando as barreiras socioeconómicas aos fluxos migratórios aumentam é reorientado para os intermediários, e o terceiro argumento é de que cresce a sua dependência nestas condições. A quarta proposição consiste em afirmar que não é a tradição familiar que facilita por si só as migrações, mas que a vontade de alguns empregadores em manter o mercado de trabalho com condições abaixo da normalização explica a probabilidade de preferir imigrantes no mercado de trabalho (e contribui para a “tradição” na continuidade do recrutamento). Por último, os empregadores de indústrias ou regiões onde o trabalho imigrante é comum têm mais probabilidade de vir a recorrer a outros imigrantes do que a nativos, e esta proposição substitui a asserção da teoria das redes segundo a qual é maior a probabilidade de um novo emigrante residente num local de onde muitos migrantes já saíram, do que de outro local em que não haja muita emigração. O autor pretende, assim, que haja chamadas de atenção para o controlo dos empregadores no estudo das migrações (Krissman, 2005).

A relação entre os recrutadores profissionais (ou empregadores) e as redes sociais de migrantes na multiplicação de processos de migração de trabalho é, portanto, um tema de investigação pouco estudado (Abella, 2004), porque as perspetivas tendem a colocar o enfoque em cada uma das partes da relação, sem procurar a conciliação possível de perspetivas. Uma premissa a considerar é a de que os recrutadores terão menos espaço para atuação e serão menos bem-sucedidos quando as redes sociais estão suficientemente alargadas para aqueles não serem as vias exclusivas de acesso a informação e postos de trabalho do país recetor. E, assim sendo, aos diferentes estádios de desenvolvimento histórico do fluxo migratório e respetivos canais de fluência de informação sobre o país estrangeiro, como as redes sociais, será possível atribuir maior ou menor margem de manobra para a operacionalidade dos recrutadores.

Com o enquadramento teórico do mercado de trabalho segmentado, tendo concretamente como referência o segmento secundário, um estudo sobre a transformação da organização social do trabalho pela imigração incluiu a análise da influência das redes de migrantes no processo de recrutamento de imigrantes e na dinâmica do mercado de trabalho (Waldinger e Lichter, 2003). Este modelo representa um esforço na conciliação de duas perspetivas que têm sido colocadas em tempos diferentes na análise das migrações: a dos empregadores e do recrutamento associada à iniciação dos fluxos, a das redes associada à sua continuidade. Neste estudo complementam-se e torna-se compreensível como as redes se articulam com os empregadores em processos de recrutamento.

Um dos sustentáculos da ligação entre o funcionamento das redes sociais e o recrutamento para o mercado de trabalho do destino é o facto de ser possível fazer fluir o conhecimento, nas redes, sobre vagas no trabalho ou oportunidades para novas empresas. Do mesmo modo, as redes enviam informação sobre os candidatos para os patrões, fazendo decrescer a incerteza e os riscos associados à contratação (Waldinger e Lichter, 2003). A relação recíproca de interesses entre ambas as partes do processo na dinâmica laboral fica demonstrada.

O estudo implicou, portanto, o reposicionamento do imigrante no seio de uma vida social mais ativa do que a teoria da segmentação dual do mercado de trabalho preconiza, pois nesta considera-se que este vive isolado na sociedade de destino (Piore 1979). Pelo contrário, os autores demonstram as ligações intensas entre migrantes pioneiros e os que lhes seguem em direção ao mercado de trabalho do país de imigração, testemunhando que as redes sociais influenciam a forma como os trabalhadores encontram trabalho e os patrões encontram ajuda (Waldinger e Lichter, 2003). As redes são o veículo de concretização do recrutamento, i.e., representam a ligação entre a força de trabalho e a colocação dessa força de trabalho ao serviço.

A influência das redes pode ser explicada através de quatro premissas, e os autores acrescentam que os imigrantes vão obtendo recursos com as redes, alargando a sua base de emprego, e também contextualizam a operacionalidade das redes na burocracia (Waldinger e Lichter, 2003). Primeiramente, as redes servem como canais de informação, e quem procura trabalho recebe através delas as informações sobre oportunidades, assim como chegam as características dos trabalhadores a quem procura trabalhadores. A segunda premissa é a de que as mesmas ligações sociais funcionam como instrumentos de influência, e quem procura trabalho pode colocar-se na posição adequada para o obter. A penúltima, a de que os laços sociais podem ser utilizados para o reforço de obrigações, o que significa que o empregador verá assegurado que

lhes serão pagos os favores que faz a quem com ele encontrou trabalho. Por último, como as redes são repositório de informação e obrigações, incluem acordos tácitos entre ambas as partes da transação (empregadores e trabalhadores) no que respeita a direitos e responsabilidades; e o empregador sabe que os trabalhadores controlam os próprios colegas com base nestas prerrogativas (Waldinger e Lichter, 2003).

No estudo assinalado, o funcionamento do recrutamento pela rede revelou duas características que vale a pena destacar. Por um lado, os membros das redes sociais conhecem bem os outros membros que associam à rede e é expectável que assegurem que os seus amigos ou parentes exercem as suas funções de acordo com as exigências, principalmente quando não existem certificados ou experiência a comprovar, como é frequentemente o caso em postos de trabalho que, tal como o nome indica, são “não qualificados” (e, assim, sem certificados de habilitações ou mestria/ofício). Por outro lado, os empregadores têm mais conhecimento sobre o trabalhador que indica outro, do que sobre quem é indicado, e consideram que os referenciados vão ser semelhantes a quem referencia, e por isso preferem-nos em detrimento de completos desconhecidos. Em última análise, esta correspondência entre novas vagas e novos imigrantes está latente, é como se “assim como as ligações sociais seguram os postos de trabalho para as pessoas que não estão ativamente à procura – uma complicação conceptual de importância não trivial para a literatura de trabalho – as redes sociais produzem candidatos para empregadores que ainda não têm vagas” (Waldinger e Lichter, 2003: 103).

São as referências feitas dentro do mesmo grupo que produzem convergência e concentração nos mesmos setores e nos mesmos postos de trabalho. O empregador inaugura um regime de contratação da rede e só depois se apercebe de que a maioria partilha uma ligação étnica, nacional ou, até, da mesma cidade (Waldinger e Lichter, 2003). A segmentação do mercado de trabalho é reproduzida com a contribuição do recrutamento pela rede, porque este favorece a organização da força de trabalho em torno de uma categoria social particular (origem geográfica ou étnica, entre outras possíveis). O segmento do mercado de trabalho onde se situam os imigrantes caracteriza-se por uma taxa elevada de rotatividade e, deste modo, pela sucessão contínua de vagas e preenchimento de postos de trabalho. Há mais imigrantes a aguardar para entrarem em postos de trabalho com estas características porque os nativos procuram alternativas em que o estigma associado seja menor (o que, aliás, é referido pelos teóricos da segmentação dual).

No curto prazo, o recrutamento pela rede permite poupança de custos mas, no longo prazo, o recrutamento pela rede pode ser prejudicial ao empregador e a favor dos

migrantes (o mercado primário conquistou benefícios através de um processo semelhante). A chamada de atenção para a melhoria da base de emprego dos imigrantes através do alargamento do poder dos trabalhadores imigrantes constitui um dos contributos dos autores deste estudo (Waldinger e Lichter, 2003). De acordo com os autores, os teóricos da segmentação negligenciaram o estudo dos processos através dos quais eram constantemente atribuídos conjuntos particulares de trabalhos a grupos específicos de trabalhadores e também menosprezaram a forma como os trabalhadores imigrantes podem tornar os seus postos de trabalho mais seguros, através de processos de fechamento social, e simultaneamente produzir recursos para excluir outros trabalhadores e constringer a autoridade que gere a organização ou empresa.

Uma outra contribuição do estudo, que é útil para o presente trabalho, diz respeito à dimensão social da qualificação. Os autores salientam que o mercado de trabalho secundário não é indiferenciado em termos de qualificações, pois reformulam o conceito estabelecendo que embora não sejam exigidas habilitações formais, é necessária qualificação para os postos de trabalho do fim de linha da hierarquia laboral. Esta qualificação obtém-se através da interação social no trabalho, em postos de trabalho que em geral exigem uma competência como a capacidade para lidar com pessoas (*people skills*) (Waldinger e Lichter, 2003). Este tipo de capacidade não credenciada tende a ser associada a quem exerce a atividade laboral, pois “as qualificações necessárias são socialmente construídas como inseparáveis não só de conseguir fazer as coisas, mas das pessoas envolvidas em fazê-las” (Waldinger e Lichter, 2003: 62). E, assim, pode existir a tendência para atribuir esta capacidade de lidar com pessoas como característica da população do país de origem do conjunto de imigrantes que se concentrem num determinado segmento do mercado de trabalho.

Uma questão importante sobre o que os empregadores pretendem é, segundo os autores, a ideia de que partilham de uma teoria do trabalho imigrante segundo a qual os imigrantes são uma classe de trabalhadores que avalia as condições que tem no destino de acordo com o quão más são na origem (Waldinger e Lichter, 2003), valorizando portanto as vantagens comparativas. Os empregadores testemunharam que os imigrantes eram úteis precisamente por serem diferentes e terem um quadro de referência que remete para comparar as condições no destino com as da origem (e não com as de destino) e, por isso, são os ideais para preencher as vagas que os nativos não pretendem. Se todos estes retornassem, os custos dos restaurantes e dos hotéis, subiria. Neste caso, o “outrismo” está associado a um conjunto de características que os empregadores em geral gostavam e “não é um atributo inerente; o seu significado deriva da relação dos novos vindos com os nativos que querem o seu trabalho mas não a sua presença” (Waldinger e Lichter, 2003: 230).

Os entrevistados para o estudo referiram que podem ter-se todas as qualificações, mas o fundamental é acionar redes para se obterem os benefícios. Os autores confirmam que os setores que os autores estudaram confiam muito no recrutamento pelas redes dos migrantes (Waldinger e Lichter, 2003).

Para concluir sobre o recrutamento, o mercado de trabalho e as redes, importa reter a orientação enunciada no capítulo 1, a de que é possível articular elementos dos diversos modelos explicativos que privilegiam a perspetiva do recrutamento pelos empregadores e governos, ou dos que privilegiam o auxílio das redes para conciliar o encontro de oportunidades e expectativas entre empregadores e trabalhadores. As migrações laborais desencadeiam-se tendo como condições coexistentes e fundamentais: i) a capacidade de absorção pelo mercado de trabalho, ou seja, empregadores recetivos à contratação de imigrantes; ii) imigrantes disponíveis para trabalhar nas condições impostas (pelo menos, na entrada do mercado de trabalho); iii) canais para conduzir a informação a empregados e empregadores, na forma de condutas que se estabelecem entre migrantes, através das redes, mas que inicialmente poderão ter o impulso de recrutadores profissionais. É condição necessária que a criação destes canais seja por agentes com acesso à informação de que existe escassez de mão de obra no mercado de trabalho em causa.

Quando estes fluxos migratórios se avolumam não é no curto prazo, necessariamente, que vêm a refletir a diminuição dos estímulos que os originaram. O mercado de trabalho pode já não revelar a abertura de outrora e a informação que chega aos potenciais migrantes pode, por mecanismos inerentes às redes, ir perdendo fiabilidade. O que também contribui para explicar alguma ineficácia e ineficiência das redes nas ajudas, por outro lado, consiste na continuidade de divulgação de sucessos mesmo em situações difíceis, o que poderá refletir mais necessidades psicossociológicas de autovalorização do que a vontade efetiva de ajudar e de fazer aproximar parentes e familiares.

3. POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO

Os fluxos imigratórios continuados ao longo da história têm sido condicionados pela criação de barreiras nacionais ao movimento livre de pessoas. Essas barreiras adquirem diversos contornos consoante as necessidades económicas, sociais e/ou de segurança definidas pelos estados nos diferentes países de imigração. As distinções entre migração irregular e regular, ou ilegal e legal, são políticas e colocam no centro a questão do direito de entrada e permanência num país, e respetivas condições em que tal pode ocorrer.

Alguns investigadores têm enfatizado o papel dos estados e das políticas governamentais na regulação dos fluxos. Contudo, a análise histórica das políticas de imigração também demonstra que nem sempre os objetivos de regulação têm sido alcançados, pelo menos nos termos proclamados pelos agentes políticos nos países de destino, e que a irregularidade é uma consequência inevitável da regulação, por paradoxal que isso possa parecer.²⁵

Essa é uma das questões debatidas quando se discutem políticas de migração: o desfazamento entre a teoria e a prática. O argumento mais difundido sobre o crescimento da imigração internacional irregular é o de que é produto do fecho de canais legais e que portanto a sua diminuição seria potenciada por uma reabertura dos mesmos. Mas esta perspetiva tem opositores e Boswell (2003) contrapõe considerando que as suas premissas são erradas, como a de que uma parte dos ilegais seria absorvida pelas vias legais, ou de que a oferta dos migrantes é finita. De acordo com a autora, a expansão de vias legais pode aumentar a oferta de potenciais migrantes, o que aliás vai de encontro à afirmação de que existe uma elasticidade da oferta (Piore, 1979). A autora refere ainda, a este propósito, que “regras liberalizadoras na migração laboral podem aumentar as expectativas sobre a disponibilidade geral de trabalho, incluindo o trabalho irregular” (Boswell, 2003: 36).

O mesmo é dizer que a expansão da migração legal gera redes entre residentes e a origem, que podem trazer mais migrantes irregulares porque os canais podem ser simultaneamente de migração ilegal. O princípio da causalidade cumulativa representa precisamente essa possibilidade. E, portanto, em qualquer das situações em termos de política, a imigração irregular é uma realidade incontornável.

É um facto que os constrangimentos políticos às migrações não têm sido, na Europa, impositivos de migrações que ocorrem com o auxílio do recrutamento ilegal, o que leva a que haja autores que reconsideram o cenário preconizado pelos teóricos do mercado de trabalho, de que são os fatores da oferta e da procura (Favell e Hansen, 2002) os determinantes das pessoas migrarem, e para onde. Neste sentido, e apesar da tentativa dos estados-nação em definir a migração como um fenómeno político, controlada pelas categorias de migração legal e ilegal, a última constitui-se de “migrantes que foram selecionados pela procura do mercado de trabalho” (Favell e Hansen, 2002: 597).

25. Os programas de regularização são alguns destes exemplos, outros são enunciados em Castles e Miller (2003: 98).

Independentemente da inevitabilidade das migrações irregulares, importa compreender como se definem as políticas migratórias e de que forma esta definição se articula com as necessidades do mercado de trabalho, conforme sugerem as duas principais questões acabadas de enunciar.

A definição da política migratória consiste na formalização da modalidade que esta vai assumir no padrão migratório em que se enquadra, de acordo com os objetivos dos países envolvidos em restringir ou facilitar os movimentos. A emergência do estado de migração, quando a regulação da migração internacional se tornou tão importante quanto proporcionar segurança e bem-estar económico aos seus cidadãos, aconteceu apenas em meados do Século XX (Hollifield, 2004).

Do ponto de vista dos migrantes, os elementos da política migratória constituem fatores que tenderão a interferir no seu projeto de decisão e de migração, e situam-se entre dois polos de um eixo entre a facilidade e o impedimento (grau máximo quando não existe liberdade migratória). Neste sentido, importa discutir o papel que as redes de migrantes desempenham nas articulações com as variáveis políticas de constrangimento à realização das migrações.

A reparametrização da participação social dos imigrantes nas interações do destino (Pires, 2003: 95) tem como enquadramento as políticas de integração e é importante tomá-las em consideração no presente trabalho, na medida em que afetem a continuidade dos fluxos de migração laboral.

Para a migração laboral, existem cinco elementos principais no que respeita a medidas de política que importam salientar (Brochmann, 1999b; Mármora, 2002): i) na origem, com o objetivo de influenciar o potencial de emigração (em geral o objetivo é a redução, só em casos pontuais se pretende o aumento); ii) na origem, para controlar a dimensão do fluxo da emigração (promoção de imigração por recrutamento, controlo de fluxos através de exigência de vistos, informação para evitar imigrantes não desejados); iii) controlo de admissão no território (vistos, controlo de fronteiras, permissão de residência); iv) controlo no acesso ao mercado de trabalho e emprego (exigência de permissões de trabalho); v) na origem ou no destino, de retorno de migrantes (através de incentivos financeiros para estimular o retorno no caso de desemprego ou falta de rendimento independente).

Em seguida discutem-se duas questões fundamentais na articulação das políticas de migração com as migrações de trabalho. Por um lado, trata-se de tornar compreensível como se definem as políticas de regulação dos fluxos nas migrações la-

borais, onde é inevitável pensar na regulação do próprio mercado de trabalho e se reparam as questões do recrutamento já não apenas associado a programas estatais de admissão de trabalhadores. Por outro lado, é discutida a problemática da integração dos imigrantes e de como existem elementos das políticas correspondentes que reforçam a atividade das redes de migrantes. Estas duas dimensões políticas (ou de relação com as políticas) expõem-se a seguir e complementam-se para a explicação de como as migrações laborais surgem e se sustentam no tempo.

As políticas de regulação são constituídas por orientações normativas que incidem sobre fluxos migratórios já existentes, cuja direção estratégica pode ser de restrição ou de abertura, e a sua definição envolve a tensão permanente entre interesses do estado e dos migrantes (Mármora, 2002).

Esta tensão gera um dilema para os estados europeus, representado por “formular e implementar políticas de controlo da imigração que correspondam a obrigações normativas, enquanto ao mesmo tempo se pretende tomar conta do “interesse do estado” – dentro do contexto de prognósticos determinados e de informação suficiente” (Brochmann, 1999b: 4). A legitimação do estado relativamente à política de controlo nacional da imigração tem de fazer-se através de, por um lado, uma conciliação de fatores como a segurança e economia nacionais, a absorção de mão de obra, a demografia, a coesão social, entre outros; e, por outro lado, depende do contexto internacional e das políticas de outros estados, assim como de acordos internacionais e dos próprios fluxos no momento em que acontecem e tendo em conta os seus antecedentes históricos.

A conciliação ou tensão entre os interesses do estado e dos migrantes na definição de política podem ser exemplificadas com a sobreposição da orientação para deixar de incentivar nova migração com as políticas de *welfare* e a necessidade de fornecer assistência aos grupos desfavorecidos para evitar que se produza sistematicamente marginalização. Ao lado desta, encontra-se a tensão, inerente aos estados-nação ocidentais, “entre o liberalismo universalista e o nacionalismo particularista, em que com o primeiro se pretendem direitos e liberdades iguais para todos os membros e, com o segundo, excluem-se todos os não membros destes privilégios” (Joppke, 2005: 43).

Controlo e regulação da migração são, frequentemente, usados como sinónimos (Brochmann, 1999b). Os estudos de controlo da imigração concentram-se frequentemente na conceção da política, ou seja, no seu conteúdo, execução, resultado e avaliações.

As condições em que se formulam políticas de controlo (Brochmann, 1999b) ou de regulação (Mármora, 2002) constituem os mecanismos de controlo. A localização geográfica, a herança histórica e os parâmetros do mercado de trabalho estão na base da construção da política na Europa de hoje, pois são os principais fatores na origem do surgimento e desenvolvimento dos fluxos migratórios. Os acordos bilaterais são exemplos de herança histórica nos países envolvidos na migração e influenciam a regulação de fluxos migratórios particulares.

A política de controlo da migração dos estados recetores exerce-se em diferentes pontos ao longo do caminho entre o ponto de partida e o estabelecimento permanente e naturalização no país recetor (Brochmann, 1999b). Constitui-se do direito de sair e do direito de entrar (e respetivas condições), passando pelo direito ao trabalho e à reunificação familiar, à aceitação de refugiados, entre outros temas, relativos, por exemplo, ao direito à educação (Mármora, 2002). Tomando a migração laboral regular por referência, há políticas que vão desde a promoção da emigração às políticas de incentivo ao retorno, situando-se o controlo respetivamente entre o externo e o interno (Brochmann, 1999b).

O controlo específico da imigração resulta da combinação variável, consoante o país, da modalidade de controlo interno e de controlo externo. Na primeira modalidade situam-se a análise e avaliação de candidaturas de asilo, de autorizações para permissões de trabalho ou de residência, de utilização de cartões de identificação, de penalizações ao empregador e inspeção dos locais de trabalho, entre outros (Brochmann, 1999b; Mármora, 2002). Tipos de controlo externo são as restrições de vistos nas fronteiras e aeroportos, ou através de legislação contra tráfico ilegal e imigração irregular (Brochmann, 1999b). Das imperfeições do controlo externo emerge a parte explícita do controlo interno, pois os imigrantes que conseguiram entrar no território ilegalmente podem vir a ser descobertos (Brochmann, 1999a).

Os resultados das políticas de controlo interno dependem dos antecedentes históricos e de padrões de comportamento mais comuns nas sociedades em causa, assim como dos migrantes envolvidos – podem ser diferenciados em virtude de acordos bilaterais entre os países de origem e os de destino – dos sindicatos existentes, dos partidos e da negociação política, e da sociedade civil como um todo e representada em organizações não-governamentais e outras associações (Brochmann, 1999b).

Os mecanismos através dos quais os vários parâmetros se conjugam para produzir os resultados da política de controlo são diversos, segundo Brochmann. Um mecanismo central é o mercado de trabalho, pois a forma com está organizado e como é

feita a sua supervisão, tem repercussões nas modalidades de controlo para evitar a contratação de imigrantes ilegais.

Existe uma influência recíproca entre a composição dos fluxos de imigração (laboral) e a composição da procura do mercado de trabalho, taxa de desemprego e a dimensão do mercado informal. A tendência para alguma desregulação do mercado de trabalho na Europa ocidental tem tido implicações no controlo da migração, porque o emprego irregular expandiu-se, o que criou incentivos à imigração também irregular (Brochmann, 1999a). Devido a esta relação de dependência, autores diversos defendem que o controlo do mercado de trabalho, mediante a criação de leis para penalizar empregadores, é mais eficaz do que o reforço da fronteira externa na regulação dos fluxos migratórios, porque acabará por ter efeitos na redução da procura de trabalho (Cornellius e Tsuda, 2004; Mármora, 2002). E embora as inspeções esporádicas ao local de trabalho não sejam percebidas pelos empregadores como um risco superior ao benefício que significa a contratação (Cornellius e Tsuda, 2004), os migrantes não permanecerão em países onde o mercado não demonstrar ter lugar para eles.

Brochmann designa como “contra controlo” o tipo de mecanismo que produz consequências não pretendidas pelas políticas de migração. A autora exemplifica com as redes de imigrantes, porque em espaços e períodos de muita restrição migratória os atores tenderão a utilizar todos os meios ao alcance para contornar obstáculos (Brochmann, 1999b). A rede tem potencial para ludibriar o controlo – quer o externo como o interno, acrescente-se – e, como já se referiu, pode ir desde a amizade e assistência até à falsificação de documentos ou manipulação de migrantes por crime organizado (Brochmann, 1999b). No contexto das políticas europeias restritivas, os migrantes podem utilizar diversas modalidades de estratégias para a fuga ao controlo e à regulação, desde ultrapassarem o prazo regulamentar da estada de um visto de turismo (ou da sua isenção), até ao tráfico humano. A distinção entre estes diversos pontos no caminho entre o espectável e o criminoso já foi discutida e é um dos objetivos, também empíricos, do presente trabalho.

Os acordos entre os estados dos países recetores e emissores com a finalidade de colmatar necessidades de mão de obra ficaram conhecidos na literatura por terem estado na origem de “migrações de *guest workers*” (*Gastarbeiter* na Alemanha, o primeiro país europeu a recrutar estes trabalhadores). Nestas migrações os estados intervieram com programas de admissão de trabalhadores e espoletaram fluxos migratórios com singularidades em cada país, consoante as necessidades em causa e a matriz das definições bilaterais.

Os programas de admissão de força de trabalho imigrante inserem-se num conjunto mais vasto de políticas onde se enquadra a promoção migratória, os quais têm associada a finalidade de atrair ou expulsar migrantes, de forma massiva ou seletiva, e por sua vez forçada ou voluntária.

Na teoria que o sistema de *guest worker* tinha por sustentáculo, pressupunha-se que os trabalhadores deixariam os países nos quais estavam imigrados quando o processo de recrutamento terminasse e as necessidades cessassem. Porém, este estatuto temporário de trabalhador convidado converteu-se em permanente para muitos imigrantes que acabaram por se estabelecer e não retornar. Será verdade que “os migrantes não vão ficar onde o mercado não os quer, se for o caso de as suas oportunidades e benefícios serem melhores em casa” (Favell e Hansen, 2002: 585); mas não seria esse o caso para os que permaneceram.

Assim, um dos exemplos mais flagrantes da hipótese do fosso (ou das políticas terem consequências não pretendidas) é o da política de *guest worker*, segundo a qual se pretendem movimentos temporários de trabalhadores que acabaram por se tornar permanentes (Cornellius e Tsuda, 2004).

A principal falha desta política relaciona-se com a curta duração dos contratos de trabalho. Esta migração (na Europa, mas também nos Estados Unidos da América o programa Bracero) estava baseada em contratos anuais que só podiam ser renovados e rescindidos pelos empregadores. O princípio da rotatividade significava que os migrantes trabalhavam durante o pico da necessidade, mas durante a recessão voltavam a casa (ou nem saíam). Este princípio foi, no início, consensual para empregadores e migrantes – os empregadores renovavam se precisassem, e os migrantes também só pretendiam atingir as quantias necessárias para resolver os seus problemas (Constant e Massey, 2002). Contudo, assim que os objetivos iam sendo alcançados, novas necessidades surgiam e novas viagens e com maior duração eram feitas e não houve o retorno que se pensava.

Ainda assim, os programas de incentivo às migrações temporárias generalizaram-se e são uma das alternativas que se colocam aos governos dos países de emissão ou de receção de migrantes quando pretendem uma gestão flexível dos fluxos migratórios, porque faz parte das políticas restritivas de controlo interno manter uma grande parte da população imigrante num estatuto temporário (Brochmann, 1999b). A maior garantia para os direitos dos migrantes e para os impactos negativos que podem produzir-se nas sociedades de origem e de chegada são os tratados bilaterais que permitem a regulação destes programas (Mármora, 2002).

No que respeita à compreensão acerca da importância que adquirem as políticas dirigidas aos migrantes com o objetivo de os integrar, é importante partir da definição do conceito. No seu sentido mais amplo, integração relaciona-se com o processo de incorporação dos migrantes nos domínios económico, social, e considera-se que é atingida em pleno quando estes obtêm os mesmos direitos políticos que os autóctones.²⁶ Por outras palavras, refere-se ao processo mediante o qual os imigrantes são aceites como indivíduos e como grupos na nova sociedade, estando subjacente à integração uma complexidade correspondente à diversidade de critérios exigida para esta aprovação (Penninx, 2006).

A integração é um conceito clássico nos estudos sobre migrações e não é isento de controvérsia. Entre a alternativa conceptual da inclusão, que acrescenta ao conceito de integração a ênfase no papel de abertura da sociedade à receção dos imigrantes, e não se confunde com assimilação (Spencer, 2006), e uma proposta que estabelece modalidades de integração, apresentada através de correções conceptuais que contemplam diferentes participações de todos os atores intervenientes no processo de inclusão do migrante na sociedade (Pires, 2003), portanto considerando o funcionamento das redes, a escolha incide na última porque transmite mais potencialidades heurísticas.

Na base de ambas as perspetivas encontra-se a premissa de que o processo de integração tem como responsáveis não só os imigrantes, mas também as instituições da sociedade que os acolhe e, inclusivamente, da sociedade de partida que, através de acordos multilaterais e bilaterais, permite assegurar que aos seus nacionais emigrados não é vedado o acesso a direitos dos autóctones.

O processo de integração envolve, do lado dos imigrantes, a necessidade de ajustamento dos seus parâmetros de participação na ordem de interações, o que “pode ser conseguido incorporando-se em quadros de interação autóctones ou, em alternativa, participando em novos quadros construídos pelos próprios imigrantes” (Pires, 2003: 95). A reparametrização implica aprendizagem social de novos códigos de conduta e de regras e normas da nova sociedade para a viabilização da participação nos novos espaços de interação e, “pelo menos no curto prazo, e sobretudo entre populações imigrantes com menos recursos, rotinização e aprendizagem são facilitadas pela rápida construção de um ambiente comum menos desconhecido, nomeada-

26. Para uma discussão sobre políticas de integração na Europa, ver Boswell (2003). Sobre o conceito de integração e diferentes níveis, ver Penninx (2006). Para uma discussão teórica sobre o processo de integração, ver Pires (2003).

mente por via da participação em redes de interação intramigrantes, eventualmente territorializadas (sobretudo no domínio residencial)” (Pires, 2003: 95).

São possíveis duas modalidades de integração: a assimilação e a etnicização (Pires, 2003). A primeira diz respeito ao processo de inclusão dos imigrantes no espaço identitário que define a pertença à sociedade de chegada e que é, deste modo, também definidor da possibilidade de participação alargada do imigrante nos quadros de interação pré-existentes, inclusão que se cumpre quando os imigrantes se categorizam como membros do espaço de identidade partilhada com os “outros”, os autóctones, e são por eles aceites como tal (Pires, 2003: 96). Por etnicização entende-se o conjunto de processos de construção de uma identidade coletiva que emerge quando os imigrantes se confrontam com as reações [negativas] à sua presença na sociedade de destino, a qual se apoia num sentido de pertença a uma coletividade com ascendência comum, produzindo-se outras auto e hetero categorizações sociais que se sobrepõem, em situações limite, a outras demarcações sociais que possam existir (Pires, 2003: 100).

As características associadas a estas modalidades tenderão, se não se proceder a estas reconstruções conceptuais, a contribuir para uma polarização num eixo em que, respetivamente, se associa integração e ausência dela. A afirmação de que a hetero categorização dos imigrantes como problemáticos não os incentiva a desenvolver um sentimento de identificação e lealdade às suas sociedades, processo do qual depende a integração efetiva (Boswell, 2003), transmite-o. Vemos agora que, nestes casos, podem desenvolver-se processos de etnicização.²⁷

Defende Pires que, no plano social, as dinâmicas de integração podem ser analisadas como combinações variáveis de processos de assimilação e etnicização, uma vez que não são processos mutuamente exclusivos, devendo antes ser considerados como dois tipos-ideais que balizam um contínuo (Pires, 2003: 102).

As condições que influenciam a modalidade de integração (combinações em ordem e tipo de processos de assimilação e etnicização) remetem para características da imigração e dos imigrantes que estejam empiricamente em estudo, uma vez que a integração se processa no nível individual, institucional e relacional (Pires, 2003).

27. Pires fundamenta a afirmação de que a etnicização tem um carácter relacional que significa que é mais resultado de reações à presença e ações dos imigrantes do que às memórias culturais transportadas (Pires, 2003: 100-101).

O modo de integração social depende, assim, de: 1) características do fluxo migratório em que a população imigrada se inclui; 2) orientações políticas dos estados nacionais; 3) reações sociais à imigração; 4) diferenciação das populações de origem migrante em que se encontrem atores com poder para a construção da narrativa étnica, quando as outras condições propiciem a emergência da etnicização (Pires, 2003). O seu resultado refletirá uma menor ou maior influência de cada uma destas dimensões e destacamos em seguida as duas primeiras alíneas, por serem as de maior relevância no presente estudo.

No que refere aos imigrantes, e como refere o autor, quanto maior o grau de dependência do fluxo relativamente a redes informais de circulação de informação e ajuda à deslocação e estabelecimento, maior a probabilidade de que, no destino, estas sejam os espaços de estruturação da integração dos migrantes. A maior dependência relaciona-se inversamente, por sua vez, com o grau de competências formais e recursos instrumentais disponíveis, pois a comunidade funciona como fonte de segurança para quem os detém em menor grau; por outro lado, quando a definição do fluxo passa por uma expectativa de ser de curta duração, o que é comum no seu início e se combina com uma orientação instrumental para a poupança e retorno após o objetivo,²⁸ maior a viabilidade de reprodução destas redes e a tendência para a exclusão do espaço identitário novo, tornando-se assim claro que existe uma relação entre fases do fluxo e dinâmicas de integração social (Pires, 2003: 103-104).

No domínio político, ao conceito de integração subjazem concepções ideológicas distintas de imigrante e de como se espera que ele se adapte à cultura e aos valores da sociedade de receção e participe na vida social e política. Os diferentes conceitos relacionam-se com a forma como os estados representam a sua identidade nacional e o significado de pertença. Em polos opostos assentam o conceito de assimilação e o de multiculturalismo (que pode ser visto como uma das respostas à etnicização); a maioria dos governos europeus optou por soluções de política situadas entre os dois polos (Boswell, 2003).

Os planos das orientações políticas de que o modo de integração social depende são: regulação dos fluxos de entrada nas políticas de imigração e lei da nacionalidade (associação das garantias formais legais ao estatuto nacional e possibilidades de acesso a este) (Pires, 2003).

28. Piore categoriza os imigrantes laborais nesta fase como "target earners" (1979).

No primeiro domínio encontra-se um exemplo da hipótese do fosso (Cornellius e Tsuda, 2004) e respetiva explicação, ou seja, quanto maior a diferença entre os objetivos das políticas de restrição às entradas e o (grande) volume do fluxo migratório, mais evidências existem de que a base de recrutamento sejam redes informais. A irregularidade estabelece a dependência dos suportes inerentes às redes intrami-grantes para a integração, como já havia acontecido para a deslocação, como também refere Pires.

A integração do migrante também depende de dois elementos relacionados com a nacionalidade. No primeiro, a definição de estrangeiro e a sobreposição dessa categoria à de imigrante, em conjunto com a limitação do acesso a direitos laborais e sociais, facilita a tendência para o imigrante se identificar e ser identificado como estranho, o que espoleta “a emergência de uma etnicidade reativa” (Pires, 2003: 106). A conceção de imigrante mais conhecida na Europa resulta dos programas de admissão de trabalhadores temporários. Os imigrantes são estrangeiros e definidos como convidados, traduzindo-se uma orientação de “não inclusão” (Brochmann, 1999a; Penninx, 2006). A abordagem desta conceção é a de “não política” ou de políticas de *guest worker* (Penninx, 2006).

O segundo plano do domínio da lei da nacionalidade com influência na integração remete para as possibilidades de acesso à naturalização ou à nacionalidade originária (para os descendentes de imigrantes) e para o facto de, quanto mais tempo for necessário para se alcançarem essas possibilidades, maiores os efeitos da divisão do espaço jurídico referido (entre estrangeiros e nacionais) e maior o reforço da propensão para os problemas sociais daí resultantes serem traduzidos em termos de identidade, porque “as políticas de nacionalidade são, também, políticas de identidade” (Pires, 2003: 106). E, no plano da integração, a opção política da segmentação do espaço jurídico em função da nacionalidade potencia o desenvolvimento da combinação de dinâmicas de exclusão social e desidentificação coletiva dos imigrantes com a sociedade de destino e cria condições à emergência de lógicas de etnicização (Pires, 2003: 132). Há mesmo quem afirme que em termos práticos a aquisição da nacionalidade pode ser considerada um dogma normativo, se houver a convicção de que imigrantes e nativos continuarão sempre a discriminar-se reciprocamente, independentemente do passaporte (Favell, 2003). Uma resposta política de promoção de integração passa por uma conceção de cidadania em que exista a dissociação entre o estatuto nacional e a garantia de acesso a direitos formais (Penninx, 2006; Pires, 2003).

As condições para o sucesso das políticas de integração são a transparência na admissão de imigrantes e no seu estatuto legal e residencial, e que a sua definição seja

feita de acordo com as necessidades definidas pelos imigrantes com o envolvimento de todos os parceiros na definição das políticas, através de uma negociação aberta (Penninx, 2006).

A aplicação de programas de incorporação e integração constitui o objetivo principal das políticas migratórias de um país, ou são complemento do desenvolvimento de programas de retorno ou de imigração seletiva, tendo como finalidade a inserção do migrante, seja estrangeiro ou nacional retornado.

Para o presente trabalho é útil perspetivar as políticas de integração dos migrantes em conjunto com o funcionamento das redes de migrantes, como ficou patente na exposição. Condições generosas de integração são atrativas para imigrantes potenciais e contribuem para o desenvolvimento da migração com características seletivas, onde as redes de migrantes se apresentam como canais de circulação de informação.

O conjunto das intervenções sociais e provisões políticas que cada país pode implementar como política de integração, incluem, então (Favell, 2001: 351): proteção básica legal; direitos formais de naturalização e cidadania ou baseados na residência; leis antidiscriminação; ação positiva orientada para oportunidades iguais; estruturas corporativistas e associativas para organizações étnicas e imigrantes; redistribuição de fundos económicos tendo minorias em áreas desfavorecidas como alvos; políticas de habitação social; políticas de lei e ordem; acordos com países estrangeiros sobre serviço militar; política de educação multicultural; secções especiais em partidos políticos, políticas e leis de tolerância de práticas culturais; financiamento cultural para associações étnicas e organizações religiosas; cursos de línguas e culturais na sociedade de acolhimento.

O regime de reagrupamento familiar, enquanto elemento de política de regulação – nomeadamente porque está intimamente relacionado com o volume e a composição de fluxos migratórios existentes – também tem dimensões com influência na integração, porque a recusa da entrada da família pode ter consequências para o imigrante nesse processo (Brochmann, 1999a). Este domínio de política tem-se constituído, historicamente, na pós migração de trabalhadores convidados porque constituiu a etapa seguinte da regulação desses fluxos migratórios.

Entre os programas mais significativos nas políticas de incorporação, Mármora (2002) destaca os de inserção sociocultural, onde se inserem os de regularização de imigrantes, e os de inserção económica. Os programas de inserção sociocultural incluem a participação social, cultural e política dos migrantes. Para a inserção

social contribuem os programas de educação em que o ensino da língua e dos costumes básicos do país de receção é ministrado aos filhos dos imigrantes na escola, embora a educação de adultos também possa ter expressão (Mármora, 2002). Com os programas de inserção cultural pretende-se a aproximação ou complementarização de culturas através da introdução da cultura de origem na cultura da sociedade recetora, mediante o contributo das associações de migrantes, com a perspetiva do enriquecimento recíproco.

Os programas de regularização de imigrantes foram a resposta ao aumento das migrações ilegais em todos os países recetores, dos tradicionais aos mais recentes, devido à insustentabilidade de manter na ilegalidade grandes contingentes populacionais, e como característica do “estado de migração emergente” (Hollifield, 2004). Enquanto persistirem as condições que subjazem à existência de migrações ilegais, nomeadamente a insuficiência de canais legais e a necessidade de mão de obra imigrante, continuarão a ter que ser tomadas medidas de regularização periodicamente. Os programas de regularização de imigrantes ilegais também podem contribuir para o alargamento das redes de migrantes e difusão de capital social entre migrantes e (potenciais) novos vindos, na medida em que, por um lado, uma vez regularizados os imigrantes podem pedir para familiares se lhe juntarem na sociedade de chegada; e, por outro lado, o recurso continuado a programas de regularização pode gerar expectativas entre os irregulares de que venham a existir novas regularizações, reproduzindo-se as condições da migração com uma base de recrutamento ilegal.

Os programas de regularização têm como objetivo primordial o controlo e o conhecimento dos contingentes de imigrantes ilegais e, como o nome indica, são uma consequência de processos migratórios ilegais (Mármora, 2002). Para além deste, cumpre-se o intuito da integração do migrante nas estruturas sociais da sociedade recetora, com inerente eliminação do estatuto de ilegalidade que contribui para a reprodução da existência de uma mão de obra disposta a aceitar piores salários e condições de trabalho do que os definidos para os nacionais, e caminha-se para o propósito plasmado em políticas internacionais, de que não haja ilegais nos países integrados regionalmente.

As regularizações são procedimentos que constituem a exceção do ponto de vista administrativo e jurídico – habitualmente designam-se “extraordinárias” – mas acabam por se tornar comuns numa perspetiva socioeconómica. Os programas de regularização são úteis porque permitem uma maior justiça social para o migrante, uma racionalidade maior na regulação das migrações laborais e são um instrumen-

to necessário para o desenvolvimento das políticas migratórias dos países envolvidos (Mármora, 2002).

Os programas de inserção socioeconómica são orientações que se destinam a incorporar adequadamente o migrante e a sua família no contexto social e laboral do lugar de chegada. A modalidade destas políticas depende, como se deduz pelo já referido atrás, das condições históricas e do estilo que a sociedade de receção imponha, assim como dos critérios quanto ao grau de inserção que esperam do imigrante (Mármora, 2002). Entre os fatores condicionantes da inserção laboral do migrante estão a conjuntura económica da migração e as características do migrante e do meio recetor (e ainda, como vimos atrás, a condição de estrangeiro) (Mármora, 2002). No que respeita aos fatores imputáveis ao migrante, destaca-se a existência (ou não) de correntes migratórias anteriores, bem como as suas características propriamente ditas como a idade, as habilitações e as qualificações profissionais. A distância cultural entre o migrante e o meio recetor, e as características da comunidade, são os fatores que remetem para o contexto recetor.

Os programas de inserção política geralmente têm como instrumento central a nacionalidade e como finalidade fazer a equiparação dos imigrantes aos cidadãos nacionais, em termos de direitos e deveres. Consoante a legislação do país, o cidadão estrangeiro pode obter a nacionalidade por naturalização ao fim de determinado período de tempo de permanência e de acordo com critérios determinados por lei.

A relação entre a obtenção da nacionalidade – ou de autorizações de residência – e o funcionamento de redes informais de migrantes, é complexa e depende do contexto em que se situam. Por um lado, a obtenção da nacionalidade pode constituir uma forma de reforçar o funcionamento das redes de migrantes, na medida em que a partir desse momento o migrante tem pleno direito de chamar familiares para perto de si (dos que tenham permanecido no país de origem até então); as condições de obtenção da nacionalidade podem, por si, ser propícias à constituição como um fator de atração para potenciais emigrantes. Por outro lado, traduzindo simbolicamente a integração plena, e em teoria, apenas em casos em que é permitida a detenção da dupla nacionalidade permanecerá uma filiação institucional à sociedade de partida com uma maior probabilidade de se conservarem condições para a reprodução de funcionamento de redes – neste caso transnacionais (Faist, 2000)²⁹ – sendo mais

29. A simultaneidade de existência de espaços sociais transnacionais e adaptação de imigrantes nos países de imigração constitui uma das perplexidades contemporâneas discutidas pelo autor (Faist, 2000).

provável que não se mantenham estas ligações quando existe a referida integração plena.

As redes organizadas com finalidades de obtenção de documentos para os imigrantes, por vias criminosas, como a celebração de casamentos (fictícios) entre migrantes e nacionais, ou a falsificação de documentos, são outro domínio passível de analisar o funcionamento das redes, a integração e as políticas.

O surgimento de políticas de integração de imigrantes nos países recetores resultou de migrações continuadas no tempo. Países onde não existam migrações podem estar protegidos por políticas de retenção forçada da população (Mármora, 2002) ou de prevenção da mobilidade (Boswell, 2003), o que representa a violação do direito à livre movimentação e, do ponto de vista dos países recetores, consubstanciam políticas de externalização do controlo (Brochmann, 1999a). Nos países de emigração (assim ausente) subjaz a estas políticas a perspetiva de que a emigração de trabalhadores é uma perda de capital humano e, nos países de imigração, a de que a mão de obra estrangeira constitui um obstáculo para o desenvolvimento. Com estas perspetivas, a legitimidade daquelas políticas pode surgir em modalidade voluntária ou forçada (Mármora, 2002).

As medidas voluntárias de retenção da população potencialmente migrante são desencadeadas através da criação de condições que façam com que não seja sentida necessidade, pela parte dos seus membros, de emigração para outros países. Uma das modalidades consiste na redução das diferenças entre origem e destino no que respeita a oportunidades de emprego, salários e outros fatores de bem-estar socioeconómico (Boswell, 2003). As medidas forçadas de estancamento ou impedimento das saídas são colocadas no terreno com ações de controlo fronteiriço e não se encontram habitualmente em sociedades democráticas. As versões menos explícitas são a criação de dificuldades aos trâmites burocráticos da mobilidade. Um exemplo de modalidade de restrição migratória que se desenvolve através de acordos entre os países de imigração e emigração, em que ambos os governos executam políticas que tendem à imobilidade entre eles, é dado pelos governos de Cuba e Estados Unidos com o impedimento da migração ilegal dos cubanos (Mármora, 2002). A restrição migratória e a forma como as redes contornam as dificuldades já foram atrás discutidas.

Quando há concretização da emigração pode haver a intenção política de fazer retornar as populações ao local de origem, seja através do retorno físico, seja incentivando-as a estabelecer ligação com a origem, estimulando contactos que permitam utilizar as potencialidades económicas, científicas ou políticas dos emigrados, e que

tragam novos conhecimentos ou experiências resultantes da migração e da residência no novo lugar. Além das remessas, também o capital humano que os estrangeiros representam é, em geral, valorizado pelos países de origem, em especial no caso dos migrantes qualificados.

Quando aquela intenção política se consubstancia em programas de recuperação de emigrantes, estes podem ser de retorno (forçado ou voluntário) ou de vinculação (Mármora, 2002). No que respeita aos objetivos de retorno físico, um dos meios de o permitir é o da unificação dos sistemas de segurança social, e este é dos temas muito tratados entre os países membros da Comunidade Europeia (Mármora, 2002). Quanto aos programas de vinculação, alguns elementos destes são: 1) dar a possibilidade de voto para eleição de representantes políticos; 2) a política de nacionalidade ser a de *ius sanguinis*, tendência que é mais comum nos países tradicionais de emigração e significa que a nacionalidade é atribuída pela descendência direta, independente do lugar de nascimento (e permite a manutenção da vinculação); 3) o estabelecimento de canais que permitam a eficiente transmissão de iniciativas e necessidades dos emigrados aos países de origem; 4) ajustamentos de políticas de educação que promovam o reconhecimento de títulos, no país de origem, dos estudos realizados no exterior; 5) cursos sobre a realidade do país de origem dirigidos a estudantes que frequentam escolas comuns nos países de acolhimento, porque facilitam as equivalências de matérias e a difusão de cultura e da realidade do país de origem entre os emigrados (Mármora, 2002).

Uma consequência destas políticas de retorno pode refletir-se no funcionamento das redes de migrantes, quando o aumento de circulação de informação entre a origem e o destino, em especial a devolução de informação atualizada (ou envio pela primeira vez) à origem sobre o destino, pode ter como efeito (não pretendido se a intenção é recuperar emigrantes) o aumento da emigração, pelo confronto com um modo de vida idealizado e apresentado como a concretização de um sonho e da possibilidade de obtenção de dividendos com o projeto.

Além da promoção do retorno com o objetivo de recuperar o emigrante, existem iniciativas que acabam por levar à mesma finalidade, que são as que facilitam o repatriamento por parte dos países de destino, quando visam a descompressão das suas sociedades e mercados de trabalho (Mármora, 2002). E, também nestas situações, são devolvidos à origem fluxos de comunicação e de recursos que contribuem para a continuidade da corrente migratória, embora estes casos tendam a representar o insucesso e não sirvam como exemplo de projeto bem-sucedido e idealizado por quem tenha retornado após a concretização de objetivos de poupança e investimento.

CAPÍTULO III - AS MIGRAÇÕES NA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

As migrações não tiveram sempre o mesmo padrão ao longo da história, o que significa que não se deram sempre entre os mesmos lugares, nem tiveram a mesma composição. É também por essa razão que as teorias e modelos relativos ao estudo das migrações, objeto de exposição nos dois capítulos anteriores, foram tendo correções.

A finalidade deste capítulo é fazer uma síntese sobre a história contemporânea das migrações internacionais, começando por descrever as tendências migratórias internacionais dos finais do Século XX e início do Século XXI. Procede-se, também, à descrição das características principais dos sistemas de migração internacionais, como o europeu e o norte-americano, por serem os que contextualizam a relação migratória dos países em estudo neste trabalho.

A configuração atual da emigração brasileira é apresentada em seguida, tentando, sempre que possível, avançar com hipóteses explicativas sobre o surgimento dos fluxos recentes, como os que se dirigem aos EUA, Europa e Japão. Por fim, descreve-se o padrão migratório português na atualidade, não esquecendo a problematização do que parecia uma inversão das tendências de emigração para as de imigração, bem como um retrocesso recente, e privilegia-se a caracterização da imigração contemporânea, em particular a proveniente dos PALOP, da UE e da Europa de Leste. Embora se avalie o contingente da imigração brasileira, a sua análise faz-se no capítulo seguinte. No início do Século XXI, Portugal caracteriza-se, no contexto da diversificação da migração internacional, como país de imigração e de emigração, em simultâneo

1. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E PERÍODOS DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

À escala mundial, o número de pessoas envolvidas nas migrações internacionais tem uma expressão muito reduzida, sendo menos comum a deslocação do que a sedentarização e permanência no local do nascimento. Apenas cerca de 191 milhões dos habitantes do globo vivem fora do local onde nasceram (UN, 2009),³⁰ o que significa cerca de 3% do total da população mundial. Destes, no início de 2008 existiam cerca de 14 milhões de deslocados/refugiados sob a responsabilidade do ACNUR ou da

30. As Nações Unidas estimam que a população mundial seja de 6.829 milhões de pessoas em 2009.

Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA), correspondendo a cerca de 7% de toda a migração internacional (PNUD, 2009: 26).³¹

As migrações internacionais não afetam igualmente todos os países do globo e podem ter impacto significativo pelas mudanças que trazem associadas, em especial nas regiões onde a sua concentração seja mais evidente. Mais frequentes na história encontram-se as migrações que se dirigem do Sul para o Norte do globo, embora a diversificação recente dos fluxos, quer em termos de composição, como de origens e destinos, desafie algumas das tendências outrora salientes.

A aceleração e diversificação dos fluxos migratórios levaram a que alguns especialistas considerem que vivemos uma “era de migração” (Castles e Miller, 2003). O número de migrantes subiu 1,6% anualmente, entre 1965 e 1975, enquanto a população mundial cresceu cerca de 2%. A partir dos anos 1980 a população mundial passou a crescer apenas 1,7%, e a população migrante 2,6%, considerando-se as taxas anuais respetivas (IOM, 2003).

Desde o fim do Século XIX e até meados do Século XX, cinquenta milhões de migrantes europeus atravessaram o seu continente dirigindo-se para a América do Norte e do Sul. No mesmo período, outros 80 milhões de migrantes atravessaram o Leste e o Sul da Ásia, repovoando regiões desde o Oceano Índico à Manchúria e Ásia Central (Manning, 2005).

Durante o Século XX, assistimos a um aumento e diversificação das migrações, com a II Guerra Mundial a contribuir para uma viragem no padrão dos fluxos. Especificamente no caso da Europa houve uma reorientação para uma migração regional intraeuropeia e, posteriormente, a diversificação de fluxos e a complexificação do padrão migratório passou a incluir também a receção de imigrantes de origens que outrora haviam sido destinos coloniais, como África e América Latina.

É possível assinalarem-se algumas tendências nas migrações internacionais contemporâneas. A primeira, mais evidente, é a da sua globalização. Já não se concentram nos movimentos transatlânticos ou intercontinentais, nem os europeus dominam as saídas; no momento presente não haverá país sobre o qual se possa dizer que passe incólume pelas migrações internacionais, como emissor ou como recetor de migrantes. Em 1965, havia 44 países onde a população imigrante estrangeira era

31. Deslocados/refugiados: o termo original é “international displaced persons”.

mais numerosa e perfazia 75 milhões, e só neste grupo estavam representados 90% do *stock* mundial de migrantes; em 1990, a mesma proporção já se alargara a um maior número de países, no total de 55 (Zlotnik, 1999). Em 73 países a percentagem de imigrantes era superior a 10 % da população total em 1990, e aquele número subiu para 79 em 2005 (UN, 2009).

A Organização Internacional do Trabalho analisou os padrões de 152 países entre 1970 e 1990, comparando proporções de emigrantes e imigrantes, bem como volumes de remessas, e revelou que cresceram os países recetores e emissores, respetivamente de 39 para 67, e de 29 para 55. Uma das conclusões mais interessantes é a de que houve um aumento do número de países cuja tendência era simultaneamente a de serem emissores e recetores: de 4 em 1970, este conjunto passou para 15 [Bohning e Oishi 1995, citado em Stalker (2000: 7)]. Esta complexificação acrescentou dificuldades às políticas de migração nacionais e internacionais (Castles e Miller, 2003), o que contribui para explicar as dinâmicas e os desafios das políticas migratórias cuja apresentação foi feita no capítulo anterior.

A aceleração dos movimentos verificados nos últimos anos tenderá a impor-se no contexto das sociedades globalizadas. Existe uma facilitação de movimentos através da diminuição dos preços das viagens (permitindo que os migrantes experimentem a viagem como turistas antes da decisão final quanto à permanência), da difusão de mensagens mediáticas acerca dos destinos (os migrantes podem adquirir conhecimento prévio acerca, fazendo diminuir os custos emocionais da deslocação) e do aumento das comunicações globais em geral (onde se inclui a Internet).

A diferenciação dos fluxos é uma outra tendência evidente das migrações internacionais na atualidade. Alguns países não têm um padrão caracterizável por migrações laborais, de refugiados ou de reunificação familiar, mas um que se compõe pela simultaneidade dos movimentos. Podem ser países emissores de trabalho e recetores de imigrantes ao abrigo da reunificação familiar, ou destinos de contracorrentes migratórias com expressão, como por exemplo acontece entre a Austrália e o Reino Unido, pois o primeiro país lidera a lista das origens dos fluxos de entrada do outro, e vice-versa; ou como acontece, dentro da Europa, entre a Alemanha e a Polónia (OCDE, 2008b).

Uma outra tendência que é assinalada nos debates atuais sobre as migrações internacionais é a do aumento significativo de movimentos temporários ou de migração circular (Waldinger e Fitzgerald, 2004), em geral associados aos migrantes transnacionais (Levitt, 2001; Levitt, DeWind e Vertovec, 2003; Mahler, 1999; Portes, 2003;

Portes, Guarnizo e Landolt, 1999; Schuerkens, 2005). No entanto, o desenvolvimento e consolidação desta tendência dependem de condições nos países envolvidos: a liberdade de circulação que caracteriza a União Europeia no que respeita à mobilidade de pessoas no seu interior é um exemplo do que pode contribuir para o sentido de aumento; o volume da imigração ilegal em alguns países, onde os imigrantes receiam não poder voltar a entrar novamente no país se saírem, é um fator a ter em consideração para a inversão desse sentido.³²

A feminização das migrações é outra característica frequentemente assinalada nas migrações contemporâneas. Aproximadamente metade (48%) de todos os migrantes internacionais é composta por mulheres, mas embora seja frequentemente assinalado o aumento da composição feminina, este número tem-se mantido bastante estável durante as últimas cinco décadas, porque em 1960 esta percentagem era de 47% (PNUD, 2009: 25-26). No entanto, este padrão contrasta com o do Século XIX, época em que os homens constituíam a maioria dos migrantes, e acima de tudo é importante conhecer os processos de migração das mulheres, pois o que agora diferirá é o facto de as mulheres emigrarem sozinhas e não apenas em processos de reunificação familiar. A abordagem de género tem por objetivo identificar e demonstrar as experiências diferenciadas de homens e mulheres nas migrações (Mahler, 1999; Pessar, 1999).

Uma última característica que se pretende destacar aqui sobre as migrações contemporâneas é a da sua politização. As relações bilaterais, e regionais, assim como as políticas de segurança dos países, são afetadas pelas migrações internacionais e afetam-nas. Em 2005, eram 75 os países com programas para facilitar a integração de estrangeiros, enquanto em 1996 haviam sido apenas 52 (UN, 2009).

É possível identificar dois períodos na história contemporânea das migrações: o primeiro, desde o Século XIX até ao final da II Guerra Mundial, marcado pela linha ténue na distinção entre povoamento colonial e as migrações laborais, embora no Século XX já fosse evidente a internacionalização dos fluxos de mão de obra. O segundo, desde 1945 até à atualidade, quando se assiste às tendências já identificadas. Em seguida descrevem-se sucintamente as características principais desses períodos.

32. Há também autores a sublinhar que em contextos de controlos rígidos das entradas e com um número elevado de deportações, como tem sido o caso dos Estados Unidos da América, uma consequência não pretendida por essa política de regulação é a de criação de padrões de migração circular no interior de correntes mais alargadas porque os migrantes voltam a tentar entrar, em especial quando já têm uma rede interpessoal de suporte ao movimento; os autores acrescentam que a política não faz terminar a migração de migrantes criminosos ou não autorizados, simplesmente aumenta os custos humanos para os migrantes e suas famílias (Hagan, Eschbach e Rodriguez, 2008).

Os primórdios das migrações laborais podem, se considerada a sua finalidade e desconsiderada a involuntariedade do movimento, ser encontrados na escravatura. Até 1860, data da sua abolição na Europa, muitos migrantes foram transportados contra vontade em sistemas de escravatura que se desenvolveram no Novo Mundo – Brasil, Caraíbas e América do Norte – para alimentar o mercado emergente mundial do ouro, prata, açúcar, tabaco, algodão e café (Manning, 2005).

No fim do Século XIX, os escravos foram substituídos por trabalhadores contratados (*indentured workers*), por vezes com uso da força, como principal fonte de trabalho nas plantações. No Japão foram recrutados um milhão destes trabalhadores para trabalhos no Havai, EUA, Brasil e Peru no fim do séc. XIX (Castles e Miller, 2003). À migração forçada de escravos seguiu-se, portanto, a migração forçada de trabalhadores agrícolas e industriais.

Milhões de migrantes livres terão navegado anualmente de barco a vapor desde a Europa e Ásia à procura de trabalho (Manning, 2005). E foram abundantes as migrações que atravessaram o Atlântico em direção às Américas, e incomparáveis em volume às que se lhe antecederam, pois estimam-se entre 44 a 52 milhões os europeus que constituíram estes fluxos entre 1815 e 1914 (Pereira, 2007). Na origem deste êxodo massivo estará a depressão europeia de 1873-1895, produzida pela concorrência da agricultura dos Estados Unidos da América, e a revolução nos transportes, ambas responsáveis pela ida de camponeses europeus para o outro lado do Atlântico; no seu abrandamento estará a crise americana de 1929.

Na Europa, as migrações marítimas e as internas tiveram lugar em simultâneo: entre 1876 e 1920, dos 15 milhões de italianos que emigraram, 6,8 milhões foram para França, Suíça e Alemanha; entre 1822 e 1846, a fome na Irlanda orientou migrantes para Inglaterra, Austrália e Estados Unidos; entre 1875 e 1914, 120 mil judeus foram da Rússia para Inglaterra; em 1914, estimava-se que 1/4 dos mineiros de Rutir, contratados pela Alemanha, eram polacos (Castles e Miller, 2003). Ao lado destes, italianos, belgas e holandeses também contribuíram para que o trabalho estrangeiro tenha desempenhado um papel indispensável na industrialização alemã.

No Século XX, durante a I Guerra Mundial, houve carências na força de trabalho nos países combatentes, período a que se seguiu uma redução das migrações internacionais de trabalho até à II Guerra Mundial (com a exceção de França na Europa). O governo alemão recrutou trabalho nas áreas ocupadas da Rússia e da Bélgica, o governo francês criou sistemas de recrutamento de trabalho nas colónias de África, indo-chinesas e da China, e também em Portugal, Espanha, Itália e Grécia, para as

fábricas e para a agricultura. O governo da Grã-Bretanha também recrutou trabalhadores coloniais durante o conflito. Na década de 20, a França foi o único país que teve um aumento substancial da migração, com 2 milhões de entradas (Castles e Miller, 2003).

O segundo período das migrações contemporâneas teve início depois da II Guerra Mundial, entre 1945 e início dos anos 1970, e nele se identificam três tipos de migração que conduziram à formação de populações novas e distintas nos países em que a industrialização se encontrava mais avançada: i) migração de trabalhadores da periferia europeia para a Europa ocidental, impulsionada por sistemas de *guest workers*; ii) migração pós-colonial; iii) migração permanente para o Norte da América e Austrália, com origem na Europa e, mais tarde, proveniente da Ásia e da América Latina (Castles e Miller, 2003).

Em 1945, a França recrutou no Sul da Europa, de forma irregular, em especial portugueses e espanhóis. Em 1970, 2 milhões destes migrantes, com 69 mil dependentes, residiam em França (Castles e Miller, 2003). Na Suíça foi significativa a política de grande escala para recrutamento de trabalhadores sazonais entre 1945 e 1974, e no início da década de 1970 o país era dependente de trabalho migrante, o qual constituía um terço da população ativa empregada. Na Holanda também houve um sistema de *guest workers* nos anos 1960 e 1970. E também a Áustria, a Bélgica, a Suécia e a Dinamarca adotaram variantes deste esquema de *guest worker*.

Na Europa, a Alemanha foi o país que montou o processo de recrutamento estatal mais avançado, com início no Sul da Europa, e depois na Turquia e no Norte de África. Este sistema incluía a convicção de que os imigrantes não se fixariam, restringia direitos civis e apenas recrutava homens para o mercado de trabalho. Estes acordos multinacionais e bilaterais para facilitar a migração laboral começaram com Itália em 1955, a seguir com a Grécia e a Espanha em 1960, com a Turquia em 1961, Marrocos em 1963, Portugal em 1964, Tunísia em 1965 e Jugoslávia em 1968 (Hansen, 2003). O processo de recrutamento com estas características terminou em 1973. Embora os processos para fixação fossem rígidos, não foi possível controlar totalmente os processos posteriores de reunificação familiar, nem as permanências que se iam gradualmente tornando mais longas (Castles e Miller, 2003).

Depois de 1945, aumentou a imigração na Austrália, tendo sido recrutados trabalhadores de origens alemãs, italianas, holandesas e, nos anos 1970, também da Jamaica, Índia, Portugal, Filipinas, Grécia, Itália e Trinidad (Castles e Miller, 2003). Foi dado enfoque à migração de fixação e os esquemas de migração temporária praticados na

Europa ocidental foram evitados pelo governo australiano (Khoo, Hugo e McDonald, 2008). Entre 1947 e 1973, a imigração foi responsável pelo crescimento de 50% da população ativa empregada, tendo por isso contribuído para o crescimento do pós-guerra na Austrália (Castles e Miller, 2003).

Em síntese, nas primeiras décadas do Século XX, e até 1945, as migrações com mais expressão associam-se ao êxodo europeu para o Brasil, Estados Unidos e Austrália, com uma componente de diluição de fronteiras entre os movimentos de povoamento e a componente laboral. Depois da II Guerra Mundial, a migração laboral intensificou-se com intervenções governamentais em recrutamentos ativos, e as migrações com mais volume passam a ser as intraeuropeias. A diversificação posterior, referida no início deste ponto, em termos de origens e destinos migratórios, assim como no tipo de migrantes, tornou os padrões migratórios de uma complexidade visível até aos dias de hoje.

2. O SISTEMA EUROPEU

Na Europa viveram-se diferentes experiências no que concerne às migrações no Século XX. Pode dizer-se que, já neste Século, tende a aproximar-se dos países recetores tradicionais como os que compõem o sistema norte-americano, ou como a Austrália, em especial se observarmos os números referentes à Europa ocidental e à quase duplicação da população imigrante na Europa do Sul entre 1995 e 2005 (quadro 3.1).

Neste ponto caracteriza-se o sistema europeu de migrações, em dois pontos fundamentais. Começa por ser descrita a sua configuração em termos históricos e estatísticos. Depois são apresentadas as linhas de orientação política nas migrações europeias, por serem fundamentais na contextualização e demarcação da política migratória portuguesa e por, dessa forma, exercerem influência como constrangimento ou facilitador das migrações referentes a Portugal.

Os países da Europa ocidental enfrentam a realidade de se terem tornado países recetores e todos alojam populações estrangeiras em crescimento. Na globalidade, a Europa acolhia 64 milhões de imigrantes em 2005 (quadro 3.1). Entre 1950 e 1990, a população estrangeira residente só na Europa ocidental subiu de 5,1 milhões (1,3% da população total), para quase 17 milhões (4,5% da população total) (Stalker, 1994: 189). E estes números camuflam a tendência de aumento porque omitem as naturalizações. Os imigrantes que aí viviam em 1995, representando 11% da população,

eram 19,8 milhões; 10 anos depois esse número já era de 22 milhões (quadro 3.1). Em alguns países com imigrantes cujos processos de fixação são mais longos, já existem segundas e terceiras gerações.

A orientação dos imigrantes para países da Europa do Sul estará associado ao fecho de fronteiras dos países de acolhimento tradicionais e a um contexto de receção em países que, não conhecendo a imigração, não tinham legislação adequada nem prática de controlo das entradas. Entre 1995 e 2005, a população estrangeira residente quase duplicou em termos absolutos e relativos na população total da Europa do Sul (quadro 3.1). Acresce ainda o facto de esta região ser composta por países que se caracterizam por habitualmente serem destinos finais de viagens de turismo, o que facilitou a chegada de pessoas na condição de turistas, mas já sabendo que iriam à procura de trabalho e dispostas a passar por uma situação de irregularidade (Barou, 2001).

Quadro 3.1 - Stock de imigrantes na Europa, por sub-região, 1995 e 2005

Sub-região	Indicador	1995	2005
Europa (total)	stock de imigrantes (milhares)	55.286,6	64.115,8
	% da população	7,6	8,8
Europa do Norte	stock de imigrantes (milhares)	7.352,5	8.949,5
	% da população	7,9	9,3
Europa do Sul	stock de imigrantes (milhares)	5.583,6	10.712,9
	% da população	3,9	7,2
Europa ocidental	stock de imigrantes (milhares)	19.834,2	22.075,3
	% da população	11,0	11,9
Europa do Leste	stock de imigrantes (milhares)	22.516,3	22.378,2
	% da população	7,3	7,5

Fonte: Nações Unidas (2009), Departamento de Assuntos Económicos e Sociais, Divisão da População.
Nota: o conceito de imigrante é, nesta fonte, o de "não cidadão".

A evolução da imigração na Europa terá tido quatro períodos assinaláveis ao longo do Século XX (Ardittis, 1990) e confunde-se com parte da história das migrações sintetizada no ponto anterior.

O primeiro período situou-se no início do Século XX e estendeu-se até ao fim dos anos 1940, coincidindo com a tendência dos europeus para uma emigração massiva, tendo sido as Américas (do Norte e do Sul) os destinos para onde mais se dirigiam.

No segundo período, entre os anos 1960 e meados dos anos 1970, a Alemanha e a Suíça tornam-se países importadores de mão de obra originária de países do Sul do Continente. Nesta época, continuavam a sair emigrantes da Europa para as Américas e para a Austrália e, por essa razão, o Sul da Europa revelou-se fornecedor insuficiente; governos e empregadores começaram, assim, a recrutar nos países do Mediterrâneo e do Norte de África. A complexificação de movimentos no interior do continente constituía um facto novo.

A terceira fase começou com o primeiro choque petrolífero, em 1973, quando se desencadeou uma recessão económica e consequentes reestruturações económicas e deslocamento de trabalhadores. As políticas de imigração passaram do recrutamento ativo (mesmo condicionado) à restrição de entradas. Nesta fase, em países do Sul da Europa, como a Itália, Grécia, Espanha e Portugal, diminuíram as saídas, aumentaram entradas de imigrantes e passou-se a importar trabalho de países exportadores de mão de obra, enquanto os países importadores tradicionais viam crescer a população imigrante, apesar das pressões restritivas, por via dos processos de reunificação familiar. O autor concluiu a periodização das migrações na Europa com a fase que ia ter início em 1993, com a efetivação do mercado único de trabalho nos países membros da União Europeia. Neste período, além de movimentações regionais no espaço europeu da livre circulação, desenvolveram-se fluxos com direção a países do Sul e Norte da Europa, a partir dos países do Leste da Europa, do Norte de África e da América Latina. Do Leste da Europa a direção era, em especial, a Alemanha, enquanto do Norte de África a direção era França. No que se refere a deslocamentos de refugiados, mais de quatro milhões de pessoas requereram asilo na Europa, 43% dos quais vindos de outros países europeus, 35% da Ásia e 19% de África, entre 1989 e 1998 (Stalker, 2002).

Este padrão variado de migrações na Europa não exclui a consideração deste como um sistema unificado (Massey e outros, 1998). No domínio das migrações, a diferenciação entre o Norte e o Sul do Continente estabelece-se pela emigração substancial que tem existido nesta última região desde o início dos anos 1970. Se tivermos em atenção, na análise dos fluxos e de *stocks* de imigrantes, que a Europa é um continente com imigração interna desde os anos 1960, e que este sistema congrega vários países com passados históricos e coloniais heterogéneos, há uma impossibilidade de conseguir grande rigor nos dados, porque os países não têm os mesmos critérios para a categorização da origem dos imigrantes,³³ “cada país na Europa classifica os imigrantes de

33. Alguns países não registam fluxos de entrada por país de nascimento, mas por nacionalidade (como a França), o mesmo se passando na contabilização dos *stocks* de migrantes, e é este tipo de desconcórdância que dificulta a comparabilidade estatística.

acordo com a sua própria história peculiar, imperativos legais, necessidades políticas e interesses nacionais” (Massey e outros, 1998: 110). Estas dificuldades também se conjugam com a diversidade e complexificação dos estatutos dos migrantes, decorrentes de dificuldades que vão desde a obtenção das autorizações permanentes, à utilização estratégica dos estatutos temporários e à própria indefinição nos projetos dos migrantes, passando pela frequência de oportunidades instáveis no mercado de trabalho, pelas posições de regularidade ou irregularidade em função das leis de imigração (Peixoto, 1999a) e pela maior facilidade de circulação no espaço europeu.

Deste modo, vão ser salientadas neste ponto apenas algumas características fundamentais do sistema europeu de migrações, que resultam, em grande parte, de desenvolvimentos históricos do passado, assim como vão ser nele privilegiados os países, por um lado, de onde saíram migrantes nas migrações transatlânticas e que assistem à chegada de brasileiros; e, por outro lado, os que receberam e/ou recebem portugueses.

Uma das origens mais significativas da emigração europeia transatlântica no final do Século XIX e início do Século XX foi a Itália. Cerca de um Século mais tarde é, juntamente com Espanha e Portugal, um dos países que acolhe a imigração mais recente, por comparação com outros países da Europa, tendo-se nele revelado um padrão misto de emigração e imigração. No início dos anos 1990, mais de um quarto da população imigrante legal tinha partido de África, em particular de origens como Marrocos e Argélia (Stalker, 1994). De acordo com os dados do SOPEMI de 2008 (OCDE, 2008b), o Brasil ocupa o sexto lugar na lista dos países de origem dos fluxos de entrada em Itália em 2006, sendo esta liderada por países da Europa do Leste como a Roménia (com 32,5 mil entradas) ou a Polónia (com 10,5 mil entradas), mas também o Norte de África (entraram 12,7 mil marroquinos) e a Ásia (6 mil chineses entraram em Itália nesse ano). Que o Brasil tem ganho significado emigratório nos últimos dez anos nota-se também neste destino, com a subida para 5,8 mil em 2006, contrastando com o que haviam sido 2,4 mil entradas de pessoas com essa origem em 1998. O ano de 2002 foi o que registou a maior subida de fluxos de entrada, pois entraram 388 mil estrangeiros em Itália, sendo a Roménia o país com teve uma subida vertiginosa na representação da origem dos imigrantes, de 19 mil para 50 mil entradas entre 2001 e 2002.

A Espanha tem tido um aumento sem precedentes na imigração, pois entre 1997 e 2006³⁴ a imigração cresceu intensamente, de 36 para 803 mil entradas de população

34. A Espanha passou por duas amnistias neste período, em 2000 e 2001 (e já tinha passado por uma em 1996) para migrantes irregulares, o que explica algumas subidas nos fluxos, nomeadamente de 99,1 mil entradas de estrangeiros em 1999, passaram para 330,9 mil em 2000 (Pellegrino, 2004).

estrangeira (OCDE, 2008b). Na lista dos fluxos mais significativos, encontramos também movimentos de direção contrária aos que aconteciam até às primeiras décadas do Século XX, com países da América Latina e Caraíbas, como a Bolívia, Colômbia, Argentina, Peru, Equador, República Dominicana a serem, agora, os exportadores de mão de obra. A Espanha recebeu 28 mil indivíduos de nacionalidade brasileira e cerca de 19 mil de nacionalidade portuguesa em 2006, e qualquer dos fluxos dava mostras de desenvolvimento. As entradas de brasileiros praticamente duplicaram entre 2003 e 2004, passando de 7,3 mil, para 13 mil. Em 2006 residiam, em Espanha, 113,4 mil indivíduos nascidos no Brasil e 111,6 mil indivíduos nascidos em Portugal (OCDE, 2008b).

Os números referidos contrastam fortemente com os 250 mil estrangeiros residentes em 1989, ou os 400 mil em 1993, após a regularização extraordinária em 1991 (na qual houve 133 mil candidaturas e 108 mil aprovações) (Stalker, 1994). A tendência de subida que já se notava no início dos anos 1990 tem explicação no aumento da atração que a Península Ibérica passou a exercer depois da entrada (de Espanha e Portugal) na CEE; no caso concreto de Espanha, é preciso não esquecer os latino-americanos com ancestralidade hispânica. Este fascínio foi acompanhado pelas condições facilitadoras no que respeitava ao estatuto preferencial relativo a permissões de trabalho e naturalização de que podiam usufruir os provenientes das ex-colónias espanholas na mesma época (Stalker, 1994).

Com a harmonização das políticas de migração na Europa a partir de 1993, e com a exigência de pedidos de visto de migração por parte de migrantes originários do Norte de África, aos quais está vedada a livre circulação no continente, emergiu o contrabando (*smuggling*) de migrantes a partir de Marrocos, através de Espanha, com resultados frequentemente dramáticos. No entanto, existe em Espanha um fluxo legal de entrada de cidadãos de Marrocos, que se encontra no terceiro lugar do conjunto dos países emissores de migrantes (OCDE, 2008b), e que se terá desenvolvido por uma reorientação de parte do que se dirigia anteriormente para França, após a entrada daquele país na CEE, e onde se entraria com mais facilidade como turista (Stalker, 1994).

Em França houve absorção de alguns dos maiores fluxos de imigração na Europa durante todo o Século XX, sendo a emigração portuguesa uma das que maior importância história teve. Admite-se a possibilidade de que sem imigração o país teria menos cerca de 10 milhões de pessoas (Stalker, 1994).³⁵ Nos últimos anos, os maiores

35. Em 1990 a população total francesa era de cerca de 58 milhões de pessoas, portanto seria de 48 milhões sem a imigração, de acordo com a afirmação do autor em 1994.

fluxos de entrada de população estrangeira provêm da Argélia, Marrocos e Tunísia (OCDE, 2008b), matriz que espelha, aliás, o seu passado colonial. Houve uma subida do total de entradas de população estrangeira em França, de cerca de 74 mil para 135 mil, entre 1997 e 2006. Os nacionais dos países da Europa do Sul, como Portugal, desapareceram da lista das 15 primeiras origens dos fluxos de entrada,³⁶ estando o Norte de África, a Turquia e a Ásia amplamente representados ao longo dos anos (OCDE, 2008b).

O Reino Unido, também com um historial de colonização, tinha o terceiro número mais alto na Europa relativo a residentes estrangeiros, 1,9 milhões em 1990. Contudo, 638 mil destes eram irlandeses que podem entrar livremente no Reino Unido para trabalhar e no início dos anos 1990 acreditava-se que uma grande parte da imigração correspondia a processos de reunificação familiar (Stalker, 1994). No início do Século XXI, na lista dos 15 países de onde provêm os maiores fluxos de população estrangeira estão a Índia, o Paquistão e Bangladesh, e no topo da lista aparece a Austrália (33,5 mil entradas daí provinham) e a Nova Zelândia (11,5 mil entradas) em 2001 (OCDE, 2008b). O país recebe também fluxos europeus de França, Alemanha e Grécia, mas também a Ásia está representada, com a China (em segundo lugar da lista, e em franco crescimento). Assim, e continuando a confirmar a Europa como continente com imigração significativa, o total dos fluxos de entrada no Reino Unido subiu de 175 mil, em 1992, para 373 mil, em 2001 (OCDE, 2008b). Nos *stocks* de nascidos no estrangeiro residentes em 2006, o maior contingente pertence à Índia, o Paquistão encontra-se em terceiro lugar, e aparecem países das Caraíbas, como a Jamaica. Não surge a China, ainda, nos quinze países com população mais numerosa residentes no Reino Unido (OCDE, 2008b).

O destino que acolhia mais emigrantes portugueses nos anos 1960, a Alemanha, e que nos anos 1990 era o que concentrava o maior número de imigrantes na Europa com 5,8 milhões de estrangeiros, ou seja, 8,7% da população total (Stalker, 1994), já não tem Portugal incluído na lista dos países que representam os principais fluxos de entrada. Até meados da década de 1990 houve uma intensificação da emigração portuguesa para a Alemanha, em direção às oportunidades na construção civil no pós reunificação, mas este fluxo diminuiu até progressivamente se extinguir quando as autoridades e sindicatos alemães tiveram sucesso na imposição de restrições à entrada de trabalhadores estrangeiros (Peixoto, 2004). Nem Espanha, que era uma

36. Sendo uma migração intraeuropeia, é mais difícil de medir e a França não tem registos administrativos municipais como Espanha, por exemplo, que permitiriam ter acesso a quantos portugueses entram ou residem no país.

outra origem de mão de obra imigrante na Alemanha, aparece no final da primeira década dos anos 2000 na distribuição dos países emissores mais significativos. Apenas Itália, de entre o conjunto das origens de trabalhadores convidados no passado, ainda é visível hoje em dia, embora neste caso o fluxo de entrada de nacionais italianos venha baixando, tendo passado de cerca de 20 mil em 1997, para cerca de 18 mil, em 2006 (OCDE, 2008b). Países da Europa de Leste como a Polónia, a Roménia, a Hungria e a Federação Russa, ocupam os primeiros lugares; e a República Checa, a Sérvia e Montenegro também representam fluxos de entrada que, neste último caso, são mais baixos, mas já foram elevados em 1998. A Turquia aparece listada no conjunto dos países de origem dos fluxos de migração mais volumosos para a Alemanha, o que aliás mantém visível uma migração que já não é recente, devendo-se este fluxo maioritariamente a processos de reunificação familiar (desceu de 57 mil entradas em 1997 para cerca de 30 mil em 2006).³⁷ A representação asiática no conjunto dos fluxos de entrada de migrantes para a Alemanha é feita pela China e pela Índia. Não há qualquer país africano representado na matriz de fluxos de entrada.

Quanto aos *stocks* de população estrangeira residente por nacionalidade, o grupo mais representado é a Turquia, mas a proporção de imigrantes turcos na população estrangeira tem vindo a diminuir. No conjunto dos estrangeiros residentes na Alemanha em 2006, já se encontram portugueses (115 mil), assim como espanhóis (106 mil). Os países do Leste da Europa também têm uma representação expressiva nos *stocks* de estrangeiros residentes (OCDE, 2008b).

No que respeita à Suíça, que recebeu portugueses para trabalhar sazonalmente quando estavam em vigor os programas de *guest worker*, tem havido um crescimento do fluxo de entrada de portugueses (de 5,6 mil em 1997, passou para 17,7 mil em 2008). Portugal é mesmo o segundo país no conjunto dos fluxos de entrada mais significativos de população estrangeira na Suíça, de acordo com o instituto de estatística local (Office Fédéral de la Statistique).

Como país de imigração desde o fim do Século XIX, no início da I Guerra Mundial os 600 mil estrangeiros residentes compunham 15,4% da população da Suíça e vinham de países vizinhos para trabalhar na construção e nos setores de trabalho públicos (Stalker, 1994). A imigração para a Suíça continuou com flutuações no Século XX, mas foi reativada nos anos 1950 em resultado de um período de expansão económica. Em

37. A imigração na Alemanha, outrora vista como temporária e escolhida com precisão no início dos anos 1960, tornou-se uma imigração de fixação hoje em dia, com origens muito diversificadas e no interior da qual o número de homens ativos que vivem sós desceu de 80% para 20% (Barou, 2001).

1991 havia 1,2 milhões de residentes estrangeiros, excluindo trabalhadores sazonais, o que fazia com que este país tivesse uma das maiores taxas de contribuição de estrangeiros para a população total, 16% (Stalker, 1994). Em 2006, viviam na Suíça 1,5 milhões de estrangeiros e a tendência da imigração por proximidade geográfica mantém-se, já que países vizinhos como a Alemanha, França e Itália estão nos primeiros lugares dos que contribuem com mais entradas na Suíça (OCDE, 2008b), havendo também trabalhadores destes países que aí se deslocam diariamente para trabalhar e voltam a casa, em sistema de migração pendular (Stalker, 1994). Nos *stocks*, os portugueses são 205,5 mil (Office Fédéral de la Statistique) e constituem o terceiro grupo nacional mais numeroso no conjunto (OCDE, 2008b).

O padrão europeu de política migratória que contextualiza estes movimentos foi, até aos anos 1970, influenciado por critérios associados à necessidade do mercado de trabalho, aos compromissos políticos celebrados com ex-colónias, ou à política da Guerra Fria. Esta influência marcou as políticas de entrada de nacionais oriundos de países determinados.

A partir dos anos 1970 a migração entrava no debate, porque se observavam impactos na sociedade, pois a entrada dos trabalhadores imigrantes tinha efeitos que não se confinavam ao mercado de trabalho e transbordavam para os serviços sociais e da segurança social, e por sua vez para a coesão social. Deste modo, “os partidos políticos depressa descobriram que estas preocupações forneciam material excelente para a mobilização política” (Boswell, 2003: 3) e a politização da migração desenvolveu-se nos anos 1980 e 1990 na Europa, fazendo terminar a fase da “não política”.³⁸

A imigração ilegal e o tráfico de imigrantes são as problemáticas recorrentes na discussão das políticas migratórias neste Século (Boswell, 2003), num contexto em que também se reforçou a associação direta entre migração e terrorismo. Aqueles fenómenos fazem com que se questione a capacidade dos estados em proteger os seus cidadãos em relação aos estrangeiros, e evidencia-se a hipótese do fosso, segundo a qual existem frequentemente descoincidências importantes entre as políticas formuladas e os resultados pretendidos por essas políticas (Tsuda e Cornélius, 2004).

As respostas aos eventos do 11 de setembro reforçaram a ligação entre (in)segurança e migração (Hollifield, 2004) e os governos da Europa ocidental e da América do Norte fortaleceram as fronteiras com controlos externos e internos de cidadãos

38. A politização da migração começou nos anos 1970 no Reino Unido, nos anos 1980 em França, no início dos anos 1990 em Itália (Boswell, 2003) e no fim dos anos 1990 em Portugal (Pires, 2003).

estrangeiros. Ainda assim, a ligação direta da migração ilegal e do controlo de migração ao terrorismo, nesta securização da política de migração, não se terá prolongado na Europa, em termos do discurso político, a seguir a 2001 (Boswell, 2007a: 596), começando por os perfis dos terroristas não corresponderem ao dos migrantes ilegais. Do lado dos países do Sul, quanto mais empobrecem e aumenta a sua dívida externa, maior a dependência das remessas dos emigrantes residentes no Norte, e menor o interesse em gerir a emigração e o tráfico ilegal de pessoas (Sassen, 2002: 234).

A securização da migração faz parte da elevação a uma meta política na qual as migrações internacionais são convenientemente ligadas a outras questões, especialmente perigo e ameaça militar, mas também sociais, económicas, políticas e culturais. Ou seja, “esta meta política liga questões do mundo real a medos em torno da migração internacional” (Faist, 2002: 11).

O aumento da restrição nas políticas de migração, provocado pela politização da migração nos estados europeus ocidentais, foi acompanhado da acentuação da resistência da parte de um conjunto organizado de interesses. Se, por um lado, os lóbis empresariais continuaram a pressionar para a flexibilização de políticas com o objetivo de manter a provisão de mão de obra, as organizações não-governamentais de direitos humanos, e outras, conseguiram impedir a introdução de políticas que eliminassem os direitos básicos de migrantes e de refugiados. Os governos foram, assim, obrigados a serem mais cuidadosos em relação à não discriminação com políticas dirigidas aos migrantes já residentes e aos refugiados, devido aos receios de que as políticas de exclusão pudessem prejudicar a coesão social; e simultaneamente conseguiram tornar as políticas de entrada mais restritivas (Boswell, 2003). O debate público da migração distribui-se no início do Século XXI pelos problemas dos migrantes ilegais, dos critérios de aceitação de requerentes de asilo e refugiados, da atribuição de direitos a residentes de longa duração e dos grupos étnicos (Boswell, 2003).

É este o contexto político da migração em toda a Europa, onde políticas com as características enunciadas tendem a convergir (Cornellius e Tsuda, 2004). Já se admite o irrealismo da imigração zero, nomeadamente por razões que derivam das convenções dos direitos humanos, das políticas de reagrupamento familiar, de requerentes de asilo e de necessidades de mão de obra. Ainda assim, num contínuo hipotético limitado por fronteiras abertas ou fechadas, as políticas de migração na Europa tendem, ainda, a concentrar-se no segundo polo (Zolberg, 1999).

A relação entre cada país europeu e a União Europeia no que à política de imigração diz respeito é de influência recíproca. Se, por um lado, o que acontece em qualquer

país europeu pode afetar a política de outros países europeus e a União Europeia, por outro lado o processo de integração europeia tem um impacto indireto e direto na dinâmica nacional (Brochmann, 1999a). A harmonização da legislação e as decisões supranacionais em matéria de migrações pressionaram os países para a liberalização de procedimentos de naturalização, tratamento de residentes de longa duração e lei do asilo, o que faz com que essa seja tendência europeia comum nos dias de hoje.

Argumentos como as necessidades de mão de obra, ou o demográfico, compõem a agenda da discussão acerca da restrição ou liberalização migratórias. O Eurostat estimou que em 2025 o grupo acima dos 65 anos nos estados europeus constituirá 22,4% da população, em comparação com os 15,4% em 1995 (Boswell, 2007b: 34), e portanto há os defensores de que a imigração é necessária para equilibrar a pirâmide etária no sentido do não envelhecimento. Perspetivas diferentes defendem que a imigração não resolve o envelhecimento das populações porque os imigrantes tendem a adotar o comportamento dos nativos e porque o envelhecimento se deve ao prolongamento da esperança de vida e ao envelhecimento de topo, pelo que não seria com o aumento da natalidade que se conseguiria fazer retroceder a tendência. Apenas com a entrada de imigrantes os pensionistas ainda serão mais no futuro do que hoje, o que conduz a afirmar que o envelhecimento da população é um fenómeno inevitável cuja resolução não depende de fluxos de migração (Feld, 2005).

Um outro argumento, que dominou nos últimos anos em Portugal, é o de que é necessário facilitar as vias de acesso à migração porque apenas assim diminuirá a migração ilegal. Nesta perspetiva existe o reconhecimento que há procura por trabalho migrante pouco qualificado nos estados ocidentais europeus, o que atua como fator de atração de migrantes potenciais. E que, confrontados com a ausência de vias legais, os migrantes aproveitam as redes incluídas na migração internacional para os ajudar no movimento e em instalarem-se para residir (ilegalmente) em estados europeus.

Tendo por referência a maioria dos países europeus sobre os quais se realizaram estudos a esse respeito, pode afirmar-se que a eficiência da política de imigração deve mais à capacidade a supervisão do mercado de trabalho, do que ao policiamento das fronteiras nacionais (Brochmann, 1999a). Essa fiscalização exige capacidade do estado para prevenir a contratação de imigrantes sem habilitações legais para exercício de atividade e para manter as condições de emprego em níveis elevados por empregadores (Brochmann, 1999a). A eficiência desta relação é complexa, sobretudo porque apesar da política geral de restrição de imigração, os governos mantêm alguma flexibilidade com relação ao suprimento das necessidades do mercado de trabalho

e, apesar da recorrência do desemprego, há sempre escassez em alguns setores. Os sistemas de quotas ou de trabalho temporário constituem uma modalidade de resolução destas carências pelos governos (Brochmann, 1999a).

Assumir que o controlo dos fluxos de entrada (de migração laboral) depende de como o mercado de trabalho está organizado e estruturado, remete para uma conceptualização do padrão migratório dependente das forças de mercado e para uma complexa teia de relações entre aspetos de controlo das migrações e os parâmetros do mercado de trabalho (Brochmann, 1999a). Há mesmo quem afirme que a história da migração económica para a Europa tem sido primordialmente construída com a influência do mercado e não pela política ou qualquer intervenção do estado (Favell e Hansen, 2002).

A presença de migrantes não autorizados nos países europeus (e não só) indica que há aspetos não oficiais nos vários países de receção quanto à entrada e permanência de força de trabalho de custo reduzido que acentuam a afirmação do interesse em trabalho ilegal.

Um apontamento final deste ponto das políticas migratórias no sistema europeu conduz à relação entre a política migratória, mercado de trabalho e cidadania europeus. Desde 1993 que, com a abolição de fronteiras na União Europeia, existe liberdade de circulação de pessoas nacionais dos países membros – que têm cidadania europeia –, o que tem implicações no mercado de trabalho dos diversos países e é particularmente incentivada e profícua quando se trate de circulação de pessoal qualificado. O próprio mercado de trabalho pode ser visto como global e, como tal, alarga a atração exercida por cada país pelos potenciais migrantes laborais dos países terceiros, uma vez que, adquiridas as condições de circulação (cidadania europeia por via da nacionalidade do país de destino), vem a existir a igualdade de circunstâncias com os autóctones nesta matéria. Este aspeto de política e mercado regionais deve ser tido em conta quando se estudam fluxos migratórios de países terceiros com direção aos países da UE.

3. SISTEMA NORTE-AMERICANO DE MIGRAÇÕES: OS EUA

Nos anos 1990, os Estados Unidos estariam a passar (ou teriam retomado a) uma época de migrações. Porém, o atentado terrorista às Torres Gémeas (World Trade Center) no 11 de setembro de 2001 acentuou a polémica em torno da associação entre terrorismo e imigração, fazendo crescer a discussão pública acerca do tema. À perceção da vulnerabilidade das fronteiras, o resultado do debate foi o reforço do

controlo das entradas e da emissão de vistos (Kritz, 2002), em consonância com o diploma legal USA Patriot, criado em resposta ao medo de novos ataques terroristas. Este diploma aumentou os poderes da administração (na época, a de Bush) para deter e deportar imigrantes que fossem percebidos como ameaças à segurança nacional. Estes factos terão atenuado, ainda que não tenham invertido, a tendência de subida exponencial nos movimentos de entrada no país.

Em 1990, os Estados Unidos tinham 19,8 milhões de residentes nascidos no estrangeiro, ou seja, 8% da sua população total. No ano 2000 esta percentagem já havia subido para 11,1%, o que se traduzia em 31,1 milhões de residentes nascidos no estrangeiro (US Census Bureau).

A percentagem de imigrantes na população total tem subido nas últimas décadas em resultado de um recrudescimento da imigração desde os anos 1960. No fim dos anos 1980, a imigração na América do Norte excedeu o recorde observado nas primeiras décadas do Século; entre 1971-93, o total de entradas foi de 9,2 milhões, numa média anual de 929 mil, enquanto no período clássico de migrações, entre 1901-30, o total havia sido de 4,1 milhões de entradas, numa média anual de 411 mil (Massey, 1995).

Durante o período da imigração intensa, ou período clássico, a composição populacional era predominantemente europeia, tendo mudado do Norte para a Europa ocidental e do Sul para a do Leste, acompanhando a generalização da industrialização no continente americano. Depois do período massivo, o grande intervalo de 40 anos terminou com uma descida da imigração europeia e subida da imigração da América Latina.

Sem os europeus entretanto atraídos pelas necessidades de reconstrução dos países construção do pós-guerra, nos Estados Unidos as suas carências de mão de obra passaram a associar-se à crescente entrada de latino-americanos, nomeadamente de imigrantes mexicanos, cubanos, dominicanos e colombianos. Esta subida verificou-se depois de 1965 e do fim do programa Bracero, quando as mudanças na Lei da Imigração e Nacionalidade (Immigration and Nationality Act) até vieram a impor limites à entrada de imigrantes com esta proveniência. Até então, o sistema de quotas em vigor, que vinha dos anos 1920, era omisso relativamente a quem fosse originário da América Latina e Caraíbas (Cerrutti e Massey, 2004).

A mudança na legislação de migração abolia também os anteriores obstáculos às entradas dos asiáticos e abriram-se precedentes para fluxos da Coreia, Taiwan, Chi-

na, Filipinas e outros países asiáticos (Massey, 1995).³⁹ O aumento da imigração para os EUA é, deste modo, acompanhado pela diversificação das origens dos migrantes, quer em termos de países, quer de continentes, acompanhando a tendência mundial para a diferenciação das migrações. Do total dos imigrantes, cerca de metade é da América Latina – com uma forte contribuição de mexicanos – aproximadamente um quarto são asiáticos e apenas 15,8% nasceram na Europa (quadro 3.2).

Quadro 3.2 - Residentes nos EUA nascidos no estrangeiro, por região de nascimento, 2000

Região	N	%
Total	31.107.573	100
Europa	4.915.557	15,8
Ásia	8.226.254	26,4
África	881.300	2,8
Oceânia	168.046	0,5
América Latina	16.086.974	51,7
América do Norte	829.443	2,7

Fonte: US Census Bureau, Census 2000.

A subida da imigração nos Estados Unidos e a diversificação dos fluxos podem ser conferidas, também, nos totais anuais de autorizações de residência permanente concedidas no início do Século XXI (ver quadro 3.3). Das cerca de 706 mil atribuídas em 2003, as autorizações de residência ultrapassaram um milhão em 2008. A Ásia e a América do Norte (só o México com 17% e 16%, respetivamente em 2008 e 2003) são as regiões de onde são provenientes mais imigrantes a quem foi atribuída autorização em qualquer dos anos.⁴⁰

39. Nos anos 20 foram estabelecidas quotas à imigração pelos Estados Unidos da América, de acordo com as quais estava proibida a imigração asiática e africana, e havia limites muito restritos à entrada de indivíduos provenientes da Europa ocidental e do Sul (Cerrutti e Massey, 2004; Massey, 1995). Em 1965, as mudanças na lei foram no sentido de eliminar a discriminação anterior e alargar os limites que pareciam mais defensáveis numa época de expansão dos direitos civis. Cada país na Europa, África, Ásia e Pacífico tinha direito a 20 mil vistos anuais, que eram alocados de acordo com um sistema de preferências que dava prioridade a familiares de cidadãos norte-americanos e a estrangeiros residentes, assim como a pessoas com qualificações de que os Estados Unidos necessitassem. Estas regiões concorriam para um limite de 170 mil vistos por ano. Este diploma, que ficou com o nome dos legisladores (Har-Celler), não fixou quotas por país de proveniência, na América do Norte, Sul ou Caraíbas, mas limitava a um total de 120 mil por ano as entradas cuja origem fosse a região, assim como fixava um teto de 290 mil anuais para o mundo inteiro (Cerrutti e Massey, 2004).

40. A fonte é diferente, a América Latina não é considerada com esta designação e aqui o México está incluído na América do Norte.

Quadro 3.3 - Autorizações de residência permanente legal nos Estados Unidos, por região e país de origem, 2003 e 2008

2008			2003		
Região / país de origem	N	%	Região / país de origem	N	%
Total	1.107.126	100,0	Total	705.827	100,0
Região			Região		
África	105.915	9,6	África	48.738	6,9
Ásia	383.608	34,6	Ásia	244.759	34,7
Europa	119.138	10,8	Europa	100.769	14,3
América do Norte	393.253	35,5	América do Norte	250.667	35,5
Caraíbas	137.098	12,4	Caraíbas	68.756	9,7
América Central	50.840	4,6	América Central	54.565	7,7
Outra América do Norte	205.315	18,5	Outra América do Norte	127.346	18,0
Oceânia	5.263	0,5	Oceânia	43.777	0,6
América do Sul	98.555	8,9	América do Sul	55.247	7,8
Desconhecido	1.394	0,1	Desconhecido	1.270	0,2
País			País		
México	189.989	17,2	México	115.864	16,4
China	80.271	7,3	Índia	50.372	7,1
Índia	63.352	5,7	China	40.659	5,8
Filipinas	54.030	4,9	Filipinas	45.397	6,4
Cuba	49.500	4,5	Cuba	9.304	1,3
República Dominicana	31.879	2,9	Vietname	22.133	3,1
Vietname	31.497	2,8	República Dominicana	26.205	3,7
Colômbia	30.213	2,7	Coreia	12.512	1,8
Coreia	26.666	2,4	Colômbia	14.777	2,1
Haiti	26.007	2,3	Ucrânia	11.666	1,7
Paquistão	19.719	1,8	Canadá	11.446	1,6
El Salvador	19.659	1,8	El Salvador	28.296	4,0
Jamaica	18.477	1,7	Reino Unido	11.666	1,7
Guatemala	16.182	1,5	Jamaica	13.384	1,9
Peru	15.184	1,4	Rússia	13.951	2,0
Canadá	15.109	1,4	Guatemala	14.415	2,0
Reino Unido	14.348	1,3	Brasil	6.357	0,9
Irão	13.852	1,3	Peru	9.444	1,3
Etiópia	12.917	1,2	Polónia	10.526	1,5
Nigéria	12.475	1,1	Paquistão	9.444	1,3
Restantes países	365.800	33,0	Restantes países	237.453	33,6

Fonte: US Department of Homeland Security, Computer Linked Applicant Information Managements System (CLAIMS). Nota: existem dados anuais entre 2003 e 2005 mas, pretendendo-se analisar a evolução, é possível apenas com os dados destes dois anos.

O peso dos países da Europa nas origens dos imigrantes decresceu no período de referência (2003-2008), de 14% para 11%, embora tenha subido (muito ligeiramente) em termos absolutos. O Reino Unido é o único país que aparece como origem no conjunto dos 20 fluxos mais significativos.

Uma tendência contrária à da Europa é a que África apresenta, pois subiu para cerca de 10% no conjunto das regiões de origem dos detentores de autorizações de residência permanente concedidas em 2008, significando 7% em 2003. Em termos absolutos, os imigrantes desta região duplicaram no conjunto das autorizações legais atribuídas para residir. A Etiópia e a Nigéria aparecem na lista dos países com representação mais significativa nas proveniências dos imigrantes.

O Brasil aparece na distribuição das residências legais dos imigrantes em 2003 com 6.357 concessões e em anos seguintes, mas em 2008 já está agregado com outros países (por haver outros que assumem maior peso proporcional). O padrão dos Estados Unidos demonstra a história do colonialismo e das intervenções militares. Os países que enviam grande número de migrantes para os EUA tendem a ser os que têm laços económicos, políticos e militares com este país (Massey e outros 1998). A proximidade geográfica com países com os quais existem laços do tipo enunciado é mais um fator a ser tido em consideração, neste caso comum às migrações na sua generalidade.⁴¹

Existe uma articulação dos Estados Unidos com o conjunto de países de língua espanhola, que se reflete na emergência de correntes de migração com origem na América central, e também no facto de o maior fluxo (que parece continuar a crescer) ter origem no México. Entre 1981 e 1990, partiram do México 1,7 milhões de imigrantes legais para os Estados Unidos (Massey e outros, 1998). De acordo com os dados do Censo de 1990 residiam 4,3 milhões de mexicanos nos EUA, tendo esse número quintuplicado nos 10 anos seguintes e em 2000 já eram 20,6 milhões (US Census Bureau), com concessões anuais de autorização de residência que, nos últimos anos, se situam nas cerca de 150 mil por ano (190 mil em 2008, como pode verificar-se no quadro 3.3) tendo mesmo ultrapassado as 200 mil em 2002 (US Department of Homeland Security).

41. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009, quase metade de todos os migrantes internacionais deslocam-se dentro dos limites da sua região de origem e cerca de 40% deslocam-se para países vizinhos. Esta proximidade entre países de origem e de destino não é apenas geográfica, pois perto de seis em cada 10 migrantes deslocam-se para um país onde a religião dominante seja a mesma da do seu próprio país, e quatro de 10 para uma país onde a língua dominante é a mesma (PNUD, 2009: 22).

As políticas na América do Norte manifestaram orientações contraditórias com respeito à migração internacional. O Canadá, o México e os EUA tentaram uma integração de mercados, seguindo uma lógica de acordo de comércio livre (Massey e outros, 1998). A criação deste mercado integrado, o NAFTA – North American Free Trade Agreement, por um lado, tende a acelerar os agentes económicos que o compõem, incluindo o trabalho; mas, por outro lado, o Canadá e os Estados Unidos tentaram impor políticas restritivas de imigração, reagindo a rejeições públicas dos imigrantes dos países membros do acordo, em especial o México (Massey e outros, 1998).

Os resultados destes dilemas foram fluxos de migrantes com uma forte componente de ilegalidade durante os anos 1970 e 1980, desenvolvidos depois do fim do Programa Bracero, que atravessam a fronteira do México com os Estados Unidos. Em 1964 haviam sido efetuadas 87 mil prisões de estrangeiros ilegais, e em 1986 foram já 1,8 milhões os estrangeiros presos e expulsos (Cerrutti e Massey, 2004). Neste ano, e para que a imigração não se tornasse uma questão pública, o Congresso criou o IRCA – Immigration Reform and Control Act e legalizou 3,3 milhões imigrantes indocumentados (Massey, 1995). De zonas da fronteira muito patrulhadas, os migrantes que tentam atravessar mudaram-se para outras menos exploradas (Cerrutti e Massey, 2004), os fluxos irregulares continuaram e estima-se que residam cerca de 4,7 milhões de mexicanos ilegalmente no país (US Department of Homeland Security). Pelo México também atravessam migrantes da restante América Latina, incluindo do Brasil, onde o auxílio no processo está acessível por preços que variam entre os 10 mil e os 20 mil dólares pagos a “atravessadores” (Patarra, 2005).

O desenvolvimento dos fluxos asiáticos associou-se às condições menos desfavoráveis que as mudanças na legislação em 1965 proporcionaram, nomeadamente a supressão da discriminação explícita. Mas deve ser acrescentado que cerca de um terço dos imigrantes asiáticos desde os anos 1970 deve a sua deslocação à intervenção dos Estados Unidos na Indochina (Massey, 1995).

4. AMÉRICA LATINA E AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Desde o início da colonização dos territórios por Portugal e Espanha, é possível identificar quatro etapas nas migrações internacionais que envolvem a América Latina (Pellegrino, 2003): a primeira estende-se desde a descoberta até à independência, e inclui a integração das populações das metrópoles e da população escrava africana; a segunda caracteriza-se pela receção de uma grande parte da emigração europeia nos países da América Latina e das Caraíbas na transição do Século XIX para o XX;

a terceira, que decorre desde 1930 até meados dos anos 1960, é marcada pelo predomínio dos movimentos internos em direção às metrópoles, como complemento da migração internacional marcadamente regional e transfronteiriça; a quarta fase ocorre nas últimas duas décadas do Século XX e é marcada por um saldo migratório negativo no caso específico do Brasil, quando são preponderantes as emigrações para os Estados Unidos, alguns países da Europa e Japão.

Sobre a primeira há pouco a acrescentar ao que já foi dito no primeiro ponto deste capítulo. Durante o Século XIX e início do XX (a segunda fase identificada por Pellegrino), a emigração para a América Latina foi tão volumosa que teve efeitos marcantes na constituição das sociedades de acolhimento. Nos casos da Argentina, Uruguai ou Sul do Brasil, as chegadas eram de tal dimensão que, em relação com a população fixada, a percentagem de estrangeiros chegou a ser maior que nos Estados Unidos da América (Miguez, 2003) tido como o país de imigração por excelência. Na Argentina, por exemplo, em 1914, mais de 30% da população tinha nascido no estrangeiro, maioritariamente na Europa. Esta percentagem aumenta se nos centrarmos na cidade de Buenos Aires, onde os europeus constituíram metade da população e três quartos dos adultos entre 1880 e a I Guerra Mundial. Embora não tão elevadas, as percentagens eram semelhantes em São Paulo, no Brasil, e em Montevidéu, no Uruguai.

Os movimentos de migração intrarregional do período seguinte acompanharam a urbanização das populações que se deslocavam das zonas rurais e substituíam a população que emigrava. Até aos anos 1960, todos os movimentos de migração internacional com volume superior a 50 mil pessoas eram fronteiriços, assim como a migração mexicana para os EUA (que já contava com mais de meio milhão de pessoas) e a migração cubana com o mesmo destino, que pode considerar-se também fronteiriça (Pellegrino, 2003).

É de destacar a emigração com destino à Venezuela, país que atravessou um período de transformações relacionadas com o aumento do preço do petróleo e colocou em prática políticas de recrutamento de imigrantes qualificados e de trabalhadores e continuou a estimular a emigração europeia mesmo nos anos 1970 (Kritz e Gurak, 1979). A situação de quase pleno emprego durante os anos 1970, e as garantias de asilo a exilados do Cone Sul (CELADE, 2006), estão na origem do crescimento da população oriunda de outros países latino-americanos, que triplicou entre os censos de 1970 e 1980 na Venezuela (Pellegrino, 2003). Enquanto na Argentina e no Brasil o contingente de imigrantes descia, na Venezuela aumentou entre 1970 e 1980, de cerca de 583 mil, para mais de um milhão (quadro 3.4). A crise económica que se seguiu na América Latina não teve efeitos idênticos em todos os países que dela fazem parte, embora genericamente

tenha havido uma estabilização da migração inter-regional (Pellegrino, 2003) e um aumento da emigração geral. Nos Estados Unidos, a imigração com origem na América do Sul aumentou para mais do dobro, passando de 40 mil para 86 mil, entre 1980 e 1990 (Massey e outros, 1998). Simultaneamente, verifica-se a tendência para os países da América Latina terem perdido as características atrativas do passado, com a descida da proporção de pessoas nascidas no estrangeiro na população total. Ao invés, a emigração da América Latina para os Estados Unidos da América, e alguns países da Europa de onde partiam emigrantes no início do Século XX, é contemporânea desta realidade.

Quadro 3.4 - População residente, por país de nascimento, em países selecionados da América Latina, 1960-c.2000

País de residência	Ano	População total	Nascidos no estrangeiro	Relação entre nascidos no estrangeiro e a população total (em %)
Argentina	1960	20.010.539	2.540.226	12,7
	1970	23.390.050	2.193.330	9,4
	1980	27.947.446	1.857.703	6,6
	1991	32.615.528	1.605.871	4,9
	2001	36.260.130	1.571.904	4,2
Brasil	1960	70.070.457	1.252.467	1,8
	1970	93.139.037	1.229.128	1,4
	1980	119.002.706	1.110.910	0,9
	1991	146.825.475	767.784	0,5
	2001	169.799.160	683.830	0,4
Chile	1970	8.884.768	88.881	1,0
	1982	11329736	84.345	0,7
	1992	13348401	114.597	0,9
	2002	15116435	187.008	..
Paraguai	1972	2.357.955	79.686	3,4
	1982	3.029.830	169.140	5,6
	1992	4.152.588	187.372	4,5
	2002	5.163.198	171.922	3,3
Peru	1972	13.528.208	67.186	0,5
	1981	17.005.210	66.925	0,4
	1993	22.048.356	52.725	0,2
Uruguai	1975	2.788.429	131.800	4,7
	1985	2.955.241	103.002	3,5
	1996	3.163.763	92.378	2,9
Venezuela	1971	10.721.522	582.560	5,4
	1981	14.516.735	1.074.629	7,4
	1990	18.105.265	1.024.121	5,7
	2001	23.054.210	1.014.340	4,4

Fonte : IMILA, (CELADE, 2006), censos dos países.

5. O CASO DO BRASIL NAS MIGRAÇÕES LATINO-AMERICANAS

A emigração brasileira desenvolveu-se, durante os anos 80 e 90 do Século XX, de forma surpreendente para um país historicamente marcado pela recepção de imigrantes. Entre os anos 1950 e 1980, a população brasileira crescia apenas ao ritmo demográfico dos nascimentos e das mortes, não havia saídas nem entradas significativas de estrangeiros que interferissem neste cenário de fechamento. A inversão deste panorama teve três tendências assinaláveis: migrações para países desenvolvidos (EUA e Europa), em busca de mobilidade social bloqueada no Brasil; migrações temporárias para o Japão, para obtenção de poupanças, fomentada por políticas migratórias orientadas para os descendentes de japoneses; expansão de problemas agrícolas não resolvidos para territórios na fronteira, em especial com o Paraguai, como o contingente assim criado de “brasiguaios”.⁴²

Estima-se que dois milhões de brasileiros tenham deixado o país nas últimas décadas (Patarra e Baeninger, 2006), o que tem como expressão também o aumento das remessas durante os anos de 1990: de 834 milhões de dólares em 1990, passaram para cerca de três mil milhões de dólares em 1995 (Patarra, 2005: 25). Governador Valadares é a “cidade que responde no Brasil pelo maior número de emigrantes internacionais” (Martes e Soares, 2006: 42) e, na década de 1990, os pontos de origem da emigração ter-se-ão disperso por praticamente todos os estados do Brasil, embora permaneça uma concentração em Minas Gerais (Martes e Soares, 2006).

O enquadramento das condições de crescimento da emigração brasileira, apresentado no capítulo seguinte, foi uma crise socioeconómica com muita expressão na sociedade emissora (Assis, 2002; Coelho, 2007; Goza, 1999; Martes, 2001; Pellegrino, 2004), numa década definida pelos especialistas, jornalistas, e também opinião pública, como “perdida”. Esta seguia-se a um período de expansão designado como “milagre económico” (Goza, 1994).

De entre os destinos internacionais do fenómeno mencionado, os mais significativos são, como já introduzido, os Estados Unidos, alguns países da Europa e o Japão.⁴³ O primeiro fluxo terá como explicação parcial uma relação estratégica e comercial

42. São assim designados os brasileiros que se expandiram para territórios agrícolas no Paraguai (Patarra e Baeninger, 2006). Os movimentos migratórios recentes estão relacionados com a constituição das fronteiras agrícolas entre os dois países (Patarra, 2005: 27).

43. Alguns destinos fronteiriços também são notícia, como o caso do Paraguai, mas são entendidos como prolongamento das migrações internas (Neto, 2006).

cujo interesse trazia migrantes no sentido inverso durante a II Guerra Mundial, e será o mais antigo; os fluxos com destinos europeus poderão ser caracterizados, pelo menos inicialmente, como contracorrentes migratórias; o último combinará características de recrutamento ativo com as de contracorrente migratória. Em seguida apresentam-se, por esta ordem, os fluxos migratórios enunciados.

Na América do Norte, os EUA são o destino mais significativo da emigração brasileira desde os anos 1980⁴⁴ e o embrião deste fluxo poderá encontrar-se durante os anos 1940, por ocasião do início de uma ligação comercial entre os dois países (Assis, 2002; Coelho, 2007).

Durante a II Guerra Mundial aumentou a procura da mica, minério utilizado como isolante na indústria bélica (Assis, 2002) e no fabrico de rádios (Coelho, 2007). A cidade de Governador Valadares, no estado de Minas Gerais, Brasil, era rica nesse minério. Durante os anos 1940, desenvolveram-se relações económicas entre empresas norte-americanas que realizavam o apoio técnico e comercial a oficinas de extração brasileiras.

O contacto quotidiano entre a população de Minas Gerais e os trabalhadores e famílias das empresas norte-americanas sediadas na cidade com apenas 25 mil habitantes terá gerado a construção de um imaginário sobre a América dos anos 1940. No mesmo período, foi celebrada uma convenção entre o Brasil e os Estados Unidos para aquele contribuir com o esforço de guerra, tendo dado origem ao SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), em 1942 (Assis, 2002).

Quando o período da mica terminou, a presença dos americanos em Governador Valadares já tinha deixado marcado o imaginário da modernidade. Assim, quando o novo ciclo económico de pecuária de leite deixou de absorver a mão de obra outrora necessária ao ciclo extrativo, e a receita gerada diminuiu (Coelho, 2007), a opção de ir

44. A emigração brasileira para a América do Norte também incluiu um fluxo, ainda que pouco expressivo, para o Canadá. Até 1987, o Canadá não exigia visto, sendo suficiente o passaporte para entrar no país. Assim, alguma migração que anteriormente se dirigiria aos Estados Unidos ter-se-á orientado para o Canadá, com base na ideia generalizada de que seria possível encontrar trabalho no país que, ao contrário do destino mais tradicional, se caracterizava por uma isenção de discriminação. Assim, de acordo com estatísticas não oficiais (cf. Goza, 1994), 10 mil brasileiros terão feito a viagem diretamente do Brasil para Toronto durante 1986 e 1987. As autoridades canadianas ter-se-ão apercebido desta movimentação e terão instituído o sistema de vistos e tornados rigorosos os procedimentos para os obter. A partir de meados de 1987 as exigências de vistos para os brasileiros iniciaram-se e o número de novas chegadas terá diminuído, e embora tenham aumentado as formas criativas de entrar no país (cf. Goza, 1994; Goza, 1999), o fluxo não se desenvolveu como o dos Estados Unidos.

para os Estados Unidos colocou-se a alguns valadarenses nos anos 1960, sendo relatadas experiências que indicam o foco inicial como uma experiência muito circunscrita que veio a ter os efeitos multiplicadores que são amplamente documentados nos estudos sobre migrações: “a emigração é relatada como uma aventura, quase um rito de iniciação, para quem dispunha de algum dinheiro e queria trabalhar por um ano para comprar um carro novo, aprender uma língua e voltar para o seu país contando as aventuras e desventuras” (Assis, 2002: 49).

Esta aventura estimulava a corrente migratória que veio a desenvolver-se ainda com mais vigor durante os anos 1980, enquadrada pelo contexto da crise económica e social brasileira neste período. Em estudo sobre a emigração de Governador Valadares para os EUA, um entrevistado descreve este processo: “acredito que nós quatro fomos pioneiros, inaugurámos uma nova fase de relacionamento entre Governador Valadares e a América. Abrimos a América para os valadarenses, assim como para o Brasil. Valadares era notícia apesar de ser interior. Chegamos quatro e sessenta dias depois foram mais dez. As idas começaram a se multiplicar. Ligados por parentesco e amizade” (Assis, 2002: 50).

Este fluxo iniciado em Governador Valadares foi sendo alargado às cidades vizinhas, mas é com esta proveniência que os estudos sobre a emigração brasileira identificam a sua antiguidade e maior volume para os EUA em particular (Goza, 1994; Margolis, 1994; Pellegrino, 2004).

Do conjunto dos residentes nos Estados Unidos da América com naturalidade brasileira, inquiridos no Censo de 2000, cerca de apenas 29 mil (de 212.430) haviam chegado antes de 1980, o que se encontra de acordo com o que vimos dizendo acerca do ímpeto da emigração brasileira a partir dessa data (ver quadro 3.5). A grande maioria entrou entre 1990 e 2000 (cerca de 129 mil ainda têm a nacionalidade brasileira e cerca de 10 mil já estão naturalizados norte-americanos).

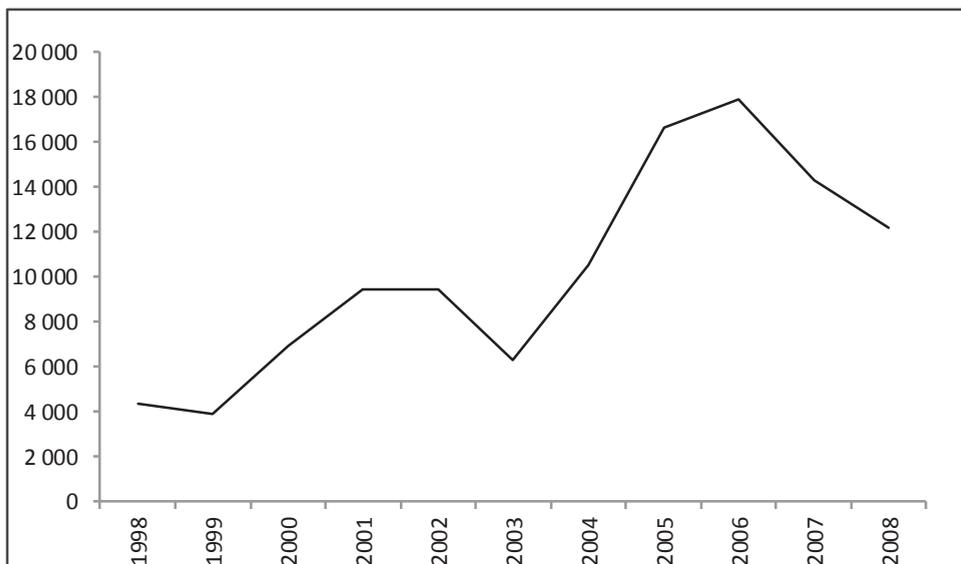
A irregularidade é, ou foi, uma realidade incontornável da emigração brasileira para os EUA. O departamento de segurança interna dos EUA estimava que residam 180 mil imigrantes brasileiros irregulares no país em 2008, contra 100 mil no ano 2000, embora o número já significasse uma descida em relação a 2006 (quando terão atingido 210 mil). Estes números traduzirão permanências irregulares além do prazo dos vistos, ou são resultantes de entradas ilegais depois do atravessamento das fronteiras com o México.

Quadro 3.5 - Residentes nos EUA nascidos no Brasil, por estatuto legal e período de entrada, 2000

Cidadania e período de entrada nos EUA	N
Total	212.430
Naturalizados norte-americanos	45.575
Entrou entre 1990 e 2000	9.815
Entrou entre 1980 e 1989	15.940
Entrou antes de 1980	19.815
Não naturalizados norte-americanos	166.855
Entrou entre 1990 e 2000	129.410
Entrou entre 1980 e 1989	27.975
Entrou antes de 1980	9.470

Fonte: US Census Bureau, Census 2000, Special Tabulations.

Gráfico 3.1 - Autorizações de residência permanente nos Estados Unidos concedidas a imigrantes brasileiros, por ano fiscal, 1998-2008



Fonte: US Department of Homeland Security, Statistic Yearbooks.

Os dados dos fluxos legais demonstram que os brasileiros continuam a chegar ao país (ver gráfico 3.1), embora em números que não se comparam com os das entradas de mexicanos e apresentem uma tendência de descida entre 2006 e 2007.

Acerca da emigração latino-americana para a Europa do Sul, é possível identificar a sua intensificação nos anos 1980, com continuidade na década seguinte (Pellegrino, 2004).

A maior orientação dos migrantes para estes destinos ter-se-á devido ao aumento do rigor para atribuição de vistos e ao maior controlo da migração nos EUA depois do 11 de setembro de 2001. Neste novo cenário, os países do Sul a Europa, contexto de origem dos migrantes que nos Séculos XIX e XX se dirigiram para o Brasil, tornou-se uma alternativa apelativa. De 92.642 imigrantes da América Latina com autorizações ou permissões de residência em Espanha em 1993, passou-se para 514.485 em 2003 (Pellegrino, 2004). Um dos fatores que terá contribuído para o desenvolvimento destes fluxos encontra-se no facto de ser possível obter documentos de residência através da recuperação de uma cidadania europeia por via da ascendência (Pellegrino, 2004).

Os destinos europeus não surgiram apenas nos anos 1980, alguns fluxos já tinham tido início nos anos 1970 quando brasileiros se deslocavam para estudar ou, como exilados políticos, procuravam refúgio. Contudo, eram movimentos com objetivos diferentes dos que surgiram mais tarde e, embora se tenha intensificado a migração, o volume é reduzido se comparado com os números envolvidos nos fluxos para os Estados Unidos.

A emigração brasileira para Portugal será analisada no ponto seguinte. Estudos sobre a emigração brasileira para outros destinos na Europa, na vertente dos fluxos ou identitária, foram apresentados no Seminário Brasil Europa 2010 que teve lugar em Barcelona em novembro.⁴⁵

Quanto à emigração brasileira para o Japão, na sua origem estiveram movimentos de contracorrente migratória de japoneses no termo da década de 1980 e processos de recrutamento.

Com o princípio do Século XX coincidiu o início da emigração japonesa para o Brasil, que tinha como objetivo o alívio de pressões demográficas e era resultado de uma

45. As atas do Seminário podem ser acedidas aqui: <http://seminariobrasileuropa2010.files.wordpress.com/2011/01/livro-i-seminc3a1rio-de-estudos-sobre-imigrac3a7c3a3o-brasileira-na-europa.pdf>.

política ativa de saída do Japão, que incluiu também como destinos o Havai, a Califórnia, o México, o Peru e a Bolívia. Esta política tinha como finalidades menos explícitas ajustar a produção de alimentos à população e obter divisas no estrangeiro para contribuir para o equilíbrio das contas correntes (Ninomiya, 2006). O caso específico da emigração para o Brasil foi ilustrado pela assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os ministros plenipotenciários Gabriel de Toledo Piza e Almeida, representando a República dos Estados Unidos do Brasil, e Arasuke Soné, representando o Império do Japão, em 1895 (Ninomiya, 2006). A época áurea do fluxo terá ocorrido entre 1924 e 1934, quando os Estados Unidos proibiram as entradas no país e o governo japonês deu início ao financiamento do transporte de japoneses para o Brasil (Ninomiya, 2006).

A crise económica no Brasil coincidiu com um período de expansão económica no Japão (Naoto, 2003) e alguns dos japoneses imigrantes retornaram a casa. A contracorrente ter-se-á desenvolvido com a intervenção destes retornados no recrutamento de descendentes de japoneses, já nascidos no Brasil, para trabalharem no Japão. Através de um sistema de migração mercantilizado (Naoto, 2003) esta migração foi incentivada para suprir necessidades de mão de obra para os trabalhos pesados, nos anos 1980, aos quais os jovens fugiam por preconceitos relativamente a trabalhos desqualificados (Fusco, Hirano e Peres, 2002). Estes trabalhos caracterizavam por serem conhecidos pelos 5 K, letra inicial das palavras em japonês *kitsui* (pesado), *kiken* (perigoso), *kitanais* (sujo), *kibishii* (exigente) e *kirai* (indesejável) (Fusco, Hirano e Peres, 2002) nas fábricas e nas pequenas e médias empresas fabricantes de peças ou parceiras das grandes indústrias japonesas (Ninomiya, 2006). O sistema de recrutamento incluiu agências de viagens, agências de recrutamento e intermediários (Naoto, 2003).

Com a procura de mão de obra, o recrutamento estendeu-se aos filhos e parentes que tinham apenas a nacionalidade brasileira. Os vistos subiram de cerca de cinco mil por ano até 1987, para cerca de 18.300 em 1989 (Ninomiya, 2006). De acordo com as estatísticas do governo japonês, em 31 de dezembro de 2006 haveria 313 mil brasileiros no país (Ninomiya, 2006), número que já representava uma subida em relação a 2003, quando residiam 269 mil (Patarra, 2005). A migração teve origem dispersa pelo Brasil, distribuiu-se para várias zonas de destino e não houve transplantação dos relacionamentos e redes sociais (Naoto, 2003). O movimento ficou conhecido como “Dekassegui”, que significa “ganhar dinheiro fora da sua terra”.

6. PORTUGAL E AS MIGRAÇÕES: DA EMIGRAÇÃO À IMIGRAÇÃO

Portugal foi conhecido, durante décadas dos Séculos XIX e XX, como um país de emigrantes e muitos portugueses viviam o fado “lutar pela vida lá fora”, originando uma certa cultura da emigração.

Os portugueses participaram nas migrações atlânticas, no Século XIX, tendo vindo a fazer parte dos mercados de trabalho que se libertavam da escravatura no Brasil, nos Estados Unidos e na Venezuela. E os portugueses também integraram as migrações para a Europa depois da II Guerra, juntamente com os italianos, e espanhóis e imigrantes oriundos do Norte de África. Durante o Século XX, aliás, Portugal acompanhou outros europeus nas correntes migratórias mais extensas de cariz internacional.

Entre os cerca de 1,3 milhões de migrantes saídos de Portugal entre 1855 e 1914, cerca de 80% saíram do continente e, destes, 82% foram para o Brasil, 2% para a Argentina e 15% para o Canadá (Klein, 1991). Ao Brasil, para onde os portugueses rumaram em primeiro lugar, terão chegado a cerca de 1,3 milhões entre 1820 e 1930 e 1,8 milhões se o período se estender a 1972. Esta emigração teve continuidade e prolongou-se mais no tempo, se comparada com a de outros grupos de emigrantes europeus como os italianos – primeiros no conjunto dos imigrantes – e os espanhóis, ou os japoneses (Klein, 1991). A distribuição das regiões de fixação dos portugueses pelos estados brasileiros mostrava o Rio de Janeiro, São Paulo, e Minas Gerais a disputar os três primeiros lugares em qualquer das décadas (Klein, 1991), entre 1920 e 1970.

A emigração foi mais reduzida entre 1930 e 1954. Predominava o destino americano e, em particular, o brasileiro. As saídas foram de 385 mil portugueses, com uma média anual de 15 mil (Peixoto, 1999a).

Entre 1955 e 1974 teve lugar o maior êxodo migratório absoluto no país, tendo por destino principal a Europa. Durante estes 20 anos, 1 milhão e 361 mil portugueses saíram de Portugal, numa média de 82 mil por ano. A França, sozinha, concentrou quase um milhão de entradas de portugueses neste período (Peixoto, 1999a). Continuavam as saídas para os Estados Unidos e o fluxo do Canadá adquiriu importância, acontecendo o inverso no caso do Brasil.

A partir de 1975, com a restrição das entradas nos países europeus, outros destinos foram sendo procurados e notaram-se retornos que se crê tenham sido cerca de 20 mil ao ano durante a década seguinte (Rocha-Trindade, 1993: 168). A partir de 1985 nota-se novo aumento, em modalidades mais flexíveis como as sazonais, nomeada-

mente para a Suíça e Alemanha (Peixoto, 1999a). A emigração portuguesa ganhou uma nova força na alvorada deste Século, com o Reino Unido e a Espanha a juntarem-se a estes destinos mais recentes na Europa, e Angola no continente africano.⁴⁶ E uma nova emigração para o Brasil pode estar a desenvolver-se.

A imigração em Portugal, por seu turno, foi um movimento populacional de dimensão impercetível até 1974, situação que só se alterou com a democratização e a descolonização desencadeadas pelo 25 de abril. A imigração ampliou-se e diversificou-se com a integração europeia, num primeiro momento, e, já na passagem do Século, com os efeitos das mudanças no Leste europeu. Com as dificuldades de contabilização das saídas, nomeadamente no contexto da livre circulação europeia, com consequente invisibilidade factual e estatística [embora, como Machado (1997: 13-20) sintetiza, e já havia sido referido, tenha continuado a existir] a imigração destaca-se da emigração e a academia veio a privilegiar este fenómeno logo a partir de finais dos anos 1990.

O regime migratório de Portugal é, desde a entrada na Comunidade Económica Europeia, de tipo misto, porque o país é simultaneamente emissor e recetor de migrantes (Machado, 1997; Peixoto, 2004; Saint-Maurice e Pires, 1989). Como razões subjacentes ao desenvolvimento deste regime, podem apontar-se: o crescimento económico baseado em mão de obra intensiva e apoiado no setor da construção civil; o ritmo de reestruturação económica com desemprego (e emigração) de nacionais; a dualidade do mercado de trabalho, com o mercado primário ocupado por nacionais e o secundário por imigrantes; o tipo de regulação de setores, com baixos rendimentos e forte precariedade de setores como a construção civil (Peixoto, 2004: 16).

No final da primeira década do Século XXI, a imigração estará estabilizada – ocorrendo apenas movimentos para reagrupamento familiar – e na imprensa noticia-se o aumento dos retornos de imigrantes ao país de origem, em especial de brasileiros (a população estrangeira mais numerosa no final da primeira década dos anos 2000).

Em 2008 residiam 440.277 estrangeiros em situação regular em Portugal segundo as estatísticas de títulos de residência e de vistos de longa duração do SEF (ver

46. Várias notícias acerca destes destinos podem ser pesquisadas no sítio eletrónico do Observatório da Emigração (em <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt>) e dados sobre a emigração recente podem ser consultados também em Pires, Machado, Peixoto e Vaz, 2010.

quadro 3.6).⁴⁷ O grupo nacional mais representado são os brasileiros, com 106.961 residentes, representando 24% do total da população estrangeira residente, seguidos a uma grande distância pelos 51.353 residentes de nacionalidade cabo-verdiana, 52.494 ucranianos, 27.410 romenos e 21.147 residentes moldavos.

Desde 2007 que o grupo de nacionais dos PALOP tem vindo a decrescer em termos absolutos e relativos (de cerca de 34%, baixam para 26%), em detrimento da população de nacionalidade brasileira, que sobe de 16% para 24% entre 2006 e 2008). Em 2006, a população cabo-verdiana tinha o mesmo peso na população que a população brasileira. A diminuição em números absolutos dever-se-á ao decréscimo da imigração destes países, por um lado, e a naturalizações, por outro lado.

Com tendência para subir encontram-se os grupos nacionais asiáticos, como a população proveniente da China – com a maior representação – Índia, Paquistão e Bangladesh, entre outros que perfazem 28.588 residentes em 2008.

O grupo dos brasileiros subiu muito entre 2007 e 2008. O SEF chama a atenção, no relatório de 2008, que até ao ano anterior, inclusive, houve uma subavaliação reiterada das nacionalidades que compõem os fluxos migratórios mais recentes, como Brasil, Roménia, Ucrânia e Moldávia, enquanto outros grupos consolidados em Portugal, como cabo-verdianos, angolanos e guineenses, eram sobrestimados (SEF, 2008: 30). A explicação também remete para a transição que o ano de 2007 significa, em virtude da entrada em vigor da nova lei de migração (Lei 23/2007), ao abrigo da qual era possível obter títulos de residência numa variedade de situações de irregularidade em que os imigrantes se encontrassem.

Tendência diferente se verificava em 2001. As populações estrangeiras mais numerosas eram oriundas dos PALOP (em especial Angola e Cabo Verde) e do Brasil e Ucrânia, observando-se também importantes contingentes da Europa, União Europeia (15) em particular (ver quadro 3.7). Em 1981, os nacionais dos PALOP constituíam o grupo mais expressivo, podendo também ser assinalados contributos de outros nacionais da Europa, como a França ou a Espanha, assim como do continente americano, em particular o Brasil e a Venezuela, para a população estrangeira residente em Portugal.

47. No último relatório do SEF, de 2010, o total do stock de estrangeiros é de 445.261 e os brasileiros continuam no topo das nacionalidades com 119.363 residentes, representando 27% da população estrangeira residente. A opção pelo ano de 2008 (e não mais recente) justifica-se essencialmente por duas razões: 1) o ano em causa não compromete os objetivos do presente trabalho e fecha, com os últimos dados publicados no trabalho de licenciatura (1988), um ciclo de 20 anos da emigração brasileira mais recente para Portugal; 2) conforme consta do relatório respetivo, nesse ano “estamos perante uma quebra de série das estatísticas da população estrangeira residente em Portugal” (SEF, 2008: 16), pelo que não se evidencia aqui benefício significativo na ilustração de tendências com dados mais recentes.

Quadro 3.6 - População estrangeira residente, por nacionalidade, 2006-2008

Nacionalidade	2008		2007		2006	
	N	%	N	%	N	%
Total	440.277	100,0	435.736	100,0	409.185	100,0
PALOP	118.460	26,1	136.694	30,1	139.828	34,2
Angola	27.619	6,1	32.728	7,2	33.215	8,1
Cabo Verde	51.353	11,3	63.925	14,1	65.485	16,0
Guiné-Bissau	24.390	5,4	23.733	5,2	24.513	6,0
Moçambique	3.372	0,7	5.681	1,3	5.854	1,4
S. Tomé e Príncipe	11.726	2,6	10.627	2,3	10.761	2,6
UE (27)	84.731	19,2	115.556	26,5	93.203	22,8
Alemanha	8.187	1,9	15.498	3,6	13.851	3,4
Espanha	7.220	1,6	18.030	4,1	16.597	4,1
França	4.576	1,0	10.556	2,4	9.733	2,4
Reino Unido	15.371	3,5	23.608	5,4	19.592	4,8
Roménia	27.769	6,3	19.155	4,4	10.299	2,5
Outros UE 27	21.608	4,9	28.709	6,6	23.131	5,7
Outra Europa	83.059	18,9	63.484	14,6	60.074	14,7
Moldávia	21.147	4,8	14.053	3,2	12.673	3,1
Rússia	6.194	1,4	5.114	1,2	4.945	1,2
Ucrânia	52.494	11,9	39.480	9,1	37.851	9,3
Outros	3.224	0,7	4.837	1,1	4.605	1,1
Américas	116.067	26,4	83.592	19,2	82.600	20,2
Brasil	106.961	24,3	66.354	15,2	65.463	16,0
Outros	9.106	2,1	17.238	4,0	17.137	4,2
Ásia	28.588	6,5	24.269	5,6	22.418	5,5
Bangladesh	1.577	0,4	1.180	0,3	1.030	0,3
China	13.331	3,0	10.448	2,4	9.695	2,4
Índia	5.519	1,3	4.104	0,9	3.614	0,9
Paquistão	2.736	0,6	2.371	0,5	2.125	0,5
Outros	5.425	1,2	6.166	1,4	5.964	1,5
Apátridas e desconhecidos	85	..	290	0,1	289	0,1
Outros países	9.287	2,1	11.851	2,7	10.773	2,6

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, séries estatísticas anuais, disponíveis em http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/estatisticas/index.aspx?id_linha=4224&menu_position=4142#0, mais concretamente nos relatórios de imigração fronteiras e asilo anuais disponíveis em <http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx>.
Notas: .. sem significado estatístico; os números respeitam a autorizações de residência, prorrogações de autorizações de permanência e de vistos de longa duração; em 2007 e 2008, a Roménia constava, no quadro de estatísticas do SEF, no conjunto UE 27 com a nota "inclui os trabalhadores dos novos EM da UE abrangidos pelo respetivo regime transitório". Em 2006, está fora deste grupo, em "outros da Europa".

Quadro 3.7 - População estrangeira residente, por nacionalidade, 1981, 1991 e 2001

Nacionalidade	2001		1991		1981	
	N	%	N	%	N	%
Total	232.695	100,0	127.376	100,0	118.647	100,0
Angola	37.014	15,9	9.368	7,4	19.567	16,5
Cabo Verde	33.145	14,2	15.715	12,3	18.557	15,6
Guiné-Bissau	15.824	6,8	3.162	2,5	1.126	0,9
Moçambique	4.685	2,0	3.187	2,5	4.425	3,7
S. Tomé e Príncipe	8.517	3,7	2.007	1,6	1.547	1,3
Alemanha	8.387	3,6	5.402	4,2	3.937	3,3
Espanha	9.047	3,9	6.277	4,9	8.081	6,8
França	15.359	6,6	13.742	10,8	12.079	10,2
Reino Unido	8.227	3,5	5.977	4,7	3.105	2,6
Outros UE 15	8.300	2,6	4.572	3,6	4.483	3,8
Moldávia	2.984	1,3	-	-	-	-
Roménia	2.661	1,1	15	0,0	5	0,0
Rússia	2.089	0,9	116	0,1	36	-
Ucrânia	10.793	4,6	-	-	-	-
Canadá	1.952	0,8	2.728	2,1	2.586	2,2
EUA	3.469	1,5	4.673	3,7	3.643	3,1
Brasil	31.869	13,7	13.508	10,6	9.962	8,4
Venezuela	5.242	2,3	8.455	6,6	5.845	4,9
China	2.176	0,9	356	0,3	154	0,1
Índia	1.571	0,7	491	0,4	221	0,2
Outros países	13.404	5,8	6.893	5,4	9.171	7,7
Dupla nacionalidade estrangeira	4.905	2,1	1.034	0,8	8.954	7,5
Apátridas	1.075	0,5	19.698	15,5	1.163	1,0

Fonte: INE, recenseamentos gerais da população, 1981, 1991 e 2001, micro dados.

Notas: em 1991 a Rússia e a Ucrânia pertenciam à URSS, portanto o valor de 116 corresponde a toda a União Soviética como país de nacionalidade, ao contrário de 2001 em que já aparecem as repúblicas em separado (e não são todas consideradas aqui porque os contingentes não representados são residuais). Em 1981 e em 1991 a Moldávia não era independente, está incluída na Roménia; em 1981 a designação da dupla nacionalidade não especificava se incluía ou não a portuguesa.

A população estrangeira a residir em Portugal nas últimas décadas do Século XX revelava, portanto, duas tendências: crescimento e diversificação. Entre 1981 e 2001, a população estrangeira residente teve um aumento de 96%, tendo a distribuição de origens sido alargada para incluir a Europa de Leste e fazer sobressair países da Ásia, como a China e a Índia, cujo crescimento, em termos absolutos, justifica referência. Em 1981 a população estrangeira representava 1,2% da população total, em 1991 constituía 1,3% e em 2001 duplicou, passando para 2,2%.⁴⁸

As populações referidas são distintas entre si. Se a imigração europeia é sobretudo de tipo profissional, a imigração dos PALOP e a do Leste são de tipo laboral. A imigração brasileira vai ser objeto de análise em capítulo autónomo e, como já tive oportunidade de o demonstrar, começou por ter características de contracorrente migratória (Pinho, 2001; Pinho, 1993) mas autonomizou-se destes movimentos com características mais qualificadas e, na presente década, consolida-se, pelo contrário, como uma migração laboral.

Nos próximos parágrafos analisam-se sumariamente as características do grupo de imigrantes dos PALOP, depois segue-se a análise do grupo de imigrantes da União Europeia, e finaliza-se o capítulo com uma breve apresentação de imigrantes oriundos da Europa de Leste.⁴⁹

A imigração com origem nos PALOP desenvolveu-se depois da descolonização e consequente repatriamento a partir de 1974. Situou-se inicialmente em Angola e em Moçambique, com os movimentos simultâneos de refugiados africanos e de portugueses repatriados (Saint-Maurice e Pires, 1989), e prosseguiu com a consolidação da migração laboral que teve início em Cabo Verde e progressivamente foi alargada aos restantes países do conjunto. Angolanos e cabo-verdianos constituem os contingentes mais expressivos neste grupo, mas merece referência o aumento da população guineense na década de 1990 (ver quadro 3.7).

A emigração cabo-verdiana para Portugal já existia desde a II Guerra Mundial, embora a transformação do seu perfil para uma mão de obra sem qualificação escolar e profissional tenha ocorrido com impulso significativo depois dos anos 1960, quando foi estimulada pelo governo português para dar resposta às carências laborais originadas pela saída de portugueses para as nações da Europa central no período do pós-

48. A população total residente em Portugal era de 9.833.014 em 1981, de 9.867.147 em 1991 e de 10.356.117 em 2001, segundo os recenseamentos, pelo INE, nos anos respetivos.

49. Para efeitos da análise dos imigrantes do Leste, selecionaram-se os dados relativos aos nacionais da Ucrânia, Moldávia, Roménia e Rússia.

guerra, e pelo recrutamento para a guerra colonial, portanto nitidamente como uma imigração de substituição. De camadas socialmente mais favorecidas a emigrar para a metrópole, e como fluxo com pouca expressão, a emigração cabo-verdiana tornou-se eminentemente laboral, ocupando as vagas deixadas por preencher no setor da construção civil, quando o metropolitano de Lisboa e as infraestruturas imobiliárias de suporte ao turismo do Algarve estavam a ser edificados (Saint-Maurice, 1997).

Quadro 3.8 - População com nacionalidades dos PALOP, ativa e a exercer profissão, por grupo profissional, censos 1981, 1991, 2001

Grupo profissional	2001			1991			1981		
	N	%	% T	N	%	%T	N	%	%T
Total	60.308	100,0	100,0	18.825	100,0	100,0	15.521	100,0	100,0
Dirigentes e quadros superiores	1.064	1,8	5,3	248	1,3	7,3	600	3,9	13,7
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	1.779	2,9	8,0	394	2,1	10,0	213	1,4	8,6
Técnicos e profissionais de nível intermédio	2.268	3,8	6,8	676	3,6	8,5	59	0,4	0,9
Pessoal administrativo e similar	2.388	4,0	4,5	715	3,8	6,0	1.148	7,4	10,2
Pessoal dos serviços e vendedores	7.586	12,6	14,1	2140	11,4	13,9	3.680	23,7	19,3
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	542	0,9	1,8	275	1,5	3,6	520	3,4	6,6
Operários e trabalhadores dos transportes e não qualificados	44.578	73,9	59,4	14302	76,0	49,9	9.283	59,8	40,4
Forças Armadas	103	0,2	0,2	75	0,4	0,7	18	0,1	0,3

Fonte: INE, recenseamentos gerais da população, 1981, 1991 e 2001, micro dados.

Nota: (% T) Distribuição percentual da variável no total da população de nacionalidade estrangeira.

No que respeita ao fluxo migratório de população de nacionalidade guineense, foi marcado com mais intensidade nos dez anos a partir da segunda metade dos anos 1980, tendo-se consolidado como uma migração laboral. O desenvolvimento do fluxo encontrou fatores facilitadores na língua e em redes de suporte que remontarão à vinda inicial de luso-guineenses no período imediatamente a seguir à independência da Guiné-Bissau (Machado, 2002). O seu enquadramento no país de origem remete para pressões demográficas, crise instalada resultante da transição política inerente ao processo de independência e desajustamento entre a aposta na escolarização das populações, feita à medida dos países desenvolvidos, e a incapacidade da sua absorção pelo mercado de trabalho local (Machado, 2002).

Existem diversos estudos sobre a imigração africana com origem nos PALOP, mas não cobrem todos os países e é curioso assinalar a quase ausência dos que têm como enfoque Angola e Moçambique.

Entre os nacionais dos PALOP, verifica-se um claro predomínio das profissões operárias e não qualificadas, em qualquer dos anos superior ao que se verifica para a totalidade de estrangeiros (em 2001, 74% contra 60% no total da população estrangeira) (quadro 3.8). As menores proporções do grupo das profissões intelectuais e científicas (2,8% contra 8% em 2001) e do grupo das profissões técnicas e intermédias (3,8% contra 6,8%), comparativamente com os restantes estrangeiros, confirma a característica laboral da imigração dos PALOP.

Quadro 3.9 - População com nacionalidades dos PALOP ativa e a exercer profissão, por ramo de atividade, 1981, 1991 e 2001

Ramos de atividade	2001			1991			1981		
	N	%	% T	N	%	%T	N	%	%T
Total	60.308	100,0	100,0	18.825	100,0	100,0	15.522	100,0	100,0
Agricultura, pesca e indústria extrativa	631	1,0	2,5	320	1,7	4,6	603	3,9	7,1
Indústria transformadora	5.666	9,4	13,3	2.444	13,0	18,2	2.952	19,0	20,2
Construção	24.416	40,5	32,1	7.669	40,7	22,0	5.631	36,3	21,3
Comércio	5.299	8,8	11,6	1.721	9,1	14,1	884	5,7	10,7
Hotelaria e restauração	5.193	8,6	9,9	1.294	6,9	8,3	747	4,8	6,2
Serviços	19.103	31,7	30,5	5.377	28,6	32,7	4.696	30,3	34,4
Atividades mal definidas							9	0,1	0,1

Fonte: INE, recenseamentos gerais da população, 1981, 1991 e 2001, micro dados.

Nota: (% T) Distribuição percentual da variável no total da população de nacionalidade estrangeira.

Não é surpresa que o ramo de atividade com maior representação no conjunto dos imigrantes ativos seja a construção (cerca de 40% em 2001 e 1991 e 36% em 1981) (quadro 3.9). Traduzindo a importância que adquirem os empregados dos serviços pessoais e domésticos neste conjunto de estrangeiros, o setor dos serviços também tem um peso significativo (entre 29% em 1991 e 32% em 2001, os 30% de 1981), mas que vem decrescendo entre o total dos estrangeiros.

Os fluxos migratórios provenientes dos PALOP coexistiram mas, como tiveram fases embrionárias não coincidentes, desenvolveram-se com ritmos diferentes. Embora habitualmente tratada como um todo para efeitos de comparação com outros contingentes, a imigração proveniente dos países africanos de língua oficial portuguesa compôs-se de populações diferenciadas em termos socio-demográficos e socioprofissionais, cujas distinções podem ser indicadas sumariamente: maior juventude e maior presença de estudantes nas populações imigrantes angolanas e moçambicanas, uma presença maior da família na imigração cabo-verdiana, uma elevada taxa de atividade entre imigrantes cabo-verdianos com grande percentagem de profissões operárias, em simultâneo com menor qualificação escolar e profissional (Saint-Maurice e Pires, 1989).

Quadro 3.10 - População com nacionalidades dos países da UE (15) ativa e a exercer profissão, por grupo profissional, 1981, 1991 e 2001

Grupo profissional	2001			1991			1981		
	N	%	% T	N	%	%T	N	%	%T
Total	23.441	100,0	100,0	11.737	100,0	100,0	7.156	100,0	100,0
Dirigentes e quadros superiores	3.354	14,3	5,3	1.825	15,5	7,3	1.840	25,7	13,7
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	4.769	20,3	8,0	1.935	16,5	10,0	1.598	22,3	8,6
Técnicos e profissionais de nível intermédio	2.949	12,6	6,8	1.358	11,6	8,5	130	1,8	0,9
Pessoal administrativo e similar	1.629	6,9	4,5	743	6,3	6,0	752	10,5	10,2
Pessoal dos serviços e vendedores	3.372	14,9	14,1	1.757	15,0	13,9	1.176	16,4	19,3
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	683	2,9	1,8	501	4,3	3,6	412	5,8	6,6
Operários e trabalhadores dos transportes e não qualificados	6.610	28,2	59,4	3.528	30,1	49,9	1.226	17,1	40,4
Forças Armadas	75	0,3	0,2	90	0,8	0,7	22	0,3	0,3

Fonte: INE, recenseamentos gerais da população, 1981, 1991 e 2001, micro dados.

Nota: (% T) Distribuição percentual da variável no total da população de nacionalidade estrangeira.

A imigração europeia, em especial a dos países da UE 15 (que constam do quadro 3.10), foi crescendo em termos absolutos. Devido ao aumento da imigração de cidadãos com outras nacionalidades, mais recentemente desceu o seu peso proporcional na globalidade. Os países europeus comunitários com mais peso na distribuição das nacionalidades dos estrangeiros são França, Alemanha, Espanha e o Reino Unido.

Não existem praticamente estudos sobre esta população (Machado e Matias, 2006), e só recentemente foi descrita no conjunto da caracterização do padrão migratório português (Pires, Machado, Peixoto e Vaz, 2010). Esta imigração ter-se-á desenvolvido em concomitância com o investimento estrangeiro decorrente da entrada de Portugal na CEE e os ativos que a compõem fazem parte de um padrão da imigração que define a semiperifericidade de Portugal (Pires, 1993), que ocorre essencialmente em dois planos: por um lado, a instalação temporária de nacionais dos países desenvolvidos da Europa com qualificações elevadas que se movem no interior de empresas internacionais e organizações multinacionais (Peixoto, 1999b, 2001), fluxo este que é simétrico, em termos qualitativos, da emigração portuguesa de trabalhadores indiferenciados durante os anos de 1960 e de 1970 para esses mesmos países; por outro lado, o fluxo de trabalhadores desqualificados oriundos dos PALOP cruza-se, para seguir direções opostas, com o da emigração de trabalhadores portugueses qualificados no âmbito dos acordos de cooperação (no início), e ter-se-á posteriormente desenvolvido em associação com o crescimento económico e empresarial de Angola (principalmente).

Em claro contraste com a maioria da população estrangeira residente em Portugal em 2001, os nacionais dos países da União Europeia (dos 15) têm, portanto, uma proporção elevada de profissionais com cargos de topo, especialistas das profissões intelectuais e científicas e profissionais intermédios (47%) e um peso menor, em relação ao total de estrangeiros nessa situação (59%), a exercer profissões operárias ou como trabalhadores dos transportes ou não qualificados (28%, quadro 3.10).

Os setores de atividade mais representados no conjunto da população com nacionalidades da União Europeia (15) são a construção e os serviços, aliás de acordo com os investimentos estrangeiros no país nos anos 1990 (quadro 3.11). A indústria transformadora também é o terceiro setor com representação na distribuição dos ativos nacionais destes países residentes em 2001. O setor dos serviços foi sempre, em 1981 e em 1991, o que teve mais representação entre este grupo de população europeia, também sempre seguido pelo da construção.

Quadro 3.11 - População com nacionalidades dos países da UE (15) ativa e a exercer profissão, por ramo de atividade, 1981, 1991 e 2001

Ramos de atividade	2001			1991			1981		
	N	%	% T	N	%	%T	N	%	%T
Total	23.441	100,0	100,0	11.737	100,0	100,0	7.156	100,0	100,0
Agricultura, pesca e indústria extrativa	930	4,0	2,5	706	6,0	4,6	473	6,6	7,1
Indústria transformadora	4.589	19,6	13,3	2.904	24,7	18,2	1.483	20,7	20,2
Construção	2.099	9,0	32,1	897	7,6	22,0	404	5,6	21,3
Comércio	3.832	16,3	11,6	1.916	16,3	14,1	1.203	16,8	10,7
Hotelaria e restauração	2.237	9,5	9,9	1.257	10,7	8,3	840	11,7	6,2
Serviços	9.754	41,6	30,5	4.057	34,6	32,7	2.747	38,4	34,4
Atividades mal definidas	-	-	-	-	-	-	6	0,1	0,1

Fonte: INE, recenseamentos gerais da população, 1981, 1991 e 2001, micro dados.

Nota: (% T) Distribuição percentual da variável no total da população de nacionalidade estrangeira.

Não deve excluir-se a componente importante de movimentos de contracorrente migratória entre o contingente de estrangeiros de nacionalidade francesa, se tivermos em consideração o peso que este país teve nos destinos da emigração portuguesa nos anos de 1960.

A imigração com origem em países do Leste da Europa adquiriu um volume sem precedentes, transformando uma tendência preconizada por Machado (1997), aludindo à lusofonia dos fluxos migratórios de meados dos anos 1990, de que a imigração em Portugal tinha “um caráter quase “doméstico” ou “caseiro”, tudo se passando entre uma mesma família internacional de países” (Machado, 1997: 39) (ver quadro 3.7). Em 2001, 18.527 residentes em Portugal eram estrangeiros com as nacionalidades ucraniana (a maioria, representando 4,6% do total dos estrangeiros residentes), moldava, romena e russa. Nos censos anteriores praticamente não havia residentes em Portugal com origem nas regiões assinaladas (viviam 115 nacionais da ex-URSS no país, em 1991).

Não era expectável o surgimento dos fluxos migratórios em causa. Não se tratam de países próximos, não havia ligações históricas, as línguas faladas são diferentes

e não houve qualquer intervenção governamental nem foi estabelecido qualquer acordo bilateral coadjuvante do recrutamento laboral. Na origem do aparecimento destes fluxos parece estar a pressão migratória nos países de origem, a ausência de controlo na emissão de vistos de curta duração por parte de outros países da União Europeia e a facilidade de circulação no espaço Schengen (Baganha, Marques e Góis, 2004).

A imigração da Europa do Leste é de cariz eminentemente não qualificado. A grande maioria dos imigrantes (93%) dos países referidos exercia profissão em 2001 e 83% eram operários e trabalhadores dos transportes e não qualificados. Também se destacam os 14% de pessoal dos serviços e vendedores (ver quadro 3.12).

Quadro 3.12 - População da Europa de Leste ativa e a exercer profissão, por grupo profissional, 2001

Grupo profissional	2001		
	N	%	% T
Total	17.310	100,0	100,0
Dirigentes e quadros superiores	106	0,6	5,3
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	587	3,4	8,0
Técnicos e profissionais de nível intermédio	418	2,4	6,8
Pessoal administrativo e similar	199	1,1	4,5
Pessoal dos serviços e vendedores	973	5,6	14,1
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	635	3,7	1,8
Operários e trabalhadores dos transportes e não qualificados	14.372	83,0	59,4
Forças Armadas	20	0,1	0,2

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 2001, micro dados.

Notas: (% T) Distribuição percentual da variável no total da população de nacionalidade estrangeira; inclui as nacionalidades ucraniana, moldava, romena e russa.

No mercado de trabalho, saliente-se que é na construção o setor em que mais de metade (52%) dos trabalhadores estrangeiros originários dos países do Leste vieram a integrar-se (ver quadro 3.13.), nesse aspeto partilhando semelhanças com a imigração proveniente dos PALOP. O *boom* da atividade patente no setor no final dos anos de 1990, com os projetos da Ponte Vasco da Gama, da Expo98 e dos estádios do Euro 2004, e as necessidades de mão de obra, contribuem para explicar esta incidência. O setor da indústria transformadora também tem um peso considerável na distribuição das atividades destes estrangeiros.

Quadro 3.13 - População com nacionalidades de países da Europa de Leste selecionados ativa e a exercer profissão, por ramo de atividade, 2001

Ramos de atividade	2001		
	N	%	% T
Total	17.310	100,0	100,0
Agricultura, pesca e indústria extrativa	1.228	7,1	2,5
Indústria transformadora	3.008	17,4	13,3
Construção	8.997	52,0	32,1
Comércio	1.038	6,0	11,6
Hotelaria e restauração	1.073	6,2	9,9
Serviços	1.966	11,4	30,5

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 2001, micro dados.

Notas: (% T) Distribuição percentual da variável no total da população de nacionalidade estrangeira; nacionalidades ucraniana, moldava, romena e russa.

Não foram alheias às dinâmicas destes fluxos migratórios as redes de tráfico de organizado a partir dos países do Leste da Europa com maior peso neste conjunto, cujo sucesso ficou a dever-se à inexistência prévia de redes de suporte interpessoais características das contracorrentes migratórias. A sua operacionalidade permitiu a dispersão destes imigrantes pelo país, mas esta também foi ajudada pela grande reatividade do mercado de trabalho nacional (Peixoto, 2004). Um terço dos imigrantes residia na cidade de Lisboa em 2001 e a maioria concentra-se nesta região metropolitana. Contudo, também são de destacar os 20% que residem em Faro, os 5% no Porto ou os 5% em Aveiro (ver quadro 3.14), polos de concentração industrial e dos investimentos na construção.

Esta imigração tornou-se conhecida com a criação do regime das autorizações de permanência em 2001, ao abrigo da qual passaram a deter este estatuto legal 70.430 cidadãos da Europa de Leste que permaneciam em Portugal de forma irregular (Barganha, Marques e Góis, 2004).

Quadro 3.14 - População com nacionalidades de países da Europa de Leste selecionados, por distrito e região de residência, 2001

Distrito	N	%	% T
Total	18.527	100,0	100,0
Região Norte			
Braga	504	2,7	3,2
Bragança	52	0,3	0,6
Porto	962	5,2	7,2
Viana do Castelo	43	0,2	1,1
Vila Real	103	0,6	0,9
Região Centro			
Aveiro	851	4,6	4,3
Castelo Branco	164	0,9	0,7
Coimbra	278	1,5	2,2
Guarda	175	0,9	0,7
Leiria	1.422	7,7	2,9
Viseu	263	1,4	1,6
Região de Lisboa			
Lisboa	5.922	32,0	45,3
Santarém	1.222	6,6	2,2
Setúbal	1.452	7,8	12,2
Região Sul			
Beja	213	1,1	0,9
Évora	450	2,4	0,8
Faro	4.050	21,9	10,3
Portalegre	115	0,6	0,4
Ilhas			
Açores	124	0,7	1,0
Madeira	162	0,9	1,6

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 2001, micro dados.
Nota: % T (distribuição percentual da variável no total da população de nacionalidade estrangeira).

CAPÍTULO IV - A EMIGRAÇÃO BRASILEIRA PARA PORTUGAL

A emigração brasileira em geral, e também para Portugal, intensificou-se no fim da década de 1980 e deu sinais de abrandamento em meados da década de 1990, pelo menos com as características que havia apresentado até então. Nesta última data começa também a desenvolver-se um novo fluxo migratório com origem no Brasil, embora com uma componente importante de irregularidade distinta em relação ao anterior, no que respeita ao tipo de migração em causa. Foi neste novo fluxo que vieram, na sua maioria, os imigrantes que residem presentemente em Portugal com a sua situação regularizada. Não se afirma que os migrantes com as características anteriores tenham retornado, nem que tenham deixado de vir para este destino. Porém, não são já majoritários no conjunto da população brasileira imigrada.

Na história recente é possível assinalar três momentos na emigração oriunda do Brasil para Portugal, aos quais se associam tipos de migração diferentes, embora entre os dois primeiros seja possível encontrar uma causalidade cumulativa (Massey, Glodring e Durand, 1994) e acabem por ser associados apenas a um:

- 1) primeiro período, de surgimento do fluxo nos primeiros anos da década de 1980, intensificado com a entrada efetiva de Portugal na Comunidade Económica Europeia, caracterizado por movimentos de retorno de portugueses imigrados no Brasil com os seus cônjuges, filhos e familiares, e de brasileiros que têm, com estes, relações de sociabilidade (contracorrente migratória), originado por períodos de alguma convulsão política e económica no Brasil e por sentimentos de insegurização generalizados (Pinho, 2001; Pinho, 1993);
- 2) segundo período, muito curto, na primeira metade dos anos 1990, caracterizado pelo desenvolvimento de um fluxo migratório caracterizado por uma autonomização crescente da lógica inicial de contracorrente, que se dirige, progressivamente, para localizações geográficas já diferentes daquelas de onde tinham partido os emigrantes portugueses para o Brasil. Constituiu-se, assim, como fileira migratória independente composta por indivíduos para quem o destino português já surge de forma mais inequívoca no *ranking* de destinos de emigração atrativos, devido à integração na União Europeia e à veiculação da imagem de um país moderno na comunicação social brasileira (Pinho, 2001, 2007);
- 3) terceiro período, mais longo, com início nos últimos anos da década de 1990 e até à atualidade, de controlo mais rígido das fronteiras, quando coexistiram duas situações. Por um lado, alguma migração na continuidade do fluxo ante-

rior. Por outro, uma imigração irregular sem precedentes, resultante da entrada de cidadãos sem vistos adequados à finalidade da estada, demonstrando a dominância de processos que, embora já tivessem existido durante a década de 1990, nunca tinham tido o peso que entretanto adquiriram e que o regime de autorizações de permanência veio evidenciar de forma clara logo no primeiro ano da sua aplicação.⁵⁰

Os dois primeiros fluxos migratórios brasileiros inscreveram-se no padrão português caracterizado, na época, por decorrer em três espaços sociais: o dominante, onde se cruzavam os fluxos da União Europeia e dos PALOP, o das contracorrentes, oriundas do continente americano e onde se encontrava o brasileiro, e o emergente, onde se inseria a imigração asiática dos pequenos negócios (Pires, 1999). Os fluxos migratórios internacionais dominantes obedeciam ao padrão que ilustra a semiperifericidade de Portugal (Pires 1993). No fim dos anos 1990, a imigração brasileira inicialmente caracterizada como contracorrente encontrava-se autonomizada e outro fluxo com a mesma origem desenvolveu-se, adquirindo visibilidade com o regime das autorizações de permanência. O mesmo regime revelou a imigração com origem na Europa de Leste, em especial na Ucrânia. O regime emergente passava, no início dos anos 2000, a incluir estes dois fluxos migratórios, além dos fluxos com origem na Ásia.

O agravamento da crise socioeconómica e política no Brasil e a entrada de Portugal na CEE podem ser identificados como os macro fatores contextualizadores do primeiro tipo de migração brasileira que começou por constituir uma inversão da corrente migratória “tradicional” e histórica de saída de portugueses para o Brasil.

O novo tipo de migração ter-se-á desenvolvido entre o fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso como Presidente (1994-2002) e o primeiro de Lula da Silva (2003-2007),⁵¹ num contexto de controlo da hiperinflação e de tréguas nas crises políticas que tinham assolado os anos 1980, mas no qual se sobrepunham fatores como o crescimento do desemprego no Brasil e, em Portugal, a necessidade de mão de obra em setores em desenvolvimento, como a construção civil, a hotelaria, telecomunicações e os serviços pessoais e às empresas. Com a precedência do pri-

50. Atualmente estaremos a passar por um pós terceiro período e o fluxo migratório será composto de movimentos de reunificação familiar, assinalando-se na comunicação social o retorno de imigrantes ou reorientação dos projetos migratórios para outros destinos, devido à crise económica instalada.

51. Lula veio a cumprir um segundo mandato até fim de 2010 e desde 1 de Janeiro de 2011 a Presidente é Dilma Rousseff.

meiro fluxo migratório referido, o qual potenciou um espaço de circulação de informação, a sua influência tem peso quando se procuram fatores micro localizados de explicação de decisões marcadas por referências construídas mais recentemente, acerca de projetos migratórios para Portugal. Alguns outrora imaginados para os Estados Unidos, terão sido redirecionados devido ao temor criado pela intensificação de controlos de entrada neste país na decorrência dos atentados terroristas e da tragédia do 11 de setembro que, como já referido, associou imigração a terrorismo (Kritz, 2002).

A população brasileira residente em Portugal com a situação regularizada compõe-se de 106.961 indivíduos e representa um quarto do total da população estrangeira residente (440.277), de acordo com as estatísticas do relatório de 2008 do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.⁵² A população tem vindo a crescer, quer em termos absolutos como relativos, já que no ano anterior significava 15% de um total de 435.736, e era de 66.354 indivíduos.

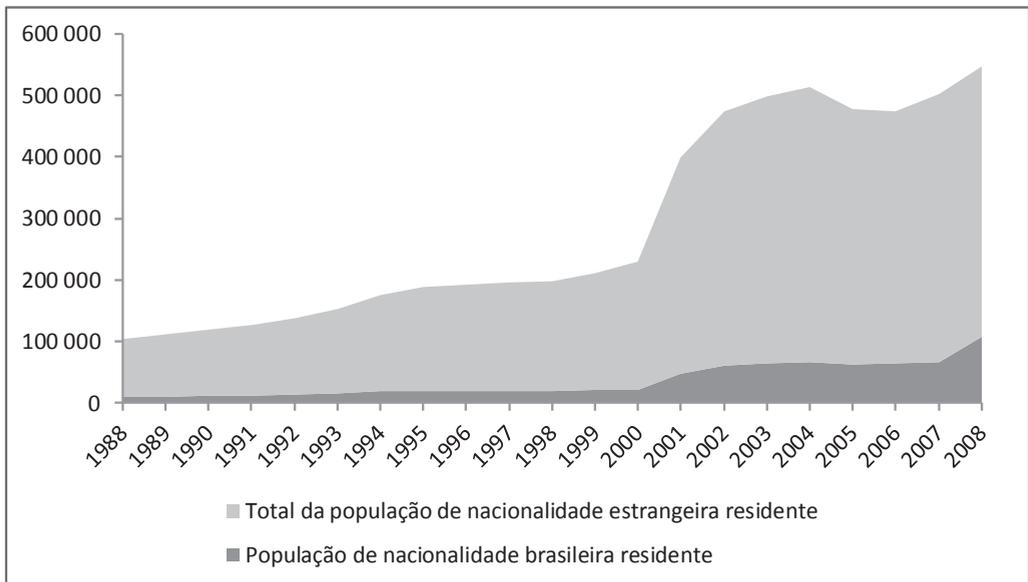
Em 2001, com o regime de autorizações de permanência e a atribuição do que, na prática, ficou conhecido como um visto de trabalho concedido em território nacional aos imigrantes que demonstrassem possuir um vínculo laboral, foram regularizados 23.899 imigrantes brasileiros, que vieram a somar-se, nesse ano, aos 23.439 já residentes com autorização de residência. Apenas desde o ano anterior, a população imigrante de nacionalidade brasileira residente em situação regular aumentou 113%, crescimento que é surpreendente se consideradas as taxas de crescimento paulatino (da ordem dos 11%) do início da década, – sendo a maior em 1994, em resultado da regularização extraordinária de 1992 (18%) – e a tendência de estagnação que as taxas de crescimento próximas do zero ou negativas, entre 1996 e 1998, faziam prever. Com quantitativos entre os nove mil e os 20 mil, este aumento foi responsável por ter quintuplicado o contingente da população de nacionalidade brasileira residente em 10 anos, e pela diversificação e complexificação de características, origens, destinos e motivações. O Brasil ocupa, desde o início da década de 2000, o lugar de topo na lista dos países de origem dos estrangeiros residentes em Portugal.

Ainda não há evidências de estabilização em termos de *stocks* de imigrados brasileiros. Pelo contrário, em 2006 verificou-se um aumento da população, decorrente

52. O relatório está disponível aqui: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2008.pdf. Existem dados provisórios (de 2010) mais recentes, que apontam para um crescimento da população brasileira (119.363 em 445.262); os brasileiros são o grupo nacional que permanece à frente no conjunto.

da regularização ao abrigo do pré-registo de cidadãos estrangeiros nos termos do art.º 71 do Decreto Regulamentar n.º 6/2004 de 26 de abril e do regime aplicável a cidadãos brasileiros enquadrado pelo “Acordo Luso-Brasileiro sobre contratação recíproca de nacionais”. E o *stock* voltou a ter uma subida elevada (61%) entre 2007 e 2008, em resultado da entrada em vigor da nova lei de estrangeiros, através da qual foram atribuídas autorizações de residência aos titulares de títulos de vistos de longa duração e com dispensa de visto respetivo. Este aumento reflete a revisão do que havia sido uma subavaliação reiterada das nacionalidades que compõem os fluxos migratórios mais recentes, onde se inscreve também o do Brasil (SEF, 2008: 30).

Gráfico 4.1 - População brasileira e estrangeira residente em Portugal, 1988-2008



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, séries anuais

Uma nota sobre as fontes dos dados considerados na análise da população deve, neste ponto, ser feita. Foram acedidos dados de dois organismos para a caracterização dos imigrantes brasileiros: o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e o Instituto Nacional de Estatística. Na primeira fonte, dispomos de informação mais recente no que respeita a contingentes (total e distribuição sexual) e a zonas de fixação de residência, mas as variáveis como grupos etários ou profissões e qualificações (à chegada) não constam, já desde 1998, dos relatórios de caracterização de imigrantes em Portugal. Com a informação dos censos, disponibilizada pelo INE, podemos

fazer uma caracterização sociodemográfica e socioprofissional mais aprofundada da população imigrante.⁵³

Foi analisada a população nascida no Brasil, por nos parecer a melhor opção para caracterizar a imigração brasileira.⁵⁴ Em primeiro lugar, porque permite ter acesso à dimensão dos indivíduos que efetivamente mudaram de residência para Portugal (se nasceram no Brasil, o movimento é inequívoco), e porque a nacionalidade incluirá indivíduos já nascidos no país, os quais terão um peso maior em 2001 (quando a imigração já adquirira tempo para o surgimento da chamada segunda geração de imigrantes – dos da primeiro fluxo migratório) do que em anos anteriores. Em segundo lugar, a naturalidade permite análises longitudinais mais rigorosas acerca de imigrantes porque não excluem quem entretanto tenha adquirido a nacionalidade do país de destino, ao contrário de quando considerada a nacionalidade.

De acordo com os censos da população, em 2001 residiam, em Portugal, 49.891 indivíduos nascidos no Brasil, o que significava também uma subida, desde o último censo, superior à que tinha havido nos dez anteriores, pois em 1991 eram 24.383 e, em 1981, eram perto de 20 mil (18.225). Anteriormente, de acordo com os censos da população, residiam 6.357 indivíduos com nacionalidade brasileira em 1960, na sua maioria há 10 ou mais anos (apenas 23,5% há menos tempo) e representavam cerca de 25% da totalidade dos estrangeiros residentes no país, numa época em que a imigração não tinha qualquer significado nas dinâmicas da população portuguesa.⁵⁵

Neste capítulo vamos começar por analisar o fluxo migratório com a perspetiva histórica de que as migrações tendem a surgir entre países com relações prévias

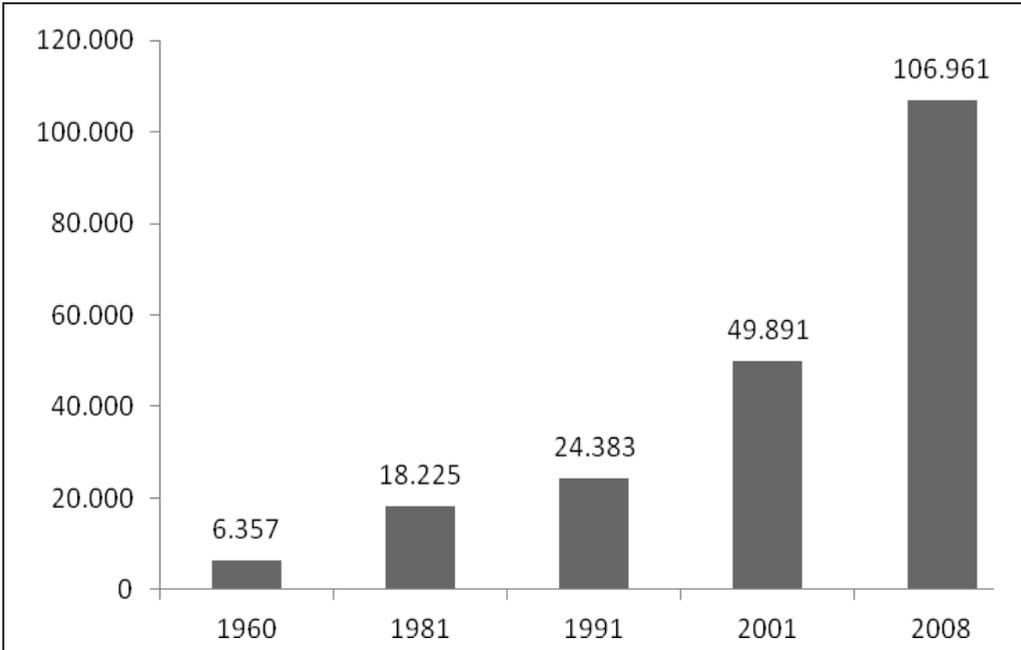
53. Não foi possível, contudo, proceder a todos os cruzamentos pretendidos, uma vez que, por razões que se prendem com o segredo estatístico, as variáveis solicitadas vieram repartidas por cinco tabelas, cujas variáveis em comum eram apenas a naturalidade e a nacionalidade e sem possibilidade de junção entre elas (ver anexo sobre as fontes para melhor elucidação sobre o problema). A separação da idade e profissão, por exemplo, não nos permitiu fazer outros apuramentos além dos que já constam.

54. O mais habitual em trabalhos sociológicos sobre migrações, e porque permite a comparação, é a utilização da variável “nacionalidade” na extração de dados dos censos, o que também foi feito em trabalhos anteriores (Pinho, 2001; Pinho, 1993). Porém, e como se refere, neste trabalho pretende-se uma análise longitudinal da população imigrante e a comparação com os restantes imigrantes é secundária, pelo que, sendo possível, a utilização da naturalidade como variável de análise é a opção. Por comparação com a nacionalidade, tem a vantagem de não mudar ao longo do ciclo de vida do indivíduo, ao contrário da nacionalidade que pode ser alterada por naturalização. Para o aprofundamento sobre a uniformização e utilização das estatísticas no estudo das migrações, ver o documento acerca das Nações Unidas (UN, 1998).

55. Para este ano não é possível apresentar os valores da naturalidade.

(Petras, 1981; Portes, 1999), como referenciado no enquadramento teórico, o que é o caso entre Portugal e o Brasil. Nesse sentido, começa-se pela contextualização dos fluxos migratórios no tempo, com o objetivo de identificação dos principais fatores de alteração para um tipo de migração diferenciado do que a caracterizava nos anos 1990.

Gráfico 4.2 - Imigrantes brasileiros em Portugal, 1960-2008



Fontes: INE, recenseamentos gerais da população (1960 é considerada a nacionalidade, em 1981, 1991 e em 2001 a variável de naturalidade) e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, séries anuais (ano de 2008).

Nota: em 2008 estão incluídos os residentes com autorizações de residência, com prorrogações de autorizações de permanência e com prorrogações de vistos de longa duração.

Em seguida, analisamos, no quadro do modelo repulsão-atração, os fatores estruturais que enquadraram os dois fluxos. Sempre que possível, identifica-se o contexto de cada um dos fluxos que são caracterizados com o objetivo de assinalar as diferenças e tentar tipificá-las. Neste quadro é necessário, simultaneamente, tomar em conta o que aproxima os dois países, como a língua e as relações históricas. Este facto já havia sido referido em trabalho prévio e, na linha das perspetivas histórico estruturais, seria provável que ao Brasil já se tivessem feito esforços de recrutamento. Curiosamente, foi ao contrário que as relações se estabeleceram, uma vez que foi de Portugal que saiu pessoal não qualificado para trabalhar no

Brasil, em continuidade com os movimentos de povoamento (e, concretamente, até meados dos anos 1950). O movimento de contracorrente alargou-se ao primeiro fluxo migratório brasileiro qualificado, e apenas atualmente há migração laboral.

Em seguida, são analisadas as políticas de migração e os acordos bilaterais. São conceptualizados como constrangimentos ou facilitadores do movimento, numa perspetiva de se considerarem variáveis intermédias do movimento (Saint-Maurice e Pires, 1989) e não como obstáculos (intervenientes) (Lee, 1969). O objetivo inicial consiste em identificar se houve, nestes anos, alguma medida de recrutamento de migrantes brasileiros ou outros e, não havendo, quais os instrumentos, na forma de acordos bilaterais, poderiam traduzir-se em modalidades de recrutamento. Identificamos acordos bilaterais que terão facilitado a migração qualificada anterior. Já durante a migração mais recente houve um acordo facilitador da migração laboral, mas numa época em que esta já se encontrava em marcha, portanto constituiu uma medida de regulação. São analisadas, também, as políticas de regularização extraordinária.

No final do capítulo a migração laboral é caracterizada e distinguida do primeiro fluxo migratório brasileiro com destino a Portugal. No próximo capítulo complementamos a exposição das razões para a transformação da migração.

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Para contextualizar o desenvolvimento da emigração brasileira para Portugal situam-se no tempo os dois fluxos distintos que são aqui objeto de estudo: o primeiro acelerou no fim dos anos 1980, com um pico no período entre 1988 e 1993, e inscreve-se na novidade brasileira de saídas numericamente significativas de cidadãos para outros países (e que começou por ter características de corrente migratória); o segundo ocorre cerca de dez anos depois, prolongando-se no Século XXI, com características de reunificação familiar. Os fluxos migratórios referidos são consecutivos mas também, de alguma forma, coexistentes. Do contexto do segundo fluxo migratório faz parte o primeiro, com as características de contracorrente ou enquanto fluxo autónomo. E, deste modo, com a condição facilitadora de Portugal já se ter constituído, na opinião pública, como um destino plausível para a emigração brasileira (Pinho, 2001, 2007).

Em seguida expõem-se os contextos de saída de cada um dos fluxos migratórios referidos.

Em primeiro lugar, e para caracterizar o contexto dos fluxos de contracorrente migratória e de profissionais qualificados, é necessário começar por fazer uma breve referência à história da sociedade brasileira nas décadas anteriores e à forte influência da transição para a democracia e sua consolidação.

O processo de transição democrática foi decidido em 1974 pelo presidente vigente no Brasil, com a “abertura” (Nunes, 1986), iniciando-se em 1982 quando pela primeira vez os brasileiros elegeram os governadores dos estados. A primeira eleição (indireta) para Presidente da República em 1984 e a aprovação de uma nova Constituição em 1988, cujas mudanças são materializadas no restabelecimento das eleições diretas em 1988 (Paiva, 2006), são o culminar do processo e foram o início da esperança num novo ciclo.

Os anos da ditadura militar haviam sido marcados pelo crescimento económico, por reformas na educação e a esse período é frequente designar-se “milagre brasileiro”. O modelo político “desenvolvimentista” caracterizou-se por: apoio do estado no crescimento económico através da industrialização rápida; empreendimento de uma política de comércio protecionista; criação de estruturas de estado reguladoras e financeiras; participação direta na produção, através da criação de empresas do setor público (Castro e Carvalho, 2003).

O modelo de desenvolvimento interno posto em prática foi o de uma produção do “setor moderno” semelhante à dos países de onde a tecnologia era importada, mas não houve inserção dos setores tradicionais na diferenciação do mercado, dada à sua rapidez. E o crescimento com base em tecnologia intensiva não absorveu os excedentes de mão de obra excluídos do sistema educativo para reconversão em capital necessário à mudança. Esta ausência de infraestruturas provocou a exclusão social e o crescimento da economia informal, em simultâneo com um desenvolvimento interno desigual, onde era possível encontrar extremos em termos educacionais, profissionais, sociais e regionais.

A impossibilidade de acumulação nos setores da produção e do consumo conduziu a um endividamento crescente do Brasil e à associação da dependência financeira assim criada (Cartier-Bresson e Kopp, 1989) com a dependência tecnológica (Burns e Rudqvist, 1986).

Quando os países que importavam os produtos brasileiros diminuíram as exigências de importação de produtos com origem na América Latina, com a finalidade de conter a inflação, e depois de novo choque petrolífero em 1979, os preços industriais aumentaram e o modelo de desenvolvimento brasileiro foi posto em causa.

A dívida externa brasileira cresceu a partir de 1982. Em 1970 no valor de 3,421 milhões de dólares, a dívida externa pública passou para 82,523 milhões em 1986, sendo a total de 110,675 milhões de dólares nesse ano (Relatório do Banco Mundial 1988). Os ganhos das exportações passaram a ser destinados ao seu pagamento (Cardoso e Helwege, 1992) e o recurso ao Fundo Monetário Internacional, nulo em 1970, foi de 5,501 milhões de dólares em 1986.

Um dos efeitos da recessão que o Brasil atravessou entre 1981-1983 por incapacidade de lidar com os pagamentos da dívida externa foi o declínio da classe média assalariada. Os programas de estabilização económica do FMI impunham *plafonds* na criação de crédito monetário, aumento de impostos e redução das despesas do governo e consequente descida dos salários reais dos brasileiros inseridos na economia formal.

A sucessão de planos e pacotes durante os primeiros governos democráticos resultou de decretos com o objetivo de estabilização económica e “a inflação substituiu o desenvolvimento como questão política base daquele período” (Sallum Jr., 2003: 40).⁵⁶ Mas não houve permeabilização das exigências sociais (Paoli, 1991). A concertação social como “espaço tripartido de reciprocidade negocial entre interesses específicos e necessidades coletivas, tendo em conta que estas últimas dizem respeito tanto às questões sociais e políticas como económicas, e as primeiras às exigências específicas das partes envolvidas” (Mozzicafreddo, 1997: 72) é um mecanismo necessário para a redistribuição social em democracia e necessário para o controlo da inflação (Baumgartner, Burns e Deville, 1986a, 1986b); (Burns e Rudqvist, 1986), como se explicou em trabalho anterior sobre a década de 1980 (Pinho, 2001). Nesse trabalho ficou demonstrada forma como a inflação é um dos vários produtos de lutas societárias institucionalizadas para a distribuição do rendimento quando existem desequilíbrios entre as exigências financeiras para recursos por parte dos atores institucionalizados e os recursos disponíveis para distribuição (Baumgartner, Burns e Deville, 1986b: 51 e 56).

56. Desde 1979 até à eleição de Collor de Melo já tinha havido dez planos para estabilização monetária (Castro e Carvalho, 2003). O Plano Cruzado e o Plano Cruzado II em 1986, o Plano Bresser em 1987 e o Plano Verão em Janeiro de 1989 com o Presidente José Sarney, engrossaram a lista. Com o Presidente Collor, houve dois planos com o seu nome (Pinho, 2001). Finalmente, o Plano Real, em 1994, da autoria de Fernando Henrique Cardoso, foi o único que conseguiu os objetivos principais dos programas anteriores: controlar a inflação, que se encontrava em 48% ao mês (Reis e Camargo, 2007) e restabelecer a confiança da população. Não houve mais planos de estabilização económica com os intuitos anteriores, porque a hiperinflação dos anos 1980 ficou arredada da economia brasileira, através do complemento de políticas de metas de inflação, e apenas em 2002 a inflação chegou aos dois dígitos, de acordo com os dados do Banco Central do Brasil).

As expectativas associadas ao advento da democracia acabaram goradas no decorrer da década de 1980, enquanto se desenvolvia uma vivência social com uma insegurização generalizada nos planos político, económico e social, e quando o controlo da hiperinflação adquiria o protagonismo da política económica, mas era simultaneamente a causa da sua ineficácia.

É neste contexto global do fim dos anos 1980 que aumenta a emigração brasileira para vários destinos, e onde a tendência era a de concentrar profissionais qualificados.

Em Portugal, o período anterior à democratização em 1974 também se tinha pautado por uma industrialização rápida, conseguida com os resultados da exportação de mão de obra nos anos 1950-1960, ou seja, as remessas de emigrantes. A taxa média anual do crescimento do PIB entre 1974-1985 foi de 2,2% e a educação, saúde e segurança social desenvolveram-se em grande ritmo (Amaral, 2007).

Mas os choques petrolíferos produziram a redução da procura, nos países desenvolvidos, do que era exportado pelo Brasil e Portugal, respetivamente bens e trabalho.

No início da década de 1980, depois do advento da democratização em Portugal, também houve uma recessão económica, à semelhança do Brasil. “A redução do fluxo de emigração, só por si, punha em causa o precário equilíbrio do modelo de crescimento prosseguido antes do 25 de abril, em que, como se viu, a emigração tinha um papel amortecedor fundamental” (Amaral, 2007: 205).

Historicamente vivendo condições internas com as coincidências assinaladas, os dois países saem delas de forma divergente. Se no caso brasileiro se iniciou o que veio a chamar-se “década perdida”, em Portugal prosseguiram as negociações para a adesão à Comunidade Europeia, a qual ocorreu simultaneamente com Espanha, em 1986.

O ano de 1986 marca o início de um período que se estende até ao final da década, em que a economia portuguesa beneficiou de um panorama de melhoria da economia mundial pós-choques petrolíferos de 1979 – com as descidas do preço do petróleo, do dólar e das taxas de juro internacionais da economia – e do que foram consequências favoráveis imediatas à adesão. A política económica foi marcada pelas privatizações das empresas nacionalizadas em 1974, com objetivos de reestruturação industrial e as políticas sociais foram formuladas considerando os custos sociais do esforço para alcançar a competitividade no mercado aberto à concorrência europeia. As reformas enquadraram-se num ambiente interno de estabilidade e margem de manobra política alargada, cerca de treze anos passados da implementação da democracia, com

duas eleições sucessivas de Cavaco Silva com maioria absoluta em 1987 e, novamente, em 1991. A primeira fase de estabilidade política protagonizada por Cavaco Silva, associada ao crescimento económico, veio a ser reconhecida como “cavaquismo”.

Os programas comunitários de financiamento e apoio ao desenvolvimento dos recursos materiais e humanos com o objetivo da modernização tiveram impacto notável neste período. Os fundos estruturais entrados em 1986, com duplicação em 1989 e de novo em 1994, permitiram um incremento do investimento em infraestruturas públicas – que tinha sido reduzido em 1983-1985 devido às restrições orçamentais impostas pelo programa de reequilíbrio externo – e a realização de ações de formação profissional pela primeira vez no país (Amaral, 2007). Quando as remessas dos emigrantes perdiam peso no PIB (de 9% em 1985, para 6,7% em 1990), resultado provável de retornos de emigrantes que haviam deixado o país na década de 1960 e que voltavam a Portugal no período próspero, também foi permitido um financiamento externo sem custo.

Apenas com a entrada na CEE, o PIB cresceu 5,5% ao ano entre 1986-1990. O crescimento teve como origem o investimento estrangeiro e as exportações (Amaral, 2007), que subiram para cerca de 20% do PIB (Reis, 2004) e tiveram Espanha como principal destino. A inflação, com média de 11% nos cinco anos (Amaral, 2007), foi inferior aos mais de 20% no período anterior (ver quadro 4.3). A base do crescimento foi o desenvolvimento industrial – apoiado pelo programa PEDIP –, a construção civil e o turismo.

Os salários tiveram um aumento de 4% ao ano, assim como o consumo privado, e o desemprego baixou de quase 9% da população ativa em 1985, para 4,6% em 1990 (Amaral, 2007) (ver, também, o quadro 4.4). Melhorou o funcionamento dos sistemas de educação e proteção à saúde, pois as taxas de escolarização subiram e a mortalidade infantil diminuiu de 17,8 por mil em 1985 (Amaral, 2007), para 11 por mil em 1990 (Almeida e outros, 2007: 95).

Entre 1988 e 1992 o investimento direto exterior em Portugal foi de 3% do PIB, em especial pela entrada de capitais estrangeiros em setores de exportação, designadamente no setor automóvel e eletrónico (Reis, 2004).

Mas todo este cenário de prosperidade sofre um revés com implicações no início dos anos 1990 e se prolonga até depois do início da segunda metade da década. Em 1988 a União Europeia tomou a decisão da criação de uma moeda única. Este objetivo determinou um forte condicionamento da política económica, com o período de convergência para a adesão à moeda única a ter início em 1991, e com duração até 1998.

Do lado do país de saída, no Brasil, nas primeiras eleições diretas (desde 1960) em 1989, Collor de Melo é eleito como o primeiro Presidente da República e mantém-se no governo por pouco tempo, num período muito conturbado economicamente entre março de 1990 e setembro de 1992, e foi afastado do poder em processo de *impeachment*. Continuavam as tentativas para controlar a hiperinflação, que vieram a demonstrar-se infrutíferas e com custos elevados para a economia brasileira. Foi durante este período que o primeiro fluxo da emigração brasileira para Portugal terá estado mais ativo, tendo-se portanto estendido desde a adesão do país à comunidade europeia ao início do período da convergência para a moeda única.

No Brasil, a eleição de Fernando Henrique Cardoso permitiu a continuidade do plano de estabilização económica e das reformas sociais iniciado em 1994 enquanto era ministro da Economia de Itamar Franco, com o Plano Real. Este foi o único plano com o qual foi possível o controlo da inflação para níveis inferiores a um por cento por mês, e também foram propostas novas reformas sociais. Ultrapassadas as dificuldades relativas à inflação, havia expectativas também quanto ao controle da crise.

Em meados dos anos 1990, a emigração brasileira parecia ter abrandado e associava-se essencialmente a processos de reunificação familiar. Em 1993 iniciara-se a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais e, assim, o controlo mais rígido de fronteiras para cidadãos de países terceiros, dificultando a entrada de brasileiros sem documentos apropriados ao exercício de uma profissão em Portugal. De acordo com a imprensa portuguesa à época, terão aumentado os repatriamentos e as expulsões, assim como terão ocorrido alguns regressos voluntários.

No plano político, a partir de 1995 o XIII Governo Constitucional foi conduzido por António Guterres, com a consequente mudança de orientação. Este período coincidirá também com a politização da migração em Portugal.

No plano económico português, um dos primeiros aspetos a controlar para cumprir os critérios de convergência era, por coincidência, o da inflação – muito abaixo do que se verificava no Brasil, contudo – num esforço de redução do défice orçamental. Se em 1990 a inflação era de 12,6%, passou para pouco mais de 4% em 1995 (Amaral, 2007) e menos de 3% em 1998 (ver quadro 4.1).

O crescimento económico desacelerou entre 1991-1998 relativamente ao período anterior (1986-1990), devido ao esforço de compatibilização de interesses e estratégias com o objetivo da convergência, por parte de todos os agentes económicos e sociais. A taxa de crescimento anual do PIB foi de apenas de 2,6%, pouco superior à taxa do período entre 1987-1985 em que o país tinha enfrentado várias dificuldades

(Amaral, 2007). Como amortecedor da descida houve, contudo, a entrada dos fundos comunitários de apoio no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio (o I, entre 1989 e 1993, o II entre 1994-1999), que permitiram o crescimento de setores de bens não transacionáveis com o exterior, como a construção civil e outros serviços, mudanças que vieram a ser decisivas para o aumento da imigração em Portugal.

A explosão do crédito ao consumo e à habitação, em resultado da descida das taxas de juro, também permitiu que a desaceleração do crescimento económico tivesse menos consequências negativas do que seria previsível, nomeadamente porque o desemprego baixou (de 7,3% em 1996, terminou o período de convergência com 5%, ver quadro 4.4).

Neste período aceleraram as privatizações, que permitiram ao estado obter o equivalente a 18% do PIB de 1998 (Amaral, 2007) e desenvolveram-se os grupos financeiros. O setor das comunicações foi aberto à privatização e liberalização. “A privatização dirigiu-se também noutro sentido, ou seja, para a atribuição a entidades privadas da construção e exploração de infraestruturas, nomeadamente pontes (como a Vasco da Gama, sobre o Tejo) e autoestradas” (Amaral, 2007: 217).

As privatizações e a política seguida para algumas das empresas que ainda tinham participação pública levaram a um aumento de investimento de empresas portuguesas no estrangeiro, em especial o Brasil, Moçambique e alguns países do Leste europeu, como “novidade na economia portuguesa, tradicionalmente avessa ao investimento estrangeiro” (Amaral, 2007: 217).

De sinal contrário, o investimento estrangeiro, maior no país, teve um marco assinalável na instalação da Auto Europa em Portugal, que significou 2,5% do PIB em 1995 (Amaral, 2007). Diminuiu em 1998, tendo sido superior o movimento de sinal inverso.

Mantiveram-se as dificuldades há mais tempo sentidas na agricultura e o setor industrial foi muito afetado pela depreciação real do escudo causada pela política de convergência, tendo por isso sido reduzida a produção nos anos de 1992 e 1994 (Amaral, 2007).

Os setores da construção, turismo, serviços financeiros, a grande distribuição, as telecomunicações e os serviços prestados às empresas, em resultado de outsourcing, tiveram um desenvolvimento muito rápido e criador de emprego, em alguns casos de nível de qualificação elevado. Continuavam os investimentos em formação profissional e o desenvolvimento de recursos humanos, o que contribuía para aquela tendência.

A redução das desigualdades que a política de convergência tinha agravado com a penalização do desemprego no início da década de 1990 foi permitida pela criação, no âmbito das políticas sociais, do rendimento mínimo garantido em 1996 (Amaral, 2007).

Em 1998, a política de convergência prosseguida por dois governos de partidos diferentes, com os primeiros-ministros Cavaco Silva (PSD) e António Guterres (PS), tinha sido conseguida e a economia portuguesa entrou na moeda única em 1999.

No que diz respeito ao cenário do surgimento do fluxo de entrada de brasileiros com as características que assumiu mais recentemente, incluem-se as importantes obras de construção civil tais como o alargamento da rede do metro, a Expo 98, os estádios de futebol e infraestruturas para o Euro 2004, iniciadas durante o período de convergência para a adesão à moeda única.

Nos anos 1990, o Brasil iniciara uma época de estabilidade política que terá atenuado sentimentos de descontentamento na população. Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente a cumprir dois mandatos na história do Brasil (Paiva, 2006). A estabilização monetária tornada possível em 1994, em conjunto com o ajuste fiscal imposto ao país, teve como condições uma situação política que se caracterizou pela governabilidade, ao contrário do que acontecera nos anos 1980, e que foi conseguida também pela negociação constante das relações entre os poderes executivo e legislativo (Loureiro, 2001).

O conjunto de reformas económicas que o presidente encetou, incluiu uma integração maior com os mercados internacionais e foi marcado pela privatização de grandes empresas de setores de telecomunicações e da energia (Paiva, 2006), além do supracitado controlo da inflação. Num ambiente de vantagem em relação às boas condições nos mercados internacionais, os fluxos de capital estrangeiro para o Brasil subiram e a despesa do governo em setores sociais aumentou significativamente. Entre outras melhorias, desceu a mortalidade infantil (ver no quadro 4.2, 31 por 1.000 nados vivos em 2005), a taxa de envolvimento na escola primária aumentou e foi criado o programa de combate à Sida (Paiva, 2006).

No entanto, o crescimento da economia brasileira entre 1994 e 1997 foi abalado pelas crises externas como a recessão asiática e a crise russa em 1998 e, em 1999, pela desaceleração do real (Paiva, 2006). Entre os fatores negativos que se assinalam na gestão de Fernando Henrique Cardoso destaca-se o aumento do desemprego e a manutenção dos fossos na distribuição do rendimento. Entre 2001 e 2002, a estagnação internacional, a crise da Argentina e o risco político associado à eleição presi-

dencial de 2002 produziram constrangimentos nas políticas governamentais (Sallum Jr., 2003).

Deste modo, o presidente Fernando Henrique Cardoso não recuperou, no segundo mandato, o prestígio político e a liderança que havia conquistado no primeiro, ainda que a inflação não tenha voltado e as atividades económicas tenham recuperado a força perdida na década de 1980. As eleições seguintes foram ganhas por Lula.

O governo de Lula deu continuidade às reformas liberais (Druck e Filgueiras, 2007), o compromisso era o de manter a política anti-inflacionária seguindo a política de metas de inflação.⁵⁷ Em Dezembro de 2003 concluiu um acordo com o FMI para manter a austeridade (Paiva, 2006) e o alcance das políticas sociais do governo Lula foi limitado pelas restrições colocadas ao desenvolvimento económico (Martins, 2007). Foi criado o Conselho de Desenvolvimento Económico e Social (Paiva, 2006) e nas políticas sociais é importante destacar o programa “Fome Zero”, que tinha como objetivo erradicar problemas de pobreza extrema na população.

Em Portugal, a economia vinha a divergir da média comunitária desde 2002. A concorrência de novos países emergentes no comércio mundial (como a China) e o alargamento da União Europeia ao Leste da Europa vieram dificultar o setor exportador português e fizeram diminuir as quotas de mercado portuguesas (Amaral, 2007). Cresceu o endividamento da economia portuguesa em relação ao exterior e o défice do setor público manteve-se elevado até 2005, quando o governo de José Sócrates – eleito em fevereiro, tomou posse em março – veio priorizar a sua redução, o que veio a ter resultados positivos.

Os últimos anos da primeira década do Século XXI têm sido difíceis e vieram a agravar-se com a crise financeira (espoletada pelo *subprime* nos Estados Unidos da América) em 2007, com repercussões mundiais a partir de 2008 (Martin, 2009). “A economia soube adaptar-se a impactos exógenos negativos como os dos choques petrolíferos e dos efeitos da descolonização, sem quedas insuportáveis do nível de vida nem aumentos in comportáveis do desemprego, embora tenham sido os salários reais a suportar o essencial dos ajustamentos. Tem tido, contudo, muito mais dificuldade em adaptar-se ao choque global atual” (Amaral, 2007: 222). Após um segundo

57. No Brasil a política das metas de inflação foi assumida em Junho de 1999 e é uma estrutura de política monetária em que os anúncios públicos das metas estão comprometidos com o reconhecimento de que o objetivo essencial de longo prazo da política monetária é a estabilidade de preços, ou seja, uma inflação estável e baixa, obtida através de credibilidade, flexibilidade e legitimidade (Arestis, Paula e Ferrari-Filho, 2009).

governo socialista sem maioria, que não chegou ao fim do mandato, um novo governo de coligação de direita (PSD-CDS), com Pedro Passos Coelho como Primeiro-ministro, prossegue com medidas de austeridade associadas à intervenção do FMI no país.

A crise mundial veio a acrescentar fatores de desvio a possíveis previsões relativamente à emigração brasileira para Portugal. Não parece provável que os imigrantes, entretanto fixados, retornem nos próximos tempos. Não sabemos se os que vêm continuarão a fazê-lo ao ritmo a que têm feito até aqui, numa fase em a economia brasileira está a crescer e se avizinham eventos importantes – Campeonato do Mundo de Futebol em 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 –, que convidam ao investimento em infraestruturas necessárias e respetivo aumento de postos de trabalho. Contudo, é preciso considerar a possibilidade da continuidade de processos de reagrupamento familiar.⁵⁸

2. FATORES DE REPULSÃO E ATRAÇÃO BRASIL E PORTUGAL

Apresentadas sumariamente as condições que serviram de contexto ao desenvolvimento dos dois fluxos migratórios brasileiros para Portugal, importa identificar objetivamente os fatores de repulsão mais salientes relativamente a cada um deles, em particular aqueles cuja vinda para o país tenha representado atenuação.

O primeiro fluxo migratório teve a hiperinflação como grande fator de repulsão, assim como a explosão da violência urbana e diversificação das suas formas de expressão. Em conjunto com a incapacidade de estabilizar a economia brasileira, aqueles fatores refletiam-se no sentimento de insegurização generalizado e na dificuldade de planeamento da vida que estiveram na base da intensificação da emigração brasileira dos anos 1980 para Portugal (Pinho, 2001). Se o primeiro está controlado, a violência e a marginalidade urbanas são, hoje, considerados fatores estruturais e endémicos na sociedade brasileira (Adorno, 2002). No crescimento do segundo fluxo migratório, é o crescimento do desemprego que assume protagonismo como fator de repulsão.

Transversais aos fatores referidos, a desigualdade social e a desigualdade regional são reconhecidas como características estruturais na sociedade brasileira e têm lugar de destaque na descrição dos contextos de saída. É por aí que se inicia a análise da relação entre os fatores de repulsão e atração no Brasil e Portugal.

58. Pode ler-se, no mais recente relatório de imigração do SEF, “o Brasil mantém-se como a comunidade estrangeira mais representativa, com um total de 119.363 residentes, mantendo a tendência de crescimento sustentado, que ocorre desde o início do século” (SEF, 2010: 7).

Nos parágrafos seguintes expõem-se os fatores, introduzindo em primeiro lugar os estruturais – a desigualdade social e regional e a violência e marginalidade – depois com o que marca a década de 1980, a inflação, e terminando com o que se descreve o período entre meados da década de 1990 e o início dos anos 2000, o desemprego.

A distribuição do rendimento tem sido muito desfavorável para uma grande maioria dos brasileiros (Barros, Henriques e Mendonça, 2000; Cardoso e Helwege, 1992; Cardoso, 1991; Paoli, 1991; Schmidt, 1988), como o comprova o facto de o Brasil ter, em 1991, a pior distribuição de rendimento entre todos os países com mais de dez milhões de habitantes (Dellasoppa, Bercovich e Arriaga, 1999: 169) e de ser apontado, com base nos dados do Banco Mundial, como um dos cinco países com mais desigualdade social do mundo (Hunter e Sugiyama, 2009).

A consolidação democrática tem coexistido com a manutenção das desigualdades sociais, tanto na repartição do rendimento como no acesso às oportunidades de desenvolvimento económico e social, fazendo sentido distinguir, neste caso, a democracia formal e a substantiva (Cardoso, 1991). Se, por um lado, o processo de democratização contribuiu para a ampliação de participação e de representação política e houve manifestações de intolerância das classes médias e populares em relação ao comportamento das elites, incluindo exigências de distribuição mais justa do rendimento (Sallum Jr., 2003), por outro lado não parece ter havido uma equivalência em ampliação da justiça social.

A injustiça social fica demonstrada no facto de 10% da população mais rica reter, em 2007, 43% do rendimento disponível, enquanto os que se situam na base da hierarquia social ficam com apenas 1% (quadro 4.1). Ainda assim, esta desigualdade social era mais acentuada antes da transição para a democracia, quando 20% dos mais ricos ficavam com 66% do rendimento disponível e os 10% mais ricos recolhiam metade do total. Entre 1977 e 1998, os indivíduos que correspondem à parcela dos 20% mais ricos da população apropriaram-se, em média, de um rendimento entre 24 e 35 vezes superior à dos 20% mais pobres; os 10% mais ricos, por sua vez, tiveram um rendimento que oscilou entre 22 e 31 vezes acima do valor do rendimento obtido pelos 40% mais pobres da população brasileira (Barros, Henriques e Mendonça, 2000: 136).

Embora exista uma ligeira tendência de atenuação do fosso da desigualdade entre as populações mais e menos favorecidas, conclusão a que se chega quando se observa a descida dos valores de coeficiente de Gini (ver quadro 4.1), a estrutura de distribuição mantém-se muito desproporcionada, em especial se comparada com a de outros países, como, precisamente, Portugal. Em 2007, o rácio do rendimento dos

Quadro 4.1 - Repartição do rendimento no Brasil e em Portugal, 1972-2007

País	Ano	10% mais pobres	20% mais pobres	2.º quintil	3.º quintil	4.º quintil	20% mais ricos	10% mais ricos	Coefficiente de Gini
Brasil	1972 a)		2,0	5,0	9,4	17,0	66,6	50,6	n.d.
	1989 b)		2,0	8,0*			63,0	46,0	0,57 g)
	1995 d)	0,8	2,5	5,7	9,9	17,7	64,2	47,9	0,60
	2004 e)	0,9	2,8				61,1	44,8	0,57
	2007 f)	1,1						43,0	0,55
Portugal	1973-74 a)		5,2	10,0	14,4	21,3	49,1	33,4	0,35 h)
	1988-90 c)		5,6	11,3	16,9	23,7	42,4	n.d.	0,33 h)
	1997 e)	2,0	5,8				45,9	29,8	0,38
	2007 f)	2,0						29,8	0,38

Fontes: a) World Bank (1988); b) repartição do rendimento das famílias, segundo a parte que cabe a 20% das famílias da base, a 40% das famílias da base, a 20% das famílias do topo e a 10% das famílias do topo (os 8% correspondem à parte que cabe a 40% das famílias mais desfavorecidas), World Bank (1991a); c) (Mozzicafreddo, 1997: 124); d) World Bank (1999); PNUD (2007); f) PNUD (2009); g) UNDP/PNUD (1990), indicando o período de referência 1967-85; h) respetivamente referenciado a “meados dos anos 1970” e “1990”, em OCDE (2008a). Nota: o Coeficiente de Gini é um “indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição, assumindo valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo)” (INE). O indicador pode variar também entre 0 e 1.

10% mais ricos em relação aos 10% mais pobres foi de 39,1 no Brasil, enquanto em Portugal foi de 14,9.

Assim, Portugal apresenta comparativamente uma repartição mais igualitária na distribuição do rendimento no período do início da democratização (1974), com sinais posteriores (nos anos 1980) de redistribuição entre os quintis, especialmente com o aumento da parte do rendimento que cabe aos níveis intermédios e diminuição do rendimento que é destinado aos 20% mais ricos, o qual desceu de 49% para 42% (quadro 4.1). No entanto, a tendência parece ser a de aumento da clivagem entre os mais ricos e os mais pobres, em particular se observarmos os valores do coeficiente de Gini, que passou de 0,35, em meados dos anos 1970, para 0,38, em 2007 (embora tivesse passado por um valor mais baixo, de 0,33, sensivelmente a meio do intervalo entre estas duas datas).

No acesso à educação também se encontra uma desigualdade profunda (quadro 4.2). O Brasil e Portugal partem, em 1965, de respetivamente, 108% e 84% de taxas brutas da população do grupo etário envolvido no ensino primário, enquanto no en-

sino secundário a relação é de apenas 16% para 42%. Esta distância atenuou-se em 1985, embora se mantenha grande (35 no Brasil, contra 47 valores percentuais em Portugal). No ano mais recente, embora se tenha em conta que o indicador passou a ser apresentado numa taxa de escolarização bruta combinada dos três níveis, a diferença estreitou-se para apenas 2% entre o Brasil e Portugal (ver quadro 4.2). Na taxa de alfabetização dos adultos com mais de 15 anos ainda existe uma diferença importante, pois o Brasil tem 88,6% e Portugal tem 93,8% (no ano disponível entre 1995-2005) (PNUD, 2007).

As desigualdades da educação no Brasil não são explicadas por diferenças entre regiões urbanas e não urbanas (quadro 4.2): no final da década de 1980, 75% do total da população era urbana (contrasta com 48% em Portugal) e em 2005 são 84% (contra 58% em Portugal).⁵⁹ Contudo, a par do aumento da industrialização e urbanização brasileiras cresceram as “favelas” e acentuou-se a coexistência geográfica de grupos com posições sociais extremadas, assim como existem desigualdades regionais entre estados que devem ser referenciadas.

Existe uma forte disparidade entre regiões no Brasil. Dados disponíveis para 1992 indicavam que a composição regional na composição do PIB era de 56,2% do Sudeste, 16,74 do Sul, 15,86 do Nordeste, 5,69 do Centro-Oeste e de 5,53 do Norte (Adorno, 2002). Estas diferenças regionais que penalizam a região Norte podem ser observadas a partir de um outro indicador de desenvolvimento humano, a taxa de mortalidade infantil. A média anual nacional de mortalidade infantil era, em 1991, de 51,6 por mil nados vivos, e enquanto no Sul era de 26,7 por mil, no Nordeste essa taxa chegava aos 88,2 por mil (Adorno, 2002). As taxas desceram mas, ainda assim, em valores de 1999 a taxa média de mortalidade infantil nacional era de 31,8 por mil, a do Sul de 17,1 por mil, a do Sudeste de 20,6 por mil, a do Centro-Oeste de 25,6 por mil, a do Norte de 32,4 por mil e a do Nordeste de 52,5 por mil (Duarte e outros, 2002). O contraste entre as regiões Nordeste e sul e no Brasil é dado “pelo risco quatro vezes maior de morte no 1.º ano de vida em Alagoas quando comparado ao Rio Grande do Sul” (Duarte e outros, 2002: 441).

Pelas razões apresentadas, é frequente nos textos sobre desigualdades regionais a referência à existência de dois países num, isto é, um “Brasil com padrão de exposição a riscos semelhante ao dos países desenvolvidos e de um Brasil onde ainda prevalece a exposição aos riscos típicos de países menos desenvolvidos” (Duarte e outros, 2002: 441). O Brasil tem um índice de desenvolvimento elevado, e Portugal um índice muito elevado (quadro 4.2), com referência a 2007.

59. Estes valores não são totalmente comparáveis porque dependem de definições locais de urbanismo e de cidades, que podem divergir entre países.

Quadro 4.2 - Indicadores de desenvolvimento humano, 1965-2007

Indicadores	Período de referência	Brasil	Portugal	
População urbana em % da total a)	1965	50,0	24,0	
	1975	61,7	40,8	
	1990	74,8	47,9	
	2005	84,2	57,6	
População em pobreza absoluta (%) b)	1980-90	47,0	25,0	
	2002	34,0		
	2003	39,0		
	2004	33,0		
Esperança de vida à nascença c)	1960	54,7	63,3	
	1992	65,8	74,4	
	2004	70,8	77,5	
	2007	72,2	78,6	
Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados vivos) d)	1970	95,0	53,0	
	1980	-	24,0	
	1990	60,0	11,0	
	1997	37,0	6,4	
	2000	32,0	6,0	
	2005	31,0	4,0	
Percentagem de envolvimento na educação, consoante o grupo etário respetivo e)				
	– primário	1965-1985	108/104	84/112
	– secundário	1965-1985	16/35	42/47
	– superior	1965-1985	2/11	5/13
Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário a superior (%)	1998	84,0	93,0	
	2005	87,5	89,8	
Índice de desenvolvimento humano f)	1960	0,394	0,460	
	1970	0,507	0,588	
	1980	0,673	0,736	
	1990	0,710	0,833	
	2000	0,790	0,895	
	2007	0,813	0,909	

Fontes: a) World Bank (1991b) (valores de 1965); PNUD (2007) (valores de 1975 e 2005) e PNUD (2009) (valores de 1990); b) UNPD/PNUD (1994) (valores até 1992 que é o ano de referência da taxa de pobreza para o Brasil nos anos 1990), Martins (2007: 40) (taxas de pobreza em 2002, 2003 e 2004) e Mozzicafreddo (1997:46); c) UNPD/PNUD (1994) (valores até 1992); PNUD (2006) (valores de 2004) e PNUD (2009) (valores de 2007); d) PNUD (2007) (valores de 1970 e de 2005), UNPD/PNUD (1992) (valor de 1990 para o Brasil), PNUD (2009) (valor de 1997 para o Brasil), PNUD (2002) (valores de 2000) e Almeida e outros (2007) (restantes valores para Portugal); e) World Bank (1991b), 1991 (valores de 1965 e 1985), PNUD (2002) (valores de 1998) e PNUD (2007) (valor de 2005); f) UNPD/PNUD (1994) (valores até 1980) e PNUD (2009) (valores de 1990, 2000 e de 2007).

Notas: o índice de desenvolvimento humano (IDH) mede o grau, em média, de três dimensões básicas de desenvolvimento humano, segundo as Nações Unidas: uma vida longa e saudável, o nível de conhecimentos adquiridos e um nível de vida digno. É considerado baixo até aos 0,499, médio entre 0,500 e os 0,799, elevado entre os 0,800 e os 0,899 e muito elevado quando supera os 0,900. Em 2005 ambos os países se encontravam no escalão elevado, estando o Brasil no limite inferior.

Em síntese, “o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres” (Barros, Henriques e Mendonça, 2000: 123), onde existe uma “perversa simetria social, em que os 10% mais ricos se apropriam de 50% do total da renda das famílias e, como por espelhamento, os 50% mais pobres possuem cerca de 10% da renda” (Barros, Henriques e Mendonça, 2000: 137).

Passando agora ao fator da violência e marginalidade, e à sua relação com as desigualdades estruturais, refira-se que a convivência de grupos sociais com padrões de vida extremamente desiguais, representada na dicotomia entre residências luxuosas e bairros extremamente degradados (as “favelas”), fez com que as urbes se tornassem palcos da prática de crimes de vária ordem através do uso da violência (Adorno, 2002).

A crise política e económica dos anos 1980 refletia-se sobre as relações sociais em geral, com referências cruzadas entre o descrédito na política, a desmoralização das instituições públicas e a violência e insegurança nas ruas (Paoli, 1991). Como expressão desta “sociabilidade violenta” (Silva, 2004) encontra-se o crescimento das taxas de crime comum, da violência fatal ligada ao crime organizado, as violações de direitos humanos e conflitos expressivos nas relações pessoais (Adorno, 2002).

As taxas de criminalidade violenta no Brasil – em especial, no Rio de Janeiro e em São Paulo – chegam a ser superiores às de algumas metrópoles norte-americanas (Adorno, 2002). As estatísticas nacionais brasileiras sobre crime e violência urbana têm como indicador os homicídios, medidos através das certidões de óbito. Dados internacionais de 1995 permitem identificar 23,83 homicídios por cada 100 mil habitantes no Brasil, contra 3,99 em Portugal, 4,11 em França, 4,90 em Itália, 2,43 na Grã-Bretanha, e 8,22 nos EUA (Adorno, 2002: 90). A comparação entre estados, no ano de 1997, eleva a taxa referida para o Brasil: no Recife, em Pernambuco, é de 105,3 por 100 mil habitantes; em Vitória, no estado de Espírito Santo, de 103,4; no Rio de Janeiro é de 65,8; e em São Paulo, de 56,7 (Adorno, 2002).

O rapto de pessoas contra pedidos de resgate foi o crime com aumento de expressão nos finais da década de 1980, que ameaçava milionários e a classe média. Na imprensa aponta-se um crescimento de 435% entre 1990 e 1991 da que era referida como “indústria de sequestros” (Veja, 24 de julho de 1991), com o Rio de Janeiro e São Paulo no topo da lista, embora outros centros urbanos não fossem poupados. E

manteve-se durante a década de 1990, no Rio de Janeiro e em São Paulo, embora com menos expressão no início, e aumento no fim, (Sanchez, 2006).

Um aspeto importante relativo a este crime de sequestros é a falta de preparação de cidadãos e polícia. É que contra os assaltos a pessoas já haviam sido criados hábitos, como a troca de joias por bijutaria e o transporte de pouco dinheiro (“o dinheiro do ladrão”)⁶⁰ ou não parar nos sinais vermelhos de madrugada. O surgimento de empresas especializadas em transformação de automóveis à prova de sequestro (*Veja*, 24 de julho de 1991) e de uma escola de tiro para civis em 1987 (*Veja*, 12 de abril de 1989) traduzem o impacto social deste tipo de violência.

A crise de gestão pessoal da segurança gerou episódios de justiça popular e de vingança privada, também eles crescentes desde o início da década de 1980, em especial nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, perpetradas por civis, cidadãos comuns, habitantes dos bairros populares, e com a cumplicidade de outros agentes, nomeadamente a polícia. “Pouco conhecidas, as ações de grupos de extermínio e de justiceiros parecem impulsionadas por um senso de justiça privada frente a circunstâncias consideradas social e culturalmente insuportáveis do ponto de vista da moralidade pública popular – como sejam tentativas ou atos consumados de estupro, sobretudo quando envolvem crianças e adolescentes, bem como roubos e homicídios voluntários de pessoas na comunidade” (Adorno, 2002: 99).

A consolidação do cenário de insegurança coletiva nos centros urbanos também tem como responsável o tráfico de narcóticos, organizado e sediado no meio urbano das favelas, ao qual o Brasil não tem passado imune porque se encontra nas rotas do tráfico internacional. O narcotráfico promove a desorganização das formas de sociabilidade entre as classes populares e contribui para o medo entre as outras classes, e originou intervenções da polícia militar nas favelas e morros, com repercussões violentas tornadas visíveis para as populações que residem fora. A primeira intervenção organizada entre o Exército e restantes Forças Armadas teve lugar em outubro de 1994, foi dirigida a 23 favelas no Rio de Janeiro e dividiu-se em duas fases: combate ao tráfico de narcóticos e desmantelamento da “indústria de sequestros”.⁶¹

60. Um dos entrevistados para a dissertação de licenciatura chegou a referir que transportava sempre um montante em dinheiro que sabia poder estar destinado a roubo.

61. Para a descrição deste processo, ver notícias nos jornais brasileiros *Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*: “Favelados armam barricadas contra tiroteios” (Nelson Soares, *Estado de São Paulo*, 25/10/94); “Ocupação começou por favelas estratégicas - Áreas estão sendo escolhidas de acordo com o grau de periculosidade e topografia, e militares só sairão com o fim da criminalidade” (*Jornal do Brasil*, 20/11/94); “Último objetivo será a indústria de sequestros” (Leandro Fortes, *Jornal do Brasil*, 21/11/94).

A descrição de formas de crime violentas não termina sem a referência às chacinas, que têm subjacente as dívidas relacionadas com o tráfico e acontecem dentro das organizações do setor (Adorno, 2002).

Devido à diversificação das formas de violência e criminalidade no Brasil, aumentaram as empresas de proteção e os serviços de segurança privados. A privatização da segurança reforçou as divisões entre excluídos e incluídos e expandiu a economia informal (Sanchez, 2006).

Para o estudo da violência e da insegurança pessoal (e coletiva) no Brasil dos anos 1980, são úteis conceitos analíticos das teorias sobre as formas de ação coletiva. Os “arrastões” (invasão de “meninos de rua” às praias do Rio de Janeiro, para roubar), no fim de 1992, foram formas de “crime organizado”, mas podiam ser vistos como uma estratégia de “fechamento social por usurpação”, no sentido em que “usurpação é o tipo de fechamento social levado a cabo por um grupo em reação ao estatuto de marginal e a experiências coletivas de exclusão” (Parkin, 1979: 74); nesta conceção, tornava-se viável analisar aquelas práticas quer ao nível da intenção de obter produtos materiais (objetos de roubo) como do impacto social que geram.

A violência e a criminalidade no Brasil vieram a assumir formas organizadas e diversas, em particular nas grandes cidades brasileiras, que podem ser vistas como uma ordem social cujo princípio de organização é o recurso universal à força. Esta representação da violência pode ser analisada com o conceito de “sociabilidade violenta” (Silva, 2004). O ponto de partida desta conceptualização é o de reconhecer que os comportamentos violentos de agentes individuais ou de bandos organizados para esse fim se destacam como uma ordem instituída (Silva, 2004: 73). O autor acrescenta que a violência urbana é uma característica geral da configuração social das cidades brasileiras, mas é consensual que afeta mais diretamente as áreas desfavorecidas e as favelas, o que faz com que os moradores, mais submetidos à violência urbana, articulem as suas práticas numa dupla inserção: como participantes da ordem estatal e, em paralelo, da sociabilidade violenta (Silva, 2004: 78).

O autor explica o sentimento de insegurança generalizada que se vive no cenário urbano atual com um complexo de causas entre uma crise de legitimidade do estado, o enfraquecimento do controlo social por parte das agências estatais, a rutura da ordem pública por falta de “garantias externas”, a ampliação da violência como meio de obtenção de interesses e a expansão da criminalidade que usa a violência como recurso (Silva, 2004: 68-69).

Um outro aspeto merece realce, o facto de os padrões tradicionais e convencionais de delinquência terem alcance e efeitos locais, enquanto na atualidade o crime organizado opera com moldes empresariais e com bases transnacionais, impondo-se e ligando-se a diferentes formas de criminalidade, como crimes contra a pessoa, o património, o sistema financeiro e a economia popular. O tráfico internacional de droga, em cujas rotas o Brasil se encontra inserido, é um destes exemplos (Adorno, 2002).

No âmbito económico com repercussões na emigração brasileira dos anos 1980, a hiperinflação é um fator incontornável. A análise da hiperinflação foi realizada em trabalho anterior (Pinho, 2001), de acordo com os fatores subjacentes à inflação na América Latina identificados por Burns e Rudqvist (1986) a partir do quadro de análise proposto por Baumgartner, Burns e Deville (1986): conflitos sociais e disputas sobre a distribuição do rendimento; desenvolvimento interno desigual; políticas económicas e esforços de estabilização; contexto internacional e estrangimentos que interagem com processos económicos domésticos e sociopolíticos reforçando o conflito social e as pressões inflacionárias; fragilidade política e organizacional dos governos, refletida na incapacidade de resolução dos maiores conflitos sociais resultantes da ausência de legitimidade funcional e de autoridade para regular e limitar as exigências contraditórias no rendimento nacional. A inflação não era, na época, um fenómeno novo no Brasil e na generalidade dos países da América Latina. A inflação média anual de 33% no período entre 1965-80 agravou-se para os três dígitos entre 1980-86 e chegou a alcançar mais de 1000% a partir de 1988. Como se pode verificar no quadro 4.3, a média anual da inflação entre 1984-94 foi de 900%. Diversos programas de estabilização económica postos em prática na década de 1980, com a finalidade primordial do controlo da hiperinflação, não o alcançaram. Apenas em 1994 se alcançou essa meta com o Plano Real. Na viragem para a segunda década do presente Século a inflação no Brasil não constitui o problema que era, mesmo estando perto dos 6%; mas a política de metas de inflação seguida permite uma vigilância apertada deste indicador económico. Em Portugal a inflação tinha valores mais elevados nessa época do que nos dias de hoje, mas eram comparativamente insignificantes (o mais elevado que atingiu foi de 22% entre 1980-1986, quando no Brasil já atingia três dígitos). No ano que tem estado a ser usado como última referência em Portugal (2008), a inflação continuou mais baixa que no Brasil (2%).

Por último, importa salientar que a estabilização da inflação alcançada com o Plano Real em 1994 terá produzido a subida do desemprego no Brasil (Cardoso Jr., 2001; Paiva, 2006; Quadros, 2003; Reis e Camargo, 2007; Sallum Jr., 2003). Em Portugal,

pelo contrário, a taxa de desemprego vinha a descer nos anos 1990, para subir ligeiramente no início deste Século e em 2003 situava-se em 6,4%, ainda assim abaixo dos 12,3% do Brasil em 2002 (quadro 4.4). Em 2008, a taxa de desemprego afetava 7,7% da população ativa em Portugal, estando a do Brasil acima, com 9,3 % (em 2007). Em Portugal o desemprego penaliza os indivíduos mais jovens (entre os 15 e os 24 anos passa para um valor de 15,3% em 2004) e os pouco qualificados e com níveis de educação reduzidos (Caetano, Galego e Costa, 2005).

No caso do Brasil, deve ser salientada a subida do desemprego dos jovens em relação à dos adultos. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de domicílios citada por Reis e Camargo (2007), o desemprego aumentou cerca de 15% entre 1990 e 2002 no grupo de jovens entre os 18 e os 20 anos e, no mesmo período, o aumento da taxa de desemprego registada para os indivíduos entre os 24 e os 59 anos foi de apenas 4,6%. De acordo com os autores, estas subidas devem-se à estabilização da inflação e ao conseqüente aumento do rigor salarial depois da implementação do Plano Real. Desde 1997 que existe uma tendência de subida das taxas de desemprego para o grupo etário entre os 18 e os 20 anos (20% em 1997,

Quadro 4.3 - Inflação, 1965-2008

Inflação (taxa média anual em %)	Brasil	Portugal
1965-80	31,3	11,5
1980-86	157,1	22,0
1984-94	900,3	12,0
1992	991,4	12,6
1997	-	2,2
1998	-	2,2
2000	6,2	3,0
2005	7,2	2,5
2007	3,7	3,0
2008	5,9	1,8

Fontes: World Bank (1988) (valores entre 1965 e 1980); World Bank (1996) (valores entre 1984-94), Eurostat (valores para Portugal em 1997 e 1998) e Data Profiles Brasil e Portugal, World Development Indicators Database (disponível em <http://databank.worldbank.org/ddp/home.do?Step=1&id=4>).

Quadro 4.4 - Taxa anual de desemprego, no Brasil e em Portugal, 1986-2008

Desemprego %	Brasil	Portugal
1985	4,2	10,9
1992	7,2	4,8
1995	4,8	7,3
1996	5,8	7,3
1997	5,8	6,8
1998	7,6	5,0
1999	7,6	4,5
2000	7,1	4,0
2001	6,2	4,1
2002	7,1	5,1
2003	12,3	6,4
2004	11,5	6,7
2005	9,8	7,7
2006	10,0	7,8
2007	9,3	8,1
2008	-	7,7

Fontes: para Portugal, Mozzicafreddo (1997) (valores até 1992); Caetano, Galego e Costa (2005: 257) (valores entre 1995 e 1997); Eurostat (taxas médias anuais entre 1998 e 2008 disponíveis em linha); para o Brasil, Quadros (2003) (valores de 1985 e de 1992); Sallum Jr. (2003) (valores entre 1995 e 1997), IBGE (entre 1998 e 2007, dados disponíveis em linha, com base na Pesquisa Mensal de Emprego cuja metodologia mudou em 2003 e passa a designar-se “taxa de desocupação”). Nota: são referidas algumas alterações no conceito de desemprego e metodologia de recolha da taxa de desempregados/desocupados no Brasil ao longo dos anos (Quadros, 2003), o que torna difícil a escolha das fontes porque os autores empreendem esforços de comparação e fazem cálculos próprios, mas optámos por recolher a maior parte dos dados das fontes oficiais e só utilizar outras fontes quando não havia alternativa.

23,5% em 1998, 25,4% em 1999, 24,5% em 2001 e 24,6% em 2002). Nos dois grupos etários seguintes, (21-23 anos e 24-29 anos), as taxas estão sempre acima de 10% nos mesmos anos, rondando os 17% entre 1999 e 2002 no caso dos jovens entre os 21-23 anos (Reis e Camargo, 2007: 498).

Durante o governo de Lula permanecia a crise estrutural com a manutenção de altas taxas de desemprego (Druck e Filgueiras, 2007). De acordo com dados citados pelos autores, em 2005 as taxas de desemprego atingiram, em média, 17% na região metropolitana de S. Paulo e 24% (o nível mais alto do país) na região metropolitana de S. Salvador. A taxa de desemprego entre os jovens entre os 16 e os 24 anos atingiu 45%, em 2006, nas seis regiões metropolitanas do país onde a pesquisa para obtenção destes dados é realizada (Druck e Filgueiras, 2007). Também se manteve o grau de informalidade no mercado de trabalho, baixos salários e criação de ocupações precárias.

Para finalizar este ponto, é importante referir que os fatores de repulsão e atração podem existir objetivamente sem significado em termos migratórios. Como referia Lee (1969), é a percepção que os indivíduos têm destes fatores que influenciará a permanência ou a emigração. A análise da forma como estes fatores foram percebidos pelos imigrantes e o peso que têm nos seus projetos migratórios é feita no próximo capítulo.

3. CONTEXTO E SUMÁRIO DAS POLÍTICAS DE REGULAÇÃO DAS MIGRAÇÕES EM PORTUGAL

A política migratória, em Portugal, consolidou-se na última década e meia, depois de um percurso caracterizado pela reação ao desenvolvimento dos fluxos migratórios. As questões da imigração não fizeram parte dos conteúdos programáticos de governo até 1995 (Pires, 2003).

A primeira lei de regulação dos fluxos migratórios portuguesa é posterior à descolonização e ao desenvolvimento dos fluxos migratórios com origem em África que lhe estiveram associados. A lei entrou em vigor em 1981 e reconhecia a “necessidade de rever normas já desajustadas por forma a adaptá-las às exigências do interesse nacional” [Decreto-Lei n.º 264-B/81 de 3 de setembro: 2350 (11)]. Apenas na década de 1990 se ultrapassou o grau zero da politização de assuntos da imigração que marcou a década de 1980 (Machado, 1997: 23).

Nas cerca de duas décadas de emigração brasileira, a política migratória que enquadra a entrada, fixação, saída e afastamento de estrangeiros em Portugal teve uma evolução que se inscreve em três planos interligados: 1) regional, com as exigências de harmonização de legislação, decorrente da adesão à Comunidade Económica Europeia e do Acordo Schengen, com expressão nomeadamente na regulação específica para os nacionais dos Estados membros, associada à livre circulação de pessoas,

bens, serviços e capitais; 2) interno, com desenvolvimento dos fluxos migratórios no país e consentânea necessidade de regulação pautada por condições que se foram modificando ao longo do período; 3) internacional bilateral, com acordos celebrados entre Portugal e o Brasil e enquadrados pela tradição da relação histórica, e migração, entre os dois países.

A análise da política migratória aplicável à regulação da imigração brasileira em Portugal tem como pano de fundo estes planos, onde se sobrepõem fatores como a pertença económica e regional comum com países europeus e a parceria histórica longa com o Brasil, remontando em última análise às relações coloniais, mas também às migrações transatlânticas, quer no seu auge, como em meados do Século XX.

Em primeiro lugar, e no que se refere ao contexto da pertença à Comunidade Económica Europeia, o Tratado de Maastricht e o de Amesterdão, com efeitos respetivamente em 1993 e 1999, são marcos incontornáveis no desenvolvimento da política migratória europeia com efeitos diretos em Portugal, como exemplo de uma característica da europeização das políticas de migração (Ette e Faist, 2007).⁶² E embora exista o enquadramento europeu, cada estado é responsável pela sua implementação final (Wenden, 2004).

Os acordos de Schengen foram assinados inicialmente por França, Alemanha e os países Benelux, originalmente em 1985. Em 1990 formalizados na Convenção de Schengen, alargaram-se a 13 países – incluindo Portugal – e mudaram a União Europeia para um espaço sem fronteiras internas e com políticas comuns de imigração e asilo. A conceção da Europa “fortaleza” tinha como meios o controlo da imigração, o combate à imigração ilegal, a legalização de migrantes e uma melhor integração (Stalker, 2002), iniciando-se com este objetivo a tendência para a convergência de políticas de migração (Cornellius e Tsuda, 2004) justificada e parcialmente facilitada por serem membros desta organização supranacional os países importadores de mão de obra.⁶³

Com o acordo de Schengen e o Ato Único Europeu, os estados intensificaram a cooperação para os assuntos da imigração e asilo e convergiram no objetivo de fecho de

62. Para um maior aprofundamento de como o impacto da UE pode ser analisado nas políticas de migração dos estados membros da UE, ou seja, da europeização, sugere-se a consulta da antologia organizada por Faist e Ette (2007).

63. Para a discussão entre as forças de mercado e a política migratória, ver Favell e Hansen (2002), segundo a qual são as forças de mercado e não as forças políticas que definem o processo migratório, como aliás já se discutiu no capítulo anterior.

fronteiras ao exterior e de restrição migratória, tendo os países europeus tradicionalmente recetores iniciado mais cedo esta limitação às entradas, razão que terá contribuído para o desvio da rota da atração inicialmente exercida por estes, para países da Europa do Sul, que assim se tornaram destinos de imigração. O Decreto-Lei n.º 59/93, de 3 de março surge para “dar resposta às novas exigências que a Portugal se colocam como país de imigração situado num espaço comunitário” e obedecem a algumas exigências colocadas pela liberdade de circulação de pessoas.

O Decreto-Lei 244/98, de 8 de agosto, pode ser considerado a primeira lei de imigração portuguesa, se considerarmos a inclusão de questões relativas à integração de migrantes. Nele se determina prosseguir-se o princípio de “estabelecer os adequados meios de controlo dos fluxos migratórios, tendo em vista a salvaguarda de interesses legítimos do Estado e dos imigrantes, a quem se pretende assegurar condições de integração harmoniosa na comunidade nacional”. Este diploma atualizou o enquadramento legal da entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional e revogou o diploma anterior. A consolidação da inserção de Portugal na União Europeia e da aplicação do Acordo de Schengen obrigava a que o diploma acolhesse “os princípios reguladores aprovados no âmbito europeu relativamente à admissão de nacionais de países terceiros para efeitos de uma atividade profissional assalariada ou independente”. O Decreto-Lei n.º 65/2000 e o Decreto Regulamentar n.º 5-A/2000, ambos de 26 de abril, regulam o diploma citado.

Com implicações para a emigração brasileira dos últimos anos, são de destacar o regime das autorizações de permanência com o Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de janeiro (e respetiva regulamentação através do Decreto Regulamentar n.º 9/2001 de 31 de maio), as alterações ao mesmo com o Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de fevereiro e a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, ainda em vigor. O Decreto Regulamentar n.º 84/2007 de 5 de novembro, e o Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de abril, no que sejam compatíveis com o regime constante da lei, encontram-se igualmente em vigor. Excetuam-se da aplicação desta lei os cidadãos nacionais de um estado membro da União Europeia ou de um estado terceiro com o qual a Comunidade Europeia tenha concluído um acordo de livre circulação de pessoas.⁶⁴

Em segundo lugar com efeitos na regulação da migração brasileira estão, como se referiu, as relações históricas e diplomáticas entre Portugal e o Brasil e, deste modo,

64. O Decreto-Lei n.º 60/93 de 3 de Março regula as condições especiais de entrada e permanência em território português de nacionais de Estados membros da Comunidade Europeia e seus familiares.

os acordos bilaterais que derivam de Tratados de Amizade e Consulta. O mais recente, o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000 (aprovado, por ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro), deu origem aos seguintes acordos bilaterais: Sobre a Contratação Recíproca de Nacionais (Decreto n.º 40/2003 de 19 de setembro); Para a Facilitação de Circulação de Pessoas (Decreto n.º 43/2003 de 24 de setembro); e Para a Prevenção e Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes (Decreto n.º 42/2003 de 20 de setembro). O Decreto n.º 40/2003 em particular, por ser o que se aplica à inserção dos imigrantes no mercado de trabalho e por ter contemplado uma iniciativa de regularização de irregulares, ficou conhecido entre os imigrantes, imprensa e organizações com responsabilidade na área das migrações, como “Acordo Lula”. Os três instrumentos legislativos revogam anteriores acordos que remontam a datas da última metade do Século XX e que à frente vão ser referenciados porque enquadraram o primeiro fluxo migratório dos anos 1980.

Pode dizer-se depois deste breve enunciado que, se depois da descolonização as políticas migratórias se centraram na questão da nacionalidade (Pires, 2003), o desenvolvimento dos fluxos migratórios em Portugal, com a consequente necessidade da sua regulação interna e exigências de integração dos imigrantes, conduziu a uma produção legislativa a um ritmo cuja intensidade contrasta totalmente com o vazio dos anos 1980. Durante a fase da diversificação da origem dos fluxos migratórios para Portugal assiste-se ao reequilíbrio entre políticas de controlo de fluxos migratórios e políticas de promoção da integração dos imigrantes.

Enquanto houve procura de trabalho estrangeiro, oferta de trabalho imigrante e intermediários disponíveis para contornar as leis de imigração, os controlos de fronteira e outros obstáculos no caminho, num contexto em que a política é mais restritiva, maior tem sido a descoincidência entre a regulação da migração e os resultados que ela veio a ter. No mesmo sentido do que Favell e Hansen (2002) assinalam, podemos dizer que por várias vezes em Portugal se verificou, na migração, que as forças de mercado foram mais fortes do que as políticas com o objetivo de a regular e controlar.

Na viragem do Século observou-se a tendência para voltar a centrar as políticas no objetivo do controlo da imigração (Pires, 2003) e, através da lei de 2003, contrariando o que se julgava ser “uma política laxista, não regulamentada, que, inevitavelmente, geraria exclusão social dos próprios migrantes e, no limite, o aparecimento de ideologias inaceitáveis num Estado de direito como recentemente ocorreu em alguns países europeus” e com um reforço do nexo migração e segurança, como aliás

marcava o contexto internacional influenciado pela memória, então recente, do 11 de setembro de 2001.⁶⁵ Os receios da incapacidade de absorção da mão de obra imigrante é outra das preocupações salientes no preâmbulo da legislação de 2003, que estabelece “a promoção da imigração legal em conformidade com as *possibilidades reais* do país”.⁶⁶ Ou seja, optou-se por, primeiro e sob a égide de um governo de coligação PSD-CDS, fazer o que já se faz noutros estados europeus, ou seja, prescindir de liberalizar políticas para os imigrantes ilegais, reforçando em vez disso a distinção entre a migração laboral legal e outras formas de imigração que trazem consigo a criminalidade, o abuso da segurança social e a insegurança. Esse facto é particularmente visível na legislação de 2003.

Com a nova alteração da lei da nacionalidade e do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros de território nacional em 2007, é possível verificar que a política da migração combina elementos de controlo e restrição migratórios exigidos pela pertença à União Europeia e de inclusão e integração de imigrantes residentes. As preocupações com a imigração irregular convivem com a evolução para a compreensão (e aceitação) de que os fluxos migratórios que se regulavam como temporários tendem a transformar-se em permanentes como, aliás, a evidências internacionais já tinham demonstrado e se referiu no capítulo anterior. Agilizaram-se as vias legais de admissão de trabalhadores e consolidaram-se medidas para a integração dos residentes. A mudança da legislação, com um governo socialista, teve impacto nas categorias de migrantes já residentes em Portugal, distinguindo-os com a criação da figura de residentes de longa duração. Manteve-se a retórica e a (tentativa) prática de restringir a migração irregular, flexibilizando-se os canais de imigração legal.

No início da segunda década dos anos 2000, o discurso político orienta-se no sentido do controlo de entradas ilegais e da agilização das vias legais de admissão de trabalhadores, em especial para os qualificados, as quais se pretendem céleres, como meio para reduzir a imigração ilegal. Falta tempo para perceber se a hipótese do fosso não se verifica e se, de facto, a imigração ilegal diminui com a facilitação da via legal, ou se, pelo contrário, continuará a haver imigração pelas vias marginais, numa tese contrária à da finitude da potencial migração (Boswell, 2003). De qualquer modo, a conjuntura económica alterou-se e a imigração foi a primeira a ressentir-se.

65. Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro.

66. Itálicos acrescentados.

4. ACORDOS BILATERAIS E A SINGULARIDADE DO ESTATUTO DE IMIGRANTE BRASILEIRO

O imigrante brasileiro que reside em Portugal é um nacional de um Estado terceiro relativamente à União Europeia. Mas é, simultaneamente, nacional de um país signatário de acordos com Portugal, a maioria dos quais com versões anteriores celebradas num período anterior ao do padrão migratório atual, nomeadamente quando a migração entre Portugal e Brasil fluía na direção oposta.

Ao abrigo desses acordos, o imigrante brasileiro pode adquirir um estatuto específico com vantagens comparativas relativamente a outros imigrantes, nesse caso podendo-se considerar que tais elementos de política são, entre as variáveis intermédias da migração (Saint-Maurice e Pires, 1989), suas facilitadoras. Este estatuto contribui para explicar o desenvolvimento da imigração e a heterogeneidade na sua composição.

É consensual que situações favoráveis de integração num país recetor, neste caso concreto resultado direto de um instrumento de política que promove a integração, pode influenciar direta ou indiretamente as características dos imigrantes que chegam ou tentam chegar (Brochmann, 1999a), e podem ser considerados fatores de atração. No caso da imigração brasileira podemos observar estas influências no período a que se convencionou chamar “primeira vaga” migratória, através de condições (em teoria) vantajosas na equivalência de diplomas – exemplo de promoção da integração – e, pelos seus resultados mais recentes, ainda que sendo uma facilidade antiga, a dispensa de visto em casos de turismo no fluxo migratório da viragem do Século ao qual se convencionou designar de “segunda vaga”.⁶⁷ Ambos os efeitos são resultados mais ou menos diretos desta política acordada bilateralmente. Mais abrangente é o estatuto de igualdade de direitos e deveres, que permite a obtenção de um bilhete de identidade semelhante ao português, apenas com a indicação da nacionalidade e da referência ao Tratado que o estabelece.

Pode dizer-se que dois Tratados de Amizade e Consulta entre Portugal e Brasil enquadraram cada um dos dois fluxos migratórios brasileiros em dois momentos distintos, além de outros acordos que são, de alguma forma, enquadrados por estes.

67. A Casa do Brasil realizou um estudo em 2004 com base em inquérito por questionário aos imigrantes brasileiros, que se intitulava “A “segunda vaga” de Imigração Brasileira para Portugal (1998-2003)”, que foi publicado mais tarde numa compilação de estudos sobre a imigração brasileira (Casa do Brasil, 2007), e que já tinha sido divulgado em sessões públicas anteriormente. De aí em diante, os estudos sobre imigração brasileira [por exemplo, Padilla (2005b) e Peixoto e Figueiredo (2007)] referem-se aos dois períodos e tipos de migração brasileira como “primeira” e “segunda” vagas.

O primeiro foi assinado no Rio de Janeiro no dia 16 de novembro de 1953, tendo-se mantido em vigor – sem prejuízo de adendas ou protocolos adicionais – até 22 de abril de 2000. Nesta data foi assinado o mais recente, em Porto Seguro.

Antes daquele primeiro Tratado já tinha sido assinado em Lisboa, em 1948, o Acordo de Cooperação Intelectual entre Portugal e o Brasil, no dia 6 de dezembro (Decreto-Lei n.º 38: 361, publicado no segundo semestre de 1951), que estará na origem da mobilidade de profissionais qualificados entre os dois países. Nele se estabelecia, no Art.º III “que as Altas Partes contratantes conceder-se-ão mutuamente bolsas de estudo para professores, membros de academias ou institutos literários ou científicos oficialmente reconhecidos, diplomados universitários e técnicos de formação científica, a fim de habilitá-los a fazer trabalhos ou cursos de investigação ou de aperfeiçoamento científico”. No Art.º V, as partes contratantes comprometem-se a empreender esforços para “conceder, na base da mais completa reciprocidade, o máximo de igualdade relativamente à admissão de cidadãos portugueses e brasileiros à matrícula nas Universidades, ao exercício de profissões liberais e à equiparação dos respetivos títulos académicos nos dois países”.

Este Acordo manter-se-ia em vigor por 10 anos (Art.º VIII) e em 7 de setembro de 1966 é assinado, em Lisboa, novo Acordo Cultural entre o Brasil e Portugal. Logo no Art.º I, com o objetivo do estudo, investigação ou pesquisa e difusão da cultura do outro país no seu território, cada Parte Contratante compromete-se a apoiá-lo “promovendo o intercâmbio de pessoas, troca de informações e permuta de material”. Continuando na análise de fatores que podem ser vistos como estímulo à emigração brasileira de profissionais qualificados, o Art.º VII referia que cada Parte Contratante “favorecerá e estimulará o intercâmbio de professores, artistas, cientistas, investigadores ou pesquisadores, técnicos e demais representantes de outras atividades culturais”. A concessão de bolsas de estudo continuava a ser apoiada. E estava prevista a equivalência de estudos no Art.º XIII.

O enquadramento de estudantes e profissionais qualificados é celebrado neste Acordo Cultural de 1966, com a “equivalência de estudos aos nacionais de qualquer dos dois países que tenham tido aproveitamento escolar em estabelecimentos de ensino da outra Parte” (Art.º XIII), e o reconhecimento “para efeito de exercício de profissão em seu território, os diplomas e títulos profissionais idóneos expedidos por institutos de ensino da outra Parte e desde que devidamente legalizados e emitidos em favor de nacionais de uma ou da outra Parte” (Art.º XIV). Embora tenha sido alvo de sucessivas referências no caso específico dos dentistas, alegadamente por estar a ser incorretamente aplicado, o acordo de facto estabelece aquela condição mas prevê

situações em que sejam necessários ajustamentos curriculares “favorecendo, em caso de inexistência ou diferença de curso, as necessárias adaptações para o mais próximo” (art.º XIV). O Acordo teve um Protocolo Adicional assinado em 22 de abril de 1971 para clarificar alguns aspetos do Art.º XIII, nomeadamente porque a estrutura de ensino não era semelhante em ambos os países.

O elevado contingente de estudantes e profissionais qualificados entre brasileiros com autorização de residência no final dos anos 1980, início dos anos 1990 (Pinho, 2001), teve estas cláusulas dos acordos como condições possibilitadoras e de seleção, de alguma forma, se considerarmos a canalização de informação entre os migrantes com estas características enquanto fator importante de explicação da seletividade ocupacional (Johnson e Salt, 1990: 9). A consubstanciar esta afirmação, os dados sobre os reconhecimentos académicos, em meados dos anos 1990, mostravam que os brasileiros eram a única pressão estrangeira consistente sobre o mercado nacional dos quadros (Peixoto, 2001: 164).

O acordo de maior abrangência para a fixação e integração de brasileiros em Portugal seria, contudo – e até ao mais recente Tratado – a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses assinada em Brasília em 7 de setembro de 1971, já mencionada atrás. O indivíduo de nacionalidade brasileira com residência permanente em território português podia requerer o estatuto geral de igualdade referido, através do Decreto-Lei n.º 126/72, de 22 de abril. A aquisição deste estatuto sociojurídico concedia o direito à obtenção de um bilhete de identidade de modelo igual ao que era passado a cidadãos portugueses, contendo a menção da nacionalidade do titular e a referência à Convenção (Art.º 47, n.º 1).

Com este estatuto, era permitido o exercício de atividades económicas e garantidos os direitos ao trabalho (sem a limitação quantitativa dos 10% de máximo de admissão de estrangeiros em empresas portuguesas, de acordo com a legislação então em vigor) e o desempenho de funções nos órgãos de sociedades ou de quaisquer pessoas coletivas. Não era tácita a aquisição de direitos políticos, exigia-se a residência permanente e principal em Portugal há mais de cinco anos, bem como a condição de usufruto dos direitos políticos no Brasil, que então se tornava cessante. No caso do estatuto especial de direitos políticos, permitia-se o acesso a cargos governativos à exceção dos apenas acessíveis a portugueses (como o de Presidente da República). Em qualquer dos casos, mantinha-se a nacionalidade brasileira, este diploma legal não revela qualquer relação com a lei da nacionalidade.

O Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, assinado no Brasil em 2000 entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, mantém-se em vigor. Foi

aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de dezembro. Este Tratado atualiza e conjuga todos os anteriores, nomeadamente os relativos à isenção de vistos, ao estatuto de igualdade de direitos e deveres (geral e específico de direitos políticos, ambos regulados pelo Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho)⁶⁸ e o acordo cultural. Decorrentes deste Tratado, como se referiu, são os acordos que se referem a seguir e que têm interesse para o trabalho.

O Acordo para a Contratação Recíproca de Nacionais (Decreto n.º 40/2003, de 19 de setembro de 2003) constituiu um instrumento importante para que imigrantes brasileiros aqui residentes em situação irregular, e desde que estivessem na posse de um contrato de trabalho, terem regularizado a sua situação. Estabelecia-se, no Art.º 2, n.º 1, que “a tramitação de qualquer tipo de visto, de acordo com a legislação interna do Estado recetor, não deverá ultrapassar o período de 60 dias contados a partir da instrução completa do processo”, assim como se previa a sua prorrogação no território do estado recetor (n.º 2 do mesmo artigo).

Este acordo prevê também, no Art.º 6, n.º 1 que “aos nacionais de ambos os Estados Contratantes serão emitidos vistos adequados, nos termos da legislação em vigor no Estado recetor” e, no n.º 2, estabelece não ser necessário um visto consular obtido no país de origem, pois “o facto de um nacional de um dos Estados Contratantes se encontrar no território do outro Estado Contratante à data da assinatura do presente Acordo é considerado razão atendível para a aceitação de um pedido de visto num posto consular de carreira fora da área da sua residência, desde que aí esteja em situação legal e tenha a sua permanência regularizada no Estado Contratante em que se encontra”. Os brasileiros em situação irregular e nas condições atendíveis dirigiram-se a Espanha para regularizar a sua situação, não tendo sido necessária a deslocação a postos consulares de Portugal no Brasil (como seria necessário numa situação normal). O acordo estabelece que, para estadas superiores, o tempo de concessão dos vistos respetivos não deverá ultrapassar 30 dias a partir da data de aceitação do pedido (n.º 1 do Art.º 2).

Tratava-se, neste caso específico, de um diploma que, na forma de um acordo bilateral que incidiu sobre os imigrantes e a sua integração (Mármora, 2002), previa que as entidades competentes trocavam entre si informação disponível sobre as oportu-

68. Os cidadãos brasileiros que pretendam aceder ao estatuto de igualdade de direitos e deveres ou de direitos políticos, previstos no capítulo 2 do título II do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro em 22 de Abril de 2000, têm de requerê-lo nos termos do diploma referido.

nidades de trabalho e os setores de atividade em que as mesmas existiam, assim como sobre as disponibilidades de mão de obra, a legislação laboral e sobre entrada, permanência e contratação de cidadãos estrangeiros (Art.º 7, Art.º 5 e Art.º 10). Era aplicável aos nacionais que, “mediante contratos validados pelos órgãos competentes do Estado recetor, se desloquem ao território deste Estado, por períodos limitados de tempo, para aí desenvolverem uma atividade profissional por conta de outrem” (Art.º 2, n.º 1).

O Acordo Sobre a Facilitação de Circulação de Pessoas (Decreto n.º 43/2003, de 24 de setembro de 2003) volta a estabelecer a isenção de vistos para os cidadãos de um país que visitem o outro, por um período de 90 dias e para fins artísticos, culturais, científicos, empresariais, de estágio académico, jornalístico, desportivo ou turístico (n.º do Art.º 1 do Decreto n.º 43/2003 de 24 de setembro), sem que possam exercer uma atividade profissional (n.º 4 do Art.º 1).

A preocupação com a imigração irregular tem como exemplo o Acordo Sobre a Cooperação Para a Prevenção e Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes assinado entre o Brasil e Portugal (Decreto n.º 42/2003, de 20 de setembro de 2003).⁶⁹ Ambos os países são signatários do Protocolo contra o Tráfico de Migrantes por Terra, Mar e Ar, adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. O acordo estabelece o “objetivo de intercâmbio de experiências, informações e demais formas de cooperação para controlo de fluxos migratórios, com o objetivo de promover a prevenção e a repressão do tráfico ilícito de migrantes” (Art.º 1) e “cooperação na área da formação, concretamente para desenvolvimento de ações de formação teórica e prática em matérias relacionadas com o controlo de estrangeiros e a circulação de pessoas, nomeadamente “a) sistemas jurídicos e práticas processuais; b) sistemas informáticos, com ênfase em bancos de dados e fluxo de informações; c) documentação falsa e ou falsificada; d) procedimentos para deteção de pessoas em situação migratória irregular” (Art.º 2). Também se estabelece o “intercâmbio de experiências relativas aos procedimentos de fiscalização migratória nos seus postos mistos e nos seus controlos móveis de fronteiras com

69. Uma nota final para referir que, no que ao tráfico diz respeito, o Diretor Central de Investigação e Análise de Informação do SEF em 2008 nos informou que não é a este crime que, a existirem redes formais e organizadas com estas características a partir do Brasil, se dedicam. Segundo ele, o mesmo já não se poderá dizer no que respeita a falsificação de documentos e aconselhou-me a fazer uma pesquisa de notícias sobre esse tema na Internet. No dia 27 de Abril de 2008 eu fiz essa pesquisa no Google com “rede de falsificação de documentos” e apareceram 109 referências só em “páginas de Portugal” e aparecem apenas 30 efetivas (porque omitem semelhantes). Várias notícias referem “várias nacionalidades” mas a brasileira aparece sempre que listam alguma dessas.

os Estados Partes e associados do Mercosul e com os Estados membros da União Europeia” (Art.º 3).

As dimensões incluídas nos acordos referidos permitem afirmar que estes se tratam, na prática, de instrumentos de enquadramento do desenvolvimento da migração brasileira, quer quanto ao seu volume e composição, quer no que respeita às condições de integração dos brasileiros.

5. IRREGULARIDADE E REGULARIZAÇÕES DOS MIGRANTES

O tema das políticas de regulação de migração imbrica-se, no caso da emigração de nacionais de países terceiros para a Europa, e na que aqui está em estudo em particular, com o do crescimento da migração irregular. A tendência europeia e portuguesa de restrição imigratória dos anos 1990, em conjunto com os fatores facilitadores dos acordos bilaterais, associam-se no contributo para o aumento da imigração irregular através da extensão da estadia para além do prazo regulamentar dos vistos, com o auxílio de redes de migração em diversas modalidades.

A política de migração em Portugal veio a reconhecer a existência da atividade das redes de migração, ao legislar sobre o auxílio à imigração ilegal, angariação de mão de obra e exercício ilegal de atividade profissional, em parte também devido a orientações resultantes da convergência europeia a este respeito (Wenden, 2004). Foi no articulado do regime das autorizações de permanência que se introduziu a penalização da angariação de mão de obra ilegal. No Art.º 136-A (Decreto-Lei 4/2001, de 14 de fevereiro) é estabelecido que a intenção de obtenção de enriquecimento ilegítimo para si ou para terceiro, através do aliciamento ou angariação com o objetivo de introduzir no mercado de trabalho cidadãos estrangeiros não habilitados com autorização de residência, autorização de permanência ou visto de trabalho terá punição com prisão de um a quatro anos, e a forma reiterada de prática destes crimes será punida com prisão de dois a cinco anos.

Da mesma forma, será punido quem favorecer ou facilitar a entrada irregular de cidadão estrangeiro com prisão até três anos, e de um a quatro se houver intenção lucrativa (Art.º 134). A fundação de grupo, organização ou associação com o fim da atividade referida, será punido com prisão de um a cinco anos, e de dois a oito anos se chefiar estes grupos (Art.º 135).

No entanto, as especificações normativas têm sido cada vez maiores, como o comprova o n.º 3 do Art.º 183 da Lei n.º 23/2007. Na legislação atualmente em vigor, é

crime punível com prisão até três anos quem favorecer ou facilitar (ou tentar) seja de que forma a entrada ou trânsito ilegais de cidadão estrangeiro em território nacional (Art.º 183, n.º 1) e, havendo intenção lucrativa nessa entrada, permanência ou trânsito ilegais, é punida com pena de prisão de um a quatro anos (n.º 2). Se para tais finalidades, houver transporte ou manutenção do cidadão estrangeiro em condições desumanas ou degradantes ou pondo em perigo a sua vida ou causando-lhe ofensa grave à integridade física ou morte, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos (n.º 3).

Para quem fundar grupo, organização ou associação cuja atividade seja dirigida à prática dos crimes enunciados, a pena é de um a seis anos de prisão (Lei n.º 23/87, Art.º 184, n.º 1), assim como para quem fizer parte destes grupos, organização ou associações (n.º 2). Quem chefiar tais grupos incorre na pena de prisão de dois a oito anos (Art.º 184, n.º 3).

Também do que ficou exposto, a irregularidade da migração pode ser analisada de acordo com uma tipologia com três dimensões: na entrada, na residência e no trabalho (Broeders e Engberson, 2007). É desta forma que se organiza a exposição da questão da irregularidade. Em seguida, apresentam-se algumas das possibilidades de regularização que se colocaram aos estrangeiros residentes em Portugal, e aos brasileiros em particular, que estivessem em condição irregular.

Sobre a (ir)regularidade da entrada

Para entrar em território nacional, os cidadãos estrangeiros em geral devem ser titulares de visto válido e adequado à finalidade da deslocação concedido nos termos da lei (n.º 1 do Art.º 10 da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho), mas também é estabelecido que podem entrar no país sem visto os estrangeiros que beneficiem dessa possibilidade nos termos de convenções internacionais de que Portugal seja parte (ou, claro, quem já tenha um título de residência). As leis anteriores que enquadraram o desenvolvimento do fluxo migratório mais recente não eram diferentes a este respeito.

Além deste requisito, são ainda necessários documentos de viagem, passaporte válidos e meios de subsistência suficientes para o período da estada e para a viagem para o país no qual a sua admissão esteja garantida (quando Portugal é o país de trânsito), cujos valores *per capita* são fixados por portaria dos Ministros da Administração Interna e do Trabalho e da Solidariedade Social, “os quais podem ser dispensados aos que provem ter alimentação e alojamento assegurados durante a respetiva estada” (n.º 1 e n.º 2 do Art.º 11 da Lei n. 23/2007, de 4 de julho). No Art.º

12 refere-se que o nacional do Estado terceiro pode apresentar, em alternativa aos meios de subsistência, um termo de responsabilidade subscrito por cidadão nacional ou estrangeiro habilitado a permanecer regularmente em território nacional, assegurando as condições de estada em território nacional e a reposição dos custos de afastamento em caso de permanência ilegal.⁷⁰

Ora, o Brasil é precisamente um dos países com os quais Portugal é parte em convenções internacionais que isentam de visto a entrada no seu território. Desde pelo menos os anos 1960 que os brasileiros em Portugal e os portugueses no Brasil não necessitam de visto de entrada para permanência de curta duração em território nacional – nomeadamente para fins turísticos – sendo-lhes vedada a possibilidade de exercício de atividade profissional sem visto adequado (o visto de residência; no passado a autorização de permanência foi válida).

No âmbito dos acordos enunciados atrás, consta num Aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, de 13 de setembro de 1960, que tinha sido concluído um Acordo de vistos por troca de notas entre os governos português e brasileiros, segundo o qual “aos cidadãos brasileiros, seja qual for o país de domicílio ou residência, munidos de passaporte válido, expedido pelas autoridades competentes do seu país, será permitida a entrada em território português para permanência não superior a seis meses, em viagens de trânsito, negócios ou recreio, sem necessidade de visto consular”. Nele se acrescenta que continua a ser exigido visto consular para os cidadãos que entrem em qualquer dos países para aí estabelecerem residência definitiva ou exercerem qualquer atividade profissional.

Vigorava este acordo quando se desenvolveu o fluxo de migração brasileira para Portugal nos anos 1980 e quando a legislação portuguesa foi adaptada à Convenção de Schengen. Em 15 de abril de 1996 foi assinado novo Acordo com o Governo da República Federativa do Brasil relativo à Isenção de Vistos para titulares de passaportes válidos de ambos os países (Decreto n.º 24/96 de 7 de setembro). Nele se alargava a isenção de visto em visitas com objetivos culturais ou jornalísticos

70. A introdução da responsabilidade no pagamento dos custos de afastamento foi feita no Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro, bem como todo o artigo referente ao termo de responsabilidade. No Decreto-Lei anterior, o n.º 244/98, de 8 de Agosto, continha, no Art.º 14 relativo aos meios de subsistência, no n.º 2, que estes podiam ser dispensados “aos que provem ter alimentação e alojamento assegurados durante a respetiva estada”, o que parece mais informal do que na atualidade e não responsabilizava financeiramente pela irregularidade.

(Art.º 1), com possível prorrogação que não pode ultrapassar o limite de 90 dias (Art.º 2) e fica vedado “aos beneficiários deste Acordo, o exercício de atividades profissionais cuja remuneração provenha de fonte pagadora situada no país de ingresso” (Art.º 3).

Em 2003, o decreto de facilitação de circulação de pessoas, decorrente do Tratado de 2000, estabelece a isenção de vistos para estadas com fins artísticos, de estágios e futebolísticos, anteriormente não explicitados desta forma. No restante, e como já havia sido enunciado, mantém-se a isenção de visto de turismo para os brasileiros que entrem em Portugal sem pretender exercer atividades profissionais (Decreto n.º 43/2003 de 24 de setembro).

Assim, desde que não se enquadrem nas categorias de recusa, é permitida a entrada aos cidadãos brasileiros quando se apresentem nos controlos de fronteira com passaporte válido, meios de subsistência (ou, em alternativa, termo de responsabilidade), e intenção de permanecer até 90 dias em Portugal. Não pode ser recusada a entrada quando não haja suspeitas de que a estada vai ser superior ao período regulamentar de turismo, ou de que a finalidade da estada vai ser diferente da que está subjacente à isenção de visto, sob pena de pôr em causa direitos humanos que permitem a liberdade de mobilidade. E a maior mobilidade de pessoas é a de turismo, não a de migrações internacionais.⁷¹ Se, depois de cá estarem, excederem o período de permanência e/ou exercerem atividade profissional sem autorização prévia e com documentação adequada, os cidadãos passam a ser imigrantes irregulares e deixam de ser turistas.

Sucessivas regularizações foram dando conta de contingentes elevados de brasileiros nas condições enunciadas e, seguindo as regulamentações da lei de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros em Portugal, foram atribuídas autorizações de residência com dispensas de visto respetivo.

O recurso a redes nas atividades de auxílio à imigração ilegal e de recrutamento de mão de obra ilegal (com graus diversos de organização) terá sido, portanto, relativamente facilitado pela própria legislação, ainda que de forma indireta. Em seguida expõem-se alguns elementos que contribuem para demonstrar uma das formas de estas redes contornarem políticas com o objetivo de, curiosamente, também as controlar.

71. Em entrevista concedida, Joaquim Oliveira, então Diretor Central de Investigação e Análise de Informação do SEF, referiu, em 2008, que o tráfego entre Brasil/Lisboa correspondia a seis a oito ligações diárias com uma média de 250 pessoas cada, sendo este o cenário do controlo de fronteira para esta população em particular.

Reportando-nos aos anos 1990, mas também ao início dos anos 2000, era possível o seguinte panorama relativo à entrada de brasileiros não habilitados legalmente para trabalhar em Portugal, mas com objetivo de o virem a fazer (de forma irregular): com bilhete de ida e volta, dinheiro para a estada e uma morada de um hotel ou, em alternativa, tendo alguém à sua espera para se responsabilizar pela sua entrada ou uma carta em que comprova que alguém se assegura pela sua subsistência, o cidadão (candidato a imigrante) brasileiro entrava em Portugal (com isenção de visto). Já no território português, era possível fazer-se o encaminhamento do imigrante para o mercado de trabalho, através de contactos interpessoais, existindo posteriormente o exercício ilegal da atividade e o risco de pagamento de coimas relativas (além de coimas pela permanência ilegal) e até à eventual expulsão. Quem auxiliasse ou se associasse para auxiliar, incorria também em coimas e até pena de prisão (a partir de 1993 contemplada na legislação, como já foi referido atrás).

Uma reportagem sobre brasileiros “clandestinos”,⁷² em 2000, alertou para a questão em análise, utilizando o testemunho de um brasileiro:

Durante quatro meses, no Brasil, sem emprego, recebeu os telefonemas dos amigos que tinham conseguido entrar em Portugal. “Diziam: “Você não vai ter trabalho, já que está à toa, tenta novamente”. Agosto de 99, Cláudio apanhou um voo da SpanAir para Madrid com ligação a Lisboa (...). Em oito dias, graças aos amigos, estava a trabalhar numa obra, a 700 escudos a hora, sete contos por dia, mais em dois dias do que um salário mínimo no Brasil.

Alguns agentes/intermediários (*broker*) (Boissevain, 1974) das redes de auxílio à migração são perfilados na reportagem em causa, desde quem lhe vende o bilhete, à pessoa que o esperava (ao, então ainda candidato a, imigrante):

Fábio tentou seguir à risca as instruções do dono da agência que lhe vendeu a passagem aérea. “Ele explica tudinho, já dá um papel assinado para preencher e entregar à emigração. Ele diz: Logo que entre no aeroporto, você não conhece ninguém, no avião não fala que vai trabalhar, só fala que vem passear, vai para um hotel”.

Como o vaivém é constante, quem entra passa rapidamente a ser assediado por conterrâneos que procuram informações, contactos, um primeiro abrigo em Portugal

72. “Brasileiros na clandestinidade”, de Nuno Ferreira e Adriano Miranda, Revista *Pública*, 21 de Maio de 2000.

ou apenas que os esperem no aeroporto. A espera dos voos vindos do Brasil já se transformou num ritual intenso para muitos.

Os inspetores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras não podiam impedir a entrada a quem cumprisse os requisitos de entrada em Portugal, nem aos turistas – sem visto, no caso dos brasileiros.⁷³ Mas o exercício da sua atividade profissional de inspetor também passa por tentar recolher, através do discurso e em outros sinais, evidências de haver, ou não, intenções de trabalhar (sem o visto adequado para o efeito). A preparação para a lista das perguntas e respostas possíveis, e o comportamento a ter durante eventual interrogatório, é uma área onde as redes exercem (e tê-lo-ão feito, como atesta aquele testemunho acerca do dono da agência) uma função importante, como também foi referido por entrevistados a propósito dos procedimentos aquando da venda dos bilhetes para a viagem (ver no capítulo seguinte).

É em Portugal que mais se impede a entrada de brasileiros, de acordo com o que nos foi referido pelo então Diretor Central de Investigação e Análise de Informação do SEF, entrevistado em 2008, e com informação veiculada na imprensa. Será por essa razão que os brasileiros mais escolhem Espanha (mas também outros países) para entrar em Schengen (Kellen, 2005), usufruindo da liberdade de circulação, país onde a preocupação com a irregularidade recai sobre os viajantes originários dos países com os quais existe uma ligação histórica, a América Latina de língua espanhola.

Em artigo de jornal de 2008 pode ler-se que, segundo um relatório elaborado pelo Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, tem diminuído o número dos que têm sido impedidos de entrar em Portugal mas “em simultâneo, aumenta o número de brasileiros barrados em Espanha”.⁷⁴ No mesmo artigo se refere que os espanhóis justificam a alteração da rota dos brasileiros por razões linguísticas – o diretor também o disse – uma vez que em aeroportos dos países onde não se fala a língua portuguesa é expectável que não venham a existir extensos interrogatórios e, a haver algum, é mais fácil ludibriar o interlocutor. Nesses interrogatórios, apenas as condições objetivamente confirmáveis, como a falta de dinheiro para a estada, ou do bilhete de ida e volta, são razões para impedir a entrada. Uma característica

73. Broochmann (1999a) refere que o visto de turismo é um furo no sistema no que se refere à política migratória, porque os países precisam de turismo e as exigências para aquisição de visto tornam-no difícil em cenários em que as desconfianças de imigração existam. No caso de Portugal, não sendo preciso visto para objetivos de turismo a partir do Brasil, e por condições que se devem a reciprocidade, é na fronteira que parte do controlo tem de ser feito.

74. “Brasileiros entram na UE por Espanha para tornear “rispidez” de autoridades portuguesas”, por Nuno Amaral, Rio de Janeiro, no Público de 24 de Março de 2008, página 6.

associada à fragilidade das fronteiras internas das Comunidade Económica ou da área de Schengen é a falta de incentivo para apreensão de imigrantes ilegais nos países de trânsito dentro da Comunidade Europeia que aqueles atravessam Boswell (2003).

Desde o 11 de setembro a fiscalização dos imigrantes aumentou muito em virtude de controlos mais restritos de fronteiras. Os migrantes não autorizados ganharam mais visibilidade. O Diretor Central de Investigação e Análise de Informação do SEF, Joaquim Oliveira, referiu na entrevista já citada que havia brasileiros, no fim dos anos 1990, a ir para os EUA a partir de Portugal já depois de legalizados (pedindo visto de turismo a partir de Portugal). Segundo um testemunho informal de uma brasileira da minha rede pessoal, em 2003 teria pedido visto para ir de visita aos EUA e, como só detinha, ainda, autorização de permanência (e não de residência) e não era casada, consideraram que ela pretendia ir trabalhar e não lho concederam. O desvio dessa rota também é referido por outros autores (Bógus, 2007).

A irregularidade na residência

A permanência de brasileiros a viver e a trabalhar em Portugal, além dos 90 dias, é o que constitui, concretamente, a migração irregular brasileira. Entrar sem visto e ter a *intenção* de ficar a residir já constitui uma irregularidade, *trabalhar* ainda durante os 90 dias em que apenas se é turista também, mas o indicador da irregularidade é inequivocamente o de estar em Portugal a *residir* (independentemente do tempo) sem deter o visto adequado.

Residente legal era, até 2003, o estrangeiro habilitado com um título de residência válido. Desde 2001 havia a figura da “autorização de permanência”, que podia ser renovada duas vezes até à obtenção de autorização de residência, os seus detentores eram considerados “residentes”. Assim como o eram quem detinha vistos, de trabalho ou outros.

Em 2003, o Art.º 3 do Decreto-Lei n.º 34/2003 veio a definir como residente “o estrangeiro habilitado com título válido de *autorização de residência* em Portugal”, o que tornava não residentes quem possuía outros títulos legais e válidos de *residência*,⁷⁵ exemplificando um tipo de controlo interno implícito (Brochmann, 1999a; Mármora, 2002), que cria categorias de imigrantes às quais se veda o acesso a direitos de residente, discriminando-as. Este diploma segue-se ao que criou a autorização de

75. Itálicos acrescentados.

permanência e veio a revogá-la, tendo criado, durante uns anos – enquanto se davam as renovações até à obtenção de autorização de residência – imigrantes excluídos de direitos de residente.

De acordo com o que se encontra em vigor à data da escrita destas linhas, é definido como residente legal o cidadão estrangeiro habilitado com título de residência em Portugal, de validade igual ou superior a um ano (Art.º 3, alínea p, Lei n.º 23/2007 de 4 de julho) e o título de residência é o documento emitido de acordo com as regras e modelo uniforme em vigor na União Europeia ao nacional de Estado terceiro com autorização de residência (alínea r do mesmo artigo).

Seguindo a tendência europeia é introduzida a categoria de “residente de longa duração”, (transpondo uma diretiva europeia correspondente), com benefícios de igualdade de tratamento perante os nacionais, nos termos da Constituição e da lei (Art.º 133), cujos beneficiários podem ser os nacionais dos estados terceiros que residam legalmente no território nacional e que preencham as condições estabelecidas para a sua concessão (Art.º 125), como, entre outras: ter residência legal e ininterrupta em território nacional durante os cinco anos imediatamente anteriores à apresentação do requerimento; dispor de recursos estáveis e regulares que sejam suficientes para a sua subsistência e a de seus familiares, sem recorrer ao subsistema de solidariedade; ser beneficiário de um seguro de saúde; ter alojamento; e demonstrar fluência no português básico (Art.º 126, n.º 1, alíneas a, b, c, d, e da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho).

Em consonância com as preocupações relativas à migração ilegal, é introduzida a possibilidade de atribuição de autorização de residência às vítimas de tráfico de pessoas ou objeto de ação de auxílio à imigração ilegal, desde que cooperem com as autoridades (secção V da Lei n.º 23/2007 de 4 de julho), que não tenham entrado legalmente no país ou não preencham as condições de concessão de autorização de residência, após um prazo de reflexão que lhe permita “recuperar e escapar à influência dos autores das infrações em causa” (Art.º 111).

Procede-se à simplificação de títulos de residência e, com o diploma em vigor à data de escrita destas linhas (o de 2007), são atribuídas, de acordo com o previsto no Art.º 217, autorizações de residência aos titulares de visto de trabalho, de autorização de permanência, de visto de estada temporária para o exercício de uma atividade profissional subordinada, prorrogação de permanência habilitante do exercício de uma atividade profissional subordinada e de visto de estada concedidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 244/98, procedendo no termo de validade desses títulos à sua substitui-

ção por títulos de residência, e sendo aplicáveis, consoante os casos, as disposições relativas à renovação de autorização de residência temporária ou à concessão de autorização de residência permanente.

A (ir)regularidade do trabalho

A prestação de trabalho subordinado em território português por parte de cidadãos estrangeiros está sujeita às normas de regulamentação da Lei n.º 20/98 de 12 de maio e carece, de forma geral, de visto adequado (de trabalho e, mais recentemente, de residência).

Na legislação mais recente sobre a permanência de estrangeiros houve uma simplificação normativa dos procedimentos para concessão do visto de trabalho que vem, aliás, da consideração da existência de algumas lacunas a este respeito, como chegou a reconhecer o diretor do SEF, Jarmela Palos, em entrevista ao Público em 2005.⁷⁶

Deste modo, os vistos de trabalho deixam de existir enquanto designação, para fazerem parte de uma categoria especial de vistos de residência que se destinam ao “exercício de atividade profissional subordinada” (Art.º 59), ao “exercício de atividade profissional independente ou para imigrantes empreendedores” (Art.º 60) e a “atividade de investigação ou altamente qualificada” (Art.º 61) (Lei n.º 23/2007, de 4 de julho). De acordo com o que se pode ler no Decreto Regulamentar n.º 84/2007, e seguindo a tendência europeia para uma maior seletividade da migração, foi “simplificado o regime de concessão de autorização de residência a investigadores, docentes do ensino superior e outros cidadãos altamente qualificados que pretendam desenvolver a sua atividade em centros de investigação, estabelecimentos de ensino superior ou outras entidades que acolham atividades altamente qualificadas, públicas ou privadas, nomeadamente empresas”.

De acordo com a regulamentação, o processo de concessão de visto de residência para o exercício de trabalho por conta de outrem é enquadrado pela determinação de uma quota anual de oportunidades de emprego que sejam excedentes em relação às vagas preenchidas por cidadãos nacionais, cidadãos comunitários ou estrangeiros

76. O diretor do SEF admitia, em entrevista de 29/08/2005, ao Público, por Ricardo Dias Felner (“Diretor do SEF diz que lei de admissão de imigrantes é “falhanço rotundo”) que a lei de imigrantes falhava porque pressupunha que houvesse um vínculo laboral estabelecido previamente à vinda do imigrante para Portugal, entre alguém que nunca viu a pessoa com quem vai trabalhar (trabalhador) e alguém que não conhece as qualidades do trabalhador que contrata (empregador).

residentes em Portugal. A finalidade consiste no ajustamento das ofertas de emprego com o potencial e qualificações de mão de obra estrangeira, e de cooperação com os países de origem dos fluxos migratórios na sua melhor gestão (Decreto Regulamentar n.º 84/2007).

De acordo com o Art.º 59 da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, a definição do número global de vagas não preenchidas pelos trabalhadores referidos deve constar de resolução de Conselho de Ministros, que resulta de um parecer prévio da Comissão Permanente da Concertação Social, podendo existir setores ou atividades em que essas necessidades não se verifiquem (n.º 2).⁷⁷ O IEFP deverá manter um sistema de informação permanentemente atualizado e disponível ao público através da Internet, com a indicação destas vagas e divulgá-las junto das embaixadas e postos consulares de carreira portugueses (n.º 4). A atribuição do visto depende de contrato ou promessa de contrato de trabalho ou, muito importante no que significa para a agilização do processo de obtenção de visto, da condição de que “possuam habilitações, competências ou qualificações reconhecidas e adequadas para o exercício de uma das atividades abrangidas pelo número anterior e beneficiem de uma manifestação individualizada da entidade empregadora” (n.º 5). O IEFP envia para as entidades empregadoras as candidaturas feitas nestes termos (n.º 6). Prevê-se que excepcionalmente possam ser concedidos vistos quando se exceda o contingente, a quem tenha contrato e prove que a oferta não foi preenchida pelos trabalhadores a quem se destinam prioritariamente (n.º 7). O IEFP elabora um relatório semestral sobre a execução da política (n.º 8) e a concessão é comunicada no prazo de 5 dias (n.º 9) (Art.º 59).

Esta simplificação normativa contraria o que havia acontecido nos diplomas anteriores, nomeadamente com a multiplicidade de vistos e com a necessidade de parecer por parte do IEFP.

Fazendo uma resenha da política anterior a este respeito, é possível concluir-se que se passa de uma quase ausência normativa, para uma regulação da imigração pelo mercado de trabalho e para um estreitamento das vias legais de acesso à imigração. Pela análise da figura do visto de trabalho é possível destacar alguns elementos que confirmam esta transformação.

77. Na Resolução de Conselho de Ministros n.º 28/2008, de 15 de Fevereiro, tendo em conta estimativas de necessidade de mão de obra até ao final do ano, é estabelecido o limite de atribuição de 8.500 vistos de residência. Na Resolução de Conselho de Ministros n.º 50/2009, de 16 de Junho, determinam-se 3.800 vistos de residência como limite a atribuir até ao fim do ano.

Embora sem serem especificados os procedimentos de obtenção, estava previsto, em 1981, no capítulo sobre vistos concedidos em território nacional, no Art.º 16 (Decreto-Lei n.º 264-B/81), que “sem prejuízo de regimes especiais contemplados em acordos ou tratados, os estrangeiros que pretendam exercer uma atividade profissional no país terão de obter um visto prévio de trabalho”. No mesmo capítulo, no Art.º 15, estabelecia-se que “os estrangeiros que pretendam fixar residência no país e não seja titulares do respetivo consular terão de solicitar um visto para esse efeito até trinta dias antes de expirar o período de permanência que lhe foi concedido”. Conclui-se desta leitura que, durante a década de 1980, embora o início de exercício de atividade profissional pudesse constituir uma infração pelos imigrantes, antes de regularizada a sua situação de permanência no país, não havia um enquadramento legal elucidativo nem fortemente penalizador (para empregado ou empregador). As coimas por trabalhar ilegalmente eram pagas apenas pelo imigrante, e eram de 1.000 escudos (5 euros, se feita a conversão simples à data anterior à passagem para o euro).

Na legislação de 1993 (Decreto-Lei n.º 59/93), que veio a vigorar durante os primeiros anos de harmonização europeia, aparece mais desenvolvida a figura do visto de trabalho. Como visto consular, permitia ao seu titular a atividade profissional que tenha justificado a sua concessão, por conta própria ou por conta de outrem (Art.º 18). Só podia ser concedido com o parecer favorável da Inspeção-Geral do Trabalho, individualmente ou respeitar a um determinado setor profissional, “tendo em conta condicionalismos de índole regional ou local” (Art.º 26). Era temporário, válido para duas entradas no país e podia ser concedido até ao limite de 90 dias de permanência (Art.º 18), podendo ser prorrogado até ao limite de 60 dias (Art.º 32).

A revogar este diploma, e no âmbito de uma União Europeia com liberdade de circulação de pessoas, o Decreto-Lei n.º 244/98 de 8 de agosto vincula ao território nacional a validade do visto de trabalho, atribui aos postos consulares a sua concessão, e estabelece o prazo de validade para permanência até um ano (Art.º 36). A atividade podia ser por conta de outrem ou por conta própria, apenas permitindo ao seu titular exercer a atividade que justificara a sua concessão.

A grande novidade do Decreto-Lei n.º 244/98 de 8 de agosto são os quatro tipos de vistos de trabalho, dependendo da atividade profissional (Art.º 37): no âmbito do desporto (tipo I); no âmbito dos espetáculos (tipo II); independente no âmbito de uma prestação de serviços (tipo III); e para exercício de uma atividade profissional assalariada (IV). Os vistos III e IV careciam de consulta prévia ao SEF (Art.º 40), mas excepcionalmente o visto de exercício de atividade independente poderia dispensá-la,

em casos urgentes e fundamentados. Também havia uma modalidade de visto de residência para exercício de atividade profissional. Os trabalhadores assalariados só podiam ser admitidos em território português para efeitos de emprego por um período inicial não superior a dois anos (Art.º 42).

O visto de residência para exercício de atividades assalariadas e o visto de trabalho IV só podiam ser atribuídos com parecer favorável do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT) (Art.º 43). De acordo com a regulamentação deste Decreto-Lei, no caso do visto de residência para atividades assalariadas, a apresentação do pedido de visto só poderia ser feita depois de o empregador comunicar ao Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) a existência de uma oferta de emprego, e depois de obtido parecer favorável do Instituto do Desenvolvimento e Inspeção das Condições de trabalho (IDICT) (Art.º 12, n.º 4, Decreto-Lei n.º 65/2000) de 26 de abril. O mesmo se aplicava ao pedido de visto de trabalho para atividade profissional assalariada (Art.º 14 do Decreto-Lei n.º 65/2000).

O regime das autorizações de permanência, criado em 2001, veio a ser o único visto de trabalho (desde que são claros os procedimentos para o obter) facultado em território nacional. A Lei n.º 27/2000 de 8 de setembro já autorizava o governo a legislar sobre a matéria e nela se estabelecia “a criação de um regime de autorização de permanência que permita aos cidadãos estrangeiros permanecer e trabalhar legalmente em Portugal” (Art.º 2, alínea e). As condições previstas seriam o Governo elaborar, através de Parecer do IEFP, e ouvidas as associações patronais e sindicais, um relatório onde constasse a previsão anual de oportunidades de trabalho e dos setores de atividade em que as mesmas existissem, permitindo o visto de trabalho, ao seu titular, o exercício de uma atividade que constasse na lista referida. Enquanto o referido relatório não estivesse feito, podia ser autorizada a permanência a cidadãos estrangeiros que não fossem titulares de visto adequado, desde que reunissem as condições legais. Aprovado o relatório em causa, a emissão de autorizações de permanência far-se-ia nos termos decorrentes do mesmo. Neste diploma mantinham-se essencialmente as mesmas especificações relativas aos quatro tipos de vistos de trabalho já existentes.

No Decreto-Lei 34/2003, de 25 de fevereiro é criado um novo visto de trabalho (II), “para exercício de uma atividade de investigação científica ou atividade que pressuponha um conhecimento técnico altamente qualificado, em ambos os casos devidamente comprovadas por entidade pública competente” (Art.º 37, alínea b). O visto de trabalho I junta os que anteriormente eram o I e o II, ou seja, “para exercício de uma

atividade profissional no âmbito do desporto ou no âmbito dos espetáculos” (Art.º 37). Mantém-se a necessidade do parecer favorável para a concessão dos vistos para exercício de uma atividade profissional.

Pretendiam-se criar medidas para a promoção da imigração legal, mas na prática existia a sua dificultação. A fixação de um limite máximo anual imperativo de entradas em território nacional de cidadãos dos estados terceiros era estabelecida plurianualmente pelo governo com base em procedimentos morosos e burocráticos, como o parecer do Instituto do Emprego e Formação Profissional e após audição das Regiões Autónomas, da Inspeção-Geral do Trabalho, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, das confederações patronais e sindicais e do Alto-Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas (atual ACIDI). Nele eram determinados os critérios económicos e sociais para o diagnóstico das necessidades de mão de obra e da capacidade de acolhimento de cada região (Art.º 36 do Decreto-Lei 34/2003 de 25 de fevereiro). Para tal estava previsto que o Instituto do Emprego e Formação Profissional elaborasse trimestralmente um relatório que listasse, por atividade profissional, o número de postos de trabalho já ocupados, e procedesse à verificação sobre se os cidadãos destinatários das propostas de trabalho sobre os quais foram emitidos pareceres os ocuparam (Art.º 41, Decreto-Lei 34/2003 de 25 de fevereiro).

Tudo isto se apresenta consentâneo com a acentuação dos receios acerca da segurança nacional e com a incapacidade do mercado de trabalho em absorver a imigração, como aliás vem plasmado no preâmbulo ao Decreto-Lei, segundo o qual o parecer do IEFP sobre as quotas de entrada em território nacional deveria ter critérios económicos e sociais definidos em congruência com a determinação das necessidades de mão de obra e de capacidade de acolhimento de cada região.

É importante notar que se valorizam as ofertas de emprego essenciais à economia nacional e que revistam uma natureza altamente qualificada ou de interesse científico, ao ponto de ser consideradas mesmo que não estejam prevista no relatório ou que excedam o número de postos de trabalho tidos como necessários, e desde que precedidas de parecer obrigatório favorável do IEFP (Art.º 41, n.º 3). Ou seja, mesmo em contexto genérico de restrição migratória, às migrações qualificadas não se fecham as portas, procedendo-se portanto a uma política de abertura seletiva para compensar a insuficiência local. Segundo Peixoto, “é normal que numa sociedade onde a requisição de qualificações é mais elevada seja maior a procura migratória internacional destes agentes sempre que não exista disponibilidade local adequada” (Peixoto, 2001: 153).

Regista-se, portanto, alguma flexibilidade relativamente às necessidades do mercado de trabalho e da política de imigração, traduzida pelos vistos de trabalho de curta duração e de quotas, que se implementam quando há desemprego recorrente, em especial em setores que têm escassez de mão de obra sazonal e permanentemente, como a hotelaria, a restauração, a construção (Brochmann, 1999a), mas mantém-se a política restritiva geral de imigração.

A simplificação da Lei 23/2007, no que se refere aos títulos de residência onde se inclui o que se adequa ao exercício de atividade assalariada, está representada nas disposições transitórias, onde os pedidos de prorrogação de permanência para o exercício de uma atividade profissional ao abrigo do artigo 71.º do Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de abril, são mudados para pedidos de autorização de residência para exercício de atividade profissional subordinada ou independente, ao abrigo da presente lei, com dispensa de visto (Art.º 217, n.º 3). E prorroga-se a permanência por três meses com o intuito de possibilitar a obtenção de contrato de trabalho ou a comprovação da existência de uma relação laboral, por sindicato ou por associação com assento no Conselho Consultivo ou pela Inspeção-Geral do Trabalho, para efeitos de concessão de autorização de residência nos termos do número anterior (Art.º 217, n.º 4).

Também se estabelece, para o caso específico dos brasileiros, que os pedidos de concessão de visto de trabalho ao abrigo do que ficou assente no Acordo sobre a Contratação Recíproca de Nacionais, no Art.º 6 [os nacionais que estivessem na outra parte contratante à data da assinatura do Acordo (2000), era razão justificável para a aceitação de um pedido de visto num posto consultor de carreira fora da área da sua residência, desde que aí esteja em situação legal e tenha a sua permanência regularizada] se passam para pedidos de autorização de residência, com escusa de visto (Lei n.º 23/2007 de 4 de julho).

Uma nota final para referir as sanções previstas em caso de exercício de atividade laboral ilegal, quer para os trabalhadores, quer para os empregadores. O exercício de atividade profissional independente por cidadão estrangeiro não habilitado com a adequada autorização de residência, quando exigível, é uma contraordenação punível com coima de €300 a €1.200 (Art.º 198). No caso do empregador, fica sujeito, por cada trabalhador, ao pagamento de €2.000 a 10.000 se empregar de um a quatro; de €4.000 a 15.000 se empregar de 5 a 10; de €6.000 a 30.000 se empregar de 11 a 50, de €10.000 a 90.000 se empregar mais de 50 (n.º 2, Art.º 198). No n.º 4 prevê-se, ainda, que o empregador ou utilizador do trabalho em regime de prestação de serviços, ou temporário, e o empreiteiro geral, são responsáveis solidariamente pelo pagamento

das coimas, dos créditos salariais decorrentes do trabalho efetivamente recebido, pelo incumprimento da legislação laboral, pela não declaração de rendimentos sujeitos a descontos para a administração fiscal e a segurança social, relativamente ao trabalho prestado pelo trabalhador estrangeiro ilegal, e pelo pagamento das despesas necessárias à estada e ao afastamento dos cidadãos estrangeiros envolvidos (n.º 4, Art.º 198).

E é também responsável solidariamente o dono da obra que não obtenha da outra parte contraente declaração de cumprimento das obrigações decorrentes da lei relativamente a trabalhadores estrangeiros eventualmente contratados (n.º 5). A responsabilidade solidária do empregador pelo trabalho ilegal só foi introduzida na legislação de 2001, Decreto-Lei n.º 4/2001, Art.º 144, na iniciativa política que veio a regular a imigração através da regulação do mercado de trabalho.

A forma de controlar o trabalho ilegal é uma modalidade de controlo interno de migração particularmente relevante no caso da imigração brasileira, uma vez que o controlo da fronteira é feito mas, por via dos vistos não serem exigidos, as fronteiras serem mais permeáveis. E, aliás, alguns autores (Cornellius e Tsuda, 2004; Mármora, 2002) têm chamado a atenção que as penalizações devem exatamente incidir sobre o empregador e sobre quem fornece alojamento, e menos sobre o imigrante. Porque para haver trabalho ilegal é preciso que também haja empregador ilegal.

As regularizações

A idade da inocência migratória (Boswell, 2003), pela qual Portugal terá passado mais tardiamente do que outros países europeus, deu azo, em muitos casos, à constituição de percursos migratórios legais após a obtenção de condições objetivas de estabelecimento, ou tolerou a permanência ilegal depois de excedidos os períodos regulamentares dos diferentes tipos de visto (ou à sua isenção). As permanências irregulares terão sido também alimentadas por expectativas de novas regularizações, pelo menos no caso da imigração brasileira, o que pode ser comprovado nos testemunhos dos entrevistados.

Terá estado na origem dos dois primeiros processos de regularização, nos anos 1990 (Decreto-Lei n.º 212/92, de 12 de outubro e Lei n.º 17/96, de 24 de maio), a perceção da existência de uma política permissiva às imigrações independentes por omissão, pois “a ausência, durante toda a década de 80, de mecanismos de controlo funcionou favoravelmente à entrada de imigrantes, tanto mais quanto os países europeus tradicionalmente recetores já haviam imposto fortes restrições à entrada

de estrangeiros extracomunitários” (Machado, 1997: 22). Foram legalizados 39 mil indivíduos no primeiro processo e 35 mil no segundo, respetivamente em 1992 e 1996 (Peixoto, 2002: 492).

No final dos anos 1990, o novo regime das autorizações de permanência, criado pelo Decreto-Lei n.º 4/2001, veio a constituir-se como uma forma de regularizar quem permanecia irregularmente – em termos migratórios – em Portugal, desde que tivesse um vínculo laboral e, a esse respeito, estivesse regular, com uma entidade empregadora.

A autorização de permanência consistia, na prática, na atribuição extraordinária de um visto de trabalho em território português, e o número das suas concessões veio a revelar o crescimento da imigração proveniente do Brasil, que assim revelava a sua base de recrutamento irregular. No Art.º 55, n.º 4, decretava-se que “a autorização de permanência era concedida até um ano, prorrogável por iguais períodos, não podendo o período total de permanência no país exceder os cinco anos, a contar da data da concessão da primeira autorização”. Ao fim de cinco anos o titular da autorização de permanência poderia obter uma autorização de residência.

Esta lei veio, conjuntamente, redefinir as condições de atribuição de autorização de residência com dispensa de visto respetivo, alargando-as para catorze alíneas no Art.º 87 (e no decreto anterior eram dois números, um deles com duas alíneas) que demonstram a aquisição de experiência política do país em matéria de regulação da imigração, assim como o reconhecimento da irregularidade associada. Dispensam-se, deste modo, de visto de residência para obtenção de autorização de residência, os estrangeiros: familiares de cidadãos nacionais e de cidadãos nacionais dos Estados que fizeram parte do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu (alínea b); que colaborem com a justiça na investigação de atividades ilícitas passíveis de procedimento criminal, em especial criminalidade organizada (alínea f); que exerçam atividades no domínio científico, cultural ou económico que sejam consideradas de interesse fundamental para o país (alínea h); que vivam em união de facto com cidadão português ou residente legal, nos termos da lei (alínea i); que tenham residido legalmente em Portugal durante um período mínimo ininterrupto de dois anos, nos imediatamente anteriores quatro (alínea j); que tenham sido titulares de visto de trabalho durante um período ininterrupto de três anos (alínea n); que tenham sido titulares de autorização de permanência durante um período ininterrupto de cinco anos (alínea o).

Em 2003, o Decreto-Lei n.º 34/2003 de 25 de fevereiro, do governo de coligação PSD-CDS, revogou o regime das autorizações de permanência, considerando-o parte de “medidas avulsas e transitórias” (Decreto-Lei n.º 34/2003: 1339).

No mesmo ano, o acordo assinado pelo presidente Lula enquadrava a regularização dos imigrantes brasileiros que continuavam irregulares em Portugal, desde que acumulassem as três condições de serem detentores de um contrato de trabalho, efetuassem descontos para a segurança social e tivessem entrado antes da data da assinatura (11 de julho de 2003). Para este acordo contribuiu a negociação entre a Casa do Brasil, o poder legislativo e os Ministérios brasileiros da Justiça e das Relações Exteriores (Padilla, 2007a), e foi o único processo de legalização que, até à data, distinguiu imigrantes de uma nacionalidade específica no âmbito da sua aplicação.

O processo tinha como etapas um pré-registo, o pagamento de coima pela entrada ilegal no país, a apresentação do contrato de trabalho e viagem a consulados fora de Portugal – mas que excecionalmente não tinham de ser no país de origem e foi para Vigo, Sevilha ou Madrid que se direcionaram estes procedimentos – para expedição do visto de trabalho através do formulário Schengen. A diferença entre o número de pré-registos (30 mil) e o número de regularizados ao abrigo deste acordo (13.998) (Padilla, 2007a) terá ficado a dever-se a fatores diversos, entre os quais se destacam: as empresas com as quais os imigrantes tinham contrato não cumpriam as normas de segurança e higiene no trabalho (Padilla, 2007a); os imigrantes não cumpriam os requisitos de data de entrada ou não conseguiam comprovar a data de entrada; os imigrantes não tinham dinheiro para pagamento de multas ou para se deslocarem a Espanha.

O Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de abril, que regulamenta o Decreto-Lei n.º 34/2003, veio a possibilitar uma nova regularização de estrangeiros, neste caso novamente generalizada. Esta regulamentação, contida no Art.º 71, definia a possibilidade de prorrogação de permanência aos cidadãos estrangeiros irregulares que se encontrassem inseridos ao mercado de trabalho através da inscrição e efetuação de descontos para a segurança social e para as finanças por um período mínimo de 90 dias até à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 34/2003 de 25 de fevereiro. O requerimento só poderia ser feito depois de um registo prévio junto do então ACIME (depois ACIDI), nos correios.

Todas as regularizações mencionadas, duas delas designadas como extraordinárias que apenas o são do ponto de vista administrativo, são comuns dentro da lógica das migrações ilegais e fazem parte das condições necessárias para que o fenómeno da migração internacional se desenvolva, nomeadamente para colmatar a carência de mão de obra local, em especial nos contextos de políticas restritivas de migração (Mármora, 2002: 338).

Os processos de regularização podem ter subjacentes diferentes objetivos (Mármora, 2002: 339-341). O primeiro processo, em 1992, ocorreu por imperativos de política internacional associados à adesão de Portugal ao Espaço Schengen. O segundo processo de regularização extraordinária ter-se-á devido à percepção de que havia necessidade de um novo processo, quando se contabilizaram os contingentes anteriormente regularizados. Ambos conduziram ao levantamento dos números da migração irregular, objetivo transversal a todos os processos desta natureza (Mármora, 2002).

Nos processos de regularização seguintes, todos eles exigindo que os migrantes tivessem um contrato de trabalho, ou o comprovativo da existência de um vínculo laboral de alguma natureza, o objetivo também é o da regulação e transparência do mercado de trabalho, nomeadamente a eliminação das distorções colocadas pela existência de uma mão de obra disposta a aceitar salários e condições de trabalho piores que as atribuídas aos trabalhadores nacionais. Curiosamente, o estatuto legal atribuído pelas autorizações de permanência poderia ter o efeito perverso do reforço das dinâmicas de desregulação do mercado de trabalho porque o título tinha cinco anos de duração máxima e isso convidava os empregadores a fazerem contratos a termo certo (Pires, 2003: 167). O visto de trabalho que os brasileiros obtiveram com a regularização através do “Acordo Lula” não alterava esta situação, pois não tinha uma validade superior.

À data, a regularização dos estrangeiros apenas se faz ao abrigo de situações excecionais de dispensa de visto de residência. As regularizações extraordinárias ou ao abrigo das regulamentações introduzem enviesamentos às tipologias de migração (Appleyard, 2001), na medida em que os migrantes em situação irregular procuram em que categoria inserir-se para a regularização.⁷⁸

6. OUTRAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: REAGRUPAMENTO FAMILIAR E NACIONALIDADE

As políticas de migração referidas acima enquadram-se no conjunto de políticas de regulação dos fluxos. No que respeita às políticas de promoção da integração, destacam-se aqui o regime de reagrupamento familiar e as leis da nacionalidade, em particular por terem sido objeto de alterações assinaláveis nos últimos anos.

78. Por exemplo, desde a possibilidade do contrato de trabalho, à regularização do filho nascido em Portugal para assim abranger a regularização do próprio enquanto progenitor, passando pelo cônjuge, são possibilidades que se abrem para a regularização do imigrante irregular.

A reunificação familiar é um direito que se prevê à medida que os fluxos migratórios se consolidam. Consiste, essencialmente, na aceitação política de que as migrações temporárias tendem a tornar-se permanentes e são, do ponto de vista do migrante na sociedade de destino, um passo para o reconhecimento de que o “trabalhador convidado” é membro de uma família imigrada.

Pelas razões que subjazem à limitada experiência portuguesa no que à imigração dizia respeito, não se encontrava previsto, nos diplomas de 1981 e de 1993 o direito ao agrupamento familiar, apenas em 1993 veio a constar em resoluções da União Europeia como objeto de harmonização de políticas (Wenden, 2004). É no Decreto-Lei n.º 244/98 de 8 de agosto que primeiro se prevê atender à finalidade de reagrupamento familiar na concessão do visto de autorização de residência (Art.º 39) e se reconhece o direito de reagrupamento familiar aos estrangeiros membros da família de um cidadão residente que com ele tenham vivido noutra país ou dele dependam (Art.º 56), mas, neste caso, à data do pedido “o interessado deve estar habilitado com uma autorização de residência válida, no mínimo, por mais um ano” (Art.º 56, n.º 3).

No Decreto-Lei n.º 4/2001 consta o direito do cidadão residente ao reagrupamento familiar com familiares que residam fora do território nacional, mas também com os que residam já em Portugal (Art.º 56, n.º 1 e 2). No caso de indeferimento do pedido, “deve ser enviada cópia da decisão, com os respetivos fundamentos ao ACIME e ao Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração” (Art.º 56, n.º 5). Os titulares da autorização de permanência criada com o Decreto-Lei n.º 4/2001 podiam ter o acompanhamento de familiares com visto de estada temporária (Art.º 38). Eram aplicáveis nos casos de tratamento médico em estabelecimentos de saúde oficiais ou oficialmente reconhecidos, e para acompanhamento de titulares de vistos de estada temporária nestas condições. Era-lhes vedado o exercício de atividade profissional e podiam ser concedidos para permanências até um ano (Art.º 38).

Em 2003, seguindo a orientação política de restrição migratória que marcou este período, a legislação altera o reagrupamento familiar e passa a exigir, para a sua concessão, uma “real ligação do requerente ao país, nomeadamente a permanência legal durante um certo período de tempo, conforme o previsto em diversas decisões comunitárias” (Decreto-Lei n.º 34/2003: 1339). Apenas depois de residir um ano o imigrante podia requerer o reagrupamento familiar.

O diploma de 2007 transpõe uma diretiva comunitária relativa à reunificação familiar. O cidadão com autorização de residência válida tem direito ao reagrupamento familiar (Lei n.º 23/2007 de 4 de julho, Art.º 98). Num sentido diametralmente diferente

da lei anterior, são agilizados os procedimentos para o reagrupamento familiar, o que pode ser verificado quando se afirma que após a deferência do pedido é “imediatamente emitido ao familiar ou familiares em questão um visto de residência, que permite a entrada em território nacional” (Art.º 64). Foi eliminada a limitação de ter de residir um ano para o requerimento do reagrupamento familiar.

Centrando-nos agora na nacionalidade, os fluxos migratórios com origem no Brasil são abrangidos por três diplomas legais com relevo. Nos dois primeiros, cronologicamente falando, predomina o direito de sangue mas, desde 2007, com a última lei da nacionalidade “pela primeira vez desde 1974 há um reforço dos critérios do direito de solo sobre os direitos de sangue” (Pires e Pinho, 2007: 144).

Se nos reportarmos ao fluxo migratório do início dos anos 1990, vigorava a Lei n.º 37/81, segundo a qual os indivíduos nascidos em Portugal, filhos de estrangeiros, são portugueses apenas no caso em que declarem pretender ser portugueses e os seus pais residam no país há, pelo menos, seis anos (alínea c, n.º 1. Ainda deve ser considerada a alteração feita em 1994 (Lei n.º 25/94 de 19 de agosto) que alarga o período de residência necessário, e faz depender do estatuto legal dos pais a nacionalidade de origem, o que estabelece um princípio de discriminação positiva, pois aquela alínea passa a ter a seguinte redação “residam com título válido de autorização de residência há, pelo menos, 6 ou 10 anos, conforme se trate, respetivamente, de cidadãos nacionais de países de língua oficial portuguesa ou de outros países”. Fica criada uma “dinâmica original da herança dos efeitos de um delito (permanência ilegal em território nacional)” (Pires, 2003: 129).

A aquisição de nacionalidade por naturalização, em 1994, também passa a ter alargado o período até 10 anos para os estrangeiros oriundos de países não lusófonos e, simultaneamente, é também introduzida a discriminação positiva dos países lusófonos. É acrescentada a necessidade de os candidatos comprovarem a existência de uma ligação efetiva à comunidade nacional (n.º 1 do Art.º 6, Lei n.º 25/94).

A outra modalidade de aquisição de nacionalidade, através do casamento, vê aumentado para três anos o período exigível para a atribuição “mediante declaração na constância do matrimónio” (Art.º 3, Lei n.º 25/94).

Por esta altura Portugal estaria, segundo Pires (2003), na fase pela qual já tinham passado os países europeus que tinham em comum (entre si e com este país) valores democráticos, fronteiras estáveis e auto percepção de serem países de imigração, que é a de restrição do acesso à nacionalidade quando se entendeu que esta permitia um acesso fácil à residência desrespeitando as leis de imigração (Weil, 2001).

Na lei da nacionalidade em vigor (Lei Orgânica 2/2006 de 17 de abril) foi reduzido para cinco anos o tempo necessário de residência de estrangeiros para que os seus filhos sejam portugueses de origem (alínea e, n.º 1, Art.º 1) e é acrescentada uma alínea para atribuição de nacionalidade de origem ao filho de estrangeiros quando um dos progenitores tenha nascido em Portugal e tiver residência, independentemente do título (alínea d, n.º 1, Art.º 1).

A nacionalidade por naturalização pode ser concedida depois de residência legal ao fim de seis anos (alínea b, n.º 1, art.º 6) e, aos menores nascidos em Portugal, filhos de estrangeiros, pode ser concedida nacionalidade desde que um dos progenitores resida legalmente há mais de cinco anos ou o menor tenha concluído o 1.º ciclo do ensino básico (alíneas a e b do n.º 2 do Art.º 6). O acesso à nacionalidade é permitido, ainda, “a indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros, que aqui tenham permanecido habitualmente nos 10 anos imediatamente anteriores ao pedido” (n.º 5 do Art.º 6), sem qualquer exigência em termos de títulos legais de residência.

Podemos dizer que atualmente Portugal estará, pelo menos, na transição para a segunda fase da convergência relativa à lei de nacionalidade, que se caracteriza por “todas as disposições legais que não contribuíam para facilitar a integração de imigrantes de segunda e terceiras gerações, foram progressivamente alteradas: o acesso à cidadania foi assim aberto a residentes de longa duração e aos seus filhos” (Weil, 2001: 32-33).

Relativamente à integração de imigrantes pode sublinhar-se que se constitui, no início da segunda década do Século XXI, uma dimensão da política portuguesa de migração com um maior relevo do que cerca de 10 anos antes. A par com o novo regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros e com uma nova lei de nacionalidade, também foi apresentado, em 2007, um plano de integração definido para o triénio seguinte, com o “roteiro de compromissos concretos que afirme o Estado como o principal aliado da integração dos imigrantes” [Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007: 2964-(2)].

Destacam-se, do plano, dois princípios orientadores. O primeiro descreve “uma visão positiva da imigração, que reconhece o seu contributo económico, social e cultural e assume o compromisso pelo bom acolhimento e pela integração plena das comunidades imigrantes na sociedade portuguesa” e realça-se porque contrasta com a lei anterior; o segundo revela que Portugal tem “responsabilidade acrescida na conceção de políticas de integração, enquanto país com uma longa história de emigração e que, por isso, conhece as reivindicações e anseios dos imigrantes nos países de

destino” [Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007: 2964-(3)] e refere-se porque os brasileiros se encontram no topo da lista da população estrangeira residente a quem se dirige esta orientação.

No plano consta um programa com 120 medidas, com a indicação dos ministérios e respetivas competências na execução de cada uma. Prevê-se a criação de uma Rede de Pontos Focais de Acompanhamento que, sob a coordenação do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas,⁷⁹ apresentará ao Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração os relatórios anuais das medidas previstas no Plano.

7. A POPULAÇÃO BRASILEIRA IMIGRADA E A MIGRAÇÃO LABORAL

Depois de caracterizado o contexto do desenvolvimento da emigração brasileira para Portugal, tendo como enfoque os fatores estruturais impulsionadores e as condições facilitadoras e constrangedoras do mesmo, chega o momento da caracterização estatística da população imigrada. Este retrato será desenhado tendo como pano de fundo o conhecimento obtido sobre a migração anterior, e tentando sempre que possível acentuar as particularidades do fluxo que emergiu mais recentemente.

Assim, em primeiro lugar, será feita a comparação das características da população imigrada com as que marcavam a população que veio para Portugal na contracorrente migratória, que passam pela distribuição regional residencial e distribuição das suas nacionalidades. Em segundo lugar, é apresentada a tipologia laboral, através da composição profissional e inserção setorial dos imigrantes. Em terceiro lugar, a análise das estruturas demográficas da população compõem o retrato da população imigrante e permite, conjuntamente com a informação anterior, complementar a configuração da tipologia da migração laboral. Finalmente, apresenta-se um apontamento estatístico sobre remessas enviadas para o Brasil, o qual consolida a caracterização laboral da migração.

A emigração brasileira para Portugal constituiu-se inicialmente como contracorrente da emigração portuguesa para o Brasil até ao princípio dos anos 1990, quando se intensificou (Pinho, 2001; Pinho, 1993), seguindo a lei estabelecida por Ravenstein no fim do séc. XIX, de que cada corrente migratória produz uma contracorrente compensatória (Ravenstein 1887: 287), neste caso com materialização no retorno de migrantes. Um dos indicadores de contracorrente consiste nas zonas de fixação dos imigrantes, porque os emigrantes que retornam tendem a voltar para os locais de

79. Atualmente Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

onde saíram,⁸⁰ levando com eles os seus descendentes, outros familiares, amigos e outros contactos das suas redes da ex-sociedade de acolhimento para quem os que retornam significam uma possibilidade de ajuda para a integração (também de quem queira seguir-lhes). Confirma a tese referida a comprovada semelhança entre a estrutura de distribuição dos distritos de residência dos estrangeiros de nacionalidade brasileira e a estrutura de distribuição dos distritos (de naturalidade ou residência), aquando a saída, dos portugueses que haviam deixado o Portugal a partir de meados do Século (Pinho, 2001; Pinho, 1993).⁸¹

A estrutura de distribuição das regiões de origem dos portugueses que emigraram para o Brasil nos anos 1950 tem representações elevadas do Centro e o Norte de Portugal, em especial dos distritos de Viseu (13,5%), Porto (11,6%) e Aveiro (10%). As ilhas têm um peso relativo, no conjunto, equivalente a um destes distritos (10,5%). O gráfico ilustra que as regiões do Norte e do Centro também foram importantes áreas de acolhimento de imigrantes brasileiros, embora a região de Lisboa adquira um peso que não tinha na primeira distribuição, e em 1991 chega mesmo a ultrapassar a região Centro (tendência que se acentuou depois, em conformidade com o que acontecia para o conjunto da população imigrante, tornando a estrutura de distribuição residencial dos brasileiros mais semelhante à da totalidade dos imigrantes estrangeiros). Os distritos como mais concentração de imigrantes brasileiros em 1991 eram Lisboa (27,1%), Porto (19,8%) e Aveiro (10,9%). Tal sobreposição tem subjacente a tese de que houve ativação de redes de suporte à chegada e à fixação entre brasileiros e portugueses emigrados no Brasil que, contudo, terão sido entretanto criadas e desenvolvidas entre aos próprios imigrantes brasileiros e, portanto, as estruturas referidas vêm mais tarde a revelar uma outra configuração (gráfico 4.3).

A autonomização do fluxo migratório comparativamente com a contracorrente evidencia-se muito em 2001, quando a população de naturalidade brasileira revela um padrão de distribuição residencial onde Lisboa alberga a maioria. Revela-se uma proximidade às características preponderantes das migrações laborais, o facto de os

80. O estudo sobre os retornados das ex-colónias portuguesas tem um exemplo claro desta correspondência (Pires, 2003: 206-207).

81. Foram consideradas as saídas para o Brasil a partir dos anos 1950 por ter sido a partir dessa data que se verificou o maior volume de saídas para o Brasil desde a primeira década do século XX (e por ser um período ainda com efeito na contracorrente). Em trabalho anterior (Pinho, 1993) utilizaram-se, assim, dados a partir de 1953 – por serem os que estavam disponíveis. Recuperaram-se para este trabalho, porque faz sentido a comparação com a estrutura de residência dos imigrantes brasileiros em Portugal, e são utilizadas as estruturas de distribuição geográfica no volume médio anual de saídas; a partir de 1960 a segmentação geográfica é feita com base no critério de residência (anteriormente era utilizado o de naturalidade pela Junta de Emigração).

migrantes se concentrarem nos polos urbanos de aglomeração de indústrias, onde se situam os postos de trabalho do mercado secundário (Piore, 1979). É visível que essa tendência se acentuou mais recentemente, e com a ressalva de que se está a fazer uma comparação entre dados que não são totalmente equivalentes,⁸² e em 2008 nota-se o crescimento da região Sul, cuja explicação remete para a importância do setor da hotelaria e restauração nessa região e o peso que este tem na estrutura profissional desta população.

A distribuição da residência dos brasileiros concentra-se em Lisboa (40% só na cidade, 60,5% considerando a região no seu conjunto, onde se incluem os distritos de Setúbal, com 12%, e o de Santarém, com 7,5%), com as regiões centro e norte com pouco significado (cerca de 11% em ambas) e a serem ultrapassadas pela atratividade do sul (14%).

O padrão das origens geográficas dos imigrantes no Brasil, composto maioritariamente pelos estados brasileiros do Rio de Janeiro ou São Paulo na migração anterior,⁸³ veio a ter uma configuração onde esses estados têm uma representação residual e são os estados de Minas Gerais e, por exemplo, também os vizinhos Goiás, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul que têm um peso elevado, conforme informação dos entrevistados, relatos na imprensa, e resultados de um estudo recente realizado em Portugal.⁸⁴

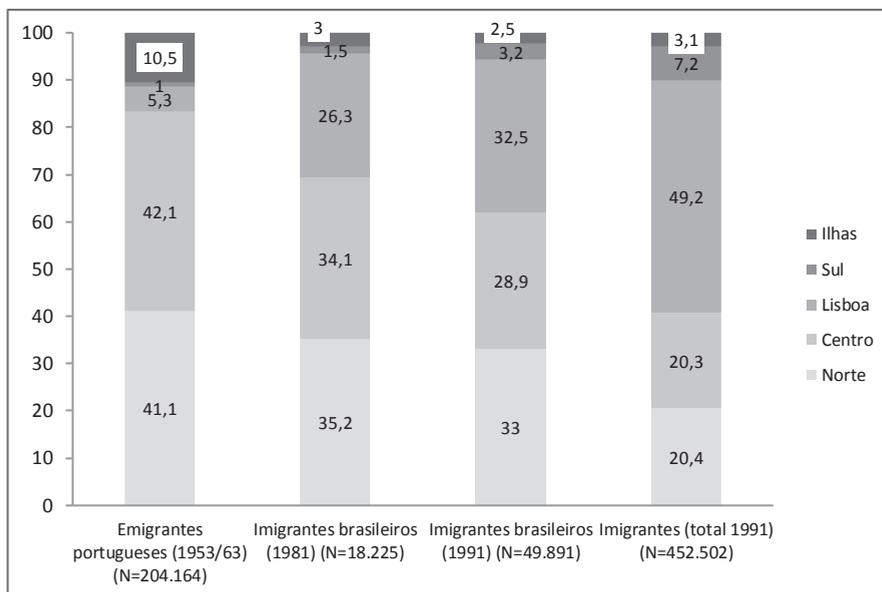
A análise das nacionalidades dos imigrantes (nascidos no Brasil) permite corroborar a hipótese de a emigração ter começado por ter características de contracorrente. No Censo de 1991 a proporção da nacionalidade brasileira entre os imigrantes era comparativamente menor (54%) à do Censo de 2001 (63%) e, no sentido inverso, a nacionalidade exclusivamente portuguesa representava mais no total da população imigrada (35%), tal como em 1981 (40%), do que em 2001 que é de apenas 15%.

82. As estatísticas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras respeitam à população de nacionalidade brasileira residente em situação regular. Conforme já foi referido, para efeitos deste trabalho foram considerados todos os indivíduos que, na base de dados dos censos, nasceram no Brasil (independentemente da nacionalidade). E são, por isso, identificados como imigrantes e não como estrangeiros. Dados mais recentes remetem para as estatísticas do SEF, as únicas disponíveis em séries anuais.

83. De acordo com trabalho realizado para a conclusão da licenciatura em 1993, com base nas entrevistas realizadas e de artigos de imprensa brasileiros e portugueses consultados na época, eram muito pontualmente referidas outras origens além do Rio de Janeiro e São Paulo entre os imigrantes brasileiros.

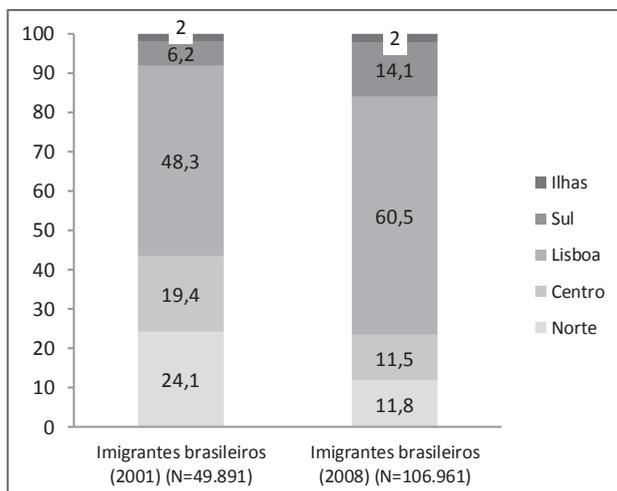
84. O projeto "Vagas Atlânticas, a Imigração Brasileira para Portugal" reuniu investigadores do CES, CIES, ISCTE-IUL e SOCIUS, e teve na base a aplicação de um inquérito por questionário a cerca de 1.400 imigrantes brasileiros.

Gráfico 4.3 - Distribuição regional das origens dos emigrantes portugueses, 1953-1963, dos imigrantes



Fontes: Boletins da Junta de Emigração e INE, recenseamentos gerais da população de 1981 e 1991.

Gráfico 4.4 - Distribuição regional dos imigrantes brasileiros, 2001 e 2008



Fontes: INE, recenseamentos gerais da população e SEF, estatísticas de estrangeiros.

Quadro 4.5 - População de naturalidade brasileira por nacionalidade, 1981, 1991 e 2001

Nacionalidade	2001		1991		1981	
	N	%	N	%	N	%
Total	49.891	100,0	24.383	100,0	18.225	100,0
Brasileira	31.230	62,6	13.123	53,8	9.761	53,6
Portuguesa em exclusivo	7.441	14,9	8.487	34,8	7.343	40,3
Portuguesa e outra	10.402	20,8	2.446	10,0	995	5,5
Outras	818	1,6	327	1,3	126	0,6

Fonte: INE, recenseamentos gerais da população, 1981, 1991 e 2001, micro dados.

Nota: em 1981, o código "mais do que uma nacionalidade" não especificava se incluía ou não a portuguesa. Nos anos seguintes já se distingue "dupla estrangeira" (aqui incluída em "outras"), e "portuguesa e outra".

A evolução no sentido da progressiva dissociação a portugueses entre os recenseamentos de 1981 e de 2001, descrita pelo menor peso da nacionalidade portuguesa em exclusivo ou em acumulação entre os imigrantes brasileiros, demonstra uma menor probabilidade de presença de familiares (nomeadamente cônjuges e descendentes de) portugueses. Esta evolução também contribui para desenhar a tendência, que veio a verificar-se, a de independência do fluxo de imigrantes brasileiros relativamente à contracorrente migratória. As nacionalidades dos imigrantes brasileiros dividem-se maioritariamente entre a brasileira (63%) e a portuguesa (15% em exclusivo, 21% acumulando com outra) (quadro 4.5). Ou seja, se mesmo assim 36% ainda tem algum vínculo a Portugal a partir da nacionalidade em 2001, essa percentagem era muito maior em 1991, tendo subjacente a contracorrente migratória da emigração portuguesa que inclui cônjuges, descendentes e outros familiares de portugueses emigrados no Brasil.⁸⁵

No que se refere à ocupação perante o trabalho, não surpreende que no conjunto dos imigrantes brasileiros a maioria seja ativa e esteja a exercer uma profissão (66%) em 2001, pois a permanência legalizada de imigrantes em Portugal passou a ser controlada pelo vínculo regularizado no mercado de trabalho, como atrás se referiu, e a migração é laboral. Os reformados são 8% e os estudantes com mais de 15 anos representam 7% da população. Esta situação destoa dos dois períodos

85. Alguns factos sobre os imigrantes com nacionalidade portuguesa em exclusivo recenseados que comprovam a tese das características de contracorrente migratória: cerca de 60% tem 40 e mais anos em 1991, 60% é do sexo feminino, 51,5% são não ativos (reformados, domésticas e algumas crianças). Em 2001 os grupos etários acima dos 40 anos representam 55,1% (o dos 15 aos 39 anos subiu para 41,4%, enquanto em 1991 representava só 29%), continua a haver 60% do sexo feminino e os não ativos como domésticas, reformados e menores de 15 anos já são apenas 39%.

anteriores, onde acontecia o inverso, pois a taxa de atividade era de 33,3% (em 1981) e de 48,8% (em 1991); mais uma vez se comprova a ligação à corrente migratória de portugueses nestes anos. As domésticas (de 17% em 1981, passam para 9% e 5,2%, respetivamente em 1991 e 2001), os reformados (de 14,3%, em 1981, passam para 17, 2% e para 8,3%) e os estudantes (de 14,5% em 1981, passam para 14,7% e 7,3%) tinham um peso maior no total da população em 1981 e em 1991, do que em 2001 (quadro 4.6).

Quadro 4.6 - População de nacionalidade brasileira por condição perante o trabalho, 1981, 1991 e 2001

Condição perante o trabalho	2001			1991			1981		
	N	%	% T	N	%	%T	N	%	%T
Total	49.891	100,0	100,0	24.383	100,0	100,0	18.225	100,0	100,0
Ativos	32.830	65,8	65,6	8.065	41,3	48,8	6.064	33,3	31,5
Com remuneração	30.088	60,3	60,4	7020	37,1	43,2	5.378	29,5	24,9
Familiares não remunerados	140	0,2	0,2	196	0,7	0,5	174	1,0	0,3
Desempregados à procura de 1.º emprego	744	1,5	1,2	208	0,8	1,7	300	1,6	2,1
Desempregados à procura de novo emprego	1848	3,7	3,7	626	2,6	3,1	162	0,9	3,4
Militares de carreira	-	-	-	-			22	0,1	0,2
Serviço militar obrigatório	10	0,1	0,1	15	0,1	0,3	28	0,2	0,6
Não ativos	17.061	34,1	34,4	14.318	58,7	51,2	12.161	66,8	68,3
Com menos de 15 anos (*)	4.706	9,4	10,1	2.979	12,2	9,1	1.916	10,5	32,8
Estudantes	3.644	7,3	8,6	3.574	14,7	24,1	2.642	14,5	20,2
Domésticas	2.601	5,2	4,2	2.372	9,7	6,9	3.090	17,0	9,1
Reformados	4.148	8,3	6,7	4.189	17,2	5,8	2.600	14,3	3,0
Incapacitados	362	0,7	1,0	181	0,7	0,6	997	5,5	1,2
Vive de rendimentos	-	-	-	70	0,3	0,2	171	0,9	0,1
Outros casos	1600	3,2	3,8	953	3,9	4,5	745	4,1	1,9

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001, micro dados.

Notas: % T (distribuição percentual da variável no total da população de nacionalidade estrangeira).

(*) Em 1981, este grupo correspondia a menores de 12 anos.

A análise da inserção mais recente dos imigrantes brasileiros no mercado de trabalho permite a classificação como laboral. É importante começar por observar a composição profissional do grupo de imigrantes que veio a ser responsável pelo aumento da imigração. Nas estatísticas do IEFP sobre os contratos registados em 2001 para obtenção de autorização de permanência (Pires, 2002), é possível conhecer a inserção setorial da população que pretendia obter a regularização através deste regime jurídico. No que se refere aos contratos registados por indivíduos de nacionalidade brasileira (Pires, 2002: 159), os setores de atividade mais representados são, por ordem decrescente: serviços (30,6%), construção (25,5%) e hotelaria (22,1%). O setor do comércio tem um peso de 12% e a indústria transformadora, de 14,9%.

Da análise da inserção setorial dos imigrantes brasileiros a partir dos dados do Censo de 2001 podem retirar-se conclusões semelhantes. Os setores de atividade mais representados são o setor dos serviços (38%) e a construção (20%), seguidos pelo comércio (15%) e a hotelaria e restauração (12%). As mudanças assinaláveis relativamente aos anos anteriores são o crescimento proporcional dos setores da construção (representava 6,4% em 1991 e 7,2% em 1981, e é maior entre os imigrantes brasileiros do que para o total da população imigrante) e da hotelaria e restauração (de 3,1% em 1981, quadruplica em 2001, com maior significado também entre os brasileiros do que entre toda a população imigrante) e a descida proporcional do setor dos serviços (cuja proporção havia tido uma subida entre 1981 e 1991, de 40,7% para 48%, e neste caso é menor entre os brasileiros do que na totalidade da população imigrante).

Nos grupos profissionais, verifica-se o grande crescimento de operários e trabalhadores não qualificados, em consistência com o peso dos setores da construção e da indústria, e o ligeiro aumento do grupo de pessoal dos serviços e vendedores (onde se situam quem trabalha na hotelaria e a restauração), assim como a descida das profissões intelectuais e científicas e dos dirigentes e quadros superiores (gráfico 4.5). O primeiro grupo referido duplicou a sua proporção entre 1981 e 2001 (de 20% para cerca de 39%) e subiu em termos absolutos, não tendo demonstrado uma subida relativa significativa nos 10 anos anteriores, período em que se deu a primeira intensificação da emigração brasileira. Concomitantemente, o grupo das profissões intelectuais e científicas desceu a sua proporção entre 1991 e 2001 (de 22,1% para 13,9%), mas havia duplicado a sua representação desde 1981 (9,6%), distinguindo-se claramente da estrutura profissional revelada pela imigração com origem nos PALOP que lhe chegou a ser contemporânea, composta por ativos sem qualificação. Essa característica pode ser observada nos dados da estrutura profissional em 1991, onde os especialistas das profissões intelectuais e científicas estão representados

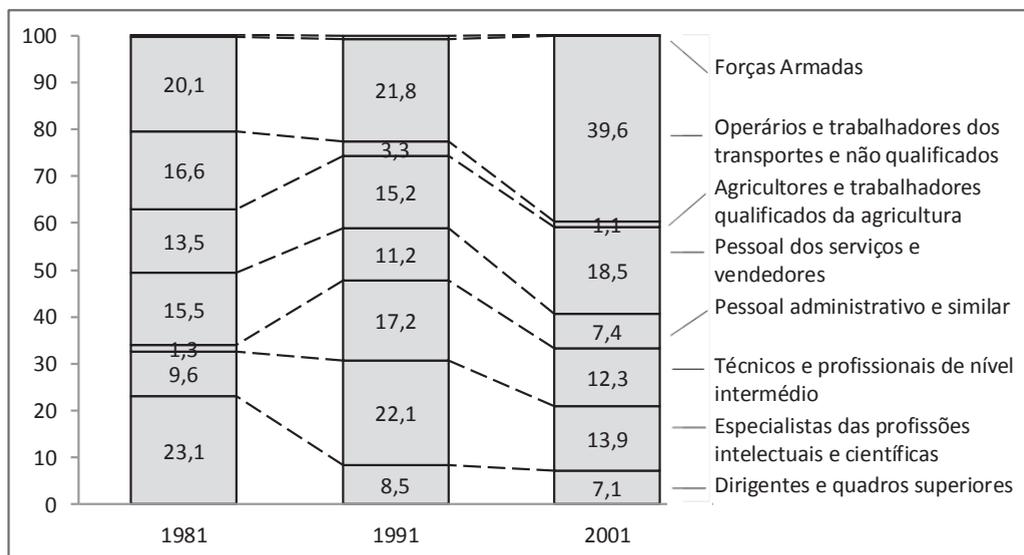
Quadro 4.7 - População de nacionalidade brasileira ativa e a exercer profissão, por ramo de atividade, 1981, 1991 e 2001

Ramos de atividade	2001			1991			1981		
	N	%	% T	N	%	%T	N	%	%T
Total	32.086	100,0	100,0	9.857	100,0	100,0	5.755	100,0	100,0
Agricultura, pesca e indústria extrativa	468	1,5	1,9	396	4,0	2,5	978	17,0	4,2
Indústria transformadora	4.287	13,4	14,9	1.649	16,7	18,4	1.059	18,4	18,5
Construção	6.476	20,2	16,4	630	6,4	11,6	415	7,2	11,5
Comércio	4.823	15,0	15,1	1.747	17,7	16,0	776	13,5	13,1
Hotelaria e restauração	3.854	12,0	7,0	694	7,0	6,3	180	3,1	4,7
Serviços	12.178	38,0	44,8	4.741	48,1	45,1	2.342	40,7	48,0
Atividades mal definidas	-	-	-	-	-	-	5	0,1	0,1

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001, micro dados.

Nota: em %T o peso dos mesmos setores no total da população de nacionalidade estrangeira.

Gráfico 4.5 - Grupos profissionais da população ativa de nacionalidade brasileira, 1981, 1991 e 2001



Fonte: INE, recenseamentos gerais da população, 1981, 1991 e 2001, micro dados.

em 22% dos imigrantes brasileiros, enquanto no total da população, com um peso elevado de imigrantes oriundos dos PALOP, estes são 12%, apenas.

Estas características da configuração profissional apontam para o tipo laboral da imigração brasileira atual, que difere de algumas tendências que parecia ter começado a apresentar, no passado, como migração “profissional”.⁸⁶ Na realidade, a primeira migração brasileira incluía alguns movimentos de tipo profissional, mas caracterizava-se sobretudo por percursos independentes de imigrantes de classe média (Peixoto, 1999b), cuja motivação para a migração era fortemente influenciada pela insegurização generalizada associada à violência e impossibilidade do planeamento de vida gerado pela hiperinflação (Pinho, 1993), mesmo sem qualquer garantia de inserção profissional qualificada no destino (que, veio, no entanto, a verificar-se em grande medida).

Esta migração foi também, como referimos nesse trabalho, e em outro mais recente (Pinho, 2001), e quando foram analisados os acordos bilaterais, uma migração enquadrada por mecanismos facilitadores que geralmente se encontram associados ao desenvolvimento do tipo de migração profissional (Miles e Satzewich, 1990; Peixoto, 1999b; Portes, 1981, 1999), em especial os que respeitam às normas de equivalência de diplomas. Além de especialistas científicos e intelectuais, cuja incorporação no mercado de trabalho não foi globalmente problemática e remetia para os setores da publicidade, do marketing, da informática, da saúde, da música, entre outros, também entraram indivíduos ligados a empresas brasileiras, em especial gestores, para tarefas de controlo ou técnicas, associadas à expansão do investimento brasileiro a partir de 1986 (Peixoto e Figueiredo, 2007).

No caso muito mediático dos dentistas, a inserção no mercado de trabalho foi acompanhada da intervenção de associações profissionais que defendiam não existir compatibilidade entre as competências dos dentistas portugueses e brasileiros, num exemplo muito evidente do exercício do fechamento e proteção a que se assiste no mercado primário quando se sentem ameaças à segurança e direitos que lhe são inerentes (Piore, 1979). O problema, que inclusivamente causou algum mal-estar

86. A dicotomia profissional/laboral na tipologia das migrações remete para os diferentes modos de incorporação no mercado de trabalho (a que se tende a associar respetivamente o mercado primário e o mercado secundário) a que correspondem, necessária mas não apenas, graus diferentes de qualificação. Os modos de incorporação imigrante no mercado de trabalho foram discutidos nos capítulos teóricos. A caracterização da migração qualificada como “profissional” tem correspondência no conceito de “professional” em inglês. Para uma revisão de teorias e tipologias de migração de profissionais, ver, por exemplo, Iredale (2001). Sobre as migrações laborais, ver, por exemplo, Johnson e Salt (1990).

diplomático, acabou por resolver-se, tendo sido importante para essa resolução o reconhecimento das competências por parte dos utentes. Mas neste setor a regulamentação académica e profissional existia, era forte e fez-se notar em situações de concorrência do exterior. Nos exemplos anteriores não era o caso, não tendo por isso surgido qualquer quezília.

Na migração recente, pelo contrário, o conjunto do *stock* da população imigrante brasileira não é homogéneo, o que também se deve à migração anterior e é observável, em termos de qualificações profissionais e relativamente à hierarquia de autoridade, na estrutura profissional dos ativos em 2001. Se 40% são operários e trabalhadores não qualificados, peso este que duplicou desde o recenseamento anterior e significou que mais brasileiros entraram num ramo de atividade anteriormente tomado por outros imigrantes (veja-se, em 1991, a diferença de 21,8% para cerca de 36%), também existem 14% de especialistas intelectuais e científicos – que desceram a sua proporção relativamente a 1991, como já referido – e 12% são técnicos e profissionais de nível intermédio. Uma percentagem significativa (7%) são dirigentes e quadros superiores. Mas esta última categoria era mais elevada em 1981 (23,1%) e a de especialistas das profissões intelectuais e científicas mais elevada em 1991 do que em qualquer dos outros anos, contribuindo para a análise que havia sido feita em trabalho anterior, a da tendência que a imigração parecia demonstrar para uma caracterização de tipo qualificado e que veio a revelar-se mais heterogénea, mas também menos qualificada.

Quadro 4.8 - População de nacionalidade brasileira ativa e a exercer profissão, por situação na profissão, 1981, 1991 e 2001

Situação na profissão	2001			1991			1981		
	N	%	% T	N	%	%T	N	%	%T
Total	32.086	100,0	100,0	9.857	100,0	100,0	5.755	100,0	100,0
Patrão/empregador	4.412	13,8	8,9	917	9,3	5,2	320	5,6	3,6
Trabalhador por conta própria	1.305	4,1	3,9	1.339	13,6	7,9	1.061	18,4	6,2
Trabalhador por conta de outrem	25.649	79,9	83,3	7.088	71,9	82,8	4.106	71,3	87,6
Trabalhador familiar não remunerado	147	0,5	0,4	209	2,1	1,3	178	3,1	1,2
A cumprir serviço militar obrigatório	10	0,0	0,0	15	0,2	0,6	-	-	-
Membro ativo de cooperativa	33	0,1	0,1	16	0,2	0,1	17	0,3	0,2
Outra situação	530	1,7	1,7	273	2,8	2,1	73	1,3	1,2

Fonte: INE, recenseamentos gerais da população, 1981, 1991 e 2001, micro dados.

De entre os trabalhadores, 80% são por conta de outrem e 14% são patrões ou empregadores, em 2001. Esta situação não é muito diferente da que se verificava nos censos anteriores, apenas notamos que o peso dos patrões/empregadores tem vindo a subir, em prejuízo relativo da figura de “trabalhador por conta própria”, e é ligeiramente superior ao que tem no conjunto de todos os indivíduos de nacionalidade estrangeira (13,8% contra 8,9%). Este facto encontra explicação na subida de investimento brasileiro no país, a que já se fez referência ter aumentado na década de 1990.⁸⁷

Na análise da estrutura das habilitações académicas dos ativos também é possível confirmar a diversidade da composição da população imigrada brasileira. É que apesar de uma importante contribuição de profissões de menor qualificação, metade da população tem o ensino secundário ou o superior concluídos, e 20% tem o equivalente ao terceiro ciclo do ensino básico, em 2001 (quadro 4.9). Este facto é indicador de alguma sobre qualificação escolar formal entre imigrantes também salientada noutros estudos (Padilla, 2005a) e que muito provavelmente corresponde à sobreposição das situações de irregular e condição de estrangeiro e representa uma concentração em postos de trabalho do mercado de trabalho secundário

Quadro 4.9 - População de nacionalidade brasileira (em idade) ativa, por nível de instrução concluído, 1981, 1991, 2001

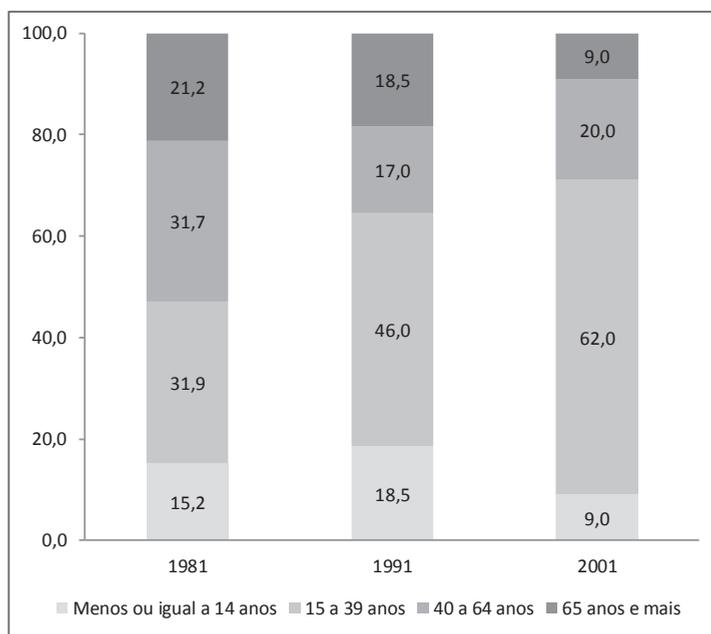
Nível de instrução	2001		1991		1981	
	N	%	N	%	N	%
Total	45.185	100,0	21.404	100,0	16.309	100,0
Sem grau de ensino	3.067	6,8	2.899	13,5	4.370	26,8
1.º Ciclo do ensino básico	5.840	12,9	4.027	18,8	4.591	28,2
2.º Ciclo do ensino básico	5.446	12,1	3.558	16,6	2.458	15,1
3.º Ciclo do ensino básico	9.245	20,5	2.806	13,1	2.738	16,8
Ensino secundário	13.003	28,8	3.988	18,6	737	4,5
Ensino superior	8.584	19,0	4.126	19,3	1.415	8,7

Fonte: INE, recenseamentos gerais da população, 1981, 1991 e 2001, micro dados.

Nota: em 1981 a variável “condição perante o trabalho” considera o grupo não ativos os menores de 12 anos, enquanto em 1991 e 2001 se trata de “não ativos menores de 15 anos”. Excluímos esse grupo para tratar o indicador do nível de instrução.

87. Esta mesma informação foi exemplificada e confirmada em entrevista com o Embaixador Renan Paes Barreto, Cônsul-geral do Brasil em Lisboa, em 29 de Julho de 2009.

Gráfico 4.6 - População de nacionalidade brasileira, grupos etários, 1981, 1991 e 2001



Fonte: INE, recenseamentos gerais da população, 1981, 1991 e 2001, microdados.

(Piore, 1979). Este desajuste existe porque se preterem as más condições de tais postos de trabalho em virtude da sobrevalorização da diferença salarial que favorece o destino em comparação com a origem (conforme, aliás, é explícito nos discursos dos entrevistados).

Na caracterização demográfica da população imigrada, os dados disponíveis dos censos mais recentes indicam que os imigrantes brasileiros são, em média, mais jovens do que em 1981, quando os 41 anos era a média de idades, porque em 2001 era de 34 anos e de 36 em 1991. Estas médias etárias contrastam com as do total da população de nacionalidade estrangeira que, ao contrário, demonstra uma tendência de envelhecimento, porque são de 23 anos em 1981, de 29 anos em 1991 e de 33 anos em 2001. O rejuvenescimento da população de nacionalidade brasileira é um indicador claro da sua renovação e, portanto, da continuidade de imigração.

Em 2001 a população caracteriza-se por um predomínio dos grupos etários de ativos, dado que 62% tem entre os 15 e os 39 anos (gráfico 4.6). Com menor representação etária encontra-se o grupo com mais de 65 anos. Em 1991 este grupo tinha

uma proporção mais elevada, de 18,5%, o que se diferenciava muito do que acontecia com o total dos nascidos no estrangeiro, em que a proporção se ficava pelos 5%. Simultaneamente, a estrutura etária era globalmente mais envelhecida, com o grupo etário entre os 40 e os 64 anos a ter um peso de cerca de um terço e o grupo mais velho, de 20% – o que significa o dobro do que tinha em 2001. Estes dados juntam-se para confirmar que a migração brasileira foi praticamente inexistente neste período.

A distribuição sexual é muito equitativa, embora tenda para a feminização, com 51% em 2001, o que ainda assim é menor do que se passava no início das décadas de 1990 e de 1980, já que o grupo das mulheres constituía, respetivamente, 57% e 59% da população (quadro 4.10). Esta proporção de mulheres não deixa de contribuir para a caracterização laboral do fluxo migratório atual, numa época em que se questiona o predomínio masculino nas migrações deste tipo (De Jong, 2000; Mahler, 1999; Pessar, 1999). O facto de as mulheres emigrarem orientadas por um projeto próprio e individual constitui tendência já assinalada (Padilla, 2007b: 115-117) e existem alguns exemplos entre entrevistadas para este trabalho. Dados mais recentes, ainda que de nacionalidade (SEF), indicam que são mulheres cerca de 54% (57.494) dos 106.961 brasileiros residentes em 2008.

Deve ser salientado que a população brasileira imigrada incluirá mulheres associadas aos movimentos de contracorrente, a processos de reunificação familiar dos imigrantes e, ainda, a processos independentes de migração nos quais a mulher é a decisora, e são estas três circunstâncias, associadas à emigração brasileira para Portugal, que contribuem para explicar a feminização da população nos cerca de vinte últimos anos.

Para completar o retrato estatístico que é possível fazer sobre a migração laboral brasileira, podem ser analisados os valores das remessas dos emigrantes brasileiros

Quadro 4.10 - População de naturalidade brasileira por sexo, 1981, 1991 e 2001

Sexo	2001			1991			1981		
	N	%	% T	N	%	%T	N	%	%T
Total	49.891	100,0	100,0	24.383	100,0	100,0	18.225	100,0	100,0
Feminino	25.359	50,8	50,7	13.815	56,7	52,2	10.778	59,1	52,2
Masculino	24.532	49,2	49,3	10.568	43,3	47,8	7.447	40,9	47,8

Fonte: INE, recenseamentos gerais da população, 1981, 1991 e 2001, micro dados.

Nota: % T (distribuição percentual da variável no total da população de naturalidade estrangeira).

residentes em Portugal. Além de serem um indicador da atividade migratória, tendem a ocorrer em migrações laborais jovens, em especial quando a deslocação foi originada por necessidades de ultrapassar constrangimentos locais de financiamento da economia, e da família, na origem, como foi referido no enquadramento teórico a propósito da nova economia da migração laboral (Taylor, 1999). Supõe-se, assim, que os migrantes se mantêm ligados à origem quando as remessas são enviadas para o suporte financeiro direto de familiares e/ou para o investimento em bens e imóveis.

Um estudo que se reporta aos EUA (Martes e Soares, 2006) e um outro relativo a Portugal (Rossi, 2005) dão conta que a condição de imigrante recente, com ou sem família, e o local onde esta reside, são variáveis que influenciam o montante e a periodicidade das remessas. No primeiro caso, o estudo revelou que o valor médio de cada remessa seria de 646 dólares (Martes e Soares, 2006: 44), e o segundo estudo refere montantes médios de 380 euros enviados através do Banco do Brasil em quatro meses de 2005 (Rossi, 2005: 15), quando a imigração era mais recente.

Neste ponto pretende-se salientar o incremento da globalidade das remessas no aumento do contingente de imigrantes brasileiros. Embora os montantes das remessas não tenham sido abordados no trabalho anterior sobre a emigração do fim dos anos 1980, início dos anos 1990 (Pinho, 1993), nessa época o Brasil vivia a crise económica caracterizada pelo dinheiro se desvalorizar e ficar “congelado” em poupanças, de modo que não devia ser uma prioridade fazer retornar poupanças para o Brasil. No passado, os objetivos mais proferidos para a mudança nunca se associaram a meios de obtenção de liquidez financeira. Na emigração que se intensificou neste Século parece verificar-se a tendência oposta.

Da observação do quadro 4.11 ressalta um dado evidente, o de que a partir de 2000 as remessas dos imigrantes em Portugal superam a quadruplicação (de cerca de 8 milhões, para cerca de 34 milhões), vindo a ter subidas que terminam, oito anos depois, com um valor 10 vezes superior ao de 2000 (331, 7 milhões). Se considerarmos que o trabalho é um bem de exportação, as remessas são parte do pagamento dessa exportação que é devolvido ao país de origem (Taylor, 1999: 67). Em compensação, as remessas dos emigrantes portugueses descem para um pouco mais de metade entre 1996 e 2008, o que significa que a partir de 2000 o saldo é negativo e Portugal revela-se como pagador ao Brasil.

A inversão das tendências apresentadas poderá vir a acontecer. Por um lado, se a emigração portuguesa estiver em crescimento, como a imprensa insiste em repor-

tar, poderá vir a reduzir-se o desequilíbrio da balança de pagamentos. Por outro lado, as remessas para o Brasil tenderão a diminuir, se a imigração tiver estabilizado, porque “o «imigrante novo» é o mais assíduo utilizador das remessas. É ele quem mais ajuda a família, quem tem dívidas a quitar no Brasil e quem envia suas poupanças preparando sua volta” (Rossi, 2005: 23).

Quadro 4.11 - Remessas de migrantes do Brasil 1996-2008

Anos	Remessas enviadas para o Brasil (em milhares)	Remessas recebidas em Portugal (em milhares)	Saldo (em milhares)
1996	4.833	16.264	11.431
1997	1.384	26.207	25.423
1998	1.154	18.986	17.832
1999	8.061	16.453	8.391
2000	33.792	17.779	-16.013
2001	52.661	14.128	-38.533
2002	87.003	16.261	-70.743
2003	168.984	9.480	-159.504
2004	216.468	6.578	-209.891
2005	267.587	8.865	-258.722
2006	348.664	8.187	-340.478
2007	311.835	7.805	-340.030
2008	331.713	9.757	-321.956

Fonte: Banco de Portugal.

CAPÍTULO V - DO BRASIL PARA PORTUGAL: TRABALHO, INTERMEDIÁRIOS E REDES

Estando demonstrado o argumento, no capítulo anterior, de que a emigração brasileira para Portugal do início do Século XXI tem características distintas da anterior, e surgiu por razões também elas diferentes das anteriores, com forte protagonismo das redes de migrantes, é necessário perceber que fatores estão na origem desta emigração mais recente e o que estes significaram para os seus protagonistas. O argumento a demonstrar neste capítulo é o de que as redes de migração estiveram presentes em diversas fases do percurso migratório, e que sem elas a emigração não teria, em tão pouco tempo, ganho a dimensão que veio a ter.

O presente capítulo tem o contributo principal, mas não exclusivo, da análise dos testemunhos dos atores sobre a mudança que os seus processos migratórios significaram, com o objetivo preponderante de compreender qual a ação que pode ser atribuída às redes migratórias e ao recrutamento de mão de obra na migração. A análise do percurso profissional já no país e das características do segmento do mercado de trabalho em que se inserem é feita com o fim de compreender o tipo de atividade das redes sociais no país – e não apenas no auxílio à vinda.

Identificar os projetos de futuro e as diferenças entre este fluxo migratório com origem no Brasil e o anterior, dos anos 1990, em termos de motivações e características, constitui outro objetivo neste capítulo. A caracterização das modalidades de integração da migração que começou por ser irregular constitui uma outra dimensão do papel que as redes tiveram nesta migração. Foi ainda possível, neste trabalho, operacionalizar dimensões mais recentes da investigação sobre migrações, como a feminização e a segunda geração de imigrantes. É com estes temas que termina o capítulo.

No capítulo anterior foram analisadas as condições em que a emigração brasileira para Portugal se transformou no final do Século XX, quando tudo indicava que estaria em retração, mas o enfoque daquela análise foi o das estruturas macro contextualizadoras da mudança e das características coletivas dos emigrantes. Agora, a orientação analítica é a de que “os estrangulamentos estruturais da ação não existem independentemente dos motivos e razões que os agentes têm para o que fazem” (Giddens, 1984: 181). Trata-se de se fazer a análise do conteúdo dos laços sociais, do seu funcionamento, de tentar perceber o capital social dos entrevistados e do valor que as suas redes sociais tiveram nos objetivos associados à migração.

1. OS IMIGRANTES ENTREVISTADOS

A comprovada elevada incidência de percursos irregulares na mais recente imigração brasileira exigiu que se assegurasse, no contacto com os entrevistados para a realização das entrevistas, a transmissão de que este objetivo tinha uma investigação científica e académica por detrás, pois dessa forma contornavam-se receios de que se pretendia algum controlo policial do estatuto legal e evitavam-se recusas aos encontros para conversar.

Foram seguidas duas vias preferenciais nos contactos para a seleção de possíveis entrevistados: rede interpessoal, na qual se procuraram amigos e familiares que conhecessem imigrantes brasileiros, portanto “amigos de amigos” que pudessem apresentar os objetivos idóneos da investigação e conseguir potenciais entrevistados; rede social da Internet (*Orkut*), através de inscrição na comunidade digital de uma imigrante brasileira que conheci pessoalmente num evento do então ACIME e que contribuiu, através de um *scrap* – um texto, ou *post* – no seu perfil, para credibilizar a minha intenção. Mesmo assim, e se na maior parte das entrevistas não houve qualquer constrangimento, numa delas um entrevistado manifestou receio sobre a minha identidade e alguma associação que eu pudesse ter com qualquer fiscalização de migração, tendo no final da entrevista sido confrontada:

«– Posso lhe fazer uma pergunta?

– Claro.

– Não trabalhas no SEF, não?»

[Ent09_H_Lisboa_2005].

Os procedimentos de seleção dos entrevistados obedeceram ao preenchimento de quatro critérios em simultâneo que, em alguns casos, só foram confirmados já perante o entrevistado e, como tal, houve três entrevistas sem correspondência com o que previamente havia sido estabelecido (duas fora do período de referência para a chegada e uma de um imigrante que, na prática, representava uma família de portugueses retornados do Brasil): serem imigrantes brasileiros chegados a partir de 1998, ativos profissionalmente e inseridos em profissões que representam a imigração brasileira mais recente,⁸⁸ residentes nos dois distritos em que os brasileiros residentes são mais numerosos [em números de 2008, Lisboa (41%) e Setúbal (12%)].

88. Não houve, no entanto, o surgimento da hipótese de entrevistar imigrantes que, chegados neste período, exercessem profissões qualificadas e diferenciadas do que associamos a esta migração laboral. Mas foi-se tendo conhecimento de percursos estudantis em Portugal, por parte de imigrantes que exerciam as profissões mais comuns e frequentavam a universidade.

Foram entrevistados imigrantes brasileiros de ambos os sexos, chegados entre 1998 e 2005, que nasceram no Brasil e a partir daí empreenderam o movimento em resultado de uma tomada de decisão não constrangida e livre. Embora fosse importante o critério do exercício de atividade profissional, e quatro entrevistados (duas mulheres e dois homens) se encontrassem desempregados no momento da entrevista, os seus testemunhos foram considerados válidos porque a conjuntura de desemprego crescente no país apenas veio a reforçar a relevância de representar a existência desta condição entre os imigrantes. As profissões mais comuns entre os entrevistados correspondem aos ramos de atividade com maior peso nas estatísticas dos Censo de 2001 respeitantes aos indivíduos de naturalidade brasileira (e que têm já contempladas indivíduos que vieram neste novo fluxo migratório para Portugal), nomeadamente o setor terciário, a construção civil e a restauração.

As entrevistas tiveram lugar entre janeiro e julho de 2007, tendo posteriormente sido feitas mais duas entrevistas (em novembro de 2010) para exploração de mais algumas dimensões. Foram realizadas 22 (+2) entrevistas, mas para o trabalho foram consideradas, inicialmente, apenas 20.⁸⁹ Embora na maioria individuais, houve três casos em que compareceram os dois elementos do casal protagonista da decisão e do processo migratório e, como esse facto não havia sido pensado como um critério de exclusão, as entrevistas foram igualmente realizadas e validadas. Feita a contabilização final, foram entrevistados 23 imigrantes, embora as três entrevistas de casal tenham sido tratadas como uma só (e identificadas com um “c” em vez de “h” ou “m”, respetivamente homem e mulher); nestes casos, na contabilização de elementos individuais (como os anos de chegada) são considerados os homens do casal (porque as entrevistas haviam sido previamente combinadas com eles).⁹⁰

Foram entrevistadas 10 mulheres, sete homens e três casais (que, como haviam sido previamente combinadas como entrevistas a homens, em intenção o resultado seria mais equilibrado).

Os anos de chegada a Portugal mais frequentes entre os entrevistados foram 2005 (5), seguido de 2003 (4). Um imigrante chegou em 1998, uma em 1999 e dois em 2000. Em 2001 e 2002 chegaram três imigrantes em cada, e em 2004 chegou uma, ano que

89. As quatro entrevistas excluídas da análise central foram: um imigrante que chegou a Portugal em 1992, uma imigrante chegada em 1997; um imigrante que afinal havia nascido em Portugal e tinha vivido no Brasil a maior parte da vida, estando então de volta; uma imigrante que cumpria todos os critérios, mas cuja entrevista acabou por não ficar gravada cumprindo imponderáveis técnicos, tendo-se perdido o essencial e optado por não a considerar.

90. Na investigação realizada no início dos anos 1990 para a elaboração da tese de licenciatura foram entrevistados 14 imigrantes brasileiros chegados entre o fim dos anos 1980 e o início dos anos 1990 (Pinho 1993).

terá tido um controlo maior da fronteira por causa do Euro.⁹¹ Esta distribuição está de acordo com a análise das estatísticas do SEF, segundo as quais duplicou, com as autorizações de permanência em 2001, o número de brasileiros residentes em Portugal, e terá sido nesse ano que começaram a aumentar as chegadas. A maioria dos imigrantes entrevistados transmitiu que imigração continuava a acontecer, e que todos os dias continuavam a chegar brasileiros.

Os contactos para as entrevistas surgiram através do efeito “passa palavra” e, assim, acabou por acontecer uma concentração – residencial e de local do posto de trabalho – na região de Setúbal, também aí de forma involuntária. Se as duas entrevistas a imigrantes chegados em 1992 e 1997 tivessem sido validadas, também aí teria ficado mais equilibrada a distribuição (eram da cidade de Lisboa). Nove entrevistados trabalham no distrito de Lisboa (apenas um destes reside também), os restantes 11 residem e trabalham no distrito de Setúbal.

Sobressai da análise das características dos 23 imigrantes que foram ouvidos a sua juventude quando chegaram a Portugal, pois o intervalo das idades que tinham situa-se entre os 16 (1) e os 45 anos (1). Dos restantes, cinco tinham 18 anos quando chegaram ao país, nove tinham idades na década dos 20, quatro na dos 30 e três na dos 40.

No que respeita às qualificações, pode dizer-se que os entrevistados não têm uma escolaridade baixa, ainda mais tendo em conta as profissões exercidas; o desajuste entre as qualificações e a profissão, que se referia no ponto 7. do capítulo IV, também sobressai aqui. Novamente considerados os 23 imigrantes, cinco são licenciados (Administração, Administração de Empresas, Geografia, Direito e Música), dois têm a frequência de uma licenciatura antes de vir (Pedagogia e Administração de Empresas), uma tem um curso técnico profissionalizante na área da saúde (equivalente ao nosso 12.º ano), os restantes têm escolaridades que se situam entre o equivalente ao 12.º ano sem via profissionalizante (seis entrevistados) e o 1.º ano do 2.º ciclo do ensino básico (dois entrevistados), passando pelo 7.º ano (1), o 8.º (1), o 9.º (2), o 10.º (1) e o 11.º (2).⁹² De entre os imigrantes que são licenciados, apenas uma (advogada)

91. De acordo com a notícia do Público “Recusa de entrada de estrangeiros triplicou durante o ano de 2004”, de 25 de Março de 2005, na qual é citada um relatório do SEF, foi recusada a entrada a 3.044 brasileiros, por entender que não tinham visto atualizado ou adequado à atividade que vinham exercer (1.072 casos), não tinham “motivos que justificassem a sua entrada” (994) ou não tinham meios de subsistência (840).

92. O entrevistado com o 8.º ano tem, na realidade, um grau completo de escolaridade no Brasil e uma entrevistada conseguiu equivalência aqui ao 9.º ano com esse nível. Os níveis de escolaridade no Brasil são: até ao 8.º ano, ensino básico ou elementar ou 1.º grau; o 9.º, 10.º e 11.º são o 2.º grau ou complementar ou ensino médio (no passado equivalente ao ginásio), aqui equiparado ao 12.º ano se estiver completo. Para quem faz cursos profissionalizantes, que também equivalem aqui ao 12.º ano, a escolaridade continua a ser equivalente ao 2.º grau completo. Dois entrevistados referiram ter cinco anos de escolaridade e são esses que estão identificados como possuindo o 1.º ano do 2.º ciclo do ensino básico.

exerce a profissão para a qual se qualificou. O músico também exerce a sua profissão porque toca em restaurantes, embora não dê aulas (atividade que tinha apenas no Brasil).⁹³

As profissões dos imigrantes à chegada, e os seus percursos profissionais, constam do quadro 5.1. Por ser um tema central ao presente trabalho, a sua análise é realizada à frente.

Retornando à irregularidade, à exceção das duas imigrantes que vinham para estudar (uma pós-graduação e uma licenciatura), e que detinham um visto adequado a essa finalidade, todos os imigrantes permaneceram em Portugal para além do tempo previsto para turismo pela lei portuguesa aos brasileiros isentos de visto para esse fim, ou seja, 90 dias. A base de recrutamento destes imigrantes é, portanto, inequivocamente irregular. Independentemente de poderem já ter estado regularizados, como aconteceu pelo menos a um imigrante (entretanto deixam passar prazos para renovação, ou ficaram desempregados), ainda sete imigrantes em 23 permaneciam em condições ilegais aquando da entrevista, independentemente da maior ou menor facilidade em mudar o seu estatuto, como a entrevistada que tinha um contrato e fazia descontos para a segurança social e aguardava que “liberassem o visto” (a n.º 2).

93. As habilitações académicas dos imigrantes brasileiros entrevistados no trabalho dos anos 1990 eram globalmente mais elevadas: um tinha o ensino secundário incompleto, um tinha o ensino secundário completo, quatro frequentavam o ensino superior e cinco tinham uma licenciatura. Nas licenciaturas frequentadas ou completas, incluíam-se cirurgia ortodontológica, engenharia civil, direito, geografia, gestão e arquitetura, informática, publicidade, regência e composição de música (Pinho 1993).

Quadro 5.1 - Síntese do percurso migratório e profissional dos imigrantes entrevistados

Entrevista	Origem	Vinda	Idade atual	Idade à chegada	Concelho de residência	Profissão atual	1.ª Profissão em Portugal e seguintes (exceto atual)	Última profissão no Brasil	Veio sozinho(a) ou enquadrado em família
Ent01, C, Lisboa, 2001	Rio de Janeiro no Rio de Janeiro	2001	H: 48 M: 37	H: 41 M: 31	Lisboa	Ele: desempregado. Ela: rececionista e empregada de limpeza em café e casas.	Ele: trabalhou como empregado de mesa e em desbaratizações. Ela: trabalhou num pronto-a-vestir.	Ele: desempregado depois de uma sociedade numa empresa de desbaratização Ela: fazia e vendia bijutarias..	Enquadrados, projeto de casal.
Ent02, M1, Lisboa, 2005	Presidente Prudente, São Paulo	2005	45	43	Lisboa	Toma conta de uma idosa (viual).	Tomar conta de dois idosos (casal).	Tomava conta de idosos de dia e de noite com uma moto-táxi.	Sozinha, vinha ter com uma amiga.
Ent03, M, Setúbal, 2002	Governador Valadares e Belo Horizonte, Minas Gerais	2002	31	27	Setúbal	Trabalha no talho do marido.	Em lavagem de carros, depois num café e num bar e depois num bar de alterne.	Continua numa escola.	Sozinha, vinha ter com um amigo.
Ent04, H, Setúbal, 2000	Governador Valadares, Minas Gerais	2000	25	18	Setúbal	Ajudante de motorista num camião.	Construção civil	Operário numa fábrica de calçado..	
Ent05, H1, Setúbal, 2001	Santa Rita do Itueto, Minas Gerais	2001	36	30	Setúbal	Trabalha como motorista numa moagem desde a maior parte do tempo, também faz distribuição.	Começou na moagem onde trabalha atualmente, mas a substituir alguém. Depois esteve num restaurante, um dia em obras e um dia em limpezas e jardinagem.	Dividia a lavoura (terras do pai) com trabalho na Igreja.	
Ent06, M, Setúbal, 1999	Ipatinga, Minas Gerais	1999	25	17/18	Setúbal	Desempregada.	Trabalhou num lar, numa charcutaria, num mercado, num hotel.	Acabou de estudar e veio, não tinha trabalho.	Enquadrada, o marido já cá estava.

Entrevista	Origem	Vinda	Idade atual	Idade à chegada	Concelho de residência	Profissão atual	1.ª Profissão em Portugal e seguintes (exceto atual)	Última profissão no Brasil	Veio sozinho(a) ou enquadrado em família
Ent07, M2, Lisboa, 2005	Belo Horizonte e Contagem, Minas Gerais	2005	25	23	Azambuja	Auxiliar de cozinha.	Começou nas colheitas de fruta e vindima. Depois numa exploração pecuária.	Ajudava no café da família e estudava.	Sozinha, vinha ter com um casal que ajudaria.
Ent08, H2, Setúbal, 2001	Araçatuba, São Paulo	2001	34	28	Setúbal	Desempregado	Começou nas obras onde esteve apenas uns meses. Tinha trabalhado numa fábrica como operário e entretanto saiu porque estava contratado através de terceira empresa. Vai recomendar a trabalhar como operário numa empresa do ramo automóvel.	Tinha um laboratório de próteses dentárias, mas teve de fechar por dívidas.	Enquadrado, vinha ter com a mãe.
Ent09, H, Lisboa, 2005	Goiânia, Goiás	2005	47	45	Lisboa	Trabalha na construção civil, no que aparece e mais na área de pintura.	Começou por ser vendedor de telefones da PT, porta a porta. Depois foi sempre na construção civil, embora tenha mudado várias vezes de local e de patrão.	Vendedor de material pedagógico e de brindes personalizados.	Enquadrado, vinha ter com a mulher.
Ent10, C, Setúbal, 2002	Ipatinga e Fabriciano, Minas Gerais	2002	H: 43 M: 37	H: 38 M: 32	Setúbal	Ele: motorista de empresa pública de transportes, Ela: estuda topografia num curso para desempregados e trabalha à noite em restaurante.	Ele: começou por trabalhar num restaurante e depois numa funerária. Ela: começou por trabalhar num café, depois num restaurante e depois como empregada doméstica e a seguir numa bomba de gasolina.	Ele: desenhador de estruturas metálicas. Ela: estudava e fazia um estágio no Banco do Brasil.	Enquadrados, projeto de casal.

Entrevista	Origem	Vinda	Idade atual	Idade à chegada	Concelho de residência	Profissão atual	1.ª Profissão em Portugal e seguintes (exceto atual)	Última profissão no Brasil	Veio sozinho(a) ou enquadrado em família
Ent11, M1, Setúbal, 2003	Governador Valadares, Minas Gerais	2003	31	27	Setúbal	Empregada de balcão numa loja de telecomunicações.	Começou em limpezas, por uma loja de chineses, por um restaurante. Trabalhou em telemarketing, numa sapataria, numa loja de brinquedos para criança e numa loja de óculos de sol.	Desempregada, tinha sido assistente administrativa numa escola.	Sozinha, vinha ter com um primo.
Ent12, M, Lisboa, 2003	Londrina, Paraná	2003	20	16	Lisboa	Empregada de balcão num estabelecimento de restauração.	Começou por trabalhar num café, depois vendeu ADSL, a seguir trabalhou numa loja de chineses e depois numa frutaria.	Estudava e trabalhava também, empregada de balcão numa confeitaria e padaria.	Enquadrada, vinha ter com o irmão.
Ent13, M2, Setúbal, 2003	Governador Valadares e Fabriciano, Minas Gerais	2003	22	18	Setúbal	Desempregada.	Começou por ser ama de crianças em casa, mas desistiu. Depois trabalhou numa sapataria, a seguir num hotel como empregada de quartos.	Empregada doméstica e estudava.	Enquadrada, vinha ter com o marido.
Ent14, M2, Setúbal, 2005	Governador Valadares, Minas Gerais	2005	20	18	Setúbal	Empregada doméstica.	Trabalhou em dois cafés antes.	Não chegou a trabalhar.	Enquadrada, vinha ter com a mãe.
Ent15, H, Setúbal, 2003	Governador Valadares, Minas Gerais	2003	22	18	Setúbal	Servente de pedreiro.	Trabalhou como jardineiro, a seguir foi para a construção civil, depois trabalhou como caseiro e a seguir voltou para as obras.	Ajudava numa lanchonete de um amigo.	Enquadrado, vinha ter com a mãe.

Entrevista	Origem	Vinda	Idade atual	Idade à chegada	Concelho de residência	Profissão atual	1.ª Profissão em Portugal e seguintes (exceto em atual)	Última profissão no Brasil	Veio sozinho(a) ou enquadrado em família
Ent16, C, Lisboa, 2005	Belo Horizonte, Minas Gerais	2005	H: 25 M: 25	H: 23 M: 23	Lisboa	Ele é músico. Também é entrevistador em empresas de estudos de mercado. Ela: entrevistadora em empresas de estudos de mercado e faz limpezas (com contrato) na empresa contratada por uma conhecida loja de roupa.	Ele: começou por tocar em restaurantes, mas também a trabalhar no restaurante (porque não tocava todos os dias). Ela: Começou por ser empregada de mesa.	Ele: dava aulas de violão e canto. Ela: estudava na universidade.	Enquadrados, projeto de casal.
Ent17, M, Setúbal, 2004	Juaíma e Belo Horizonte, Minas Gerais	2004	27	24	Setúbal	Sempre trabalhou como cabeleireira no mesmo cabeleireiro.	Sempre trabalhou como cabeleireira.	Trabalhava como cabeleireira, tinha um cabeleireiro.	Sozinha, vinha ter com um amigo.
Ent18, M, VFX, 2002	Monte Carmelo, Minas Gerais	2002	47	42	Vila Franca de Xira	Advogada por conta própria, também faz escalas no tribunal.	Começou por trabalhar num banco como contratada através de empresa de recursos humanos.	Trabalhava no departamento jurídico de um banco.	Enquadrada, vinha estudar e ter com o namorado/marido.
Ent19, H, Setúbal	Rio de Janeiro, Colatina em Espírito Santo e Caratinga, Minas Gerais	2000	21	32	Setúbal	Eletricista numa empresa multinacional que presta serviços a outras	Eletricista em obras de construção de hotéis no Euro, numa fábrica de medicamentos	Estudante de Administração de Empresas	Enquadrado, veio com o pai para trabalhar e depois a família juntou-se
Ent20, H, Lisboa	Nasceu e viveu em São Paulo, foi para Governador Valadares, Minas Gerais, três anos antes de emigrar	1998	38	26	Setúbal	Soldador	Começou por um biscoite a distribuir panfletos, um mês depois começou como soldador, depois foi para as obras como servente, a seguir numa topografia, depois obras outra vez, depois soldador	Soldador	Enquadrado, tinha cá o ex-cunhado e um mês depois veio a mulher (agora ex)

Nota: por idade atual entende-se a idade no dia da entrevista.

2. A REORIENTAÇÃO DA ROTA DA EMIGRAÇÃO MINEIRA PARA OS EUA

Neste ponto pretende-se argumentar que a emigração brasileira mais recente para Portugal começou por ter uma forte componente de reconstrução da rota, ou de reorientação, do fluxo migratório de Governador Valadares para os Estados Unidos da América e não revela uma ligação significativa com a emigração anterior (este aspeto será enunciado aqui, mas desenvolvido mais à frente, quando a discussão forem as redes de migrantes e se demonstrar que as ligações não remontam à emigração do início dos anos 1990).

A construção deste argumento baseia-se em: 1) analisar a concentração geográfica inicial da emigração brasileira mais recente para Portugal num espaço que é conhecido como sendo tradicionalmente o de partida para os EUA; 2) exemplificar percursos migratórios que seriam para os EUA e razões para não o terem sido; 3) exemplificar as vantagens comparativas de Portugal (irregularidade mais acessível e a língua); 4) identificar o que espoleta a avaliação positiva de Portugal.

Um dos primeiros passos do fundamento de que estamos perante uma emigração distinta da anterior, sem indicadores de causalidade cumulativa com ela (Massey e outros, 1993; Massey e outros, 1998), e consequentemente exigindo nova compreensão, consistiu na revelação, no capítulo 4, de uma nova concentração geográfica residencial em Portugal. Ora, o mesmo pode ser feito relativamente à origem. Considerando os estados brasileiros de origem da emigração mais recente, existem diferenças relativamente ao passado, pois os estados brasileiros mais representados nas origens dos entrevistados eram São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro (Pinho, 1993). Neste trabalho, os imigrantes entrevistados residiam maioritariamente em Minas Gerais (15), seguidos de longe por São Paulo (dois), Goiás (um), Paraná (um), Rio de Janeiro (um).⁹⁴ No interior do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte e Governador Valadares são as cidades mais representadas nas origens dos entrevistados. A origem mineira deste novo tipo de migração tem sido frequentemente assinalada, como já se referiu, quer na imprensa, como por investigadores (Góis, Marques, Padilla e Peixoto, 2009; Padilla, 2005a), pelas autoridades e pelos próprios imigrantes. Também o Cônsul-Geral do Brasil, Renan Paes Barreto, me referiu em entrevista (29 de julho de 2009) que as origens da emigração seriam: Minas Gerais a superar os outros estados, a seguir Goiás, Tocantins, Matogrosso, Rondônia e, por último e

94. Tendo os entrevistados sido indicados pelo acionamento da minha rede pessoal e do Orkut, vieram de fontes diversas e não se conheciam entre si, pelo que uma concentração originária comum é um resultado aleatório que é passível de alguma extrapolação.

com menos representantes, Pernambuco, interior de São Paulo e Rio Grande do Sul. Goiás faz fronteira com o noroeste de Minas Gerais.

A percepção comum aos entrevistados também é a de que a maioria dos imigrantes brasileiros veio de Minas Gerais.

Figura 5.1 - Mapa das 27 unidades federativas brasileiras



Fonte: Disponível em: <http://searchpp.com/mapa-atual-do-brasil-tem-26-estados-e-mais-o-distrito-federal-clique/>

«Você vê muito é mineiro, goiano... (...), paranaense, curitibano... Das regiões mais interiores... Porque geralmente o carioca e o paulista não emigram...» [marido, Ent01_C_Lisboa_2001].

«Valadares está todo vazio. Porque você vê tanta gente, mas tanta! Valadares, Valadares... Tantos, mas tantos... Eu fui numa festa... Foi quê, na semana passada, na Costa da Caparica. Estava lá muita gente que eu não conhecia, que era despedida de uma amiga minha. Mas tanta gente de Valadares que estava lá! "Valadares", "Valadares"...» [Ent06_M_Setúbal_2006].

«Eu acho que a maioria é de Minas Gerais. Minas Gerais e Goiás. A maioria é isso» [Ent08_H2_Setúbal_2001].

«Eu acho que é de Minas Gerais, Valadares. Pelo menos, a maioria que eu conheço é de Minas Gerais. Valadares está tudo aqui» [Ent13_M2_Setúbal_2003].

Pela predominância de características muito localizadas do fluxo migratório em Governador Valadares, e a influência da cultura de migração (Massey e outros, 1993) na origem, pelas razões já apresentadas no ponto 5. do capítulo III, seria expectável que as saídas migratórias fossem em direção aos EUA. Esta cultura de migração é verbalizada pela maioria dos entrevistados, juntamente com a migração que lhe deu origem (de valadarenses para os EUA), insinuando-se alguma reorientação desse fluxo migratório para Portugal.

«Pelo menos 90% da população mais jovem da minha cidade veio para Portugal ou foram para os Estados Unidos» [ent03_M_Setúbal_2002].

«Era mais com pessoas que já estiveram nos Estados Unidos, a gente tinha mais contacto era com essas pessoas... Agiotas... falavam mais era para ir nos Estados Unidos» [ent04_H_Setúbal_2000].

[No consulado dos EUA no Brasil disseram] «Era melhor vir aqui e depois ir para os Estados Unidos. Porque eles já conhecem muito a malta brasileira que, quando fala que vai para os Estados Unidos passear, já não é. E Valadares, Resplendor, Espírito Santo, tudo é a maior emigração que sai para os Estados Unidos» [ent05_H1_Setúbal_2001].

«Quando eu era assim bem pequenininha, mesmo, eu tinha para aí uns quatro anos, tinha uma senhora lá [Ipatinga, próxima de Governador Valadares] que era muito amiga da gente, que foi para os Estados Unidos clandestina (...) Foi, assim, através do México. Foi num camião de melancias, sabe? E está lá até hoje. Já deve ter para aí uns 20 anos que ela deve estar lá. Muitos anos» [ent06_M_Setúbal_1999].

«Tinha parentes nos Estados Unidos, como a maior parte das pessoas da minha cidade têm, com uma migração muito forte para os Estados Unidos» [ent11_M1_Setúbal_2003].

«Nossa Senhora. Veio tudo para cá e para os Estados Unidos» [ent13_M2_Setúbal_2003].

«Vão para os Estados Unidos. Tem brasileiro em tudo quanto é canto» [ent14_M2_Setúbal_2005].

«Na época houve um boom de emigrações para Portugal porque fechou a imigração dos Estados Unidos (...) Foi, depois de Setembro. Porque antes o foco era mesmo os Estados Unidos» [ent18_M_VFX_2002].

«Agora não sei, a situação na América já não é tão boa. Mas aquilo eram milhares de pessoas por dia a fazer filas à porta do consulado (dos EUA) para essa entrevista» [ent19_H_Setúbal_2000].

A circunscrição da origem da emigração contribui para a eficácia do acionamento de redes e do desenvolvimento de um negócio em torno da emigração para Portugal, cuja confirmação sobressai na continuação da análise das entrevistas. Existiriam elementos que se aglutinavam em torno de uma indústria de migração (Castles e Miller, 2003) vocacionada para os Estados Unidos da América. Quando a origem da emigração está localizada, produz-se uma maior velocidade na consideração da hipótese da emigração como possibilidade de vida nas expectativas dos (ainda) não migrantes, alargando-se assim a rede migratória.

Por alturas do auge do fluxo migratório brasileiro mais recente para Portugal, este já fazia parte, claramente, da representação coletiva dos habitantes do estado onde os migrantes residiam antes de vir e, talvez mesmo, do Brasil como um todo. Mas mais no caso de uns indivíduos ou famílias, do que noutros, é uma realidade que começa a surgir nas suas redes sociais.

Importa agora demonstrar como surge Portugal para os migrantes que inicialmente haviam considerado ir para os EUA.

Houve entrevistados em que ter vindo para Portugal resultou (quase exclusivamente, ou não) de haver elementos da sua rede (familiar ou outra) já previamente estabelecidos no destino. Outros houve cuja vinda foi estimulada pela vinda anterior de um familiar direto (para citar dois exemplos: a que veio porque casou por procuração e veio ter com o marido que já cá estava, ou uma menor que veio ter com o irmão). Nestes dois casos, Portugal constituiu uma segunda escolha estes familiares diretos.

«Na época não havia tanta gente, era mais gente do Rio e de São Paulo. Ele [irmão] queria ir para algum país da Europa ou Estados Unidos. Mas o visto dele foi negado para os Estados Unidos...» [ent12_M_Lisboa_2003].

«Eu não sei se ele [marido] tentou mesmo ir. Eu sei que ele teve um problema quando ele fez o passaporte, que parece que o passaporte foi falsificado, e então não teve como ele ir. E depois ele desistiu dos Estados Unidos e começou a mexer para vir para Portugal» [ent13_M2_Setúbal_2003].

Nos outros, só quando verbalizado é possível perceber essa reorientação. Um dos entrevistados pediu um visto de turista para os EUA, com o objetivo de aí estender a estadia (migrar irregularmente), previamente à vinda para Portugal. Esse visto foi negado e esse caso é um claro exemplo da reorientação da emigração.

«Fui eu, o meu pai e a minha irmã mais nova. E foi negado. E quando foi negado o visto, foi o caso dessa minha tia que já cá tinha vivido (...). Eles justificam com motivo B, e no motivo B eles dizem que você não tem nada que te prenda ao país de origem. Então, você tem uma grande probabilidade de não ir a passeio e é para um visto de turismo» [ent19_H_Setúbal_2000].

Portanto, entre os entrevistados há exemplos da ponderação das duas hipóteses na decisão. Surgem comparações dos dois países no domínio da irregularidade: por um lado, sai mais barato estender a permanência regular de turismo para irregular de migração, no caso de Portugal, do que investir financeiramente em procedimentos para a entrada nos EUA como imigrante ilegal; por outro, não é preciso fazer travessias perigosas e indocumentadas como no caso dos EUA, e um entrevistado exemplifica mesmo com uma das piores consequências que daí podem advir, porque o irmão foi preso ao atravessar ilegalmente a fronteira (para os EUA).

«É porque, como eu era estudante, eu fiz uns currículos como empresário, como estudante, e tal, para ir para a América. Não consegui ir para a América. Me pediram: "vai primeiro para a Europa, para um país da Europa, e depois a gente te dá um visto e você vai para os Estados Unidos" (...) No consulado americano no Rio de Janeiro. Aí foi onde que eu vim para aqui, para voltar com seis meses e ir para a América. Aí, eu cheguei aqui e fiquei sabendo que não vou para a América, fico em Portugal. Foi isso» [ent05_H1_Setúbal_2001].

«A nossa hipótese era Portugal ou Estados Unidos. Mas só que os Estados Unidos é preciso o visto. Portugal você consegue tirar o visto aqui: você passa, depois corre atrás do visto. Nos Estados Unidos já é o contrário: você precisa tirar o visto primeiro para depois ir para o país (...) Cinco mil reais dá para você vir para Portugal. Agora, se você for para os Estados Unidos é três vezes mais. É preciso gastar dinheiro com o visto, com passagens e é com dólares e mais não sei quê, roupas (o frio lá é mais chato do que aqui, a roupa que você compra para vir para Portugal não se compara com a roupa que você tem que comprar para ir para os Estados Unidos, você gasta mais). Você tem mais lucro vindo para Portugal do que indo para os Estados Unidos. Então, se a gente for para os Estados Unidos como vem para aqui, que a gente vem ilegal, então você corre o risco de você ir e não passar e voltar e perder o dinheiro. E o que você perde é mais de 20 mil

reais, no caso. E a gente vir para Portugal, perder cinco mil reais é prejuízo, mas também não é muito, se perdeu foi pouca coisa. Agora, se perder mais de 20 mil reais, para uma pessoa que você pediu que não conhece [agiotas], é complicado» [ent04_H_Setúbal_2000].

[ir para os Estados Unidos] *«Já tive vontade, mas hoje não (...) porque o meu irmão [que veio depois para Portugal] foi pego três vezes na travessia» [ent15_H_Setúbal_2003].*

«Geralmente eu tinha vontade de ir para os Estados Unidos (...). Mas o problema era entrar. Eu tenho medo, nunca gostei de ter problemas com a justiça e de ser perseguido pela polícia. Nunca gostei disso» [ent20_H_Lisboa_1998].

Exemplificados percursos migratórios que seriam para os EUA e não o foram por recusas de vistos ou, por ter sido reforçado o controlo de fronteira,⁹⁵ se tornou mais difícil entrar (em travessias ilegais) e por isso aumentou o medo, importa agora perceber de que modo o surgimento de outra rota de migração atraiu migrantes que inicialmente não poriam a hipótese de sair para o destino mais tradicional. A justificação da escolha de Portugal recai, em casos como estes, no critério da língua comum que constitui, em particular para alguns migrantes, um elemento favorável (comparativamente) ao movimento e minora a circunstância de este corresponder a uma mudança de continente (o que não acontece com o fluxo migratório mais tradicional).

«E, evidentemente, se há essa oportunidade de você trabalhar... até por ser uma língua mais fácil... É a nossa língua, não é?» [ent01_C_Lisboa_2001].

«Eu sempre disse “eu sou inteligente mas não tenho estudos, não sei falar outra língua”. Por isso Portugal» [ent02_M1_Lisboa_2005].

«E eu falei com ela [mãe] “Para os Estados Unidos eu não vou. Para já, eu não sei falar inglês, falo pessimamente mal, quase nada. Então, eu não vou» [ent03_M_Setúbal_2002].

«É a língua...» [ent06_M_1999].

«Ele: Olhei no mapa e falei assim “quais os países que falam a língua portuguesa?” porque eu não gosto de inglês. Nem gosto de americano. É um racismo» [ent10_C_Setúbal_2002].

«Mesmo a questão da língua, principalmente» [ent11_M1_Setúbal_2003].

95. O último reforço de controlo de fronteira não foi apenas em 2001; durante os anos 1990 houve várias operações de controlo fronteiriço e entre 1994 e 1999, os polícias de controlo de fronteira aumentaram de 4.200 para 7.700 (Orrenius, 2004: 285).

A tripla condição de mineiro, menos escolarizado e menos favorecido associa-se a uma menor probabilidade de obtenção de um visto de turista do que os paulistas e cariocas mais escolarizados que viajam para os Estados Unidos e entram legalmente como turistas, razão pela qual arriscam mais em ir para o país pelo México (Margolis, 1994).

Em suma, se existe a percepção de que “faz parte da vida do valadarense ir para a América” (Assis, 2002), atualmente pode afirmar-se que também ir para Portugal já se tornou parte desta cultura de migração (Massey e outros, 1993; Massey, Glodring e Durand, 1994) entre os brasileiros, em particular tendo começado pelos residentes em Minas Gerais. E o controlo mais rígido das fronteiras dos Estados Unidos da América, traduzido também na recusa de atribuição dos vistos de turismo, não é alheio ao desenvolvimento deste fluxo com orientação europeia que tem como vantagens comparativas objetivas a língua e a facilidade da entrada devido à isenção do visto de turismo. Em qualquer dos casos a emigração tem uma fundação irregular, porque também para os EUA é ao visto de turismo que os imigrantes se candidatam se não pretendem atravessar a fronteira clandestinamente.

São os próprios imigrantes que contribuem com pistas para o estabelecimento da ligação entre a realização da migração e a cultura de migração ou influência local:

«Três anos antes de vir para cá eu fui para Minas Gerais, para Governador Valadares de onde se emigra muito, 90% da população emigrou. Então, através desse pessoal...» [ent20_H_Lisboa_1998].

Desta cultura de migração fazia parte toda uma organização ou indústria de migração que transitou parcialmente para o destino português, quando por fatores exógenos ao país a emigração para os EUA sofre revés. Juntou-se a circunstância de Portugal necessitar de mão de obra. Mas sobre isso debruçamo-nos mais à frente.

3. O CONHECIMENTO VALORIZADO SOBRE PORTUGAL: AS DIFERENÇAS SALARIAIS

Permanece a intenção de continuar a argumentação sobre não haver ligação entre a migração recente e a anterior, por se tratar de uma migração laboral fortemente orientada para objetivos de ganhos financeiros rápidos. O primeiro ponto tem como um indicador o facto de os imigrantes conhecerem muito pouco acerca de Portugal previamente à vinda. O segundo consiste no facto de o atrativo principal transmitido ser a referência aos montantes elevados das remunerações por comparação com o Brasil.

Os entrevistados não demonstraram, em geral, ter conhecimento prévio consubstanciado sobre o país e a postura da maioria dos testemunhos atuais, enquanto ainda “candidatos a emigrantes”, revela não terem sido feitas quaisquer pesquisas para aumentar o conhecimento sobre o país para o qual pensavam (ou decidiram quase sem pensar) mudar-se. Na emigração anterior os imigrantes tinham-se munido de informação sobre a vida em Portugal, através de jornais, revistas e pessoas, para tomarem uma decisão mais segura sobre a mudança de país (Pinho, 1993).

A imagem que detinham de Portugal revelava-se, portanto, nula ou desfocada, fazendo jus à teoria de que o que importa não são os fatores de repulsão e atração objetivos, mas a percepção que destes se tem (Lee, 1969), e não se empreenderam esforços anteriores para a ajustar ou confrontar previamente a realidade com o que se idealizava.

“É assim, quem está lá pensa que aqui é mil maravilhas. Mas é só quando está aqui é que se engana (...). Sinceramente, nós sabíamos pouca coisa... Muito pouca coisa mesmo. Porque é assim, contactos com pessoas aqui de Portugal eram muito poucos. Era mais com pessoas que já estiveram nos Estados Unidos, a gente tinha mais contacto era com essas pessoas...” [Ent04_H_Setúbal_2000].

«Na altura só mesmo o que a gente vê na matéria de escola. Quase nada, né?» [Ent05_H1_Setúbal_2001].

«O que eu conhecia de Portugal, lá era, fora a parte do futebol, foi através da minha mãe que falava da festa aqui da cidade» [Ent08_H2_Setúbal_2001].

Ela: *«Pensava que era país de 1.º mundo, pensava que as pessoas daqui tinham um futuro invejável... Sério!»* [Ent10_C_Setúbal_2002].

«O que eu sabia? Eu sabia que o meu avô era daqui, que o meu bisavô era daqui e vi alguns postais que o meu irmão mandou, mais fotos que o meu irmão levou... Só, mais nada» [Ent12_M_Lisboa_2003].

«Só sabia que o pessoal falava muito “pois, pois” (risos). Era isso que eu sabia. Não tive tempo de ficar a saber muito sobre Portugal por causa disso, porque não foi assim uma coisa que planejei e que comentei com toda a gente...» [Ent17_M_2004].

«No Brasil a gente ouve muito pouco falar de Portugal, muito poucas notícias, muito pouco. Mesmo a história, a gente estuda muito a história dos portugueses no Brasil, não de Portugal (...) Pouquíssima coisa. O rio Tejo, de onde saíram as embarcações, e muito através da história, porque geograficamente sabia muito pouco» [ent19_H_Setúbal_2000].

«Nada. Sabia só que era a língua portuguesa e que descobriram o Brasil e mais nada (risos)» [ent20_H_Lisboa_1998].

Um dos elementos de preocupação verbalizados em proporções importantes na reflexão sobre a adaptação é o clima, destacando-se as diferenças relativamente à origem. Minas Gerais é um estado com clima tropical e tropical de altitude, com invernos amenos. Em Belo Horizonte, a temperatura média anual varia entre 15.º e 28.º, e em Governador Valadares o mês mais frio tem temperatura média de 14.º, portanto invernos pouco frios.⁹⁶ Quem vem no verão, como não pode trazer muita roupa a contar com as estações seguintes para não atrair as atenções do SEF sobre a intenção de prolongar a estada, também tem menos preparação para a estação fria. Também é possível, então, que “sentir frio” tenha surgido mais por parte de quem passou por estas situações, do que só efetivamente pela surpresa relativamente ao clima do país.

«Não, eu não perguntei nada. Nada, nada, nada (...). Sabia que era frio... Hum, só isso, eu não perguntei mais nada. Eu não pensava, não passava pela minha cabeça vir para cá. Aí, vim naquela correria...» [Ent14_M2_Setúbal_2005].

«Sabia que se falava português e que era frio. Era a única coisa... (...) Tentei saber como era. Através do meu primo também que estava cá. Como é que era aqui, se era mesmo frio, porque eu morria de medo do frio e diz iaque era bastante frio aqui. “Ah, não, eu não vou aguentar não, eu vou morrer lá no frio” (...) Ele dizia que depois acostumava com tudo, com o tempo ia acostumando» [Ent13_M2_Setúbal_2003].

Os discursos que demonstram algum conhecimento prévio sobre Portugal provêm de imigrantes mais escolarizados. São revelados conteúdos sobre a possibilidade de obtenção de formação no país, isto da parte da imigrante que utilizou também uma rede social digital como meio para a migração (como suporte de contactos com o que veio a ser o marido) e entrou com um visto de estudante para realizar uma pós-graduação no país. Uma imigrante com inserção no mercado de trabalho secundário, e que possui uma licenciatura, tinha recursos e expectativas para poder vir a ter uma inserção no mercado de trabalho primário, mas teve um processo de migração com contornos que, à frente, na análise das redes, se elucidam e demonstram uma má avaliação do movimento no que à integração no mercado laboral diz respeito.

96. Para Belo Horizonte, em http://pt.wikipedia.org/wiki/Belo_Horizonte; para Governador Valadares, em http://pt.wikipedia.org/wiki/Governador_Valadares.

«Bom, o que eu sabia de Portugal era o básico que os brasileiros sabem, não é? Porque, infelizmente – e eu digo infelizmente porque é muito triste isso – o que nós estudamos da história de Portugal penso que é o que está relacionado com a história do Brasil. Pronto, eu sou um pouco mais curiosa, eu pesquisava outras coisas sobre Portugal, assim... Tinha Portugal em mente como um lugar que eu gostaria de visitar mesmo a passeio ou, talvez um dia, se eu pudesse, e tivesse capacidade de fazer uma pós graduação na Universidade de Coimbra, que foi uma coisa que eu sempre pensava. Direito, porque é famosíssima no Brasil, não só pela antiguidade... Sempre pensei isso, era uma coisa que era só aquela vontade, eu nem desenvolvi, digamos assim. Mas sempre pensei em Portugal nestes termos. Sempre respeitei muito os portugueses pela história, não é? Pelas Descobertas e tudo o mais, embora no Brasil o português geralmente é visto como uma pessoa boa, honesta, trabalhadora e um pouco ingénua, o que não é nada verdade (...).» [Ent18_M_VFX_2002].

«No Brasil a gente sabe que Portugal é um país que tem um nível de pessoas idosas bastante elevado. Então, é uma das coisas que a gente conta isso lá no Brasil como ponto positivo. Se Portugal é um país com bastantes pessoas já com uma certa idade avançada, talvez eu, sendo jovem, eu posso ajudar a contribuir para alguma coisa no país e, automaticamente está-me ajudando também, está chegando ao objectivo que eu quero para mim, para o pessoal» [Ent_7_M2_Lisboa_2005].

Neste fluxo migratório, o facto de a maioria se compor de movimentos com uma base irregular introduz um elemento de incerteza no movimento: os *candidatos* a imigrantes não têm a certeza de conseguir entrar em território português e de conseguirem realizar o projeto que têm, que é o de experimentarem (pelo menos) começar a trabalhar antes de optarem por permanecer (por tempo mais ou menos determinado) em Portugal. O investimento e o esforço na recolha de informação para diminuição de riscos na tomada de decisão e no movimento veem a sua relevância diminuir, pensamos que essencialmente por duas razões: por um lado, e de acordo com o discurso, a vinda é “para experimentar”, não é definitivo que seja para permanecer e nem há certeza da passagem ser efetuada, porque há o risco da deportação (ser “mandado para trás”), portanto o prejuízo deverá ser o menor possível; por outro lado, só a existência de contactos com outros migrantes e a confiança depositada no funcionamento da rede à chegada e nos primeiros dias são suficientes para o impulso relativamente à realização do movimento, na grande maioria dos casos.

«Vim, e pronto. Se o irmão dela estava aqui, e se estava tudo bem...» [marido, ent01_C_Lisboa_2001].

A informação mais completa que parecia chegar aos imigrantes sem esforço, que ainda assim é verbalizada demonstrando a sua falta de veracidade, – apenas constatada depois da experiência direta com a realidade – é a do diferencial de salários entre o Brasil e Portugal, largamente favorecendo o último. E, de forma também muito marcante, fazendo preponderar este fator de atração sobre qualquer fator de repulsão no Brasil. Tendo em mente as características da migração, e o que têm subjacente – os imigrantes podem ser descritos como target earners, o que sucintamente significa que têm uma meta de ganhos e trabalharão até a obter (Piore, 1979: 95-98) – em muitos casos esta informação foi o motor para a consideração do movimento, com um enquadramento de redes de migrantes entretanto bem desenvolvidas que “colocam um posto de trabalho no destino ao alcance da maioria dos membros da comunidade e fazem com que a emigração seja uma fonte confiável e segura de rendimento” (Massey e outros, 1993: 449).

«E virou para ela “Quando eu chegar lá, eu arrumo emprego para a tua filha a tomar conta de uma idosa, para ganhar 800 euros”. Eu sou péssima em contas, mas 800 euros, x 2 e meio dava, no mínimo, 1600 quase 2000. Era por aí, nessa base... Para a minha mãe, para quem ganhava 140, ir ganhar 1600... (...) E eu sabia também que isso cresce água na boca... Ganhar 140 e te oferecerem, de repente, mais mil e qualquer coisa...» [ent03_M_Setúbal_2002].

«Quando eu vim para cá falavam comigo, que Portugal dava para tirar 3 mil euros livres de despesas. Cheguei aqui e nem 200 contos eu consigo tirar...» [ent04_H_Setúbal_2000]

«De cá de Portugal? Dizia que se ganhava muito dinheiro» [ent06_M_Setúbal_1999].

«É... Que a situação aqui era bem melhor do que lá. Que se ganhava muito bem aqui, à vista de lá, quando o euro era muito alto. Que convertendo o dinheiro era bem alto. Falava tudo isso» [ent03_M2_Setúbal_2003].

«Ele falava que era muito bom para viver e para morar e para se ganhar dinheiro, que o salário aqui compensava, que não era como o Brasil, que o salário lá não dava para nada. Assim foi enchendo a cabeça da gente de ilusão. A gente vem para cá e vê que não é nada do que nos falam» [ent09_H_Lisboa_2005].

«Só que antes disso, quando eu pensava em vir, a primeira vez que eu tentei vir, também chegou lá um e estava a dizer que dava dinheiro, mas na altura dava, ainda era em escudo. E, realmente, dava, porque ele chegou lá e fez muita coisa. Conseguiu chegar lá e fez a casa dele, montou um negócio para ele, e eu vi aquilo e pensei: realmente, se a pessoa segurar, dá para chegar aqui e fazer alguma coisa» [ent15_H_Setúbal_2003].

«Eu pensava que eu conseguia juntar os 1000. A minha ideia era essa. Se eu ganhar mil, eu vou juntar mil. Só depois de vir é que eu vi» [ent15_H_Setúbal_2003].

«Iguar quando eu tava lá, que diziam “ah, uma manicure ganha 2 mil euros”. Mentira! Eu não conheço nenhuma que ganhe 2 mil euros. Conheço sim, quem ganhe 500 euros, 600 euros... Os dois mil euros foram para onde? Entende? São coisas que as pessoas daqui vão para lá falar mentira, que não é verdade» [ent17_M_Setúbal_2004].

«E vim para cá, achava que... Na verdade, na ilusão, né, achando que era diferente, na altura pensava que aqui era mais desenvolvido, mais à frente, e cheguei e foi um bocado um choque de notar que não era (...) Foi um bocado ilusório, nos valores pagos pelo trabalho não era nada daquilo que eu estava à espera, eu me iludi. Na verdade era um bocado ilusão porque não tinha conhecimento mesmo para saber o que é que vinha cá encontrar» [ent19_H_Setúbal_2000].

«Que chegava a ganhar 5 mil reais por mês, que ele dizia» [ent20_H_Lisboa_1998].

No confronto com a realidade após a chegada, a informação que chegava aos imigrantes enquanto ainda estavam no Brasil e que contribuiu para tomar a decisão do movimento foi apresentada nos testemunhos como falsa. Esse facto pode ocorrer em migrações continuadas no tempo, porque mesmo que alguma vez a informação tivesse sido verdadeira, pode não ser depois corrigida a tempo de os fluxos se ajustarem à realidade. Mas o que tende a ocorrer é a simultaneidade de dois fatores: as decisões não são tomadas através de cálculos rigorosos de custo-benefício como defendido pela economia neoclássica; e resultam de informações que permitem reduzir a incerteza, na medida em que reproduzem o que se julgava serem comportamentos bem-sucedidos de outros. Se os primeiros emigrantes “ganham bem”, e se há postos de trabalho, outros riscos associados ao movimento são minimizados.

Para uma explicação da ocorrência deste fluxo de comunicação com dados que se consideram desajustados da realidade, e que chegam mesmo a ser descredibilizados, recorre-se ao modelo de processo de tomada de decisão apresentado por Haberkorn (1981) e à fase de quando os imigrantes, inseridos num fluxo migratório, chegam ao destino e confrontam a informação que detinham, com a que encontram. Em caso de a nova realidade ser muito diferente daquilo que imaginavam – e que está patente nos testemunhos – o autor lista algumas das possi-

bilidades depois de aderir à deslocação apesar do *feedback* negativo: 1) retornar à origem, desfazendo a decisão, o que acarreta constrangimentos emocionais, sociais e económicos (custos da deslocação, nomeadamente); 2) ficar e empreender exatamente aquilo a que se propôs, aceitando todas as condições impostas pelo novo ambiente; 3) desenvolver atitudes de defesa em relação à imigração e racionalizá-la mantendo a ideia, para si e para os outros, de que o resultado foi bem-sucedido, exagerando todos os aspetos positivos para se convencer de que a frustração há de ser provisória (Haberkorn, 1981: 270). É esta terceira modalidade de comportamento de adequação à decisão pelo movimento que pode explicar a desadequação dos elementos acerca da vida em Portugal que eram veiculados para o Brasil, e que evidenciam a saliência dos sucessos em detrimento dos problemas.

E os estereótipos da vida em Portugal pareciam permanecer, potenciais emigrantes podiam continuar a desenvolver visões irrealistas de como a vida é fora, e do que é possível esperar dela.

«O euro tem uma forma muito maior do que o real, não é? Ou seja, o euro vale 2.70 reais. Então, eles acham que aqui você ganha 600 euros por mês, igual eu estou a ganhar, 600-700 euros por mês, e eles acham que eu estou ganhando muito, porque 600 ou 700 euros aqui são 2.000 reais lá. É um salário extraordinário para eles lá. Mas eles se esquecem que a gente tem renda e tal, comida...» [ent09_H_Lisboa_2005].

«Porque todo o mundo acha que aqui a gente junta dinheiro e que vamos ter casa, carro, não que somos ricos, mas não é isso...E é isso que eu tento explicar para elas, para elas não virem para cá» [ent12_M_Lisboa_2003].

Estes testemunhos estão em sintonia com o que, em estudo sobre o tráfico de migrantes em Portugal em 2005, é referenciado em nota de rodapé sobre as tabelas salariais indicadas pelos membros de redes de auxílio à imigração ilegal a quem pretendia emigrar (os seus “clientes”) e terá sido a partir daí que se gerou esta ideia dos salários muito elevados por comparação: cabeleireira, manicura e pedicura, 1.700 dólares; pessoal para a construção civil, 2.500 dólares (Peixoto e outros, 2005: 187). Independentemente da sua autenticidade, o conteúdo da informação constituía, em termos de poder de compra, um apelo ao movimento e terá atraído candidatos a migrantes para se tornarem “clientes” destas redes de negócio de angariação de imigrantes ilegais que funcionaram como equivalentes, no início, às redes informais de informação e de ajuda constituídas por amigos e familiares.

O conceito de informação baseada no lugar, na perspetiva do mercado de trabalho local (Sassen, 1995), corrige o conceito de cálculo de utilidade da economia neoclássica e é útil para compreender o que os entrevistados referem como a ilusão que lhes foi transmitida. A informação que chegara aos imigrantes sobre os salários, conjuntamente com o diferencial de comparação com os salários no Brasil, não incluiu elementos sobre o nível de vida em Portugal necessários para calcular o diferencial de maximização de ganhos. Assim, a compreensão do conteúdo daquela informação passada para os imigrantes tornou-se um evento local (Sassen, 1995: 106), ou seja, só depois de estarem em Portugal tiveram acesso à medida dos ganhos relativos ao Brasil em termos do diferencial de salários que lhes havia sido transmitido.

Esta imagem transmitida e desfocada serviu para, em termos instrumentais, colocar Portugal ao mesmo nível dos Estados Unidos da América (e era isso o pretendido pelos que começaram a emitir a “novidade”). O país que outrora não competia com o destino norte-americano na dimensão económica passou a equiparar-se quando se combinaram as necessidades do mercado de trabalho português, a dificuldade de fazer chegar emigrantes aos EUA e a valorização do euro. Com as vantagens comparativas de se falar a mesma língua e ser possível entrar no país sem sentimentos de perseguição pela polícia, e os fluxos de informação devolvidos à origem, apesar do que depois chegam a considerar-se condições adversas, a migração para Portugal desenvolveu-se ao ritmo que hoje se conhece. Estas dinâmicas são difíceis de distinguir de esforços de recrutamento ativos e propositados, como aliás Piore já referia numa afirmação citada atrás acerca de fluxos de informação entre pessoas de “cá” e de “lá” (Piore, 1979: 19).

«Sim. Mas eu não incentivo ninguém, porque a culpa de ter muitos imigrantes em Portugal é que, eles próprios quando chegam ao Brasil contam coisas que não são verdadeiras»[ent12_M_Setúbal_2004].

4. AS RAZÕES PARA A EMIGRAÇÃO E O “ACASO” DE SE CONHECER EMI-GRANTES

Que as redes não conseguem, sozinhas, fazer surgir uma corrente migratória, é largamente assumido pela academia. No entanto, em determinados fluxos migratórios é devido a elas que uma grande maioria dos movimentos ocorre, tendencialmente em direção a conjunturas favoráveis economicamente, porque elas permitem alargar à emigração as alternativas de vida viáveis e mesmo prováveis para cada vez mais indivíduos à medida que outros vão saindo.

Neste ponto pretende-se começar a demonstrar a argumentação de que a recente emigração brasileira se deve ao recrutamento irregular pelas redes de migrantes. Como corolário, acrescenta-se que a migração ter-se-ia mantido ao ritmo a que acontecia nos anos 1990, ou estaria mesmo em retração, caso as redes não tivessem intervindo.

Entre os imigrantes entrevistados não há quem tenha vindo sem conhecer alguém que já cá estivesse – ou que, de alguma forma, fosse ligado a Portugal – e, na sua maioria, todos esses elementos das suas redes tiveram uma influência decisiva na vinda, ao ponto de a terem mesmo incentivado num primeiro momento. Depois dos próprios, em cerca de metade dos casos vieram outros migrantes.

Num importante número de casos, como se pode ver no quadro 5.2, as pontes entre o Brasil e Portugal foram importantes na difusão de informação, mas foi entre estas “ligações fracas” (Granovetter, 1973) que se encontraram insucessos no apoio à concretização da fixação, o que não é surpreendente se a perspetiva for a de que é através de laços fortes que surgem as obrigações recíprocas e as expectativas de retorno traduzidas por capital social (Faist, 2000). As ligações fracas definir-se-ão por pouco tempo, pouca densidade emocional, pouca intimidade e pouca confiança mútua e serviços recíprocos na relação entre os atores sociais em causa (Granovetter, 1973).

Fazendo a migração parte do quotidiano das localidades originárias da emigração brasileira recente para Portugal, constitui forte probabilidade o seu surgimento como cenário alternativo quando se reavaliam projetos de vida em situações de desemprego, ou com a influência de outros fatores pessoais (Lee, 1969), como a morte de um familiar ou uma separação. Esta probabilidade acentua-se quando estes momentos decisivos, em que “o indivíduo se tem de lançar para qualquer coisa de novo sabendo que a decisão tomada, ou o curso de ação seguido, têm uma qualidade irreversível, ou que pelo menos a partir dali já é difícil regressar aos velhos caminhos” (Giddens, 1994: 101) coincidem com o encontro com um migrante pioneiro ou anterior que se encontra na sociedade de partida a usufruir de férias. Estas redes facultaram a associação entre situações críticas e a perturbação da vida rotineira e senso do familiar entre os (agora) imigrantes (Giddens, 1979), e a apresentação da emigração como alternativa de vida. E, com o decorrer do tempo, pode acontecer que todas as famílias conheçam um emigrante (retornado ou não) em Portugal, ou um amigo de imigrante. Se não houvesse esta concentração em poucos estados brasileiros, e em especial com Minas Gerais, a emigração ter-se-ia produzido a um ritmo mais espaçado no tempo, como aliás vinha acontecendo anteriormente.

Quadro 5.2 - Pontes entre redes em Portugal e no Brasil

Entrevista	Ligações com Portugal			
	1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
1. Casal	Irmão dela/cunhado dele	O próprio	A própria	-
2. Mulher	Amiga	A própria (depois de uma ida da pessoa a passeio)	-	
3. Mulher	Filho de uma amiga da mãe	A própria depois de uma ida da pessoa a passeio)	Filhos	
4. Homem	Cunhada de um primo	Primo	Próprio	Mais dois primos
5. Homem	Uma família que lhe estava grata por alguma coisa	Próprio	Uma prima (que veio através de uma amiga)	
6. Mulher	Uma amiga	A própria	O marido	Irmão do marido
7. Mulher	Uma senhora que é sogra de um primo em segundo grau da mãe	A própria	-	
8. Homem	Amiga da mãe	Mãe	O próprio	Um irmão
9. Homem	Amiga não próxima da (então) mulher. Amigo dele	A (então) mulher	O próprio	Filhos Sobrinho
10. Casal	Um conhecido. Uma amiga da dentista	Os próprios	-	-
11. Mulher	Um primo	A própria	-	-
12. Mulher	Um irmão	A própria (depois de uma ida do irmão a passeio)	-	-
13. Mulher	Um primo do (então) namorado	O namorado	A própria (depois de casar por procuração)	A irmã (através de uma amiga)
14. Mulher	Uma tia	A mãe	A própria	A filha
15. Homem	Mãe e padrasto	O próprio	Um irmão	A namorada
16. Casal	Uma tia	Um irmão dela	A própria	O namorado
17. Mulher	Um amigo	A própria	-	-
18. Mulher	Um conhecimento pela Internet (namorado, atual marido)	A própria	-	-
19. Homem	Sogra de uma tia que já tinha estado em Portugal	O próprio com o pai	Mãe e irmãos	-
20. Homem	Um irmão da namorada	O próprio	-	-

Fonte: entrevistas realizadas pela autora maioritariamente entre Janeiro e julho de 2007, as duas últimas em novembro de 2010.

Da análise de todas as entrevistas, o que sobressai na maioria das explicações que os imigrantes dão para a vinda para Portugal é a sobreposição entre um (ou mais) fatores que causaram *repulsão* na vida que se tinha antes da vinda e que perturbaram a continuidade da vida com as mesmas rotinas que os atores as conheciam e lhes davam uma sensação de segurança (como uma situação de desemprego, dívidas, insuficiência do rendimento, morte de um familiar, separação, entre outras) e o *contacto* de um familiar ou um amigo, ou um amigo de um amigo, a estimular a emigração. Ou porque arranja emprego ou, mesmo não verbalizando esse tipo de assistência, dá uma boa imagem do país quando vai a passeio, nomeadamente através do seu próprio exemplo, este elemento da rede do entrevistado proporcionou ao candidato a emigrante relacionar *atração* com a deslocação para Portugal.

A consecução de um trabalho no estrangeiro, oportunidade que advém porque se têm familiares ou amigos no estrangeiro, podendo vir a auferir um salário que é aliciante tendo em conta as referências que se têm, torna-se a prioridade para a resolução dos problemas económicos. E a rede assim se alarga, aparecendo justificações para se considerar que, entre os que estão insatisfeitos, o que faz a diferença entre ficar ou partir numa migração internacional é o acesso a uma ligação com o estrangeiro, através de relação interpessoal, seja ela uma ligação fraca ou uma ligação forte.

As razões ou fatores de repulsão listados foram agrupadas nas seguintes categorias: insolvência económica (como dívidas, desemprego, falta de pagamento de fornecedores); pré-insolvência económica/sustento de familiares; experiências e estudos; e situações críticas pessoais. Em todos os movimentos, insiste-se, esteve um emigrante que pôde colaborar na redução da incerteza quanto ao movimento.

Razão 1: insolvência

«E surgiu a oportunidade de eu vir para cá porque havia o irmão dela aqui e que comentava que estava aqui já e que tinha muito trabalho e tal, e que eu viesse que ele me dava um apoio (...) Na altura estava com a sociedade que não deu certo, e tal, e fiquei com umas dívidas no banco, e tal, e estava tudo no meu nome, e não tinha mesmo como pagar, tive que arriscar então um trabalho aqui que eu pudesse. Fiz um acordo com o banco, e tal, e então vim para cá» [marido, ent01_C_Lisboa_2000].

«Voltei para o Brasil [tinha estado no Japão], abri um negócio no Brasil, correu mal, minha mãe já estava cá nessa época, e eu vim para cá (...) Não me pagavam e eu assumi um compromisso grande com o banco, e como não recebia dos outros, não podia pagar ao banco. E o banco me cortou as asas. Não conseguia

fazer mais nada. Peguei, vendi tudo, falei “isto já não dá mais para mim, vou-me embora”» [ent08_H2_Setúbal_2001].

«Ela (mulher) trabalhava num hospital, onde trabalhou muito tempo, e perdeu o emprego. E ficou seis meses desempregada. E foi ficando chateada com aquela situação, querendo emprego e emprego, e eu tomando conta da situação sozinho, pedindo para ela ter paciência, ter paciência... Aí passa uma amiga lá, falando que vinha cá para Portugal, e se ela não queria vir também para Portugal para trabalhar aqui, e tal... E aí, eu ao princípio não aceitei a ideia, porque a gente nunca se tinha separado, e não queria que ela viesse (...) Tem 12 anos que ele [um amigo] está aqui, já. Eu vim mais foi por influência dele. Quando ele esteve no Brasil, a gente conversou, e ele me falou muito bem de Portugal» [ent09_H_Lisboa_2005].

«Pronto, na altura lá em Valadares tinha umas pessoas que já tinham vindo cá há muitos anos atrás, e diziam que aqui ganhava-se bem – ainda era na altura do escudo – e ela [mãe] já estava cheia de dívidas, conversou com meu padastro sobre a hipótese de vir para aqui, venderam tudo e vieram» [ent 15_H_Setúbal_2003].

«Quando entrou o real, houve muito dinheiro e houve muita coisa e, então, quem trabalhou com dinheiro e conseguiu botar à parte aquilo que era parte de investimento, se calhar hoje ainda está de pé. Mas quem deixou o dinheiro correr, porque lá se trabalha muito com prazo (...) como o meu pai, depois houve o reverso da moeda: muito bom inicialmente, mas depois tiveram que conter porque faltou dinheiro no mercado e, faltando dinheiro no mercado, as pessoas não pagavam. E como não pagavam, o meu pai tinha para receber e começou a entrar em dificuldades. Foi quando ele, que estava com 40 anos de vida, ficou muito desiludido com aquilo, muito triste, e resolveu: “olha, vou tentar outra coisa, em princípio para a América...” (...) E quando foi negado o visto, foi o caso dessa minha tia que já cá tinha vivido...» [ent19_H_Setúbal_2000].

Este último entrevistado, que veio com o pai para começar a trabalhar depois a família veio a juntar-se-lhes, representa o único caso de ligação evidente à primeira emigração de contracorrente migratória, pois a irmã do pai tinha vivido em Portugal e casado com um português e estava a pensar voltar para cá (e veio mais tarde). Foi na casa da sogra desta tia que este entrevistado começou por ficar.

«Ela tinha vivido cá uns oito ou dez anos. Eles conheceram-se no Brasil, a família dele tinha emigrado para o Brasil, depois estiveram uns anos no Brasil e vieram

para cá. Vieram para cá, tiveram dois filhos e voltaram para o Brasil. Estiveram no Brasil outros dez anos, se calhar, uns quinze anos, e regressaram para cá» [ent19_H_Setúbal_2000].

Razão 2: pré-insolvência/sustento familiar

«Há mais de 3 anos que eu tinha vontade de vir, mas eu não tinha condições de pagar para vir, era caro para vir, e a mãe doente... (...) Aí, o meu neto fez 5 meses e a minha mãe faleceu (...) E nesse esperando mais um pouco de condições, eu perdi o contacto da amiga que estava aqui, não tinha dinheiro, e fui ficando. Aí, fez 3 anos que a minha mãe faleceu, aí aconteceu o seguinte: eu recebi, na minha casa, uma imagem da Nossa Senhora de Fátima mandada da capital de S. Paulo, da Igreja de Fátima para mim (...) “É mesmo, a Senhora de Fátima, então ela vai me ajudar, as portas estão abrindo e eu vou mesmo. Mas eu não estou vendo dinheiro, como é que eu vou?” De entre nós os três, a minha filha, o meu genro e eu, era mais fácil eu vir do que eles. (...) Mas aí me lembrei e cheguei numa amiga e pedi dinheiro emprestado (...) Tinha uma outra amiga que estava aqui, que era amiga minha e da minha mãe, tinha quase 4 anos. Já tinha, até, casado cá. Fora outra que eu perdi o contacto, tinha essa. E eu comecei a ir na casa da mãe dela. Antes, ela chegou lá a passeio, falei com ela, ela tinha serviço. Mas eu não podia vir na época. Aí, depois, eu peguei o contacto dela com a mãe dela, e peguei o contacto dela por telefone. Aí, ela falou que ia me ajudar, porque ela conhecia e sabia que eu era uma pessoa honesta, e tal, e me ajudava» [ent02_M1_Lisboa_2005].

«Mas também não tinha muitas opções, porque eu trabalhava para a prefeitura, e tinha um salário mínimo, na altura, de 142 reais... para pagar água, luz, gás, comida... Porque na altura eu tinha uma casa minha, e ainda pagava renda, e não me sobrava muito... Com duas crianças, na altura pequenas, a vida era muito difícil, muito apertada (...) Porque foi assim: ele, nesse meio tempo em que a minha mãe começou a ficar entusiasmada e a achar que era melhor para mim, ele esteve no Brasil. “Não, D. Maria, é verdade. Lá, a gente, por 4 horas de trabalho, a gente ganha tantos – na altura ele falou em escudos – que significa tantos mil reais”. “Espetáculo!”. E virou para ela “Quando eu chegar lá, eu arrumo emprego para a tua filha a tomar conta de uma idosa, para ganhar 800 euros” (...) ela [mãe] falou comigo “tem tudo para se dar muito bem em Portugal. Porque tu, se vires que as coisas estão mal de um lado és suficientemente capaz para ir tentar do outro”. E eu, “bem, pronto, vamos lá ver”» [ent03_M_Setúbal_2002].

«Lá eu trabalhava numa fábrica e não ganhava mal, mas também não ganhava bem. Só para mim dava para sobreviver. Depois nasceu uma filha, eu só vi ela com 1 ano de idade, depois nunca mais a vi antes de vir para Portugal (...). Trabalhei com dois primos meus, que hoje também cá estão em Portugal, um está cá há mais tempo que eu, foi o primeiro que chegou e me trouxe... Ele está aí, já tem 3 filhos aqui... A gente trabalhava juntos e a gente fazia planos de quem viesse primeiro, ajudava o outro. Pronto, ele teve oportunidade de vir, porque o irmão da mulher dele estava cá, e ajudou ele, e depois ele chegou, ficou 1 ano, trouxe a mulher, e depois me trouxe. Mandou o dinheiro, na época foi 3 mil reais, p'raí coisa de 200 contos, mais ou menos nessa faixa. Mandou o dinheiro para mim, eu comprei a passagem, e quando eu cheguei a Portugal, paguei» [ent04_H_Setúbal_2000].

«Ela: Eu ouvi lá dentro ele falando, o negócio de Portugal, Portugal. Quando eles saíram, foram para uma praça e ficou lá sentado num banco (...) E "ah, vou lá falar": E fomos. E ele falou que a vida dele mudou muito, né, que o ordenado aqui era muito bom, e "ah, a gente está pensando em ir para Portugal também"» [ent10_C_Setúbal_2002].

Quando se identificam razões não económicas associadas à saída, também aí os laços com Portugal e o acesso a informação que apresenta uma alternativa de vida são o que se combina com estas razões para incitar a saída.

Razão 3: experiências e estudos

[o entrevistado que foi aconselhado a vir primeiro para Portugal antes de ir para os EUA] «E ela falou "estou a ir para Portugal, nunca vou-te esquecer. Qualquer coisa que precisar, conte comigo, se for passear, passar férias". Inclusive, eu vim passar férias. Aí, teve uma altura que me ligou, "Olha, eu falei com o O., se quiser vir passar férias no final do ano - isso era 2001, agosto de 2001 - pode vir para minha casa". E, pôxa, gente, eu já estava mesmo quase comprando a passagem para vir para Portugal. Aí me animei mais de vir para Portugal por causa disso» [ent05_H1_Setúbal_2001].

Ela: «Tenho familiares que estão cá há seis, sete anos. Tenho tia, tenho irmão, tenho prima que é casada com português... E já tinha um tempo que a gente pensava... que comentava em querer conhecer o país, em querer vir. Então, o facto de ter familiares aqui, ficou mais fácil, a gente ia-se sentir mais acolhido. Tanto é que quando nós viemos, nós morámos no meu irmão (...) A minha tia namora um português e eles foram passear no Brasil e ficaram lá em casa. E ele estimulando: "Vai, você vai gostar de estar lá..."» [ent16_C_Lisboa_2005].

Razão 4: situações críticas pessoais

«A minha mãe me colocou isso na cabeça. Eu não pensava em vir para cá. Para mim, eu não tinha paixão nenhuma. Aí, a minha mãe “ah, você tem que vir, não sei quê”. Aí, eu vim (...) Eu estava um pouco desorientada porque eu tinha acabado de separar, aí eu estava com a cabeça... E aí “ah, eu vou, vou para lá ver como é que é”. Eles falam, vou lá conhecer. E vim» [ent14_M_Setúbal_2005].

«E emocionalmente eu não estava muito bem. Depois de eu ter separado, pouco tempo depois, o meu pai morreu, e eu estava mesmo desorientada e as coisas perderam um pouco o sentido para mim, estava meio maluca mesmo... Depois, um amigo meu estava cá, tinha vindo para cá também passear, e depois ligou-me e disse que era fixe, tinha muito trabalho, essas conversas assim, mas não vim mais por causa disso, tinha mesmo curiosidade em conhecer e, se gostasse, ficava. Foi o que eu sempre disse. Mas não foi nada assim planeado» [ent17_M_Setúbal_2004].

A maioria destas situações exigiu repensar as suas práticas rotinizadas nas quais a emigração, enquadrada pelo estímulo ou a ajuda de um elemento da rede pessoal não pareceu, só por si, um risco muito elevado. Também há casos que parecem não ter qualquer relação com insatisfação na origem e revelar uma direta associação com um cálculo económico positivo, associado também ao facto de já estar cá um elemento da rede social que impele ao movimento.

Mais atração no destino

«E os parentes dela viviam aqui. E um cunhado dela [mulher]: “ah, vem para cá”. E eu ganhava muito melhor lá do que quando vim para cá. (...) [veio] Porque se dizia que aqui eu ia ganhar muito mais e não sei o quê, e nada. Cheguei aqui e não ganhava nada...» [ent20_H_Lisboa_1998].

«Não os vi, não os conhecia, só que como a pessoa vira para você e fala aquelas coisas que você vai conseguir resolver sua vida... Porque é assim, todo o mundo quer ter a sua independência, seja ela financeira, pessoal, psicológica, qualquer uma... E eu sempre tive esse espírito de querer ter uma coisa só para mim. No Brasil, hoje, a minha família nunca teve necessidade de nada, nunca me faltou nada, tenho uma casa muito boa, tenho carro no Brasil...» [ent07_M2_Lisboa_2005].

O aliciamento para migração pode estar inscrito nas estratégias associadas aos primeiros objetivos de deslocação em migrações económicas, que são os de permanecer no destino apenas enquanto se cumprem determinadas metas de poupança. Se

se deslocarem elementos da rede que se mantinha na sociedade de origem, podem cumprir-se os objetivos sem passar pelos riscos de dividir alojamento com desconhecidos. Globalmente a finalidade será a de transformar a sociedade de chegada num ambiente mais familiar.

Uma das principais diferenças na comparação entre os fluxos migratórios em confronto neste trabalho no que respeita às motivações é a de que em geral não foram referidas a violência e as dificuldades de planeamento de vida que mais sobressaíram no estudo sobre o processo de decisão de migração nos anos 1990 (Pinho, 1993). Apenas uma entrevistada sugere esse problema de forma espontânea. Quando a violência é sugerida, é mais vezes comentada, mas em mais caso algum constituiu um referencial para a saída.

«E eu já tinha sido assaltada várias vezes. Sendo que, duas delas foi com arma de fogo (...). A terceira, eu estava indo para a faculdade às 10 e meia da manhã, o cara parou na rua e me pediu minha bolsa. E eu tinha sido assaltada três meses atrás, tinha perdido todos os meus documentos, tinha perdido tudo. Então, me passou um flash, três segundos atrás e eu pensei “vou correr, não vou entregar”. Virei as costas e comecei a correr. E ele veio correndo atrás de mim, me agarrou, me arrastou, e levou minha bolsa. Levantei, pedi socorro, um senhor veio, me ajudou, me levou até em casa, e a minha decisão principal foi a partir daí. Eu falei “Cansei, chega, não quero mais isso”. Não quero mais isso e a possibilidade de vir estudar fora já estava acontecendo, e eu ainda estava naquela dúvida “será que eu vou?”»
[mulher_ent16_C_Lisboa_2005].

A maioria dos fatores de repulsão identificados está em conformidade com a análise realizada no capítulo 4, ou seja, situações de dificuldade económica como o desemprego ou falta de perspectivas de emprego na juventude. A sua relação com a construção da apelatividade que a informação acerca das diferenças salariais exerceu, num contexto de acesso facilitado a antecessores migrantes, em que cada novo migrante significou a redução de custos e riscos da emigração para potenciais outros emigrantes, encerra a afirmação de uma hipervalorização deste fator de atração em Portugal, por relação à repulsão sentida no Brasil.

5. AS REDES SOCIAIS NA INTERNET

A Internet constitui-se de uma rede. E potencia, através dela, o alargamento das redes sociais localizadas e o contacto entre pessoas que estabelecem laços mesmo sem contextos de co-presença e o conhecimento físico, permitindo o aumento de

capital social, em especial através das redes cibernéticas (Hiller e Franz, 2004; Lin, 2002).

Nas migrações, a Internet, enquanto meio de comunicação, precisa de ser cada vez mais considerada quando se pretende o estudo de uma corrente migratória particular, porque ela facilita a ligação entre pessoas que estejam fisicamente distantes, assim como possibilita a difusão de informação a um número elevado de pessoas em curtos espaços de tempo. Embora no início do surgimento desta migração a Internet não tivesse as mesmas potencialidades que tem hoje, ambas as redes conheceram nos últimos anos uma aceleração cuja influência mútua não deve ser menosprezada, no que ao tema “migração brasileira para Portugal” diz respeito. Por outras palavras, a emigração brasileira para Portugal alimentou conteúdos disponibilizados na Internet, o que por sua vez veio a reforçar a emigração. É esta proposição, complementar ao argumento que foi desenvolvido no ponto anterior, que se pretende demonstrar agora.

Redes, assim como salas de *chat* ou outras formas de convívio cibernético tornam-se espaços e meios, como também analisado em estudo de 2009 (Raposo e Togni, 2009), que potenciam o aparecimento de relacionamentos (amorosos e não só) através da Internet, os quais podem vir a estar na origem da concretização da migração. Uma entrevistada veio para Portugal precisamente porque conheceu o atual marido através desse meio, numa sala de *chat*.

[internet] «No princípio eu ia só para pesquisa e para olhar, para ver como é que era, depois passei à interação com as pessoas e a achar interessante (...) Descobri, por acaso, uma comunidade ecuménica. Eu sou muito católica, era uma comunidade ecuménica até bastante interessante e passei a fazer parte dessa comunidade e dos chats (...) Eu passei a ser coordenadora dessa sala (...) Um dia entra uma pessoa na sala, uma pessoa eu digo sempre em termos virtuais, não é? E começou a lançar umas perguntas um pouco complicadas, questionando, inclusive, o objectivo da sala, por ser uma sala de interacção religiosa. Eu não estava prestando atenção esse dia, eu estava lendo alguma coisa fora dali, mas ligada. Fui chamada em privado por uma das pessoas que estava na sala, e pediu para que eu expulsasse a pessoa. Aí eu cliquei no perfil, achei engraçado o perfil, engraçado mesmo como piada, chamei a pessoa, vi que as perguntas não eram nada por aí além, percebi imediatamente que era uma pessoa culta – pelo nível das perguntas que ele havia colocado na sala – e chamei a pessoa no privado e conversei, expliquei o objectivo da sala, e expliquei “oh, eu não vou expulsá-lo porque se você quiser ficar aqui observando

(...) E começámos a conversar no paralelo, no privado. E essa pessoa é o meu actual marido. O que era para ser uma expulsão foi para aí umas 4 horas de conversa no privado, falámos de tudo, ele falou dele, eu falei de mim... Ele era casado também, ambos vivíamos um casamento complicado, conturbado, na época, aliás, o meu já há mais tempo, e éramos da mesma idade, pronto... fizemos uma amizade ali. Principalmente, uma amizade. Deixei, não pensei mais naquilo, no dia seguinte quando eu vou ver os meus e-mails, havia um e-mail quilométrico dele, eu respondi, e ficámos na troca de e-mails, e o nosso relacionamento nasceu daí. Nós nos conhecemos em Maio de 2002» [ent 18_M_VFX_2002].

O contacto com a entrevistada que veio para porque conheceu o homem com quem veio a casar, foi conseguido através da rede social *Orkut* e da comunidade “Zucas Casadas com Tugas”,⁹⁷ da qual era membro.

A circunstância de a língua ser comum potencia o contacto entre pessoas oriundas dos dois países e, portanto, o *Orkut*, mas também o *Hi5* ou o *Facebook*, assim como redes que promovem o relacionamento entre pessoas, como o *Meetic* ou o *Match*. com estarão na origem do desenvolvimento da emigração que ocorre para as pessoas se juntarem no país de destino, neste caso Portugal.

O *Orkut*, a rede do Google (muito utilizada no Brasil),⁹⁸ surgiu no início de 2004 e podia ser utilizada unicamente por convite. É definida, no sítio eletrónico (www.orkut.com), como “uma comunidade *on-line* criada para tornar a tua vida social mais ativa e estimulante. A rede social do *Orkut* pode ajudar-te a manter relações existentes através de fotografias e mensagens e a estabelecer novas relações pelo contacto

97. Comunidade, no *Orkut*, é uma rede dentro da rede *Orkut*. Em torno de um interesse ou de uma característica que se pretenda salientar (como “imigrantes em Portugal” ou “brasileiras casadas com portugueses”), um membro cria uma comunidade à qual outros membros se juntam, solicitando adesão ao/à coordenador/a. A comunidade “Zucas casadas com tugas”, pesquisada em 2007 e entretanto desaparecida, tinha como moderadora uma brasileira residente no Algarve, e nela se juntavam membros brasileiras já residentes em Portugal casadas com homens portugueses. Nesta se trocavam experiências e informações sobre residir em Portugal e ser casada com um português (atualmente existe uma que se designa “Tugas casados com zucas”. O contacto foi estabelecido com a moderadora, que se prontificou a colocar um aviso (semelhante a um post) referindo que havia uma investigadora que pretendia entrar entrevistar uma brasileira que tivesse vindo para Portugal por razões afetivas associadas à constituição de um relacionamento amoroso através da Internet.

98. Segundo os dados demográficos de utilização do *Orkut*, em <http://www.orkut.com/MembersAll>, verificados em Agosto de 2010, 50,6% dos utilizadores são do Brasil, 20,4% da Índia, 17,7% dos Estados Unidos e os restantes países têm uma quantidade residual de membros. Portugal está em 7.º lugar com 0,36% de utilizadores no total de utilizadores do *Orkut*.

com pessoas que nunca conheceste”. Para se fazer parte da “comunidade” “basta iniciares sessão com a tua Conta Google e podes começar a criar o teu perfil imediatamente”.

Na página que é criada com o perfil, podem colocar-se características pessoais, são deixados recados pelos “amigos” (*scraps*), e podem ser colocadas fotos e vídeos. Para além do espaço “meus amigos” nessa página pessoal, existe também a o espaço “minhas comunidades”, onde estão listadas as comunidades às quais cada membro do *Orkut* pode pertencer, referidas acima.

É através desta rede, e por correio eletrónico, ou através do Skype e telefone, que os entrevistados comunicam com o Brasil e através de onde podem ser contactados para fornecerem informação sobre a vida em Portugal.⁹⁹ A reação a estes contactos não é, em geral, favorável, mas as respostas aos pedidos de ajuda para a vinda são analisadas em pormenor mais à frente.

«Só por telefone. É o que eu acho mais fácil, só por telefone, eu não gosto muito de internet. Eu entro mesmo só às vezes, só para não perder o meu Orkut. Não tenho vontade de estar a entrar. Depois é muita gente enchendo o saco para vir para cá» [ent12_M_Lisboa_2003].

«E agora tive, até, que fechar o Orkut só para amigos, porque as pessoas deixam coisas lá e não estou de acordo “quero ir para Portugal, o que é que eu faço?” e são pessoas que eu nunca vi na vida, não conheço de lugar nenhum... Não sei como me encontram, não é?» [ent18_M_VFX_2002].

«Então, as pessoas ao verem as fotos no Orkut – eu não simpatizo muito, mas a gente acaba pondo qualquer coisa – as pessoas perguntam» [ent19_H_Se-túbal_2000].

6. FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO INCITAMENTO À MIGRAÇÃO IRREGULAR

Continuando na construção da tese de que houve um incitamento à imigração irregular, é precisamente sobre este tema que se centram as páginas seguintes,

99. Enquanto estive inscrita para ser contactada por potenciais entrevistados, fui contactada por um membro, no dia 1 de Outubro de 2007, através da seguinte mensagem (*scrap*): “Bom Dia, não nos conhecemos, mais como vi você na comunidade sobre imigração e você esta escrevendo uma tese sobre o assunto, tomei a liberdade de te escrever, eu pretendo ir morar/trabalhar em Lisboa em um futuro próximo, gostaria de saber informações sobre o custo de vida e sobre valores da vida em Lisboa, se você puder me ajudar eu gostaria muito”.

com exemplos de como se processou esse incentivo em termos mais institucionais/organizados, uma vez que no ponto 3. do capítulo V foi mostrada a sua informalidade.

As redes de tráfico ou exploração de mão de obra não são reconhecidas como tal na emigração brasileira, conforme nos indicou o então Diretor Central de Investigação, Pesquisa e Análise de Informação, Joaquim Pedro Oliveira, em 2008. Esta dissociação entre redes de brasileiros e tráfico ou exploração de mão de obra é concordante com um estudo publicado em 2005 sobre o tema (Peixoto e outros, 2005), no qual foram consultados quatro processos em tribunal, que se caracterizam essencialmente pelo auxílio à imigração ilegal, atividade que derivou de “após estarem em Portugal identificaram a possibilidade de passar a auxiliar a imigração e o estabelecimento em Portugal de outros brasileiros” (Peixoto e outros, 2005: 182). A forma mais amadora de organização destas redes, por comparação com as de Leste, é salientada, pois “para a angariação de mão de obra brasileira, é suficiente que exista um contacto em Portugal que vai “chamando” conterrâneos” (Peixoto e outros, 2005: 183).

As formas que este auxílio à imigração ilegal assume são diversas, mas assemelham-se às que foram identificadas nas entrevistas. O processo mais comum é o da articulação entre brasileiros já residentes em Portugal, e que aqui são intermediários para a colocação no mercado de trabalho, e agências de viagens no Brasil, às quais os imigrantes compram pacotes de viagem/trabalho, e que explicavam as tabelas salariais em Portugal e os procedimentos a ter à chegada para não serem deportados (Peixoto e outros, 2005: 184-194). Uma das redes cujo processo em tribunal foi consultado estendia a atividade aos EUA, pois providenciava passaportes falsificados, bilhetes e o apoio de alguém na região (Peixoto e outros, 2005: 186). Deve ser acrescentado que esta organização de auxílio à emigração brasileira para Portugal derivará da mesma reorientação da rota da emigração para os EUA e terá ganho em experiência com esta.

As quantias cobradas variavam consoante se tratava apenas da viagem, ou também da taxa para arranjar colocação no mercado de trabalho e/ou alojamento, assim como para tarefas mais burocráticas, como ir fazer o cartão de contribuinte ou o passe social (Peixoto e outros, 2005). “As relações criadas com as redes de brasileiros parecem ser de curto prazo, correspondendo apenas ao período inicial de chegada a Portugal, em que a rede atua como intermediária da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho em Portugal e lhe arranja alojamento. Por vezes podem arranjar contactos subseqüentes para obtenção de documentação que viabilize uma

estadia legal em Portugal ou passaportes para uma nova emigração” (Peixoto e outros, 2005: 189).

Entre os entrevistados, verificou-se que nenhum recorreu diretamente a redes de auxílio à imigração legal de forma exclusiva, ou seja, a maioria tinha amigos ou familiares em quem pôde à partida confiar (mesmo que em alguns casos o resultado não tenha correspondido ao esperado). Contudo, pelos testemunhos comprovámos que estas redes existiram no início da emigração, como dizem residentes há mais tempo [ou no caso da Entrevistada 2, em que a vontade de vir remonta a 2001-2002], mesmo que eles não tenham a elas recorrido. Traduziam-se na existência de intermediários, em Portugal, para a indicação e colocação em empregos, os quais trabalhavam em conjunto com as agências de viagens (como indicado no estudo referido acima). E houve procedimentos que foram comprados com as viagens, e que se associam ao negócio desenvolvido como suporte à migração.

É possível encontrar a persistência de um manual de normas utilizado na venda do bilhete (sempre de ida e volta, mesmo sabendo que a probabilidade é de se usufruir apenas da ida), que inclui uma lista de procedimentos que o candidato a emigrante deve seguir se quer ser bem-sucedido na entrada em Portugal (como não escolher voos diretos e não dizer que se vem trabalhar), e um custo associado a alojamento em hotel (que nunca chega a acontecer) para simulação do objetivo de turismo. Portanto, foi possível identificar, na maioria dos relatos, um negócio associado à vinda irregular de brasileiros para Portugal, onde os lucros se obtinham através de juros com a venda do bilhete ou da venda de reservas de hotel onde os imigrantes não chegavam sequer a ir porque em geral tinham já estadia acordada com alguém conhecido ou, mesmo quando não era esse o caso, pretendiam era “desaparecer” no país /em Lisboa para não poderem ser devolvidos à procedência.

«Não me lembro de quanto que era o juro, só sei que a passagem custou quase que o dobro. Eu vivia nessa agência. Tava há 3 anos com esses problemas que eu não podia nem passar na porta que eu entrava para conversar sobre Portugal (...) Que era muito bom, que as pessoas que tinham vindo tinham gostado, que poucos deles tinham voltado, e acontecia ser deportados, mas era difícil, era mais a rapariga novinha e emperiquitada, chegando assim... e a polícia deporta. Mas que no meu caso, “no seu caso dificilmente vai acontecer isso, porque você já tem mais idade, é diferente”. E que “se você conseguir entrar, lá dentro você vai se dar bem” (...) Na época que era para mim vir e veio a minha amiga em vez, eles tinham pessoal aqui que deram contacto para quando chegasse no aeroporto. Na época que eu vim, já não tinha mais. Eles só me orientaram: me

deram fotos daqui, lugares de hotéis, a reserva para ir para o hotel... Isso eles ajudaram tudo» [ent02_M2_Lisboa_2005].

«Foi ela [mãe] que conseguiu financiar a passagem em 12 cheques, acho eu, ou qualquer coisa do género» [ent03_M_Setúbal_2002].

«Que quando chega cá a Portugal, para eu falar que eu ia ficar num hotel, tinha que dar o nome do hotel, mostrar o dinheiro, mas graças a Deus não foi preciso nada disso (...). Paga só é a deslocação de uma cidade para outra, que é até ao aeroporto, não é? Há uma pessoa que acompanha a gente até ao aeroporto. Chega lá, dá-nos a explicação, vê se todo o mundo percebeu, e depois embarcamos (...) Faz um grupo e depois, ali, falam “Olha, a partir do momento em que vocês estiverem dentro do avião, ninguém conhece ninguém, vocês não se falam, se tiver algum problema você não conhece ele e ele também não te conhece, porque senão volta todo o mundo para trás”. Então, infelizmente tem que ser assim. Como no meu caso, que aconteceu, a migração pegou o rapaz e ele começou a me chamar e eu não pude fazer nada... não voltei para trás... E até hoje eu não sei da resposta dele (...) - Quase todas fazem. E fazem porque é uma garantia que você tem, de fazer uma reserva de hotel. Agora, se você pediu para aqui, ainda mais se for de voo directo, é um risco que você corre. Se você vier sem um hotel, sem nada... Chega e te perguntam “Então você vai para onde? “Você fala o quê? “Vim passear em Portugal” “Então e não tem hotel, não tem nada? Alguma coisa se passa...”» [ent04_H_Setúbal_2000].

«As pessoas tentam vender as passagens mas tentam ganhar dinheiro em cima. Porque é com reserva de hotel, essas coisas. A partir daí, eles falam assim “é x para isso, x para aquele outro” e fica um preço absurdo. [e dizem] “Assim eu sei que chega lá, agora do seu jeito eu não sei se chega”» [ent_05_H_Setúbal_2001].

«Eles já davam várias dicas para a gente: você tem que andar assim, você tem que arrumar assim, tem que se vestir assim, tem que se comportar assim, se perguntar alguma coisa, você tem que falar assim... (...) Todas. Eu, particularmente, fui só em duas, mas eu tenho a informação que a grande maioria faz assim. É porque é assim, de certa forma são informações úteis para a gente também (...) Quando eu vim eu paguei uma reserva de hotel e eu sabia que eu nem ia ver o hotel... (...). Então, você compra o bilhete da passagem de ida e volta, sabendo que você não vai voltar, sabendo que você não vai usufruir daquilo... Primeiro, o seu voo, porque é assim, vai passar na imigração, ele vê a sua passagem; se levar

essa passagem só com ida você não precisa nem ir, você pode voltar directo» [ent07_M2_Lisboa_2005].

«Nessa altura, quando eu vim, final de 2001, a própria agência estava instruindo que a gente dissesse que vinha para cá como turista. Que era para nem sequer dizer que estava cá a minha mãe e o meu irmão. E tinha que trazer uma reserva de um hotel, que eu já nem lembro qual é (...) Nem cheguei a ir lá ao hotel, vim directo para Setúbal» [ent08_H_Setúbal_2001].

«Inclusive eu tinha pago hotel, tinha reserva feita, mas na verdade eu não ia ficar no hotel, isso é coisa que as agências fazem para a pessoa vir e não sei quê, para mostrar...» [ent17_M_Setúbal_2004].

«Claro que disseram, tinham que explicar tudo. Primeiro, viemos para Madrid que era mais fácil porque entrar directo em Portugal era muito complicado. E muitos voltavam na época. E por Madrid não voltavam nada. E explicaram-me, deram-me os papéis como se fosse turista e os pontos turísticos de Portugal (...) Pagava mais de reserva de hotel. E era um absurdo isso, a passagem aumenta muito mais. Na verdade, eu nem sabia onde ficava o hotel. E o hotel era o Tivoli, esse tipo de coisa» [ent20_H_Lisboa].

A referência ao hotel pode não acontecer quando a deslocação prevê a estadia em casa da pessoa que envia uma carta de convite referindo que assegura e se responsabiliza pela subsistência do “turista” enquanto permanecer em Portugal, conforme previsto na lei. Esta carta é um sinónimo de segurança na entrada, porque legitima a vinda em turismo. Precisamente por isso, os candidatos a emigrante que já sabem que não vêm de férias, se têm a quem recorrer para pedir esta responsabilização, fazem-no. Mas esta associação, pelos migrantes, à entrada irregular, origina discursos como o de um imigrante que referia não ir necessitar dela porque “só vai a passeio”, sem se dar conta de que tal documento consiste exatamente no que permite ao SEF perceber que o objetivo são as férias.

«A partir daí, ela [uma prima] me falou “Olha, eu vou junto contigo e ela vai arranjar trabalho para mim. E a B. vai escrever uma carta para mim entrar. Se você quiser ela faz o mesmo para você”. “Faz isso, mas não vai ser preciso. Eu vou como turista e volto dentro de uns certos dias”» [ent_05_H_Setúbal_2001].

Os procedimentos relativos à viagem incluíram a viagem em voo não direto para Portugal, conforme testemunhado pela grande maioria dos entrevistados das vezes em que

foram bem-sucedidos na entrada, em duas situações precedidas por deportações,¹⁰⁰ (e uma delas a partir de Lisboa). Até à emigrante menor, que vinha ter com o irmão e que tinha a “carta convite”, a agência de viagens sugeriu que ela não viesse diretamente.

«Todo o mundo falava que eu deveria vir pela França ou por Madrid. Então, vim pela França. Mas como eu era menor, o meu irmão teve que mandar uma carta me convidando para vir ficar na casa dele, e a minha mãe com essa carta teve que ir no Ajuizado lá de Londrina pedir um atestado para que eu pudesse vir para cá ficar com o meu irmão. E foi isso. Daí que eu vim menor sozinha. Mas eu tive acompanhamento dentro do voo, essas coisas assim. Imagina uma miúda dentro do aeroporto da França...» [ent12_M_Lisboa_2003].

É possível encontrar o ano partir da qual o controlo aumentou e os imigrantes terão começado a ser instruídos com mais insistência quanto ao que deveriam dizer à chegada ao aeroporto. O imigrante que, de entre a amostra, tem a entrada em Portugal no ano mais recuado (entrou em 1998) não teve qualquer dificuldade na fronteira à chegada, mas foi instruído quanto ao que devia dizer e para onde deveria ir. A outra imigrante cuja primeira entrada em Portugal é uma das duas mais antigas entre os entrevistados, em 1999 – voltou ao Brasil duas vezes, uma das quais deportada – entrou no país sem instruções sobre como deveria proceder, veio direta para Lisboa e só lhe pediram o bilhete de regresso.

[veio] «1999. Não perguntaram nada. Nem olharam bagagem, nem perguntaram se eu tinha dinheiro... A única coisa que pediram foi só o bilhete de volta» [ent06_M_Setúbal_1999].

Uns meses depois retornou ao Brasil para ver a filha, voltou e não a deixaram entrar.¹⁰¹

«Eu vim para cá em Outubro de 99. E depois fiquei aqui 8 meses só, acho que eu fui embora em Junho ou Julho. Depois foi em Setembro que eu tentei voltar de

100. É referido por Portes (2006: 158), embora a propósito da emigração mexicana para os Estados Unidos, que os migrantes detidos voltam a migrar outra vez, inclusivamente referencia o modelo de Espenshade (1990 e 1995, em Portes 2006: 158) segundo o qual os imigrantes conseguem o seu objetivo depois de duas ou três tentativas. Mármora (2002: 294) acrescenta que os estudos, em especial da travessia do México para os Estados Unidos, têm dados que demonstram que muitos dos que tentaram a travessia e foram deportados experimentaram voltar logo no dia a seguir à deportação. Em Portugal não se conhecem estudos da mesma natureza.

101. De acordo com Cornelis (1979) citado em Mármora (2002: 294), e aplicado ao caso da emigração mexicana para os Estados Unidos, a probabilidade de apreensão baixa em cada viagem seguinte em virtude da experiência adquirida pelos imigrantes irregulares em ludibriar os agentes dos serviços de fronteiras. Neste acaso a deportação ocorreu na segunda entrada, mas contextualiza-se no aumento de controlo em virtude do aumento do reconhecimento das entradas turísticas “fictícias”.

novo (...). Eu vim para Lisboa de novo, directo. Já pediram para mostrar o bilhete, já pediram dinheiro, olharam a minha bagagem toda e eu estava trazendo muita coisa... (para os amigos), mais até para eles do que para mim. E eles olharam, perguntaram o que eu estava trazendo... Eu falava que vinha só a passeio, nuca falava que vinha para morar. Aí... Ah, mandaram eu tirar as roupas... Pronto, aí ficaram lá na sala, assinou documentos e mandou eu... Depois fui lá para um hotel do aeroporto mesmo e fui embora para o Brasil. Eu falei "eu vou, mas eu volto". O meu marido veio, acho que depois de um mês e meio ou dois meses que ele estava aqui é que eu vim. Antes do Natal, parece, é que eu vim» [ent06_M_Setúbal_1999].

Entre todos os imigrantes entrevistados houve mais uma deportação em 2004 e, à semelhança do caso anterior, também neste a imigrante voltou a entrar.

«Eu cheguei a vir uma vez e fui deportada. E depois, a segunda vez eu já vim por teimosia mesmo, tipo "porque é que não me deixam entrar? O que é que tem naquela terra que eu não posso entrar? Qual é que é o mal?". Eu vim em Maio de 2004 e na altura teve um casamento de um príncipe, uma coisa assim, e a segurança nos aeroportos estava reforçada. E, depois, naquele dia não tive muita sorte... (...) Vim por Madrid e não cheguei a sair do aeroporto. Cheguei às 5.35 da manhã. Estive ali até meia-noite presa numa salinha, à espera de um avião para me levar de volta para o Brasil (...) Tem aquelas filas, onde a pessoa vai e mostra o passaporte, o bilhete e essas cenas todas. Aí, eles deixavam passar algumas pessoas; a outras pessoas eles mandavam para o canto. E, quando chegou a minha vez, eu fui sorteada para ficar no canto. Depois veio uma moça, uma que dizia que era assistente social, mas que falava espanhol, esteve a ler lá um papel que eu e o pessoal todo nem percebemos bem, não estava a falar em português, e depois deu um papel para nós assinarmos. Assinámos esse papel, depois estivemos ali sempre à espera... (...) Era um papel que também não estava escrito em português, e depois deu o final do papel. Eram duas folhas, nós assinámos a última folha... Nem tivemos aquele cuidado de ler, e ver... Era nervosismo, também, ansiedade... Ninguém deve assinar nada sem ler... Só depois de assinar isso é que fomos entrevistados todos. Entrámos numa salinha, eles faziam perguntas. Acredito que eles não tenham acreditado nada do que eu disse. Porque eles perguntaram o que é que eu vinha cá fazer, e eu disse que vinha passear, e que é verdade. Perguntou se eu conhecia alguém. Não conhecia. Eu conhecia o rapaz que eu tinha falado, eu conhecia de lá e não sei quê. Mas eu não ia falar de alguém sem autorização da pessoa. Depois, não sabia se ele ficava ou se ele não ficava cá, disse que não» [ent17_M_Setúbal_2004].

O que distingue estas deportações consiste no facto de a primeira viagem da primeira ter sido em direto para Portugal e a segunda ter tido como destino outro país para entrada no espaço Schengen, e neste o voo também não havia sido direto, mas sim para Espanha (e, mesmo assim, envolveu a deportação). A justificação para a deportação pela imigrante foi o reforço (imprevisto) do controlo por causa do casamento de um príncipe, uma vez que o que lhe havia sido transmitido seria que não haveria controlo fora de Portugal. De facto, embora legalmente se exija controlo ao país do espaço Schengen em que o indivíduo originário do país terceiro entre, através da confirmação de que detém bilhete de ida e volta, e condições financeiras para se manter, não existem incentivos para apreensão de imigrantes ilegais nos países em que se encontrem em trânsito (Boswell, 2003). E era esse saber feito de experiência o que era transmitido aos candidatos a emigrantes, mas nesta situação o cenário estava alterado.

Terá sido coincidência as deportações entre os imigrantes entrevistados terem sido ambas protagonizadas por mulheres, sem mais elementos, seria falta de rigor científico avançar com hipóteses explicativas associadas ao género ou ao estereótipo da mulher brasileira (Padilla, 2005a).¹⁰²

Pretendeu-se ilustrar a existência, durante alguns anos, mesmo em sobreposição com a atividade de redes informais de migrantes, de um negócio ou indústria de migração [no sentido que Castles e Miller (2003) dão ao conceito] associada à vinda de brasileiros para Portugal, com agências de viagens brasileiras como protagonistas e a intervenção inicial de intermediários, possivelmente imigrantes pioneiros, cuja contribuição na manutenção do esquema irregular associado tem uma relevância fortíssima porque controlaram os recursos que detinham para permitir que outros encontrassem postos de trabalho, visando o lucro. Como se viu, não fazem parte da amostra imigrantes que tenham constado da primeira linha de contacto com Portugal – imigrantes sem conhecimentos prévios sobre o país – embora tenham sido procurados.¹⁰³ Embora um dos entrevistados (o ent_19_H_Setúbal_2000) tenha vindo sem conhecer outros brasileiros já cá residentes, revelou um vínculo mais direto à contracorrente migratória e não teve qualquer atividade desta natureza associada à sua vinda. A atividade dos intermediários fica registada através dos testemunhos e do estudo referenciado.

102. Sobre as diferenças entre ser homem ou mulher e atravessar irregularmente as fronteiras, ver Donato e Paterson (2004).

103. As duas últimas entrevistas foram feitas também tentando encontrar imigrantes que pudessem enquadrar-se nas situações descritas, mas não se revelaram proveitosas neste sentido. Houve imigrantes brasileiras entrevistadas que revelaram conhecer/ser parentes de imigrantes que se inseriram na construção civil e se tornaram empreiteiros ainda no início da imigração, mas entretanto teriam ido para Espanha trabalhar e já não puderam ser contactados.

7. MERCADO DE TRABALHO SECUNDÁRIO, PERCURSO PROFISSIONAL E REDES

Neste ponto pretende-se caracterizar a inserção laboral dos imigrantes entrevistados e compreender a influência das suas redes de migração na procura e sucesso na consecução do primeiro posto de trabalho já na sociedade de destino, bem como nas escolhas ao longo do seu percurso profissional, já que se trata de uma migração laboral. Subjacente a esta análise encontra-se a perspetiva, divergente da de Piore (1979) e próxima da de Waldinger e Lichter (2003), de que os trabalhadores brasileiros não estão isolados na sociedade de destino, antes se ligam a redes sociais – com pontes, ou não, para as que se tinham na origem – e beneficiam dos recursos que o acesso a elas possibilita para progredirem nas suas posições no mercado de trabalho.

À exceção de uma imigrante, todos os outros têm inserções profissionais em atividades dos serviços ou a construção civil, indústria, restauração e comércio. As movimentações dos imigrantes no mercado de trabalho português desde que chegaram descrevem, na sua maioria, o preenchimento de vagas em postos de trabalho com poucas ou más condições, remunerações baixas, horários alargados e empregadores sem escrúpulos. Este conjunto de factos conjuga-se nas evidências de os imigrantes brasileiros comporem a força de trabalho que preenche postos no mercado secundário, nos termos definidos no enquadramento teórico. E à exceção de duas imigrantes, o percurso profissional foi caracterizado por uma grande rotatividade (ver no quadro 5.1) o que é favorável ao setor da contratação porque os imigrantes, ao não permanecerem muito tempo, não se tornam elegíveis para terem assistência pela parte do empregador, sindicatos, etc. (Piore, 1979: 100).

Entre os entrevistados, as profissões que tinham à chegada (última no Brasil) também correspondiam principalmente aos setores da indústria, comércio, hotelaria e restauração, ou inseriam-se em atividades dos serviços pessoais e domésticos (como a imigrante que cuidava de idosos, ou a empregada doméstica), havendo mesmo os que não tinham, sequer, entrado no mercado de trabalho (três em 23, havendo dois estudantes do ensino superior um que ajudava na loja de um amigo) (ver quadro 5.1). Apenas três entrevistados exerciam profissões científicas e técnicas (um professor, uma jurista e um desenhador de estruturas metálicas) e dois eram empresários gestores (empresa de desbaratização e laboratório de próteses dentárias).

Na perspetiva do mercado de trabalho dual os empregadores estimulam a oferta através dos canais existentes, divulgando, pelos seus empregados, que estão a recrutar, o que mantém a ilusão de que a carência de mão de obra tem sempre re-

solução sem ser necessário aumentar os salários, e pressupõe que a sua fonte é inesgotável (Piore, 1979: 99). Acrescentando a nossa perspetiva, que segue a linha de Waldinger e Lichter (2003), estes canais disponíveis justapõem-se às redes sociais dos imigrantes que estão empregados, e a divulgação consiste na disponibilização de informação quando uma vaga surge. Mas se pode dizer-se que a maioria dos imigrantes conseguiu trabalho através de outros migrantes, à chegada ou quando já cá residia e quis mudar, foi necessário um canal para que a informação sobre as vagas alcançasse os imigrantes, colocado em ligação a partir do empregador (procura) ou do imigrante (oferta). O conhecimento sobre a vaga de trabalho surge nos meios em que os imigrantes se movimentam, como o próprio local de trabalho, locais onde residem ou onde confraternizam. Em comum têm, em geral, o facto de a fonte da indicação serem outros brasileiros.

«Foi através de um brasileiro também que se chama L.. O irmão dele, que é o Zé A., foi-se embora para o Brasil, eu aproveitei a chance e entrei no lugar dele» [ent04_H_Setúbal_1000].

«O marido dela trabalhava lá, o P. C. trabalha lá até hoje. Aí, como eu morava na casa, ele falou comigo» [ent05_H1_Setúbal_2001].

«Ah, eu acho que ela pedia brasileiros, porque ela era inscrita numa agência, né? E era através da agência que eles arrumavam para ela. Quem arrumou para mim foi uma amiga que já estava lá, que me indicou para ela» [ent06_M_Setúbal_1999].

«Aí eu resolvi ligar para esse número e “será que aquela moça conseguiu passar na imigração? “Fiquei pensando naquilo. No que eu liguei para ela e ela falou assim “Ah, consegui. E você? Ah, que bom!”. E começámos a conversar (...) Depois que eu saí da pecuária e passei para essa cidade e que eu fiquei lá desempregada, um dia eu liguei para ela e falei “nossa, eu estou mesmo aflita, precisando muito trabalhar porque estou fazendo só part-time, e tal, e está bastante complicado. Aí, ela, como estava trabalhando aqui, conversou com a gerente da loja. Aí, ela não queria pelo facto de eu ser ilegal mas, mesmo assim, ela falou assim “vamos deixar ela vir para poder desenrascar”. E ela me passou um papelzinho que era para mim trabalhar até ao dia 31 de Janeiro, era uma questão de uma semana só. Quando eu cheguei e fiz a entrevista com ela, e ela falou assim “ah, e tal, gostei do seu jeito, e vamos fazer assim, vai começar então amanhã” (...) Só que eu acho que ela ficou um pouco sensibilizada com a situação, pelo facto de ela conhecer essa outra moça já e como eu sou amiga dela...» [ent07_M2_Lisboa_2005].

«la conhecendo pessoas, pessoas, no dia-a-dia, até que apareceu alguém que... “Olha, eu conheço um fulano que está precisando de pessoas, e tal...” E fui lá ter e

consegui o trabalho (...) Quem me disse da pessoa, patrão no caso, era brasileiro; o patrão era português» [ent08_H2_Setúbal_2001].

«Mas logo eu achei outro brasileiro aqui, que mexia com obras, e foi quando comecei na obra» [ent09_H_Lisboa_2005].

Ele: *«Trabalhava num restaurante. A única coisa que ela fez foi nos levar ao centro de emprego» [ent10_C_Lisboa_2002].*

«Daí já foi através de outras pessoas brasileiras que eu fui conhecendo e que fui arranjando trabalho» [ent12_M_Lisboa_2003].

«Brasileiras. Que sabiam do trabalho e me falaram. Falaram para a minha mãe» [ent14_M2_Setúbal_2005].

«Foi assim: uns amigos do meu padrasto que trabalhavam para ele, para esse jardineiro, e eu fui fazendo amizades com esses, que eram amigos do meu padrasto, e eles depois arranjaram para mim...[...] Na altura que eu trabalhei lá, eram todos brasileiros» [ent15_H_Setúbal_2003].

«Através de amigo meu, quando eu fui para as obras a primeira vez foi um amigo meu que chamou. O patrão dele pediu uma pessoa para ajudar a encher uma placa. E eu fui fazer a experiência. Nesse dia que eu fui ele gostou e mandou ele me chamar. Perguntou se eu não queria ir para lá para trabalhar junto. E eu disse “vou, estou parado”. E fui. Fiquei 1 ano e meio nessa firma, também» [ent15_H_Setúbal_2003].

Ele: *«Em Baixa-Chiado, ali, e papo vai, papo vem, “eu sou de Belo Horizonte”, “eu sou músico”, “ah, eu conheço um músico que é de Belo Horizonte”, ele falou. “Ah, pois é, como é que ele se chama?”, e tal, falou o nome. “O quê?”. Era exactamente a pessoa que eu conhecia. “E ele mora aqui nessa rua de trás”[...] No primeiro dia, nas primeiras horas do país, eu já achei a pessoa que eu estava à procura [...] Ele conhecia o meu pai pelo nome. E falou “ah, e tal, beleza, vamos arrumar trabalho para você”. E daí a duas ou três semanas, nem um mês, já apareceu esse restaurante para eu tocar. Aí, comecei a tocar nesse restaurante. E, nesse restaurante, eu ganhava... Quanto era? Acho que era 40 euros por noite» [marido, ent16_C_Lisboa_2005].*

(trabalho em inquéritos) Ele: «Foi o irmão da V. que apresentou uma menina... Ela: Uma menina que trabalhava com isso, e eu também conheço...» [ent16_C_Lisboa_2005].

Há oportunidades de trabalho que surgem através de agências de trabalho temporário e também essas são dadas a conhecer por outros imigrantes.

«Aí, ela me levou nessa agência e ela tinha que trabalhar e me deixou lá com a moça da agência» [ent02_M2_2005].

«É, brasileira. E conheci ela, e ela falou “ah, vai lá na agência que eles precisam de funcionárias e tal”. Aí, fui. Fiz inscrição e as outras agências eu conheci pelo hotel. Porque não era só uma agência, eram várias agências. Aí, tinha meninas que trabalhavam por uma, outras trabalhavam por outra, aí fui conhecendo as agências» [ent13_M2_Setúbal_2003].

A instrumentalização da nacionalidade ou da origem comum através de ligações fracas pode ser mostrada com um testemunho de uma imigrante que, apenas de ouvir no autocarro uma conversa telefónica sobre o trabalho, resolveu solicitar ajuda; ou de outro entrevistado a quem lhe foi oferecido trabalho, já cá em Portugal, precisamente pela mesma razão. Neste caso, ser brasileiro foi condição para o recrutamento ocorrer em território português, e assim se alimentava a ideia de que era fácil para os brasileiros obterem trabalho.

«Um belo dia encontrei a menina no autocarro, ela falando da loja bá, bá, bá, falando como chefe. Esperta, virei e falei assim “oi, tudo bem? Você é brasileira?” E ela “sou”. “Você é de onde?” “Paraná”. (...) “Eu sou administradora, sou formada no Brasil, pelos vistos aqui não dão muito valor, mas eu estou precisando de uma coisinha melhorzinha”. E ela “ah, o que você arranja aqui é só limpezas e restauração”. Aí, eu falei “pois, realmente limpezas e restauração, não dá para mim”. “Você tem visto, pelo menos visto de turista?” E eu falei “Esse é o grande problema, talvez eu tivesse arranjado outra coisa melhor”. “É, realmente. Eu também sofri e todos sofrem com a mesma situação. Você não vai conseguir facilmente”. E eu falei, “olha, você não conseguiria arranjar, lá na sapataria, alguma coisa para mim?” E pensei comigo “ainda não é bem o que eu quero, mas eu é que não podia falar isso, né? Aí, ela “é assim, estão a precisar de part-time no meu trabalho”» [ent11_M1_Setúbal_2003].

«Eu, uns vinte dias depois fui à Costa num domingo, dar uma voltinha durante o dia, estava um dia bonito e tal... E fomos lá dar uma volta, também para ver se conhecíamos alguém, porque eu não estava a trabalhar ainda, e encontramos com ele numa parada lá na Costa, quando vínhamos embora, conhecemos ele. Na paragem, mesmo, do autocarro. Começámos a falar por algum motivo que já não recordo qual, e ele falou que estava trabalhando em obras, e tal, e que ia-me

ajudar. Pegou o meu telefone, e tal, e no outro dia me ligou, na segunda-feira, pelo meio-dia, a dizer que se eu quisesse ir no outro dia, que podia ir que ele já tinha falado e era só ir lá para conhecer. Ele trabalhava na parte de construção civil, mesmo. Não me lembro se ele era ajudante ou se já era pedreiro, mas era dessa área» [ent19_H_Lisboa_2000].

A ação repetida do recrutamento pela rede contribui para produzir concentração de um grupo de imigrantes em determinadas áreas do mercado de trabalho (Waldinger e Lichter, 2003), nos termos referidos no quadro teórico. A concentração ocorre porque, por um lado, as redes significam maior facilidade de acesso à mão de obra para preencher as vagas que se abrem e, por outro lado, os empregadores selecionam tendo por referência os traços que parecem relacionar-se com as características que fazem prever o sucesso no trabalho. Um exemplo baseado no setor da restauração onde se concentram trabalhadores brasileiros tem tradução no estereótipo de que o empregado de restauração brasileiro é o mais indicado para as funções, porque é simpático e alegre, e crê-se que ele próprio contribui para a reprodução desse mesmo estereótipo com a construção do processo de exotização (I. Machado, 2007), o que por sua vez contribui para sustentar o recrutamento de imigrantes brasileiros na restauração.¹⁰⁴

A problemática das características que explicam a contratação dos migrantes no mercado de trabalho secundário indica uma pequena ou nula importância da escolaridade formal, o que no caso dos brasileiros em Portugal tende a favorecer a ideia de que existe uma sobrequalificação da população (já assinalada, aliás, no capítulo anterior). No estudo de Waldinger e Lichter (2003), os empregadores entrevistados privilegiaram a habilidade para estabelecer boa comunicação, a capacidade de lidar bem com o público, o entusiasmo e a simpatia com que são exercidas as funções, entre as qualificações exigidas para o exercício das atividades na restauração e hotelaria. O bom desempenho das funções dependia sempre, segundo os empregadores, da capacidade de cooperação com os colegas, porque se dependia deles no ofício. Este aspeto, aliás, fica favorecido quando o novo contratado é alguém da rede do trabalhador sénior e recebe formação deste (Sassen, 1995). Em suma, “as qualificações

104. Na imigração do início dos anos 1990 foram os dentistas e publicitários os grupos de profissões, neste caso pertencentes ao mercado de trabalho primário, cuja concentração também se explicava através de mecanismos de canalização de informação associados às redes, e nesta época o estereótipo da imigração brasileira não remetia para a restauração. Presentemente, o efeito combinado do recrutamento com a ajuda das redes também contribuem para explicar uma concentração de imigrantes brasileiras na estética, em particular na depilação e manicura, para a qual também contribuem estereótipos de uma maior qualificação das brasileiras para esta função.

necessárias são socialmente constituídas, inseparáveis não só de conseguir fazer as coisas, mas também das pessoas envolvidas em fazê-las (Waldinger e Lichter, 2003: 62).

A realidade da concentração dos imigrantes brasileiros no mercado secundário de trabalho associa-se à vertente da aglomeração da irregularidade da permanência e do exercício ilegal da atividade laboral neste grupo, ambos associados a uma baixa recompensa salarial.

«Lá no lar de idosos, lá era tudo brasileiros. O único português era cozinheiro. Tudo ilegal, também; não tinha um legal. Tudo sem documentações. Pagam pouco» [ent06_M_Setúbal_1999].

«Brasileiros. Nas frutarias desse patrão só tem brasileiros» [ent12_M_Lisboa_2003].

«No hotel, muitas brasileiras. Porque é agência, então pegava muita gente sem visto, sem legalização... Então, havia muitas brasileiras trabalhando lá» [ent13_M2_Setúbal_2003].

Os primeiros postos de trabalho que os imigrantes obtêm quando chegam a Portugal tendem a ser os que aceitam a sua condição de ilegalidade e são tendencialmente mais mal pagos. Entre os homens, são trabalhos de serventes em as obras que mais se encontram – ao não exigirem quaisquer descontos para impostos e segurança social, chegam a parecer-lhes bem pagos – e, entre as mulheres, lojas, cafés e outras atividades dos serviços.

«O meu primeiro trabalho aqui foi nas obras. Acho que todo o brasileiro vai dizer isso. Menos aquele gajo que está lá na... TAP» [ent08_H_Setúbal_2001].

«Fui vender telefones pela PT» [ent09_H_Lisboa_2005].

(limpezas) «Fui lá, trabalhei 3 horas, quase morri, e pensei “Meu Deus, não, isso não é para mim”. Não mesmo. Prefiro ficar desempregada, nem que tenha de depender da minha mãe para me ajudar por enquanto, e foi o que aconteceu...» [ent11_M1_Setúbal_2003].

«Os meus primeiros dias que fui trabalhar, nas obras, na altura era o boom das obras e da construção» [ent19_H_Setúbal_2000].

Os salários do mercado de trabalho secundário são baixos e, porque existe o recurso aos imigrantes sempre disponíveis para os empregadores, também não aumentam. Os imigrantes dispõem de um quadro dual de referência, avaliando as condições

“aqui” com pelos *standards* de “lá” e enquanto essa comparação for relevante, a situação mantém-se (Waldinger e Lichter, 2003: 9).

A permanência no país de destino vai proporcionando aos imigrantes a percepção de que os diferenciais salariais publicitados na origem não correspondem à realidade encontrada, nomeadamente porque aqueles não contemplavam o cálculo das despesas inerentes à manutenção no destino. Essa perspetiva do tempo, da comparação entre o que se tem “hoje” e o que se tinha no primeiro posto de trabalho é dada pela entrevistada do casal de Setúbal.

«Nada! Salário, 375 euros. Não, foi muito bom. Entra de manhã e só sai quando fechar. Falei “Ah, está óptimo, sei lá quanto que é isso, quanto que não é, está bom demais” (...) Era pouco, o salário no final do mês, hoje eu vejo. Como que eu fui ganhar uma coisa daquelas, né? Mas, também, era a possibilidade que ele tinha» [mulher, ent10_C_Setúbal_2002].

É inerente ao processo de fixação a alteração das atitudes do migrante e a demanda por melhores condições de trabalho (Piore, 1979). A reavaliação das condições (não só financeiras) do posto de trabalho pelo imigrante, processo no qual também há a intervenção das redes e do capital social, possibilita (ou é desencadeada por) o acesso a outras oportunidades e a outras experiências laborais menos negativas comparativamente.

«Foi por amigos brasileiros. Eu trabalhava no chinês, eles iam sempre no chinês comprar as coisas, falaram que no chinês eu ganhava muito pouco, porque eu só ganhava 350 euros. E ela falou para mim no trabalho dela» [ent12_M_Lisboa_2003].

«Passei a conhecer mais pessoas e, pronto, disseram-me que nas obras se ganhava mais» [ent15_H_Setúbal_2003].

«Eu conhecia nos cafés. E diziam “ah, você está a ganhar pouco, e eu estou nas obras e estou ganhando mais, não sei quê... E fui fazendo amizades em amizades, até que... Realmente, estou ganhando pouco. Porque, na altura, quando eu cheguei, era bom dinheiro. E eu pensava que estava ganhando bem. Mas depois aparece aqueles amigos que estavam ganhando mais e a gente também começa a pensar: “Se eles estão ganhando bem, eu também vou passar... Vou ganhar um outro trabalho para ganhar melhor”. E foi por isso é que eu fui para as obras» [ent15_H_Setúbal_2003].

As redes sociais levam os postos de trabalho a quem não está ativamente à procura – como quando chega aos imigrantes a informação de que noutra setor se ganha mais, e aconselham a o imigrante mudar – ou as redes sociais produzem candidatos para

os empregadores que ainda não tinham as vagas (Waldinger, 2003, 1999: 103), como parece ter acontecido no caso do contacto na Costa de Caparica.

As condições desfavoráveis de trabalho do mercado secundário são testemunhadas pelos imigrantes. O indicador da precariedade passa pela inexistência de contratos de trabalho e é, na situação dos imigrantes, uma condição inter-relacionada com a persistente permanência ilegal, pois sem o vínculo referido o processo de legalização não pode ser iniciado e fica comprometida a renovação da autorização de permanência quando tenha existido anteriormente. Procurar intensivamente postos de trabalho onde sejam celebrados contratos de trabalho para poder ser feita a candidatura ao título de residência regular em Portugal, ou o pedido do contrato ao patrão que se tem, são experiências pelas quais a maioria dos imigrantes passou.

«Nunca tive contrato aqui em Portugal» [ent03_M_Setúbal_2002].

«Depois eu precisava legalizar e vim trabalhar para um rapaz aqui de Alfirim, trabalhei com esse rapaz mais ó meses e ele não conseguia fazer o meu contrato» [ent04_H_Setúbal_2000].

«Lá, o que a gente fazia era anotado lá num papelzinho, porque eles pagavam cada 15 dias, e nos 15 dias acertavam com a gente, não tinha nem um contrato, nem nada...» [ent09_Lisboa_2005].

«Ele mesmo, a família mesmo conversou comigo sobre isso: tinha medo que se me fizesse um contrato, eu pegasse o meu visto e saísse de lá, para poder trabalhar na minha área» [ent07_M2_Lisboa_2005].

«E falei com ela “mas eu preciso que a senhora me dê o contrato. Olha, eu não empato a senhora, se a senhora quiser eu saio, se a senhora me der o contrato só para me legalizar. Porque se eu sair de cá agora, quem vai me legalizar? Ninguém me conhece, ninguém vai me dar... Quem que vai me dar um contrato?» [marido, ent10_C_Setúbal_2002].

Alguns imigrantes chegaram mesmo a trabalhar no mercado de trabalho informal, em empresas com dificuldades ou inexistentes do ponto de vista legal, através das quais nem sequer era previsível a possibilidade de obter o contrato.

«Sem contrato. E essa pessoa não podia, de maneira nenhuma, me fazer o contrato, porque acho que ela tinha alguns problemas. Nunca entendi direito porque é que ela nunca me deu contrato» [ent03_M_Setúbal_2002].

«la ajudar um bar de 3.^a idade – também clandestino – às terças-feiras» [ent03_M_Setúbal_2002].

«Os únicos em que eu não tive foram nos cafés, que eles não dão. E no lar de idosos» [ent06_M_Setúbal_1999].

Também foi testemunhado por alguns imigrantes o incumprimento das obrigações financeiras dos empregadores quanto ao pagamento de remuneração aos empregados, presumivelmente por conhecerem a vulnerabilidade da situação de irregularidade dos imigrantes. Com receio de que a sua irregularidade fosse descoberta, os lesados não tomam medidas para denunciarem as situações, assim reproduzindo o estereótipo do imigrante irregular mais sujeito a ser explorado e enganado.

«Trabalhei dois meses porque chegando ao final, o café dele faliu. E no entretanto ele deixou de pagar a gente um mês. A mim e ao meu irmão, que foi o segundo mês» [ent12_M_Lisboa_2003].

«Saí dali. Tinha, nessa altura, 100 euros a receber deles, eles não me pagaram porque alegaram abandono de serviço. E vieram, ainda, para mim e disseram “Olha, se quiser, recorre, faz eu te pagar na justiça”. Mas como é que eu ia fazer isso? Não tinha um contrato, estava ilegal, não podia correr a lado nenhum, porque eu tinha medo de correr e eles “Pronto, agora como está ilegal, vai-te embora para o teu país”. Não é?» [ent03_M_Setúbal_2002].

Porque eu trabalhei 1 mês, recebi; dois meses e recebi, já no terceiro mês atrasou e no quarto mês não me pagou, esse ficou a me dever. Assim como ele ficou a dever para muitas pessoas que trabalhavam para ele, muitos ucranianos e pessoal de África, angolanos, e cabo-verdianos. Ele ficou a dever para muita gente. E quem me ajudou a receber foi aqui o irmão do N. Foi lá comigo até casa dele, que ele sabia onde é que era...» [ent08_H2_Setúbal_2001].

«Não quis me pagar, tive que andar quatro ou cinco meses atrás dele, depois que saí... No princípio, no fim do mês me pagou direitinho. Depois começou a acumular, sabe? Salário sobre salário... E eu vi que estava virando uma bola de neve, peguei e saí. Pagou aos bocadinhos e até hoje ainda me deve alguma coisa, nunca me pagou» [ent09_H_Lisboa_2005].

«Saí com uma mão à frente e outra atrás. E eu fui, liguei para receber. “Ah, então tá, me dá o número da conta que eu vou pagar”. “Não tenho conta”. “Ah, então me dá teu endereço que eu vou mandar pelo correio”. Não veio» [mulher, ent10_C_Setúbal_2002].

Também foram descritas irregularidades nos contratos e nos pagamentos à segurança social, da parte que compete aos empregadores.

«É. Ele descontava do meu salário dizendo que fazia os descontos, mas eu cheguei a ir lá e pedi e teve muitos descontos que ele não fez. Foi por isso que eu acho que eu não consegui o visto. Sem descontos, como é que a gente vai conseguir?» [ent12_M_Lisboa_2003].

«Entre na sapataria em Junho de 2004. E saí no fim de Novembro porque em Dezembro eu ia para o Brasil (...). Não voltei lá, não procurei eles, e quando eu fui à segurança social, eles só tinham descontado 3 meses da minha segurança social» [ent13_M2_Setúbal_2003].

E o círculo vicioso reproduz-se: a rotatividade existe porque se procuram melhores condições de trabalho, e as anteriores mantêm-se como sempre foram porque há sempre alguém – novos imigrantes – disposto a entrar nos lugares entretanto deixados vagos, confirmando-se a perspectiva que já tinha sido enunciada, a infinidade da força de trabalho imigrante (Piore, 1979).

Parece não existir, em geral, receio quanto às fiscalizações e às multas pelo emprego de imigrantes ilegais, ou pelo menos não ao ponto de demover os empregadores, pois isso não é impeditivo do recurso a esta força de trabalho (embora tal dependa do setor de atividade). A estratégia seguida em caso de fiscalização foi relatada por uma imigrante empregada numa loja de um centro comercial, onde há movimento e há possibilidades de esconderijo e evasão. Mas outros três casos reportados indicam que a irregularidade dos imigrantes foi impedimento para a contratação ou razão para os dispensar (num dos casos, em que houve uma deslocação da atividade de empreiteiro para Espanha) mas também tentativa de os legalizar.

«O meu ex-patrão era muito visado por empregar imigrantes ilegais. Ele já tinha tido imensas multas, já lá tinha ido a polícia e tal, tal. Aí, “olha, Kátia, a situação é constrangedora mas é mesmo assim. Se chegar aqui qualquer tipo de pessoa perguntando se tem documentos, fala que tem, e se pedir para você buscar, você desaparece”. Comecei a falar “Meu Deus”. Aí, eu falei “A., eu acho a situação muito chata”. “K., mas que é que eu posso fazer? Eu não posso fazer nada”» [ent11_M1_Setúbal_2003].

«Aí, como saiu no jornal que se pegasse brasileiro, ia pagar multa, e ainda o bilhete para o imigrante ir para o país, aí ele ficou com medo de pegar, e tal. Aí, ele pagou e eu saí» [ent14_M2_Setúbal_2005].

«Ele tinha mais trabalho na Espanha do que aqui. E ele tem uma empresa portuguesa, registada portuguesa, aqui em Portugal, de construção civil. E como a situação aqui estava escassa, ele foi para a Espanha. Pegou umas obras lá e foi trabalhar

lá. E como lá a imigração é em cima, ele não quis arriscar me levar com ele para lá, sabe? E, aí, me deixou aqui e eu fiquei desempregado» [ent09_H_Lisboa_2005].

«Só que teve uma altura que ele começou a ficar apertado por causa da imigração, e ele teve uma vez que pegou em todos nós e levou a gente numa seguradora que tem ali em Santana, que é o A., para saber como é que era para fazer para a gente ficar legalizado (...) Na altura até podia, mas depois uns queriam e outros não porque ele pagava 25 mas tinha que descontar do nosso ordenado, ele queria descontar. E ninguém quis aceitar. A gente já ganhava pouco... Dava 500, 500 e poucos euros por mês, para fazer o desconto que era 100 e poucos euros, não dava...» [ent15_H_Setúbal_2003].

Na literatura sobre o tema são salientadas as vantagens económicas, para os empregadores, da contratação de imigrantes irregulares, comparativamente ao custo das multas. Rodriguez (2004) destaca a vantagem de natureza política de contratar imigrantes irregulares, porque ao estarem em situação desfavorecida do ponto de vista legal, não oferecem resistência a condições deficientes e, apesar de em meados dos anos 1980 terem sido introduzidas medidas de penalização dos empregadores nos Estados Unidos, com o IRCA (The Immigration Reform and Control Act), o número de indocumentados continuou a aumentar. Em Portugal, apesar de a lei ter reforçado a penalização aos empregadores, como analisado no capítulo anterior, desenvolvem-se estratégias como as descritas.

A discussão sobre se existe concorrência entre os imigrantes e os nativos no mercado laboral é uma questão política que sobressai em especial em períodos de crise e quando acontecem situações de desemprego. A posição de restrição à imigração tem na base o argumento de que a mão de obra desempregada nativa será reabsorvida com a diminuição de imigrantes a competir pelos mesmos postos de trabalho. A posição contrária pressupõe que a força de trabalho imigrante é complementar à dos nativos, e que as migrações servem para preservar o trabalho nativo e sustentar os padrões de consumo nativos. Esta última perspectiva, que com pequenas correções é a de Piore (1979: 86-93), tem como fundamento o argumento de que os imigrantes ficam com os postos de trabalho que os nativos não querem, por causa de condições desfavoráveis e baixos salários e que, se não fosse assim, não seriam preservadas as indústrias e as tecnologias suportadas à custa do trabalho imigrante.¹⁰⁵ Esta última

105. As duas correções, segundo Piore (1979), são: 1) a competição com a força de trabalho primária é verdade apenas em sentido limitado e a emergência da segunda geração de imigrantes virá a revelar uma competição com nativos; 2) os imigrantes são uma parte de uma classe maior do trabalho industrial, onde todos partilham uma ligação marginal ao trabalho (jovens estudantes, domésticas e trabalhadores rurais, que trabalham para financiar estudos ou para obter complementos aos rendimentos).

perspetiva é, naturalmente, a que os imigrantes laborais partilham, também porque legitima a sua presença nas sociedades de acolhimento.

«Isso, até hoje o pessoal fala aqui, né? Que tem muito serviço para nós, porque os brasileiros fazem o que os portugueses não fazem. É isso» [ent02_M1_Lisboa_2005].

Ela (sobre o marido):*«Ele trabalhava nessa profissão que é uma profissão que nenhum português queria, que isso também tem que deixar claro, né?» [ent10_C_Setúbal_2002].*

«Na altura eu ganhava 5 contos por dia, era 25 euros. E português nenhum queria trabalhar para eles por esse preço, porque a gente não tinha hora de trabalho. A gente pegava 9, 9 e meia, e não tinha horas de parar, eu cheguei a trabalhar até às 10 e meia. E era sempre 5 contos» [ent15_H_Setúbal_2003].

Segundo o autor, a diferença entre os imigrantes e os outros grupos com uma ligação marginal ao mercado de trabalho, é a maior adaptação ao mercado de trabalho por parte dos primeiros (Piore, 1979: 90). Esta racionalização também chega a ser feita pelos próprios.

«A gente não pagava renda, e nem alimentação, mas eles pagavam muito mal. Aquela coisa, né? Pegou os brasileiros que acabaram de chegar e...» [ent16_C_Lisboa_2005].

De qualquer modo, alguns imigrantes verbalizam que havia abundância de trabalho no fim dos anos 1990, início dos anos 2000, neste caso na construção civil, e a quantidade de postos de trabalho que cada imigrante ocupou, em geral, desde que chegou a Portugal (apenas uma entrevistada se manteve no mesmo lugar), é indicadora de espaço laboral que havia para a sua força de trabalho na época.

«Naquela altura faltava sempre gente. Era quase todo o dia, estava a trabalhar e vinha sempre alguém dizer “se quiser sair, te dou mais – eram escudos, nessa altura – 50 paus por hora” para passar para outro patrão. Havia uma guerra terrível, havia essa maldadezinha de um tirar funcionário do outro» [ent19_H_Setúbal_2000].

O problema do desemprego formal entre imigrantes também pode tornar-se numa inviabilidade para a permanência entre aqueles cuja autorização para residir é temporária e dependente do contrato de trabalho, porque mesmo que venham a existir colocações no mercado informal de trabalho, a regulação interna da imigração

passou a estar associada à regulamentação do mercado de trabalho e, como tal, os imigrantes correm o risco de perder o estatuto de legal. Quatro imigrantes encontravam-se desempregados formalmente quando foram entrevistados e dois deles preferem manter-se com o subsídio de desemprego, a terem um contrato em que venham a ganhar igual ou menos do que com o subsídio, tendo de trabalhar demais em posto de trabalho mal remunerado; o terceiro previa ser reintegrado novamente na empresa em que estava (tinha sido contratado temporariamente através de agência de emprego e previa voltar através de outra). A estratégia de acumulação do subsídio de desemprego com trabalho informal é praticada por um destes imigrantes.

«Aí, quando eu saí, foi que eu fiz os primeiros três contratos, e que eu ia passar a efectivo, e aí eles não renovaram. Tanto a mim, quanto a outros, não fui só eu. Mas com a oportunidade de “você, quando tiver trabalho, você entra. Quando vierem os grupos, você vai ser chamado para vir fazer, e tal”. “Está bom”. Por acaso até ganha mais fazer esse serviço extra. Aí dei entrada no fundo de desemprego, e estou fazendo biscatezinho aqui e ali, e tal, até pintar um trabalhinho sólido, né? Porque para ganhar 500 euros...» [marido, ent01_C_Lisboa_2001].

«Acabou em Outubro. E como eu estava já pagando a passagem para o Brasil, eu peguei e não quis renovar. Também era a época baixa, o hotel falou “agora a gente não pode renovar. Quando você voltar do Brasil, se você quiser vem cá, que a gente podendo a gente faz”. Só que eu voltei do Brasil e não fui lá ainda. Porque eles me deram o subsídio de desemprego... (...) Com contrato, só se me pagar acima do subsídio. Porque pagarem-me 400 euros para trabalhar das 8 até às 8 da noite, eu fico com o subsídio...» [ent13_M2_Setúbal_2003].

«Eu prestava serviço para a empresa de trabalho temporário que serve funcionários da [fábrica onde trabalhava]. Agora, no caso, vou entrar pela Select, acredito eu que fique um certo tempo pela Select, depois posso vir a ser chamado pela [fábrica onde trabalhava e onde conta vir a ser integrado], vamos lá ver» [ent08_H_2_Setúbal_2001].

Uma outra imigrante frequenta um curso de topografia associado ao subsídio de desemprego e não foi contabilizada naquele grupo.

Ele (sobre ela): «É assim, ela ficou 2 anos e tal pagando segurança social. E agora isso lhe dá o direito de ela fazer esse curso, faz parte do subsídio de desemprego» [ent10_C_Setúbal_2002].

Uma última nota para referir que o percurso profissional dos imigrantes brasileiros, em especial das mulheres, tem diversos exemplos de passagem pelo subsector do co-

mércio retalhista e grossista das “lojas de chineses”. Estas lojas não fazem parte de um enclave étnico de Portes (1981), e que foi apresentado no capítulo 2, em especial porque se encontram também fora de concentrações geográficas (nomeadamente a Mouraria, que se começa a designar como *Chinatown* portuguesa) (Oliveira, 2011). Dispersando-se na malha urbana, são os produtos vendidos das lojas dos chineses que as fazem associar imediatamente, pelos consumidores em geral, à propriedade do grupo que lhes dá o nome. Esta população imigrante constituiu um fluxo migratório contemporâneo do brasileiro, mas caracteriza-se pelo empreendedorismo em pequenos negócios. Os imigrantes brasileiros que se sujeitam a condições precárias do mercado de trabalho aceitaram, em geral no início do seu percurso profissional em território português, trabalhar nestas lojas porque, e dito por uma entrevistada informal “lá não colocam problemas por estarmos ilegais”.¹⁰⁶ Pela parte dos proprietários das lojas, a falta de fluência do português necessário fá-los recorrer a esta força de trabalho disposta a trabalhar por pouco e com poucas condições laborais. A mesma informante referiu que era-lhe dito para fingirem ser clientes em caso de alguma fiscalização.

8. ATIVAÇÃO DAS REDES: O INSUCESSO E O FECHAMENTO

Nesta parte do presente capítulo pretende-se dar atenção a um aspeto que tem de ser considerado na ação das redes e acesso aos benefícios do recurso ao capital social, e que se refere ao que se poderia designar como insucesso. Alguns imigrantes acabaram por não ter, à chegada, o apoio ou o emprego que havia sido referido que lhes seria disponibilizado e que havia constituído o estímulo para virem para Portugal. E alguns imigrantes não devolveram ou devolvem à origem a disponibilidade para ajudar que outros seus conhecidos contam que eles façam. Este insucesso no acesso a benefícios pode ser visto como uma estratégia de fechamento, ainda que com uma pequena correção na sua conceptualização.

Contribuem para explicar alguns casos mal sucedidos na ajuda: algum desajuste nos tempos em que se disse que poderia haver ajuda – em geral, quando os já emigrados iam de férias ao Brasil e a ofereciam –, e aquele em que o novo imigrante chegou; equívocos de comunicação com a publicidade do sucesso do já emigrado e

106. Ao longo dos anos em que o trabalho de preparação para a tese decorreu, foram muitos os brasileiros a quem fui fazendo entrevistas informais para confirmar algumas das questões que foram sendo levantadas, bem como para explorar dimensões pouco clarificadas nas entrevistas. Esta entrevistada informal, esteticista, ajudou a explicitar porque os chineses empregam brasileiros.

a interpretação, da parte do candidato a emigrante, sobre o tipo de benefício que retiraria deste capital social. Porém, importa insistir que o capital social não se traduz apenas por benefícios e que, independentemente destes efeitos para os imigrantes que não obtiveram ajuda, e que são uma minoria, estes reagiram à carência na ajuda não retornando a casa e as redes mantêm-se associadas à sua vinda para o país.

«Ele disse que tinha trabalho para mim, só que não tinha e isso é coisa que não tem nada que a gente tem que estar fazendo... Foi uma coisa que ele fez errada comigo, sabe? Disse que tinha um trabalho para mim e quando eu cheguei aqui ele falou assim: vai procurar. E, graças a Deus, eu procurei e achei» [marido, ent01_C_Lisboa_2001].

Ele: *«E, quando nós chegámos cá, procurámos esse rapaz primeiro. Fomos à casa dele, fui muito bem tratado, mas apoio... mínimo. Ela: E depois, comentando com ele, não tinha nada do que a gente esperava. E ele falou que não, que no momento não podia ajudar, aquela coisa toda»* [ent10_C_Setúbal_2002].

Duas imigrantes revelaram ter sido vítimas de burlas. Ambas haviam sido aliciadas com ofertas de emprego quando estavam no Brasil e, à chegada, uma tinha a exigência de ser “mulher” do imigrante que a havia convidado; e a outra foi convidada a sair de casa de quem a deveria ter acolhido, logo no próprio dia em que chegou, não sem antes ter feito o pagamento de um mês de renda.

«E quando eu descí na estação de Santa Apolónia já estava ele à espera, falou que já tinha um quarto alugado para mim, já estava tudo encaminhado com a casa e emprego, estava tudo (...) E segui com ele até ao que a gente chama lá no Brasil de “Bairro”. Fomos para Aroeira 1, na Charneca e, quando chegámos lá, era uma casa de 10 homens, 11 com ele, e só tinha uma mulher dentro da casa. E ele me apresentou a todos como esposa (...) E eu já fiquei um bocado pasma, porque não era esse o combinado (...) “Olha, isso não está certo... Agora na 3.ª feira, eu tenho o meu bilhete de volta para o Brasil, eu vou-me embora buscar os meus filhos e tu arrumas outra casa maior para mim, para ti e para os nossos dois filhos... para os meus, que vão ter que ser seus também”. Ele concordou. Mas eu, em vez de ir para o Brasil, fui ao aeroporto com a mala, fiz o check-in, entrei como se fosse para o embarque, só que quando chegou na hora eu falei com a menina “olha, eu desisti da viagem e não vou mais”» [ent07_M_Setúbal_2002].

«Eles falaram que eu ia morar com eles, que eu ia pagar renda, pagar tudo direitinho e tal, mas aí que eles já tinham conseguido um trabalho para mim num hospital aqui em Portugal (...) Cheguei a Portugal de manhã, muito cansada por-

que é muito longe e eu não dormi nada no avião, e ela disse “você pode descansar”. Aí, eu deitei para descansar um pouquinho. Quando eu acordei... (...) Ela virou para mim e disse “E., é assim, eu queria te falar que você não vai poder ficar aqui em casa, não, porque você é de outra religião. Você é católica e eu sou evangélica” (...) Afinal, questão financeira... Logo que eu cheguei, de manhã e dentro do aeroporto, eu já eu passei o dinheiro para eles da minha renda, de tudo, fiz questão...» [ent07_M2_Lisboa_2005].

Neste último caso, uma diferença religiosa é utilizada como justificação para a saída e remete para uma das características das redes de migração, segundo Menjívar, e conduz-nos à discussão seguinte sobre o fluxo de informação de retorno, ou sobre o que os imigrantes pensam acerca de outros brasileiros imigrantes: a origem comum pode não se sobrepor a divisões internas como a classe social, o tempo de chegada ou a ideologia política (Menjívar, 2000) e, neste caso, religião, quando se trata de redes e laços entre imigrantes no contexto de receção.

Menjívar (2000), numa perspetiva crítica aos estudos que focam quase exclusivamente os efeitos positivos das redes sociais, privilegia a abordagem às condições materiais e físicas nas quais estas existem, para explicar a sua influência negativa a partir das diferenças dos contextos de onde estas saem e aqueles para onde vão. Simplificando, no contexto de chegada os imigrantes estabelecidos podem não ter recursos para partilhar.

A demonstração do efeito do contexto na atividade das redes é dada pelos próprios migrantes, quando comparam as condições de quando vieram, ou de quando veio quem os “trouxe” e aquelas em que estão quando são entrevistados ou quando lhes pedem ajuda a partir do Brasil. Ou seja, depois de cá residirem e estarem integrados, os imigrantes são abordados por pessoas conhecidas que permaneceram no destino, que lhes perguntam como é viver em Portugal e que lhes pedem ajuda para virem. A conjuntura de recessão e crise condiciona o que é comunicado à origem. O que dizem difere das perceções que lhes tinham sido transmitidas sobre o período anterior, em que a estrutura de oportunidades era percecionada como mais alargada e havia mais recompensas financeiras, tais como maior valor do dinheiro, e melhores salários e mais vagas no mercado de trabalho. Deste modo,

a) O dinheiro valia mais

«Quando elas vieram era época boa, o euro estava muito alto, agora o euro baixou muito e já não está tão bom, não. Mas ainda está melhor que lá, não?» [ent02_M1_Lisboa_2005].

«Eu cheguei na época do escudo, ainda consegui trabalhar com a moeda boa... o euro... não...» [ent_04_H_Setúbal_2000].

«Mesmo aquela pessoa que deu sorte, ou que chegou aqui em Portugal, vamos supor, há uns 6 anos atrás, que era bem diferente, que o euro era mais alto, a conversão do euro para o real era mais valorizada, aí é um caso. E, mesmo as pessoas que já estão aqui há mais de 6 anos, todas elas falam para não vir, “não vem”» [ent07_M2_Lisboa_2005].

Ele: «Nós chegámos cá quase 4 vezes o euro» [ent10_C_Setúbal_2002].

«É... Era no tempo do escudo, então o meu irmão levou muito dinheiro. Naquele tempo o dinheiro rendia muito mais» [ent12_M_Lisboa_2003].

«Pronto, um euro vale mais que o real, 'né? Na altura que eu vim, valia muito mais, valia quase 4 x mais. Hoje, um euro vale dois e meio, mais ou menos, já não é o que era. Mas, quando eu vim, um euro lá era 3 reais e 75, mais ou menos. Sim, 3,80, era o que era. Hoje em dia, não. Mas, de toda a maneira, vale mais. Mas só que, depois, a pessoa tem que viver também, 'né? E tem muitas cenas para pagar e... por isso que eu acho que não...» [ent17_M_Setúbal_2004].

b) os salários eram melhores

«O que é que acontece, hoje... Na altura em que eu cheguei, por exemplo... Como empregado de mesa de 2.^a eu ganhava 110 contos. Hoje, se calhar, um empregado de mesa de 1.^a, como eu, não ganha isso em termos do dinheiro antigo. Mas porquê? Porque hoje tem muito mais mão de obra» [ent01_C_Lisboa_2001].

c) e havia mais emprego

«Aqui, emprego era mais fácil a gente arranjar, a gente arrumava muito emprego antes. Em todo o lado era uma plaquinha “precisa-se empregado” e aceitava, não tinha essa coisa do visto, até que a gente arrumava. Isso, casa para morar, tudo, tudo (...) A gente, quando encontrar um brasileiro, quando eu vim, era muito difícil, a gente não via brasileiros» [ent06_M_Setúbal_1999].

«Na altura, o desemprego não estava como hoje, passaram quase 4 anos» [ent11_M1_Setúbal_2003].

A mudança das condições do país e do peso dos fatores de atração foi assinalada por vários imigrantes já residentes há mais tempo e pelos que, mesmo residindo há menos, sabem como era “antes”. As alterações servem, em alguns casos, como justificação para o conteúdo do fluxo de informação devolvido ao Brasil e que se traduz na ideia de que não vale a pena virem novos migrantes.

Na conjuntura descrita é sentida a tendência de dificuldade em obter trabalho para amigos e familiares, o que é identificável nos excertos de alguns imigrantes e contribui para a previsão de alguma saturação numérica da rede, quando os custos da migração param de diminuir com cada entrada e o processo de migração perde o ímpeto do crescimento (Massey, Glodring e Durand, 1994). Para além das questões estruturais do desemprego, ou de haver atividades em que as dificuldades ainda não se sentem tanto – como as que se destinam às mulheres – é verbalizada a irregularidade como fator de contrariedade ou impedimento na obtenção de trabalho (por exemplo, o entrevistado 5). Mesmo no caso em que o discurso continua a ser o de fazer sobressair as potencialidades de maximização económica com a emigração, a postura é a de não poder ajudar por falta de recursos, no caso concreto a situação de desemprego (por exemplo a entrevistada 6).

«Eu falo para eles que para homem é difícil, mas para mulher para trabalhar de interna, para morar, para cuidar de criança, de idoso, tem bastante» [ent02_M1_Lisboa_2005].

«Não venham, isso aqui é muito complicado porque 99% das pessoas que quiseram vir para cá têm aquela ideia que isso aqui é o país da maravilha, que tem no fundo do quintal uma arvorezinha que dá notas e que chega ali e colhe as que quiser e está a andar. E são pessoas que têm essa ilusão e que não fazem muito pela vida. Portanto, eu falo com eles: não venham. Não venham, porque isso aqui, para quem não quer trabalhar, isso aqui não dá» [ent03_M_Setúbal_2002].

«Só digo que Portugal não é bom para ganhar dinheiro. É bom para sobreviver. Eu pergunto quanto é que as pessoas ganham lá. Se as pessoas estiverem tirando lá 700 reais, não vale a pena vir para Portugal porque o que vai conseguir mandar para o Brasil é mais ou menos isso. Mesmo assim, dependendo de quanto é que está o euro, quanto é que cê vai ganhar, é uma diferença. Lá no Brasil eu tirava quase isso, 700 reais... (...) E antes de vir para Portugal eu falei com ele que não valia a pena. Mas ele disse que a gente estava era com má vontade de trazer... Então veio! (...)» [ent04_H_Setúbal_2000].

«Eu digo a eles assim: “olha, eu não posso dizer a vocês que é bom, nem que é ruim, porque é gosto (...) Talvez eu diga a alguém que Portugal é ruim, está mau para trabalho; ninguém acredita. Se eu sair do meu trabalho hoje, como eu sou legalizado, eu já encontro outro trabalho. Mas para quem chega cá, já não consegue o trabalho; ou consegue. E, se eu disser “aqui em Portugal você não consegue” e o gajo chega cá e consegue... Se disser a ele que vai trabalhar ou que tem um trabalho para ele chega e “cadê seus documentos para apresentar

na empresa?” e ele não tem...São duas coisas que eu não gosto de dizer, que é mau e que é bom. Porque as pessoas vão confiar naquilo que eu disse. “Você me acolhe na sua casa?”. E eu digo a ele “Pode vir, que eu te acolho na minha casa”. Eu não me importo de tratar deles 15 dias, 30 dias, mas mais do que isso ele já está indo trabalhar. E se ele não conseguir trabalho? Aí já fica assim “ah, você disse que eu podia vir, que aqui era bom” e começa a culpar alguém que trouxe ou que acolheu ou quem disse que era bom. Já aconteceu várias vezes isso...» [ent05_H1_Setúbal_2001].

«Eu falo a verdade. “Se ganha um dinheirinho se poupar, se guardar o dinheiro e não gastar. E se poupar e trabalhar muito, ganha-se dinheiro. Um ano ou dois, dá para comprar uma casinha, dá para fazer uma coisa...” (...) Mas eu não posso ajudar, estou desempregada. Não dá» [ent06_M_Setúbal_1999].

«E até costumam falar “E., você não pode me ajudar para ir? Eu falo assim “Poder, eu até poderia, mas eu não te ajudo a vir para cá. Não, porque eu acho que se passa uma necessidade muito grande, e se eu sei o que eu estou passando, eu não quero que a pessoa depois passe por isso, principalmente se é meu amigo. Assim, eu falo “não venha”. Se ‘cê quiser vir, se você vier, é claro que eu não te vou virar as costas para você. Mas eu, te ajudar a vir eu não te ajudo. Eu te ajudo aí se você precisar de alguma coisa mas, agora, aqui, não» [ent07_M2_Lisboa_2005].

As estratégias de fechamento por exclusão constituem-se da “tentativa de assegurar para si próprio uma posição privilegiada à custa de outro grupo através de uma estratégia de subordinação” (Parkin, 1979: 45) e que “dá origem a uma categoria social de não eleitos ou de forasteiros” (Parkin, 1979: 45). Neste âmbito de estudo, e relativamente aos imigrados que afirmaram não poder ajudar quem vem, embora se esteja a criar uma categoria de não eleitos no acesso a capital social, a informação transmitida é que não existem, no momento, benefícios na deslocação. A estratégia de fechamento, no caso, tem como finalidade proteger imigrados e elementos da sua rede ainda residentes no Brasil de passarem (mais) dificuldades.

9. MODALIDADES DE INTEGRAÇÃO

Neste ponto procedemos à análise de indicadores de integração dos imigrantes brasileiros, em relação com a maior ou menor dependência das redes intramigrantes. O percurso analítico é feito no sentido da demonstração de que os imigrantes tendem a combinar estratégias de etnicização e assimilação (Pires, 2003), mas que no início

tende a predominar a primeira modalidade de integração e é possível identificar elementos que caracterizam, num momento posterior, a segunda. A antiguidade dos fluxos é um dos fatores dos quais depende a modalidade de integração e permite analisar a sua transformação.

O modo de integração inicial constitui-se por estratégias de etnicização, onde se pode perceber que a dependência das redes intramigrantes para a ajuda e estabelecimento se estende ao processo de estabelecimento. Há evidências na irregularidade e no facto de esta estabelecer a dependência dos suportes inerentes às redes (Pires, 2003), porque a permanência no país não está abrangida pela regulação. Dois indicadores de etnicização são, neste ponto: base de recrutamento irregular da migração por redes intramigrantes; partilha de alojamento com outros imigrantes e avaliação deste comportamento como característica do seu grupo (imigrante).

Processos de assimilação são passíveis de ser identificados em algumas estratégias que se ilustram com a verbalização da desidentificação, em tom de crítica, com os imigrantes brasileiros mais recentes. Esta postura de fechamento e de “outrismo” relativamente a outros imigrantes brasileiros, em particular dos imigrantes mais antigos, transporta a identificação e a partilha com um espaço identitário comum e o desligamento das redes intramigrantes, no que a obtenção da nacionalidade e exclusão da categoria de estrangeiro constituiria a sua expressão legal (Pires, 2003). Entre os entrevistados a nacionalidade ainda não está representada de forma numerosa. Por fim, é possível apresentar, com as modalidades de envio de remessas para o Brasil, o confronto entre o início de um processo de etnicização e de ligação com o Brasil e o que se vivia aquando das entrevistas, em que, como se pretende alegar, revela mais tendências de assimilação. Os discursos sobre planos de permanecer ou retornar constituem a construção da subjetividade dos próprios acerca do projeto de integração.

Começando a análise pela comprovação do recrutamento irregular, afirma-se que a maioria dos entrevistados estendeu a sua permanência em Portugal além da autorização regular de 90 dias para turismo, excetuando duas imigrantes que vieram com vistos de estudo porque na origem do movimento se inscrevia a intenção de frequência de pós-graduações (mesmo que, num caso, a motivação original tenha sido vir viver com o então namorado e atual marido português). Logo a seguir a uma das imigrantes que vinha estudar, veio o namorado, como previsto, que estendeu a permanência a partir do prazo regulamentar (turismo).

A origem irregular (ou indocumentada, como pode ler-se na literatura anglo-saxóni-

ca)¹⁰⁷ desta imigração difere da migração dos anos 1990 em termos de características e de volume, embora naquela época também fosse assim que tendiam a começar os projetos migratórios (Pinho, 1993). Num estudo sobre a emigração de dentistas brasileiros (Soares, 1997) fica patente que as legalizações dos entrevistados se efetuarão em 1992, precisamente quando houve um processo de regularização extraordinária. Porém, a imigração na época não tinha um enquadramento político-legal, nem uma moldura jurídica tão completa como tem atualmente e, como vimos no capítulo anterior, a isenção de vistos de turismo para cidadãos brasileiros já estava, então, em vigor.

Os processos de regularização dos entrevistados não tiveram o mesmo ponto de partida nem seguiram os mesmos trâmites para todos os entrevistados, embora o contrato de trabalho seja uma variável fundamental na avaliação das dificuldades que se enfrentam (ou enfrentaram) para a via de regularização mais transversal na migração laboral (a via do casamento e dos filhos é mais restrita).

«A dificuldade de arrumar um contrato é grande. Para ficar legal a gente tem que pagar as coisas direitinho, fazer as coisas como deve ser...O governo é que também não facilita, né? Eu acho que também não deveria facilitar. Tem tanta gente que vem para cá... De repente, como é que os portugueses vão ficar se isso aqui virar uma invasão de imigrantes, né?» [ent09_H_Lisboa_2005].

As dificuldades de obtenção dos contratos para a legalização desembocam nas dificuldades financeiras de algumas empresas, como já foi assinalado no ponto sobre o mercado de trabalho.

Uma outra variável determina, desde logo, diferenças: o tempo de chegada em Portugal e as possibilidades que se abriram à legalização. Por exemplo, os entrevistados que vieram depois de 2001 não puderam obter autorização de permanência, os que vieram depois de 2003 não puderam beneficiar do acordo Lula. Nestes processos, o regime das autorizações de permanência de 2001 terá sido contexto de atração para a entrada de novos imigrantes; como refere Peixoto (2007: 89), “uma vez que o período da sua concessão foi longo, esta operação levou em simultâneo à regularização da situação de imigrantes anteriores e ao estímulo à entrada de novos trabalhadores”. Esta situação é corroborada por um imigrante entrado nesse ano.

107. A definição de migrante indocumentado corresponde de igual modo a “o que violou uma fronteira, como o que ficou mais tempo do que o permitido pelo seu visto” (Appleyard, 2001: 12).

«Olha, eu estava no Brasil e ouvi “R., quem chega depois de Novembro de 2001, vai fechar a fronteira, já vai ser difícil pegar visto”. Aí eu pensei, “gente, eu tenho que ir mais rápido”» [ent05_H1_Setúbal_2001].

Quando as entrevistas foram realizadas, ainda havia imigrantes (sete) em situação irregular, concentrados no grupo que chegou mais recentemente ao país (depois de 2003). Entre os imigrantes irregulares é possível encontrar um que já esteve legal e que, entretanto, “atrasou dois vistos” que comprometeram o percurso de legalização.

«É assim, o meu patrão vai pagando segurança social, tenho contrato de trabalho, vou fazendo os descontos, está tudo certo, mas ainda não consegui me legalizar porque não liberaram o visto ainda» [ent02_M1_Lisboa_2005].

«Através da minha mãe eu posso perder a esperança porque não tem jeito. Portanto, agora vamos esperar sair uma lei, para ver se eu consigo me legalizar» [ent14_M2_Setúbal_2005].

Ela: *«Eu vim através do visto de estudo, o S. veio com o de turista, ficou só os três meses com o visto de turista, e o meu visto de estudante, eu fiquei de obter uma resposta... Como eu não continuei a estudar, não tive como apresentar matrícula, essas coisas, ficou de lado... Agora, com essa lei que saiu da convocação, que a gente já está com as papelas todas em mão» [ent16_C_Lisboa_2005].*

«E agora estou a tratar dos papéis, tenho uma advogada e ela está a cuidar disso para mim. E só estamos à espera do IDICT me aceitar o contrato. Depois eu tenho que pagar umas multas de acho que são três IRS que eu tenho atrasados. E eu estou vendo se eu consigo pegar os vistos que eu tenho atrasados, que é para poder dar entrada no BI [autorização de residência]. A advogada não sabe como é que vai fazer isso, mas se eu conseguir pegar os três vistos que estão atrasados, eu consigo já pegar» [ent04_H_Setúbal_2000].

As vias de regularização existentes foram diversas, sendo as mais frequentes a que decorreu do “Acordo Lula”, ou a da primeira lei da autorização de permanência (entrada em 2001). Também houve obtenção de autorizações de residência através do casamento com um português (três) ou de filho nascido em Portugal. Há uma imigrante casada com um português que já detém a nacionalidade portuguesa.

«E a gente casou no dia 4 de Julho e no mês a seguir a gente deu entrada num pedido de cartão de residência através do casamento» [ent03_M_Setúbal_2002].

«E estava à espera de sair uma situação, uma das exceções em relação à lei do Lula. Depois vi que não ia sair. Nessa altura estava previsto, depois mudaram tudo, começaram a fechar as portas para a imigração, em 2004 não sei se se lembra, foi uma situação péssima, acho que a pior fase da imigração dessa terceira leva, vivemos momentos constrangedores terríveis, pessoas em filas de SEF, tinham direito ao visto e nem as que tinham conseguiram, imagina a gente que não tinha. Foi mesmo, acho que, a pior fase das nossas vidas de brasileiros cá em Portugal. Dessa leva de agora, claro, os primeiros tiveram mais facilidade (...) Casámos em 2004, no final de 2004» [ent11_M1_Setúbal_2003].

«Mas eu não queria casar, eu também não queria casar, não. Tive o meu filho. Aí, consegui a minha residência por causa dele. Mas só é de 2 anos. Depois de 2 anos tenho que trocar de novo» [ent06_M_Setúbal_1999].

O papel das redes intramigrantes na expansão da irregularidade na migração já foi amplamente discutido e ilustrado como processo, até, de causalidade cumulativa. Mais complexo é o estabelecimento da influência das redes nos processos de regularização. Quando, por exemplo, um imigrante indica um membro da sua rede para um posto de trabalho de um empregador que lhe pediu, ou que ele conhece e tem uma vaga, se nesse posto houver a possibilidade de contratualização e posterior regularização por essa via, o efeito da rede é visível. Contudo, é na informação sobre os procedimentos, datas em que ocorrem as regularizações, entre outros elementos que contribuem para a legalização, que o efeito das redes será mais frequente e menos “visível” mas tem igual importância. O acionamento do suporte pela rede orientado para o objetivo exclusivo da regularização pode ser ilustrado por uma imigrante que contactou uma ex-colega brasileira de uma empresa em que trabalhou, solicitando o regresso por causa da necessidade do contrato, sabendo que a empresa o forneceria habitualmente. A imigrante em questão trabalha noutra área, esta atividade tem uma função instrumental relativamente ao contrato.

Ela: «Eles trabalham, independente de cê estar ilegal ou não, eles fazem contrato (...). Foi pouco tempo, trabalhei lá uns três, quatro meses. E, agora, como a gente viu que saiu essa questão da lei, liguei para a brasileira que eu conheci que trabalha lá e falei “eu tenho interesse de voltar, não sei por quanto é que eu vou trabalhar, mas mais pelo contrato”» [ent16_C_Lisboa_2005].

A relação entre processos de regularização e redes de imigrantes formalmente ligadas pode ser ilustrada com o exemplo da Casa do Brasil e pelo papel que desempenhou na regularização dos imigrantes através do Acordo Lula (Padilla, 2005b).

Uma nota para destacar que uma vez começado o processo para a legalização, em geral com a realização do contrato, ele pode decorrer com contrariedades que, algumas vezes, impedem o seu sucesso e que remetem para situações de má-fé ou de limitação de informação. Situações como contratos falsos ou inválidos, assim como informação insuficiente que conduz o candidato a cometer erros – como sair do país – foram algumas das situações reportadas.

«Eu trabalhei com um rapaz que fez um contrato falso para mim. E ela levou a tribunal e ele teve que pagar uma multa de 7 mil euros. E eu paguei uma de 400» [ent04_H_Setúbal_2000].

«Isso foi em Novembro e eu me inscrevi. E aí foi Novembro e eu estava à espera que eles me chamassem mas nunca me chamaram. Aí, fui. Quando eu voltei do Brasil, que eu vim sozinha, estava lá a carta que eles tinham-me mandado para ir lá buscar o visto. E eu fui. Cheguei lá para buscar o visto, a senhora foi, e disse que eu já não podia mais pegar o visto porque eu tinha-me ausentado do país e não podia ter saído do país» [ent06_M_Setúbal_1999].

Deve ser sublinhado que a restrição de vias legais para a emigração e o reforço das fronteiras tende a encorajar os migrantes à fixação na sociedade de acolhimento e a trazerem as suas famílias, devido ao receio de, se saírem, enquadrados pelo cenário de uma migração circular, não conseguirem reentrar (Portes e DeWind, 2007: 7),¹⁰⁸ conforme a história já demonstrou durante as restrições à entrada durante a recessão na Europa ocidental no início dos anos 1970, o que teve o efeito de prolongar a estadia a quem já tinha entrado (Piore, 1979). O receio referido é verbalizado por um dos imigrantes. Neste cenário de controlo apertado e encorajamento (involuntário do ponto de vista político) à fixação, sai favorecido o funcionamento das redes.

«E esse meu primo que veio e que se deu bem, já não sabe o que é que faz. Quer ir no Brasil mas tem medo de ir e já não voltar» [ent05_H1_Setúbal_2001].

A segunda dimensão da modalidade de integração etnicizada dos brasileiros tem como indicador a concentração inicial do seu estabelecimento na Costa de Caparica, região que, pelo que nos foi dado conhecer pelas entrevistas e pelos indicadores estatísticos, faz parte de um dos distritos com mais população de naturalidade brasileira residente. Aí, de facto, também há comércio de produtos brasileiros, restauração

108. Também em estudo sobre imigrantes mexicanos se demonstra que a militarização das fronteiras terrestres entre os EUA e o México baixou as probabilidades de os imigrantes retornarem a casa (Durand e Massey, 2004: 12).

com gastronomia brasileira, entre outras particularidades que terão contribuído para a classificação enunciada, e que serão exemplos de negócio de imigrantes a servir um nicho de mercado (que corresponde ao quarto tipo de empresas imigrantes no quadro de Pieterse (2003). Porém, uma outra explicação emergiu dos testemunhos, a qual se refere à oferta de casas para arrendar a baixo custo.

(começou por vir viver com o primo na) «*Costa da Caparica, que é onde está a maior parte de todos os brasileiros deste lado de cá*» [ent11_M1_Setúbal_2003].

«*Porque as pessoas não ficam lá, ficam mais é no Verão. E as rendas são baratas. A gente vivia lá numa casa, que era assim, a casa não era muito boa não, era na cave, mas era uma casa que eram 4 quartos, uma cozinha, duas coisas de despensa, e pagávamos 345 euros*» [ent06_M_Setúbal_1999].

A característica principal da escolha do alojamento dos entrevistados é a de que vem acoplada à deslocação, o que em geral significa viver na mesma casa com (pelo menos) mais um imigrante ou agregado familiar. A partilha de apartamento ou casa, por imigrantes, com o objetivo da divisão dos custos da renda também é salientada como especificidade da imigração brasileira porque, como é também destacado, a finalidade inicial é o aforro.

«*É, quando eu cheguei ficámos 2 meses em Algés de cima, na casa desse meu irmão. Mas ele é solteiro, tem as amizades dele, e pronto, é complicado*» [ent01_C_Lisboa_2000].

«*Sim, fiquei na casa dele (primo que o “trouxe”), três anos*» [ent04_H_Setúbal_2000].

«*Depois fomos viver lá, com ela, que vivia ela, mais a irmã dela e o irmão dela, comigo quatro. Depois fui para o Brasil. Depois, quando eu vim do Brasil é que eu vim para o Monte da Caparica*» [ent06_M_Setúbal_1999].

«*É. Fui morar mais ele (amigo que o ajudou a vir), na casa dele da Charneca*» [ent09_H_Lisboa_2005].

«*Sim. Inicialmente na casa do meu primo...*» [ent11_M1_Setúbal_2003].

«*E eu vim viver com a minha mãe*» [ent14_M2_Setúbal_2005].

«*Para casa da minha mãe. Fui para casa da minha mãe, fiquei com a minha mãe uns dois anos. É, foi dois anos e pouco*» [ent15_H_Setúbal_2003].

«E nós viemos, fui morar com o meu irmão, depois o Sérgio chegou e continuámos a morar com ele, mudámos para uma cidadezinha, depois de um tempo lá...» [ent16_C_Lisboa_2005].

«Então, ficámos na casa dela (contacto com Portugal) uns três ou quatro dias...» [ent19_H_Setúbal_2000].

«Fui para casa dele (irmão da namorada), ele morava no Cacém. Fiquei com ele uns dois meses mais ou menos» [ent20_H_Lisboa_1998].

«Com outras pessoas. É. É porque assim a renda acaba saindo mais barata» [ent07_M_Lisboa_2005].

«É, geralmente é. Divide-se a renda, quem quiser dividir a refeição também divide, compram e depois dividem, mas eu não fazia isso. Dividia só a renda e a minha comida era à parte. É muito complicado» [ent20_H_Lisboa_1998].

No que respeita aos indicadores de assimilação e de desidentificação com outros imigrantes cuja origem – neste caso, o país – é comum, vê-se que são reveladores de diferenças de origens sociais ou de tempo de imigrado. Ter-se “descoberto” Portugal traz vantagem aos imigrantes mais antigos e indica uma etapa diferente no caminho da assimilação. Nesta fase pode afirmar-se que se presenciam indicadores do desligamento das redes e dos espaços das redes, e se partilha um espaço identitário comum com os autóctones.

«E tinha poucos brasileiros. Isso agora está empestado de brasileiros (...) Mas pronto, eu acho que a imigração já está a crescer acima do normal... Sei lá, acima do nível daquilo que Portugal é capaz de sustentar. Isso prejudica não só a mim, como prejudica também os portugueses. E prejudica não só os brasileiros, como prejudica a migração em geral. Muitos ficam desempregados, os portugueses também ficam. E assim, fica mal para nós todos. Porque fica um país vazio, com um cheio. Mas aquele que está cheio e que dizem que é bom, estava bom mas agora está piorando. E assim, vai... E daqui a uns dias, Portugal... não sei onde Portugal vai parar com tanta imigração...» [ent04_H_Setúbal_2000].

«Somos imigrantes como qualquer um. É que, infelizmente, o nível da imigração caiu muito. Então, as pessoas que estão vindo para cá, são pessoas mesmo que são empregadas domésticas no Brasil, são pessoas com um nível muito baixo (...) E eu respeito isso, como eu, por exemplo, sou motorista de autocarros. Então,

quer dizer, não quer dizer nada. Mas, infelizmente, para se conviver sente-se muita diferença. Que nós vimos de famílias um pouco diferentes. A R. tem um nível superior...» [ent10_C_Setúbal_2002].

Ela: «A maioria dos que vêm para cá são os que tiveram uma vida muito difícil mesmo, não tiveram estudo nem nada, e “ah, vou para lá, qualquer coisa que tiver lá é melhor”. Às vezes, até o jeito de vestir, a postura... eu sinto vergonha. Até me sinto mal de sentir vergonha daquilo. Vêm e não acrescentam mais nada, sabe, não aproveitam “Ah, estou aqui, vou tirar um curso de inglês, vou aprender uma outra língua”. Não vêem além horizonte, ganha 400 euros e manda 200 para casa, e quer voltar para o Brasil daqui a mil anos, sabe?

Ele: e a pessoa... Não tem nada a ver com escolaridade, é com o perfil mesmo, vai estar trabalhando com outra coisa... Trabalhando com inquéritos, são pessoas que são diferentes dessas. Não quer dizer que elas estudaram mais ou que têm mais... Mas têm um perfil diferente do que os que trabalha em loja» [ent16_C_Lisboa_2005].

O prejuízo que o “nível da emigração” tem para os imigrantes que já cá estão é salientado por um destes imigrantes que veio há mais tempo. A sua escolaridade é o equivalente ao 12.º ano, o frequente entre os entrevistados.

«Porque a imigração no começo não era de má qualidade. Mas ela acabou se tornando ruim para os próprios portugueses porquê? Por causa da exploração dos outros. Começou a baixar o salário de quem? Dos brasileiros e dos próprios portugueses! Porque os próprios portugueses começaram a se sujeitar a um salário um pouco mais baixo porque se ele não se sujeitar o brasileiro vai trabalhar por menos ainda. Não é? O problema é, então, Eu ‘tou falando de Portugal porque eu vivo cá, mas de toda a Europa. O problema não é da imigração, é da selecção e do controle» [ent10_C_Setúbal_2002].

A falta de entreaajuda dos brasileiros é salientada em mais testemunhos, que confrontam os dois contextos nos polos do movimento ou diferentes circunstâncias em que a ajuda é necessária e não se obtém.

«Os brasileiros, quando a gente vive no Brasil, eles são uma pessoa. Mas a partir do momento em que o brasileiro vem para aqui para Portugal, ou para outro país qualquer, mudam totalmente. São egoístas, só querem tudo para eles, não ajudam ninguém, é verdade. Não ajudam ninguém! Você pode precisar, que você morre» [ent06_M_Setúbal_1999].

«Perdi muito o vínculo com os brasileiros. Infelizmente. No momento estou buscando novamente esses vínculos porque penso que é a minha identidade. Claro que, como qualquer pessoa, não faço questão me relacionar com alguns tipos de gente brasileira, com determinadas pessoas que vêm para cá e ficam esquisitas, ficam estranhas, mudam o jeito de ser» [ent11_M1_Setúbal_2003].

«Enquanto você tem dinheiro, enquanto você tem trabalho, são teus amigos e estão sempre junto contigo, mas quando acontece alguma coisa que tu não possas trabalhar, eles não te conhecem de lado nenhum, e “vira-te, o azar é teu”... e eu não gosto desse tipo de coisa. Conheço alguns brasileiros, mas que vá na minha casa, nenhum. Acho que fiquei escaldada, um bocado, com essa coisa de serem meus amigos quando eu não preciso e quando eu preciso eu não tenho amigos» [ent03_M_Setúbal_2002].

É, ainda, salientada a característica arruaceira dos brasileiros.

«Há muitos sítios onde não vou por causa de brasileiros... Não é preconceito, não é nada porque eu também sou brasileiro, mas eu gosto de evitar confusões. E eu já sei que brasileiros, qualquer coisa, é motivo de confusão» [ent04_H_Setúbal_2000].

No entanto, a maioria dos entrevistados revela que foi auxiliado na procura de trabalho, e que existe a transmissão de novidades sobre oportunidades. A associação de “outrismo” com outros migrantes brasileiros depende essencialmente em duas variáveis: o tempo de permanência e o nível de escolaridade ou qualificação. À primeira corresponde a distinção entre o reconhecimento de um estatuto diferenciado relativamente aos que estão irregulares, à segunda a percepção de se pertencer a um nível social diferente, e que neste caso supera, em termos de (não) identificação, a origem nacional comum. Tal não impede que, quando existem oportunidades, elas sejam divulgadas.

A obtenção da nacionalidade consiste no indicador político, e é indicado como o último estágio, da integração completa. Há uma imigrante que tem – é casada com português – e um entrevistado (ent20_H_Lisboa_1998) que referiu estar a tratar de obter a nacionalidade portuguesa (é casado com uma portuguesa). Mas neste caso, não prescinde da nacionalidade brasileira, uma vez que Portugal e o Brasil permitem a dupla nacionalidade entre si, como o fazem a maioria dos países desenvolvidos explicita ou tacitamente (Portes e DeWind, 2007: 7) de forma a incentivar a manutenção da lealdade dos seus emigrantes e manter o fluxo de investimentos, remessas e participação política. Independentemente da nacionalidade, entre os entrevistados existem casamentos mistos, o que também é indicador de integração assimilada.

Por último, e no que concerne também ao indicador económico da migração, é possível relacionar as remessas e os investimentos na origem com a modalidade de integração. Um dos fatores mais recorrentemente associados à migração laboral é o do objetivo de poupança – *o target earning* (Piore, 1979) – e envio para a origem, para investimento na construção de uma casa e negócios, como aliás é referido pela nova economia da migração laboral (Stark e Bloom, 1985; Taylor, 1999, 2004) abordada no capítulo 1. No fluxo migratório dos anos 1990, o objetivo de juntar dinheiro e ir embora poderia existir, mas nunca foi verbalizado nas entrevistas realizadas (Pinho, 1993).

«Construir minha casa no Brasil, e ir embora» [ent13_M2_Setúbal_2003].

«Sim, estava, mas todo o mundo, aquela esperança lá no Brasil, né? “Vou para Europa para conseguir dinheiro para comprar casa”» [ent14_M2_Setúbal_2005].

O aumento do poder de compra enquanto se está emigrado, ou já depois do retorno, pode tornar-se visível na localidade de origem através da aplicação em imobiliário. É o que demonstra os sucessos a quem tinha permaneceu e acaba por significar um estímulo a empreender o mesmo percurso.

«E ficava naquela, eu via meus amigos comprar uma casa, ou comprar um terreno ou a fazer uma casa... E sempre pus na cabeça “um dia eu vou também”» [ent15_H_2003].

Estudos recentes demonstraram que os brasileiros direcionam as suas remessas para as suas famílias no Brasil, com a finalidade de aumentar o poder de compra dos membros que não emigraram (Martes e Soares, 2006). Neste trabalho notamos que os imigrantes já enviaram ou enviam para o Brasil remessas com propósitos diversificados: amortizar dívidas deixadas (anteriores ao movimento, ou associadas a este, nomeadamente com a compra dos bilhetes de avião), investir em imobiliário ou em obras nas residências, e ajudar a família. Os motivos, conforme revelado em estudo sobre as remessas dos brasileiros imigrantes em Portugal são, por ordem decrescente, ajudar a família, formar poupança e pagar dívidas (Rossi, 2005: 17).

«Aquilo ficou em 10 mil reais para fazer. Dez mil reais, lá, eu trabalho lá 10 anos para poder tentar, e é muito ano para juntar, né? E eu vim para cá e no 1.º ano eu terminei a construção lá. Mas isso porquê? Eu não fiz mais porque fui construindo, pagando passagem, paguei um dinheiro que me emprestaram, paguei um monte de dívidas que tinha...» [ent02_M1_Lisboa_2005].

«Porque eu trabalhei 3 anos sem usufruir cá em Portugal, mandei tudo para o Brasil. Construí, comprei imóveis, fiz casas...» [ent05_H1_Setúbal_2001].

«A minha mãe já fez uma casa, grande. Depois eu ia fazer a minha mas, no entanto, aconteceu tudo e já não deu mais... (casou) Eu agora não tenho a intenção de viver lá. Agora, em vez de construir casa, eu vou comprar uma casa para mim. Quero comprar uma casa na praia. Em Minas não tenho praia, mas na praia, para mim quando eu for lá ter a minha casa» [ent06_M_Setúbal_1999].

«Comprei o terreno agora, é até pagar o terreno» [ent13_M2_Setúbal_2003].

«Ganhei experiência, conhecimento. Eu estava investindo lá. Os meus pais têm terras no interior e eu plantei lá café, plantei algumas coisas, mas nada que se eu quiser ir para lá, eu possa viver disso porque não dá para viver disso» [ent20_H_Lisboa_1998].

«É assim, já pude ajudar o meu pai, que ele esteve desempregado, já pude dar a ele uma geladeira, que ele precisou. Já pude ajudar em alguma coisa, quando ele precisou de mim» [ent12_M2_Setúbal_2005].

«Todos os meses. Mando para minha mãe. Porque, isso, lá, eu já fazia, já ajudava sempre. Mesmo depois... Eu fui casada, depois separei, mas eu sempre ajudei a ela. Porque, quando eu vivia com ela, eu trabalhava para aquela casa estar de pé e sustentar a casa. Depois que eu saí de lá, pronto, para mim é um orgulho continuar a ajudar. É minha mãe, é o bem mais precioso que a gente tem é a mãe da gente» [ent17_M_Setúbal_2004].

O envio do dinheiro e a quantia variam consoante os gastos que se têm mensalmente em Portugal. E quando os imigrantes aceitam que ficarão em Portugal pelo menos mais um tempo e precisam de “viver cá”, sentem que já não conseguem manter a mesma ligação financeira com o Brasil.

«Porque nem todos os meses eu mando dinheiro para a minha mãe, nem todos os meses posso. Às vezes posso receber bem, às vezes posso receber mal...» [ent04_H_Setúbal_2000].

«Envio um pouquinho para a minha filha ainda, uma ajuda para ela. Não mando muito, mando 100 euros, 120 euros... E nem todo o mês, alguns meses não dá. Esse mês nasceu o bebé não consegui mandar nada» [ent20_H_Lisboa_1998].

Esta mesma conclusão tinha sido tirada no estudo sobre as remessas dos emigrantes brasileiros já referido. Nela é feita uma tipologia que relaciona os anos de perma-

nência em Portugal, com ter ou não família constituída cá e os planos em permanecer ou retornar. A assimilação do imigrante tem implicações na redução do fluxo de remessas porque estas relacionam-se com a intenção de retornar e com um projeto de vida no Brasil (Rossi, 2005: 23). A assiduidade no envio de remessas está inversamente relacionado com a intenção de permanecer.

«Sim. Só que agora, eu querendo viver a vida cá, já não consigo mandar quase nada para o Brasil» [ent05_H1_Setúbal_2001].

«Sim, mas mais antes. Há uns cinco anos atrás eu fazia isso (investia). Mas agora não» [ent20_H_Lisboa_1998].

Em jeito de síntese sobre o problema da integração, o mapeamento dos projetos dos imigrantes constitui um indicador sobre o que significa, para estes, estar integrado ou retornar, o que também remete para a questão política da manutenção dos elos dos emigrantes ao seu país.

Os entrevistados interpretavam quase sempre, na pergunta acerca dos projetos relativamente ao futuro, a de que se pretendia saber se pretendem retornar, e portanto quase sempre revelaram os seus projetos a esse respeito. Sendo eu portuguesa a realizar um estudo sobre a vinda para Portugal, na ótica dos migrantes serei transmissora da perspetiva portuguesa, uma vez que “o ponto de vista de que o emigrado é marcado sobretudo por uma ligação ao país de origem (bem como a ideia de regresso que assim se perfila no horizonte) é o ponto de vista dos países de acolhimento” (Monteiro, 1994). O imigrante típico planeia que a sua estada seja temporária, após a qual pretende voltar a casa (Piore, 1979: 50)

O retorno ou a permanência são projetos que vão sendo reconstruídos. Os fatores a ter em conta nos diversos momentos condicionam qualquer das opções e, por isso, as decisões acerca do regresso obedecem a “uma estrutura ambígua, contraditória, polifónica e condicional” como Paulo Monteiro também verificou nos meios (entrevistas e cartas) usados nos seus estudos sobre a emigração: “são sempre realizadas a várias vozes, com um concerto de temas a favor e contra a longínqua hipótese de um regresso sucessivamente adiado (Monteiro, 1994: 28). E, por vezes, os imigrantes verbalizam mesmo essa transformação do projeto, a reavaliação da mudança migratória, a influência de uma diversidade de fatores na concretização do cenário pensado. A reconstrução do projeto migratório e a justificação da permanência – por parte de quem representa o mito do retorno (Monteiro 1994) – obedecem, sempre que transparece essa reavaliação, ao critério financeiro e à perceção de que os objetivos não foram concretizados (ou vão sendo sucessivamente reprogramados).

[dizia à filha, que ficou] «*“Eu vou ficar de dois a três anos”, porque eu achava que não conseguia estar longe deles. Depois acaba acostumando com o tempo. Aí, eu falei para minha filha, até quando estava aqui há um ano, eu falei para ela “Olha, depois de um ano tenho que guardar dinheiro, mas eu não fico aqui mais de 2 anos não (...) Aí depois, agora que estão chegando os dois anos, a minha cabeça já mudou tudo (risos) (...) “Filha, eu não vou mais não. Eu vou esperar até 2008, deixa fazer três anos, depois vou”. E agora eu estou assim (...) Vou sempre repensando as coisas...»* [ent02_M1_Lisboa_2005].

«*Mais uns anos. Para trazer o pai, mãe, para conhecer. Vamos ver, se der certo... (...) Construir minha casa no Brasil, e ir embora (...) Nem prevejo. Vai demorar muito ainda. Tomara que não, né?»* [ent13_M2_Setúbal_2003].

«*Eu, principalmente, é assim: eu gosto de estar cá, mas eu tenho vontade de ir embora para o Brasil, sabe? Tenho saudades... O meu objectivo é eu comprar uma casa para mim e eu vou embora. Vou embora para o meu país (...) Eu não sei, porque o dinheiro que eu tinha eu gastei com ela [vinda da filha], então eu não tenho nada. Nada, nada, nada. Agora é começar tudo de novo»* [ent14_M2_Setúbal_2005].

«*Mas é aquela coisa, eu já marquei para mim que eu quero ir embora daqui a um ano, um ano e alguns meses. Mas a gente sempre fala isso e a gente nunca vai. Eu acho que vai chegar o momento de eu falar “eu vou embora”; e vou voltar, senão devendo, eu vou voltar sem nada»* [ent07_M2_Lisboa_2005].

«*Depois que ‘cê está, ‘cê se adapta e você pensa “agora tenho que trabalhar para valer a pena ter vindo aqui, não vou voltar para lá porque senão todo o dinheiro que eu fizer no salão vai ser para pagar um bilhete! Um bilhete de avião! (...) Eu podia estar até três meses, né? Mas depois, como eu estava a trabalhar, estava a gostar disso e não sei quê, quando fez os três meses eu cheguei ao pé do patrão e disse como que ia ser a minha vida, se ele queria que eu continuasse a trabalhar com ele, que ele tinha que me fazer um contrato, alguma coisa... (...) E, agora, é impensável voltar para o Brasil, porque sem o meu marido, eu não volto, né?»* [ent17_M_Setúbal_2004].

A regularização surge como um dos fatores a influenciar a partida ou a permanência, porque é ela que traz associada a possibilidade de trabalho e, assim, a continuidade de ganhos financeiros.

«*Olha, se eu tivesse condições, eu ia embora amanhã. Mas não tenho condições. Então, eu acho que, no máximo, até ao final do ano... Talvez possa ficar um pou-*

quinho mais, mas isso depende dos acontecimentos (...) Se eu conseguisse esses documentos, eu ficava um pouquinho mais. Se eu conseguisse esses documentos, o visto de trabalho, eu ficava um pouquinho mais. Na minha área aqui tem muito trabalho. Com 47 anos no Brasil, ainda bem que eu tenho com o que mexer lá. Ainda bem. Porque se fosse uma outra pessoa, no Brasil, com 47 anos, é muito massacrada essa idade» [ent09_H_Lisboa_2005].

A migração económica, ilustrada pelos anteriores testemunhos, é acentuada quando existe a necessidade do envio de dinheiro para a origem, para uma família (filha maior e neto), cuja dependência da permanência desta imigrante em Portugal se tornou a razão dos projetos de retorno adiados.

«Mas tenho medo de voltar e só tem eu e eles de novo e aí vai começar a sofrer por falta de dinheiro. Porque agora eu estou aqui e eu mando. E se eu estiver lá? Não vai ter quem dê! Então, eu falei com a minha filha, voltar agora eu já não volto mais» [ent02_M1_Lisboa_2005].

Há evidências, como houve na história da emigração portuguesa, de que o retorno também ocorre, pois alguns entrevistados referem casos de pessoas que já voltaram. Contudo, e dependendo do tempo que a fixação já tem (há entrevistados que já estavam em Portugal há oito anos quando da entrevista), assim como a construção de projetos de vida em Portugal – como a aquisição de casa ou nascimento de filhos – também entre a imigração brasileira poderá discutir-se o eterno mito do eterno (Monteiro, 1994).¹⁰⁹ Transparece, contudo, nos testemunhos dos imigrantes que pretende retornar, que o sucesso associado à migração será o de voltar para casa com dinheiro para investir, o tal não acontecerá enquanto persistirem problemas (como o sustento do próprio no destino ou o de familiares na origem) por resolver.

Também há os entrevistados que, mesmo em cenário de incerteza, assumem que pretendem fixar-se, como a entrevistada que atrás referiu que não vai sem o marido (casou com um português), ou os que sentem que é aqui que estão a construir a vida.

É, não faço gosto de ir para o Brasil mais, só a passeio. Não sei, conforme... Agora estou bem na vida, vamos lá ver... Mais para a frente o tempo vai dizer... [ent04_H_Setúbal_2000].

109. A discussão do eterno mito do retorno é feita por Monteiro (1994) com a referência da emigração portuguesa para os EUA, portanto entre dois países com línguas diferentes. Entre o Brasil e Portugal, a questão da educação dos filhos em escolas da mesma língua constitui fator atenuador das dificuldades que retornar com um filho a falar uma língua diferente, acarretava (no primeiro caso enunciado).

Ele: «O problema é que nós estamos ilhados aqui, a gente não pode voltar para o Brasil agora.»

Ela: «Comprar um apartamento para nós...(...)»

Ele: «a minha ideia é sempre voltar para o Brasil. Mas eu não sei se eu me adapto (...)»

«Eu gosto, adoro o meu país, apaixonado pelos meus filhos, a minha família, e tudo, mas a adaptação é um pouco complicada» [ent10_C_Setúbal_2002].

Seja para ficar mesmo no país, ou para poder trabalhar noutro país da Europa, estando estabelecido em Portugal, também pesam fatores quanto as projetos a realizar estando a residir em Portugal. A obtenção da autorização de residência pesa como fator preponderante no rumo dos projetos de vida.

«É ficar. Nós gostamos de Portugal e gostamos de vocês, portugueses, graças a Deus (...) Até porque é assim, com a residência, para mim, na minha área da hotelaria, já posso tentar a Espanha e posso tentar a França (...) Ganha-se muito mais lá fora. Sei que tenho essa oportunidade de ir, mas eu não posso ir sem a residência, entendeu? (...) [permanecendo em Portugal] Sim, faria uma temporada. Ficava lá 6 meses, e tal... para tentar ajudar e ir melhorando na vida» [marido ent01_C_Lisboa_2001].

10. TEMAS RECENTES DE INVESTIGAÇÃO

Dos temas mais recentes de investigação nas migrações, a feminização das migrações e a segunda geração de imigrantes não foram pensados inicialmente para este trabalho, porque não compõem as preocupações de análise das migrações laborais, nas suas fases iniciais. Mas emergiram como elementos que deverão ter um apontamento porque, por diferentes razões, caracterizam a mais recente emigração brasileira para Portugal.

Às migrações laborais associavam-se características predominantemente masculinas e o pressuposto de que as mulheres e restantes familiares (filhos) juntar-se-iam aos homens, pioneiros no movimento e vistos como mais empreendedores, depois de estes terem conseguido trabalho e condições de alojamento para poderem receber os seus familiares na sociedade de acolhimento, idealmente ao abrigo do estatuto da reunificação familiar. Em situações irregulares, como a que caracteriza o desenvolvimento da recente imigração brasileira, a vinda de cônjuges e familiares ocorria à margem deste estatuto, com novas entradas tornadas irre-

gulares sempre que a permanência excedia o período regulamentar de três meses sem visto.

Até aos anos 1970, os estudos das migrações não consideram as mulheres (Mahler, 1999; Pessar, 1999) mas, atualmente, em resultado da crescente feminização, a questão do género é uma das abordagens da academia ao estudo das migrações.¹¹⁰

A questão do género não foi colocada como central neste trabalho.¹¹¹ Porém, a feminização das migrações tem, na imigração brasileira em Portugal, um exemplo que não é menosprezável, pois as mulheres constituem 54% dos brasileiros residentes em situação legal em 2008, como já foi referido no capítulo anterior. Entre os entrevistados, foram entrevistadas 13 mulheres, três das quais em casal. Mais do que contemplar a migração de mulheres que vêm com os seus maridos, é interessante notar que seis mulheres empreenderam os movimentos sozinhas e sem enquadramento num projeto familiar, exceção feita a uma delas que invertera o padrão tradicional de vir ter com o marido, tendo ficado o marido à espera para vir depois. Mesmo que parte delas tenha vindo com apoio de amigos e ou familiares, estes não eram familiares diretos.

A maior migração de mulheres acompanha o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e significa que a reserva de trabalho disponível para se deslocar também se diversifica e aumenta, contribuindo para o crescimento das fontes de envio das remessas. A existência do equilíbrio entre homens e mulheres na migração e, principalmente, o predomínio destas últimas – como acontece entre os imigrantes nos EUA (Pessar, 1999) – convoca esforços analíticos e esta feminização veio a revelar-se uma dimensão a que teve de ser dada atenção para a análise da transformação do fluxo.

O predomínio feminino entre imigrantes, como acontece nos EUA e, aqui, entre imigrantes brasileiros, reflete uma reestruturação económica com o crescimento associado de indústrias feminizadas, como os serviços, os cuidados de saúde, a microeletrónica e a indústria têxtil (Pessar, 1999). As mulheres imigrantes vêm preencher os lugares entretanto postos à disposição porque existe o preconceito de que enquanto

110. Para o estudo do género na imigração brasileira em Portugal, cf. Padilla (2007b), Raposo e Togni (2009).

111. Quando foram selecionados os entrevistados, havia a preocupação de contemplar homens e mulheres, por se saber da representatividade de ambos no universo, assim como tentar incluir as profissões que os brasileiros mais exercem, pelo menos com visibilidade. E, havendo profissões exercidas maioritariamente por mulheres, estas teriam de ser, obrigatoriamente, incluídas na amostra.

mulheres e imigrantes, trabalham por menos, não se preocupam com postos de trabalho de fim de linha e estão mais habilitadas para certo tipo de trabalho rotineiro e com detalhes (Yen Lee Espiritu 1997, citado em Pessar 1999).

As profissões que as mulheres ocupam constituem uma questão central na emigração feminina, em particular nas marcadas pela irregularidade: ao contrário dos homens, que encontram colocação nas obras de construção civil, e estão mais expostos a fiscalização pela parte dos serviços de fronteiras, as mulheres tendem a exercer as suas profissões em locais onde permanecem mais resguardadas, como por exemplo no trabalho doméstico, em limpezas ou na prestação de cuidados a crianças ou idosos. Esta distinção entre a exposição e a proteção na irregularidade associada a profissões respetivamente masculinas e femininas torna-se uma representação que vem a ser incluída no fluxo de informação entre os migrantes pioneiros e os que estariam a candidatar-se a empreender o movimento, servindo para orientar a migração no sentido do favorecimento da feminização, e em particular da vinda de mulheres sozinhas. Embora ainda não fosse muito visível quando foram realizadas as entrevistas, começou a colocar-se o problema da dificuldade de trabalho na construção civil, pois foi o setor que primeiro sofreu os efeitos da corrente recessão internacional (Martin, 2009: 676) e em Portugal.

«Para mulher trabalhar de interna, para morar, para cuidar de criança, de idoso, tem bastante» [Ent02_M1_Lisboa_2005].

«Porque aqui, para mulher é mais fácil, para homem já é mais complicado e agora está ficando mais difícil, está tendo fiscalização de obras e para homem arrumar serviço é muito complicado (...) Eu falei para ela "Viu, se você estivesse solteira eu já tinha aqui casa para tomar conta de idoso, porque eu sei que você é uma pessoa responsável e faz bem feito, igual a eu. Eu falei para ela, e tinha, mas com o marido não dá» [Ent02_M1_Lisboa_2005].

«Aqui é muito difícil para homem» [Ent14_M2_Setúbal_2005].

Um conceito associado com feminização das migrações é o de maternidade transnacional (Hondagneu-Sotelo e Avila, 1997). Traduz o fenómeno que se verifica entre imigrantes latino-americanas nos EUA, em particular as que exercem atividade profissional como amas e empregadas domésticas (portanto imigrantes inseridas no setor dos serviços pessoais e domésticos que, segundo a entrevistada acima é, também, o que oferece mais possibilidades para imigrantes em Portugal), de deixarem os filhos no lugar de origem. No estudo que as autoras realizaram, 40% das mulheres com filhos tinham pelo menos uma das crianças no país de origem (Hondagneu-Sotelo e Avila, 1997).

Entre as entrevistadas, três deixaram os filhos no Brasil quando migraram. Uma era casada [ent06_M_Setúbal_1999], as outras duas já estavam separadas quando vieram [ent03M_Setúbal_2002 e ent14_M2Setúbal_2004], tendo as crianças ficado, respetivamente, com a mãe e com a cunhada (esta última entrevistada tinha cá a mãe). Duas destas entrevistadas já têm cá os filhos e apenas uma – que, entretanto, havia tido outro filho cá – ainda tinha a filha a residir no Brasil com os pais quando foi entrevistada.

A maternidade transnacional resulta, de acordo com estudos realizados, da combinação da procura de trabalho de imigrantes latinas nos Estados Unidos – em particular no serviço doméstico onde que se pretende que as mulheres permaneçam a viver nas casas de família em troca de salários insuficientes para manter crianças –, com a falta de trabalho nos lugares de origem (Hondagneu-Sotelo e Avila, 1997). Saliente-se que duas das imigrantes eram muito novas quando foram mães, e que as suas origens são a cidade de Governador Valadares, em dois casos, e Ipatinga (vizinha) noutra, localidades reconhecidas pela volumosa emigração para os Estados Unidos da América e onde o ato de emigrar parece estar ao alcance fácil de qualquer um. Localmente prevalecerá a representação de que as mulheres emigram e podem deixar os filhos na origem, pelo menos durante o período em que procuram obter condições para os ir buscar.

As autoras acentuam também os novos significados da maternidade. Ser mãe transnacional significa abandonar as crenças de que são as mães biológicas que devem educar as crianças, substituindo-as pela noção de que podem confiar em parentes e “outras mães” para educar os filhos, confiando largamente nas suas próprias mães para criar os netos, e tendo presente que o sustento dos filhos e assegurar o seu futuro é mais importante do que estar fisicamente presente (Hondagneu-Sotelo e Avila, 1997). A maternidade é assegurada com o ganho financeiro e a comunicação com os seus filhos através de fronteiras (Hondagneu-Sotelo e Avila, 1997).

«Entretanto estavam com a minha mãe e eu ligava todos os domingos. Todo o santo domingo, eu ia à papelaria, comprava dois cartões porque sai mais barato, é cinco euros cada cartão e eu falo uma hora, uma hora e meia, mais coisa menos coisa, é por um tempo. Se eu ligar do telefone fixo sai muito mais caro. Então, todo domingo eram dois cartões por domingo. Eu também conversava muito com os meus meninos, a gente sempre teve muitas fotos que a gente mandava e que eles mandavam...» [ent03_M_Setúbal_2002].

O estudo das dimensões de género na procura e oferta de trabalho imigrante, e do

papel das famílias de imigrantes e das redes sociais no processo de migração, resulta em evidências de que os membros da família podem desenvolver estratégias económicas com elementos que estão para além dos mercados de trabalho nacionais e prosseguem estratégias de reprodução social que se estendem através das fronteiras nacionais. A inspiração desta nova linha de investigação surgiu desta forma e explora a relação entre migração e emancipação da mulher. Uma das entrevistadas que deixou dois filhos no Brasil teve a mãe como grande impulsionadora da mudança – a imigrante era separada – e o testemunho demonstra bem a estratégia referida.

«Um dos motivos que me trouxe foi mais a insistência da minha mãe, eu não tinha muita vontade de vir para cá. Mas, como às vezes é muito fácil a gente ver o dinheiro que entra e não como ele é ganho, todo o mundo quer vir para cá (...) E ela cada vez mais empolgada, cada vez mais feliz e ansiosa que eu viesse depressa... que era para começar a enviar dinheiro» [ent03_M_Setúbal_2002].

A questão do género na emigração brasileira para Portugal remete, ainda, para a problemática do tráfico e da exploração sexual. A migração de prostitutas brasileiras tem sido, ao longo dos primeiros anos deste novo Século, frequentemente referida na imprensa, tendo o caso “Mães de Bragança” sido o mais mediático.¹¹² Segundo o então Diretor Central de Investigação, Pesquisa e Análise de Informação, em entrevista em 2008 já citada diversas vezes, a prostituição brasileira sempre tinha sido muito superior à de qualquer outra de origem estrangeira, constituindo-se como cerca de 70% das detidas. A prostituição brasileira começou a ser investigada em 1993, quando ainda estava associada a casas de alterne; há já uns anos transformou-se num negócio mais associado a apartamentos, gerido particularmente e sem casos de lenocínio associados.¹¹³

De acordo com o estudo sobre o tráfico de migrantes publicado em 2005 em Portugal, diferentes fontes fornecem também explicações diversas para a incidência da

112. A principal conclusão de um estudo feito sobre a imagem da mulher imigrante na imprensa portuguesa é a de que “a prostituição tem uma nacionalidade: a brasileira” e que “maioritariamente, a imagem que passa das imigrantes que escolhem Portugal como destino é a de mulheres brasileiras clandestinas e implicadas em redes de prostituição” (Santos, 2007: 122).

113. A propósito de uma conferência sobre o tráfico de pessoas, na Fundação Calouste Gulbenkian, notícia o Público de 5 de Março de 2005, em “Empresários da hotelaria implicados no tráfico de prostitutas brasileiras”, as declarações de João José Fernandes, então diretor da Oikos, e a propósito de um estudo da organização, refere que a maior parte dos angariadores de prostitutas brasileiras que se destinam ao mercado europeu, incluindo Portugal, são empresários ligados ao ramo da hotelaria que, em viagens de turismo ao Nordeste do Brasil, vão recrutar mulheres. Refere-se, ainda, a existência de oito rotas do tráfico de prostitutas brasileiras para Portugal e que Goiás é o estado mais frequente nas suas origens.

prostituição entre a imigração brasileira: o senso comum considera que sabem ao que vêm; organizações religiosas referem que as brasileiras são recrutadas por outros brasileiros para trabalhos em bares na Europa, mas sem saberem que são de alterne; outras ONG salientam a ingenuidade das mulheres do interior, que vêm com promessas de trabalho na restauração e hotelaria e acabam, ao engano, na prostituição (Peixoto e outros, 2005: 233).

Na realidade, o facto de o negócio em volta do sexo estar muito associado, na opinião pública, com as mulheres brasileiras, em virtude da imagem que é passada pela imprensa, é condição para que se torne um mercado de trabalho potencial para imigrantes que já cá residam. Uma das entrevistadas teve, numa casa de alterne, o seu último posto de trabalho antes de casar com um português e ir a trabalhar num negócio familiar.

«Nessa mesma altura, eu conheci algumas pessoas, também portuguesas, que conheciam e frequentavam uma casa de alterne. Como no lar eu já não estava a receber o que eu recebia, fui, então, para o bar de alterne (...). E como eu, no café, conhecia muita gente, o café não tinha boa fama, nesse mesmo café eu era como que um chamariz, portanto a minha patroa da altura não tinha problema nenhum em dizer para um cliente “Olha, paga aqui uma bebida para ela” (...). Então, quer dizer, entre trabalhar no café e trabalhar no alterne, olha, ganhava mais no alterne» [ent03_M_Setúbal_2002].

O estereótipo da mulher brasileira subjacente àquela associação da mulher ao negócio do sexo, na opinião pública, é verbalizado pelos próprios imigrantes, na primeira pessoa quando se sentiu discriminação (por serem mulheres), mas também por um homem que veicula o que considera ser a opinião da maioria, em especial de outros (os portugueses), demarcando-se parcialmente dessa opinião.

«Eu senti um preconceito muito grande, pelo facto de ser brasileira mulher. Porque aqui em Portugal existe muita prostituição, e a prostituição, pelo que eu ouvi dizer, na grande maioria são brasileiros que trabalham lá... Às vezes, mais brasileiros do que portuguesas. Então, acho que as pessoas tomam isso como base geral da situação, sabe?» [ent07_M2_2005].

«E já sofri muito com isso, de nos vincular a uma mulher interesseira, a uma mulher prostituta, a uma mulher com uma vida fácil, com uma vida vinculada não bem a prostituição mas vinculada a interesses financeiros, e a uma imediata ligação a xenofobia. E, por exemplo, eu sofri muito no princípio, quando os homens

se dirigiam a mim, que a gente pensava que era simpatia a gente se vê numa situação que era, como é que vocês falam...assédio» [ent11_M1_Setúbal_2003].

«Mas eu sofri muito de discriminação... Às vezes eu sou bem recebida; quando eu abro a boca, quando eu falo, imediatamente muda o tratamento (...).No SEF, nomeadamente, já vi contestada a minha carteira da Ordem por um funcionário do SEF, onde é que eu tinha arranjado a minha carteira da Ordem, a cédula... (...) Por ser brasileira, sim, por ser brasileira» [ent18_M_VFX_2002].

«Se for mulher é tratada como prostituta... Entendeu? Apesar de elas fazerem jus ao nome, porque uma quantidade delas vem para essa função, eu acredito que a maioria vem mesmo para trabalhar, entendeu?» [ent09_H_Lisboa_2005].

Relativamente ao segundo tema recente de investigação, a segunda geração de imigrantes em Portugal, é importante sublinhar que já existe alguma investigação realizada, embora tendo por objeto a população africana residente,¹¹⁴ e não são conhecidos estudos sobre a segunda geração de imigrantes brasileiros, ou mesmo de imigrantes adolescentes em Portugal, possivelmente por se considerar que ainda é cedo para ser estudada – e para comparar a inserção profissional dos pais e dos filhos, por exemplo – ou por numericamente não se justificar.

Situação divergente da portuguesa é a dos EUA, onde um quinto dos norte-americanos com idades inferiores a 18 anos é imigrante ou descendente de imigrantes, em especial da América Latina (Portes, 2006: 178), e onde já começaram a ser feitos estudos sobre os brasileiros.¹¹⁵ Mas terá sido uma área com expansão recente, porque se assinalava, no fim da década de 1990, que precisamente a segunda geração de imigrantes era uma das áreas que precisava de mais investigação (Gans, 1999).

A segunda geração de imigrantes brasileiros em Portugal corresponde aos descendentes dos que vieram no início dos anos 1990 e dos que vieram a partir do final da década. Em ambas as situações já se encontrarão casos de naturalizados português-

114. Cf. Machado (2007), que apresenta resultados do projeto de investigação *Jovens Descendentes de Imigrantes Africanos. Transição para a Integração ou para a Exclusão Social*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

115. A emigração brasileira para os Estados Unidos, que se terá desenvolvido na mesma época da que se dirigiu para Portugal no fim dos anos 1980, já teve como objeto de estudo as segundas gerações e imigrantes adolescentes residentes em Massachusetts, por Sales e Loureiro (2004), que salientam que ainda assim a população não é suficientemente numerosa para poder ser feito um estudo com conclusões extrapoláveis; e por (Menezes, 2002), que estuda outra localidade norte-americana.

ses, última etapa do processo de integração, processo que no contexto recente está mais facilitado.

O Brasil é o país mais representado entre as mães estrangeiras de nados vivos em 2006 em Portugal, com 31% (Peixoto, 2008). Entre os entrevistados, uma tinha um filho nascido cá, um aguardava para ser pai e um dos entrevistados mais tarde tinha acabado de ser pai. Todos os restantes não tinham filhos nascidos cá, apenas oito¹¹⁶ tinham filhos (menores e/ou maiores) com naturalidade brasileira.

Por se tratar de um fluxo imigratório que ainda não será suficientemente duradouro para a problemática das segundas gerações, a questão não havia sido prevista no projeto. No entanto, ressaltou uma realidade curiosa, que é três entrevistados serem filhos de imigrantes que já cá estavam quando eles vieram. São maiores de idade e pertenciam a um agregado familiar diferente, mas acabaram por vir para cá. Constituem uma segunda geração de imigrantes numa aceção diferente do conceito original, embora seja mesmo a mais literal – são imigrantes, filhos de imigrantes (e, portanto, uma segunda geração).

«Não, não. Primeiro veio a minha mãe. Quando se separou do meu pai, e tal, veio a minha mãe. A seguir veio esse meu irmão. E eu vim depois. Quando ela veio eu ainda estava no Japão» [ent08_H_Setúbal_2001].

«A minha mãe tem sete anos que está aqui» [ent14_M2_Setúbal_2005].

«E fiquei lá quatro anos, a minha mãe já estava cá» [ent15_H_Setúbal_2003].

116. Além das mulheres com filhos menores deixados ao cuidado das mães ou de alguém da família no Brasil, também homens tinham filhos (menores ou maiores) que permaneceram no Brasil (pelo menos inicialmente).

CONCLUSÕES

Foi objetivo deste trabalho explicar as transformações da emigração brasileira para Portugal nas últimas décadas. O fluxo migratório iniciado, ou pelo menos intensificado, no final dos anos de 1990 é diferente do fluxo anterior, pelo que não faz sentido explicá-lo como o resultado de processos de causalidade cumulativa imputáveis às consequências desse fluxo anterior. Justificava-se, pelo contrário, o seu estudo autónomo, procurando identificar os fatores específicos que estiveram na sua origem.

Revisitando o trabalho apresentado nas páginas anteriores, salientam-se agora as conclusões mais importantes que dele podem ser retiradas. Inicia-se a exposição com a apresentação das conclusões sobre as características da nova migração brasileira e o seu enquadramento particular. Apresentam-se, a seguir, as conclusões sobre os processos que estiveram na sua origem. Por fim, fazem-se algumas considerações de âmbito teórico sugeridas pelos resultados obtidos e sugerem-se pistas de investigação futura.

1.

Confirmou-se que o fluxo migratório em análise, que se terá intensificado no fim da década de 1990, é distinto do que o antecedeu durante as décadas de 1980 e 1990. São observáveis, em particular, três tipos de diferenças analiticamente relevantes: localizações geográficas muito precisas dos polos do movimento (no início do fluxo), tipo de migração (objetivamente e em termos de motivações), e circunstâncias históricas nacionais e internacionais, incluindo ao nível das políticas migratórias.

A emigração laboral brasileira iniciada no final dos anos de 1990 foi maioritariamente originária de Minas Gerais e dirigiu-se sobretudo para os distritos de Lisboa e Setúbal. Neste plano, distinguiu-se da emigração anterior, caracterizável, de início, como contracorrente migratória da emigração portuguesa para o Brasil, tendo por isso como destinos predominantes os distritos de onde haviam saído portugueses para o Brasil nas décadas anteriores. Progressivamente, este fluxo mais antigo autonomizou-se da lógica de contracorrente, passando então a ser um pouco mais polarizado quer no destino – região de Lisboa – quer na origem – Rio de Janeiro e São Paulo. De qualquer forma, o padrão geográfico da nova emigração brasileira manteve-se diferente da do fluxo anterior, sobretudo em termos de origem.

As profissões daqueles primeiros imigrantes brasileiros eram, em geral, mais qualificadas e as habilitações mais elevadas dos que as dos imigrantes mais recentes. As motivações da migração foram também diferentes. Entre os primeiros emigrantes

brasileiros para Portugal predominavam motivações migratórias associadas à fuga às várias dinâmicas de insegurização que então caracterizavam a sociedade brasileira, enquanto entre os novos migrantes laborais predominavam orientações de melhoria das condições materiais de vida e, em especial, de poupança para envio para a origem, pelo menos na primeira fase do ciclo migratório (e também se analisou o quanto os projetos migratórios se vão alterando ao longo do tempo, afastando-se progressivamente desse objetivo).

No que respeita à relação entre a população imigrante e dinâmicas de emigração, exige-se uma clarificação. Embora a imigração brasileira mais recente tenha um cariz laboral inequívoco, decorre da história dos fluxos migratórios entre o Brasil e Portugal uma heterogeneidade da população brasileira fixada em Portugal, pois esta foi constituída por fluxos diferentes, no essencial consecutivos, mas também, em pequena medida, coexistentes. Esses fluxos migratórios tiveram configurações geográficas e sociográficas tão contrastadas, e tão fracas relações entre si, que não faz sentido falar de diferentes fases da emigração brasileira para Portugal. Em rigor, o que encontramos são duas migrações distintas, em períodos consecutivos, que só se confundem por ser idêntica a nacionalidade dos seus protagonistas.

No que respeita às condições estruturais que enquadram esta migração, encontram-se, também aqui, diferenças relativamente ao fluxo anterior. De um cenário brasileiro de hiperinflação e dificuldade de planeamento de vida pelos indivíduos (fatores de repulsão entretanto atenuados), migrava-se para um país onde não havia hiperinflação e que vivia uma estabilidade social e económica sem comparação com a da sociedade de origem, onde à insegurança da inflação se somava a insegurança com origem na violência urbana. Passou-se, depois, para um quadro em que o desemprego de jovens do interior do Brasil parece explicar melhor a migração observável a partir de finais dos anos de 1990. De facto, os entrevistados para este trabalho eram, na sua maioria, jovens quando emigraram. E o destino português tinha, à época, condições estruturais atrativas, com uma expansão do mercado de trabalho, em particular na construção civil, resultante da continuidade dos investimentos em infraestruturas, em especial com a Expo 98, a Ponte Vasco da Gama e o Euro 2004, a que se juntavam as mudanças em curso no comércio, com o desenvolvimento da grande distribuição, e dos serviços em geral. À exceção de um caso (no âmbito de uma deslocação inicialmente enquadrada pela finalidade de estudos), a violência nunca foi espontaneamente verbalizada pelos entrevistados como fator de repulsão significativo.

Em termos de política de migração, o fluxo anterior desenvolveu-se numa fase anterior à politização da migração. O fluxo estudado neste trabalho foi, pelo contrário,

contemporâneo da maior politização da questão migratória na sociedade portuguesa, consubstanciada nos confrontos ideológicos em torno do estatuto especial das autorizações de permanência que contribuiu para diminuir a preponderante irregularidade inicial imigrante durante um período de controlo mais rígido da imigração, muito regulada a partir daí pelo mercado de trabalho.

No que concerne à ligação macro social entre migrações e mudança social, importa destacar que não se encontrou uma alteração societal no Brasil que pudesse ser considerada como fator impulsionador da nova migração para Portugal, pelo menos com a mesma nitidez com que foi possível fazê-lo aquando da análise do fluxo migratório anterior. Nessa altura, a medida político-económica de congelamento de poupanças, no Brasil, produziu a “gota de água” na avaliação negativa quanto à permanência em alguns migrantes anteriores. Essa mudança social com implicações alargadas existiu, mas teve de ser procurada internacionalmente e relaciona-se com medidas de restrição da entrada migratória noutro país, concretamente nos Estados Unidos da América, depois do 11 de setembro (mas com origem em políticas de reforço do controlo da fronteira Sul dos EUA anteriores a essa data). Para compreender a relação entre esta alteração e a emigração para Portugal foi necessário analisar o padrão da emigração brasileira e estabelecer relações analíticas num quadro de referência dos sistemas de migração (essencialmente com uma perspetiva relacional entre informação macro e microsociológica e procurando dados comparáveis em dois ou mais lugares no mesmo período).

No plano individual, do ponto de vista dos potenciais migrantes e do seu processo de decisão, as alternativas migratórias à situação de expectativas de vida não correspondidas que foram encontradas neste trabalho – desemprego e dívidas, entre outras – referiam-se, em termos de maior representação dos destinos, aos Estados Unidos da América. A emigração para esse destino era a mais conhecida e pautava-se por forte irregularidade, havendo essencialmente duas vias de acesso: terrestre (ilegal e indocumentada) ou aérea, exigindo pedido de visto de turismo, depois do qual os migrantes estendiam a sua estada. Essa rota começou a apresentar dificuldades durante os anos 1990, com o reforço do controlo externo por parte dos EUA, as quais se acentuaram a partir de 2001, com os acontecimentos do 11 de setembro.

2.

No levantamento das explicações das transformações assinaladas, a velocidade com que o fluxo migratório se constituiu apontava, desde logo, para uma hipótese muito concreta de explicação: um recrutamento organizado a partir do país de destino, posto em prática com objetivos muito claros de colocar trabalhadores migrantes brasileiros no mercado de trabalho português de então, com uma base

irregular associada à permanência (e não à deslocação, uma vez que não são necessários vistos de turismo nas deslocação de curta duração entre Portugal e o Brasil).

Essa hipótese era consistente com a grande mutação da emigração brasileira observável nos elementos associados à composição profissional do fluxo recente, ou seja, no tipo de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho. Como se documentou neste trabalho, de uma inserção maioritária no segmento primário do mercado de trabalho, os novos imigrantes brasileiros viriam a concentrar-se no segmento secundário.

Juntando o modelo analítico dos sistemas ao das redes sociais e recrutamento, e ao conceito de indústria de migração, foi possível conceber a relação entre a emigração brasileira mais antiga para os Estados Unidos e o surgimento do novo fluxo migratório para Portugal. Assim, a divulgação de oportunidades de trabalho e de bons salários em Portugal começava a ter eco no Brasil, em particular nas áreas de origem do maior fluxo de emigração para os EUA entretanto com dificuldades: Minas Gerais, cidade de Governador Valadares. Com aquela informação, que alcança potenciais emigrantes no Brasil também através das suas redes, desenvolve-se uma indústria de apoio à emigração para Portugal, que terá usufruído de experiências prévias na mesma atividade com a emigração para a América do Norte.

A emigração para os Estados Unidos da América, a partir de Governador Valadares, era suficientemente conhecida e com garantias se afirma a existência de redes de migrantes bem estabelecidas. Muito possivelmente, também de outros estados, mas em torno deste fluxo migratório particular sabe-se que havia um negócio montado. Que nos tivesse sido informado, havia atravessadores terrestres de indocumentados (que, nos EUA se designam “coyotes”), assim como agiotas que disponibilizavam, a troco de juros elevados, dinheiro para esta travessia. Caso a alternativa fosse aérea, os brasileiros precisam de visto para entrar, mesmo em turismo (para estender a estadia depois), ao contrário do que acontecia para Portugal. O reforço do controlo da fronteira do México com os EUA, bem como a maior rigidez na atribuição de vistos durante os anos de 1990, processos reforçados e alargados depois do 11 de setembro de 2001, tiveram efeitos na diminuição do fluxo migratório dos brasileiros para a América do Norte e provocou a redução dos lucros de um negócio que procurou então alternativas.

No caso particular do destino português, a emigração e o negócio são facilitados pela partilha da língua e por menores custos, imputados aos migrantes, relativamente à

irregularidade – não se coloca o estigma do “indocumentado” nem a necessidade de solicitação de visto – que minoram a circunstância de estar em causa uma mudança de continente (o que não acontecia com a emigração tradicional para os EUA). Também foram relatadas diferenças climáticas favoráveis a Portugal no conjunto das vantagens comparativas. Na perspetiva do capital social, os intermediários que determinaram o acesso aos recursos da migração lucraram com as suas posições estruturais e ligaram dois agrupamentos de rede, como a localidade da emigração e a de imigração (Faist, 2000), constituindo-se como ponte entre redes e sub-redes. Muitos terão começado por ser migrantes pioneiros que aproveitaram para capitalizar socialmente a experiência tornando-se recrutadores.

3.

As discussões teóricas contemporâneas sobre o recrutamento (não governamental) organizado da migração envolvem, geralmente, as questões do tráfico, do contrabando e da exploração laborais. Estas realidades foram pouco significativas, se não mesmo inexistentes, no caso da emigração brasileira para Portugal. No entanto, sendo necessário analisar o auxílio à imigração ilegal, foi útil recorrer para o efeito à literatura sobre aquelas temáticas.

Na análise do recrutamento organizado e a troca de dinheiro, o presente trabalho baseou-se em estudos e testemunhos de entrevistados, que referem ter existido este tipo de atividade pela parte de migrantes pioneiros. Não foi possível, porém, entrevistar quem tivesse recorrido a esta modalidade de recrutamento ilegal para colocação de trabalhadores brasileiros no mercado de trabalho português. Assim, não se comprovou a existência de ligação direta entre a procura para um determinado posto de trabalho e a disponibilidade para o imigrante que estivesse a vir propositadamente do Brasil para o ocupar.

Na realidade, o acesso ao capital social na forma de recursos (obrigações, reciprocidade e solidariedade) e os benefícios que deles se retiram (o acesso a recursos de outros significativos, informação e controlo sobre outras pessoas) (Faist, 2000) terão sido a fonte mais importante para colocação dos migrantes no mercado de trabalho, bem como para obter informação sobre melhores oportunidades noutros setores, atividades ou postos de trabalho, uma vez no destino. Esta conclusão contraria e corrige a perspetiva clássica do potencial migrante individualizado e calculista na decisão e estuda o impacto das redes no comportamento dos indivíduos e a forma como constroem ou possibilitam o movimento e a fixação. Corrige, também, a perspetiva de Piore (1979), autor que explica o surgimento das migrações laborais pelo recrutamento e que tende a reduzir a orientação dos migrantes à maximização do rendimento do trabalho.

O que aconteceu depois de estabelecidos os pilares desta nova emigração, ao que tudo indica em consequência de uma reorientação (senão total, pelo menos parcial) da rota da emigração mineira para os EUA, foi um alargamento do campo da nova emigração brasileira para Portugal. Através de redes estabelecidas entre migrantes e potenciais migrantes noutros estados brasileiros, houve quem, não colocando a possibilidade de emigrar para os EUA por causa da diferença da língua e da maior dificuldade de deslocação, sobretudo quando feita por via terrestre, passasse a considerar a possibilidade de o fazer para Portugal. Membros bem posicionados nas redes funcionaram, ainda, como intermediários para colocação de novos imigrantes em determinados postos de trabalho, ainda que não tenha sido possível confirmar a existência, nestes casos, de compensações financeiras.

O recrutamento pode continuar a poder explicar o surgimento de migrações, como referia Piore (1979) e como referem Massey e outros (1993), mesmo sem haver um suporte estatal evidente à sua concretização. Neste trabalho concluiu-se que, não tendo havido inicialmente um recrutamento organizado da forma tradicional, isto é, através de acordos entre estados,¹¹⁷ era no entanto possível identificar a existência de articulações entre as redes intramigrantes brasileiras e os canais de acesso ao mercado de trabalho em Portugal. Concluiu-se, ainda, que as relações entre redes, políticas migratórias e outros fatores macroestruturais funcionam no sentido da facilitação da migração, contribuindo para viabilizar a situação dos imigrantes irregulares ao possibilitar que estes contornem constrangimentos que, de outra forma, seriam praticamente insuperáveis.

Neste âmbito, foi revisto um estudo de como se constrói a visão dos empregadores sobre o recrutamento pela rede e as vantagens que tem associadas (Waldinger e Lichter, 2004). Importava deslocar o ponto de vista para os migrantes. Na rapidez de estabelecimento do novo fluxo migratório, são as redes que constituem o fator de ativação do movimento, como aliás o precursor da visão do recrutamento como responsável pelas migrações laborais não excluía, ao afirmar que os esforços do recrutamento se entrosam com a informação de índole diversa que flui entre cada um dos polos do movimento (Piore, 1979). Alguma pressão migratória é porém necessária em qualquer caso de recrutamento e concomitante desenvolvimento das migrações. Na ausência de recrutamento estatal, é necessário que os migrantes se

117. Durante o desenvolvimento do fluxo foi celebrado um acordo de facilitação na contratação recíproca de nacionais do outro país, entre Portugal e o Brasil, que poderá ter facilitado ainda mais o fluxo migratório. Não foi, contudo, um seu impulsionador.

tornem concededores de oportunidades, contexto em que ganha relevo a operação de toda uma “indústria de migração” ao longo de todo o processo.

Como se discutiu no capítulo de enquadramento teórico, uma das singularidades dos laços e recursos que compõem as redes sociais é a de que são específicos do local, não sendo por isso facilmente transferíveis, em especial através de fronteiras internacionais, facto que explica a generalizada imobilidade populacional relativa, para utilizar uma expressão de Faist (2000). Deve-se, esta dificuldade, ao facto de o investimento contínuo em relações com outros valorizados pelos atores sociais trazer vantagens acumuladas que são frequentemente impossíveis de transferir, e ao facto de a migração levar à sua perda parcial ou completa, uma vez que a manutenção desses laços à distância implica custos. Se a tal se juntar a utilidade circunscrita de recursos como a experiência ou a qualificação profissional, mais difícil se torna a possibilidade da transferência do capital social que circula no campo migratório. O facto de se tratar de uma migração laboral explica alguma da facilitação relativa da transferência de capital social no último sentido mencionado, já que, nesta, um dos recursos que mais se valoriza é o que se associa, em forma de estereótipo, ao “ser brasileiro”.

No alargamento das migrações a outros locais no Brasil, onde o acesso a redes ainda não estava consolidado, é particularmente interessante o exemplo de como o capital social como recurso local que limita a mobilidade nos estágios iniciais da migração se transforma, depois, em correia de transmissão e acelera o movimento internacional nos estágios mais tardios (Faist, 2000: 14). Uma entrevistada de São Paulo, quando ainda havia intermediários ligados à indústria de migração (em 2002), não emigrou, também porque estava em causa a manutenção de laços de base comunitária – neste caso familiar – que tiveram o papel de prolongar a permanência (De Jong e Fawcett, 1981; Hugo, 1981). O contexto não era o de Minas Gerais e Governador Valadares, e portanto emigrar era menos acessível. Em 2005, quando as necessidades de sustento da família se revelaram uma necessidade maior, e a entrevistada já tinha uma amiga que havia emigrado, o movimento concretiza-se. Com este exemplo, também se reforça a associação do surgimento de migrações a momentos críticos que são circunstâncias em que surge a motivação para a transferência de recursos locais (Faist, 2000: 125).

Pretendíamos demonstrar que a rapidez com que a emigração se desenvolveu sugeria ações de recrutamento de migrantes através de redes sociais. Não tendo sido possível confirmar a hipótese do recrutamento laboral organizado direto e com fins lucrativos com finalidades muito definidas de colocação do imigrante no mercado

de trabalho, identificou-se, contudo, a existência de uma estrutura de organização paralela, através das viagens e “venda” dos procedimentos que deviam ser seguidos para que a entrada não fosse impedida e pudesse efetivar-se o processo de migração. Esta indústria viabiliza a vinda dos imigrantes sempre em contexto de ligações sociais e conhecimentos de outros brasileiros em Portugal, em especial com aqueles que representaram a ligação (posterior) com o mercado de trabalho português, cuja representação transmitida à origem era o de um mercado com vagas e oportunidades financeiras vantajosas.

Mesmo para os imigrantes em que as redes não significaram o acesso a um emprego, como nos casos das burlas ou, simplesmente, das falhas ou do que se chamou, por conveniência, efeitos negativos daquelas – e que aconteceram – os imigrantes permaneciam em Portugal. Não foi pois por o acesso ao capital social e às redes ter sido mal sucedido no contexto de receção que os imigrantes eventualmente regressaram à origem ou reemigraram. Em alguns casos, a compra do bilhete foi um investimento que significou a contração de uma dívida no Brasil e a permanência era vista como o único meio para a liquidar. E enquanto a comparação entre os salários da origem e do destino favoreceu este último, os piores postos de trabalho disponíveis em Portugal continuaram com boa reputação.

4.

Por fim, não é intuito deste trabalho avançar com considerações sobre o futuro da emigração brasileira no atual contexto de crise. Parece pertinente a hipótese de que, com os impactos da recessão e na expectativa de não haver a curto prazo uma reativação das atividades económicas onde se encontravam os imigrantes brasileiros, essencialmente construção e restauração, estes vão retornar aos países de origem, como se previa que o fizessem os imigrantes nos EUA no final dos anos 1990 (Martin 2003: 679). As análises de Martin sugerem que a recessão de 2008 e a crise europeia que se lhe seguiu podem significar uma pausa num período de rápida globalização, que incluiu o aumento da migração e das remessas (Martin, 2009: 676).

De facto, tendo presente que as dinâmicas do mercado de trabalho são um dos mecanismos de regulação da migração, é plausível prever que a imigração estabilize e que haverá retornos. No entanto, mais do que deduzir tendências futuras, pretendeu-se com este trabalho elucidar processos sociais que se podem repetir em momentos históricos de mudança social e afetar diversos grupos de imigrantes, assim se conjuguem circunstâncias como as referidas. Os efeitos da crise são voláteis.

Como pistas para futura investigação num país que é, atualmente, de regime migratório misto, isto é, que até há pouco enviava e recebia migrantes laborais e, atualmente, estará a enviar mais do que recebe, sugerem-se essencialmente três linhas de investigação sobre a migração brasileira: análise da segunda geração de imigrantes brasileiros em Portugal; estudo da ligação entre retorno dos brasileiros e provável nova emigração portuguesa para o Brasil; novos fluxos de mobilidade internacional, em particular a induzida pela atribuição de bolsas de formação avançada e o conseqüente aumento do número de estudantes brasileiros de doutoramento e de pós-doutoramento em Portugal.¹¹⁸

118. No relatório SOPEMI da OCDE 2011 pode ler-se, a este propósito, o que é uma tendência internacional, pois é afirmado que “mais países mudaram a sua legislação para permitir que licenciados internacionais permaneçam e procurem trabalho. Os empregadores internacionais começaram a considerar estas pessoas – móveis e multilingues – como parte dos seus recursos humanos globais” (OCDE, 2011: 13).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELLA, Manolo I. (2004), "The role of recruiters in labor migration", em Douglas S. Massey, e J. Edward Taylor (orgs.), *International Migration. Prospects and Policies in a Global Market*, Oxford, Oxford University Press, pp. 201-211.
- ADORNO, Sérgio (2002), "Exclusão socioeconômica e violência urbana", *Sociologias* (8), pp. 84-135.
- ALMEIDA, João Ferreira de, CAPUCHA, Luís, COSTA, António Firmino da, MACHADO, Fernando Luís e TORRES, Anália (2007), "A sociedade", em António Reis (org.), *Retrato de Portugal. Factos e Acontecimentos*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 43-79.
- AMARAL, João Ferreira do (2007), "A economia", em António Reis (org.), *Retrato de Portugal. Factos e Acontecimentos*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 203-223.
- ANDREAS, Peter (2001), "The transformation of migrant smuggling across the U.S. Mexican Border", em David Kyle, e Rey Koslowski (orgs.), *Global Human Smuggling. Comparative Perspectives*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, pp. 107-125.
- APPLEYARD, Reginald (2001), "International migration policies: 1950-2000", *International Migration*, 39 (6), pp. 7-20.
- ARDITTIS, Solon (1990), "Labour migration and the single european market: a synthetic and prospective note", *International Sociology*, 5 (4), pp. 461-474.
- ARESTIS, Philip, PAULA, Luiz Fernando de e FERRARI-FILHO, Fernando (2009), "A nova política monetária: uma análise do regime de metas de inflação no Brasil", *Economia e Sociedade*, 18 (1), pp. 1-30.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira (2002), *Estar Aqui, Estar Lá... Uma cartografia da Vida entre o Brasil e os Estados Unidos*, Campinas, Núcleo de Estudos de População/Unicamp.
- BAGANHA, Maria Ioannis, MARQUES, José Carlos e GÓIS, Pedro (2004), "Novas migrações, novos desafios: a imigração do Leste europeu", *Revista Crítica de Ciências Sociais* (69), pp. 99-115.
- BAROU, Jaques (2001), *Europe, Terre d'Immigration. Flux Migratoires et Intégration*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane (2000), "Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15 (42), pp. 124-142.

BAUMGARTNER, Thomas, BURNS, Tom e DEVILLE, Philippe (1986a), "Inflation, politics and social change: actor-oriented systems analysis", em Thomas Baumgartner, Tom Burns e Philippe Deville (orgs.), *The Shaping of Socio-Economic Systems*, Montreux, Gordon and Breach Science Publishers, pp. 51-94.

BAUMGARTNER, Thomas, BURNS, Tom e DEVILLE, Philippe (1986b), "The shaping of socio-economic crisis: societal change and theoretical failure", em Thomas Baumgartner, Tom Burns e Philippe Deville (orgs.), *The Shaping of Socio-Economic Systems*, Montreux, Gordon and Breach Science Publishers, pp. 27-50.

BÓGUS, Lúcia (2007), "Esperança além-mar: Portugal no 'arquipélago migratório brasileiro'", em Jorge Macaísta Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, pp. 39-58.

BOISSEVAIN, Jeremy (1974), *Friends of Friends. Networks, Manipulators and Coalitions*, Oxford, Blackwell.

BOSWELL, Christina (2003), *European Migration Policies in Flux. Changing Patterns of Inclusion and Exclusion* (The Royal Institute of International Affairs ed.), Londres, Blackwell.

BOSWELL, Christina (2007a), "Migration control in Europe after 9/11: explaining the absence of securitization", *Journal of Common Market Studies*, 45 (9), pp. 589-610.

BOSWELL, Christina (2007b), "Theoryzing migration policy: is there a third way?" *International Migration Review*, 41 (1), pp. 75-100.

BOURDIEU, Pierre (1980), «Le capital social», *Actes de la Recherche en Sciences sociales* (31), pp. 2-3.

BRETTELL, Caroline, e HOLLIFIELD, James F. (orgs.) (2000), *Migration Theory. Talk Across Disciplines*, Nova Iorque, Routledge.

BROCHMANN, Grete (1999a), "Controlling Immigration in Europe", em Grete Brochmann, e Tomas Hammar (orgs.), *Mechanisms of Immigration Control. A Comparative Analysis of European Regulation Policies*, Oxford, Berg, pp. 297-334.

BROCHMANN, Grete (1999b), "The mechanisms of control", em Grete Brochmann, e Tomas Hammar (orgs.), *Mechanisms of Immigration Control. A Comparative Analysis of European Regulation Policies* Oxford, Berg, pp. 1-27.

BROEDERS, Dennis, e ENGBERSON, Godfried (2007), "The fight against illegal migration: identification policies and immigrants' counterstrategies", *American Behavioral Scientist*, 50 (12), pp. 1592-1609.

BURNS, Tom, e RUDQVIST, Anders (1986), "Socio-political cleavages: the illegitimate state and inflation in Latin America", em Thomas Baumgartner, Tom Burns e Philippe Deville (orgs.), *The Shaping of Socio-Economic Systems*, Montreux, Gordon Breach Science Publishers, pp. 134-161.

BURT, Ronald S. (2007), *Brokerage & Closure. An Introduction to Social Capital* (2.^a ed.), Nova Iorque, Oxford University Press.

CAETANO, José, GALEGO, Aurora e COSTA, Sofia (2005), "Portugal e o alargamento da União Europeia: alguns impactos sócio-económicos", *Análise Social*, XL (175), pp. 255-278.

CARDOSO, Eliana , e HELWEGE, Ann (1992), "Below the line: poverty in Latin America", *World Development*, 20 (1), pp. 19-37.

CARDOSO, F. Henrique (1991), "Democracia e desigualdades sociais", *Revista Crítica de Ciências Sociais* (32), pp. 23-27.

CARDOSO JR., José Celso (2001), "Crise e desregulação do trabalho no Brasil", *Tempo Social*, 13 (2), pp. 31-59.

CASA DO BRASIL DE LISBOA (2007), "A 2.^a vaga da imigração brasileira para Portugal (1998-2003). Estudo de opinião a imigrantes residentes nos distritos de Lisboa e Setúbal: informação estatística e elementos de análise", em Jorge Macaísta Mafreiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), pp. 227-246.

CASTLES, Stephen (2003), "Towards a sociology of forced migration and social transformation", *Sociology*, 37 (1), pp. 13-34.

CASTLES, Stephen , e MILLER, Mark J. (2003), *The Age of Migration. International Population Movements in the Modern World* (2.^a ed.), Hampshire, Palgrave MacMillan.

CASTRO, Marcus Faro de, e CARVALHO, Maria Izabel Valladão (2003), "Globalization and recent political transitions in Brazil", *International Political Science Review*, 24 (4), pp. 465-490.

CELADE - División de la Población (2006), *CEPAL - América Latina y el Caribe. Observatorio Demográfico n.º 1*, Santiago do Chile.

CERRUTTI, Marcela, e MASSEY, Douglas S. (2004), "Trends in Mexican Migration to the United States, 1965-1995", em Jorge Durand, e Douglas S. Massey (orgs.), *Crossing the Border: Research from the Mexican Migration Project*, Nova Iorque, Russel Sage Foundation, pp. 17-44.

CHASE-DUNN, Christopher (2005), "Social evolution and the future of world society", *Journal of World-System Research*, XI (2), pp. 171-192.

COELHO, Luciane Germano Simões (2007), *A emigração sob o Olhar de Quem Fica. Uma Análise das Experiências de Famílias do Município de Ipaba-MG*, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais (tese de mestrado).

COLEMAN, James (1988), "Social capital in the creation of human capital", *American Journal of Sociology*, 94 (Suplement), pp. s95-s120.

COLEMAN, James S. (2000,1990), "Social capital", em James S. Coleman (org.), *Foundations of Social Theory*, Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press, pp. 300-321.

CONSTANT, Amelie, e MASSEY, Douglas S. (2002), "Return migration by german guest workers: neoclassical versus new economic theories", *International Migration*, 40 (4), pp. 5-38.

COOK, Karen S., e EMERSON, Richard S. (1978), "Power, Equity and Commitment in Exchange Networks", *American Sociological Review*, 43 (5), pp. 721-739.

COOK, Karen S., EMERSON, Richard S. e GILLMORE, Mary R. (1983), "The distribution of power in exchange networks: theory and experimental results", *The American Journal of Sociology*, 89 (2), pp. 275-305.

CORNELLIUS, Wayne A., e TSUDA, Takeyouki (2004), "Controlling immigration: the limits of government intervention", em Wayne A. Cornelius, Philip L. Martin e James F. Hollifield (orgs.), *Controlling Immigration. A Global Perspective*, 2.ª ed., Stanford, Stanford University Press, pp. 3-48.

DASSETTO, Felice (1990), «Pour une théorie des cycles migratoires», em Albert Bastenier, e Felice Dassetto (orgs.), *Immigrations et Nouveaux Pluralismes. Une Confrontation de Sociétés*, Bruxelas, De Boeck Université, pp. 11-39.

DE JONG, G., e FAWCETT, T. (1981), "Motivations for migration: an assessment and value expectancy research model", em G. De Jong, e R. W. Gardner (orgs.), *Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries*, Nova Iorque, Pergamon Press, pp. 13-58.

DE JONG, Gordon F. (2000), "Expectations, gender, and norms in migration decision-making", *Population Studies*, 54 (3), pp. 307-319.

DELLASOPPA, Emilioa, BERCOVICH, Alicia M. e ARRIAGA, Eduardo (1999), "Violência, direitos civis e demografia no Brasil na década de 80: o caso da área metropolitana do Rio de Janeiro", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (39), pp. 155-176.

DONATO, Katharine M., e PATTERSON, Evelyn (2004), "Women and men on the move: undocumented border crossing", em Jorge Durand, e Douglas S. Massey (orgs.), *Crossing the Border. Research from the Mexican Migration Project*, Nova Iorque, Russel Sage Foundation, pp. 111-130.

DRUCK, Graça, e FILGUEIRAS, Luiz (2007), "Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula", *Revista Katálysis*, 10 (1), pp. 24-34.

DUARTE, Elisabeth Carmen, SCHNEIDER, Maria Cristina, PAES-SOUSA, Rômulo, SILVA, Jarbas Barbosa da e CASTILLO-SALGADO, Carlos Castillo (2002), "Expectativa de vida ao nascer e mortalidade no Brasil em 1999: análise exploratória dos diferenciais regionais", *Revista Panamericana de Salud Pública*, 12 (6), pp. 436-444.

DURAND, Jorge, e MASSEY, Douglas S. (2004), "What we learned from the Mexican Migration Project", em Jorge Durand, e Douglas S. Massey (orgs.), *Crossing the Border. Research from the Mexican Migration Project*, Nova Iorque, Russel Sage Foundation, pp. 1-14.

EISENSTADT, S. N. (1953), "Analysis of patterns of immigration and absorption of immigrants", *Population Studies* (7), pp. 167-180.

ELIAS, Norbert (1987, 1991), *La Societé des Individus*, Paris, Fayard.

ETTE, Andreas, e FAIST, Thomas (2007), "The Europeanization of national policies and politics of immigration: research, questions and concepts", em Thomas Faist, e Andreas Ette (orgs.), *The Europeanization of National Policies and Politics of Immigration. Between Autonomy and the European Union*, Hampshire, Palgrave Macmillan, pp. 3-31.

FAIRCHILD, Henry Pratt (1925), *Immigration. A World Movement and Its American Significance*, Nova Iorque, Macmillan.

FAIST, Thomas (2000), *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*, Oxford, Oxford University Press.

FAIST, Thomas (2002), "‘Extension du domaine de la lutte’: international migration and security before and after September 11, 2001", *International Migration Review*, 36 (1), pp. 7-14.

FAIST, Thomas, e ETTE, Andreas (2007), *The Europeanization of National Policies and Politics of Immigration. Between Autonomy and the European Union*, Hampshire, Palgrave Macmillan.

FAVELL, Adrian (2001), "Integration Policy and integration research in Europe: a review and critique", em T. Alexander Aleinikoff, e Douglas Klusmeyer (orgs.), *Citizenship Today. Global Perspectives and Practices*, Washington, Brookings Institution Press, pp. 349-399.

FAVELL, Adrian (2003), "Integration nations: the Nation-state and research on immigrants in Western Europe", *Comparative Social Research*, 22, pp. 13-42.

FAVELL, Adrian, e HANSEN, Randall (2002), "Markets against politics: migration, EU enlargement and the idea of Europe", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28 (4), pp. 581-601.

FAWCETT, James T. (1989), "Networks, linkages, and migratory systems", *International Migration Review*, XXIII (3), pp. 671-680.

FELD, Serge (2005), "Labor force trends and immigration in Europe", *International Migration Review*, 39 (3), pp. 637-662.

FINCKENAUER, James O. (2001), "Russian transnational organized crime and human trafficking", em David Kyle, e Rey Koslowski (orgs.), *Global Human Smuggling. Comparative Perspectives*, Baltimore, John Hopkins University Press, pp. 166-186.

FUSCO, Wilson, HIRANO, Fábio Yoiti e PERES, Roberta Guimarães (2002), *Brasileiros nos Estados Unidos e Japão, XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Ouro Preto, Minas Gerais.

GANS, Herbert J. (1999), "Filling in some holes: six areas of needed immigration research", *American Behavioral Scientist*, 42 (9), pp. 1302-1313.

- GARDNER, R. W. (1981), "Macrolevel influences on the migration decision process" in G. De Jong e R. W. Gardner (orgs). *Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries*. Nova Iorque: Pergamon Press, pp 59-89.
- GIDDENS, Anthony (1979), *Central Problems in Social Theory. Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*, Londres, MacMillan Press.
- GIDDENS, Anthony (1984), *The Constitution of Society*, Cambridge, Polity Press.
- GIDDENS, Anthony (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta.
- GIDDENS, Anthony (2000), *A Dualidade da Estrutura*, Oeiras, Celta.
- GÓIS, Pedro, MARQUES, José Carlos, PADILLA, Beatriz e PEIXOTO, João (2009), "Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal", *Migrações* (5), pp. 113-133.
- GOLDFRANK, Walter L. (2000), "Paradigm regained? The rules of Wallerstein's World-System method", *Journal of World-System Research*, 1 (2), pp. 150-195.
- GOODMAN, J. L. (1981), "Information, uncertainty, and the microeconomic model of migration decision making" in G. De Jong e R. W. Gardner (orgs). *Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries*. Nova Iorque: Pergamon Press, pp 130-148.
- GOZA, Franklin (1994), "Brazilian immigration to North America", *International Migration Review*, 28 (1), pp. 136-152.
- GOZA, Franklin (1999), "Brazilian immigration to Ontario", *International Migration*, 37 (4), pp. 764-789.
- Granovetter, Mark (1973), "The strength of weak ties", *American Journal of Sociology*, 78 (6), pp. 1360-1380.
- GURAK, Douglas T., e CACES, Fe (1992), "Migration, networks and the shaping of migration systems", em M. M. Kritz, Lin Lean Lim e H. Zlotnik (orgs.), *International Migration Systems. A Global Approach*, Oxford, Clarendon Press, pp. 150-176.
- HABERKORN, G. (1981), "The migration decision-making process: some social-psychological considerations", em G. De Jong, e R. W. Gardner (orgs.), *Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries*, Nova Iorque, Pergamon Press, pp. 252-278.

HAGAN, Jacqueline, ESCHBACH, Karl e RODRIGUEZ, Nestor (2008), "U.S. deportation policy, family separation, and circular migration", *International Migration Review*, 42 (1), pp. 64-88.

HANSEN, Randall (2003), "Migration to Europe since 1945: its history and its lessons", em Sarah Spencer (org.), *The Politics of Migration. Managing Opportunity, Conflict and Change*, Oxford, Blackwell Publishing, pp. 25-38.

HARRIS, John Harris, e TODARO, Michael P. (1970), "Migration, unemployment and development: a two-sector analysis", *The American Economic Review*, 60 (1), pp. 126-142.

HECHTER, Michael, e KANAZAWA, Satoshi (1997), "Sociological rational choice theory", *Annual Review of Sociology* (23), pp. 191-214.

HILLER, Harry H., e FRANZ, Tara M. (2004), "New ties, old ties and lost ties: the use of the internet in diaspora", *New Media & Society*, 6 (6), pp. 731-752.

HOLLIFIELD, James F. (2004), "The emerging migration state", *International Migration Review*, 38 (3), pp. 885-912.

HOMANS, George C. (1951, 1992), *The Human Group*, Nova Jersey, Transaction Publishers.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette, e AVILA, Ernestine (1997), "'I'm here, but I'm there". The meanings of Latina transnational motherhood", *Gender & Society*, 11 (5), pp. 548-571.

HUGO, Graeme J. (1981), "Village-community ties, village norms and ethnic and social networks: a review of evidence from the Third Worlds", em G. De Jong, e R. W. Gardner (orgs.), *Migration Decision Making. Multidisciplinary Approaches to Micro-level Studies in Developed and Developing Countries*, Nova Iorque, Pergamon Press, pp. 186-224.

HUNTER, Wendy, e SUGIYAMA, Natasha Borges (2009), "Democracy and social policy in Brazil: advancing basic needs, preserving privileged interests", *Latin American Politics and Society*, 51 (2), pp. 29-58.

IOM (2003), *World Migration 2003*, Genebra.

IREDALE, Robyn (2001), "The migration of professionals: theories and typologies", *International Migration*, 39 (5), pp. 7-26.

JACKSON, John (1991), *Migrações*, Lisboa, Esher/Celta.

JANSEN, Clifford. (1969), "Some sociological aspects of migration", em John A. Jackson (org.), *Migration*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 60-73.

JOHNSON, James J., e SALT, John (1990), "Labour migration: the general context", em James J. Johnson, e John Salt (orgs.), *Labour Migration. The Internal Geographical Mobility of Labour in the Developed World*, Londres, David Futton Pub, pp. 1-13.

JOPPKE, Christian (2005), "Exclusion in the Liberal State: the case of immigration and citizenship policy", *European Journal of Social Theory*, 8 (1), pp. 43-61.

KELLEN, José van der (2005), *A Investigação do Auxílio à Imigração Ilegal e Criminalidade Conexa. A Experiência do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras*, Socius Working Papers n.º2/2005, [Working Paper]. Socius - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (ISEG), disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200505.pdf> 24 de fevereiro de 2005.

KHOO, Siew-Ean, HUGO, Graeme, MCDONALD, Peter (2008), "Which skilled temporary migrants become permanent residents and why?" *International Migration Review*, 42(1), pp. 193-226.

KLEIN, Herbert S. (1991), "The social and economic integration of Portuguese immigrants in Brazil in the late Nineteenth and Twentieth Centuries", *Journal of Latin American Studies*, 23 (2), pp. 309-337.

KOSLOWSKI, Rey (2001), "Economic Globalization, Human Smuggling, and Global Governance", em David Kyle, e Rey Koslowski (orgs.), *Global Human Smuggling. Comparative Perspectives*, Baltimore, John Hopkins University Press, pp. 337-358.

KRISSMAN, Fred (2005), "Sin coyote nin pátron: why the "migrant network" fails to explain the international migration", *International Migration Review*, 39 (1), pp. 4-44.

KRITZ, Mary M. (2002), "Time for a national discussion on immigration", *International Migration Review*, 36 (1), pp. 33-36.

KRITZ, Mary M., e GURAK, Douglas T. (1979), "International migration trends in Latin America: research and data survey", *International Migration Review*, 13 (3), pp. 407-427.

KYLE, David, e DALE, John (2001), "Smuggling the state back in: agents of human smuggling reconsidered", em David Kyle, e Rey Koslowski (orgs.), *Global Human Smuggling. Comparative Perspectives*, Baltimore, pp. 29-57.

- LEE, Everett S. (1969), "A theory of migration", em J. A. Jackson (org.), *Migration*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 282-297.
- LEE, Heejin, e LIEBENAU, Jonathan (2000), "Time and the Internet at the turn of the Millenium", *Time & Society*, 9 (1), pp. 43-56.
- LEVITT, Peggy (2001), "Transnational migration: taking stock and future directions", *Global Networks*, 1 (3), pp. 195-216.
- LEVITT, Peggy, DEWIND, Josh e VERTOVEC, Steven (2003), "International perspectives on transnational migration: an introduction", *International Migration Review*, 37 (3), pp. 565-675.
- LEWIS, G. (1982), *Human Migration. A Geographical Perspective*, Nova Iorque, St. Martin's Press.
- LIANG, Zai , e YE, Wenzhen (2001), "From Fujian to New York: understanding the new chinese immigration", em David Kyle, e Rey Koslowski (orgs.), *Global Human Smuggling. Comparative Perspectives*, Baltimore, John Hopkins University Press, pp. 187-215.
- LIN, Nan (2002), *Social Capital. A Theory of Social Structure and Action*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LÓPEZ, José, e SCOTT, John (2000), *Social Structure*, Buckingham, Open University Press.
- LOUREIRO, Maria Rita (2001), "Instituições, política e ajuste fiscal. O Brasil em perspectiva comparada», *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16 (47), pp. 75-96.
- MACHADO, Fernando Luís (1997), "Contornos e especificidades da imigração em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas* (24), pp. 9-44.
- MACHADO, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta.
- MACHADO, Fernando Luís (2007), "Jovens como os outros? Processos e cenários de integração dos filhos de imigrantes africanos em Portugal", em António Vitorino (org.), *Imigração, Oportunidade ou Ameaça? Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração*, Estoril, Principia, pp. 169-197.
- MACHADO, Fernando Luís, e MATIAS, Raquel (2006), *Bibliografia sobre Imigração e Minorias Étnicas em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano.

MACHADO, Igor (2007), "Reflexões sobre as identidades brasileiras em Portugal", em Jorge Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), pp. 171-189.

MAHLER, Sarah J. (1999), "Engendering transnational migration", *American Behavioral Scientist*, 42 (4), pp. 690-719.

MANNING, Patrick (2005), *Migration in World History*, Nova Iorque, Routledge.

MARGOLIS, Maxine L. (1994), *Little Brazil. An Ethnography of Brazilian Immigrants in New York City*, Princeton, Princeton University Press.

MÁRMORA, Lelio (2002), *Las Políticas de Migraciones Internacionales*, Buenos Aires, Paidós.

MARTES, Ana Cristina Braga (2001), "Emigração brasileira: formação de mercados de consumo de produtos brasileiros no exterior", *RAE – Revista de Administração de Empresas* 8 (1), pp. 8-12.

MARTES, Ana Cristina Braga, e SOARES, Weber (2006), "Remessas de recursos dos imigrantes", *Estudos Avançados*, 20 (57), pp. 41-54.

MARTIN, Philip (2009), "Recession and migration: a new era for labor migration?" *International Migration Review*, 43 (3), pp. 671-691.

MARTINS, Carlos Eduardo (2007), "O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas", *Revista Katálysis*, 10 (1), pp. 35-43.

MASSEY, Douglas (1995), "The new immigration and ethnicity in the United States", *Population and Development Review*, 21 (3), pp. 631-652.

MASSEY, Douglas, ALARCON, R., DURAND, Jorge e GONZALEZ, H. (1987), *Return to Aztlan. The Social Process of International Migration from Western Mexico*, Berkeley, University of California Press.

MASSEY, Douglas, ARANGO, Joaquin, HUGO, Graeme, KOUAUCI, Ali, PELLEGRINO, Adela e TAYLOR, J. Edward (1993), "Theories of international migration: a review and appraisal", *Population and Development Review*, 19 (3), pp. 431-466.

MASSEY, Douglas, GOLDRING, Luin e DURAND, Jorge (1994), "Continuities in transnational migration: an analysis of nineteen Mexican communities", *American Journal of Sociology*, 99 (6), pp. 1492-1533.

MASSEY, Douglas S. (1988), "Economic development and international migration in comparative perspective", *Population Development Review*, 14 (3), pp. 383-413.

MASSEY, Douglas S., ARANGO, Joaquin, HUGO, Graeme, KOUAOUCI, Ali, PELLEGRINO Adela e TAYLOR, J. Edward (orgs.) (1998), *Worlds in Motion. Understanding International Migration at the End of the Millennium*, Oxford, Oxford University Press.

MASSEY, Douglas S., GLODRING, Luin e DURAND, Jorge (1994), "Continuities in transnational migration: an analysis of nineteen Mexican communities", *American Journal of Sociology*, 99 (6), pp. 1492-1533.

MENEZES, Gustavo (2002), "Filhos da imigração: a segunda geração de brasileiros em Connecticut", em Ana Cristina Braga Martes (org.), *Fronteiras Cruzadas. Etnicidade, Gênero e Redes Sociais*, São Paulo, Paz e Terra, pp. 157-174.

MENJÍVAR, Cecilia (2000), *Fragmented Ties. Salvadoran Immigrant Networks in America*, California, University of California Press.

MERCKLE, Pierre (2004), *Sociologie des Réseaux Sociaux*, Paris, La Découverte & Syros.

MIGUEZ, Eduardo José (2003), "Introduction: Foreign mass migration to latin america in the nineteenth and twentieth centuries: an overview", em Samuel L. Baily, e Eduardo José Míguez (orgs.), *Mass Migration to Modern Latin America*, Blue Ridge Summit, Rowman & Littlefield, pp. xxv-xiii.

MILES, Robert (1990), "Whatever happened to the sociology of migration?" *Work Employment & Society*, 4 (2), pp. 281-298.

MILES, Robert e SATZEWICH, Victor (1990), "Migration racism and postmodern capitalism", *Economy and Society* 19 (3).

MITCHELL, J. Clyde (1974), "Social networks", *Annual Review of Anthropology*, 3, pp. 279-299.

MONTEIRO, Paulo Filipe (1994), *Emigração. O Eterno Mito do Retorno*, Oeiras, Celta Editora.

MOZZICAFREDDO, Juan (1997), *Estado Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

MULLAN, B.P. (1989), "The impact of social networks on the occupational status of migrants", *International Migration* 27 (1), pp. 69-85.

NAOTO, Higuchi (2003), "Migration Process of Nikkey Brazilians", Comunicação apresentada no *Emigración Latinoamericana. Comparación Interregional entre América del Norte, Europa y Japón*, Osaka, setembro 2003, Center for Area Studies, pp. 379-406.

NETO, Hélio Póvoa (2006), "A imagem da imprensa sobre a emigração brasileira", *Estudos Avançados* 20 (57), pp. 25-39.

NINOMIYA, Masato (2006), *O centenário da imigração japonesa para o Brasil e as perspectivas para o futuro*. Universidade de Nanzan, Nagóia, Japão.

NUNES, Edison (1986), "Movimientos y prácticas urbanas en el Brasil", *Revista Mexicana de Sociología*, 4 (86), pp. 73-86.

OCDE (2008a), *Growing Unequal? Income Distribution and Poverty in OECD Countries*.

OCDE (2008b), *International Migration Outlook*, SOPEMI 2008.

OCDE (2011), *International Migration Outlook*, SOPEMI 2011.

OLIVEIRA, Catarina Reis de (2011), "Chinese entrepreneurship in Portugal: traditional ethnic strategies?" *Global Journal of Human Social Science*, 11 (4).

ORRENIUS, Pia M. (2004), "The effect of U.S. border enforcement on the crossing behaviour of Mexican migrants", em Jorge Durand, e Douglas S. Massey (orgs.), *Crossing the Border: Research from the Mexican Migration Project*, Nova Iorque, Russel Sage Foundation pp. 281-298.

PADILLA, Beatriz (2005a), *Integration of Brazilian Immigrants in Portuguese Society. Problems and Possibilities*, Socius Working Papers n.º 1/2005. Socius - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (ISEG), disponível em: <http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1999/1/wp200501.pdf> [2005, 24 de fevereiro de 2005].

PADILLA, Beatriz (2005b), *Redes Sociales de los Brasileños Recién Llegados a Portugal. Solidariedad Étnica o Empatía Étnica?* Socius Working Papers n.º 2/2005. Socius - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (ISEG), disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200502.pdf> [2005, 31 de agosto de 2011].

PADILLA, Beatriz (2007a), "Acordos bilaterais e legalização: o impacto na integração dos imigrantes brasileiros em Portugal", em Jorge Macaísta Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), pp. 217-226.

PADILLA, Beatriz (2007b), "A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise", em Jorge Macaísta Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), pp. 113-134.

PAIVA, Paulo (2006), "Lula's political economy: changes and challenges", *Annals, AAPSS* (606), pp. 195-215.

PAOLI, Célia (1991), "Movimentos sociais, cidadania, espaço público: perspectivas brasileiras para os anos 90", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Actas do 1.º Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais (33), pp. 115-133.

PARK, Robert Ezra (1930), "Assimilation, social", em E. Seligman, e A. Johnson (orgs.), *Encyclopedía of the Social Sciences*, Nova Iorque, Macmillan.

PARKIN, Frank (1979), *Marxism and Class Theory. A Bourgeois Critique*, Londres, Tavistock.

PATARRA, Neide, e BAENINGER, Rosana (2006), "Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21 (60), pp. 83-102.

PATARRA, Neide Lopes (2005), "Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo. Volumes, fluxos, significados e políticas", *São Paulo em Perspectiva*, 19 (3), pp. 23-33.

PEIXOTO, João (1999a), "A emigração", em Francisco Bethencourt, e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 152-181.

PEIXOTO, João (1999b), *A Mobilidade Internacional dos Quadros*, Oeiras, Celta.

PEIXOTO, João (2001), "Migrações e políticas migratórias na União Europeia: livre circulação e reconhecimento de diplomas", *Análise Social*, XXXVI (158-159), pp. 153-183.

PEIXOTO, João (2002), "Strong market, weak state: the case of recent foreign immigration in Portugal", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28 (3), pp. 483-497.

PEIXOTO, João, (2004), *País de Emigração ou País de imigração? Mudança e Continuidade no Regime Migratório em Portugal*, Socius Working Papers n.º 2/2004 Socius - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (ISEG), disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200402.pdf4> [setembro de 2009].

PEIXOTO, João (2007), “Tráfico, contrabando e imigração irregular: os novos contornos da imigração brasileira em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas* (53), pp. 71-90.

PEIXOTO, João (2008), “A demografia da população imigrante em Portugal”, em Mário Lages, e Artur Teodoro de Matos (orgs.), *Portugal, Percursos de Interculturalidade*, Vol. 2, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), pp. 7-47.

PEIXOTO, João, e FIGUEIREDO, Alexandra (2007), “Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal”, em Jorge Macaísta Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), pp. 87-111.

PEIXOTO, João, SOARES, António Goucha, COSTA, Paulo Manuel, MURTEIRA, Susana, PEREIRA, Sónia e SABINO, Catarina (2005), *O Tráfico de Migrantes em Portugal. Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas*, Lisboa, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

PELLEGRINO, Adela (2003), *La Migración Internacional en América Latina y el Caribe. Tendencias y Perfiles de los Migrantes*, Santiago do Chile, Nações Unidas.

PELLEGRINO, Adela (2004), *Migration from Latin America to Europe. Trends and Policy Challenges* (Vol. no. 16), Genebra, IOM.

PENNINX, Rinus (2006), “Integration processes of migrants: research findings and policy lessons”, em Demetrios G. Papademetriou (org.), *Europe and Its Immigrants in the 21 st. Century. A New Deal or a Continuing Dialogue of the Deaf?*, Washington, Migration Policy Institute e Fundação Luso-Americana, pp. 31-52.

PEREIRA, Míriam Halpern (2007), “A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano”, *População e Sociedade* (14/15), pp. 41-50.

PESSAR, Patricia R. (1999), “Engendering migration studies: the case of new immigrants in the United States”, *American Behavioral Scientist*, 2 (4), pp. 577-600.

PETERSON, William (1958), "A general typology of migration", *American Sociological Review*, 23 (3), pp. 256-266.

PETRAS, Elizabeth McLean (1981), "The global labor market in the modern world-economy", em M. M. Kritz, C. B. Keely e S. M. Tomasi (orgs.), *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque, The Center of Migration Studies, pp. 44-63.

PIETERSE, Jan Nederveen (2003), "Social capital and migration", *Ethnicities*, 3 (1), pp. 29-58.

PINHO, Filipa (1993), *Processo de Decisão e Trajectória de Emigração do Brasil para Portugal*, ISCTE, Lisboa (dissertação de licenciatura no Seminário de Sociologia do Desenvolvimento).

PINHO, Filipa (2001), *Migrações e Processos Comunicacionais. O Caso dos Brasileiros em Portugal*, ISCTE, Lisboa (tese de mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação).

PINHO, Filipa (2007), "A imprensa na construção do processo migratório: a constituição de Portugal como destino plausível da emigração brasileira", em Jorge Macaísta Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), pp. 59-85.

PIORE, Michael (1979), *Birds of Passage. Migrant Workers and Industrial Society*, Nova Iorque, Cambridge University Press.

PIRES, Rui Pena (1993), "Immigration in Portugal: a typology", em Maria Beatriz Rocha-Trindade (org.), *Recent Migration Trends in Europe*, Lisboa, Universidade Aberta e Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, pp. 179-203.

PIRES, Rui Pena (1999), "A imigração", em Francisco Bethencourt, e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 197-211.

PIRES, Rui Pena (2002), "Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001", *Sociologia, Problemas e Práticas*(39), pp. 151-166.

PIRES, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta.

PIRES, Rui Pena (coord.), Fernando Luís Machado, João Peixoto e Maria João Vaz (2010), *Portugal. Atlas das Migrações Internacionais*, Lisboa, Tinta da China.

PIRES, Rui Pena, e PINHO, Filipa (2007), "Políticas de imigração em Portugal", em José Manuel Leite Viegas, Helena Carreiras e Andrés Malamud (orgs.), *Portugal no Contexto Europeu. Instituições e Política*, Vol. I, Lisboa, CIES-ISCTE e Celta Editora, pp. 137-160.

PNUD (2002), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2002. Aprofundar a Democracia Num Mundo Fragmentado*.

PNUD (2006), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2006. A Água para Lá da Escassez. Poder, Pobreza e a Crise Mundial da Água*.

PNUD (2007), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2007/2008. Combater as Alterações Climáticas. Soolidarietàade Humana num Mundo Dividido*.

PNUD (2009), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. Ultrapassar Barreiras. Mobilidade e Desenvolvimento Humanos*, Genebra, Palgrave Macmillan.

PORTES, Alejandro (1981), "Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration", em M. M. Krtiz, C. B. Keely e S. M. Tomasi (orgs.), *Global Trends in Migration. Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque, Center for Migration Studies, pp. 279-297.

PORTES, Alejandro (1997), "Immigration theory for a new century: some problems and opportunities", *International Migration Review*, 31 (4), pp. 799-825.

PORTES, Alejandro (1998, 1995), "Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview", em Alejandro Portes (org.), *The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship*, Nova Iorque, Russel Sage Foundation, pp. 1-41.

PORTES, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta.

PORTES, Alejandro (2000), "Capital social: as suas origens e aplicações na sociologia contemporânea", *Sociologia, Problemas e Práticas* (33), pp. 133-158.

PORTES, Alejandro (2003), "Conclusion: theoretical convergences and empirical evidence in the study of immigrant transnationalism", *International Migration Review*, 37 (3).

PORTES, Alejandro (2006), *Estudos sobre as Migrações Contemporâneas. Transnacionalismo, Empreendedorismo e a Segunda Geração*, Lisboa, Fim de Século.

PORTES, Alejandro, e DeWIND, Josh (2007), "A cross-atlantic dialogue: the progress of research and theory in the study of international migration", em Alejandro Portes, e Josh DeWind (orgs.), *Rethinking Migration. New Theoretical and Empirical Perspectives*, Nova Iorque, Berghahn Books, pp. 3-26.

PORTES, Alejandro, GUARNIZO, Luis E. e LANDOLT, Patricia (1999), "The study of transnationalism: pitfalls and promise of an emergent research field", *Ethnic and Racial Studies*, 22 (2), pp. 217-237.

PRYOR, Robin J. (1981), "Integrating international and internal migration theories", em M. M. Kritz, C. B. Keely e S. M. Tomasi (orgs.), *Global Trends in Migration. Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque, The Center of Migration Studies, pp. 110-129.

PUTNAM, Robert D. (1993), "The prosperous community: social capital and public life", *The American Prospect*, 4 (13), pp. 11-18.

PUTNAM, Robert D. (1995a), "Bowling alone: America's declining social capital", *Journal of Democracy* (61), pp. 65-78.

PUTNAM, Robert D. (1995b), "Tuning in, tuning out: the strange disappearance of social capital in America", *PS: Political Science and Politics*, 28 (4), pp. 664-683.

QUADROS, Waldir (2003), "Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990", *Economia e Sociedade*, 12 (1), pp. 109-135.

RAPOSO, Paulo, e TOGNI, Paula C. (2009), *Fluxos Matrimoniais Transnacionais entre Brasileiras e Portugueses: Género e Imigração*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

RAVENSTEIN, E.G. (1885), "The laws of migration", *Journal of Statistical Society of London*, 48 (2), pp. 167-235.

RAVENSTEIN, E.G. (1889), "The laws of migration", *Journal of the Royal Statistical Society*, 52 (2), pp. 241-305.

REA, Andrea, e TRIPIER, Maryse (2003), *Sociologie de l'immigration*, Paris, La Découverte.

REIS, José (2004), "Estado, mercado e comunidade: a economia portuguesa e a governação contemporânea", *Revista Crítica de Ciências Sociais* (70), pp. 81-100.

REIS, Maurício Cortez, e CAMARGO, José Márcio (2007), "Desemprego dos jovens no Brasil: os efeitos da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação", *Revista Brasileira de Economia*, 61 (4), pp. 493-518.

RITCHEY, P. Neal (1976), "Explanations of migration", *Annual Review of Sociology* (2), pp. 363-404.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1993), "Portugal: the new framework of migration policies", em Maria Beatriz Rocha-Trindade (org.), *Recent Migration Trends in Europe*, Lisboa, Universidade Aberta e Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, pp. 167-177.

RODRIGUEZ, Gregory (2004), "Mexican-americans and the mestizo Melting Pot", em Tamar Jacoby (org.), *Reinventing the Melting Pot. The New immigrants and What it Means to be American*, Nova Iorque, Basic Books, pp. 125-138.

RODRIGUEZ, Nestor (2004), "Workers wanted", *Work and Occupations*, 31 (4), pp. 453-473.

ROSSI, Pedro Linhares (2005), *Remessas de Imigrantes Brasileiros em Portugal. Inquérito por Amostragem a Imigrantes Brasileiros em Lisboa, Porto e Setúbal*, Socius Working Papers n.º 10/2004 (Instituto Superior de Economia e Gestão), Socius - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (ISEG), disponível em: <http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2036/1/wp200410.pdf> [2011, 26 de Janeiro].

SAINT-MAURICE, Ana (1997), *Identidades Reconstruídas. Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta.

SAINT-MAURICE, Ana, e PIRES, Rui Pena (1989), "Descolonização e migrações: os imigrantes dos PALOP em Portugal", *Revista Internacional de Estudos Africanos* (10-11), pp. 203-226.

SALES, Teresa, e LOUREIRO, Márcia (2004), "Imigrantes brasileiros adolescentes e de segunda geração em Massachusetts, EUA", *Revista Brasileira de Estudos da População*, 21 (2), pp. 217-239.

SALLUM JR., Brasílio (2003), "Metamorfoses do Estado brasileiro no final do Século XX", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (52), pp. 35-54.

SALT, John (1987), "Contemporary trends in international migration study", *International Migration*, 25 (3), pp. 241-250.

SALT, John (2000), "Trafficking and human smuggling: a European perspective", *International Migration* (N.º especial 2000/1), pp. 31-56.

SALT, John, e STEIN, Jeremy (1997), "Migration as a business: the case of trafficking", *International Migration* 35 (4), pp. 467-494.

SANCHEZ, Magaly (2006), "Insecurity and violence as a new power relation in Latin America", *Annals, AAPSS* (606), pp. 178-195.

SANTOS, Clara Almeida (2007), *Imagens de Mulheres Imigrantes na Imprensa Portuguesa. Análise do Ano 2003*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

SASSEN, Saskia (1995), "Immigration and local labor markets", em Alejandro Portes (org.), *The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship*, Nova Iorque, Russel Sage Foundation, pp. 87-127.

SASSEN, Saskia (2001), *The Global City. New York, London, Tokyo*, Princeton, Princeton University Press.

SASSEN, Saskia (2002), "Governance hotspots: challenges we must confront in the Post-September 11 world", *Theory, Culture & Society*, 19 (4), pp. 233-244.

SCHMIDT, Benicio Viero (1988), "Transición y crisis de gobernabilidad en Brasil", *Revista Mexicana de Sociología*, 2 (88), pp. 35-50.

SCHUERKENS, Ulrike (2005), "Transnational migration and social transformations: a theoretical perspective", *Current Sociology*, 53 (4), pp. 535-553.

SCHULLER, Tom, BARON, Stephen e FIELD, John (2000), "Social capital: a review and critique", em Stephen Baron, John Field e Tom Schuller (orgs.), *Social Capital. Critical Perspectives*, Oxford, Oxford University Press, pp. 1-38.

SCOTT, John (1991, 2000), *Social Network Analysis. A Handbook* (2.ª ed.), Londres, Sage.

SEF (2008), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*, Lisboa.

SEF (2010), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*, Lisboa.

SILVA, Luiz Antonio Machado da (2004), "Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano", *Sociedade e Estado*, 19 (1), pp. 53-84.

SIMMEL, George (1908, 1999), *Sociologie. Études sur les formes de la socialisation*, Paris, Puf.

SINGER, Audrey, e MASSEY, Douglas (1998), "The social process of undocumented border crossing", *International Migration Review*, 32, pp. 561-592.

SOARES, Carla Andrea (1997), *A Emigração de Cirurgiões-Dentistas Brasileiros para Portugal*, Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas (tese de mestrado).

SPENCER, Sarah (2006), "The challenge of integration in Europe", em Demetrios G. Papademetriou (org.), *Europe and Its Immigrants in the 21st. Century. A New Deal or a Continuing Dialogue of the Deaf?*, Washington Migration Policy Institute e Fundação Luso-Americana, pp. 1-29.

SPENER, David (2001), "Smuggling migrants through South Texas: challenges posed by Operation Rio Grande", em David Kyle, e Rey Koslowski (orgs.), *Global Human Smuggling. Comparative Perspectives*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, pp. 129-165.

STALKER, Peter (1994), *The Work of Strangers*, Genebra, International Labour Organization.

STALKER, Peter (2000), *Workers Without Frontiers. The Impact of Globalization on International Migration*, Genebra, International Labour Organization.

STALKER, Peter (2002), "Migration trends and migration policy in Europe", *International Migration*, 40 (5), pp. 151-179.

STARK, Oded , e BLOOM, David E. (1985), "The new economics of labor migration", *American Economic Review Papers and Proceedings*, 75 (2), pp. 173-178.

TAYLOR, J. Edward (1999), "The new economics of labour migration and the role of remittances in the migration process", *International Migration*, 37 (1), pp. 63-88.

TAYLOR, J. Edward (2004), "Remittances, savings and development in migrant-sending areas", em Douglas S. Massey, e J. Edward Taylor (orgs.), *International Migration. Prospects and Policies in a Global Market*, Oxford, Oxford University Press, pp. 157-173.

THOMPSON, Bryan (1983), "Social ties and ethnic settlement patterns", em W.C. McCready (org.), *Culture, Ethnicity and Identity. Current Issues in Research*, Nova Iorque, Academic Press, pp. 341-360.

TODARO, Michael P. (1969), "A model of labor migration and urban unemployment in less developed countries", *American Economic Review* (59), pp. 138-148.

TSUDA, Takeyuki, e CORNELIUS, Wayne A. (2004), "Japan: government policy, immigrant reality", em Wayne A. Cornelius, Philip L. Martin e James F. Hollifield (orgs.), *Controlling Immigration. A Global Perspective*, 2.^a ed., Stanford, Stanford University Press, pp. 439-476.

TURNER, Jonathan H. (1991), *The Structure of Sociological Theory* (5.^a ed.), Belmont, Wadsworth Publishing Company.

UN (1998), Recommendations on statistics of international migration, Rev 1, *Statistical Paper Series M*, Nova Iorque.

UN (2009), *International Migration Report 2006: A Global Assessment*.

UNDP (1990), *Human Development Report 1990*, Oxford University Press.

UNPD (1992), *Human Development Report 1992*, Oxford University Press.

UNPD (1994), *Human Development Report 1994*, Oxford University Press.

WALDINGER, Roger (2003, 1999), "Network, bureaucracy and exclusion: recruitment and selection in an immigrant metropolis", em Frank D. Bean, e Stephanie Bell-Rose (orgs.), *Immigration and Opportunity. Race, Ethnicity, and Employment in the United States*, Nova Iorque, Russel Sage Foundation, pp. 228-259.

WALDINGER, Roger, e FITZGERALD, David (2004), "Transnationalism in question", *American Journal of Sociology*, 109 (5), pp. 1177-1195.

WALDINGER, Roger, e LICHTER, Michael I. (2003), *How the Other Half Works: Immigration and the Social Organization of Labor*, Berkeley, University of California Press.

WATERS, Mary C. (1999), "Sociology and the study of immigration", *American behavioral Scientist*, 42 (9), pp. 1264-1267.

WEIL, Patrick (2001), "Access to Citizenship: a comparison of twenty-five nationality

laws”, em T. Alexander Aleinikoff, e Douglas Klusmeyer (orgs.), *Citizenship Today. Global Perspectives and Practices*, Washington, Brrokings Institution Press, pp. 17-35.

WENDEN, Catherine Withol de (2004), “Admissions policies in Europe”, em Douglas S. Massey, e J. Edward Taylor (orgs.), *International Migration. Prospects and Policies in a Global Market*, Oxford, Oxford University Press, pp. 286-294.

WORLD BANK (1988), *World Development Report 1988: Public Finance in Development*, World Bank and Oxford University Press.

WORLD BANK (1991a), *Social Indicators of Development 1990*, The Johns Hopkins University Press.

WORLD BANK (1991b), *World Development Report 1991. The Challenge of Development*, World Bank and Oxford University Press.

WORLD BANK (1996), *World Development Report 1996 - From Plan to Market*, World Bank and Oxford University Press.

WORLD BANK (1999), *World Development Report 1999/2000. Entering the 21st Century: The Changing Development Landscape*, Oxford University Press.

ZAFIROVSKY, Milan (1999), “What is really rational choice? Beyond the utilitarian concept of rationality”, *Current Sociology*, 47 (1), pp. 47-113.

ZLOTNIK, Hania (1999), “Trends of international migration since 1965: what existing data reveal”, *International Migration*, 37 (1), pp. 21-61.

ZOLBERG, Aristide R. (1999), “The politics of immigration policy: an externalist perspective”, *American Behavioral Scientist*, 42 (9), pp. 1276-1279.

FONTES

Entrevistas

Foram realizadas, e consideradas para o trabalho, 20 entrevistas semidiretivas, 18 das quais ocorreram entre janeiro e julho de 2007, nos distritos de Lisboa e de Setúbal. Duas complementares foram realizadas já em 2010, no distrito de Lisboa. As entrevistas foram gravadas num gravador digital, transcritas e analisadas com o auxílio do programa Maxqda. O guião, que pode ser consultado no anexo B, incidiu sobre a trajetória migratória, em torno dos seguintes pontos:

- caracterização do entrevistado;
- trajetória anterior à vinda para Portugal (percurso escolar, profissional, enquadramento familiar);
- trajetória para Portugal (motivações para a vinda, ligações sociais ao destino, redes de suporte para a deslocação);
- trajetória em Portugal (em particular, redes de suporte ao encontro de alojamento e à colocação no mercado de trabalho).

Entrevista 1: casal, realizada no dia 3 de Janeiro de 2007 em Lisboa, duração 1h33.

- Data da emigração: 2001.
- Residência à data da emigração: Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Profissão à data da entrevista: desempregado (ex-trabalhador na hotelaria); rececionista e empregada de limpeza.

Entrevista 2: mulher, realizada no dia 11 de Janeiro de 2007, duração 0h40.

- Data da emigração: 2005.
- Residência à data da emigração: Presidente Prudente, São Paulo.
- Profissão à data da entrevista: empregada interna a tomar conta de uma idosa.

Entrevista 3: mulher, realizada no dia 19 de Janeiro de 2007 em Sesimbra, duração 1h10.

- Data da emigração: fevereiro de 2002.
- Naturalidade: Central de Minas, Minas Gerais.
- Migração interna: viveu um período em Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Residência à data da emigração: Central de Minas, Minas Gerais.
- Profissão à data da entrevista: trabalhadora familiar em talho do marido.

Entrevista 4: homem, realizada no dia 4 de fevereiro de 2007, em Sesimbra, duração 1h03.

- Data da emigração: inverno de 2000.
- Naturalidade: Governador Valadares, Minas Gerais.
- Migração interna: viveu um período em Vitória, Espírito Santo.
- Residência à data da emigração: Governador Valadares, Minas Gerais.
- Profissão à data da entrevista: Ajudante de motorista de caminhão.

Entrevista 5: homem, realizada no dia 11 de fevereiro de 2007, em Sesimbra, duração 1h02.

- Data da emigração: 14 de agosto de 2001.
- Naturalidade: Santa Rita do Itueto, Minas Gerais.
- Residência à data da emigração: Santa Rita do Itueto, Minas Gerais.
- Profissão à data da entrevista: motorista de uma moagem.

Entrevista 6: mulher, realizada no dia 15 de março de 2007, no Barreiro, duração 0h59.

- Data da emigração: outubro de 1999.
- Naturalidade: Governador Valadares, Minas Gerais.
- Residência à data da emigração: Ipatinga, Minas Gerais.
- Profissão à data da entrevista: desempregada, trabalhava num hotel.

Entrevista 7: mulher, realizada no dia 16 de março de 2007, em Lisboa, duração 1h.

- Data da emigração: agosto de 2005.
- Naturalidade: Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Residência à data da emigração: Contagem, Minas Gerais.
- Profissão à data da entrevista: auxiliar de cozinha.

Entrevista 8: homem, realizada no dia 23 de março de 2007, em Setúbal, duração 1h03.

- Data da emigração: final de 2001.
- Naturalidade: Araçatuba, São Paulo.
- Residência à data da emigração: São Paulo, São Paulo.
- Migração internacional: Paraguai e Japão.
- Profissão à data da entrevista: desempregado à espera de nova colocação, operário na indústria automóvel.

Entrevista 9: homem, realizada a 28 de março de 2007, em Lisboa, duração 1h10.

- Data da emigração: março de 2005.
- Naturalidade: Goiânia, Goiás.
- Residência à data da emigração: Goiânia, Goiás.
- Profissão à data da entrevista: pintor da construção civil.

Entrevista 10: casal, realizada no dia 29 de março de 2007, em Caixas, duração 2h00.

- Data da emigração: fevereiro de 2002.
- Naturalidade: Volta Redonda, Rio de Janeiro.
- Residência à data da emigração: Ipatinga, Minas Gerais (ele).
- Migração interna: Coronel Fabriciano, Minas Gerais (antes de Ipatinga) (ele).
- Profissão à data da entrevista: motorista de transportes públicos (ele); estuda topografia em curso para desempregados (ela).

Entrevista 11: mulher, realizada no dia 31 de março de 2007, no Barreiro, duração 1h15.

- Data da emigração: outubro de 2003.
- Naturalidade: Governador Valadares, Minas Gerais
- Residência à data da emigração: Governador Valadares, Minas Gerais.
- Profissão à data da entrevista: empregada numa loja de telecomunicações.

Entrevista 12: mulher, realizada no dia 10 de maio de 2007, em Lisboa, duração 0h59.

- Data da emigração: Janeiro de 2003.
- Naturalidade: Londrina, Paraná.
- Residência à data da emigração: Londrina, Paraná.
- Profissão à data da entrevista: empregada de balcão numa loja de gelados.

Entrevista 13: mulher, realizada no dia 10 de maio, na Costa da Caparica, duração 0h43.

- Data da emigração: junho de 2003.
- Naturalidade: Governador Valadares, Minas Gerais.
- Residência à data da emigração: Coronel Fabriciano, Minas Gerais.
- Profissão à data da entrevista: desempregada, último posto de trabalho como empregada de hotel.

Entrevista 14: mulher, realizada no dia 14 de abril, na Costa de Caparica, duração 0h31.

- Data da emigração: fevereiro de 2005.
- Naturalidade: Governador Valadares, Minas Gerais.
- Residência à data da emigração: Governador Valadares, Minas Gerais.
- Migração interna: viveu em Vitória, Espírito Santo, durante 7 anos.
- Profissão à data da entrevista: empregada doméstica.

Entrevista 15: homem, realizada no dia 18 de junho de 2007, na Aldeia do Meco, duração 1h22.

- Data da emigração: julho de 2003.
- Naturalidade: Governador Valadares, Minas Gerais.
- Residência à data da emigração: Governador Valadares, Minas Gerais.
- Migração interna: Itabirina de Mantena.
- Profissão à data da entrevista: servente de pedreiro.

Entrevista 16: casal, realizada no dia 16 de julho de 2007, em Lisboa, duração 1h32.

- Data da emigração: dezembro de 2005 (ele).
- Naturalidade: Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Residência à data da emigração: Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Profissão à data da entrevista: músico em bares e entrevistador de estudos de mercado (ele).

Entrevista 17: mulher, realizada no dia 7 de agosto de 2007, em Sesimbra, duração 1h17.

- Data da emigração: junho de 2004.
- Naturalidade: Juáima, Minas Gerais.
- Residência à data da emigração: Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Profissão à data da entrevista: cabeleireira.

Entrevista 18: mulher, realizada no dia 8 de novembro de 2007, em Lisboa, duração 1h32.

- Data da emigração: 2002.
- Naturalidade: Monte Carmelo, Minas Gerais.
- Residência à data da emigração: Monte Carmelo, Minas Gerais.
- Profissão à data entrevista: advogada.

Entrevista 19: homem, realizada no dia 9 de novembro de 2010, em Lisboa, duração 0h55.

- Data da emigração: março de 2000.
- Naturalidade: Rio de Janeiro, Rio de Janeiro onde viveu meses.
- Residência à data da emigração: Caratinga, Minas Gerais.
- Migração interna: viveu em Colatina, Espírito Santo durante um ano e meio.
- Profissão à data da entrevista: eletricitista.

Entrevista 20: homem, realizada no dia 14 de novembro de 2010, em Lisboa, duração 0h37.

- Data da emigração: outubro de 1998.
- Naturalidade: São Paulo, São Paulo.
- Residência à data da emigração: Governador Valadares, Minas Gerais.
- Profissão à data da entrevista: soldador.

Foram ainda realizadas algumas entrevistas a informadores privilegiados e, embora algumas não tenham sido referenciadas no trabalho, todas foram úteis para o esclarecimento de algumas dinâmicas da emigração. Foram elas a: Juliana Iorio, jornalista e dinamizadora de uma comunidade no Orkut (7 de fevereiro de 2007); Euzali Pires, advogada, dinamizadora de uma comunidade no Orkut (28 de fevereiro de 2007); Gustavo Behr, então Presidente da Casa do Brasil (18 de abril de 200); Joaquim Oliveira, SEF; Renan Paes Barreto, Cônsul-Geral do Brasil em Lisboa (29 de julho de 2009).

Estatísticas: micro dados

Instituto Nacional de Estatística, *XII Recenseamento Geral da População (1981)*.

Instituto Nacional de Estatística, *XIII Recenseamento Geral da População (1991)*.

Instituto Nacional de Estatística, *XIV Recenseamento Geral da População (2001)*.

Ficheiros em suporte digital, em formato tabelas de Access, onde constam todos os indivíduos nascidos no estrangeiro e todos os indivíduos com nacionalidade estrangeira, sem registo de nome nem freguesia de residência. Os dados vieram, aliás, divididos em cinco tabelas semelhantes para cada um dos anos do recenseamento, para assegurar o segredo estatístico, o que inviabilizou alguns cruzamentos e consequente análise. Todas as tabelas traziam, contudo, a variável “país da mãe” e “país de nacionalidade”, que eram fulcrais na definição da amostra, entre todos os imigrantes, que se pretendia analisar, neste caso: “nascidos no Brasil” e “brasileiros”.

- A tabela 1 incluía as seguintes variáveis: país da mãe (naturalidade); país de nacionalidade; idade; sexo; estado civil; concelho da mãe (naturalidade).

- A tabela 2 incluía as seguintes variáveis: país da mãe (naturalidade); país de nacionalidade; concelho de residência; dimensão do aglomerado populacional.
- A tabela 3 incluía as seguintes variáveis: país da mãe (naturalidade); país de nacionalidade; concelho da mãe (naturalidade); nível de instrução; condição perante o trabalho; profissão (a 2 dígitos).
- A tabela 4 incluía as seguintes variáveis: país da mãe (naturalidade); país de nacionalidade; condição perante o trabalho; ramo de atividade (a 3 dígitos); situação na profissão; grupo socioeconómico.

Estatísticas: dados agregados

OCDE (2008a), *Growing Unequal? Income Distribution and Poverty in OCDE Countries*.

OCDE (2008b), *International Migration Outlook. SOPEMI 2008*.

PNUD (2002), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2002. Aprofundar a Democracia Num Mundo Fragmentado*, disponível em: <http://www.crescer.org/glossario/doc/143.pdf>

PNUD (2006), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2006. A Água para lá da Escassez. Poder, Pobreza e a Crise Mundial da Água*, disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/01_HDR06%20frontmatter_PT_revCA.pdf.

PNUD (2007), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2007/2008. Combater as Alterações Climáticas. Solidariedade Humana Num Mundo Dividido*, disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_complete.pdf.

PNUD (2009), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. Ultrapassar Barreiras. Mobilidade e Desenvolvimento Humanos*, disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf.

SEF (2008), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*, disponível em: <http://www.sef.pt/documentos/59/RIFA2008ReVIII.pdf#1>.

SEF (2010), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*, Lisboa, disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2010.pdf.

UNDP/PNUD (1990), *Human Development Report 1990*, Oxford, Oxford University Press.

UNPD/PNUD (1992), *Human Development Report 1992*, Oxford, Oxford University Press.

UNPD/PNUD (1994), *Human Development Report 1994*, Oxford, Oxford University Press.

United Nations (2009), *International Migration Report 2006. A Global Assessment*, disponível em: http://www.un.org/esa/population/publications/2006_MigrationRep/report.htm.

US Census Bureau, disponível em: <http://www.census.gov/>.

US Department of Homeland Security, *Yearbooks of Immigration Statistics*, disponíveis em: <http://www.dhs.gov/yearbook-immigration-statistics>.

World Bank (1988), *World Development Report 1988. Public Finance in Development*, Oxford University Press.

World Bank (1991a), *Social Indicators of Development 1990*, The Johns Hopkins University Press.

World Bank (1991b), *World Development Report 1991. The Challenge of Development*, Oxford University Press.

World Bank (1996), *World Development Report 1996. From Plan to Market*, Oxford University Press.

World Bank (1999), *World Development Report 1999/2000. Entering the 21st Century. The Changing Development Landscape*, Oxford, Oxford University Press.

Legislação principal

Aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, de 13 de setembro de 1960.

- Data: 13 de setembro de 1960.
- Âmbito: conclui acordo de vistos por troca de notas entre os governos português e brasileiro segundo o qual é permitido aos nacionais da outra parte contratante a entrada em território nacional com dispensa de visto.

Decreto-Lei n.º 126/72.

- Data: de 22 de abril de 1972.
- Âmbito: regula a execução da Convenção sobre a Igualdade de Direitos e Deveres entre brasileiros e portugueses, assinada em Brasília em 7 de setembro de 1971.

Decreto-Lei n.º 264-B/81.

- Data: 3 de setembro de 1981.
- Âmbito: Estabelece o regime geral da entrada, permanência e saída de estrangeiros do território nacional.

Decreto-Lei n.º 212/92.

- Data: 12 de outubro de 1992.
- Âmbito: primeira regularização extraordinária de permanência de estrangeiros em Portugal.

Decreto-Lei n.º 59/93.

- Data: 3 de março de 1993.
- Âmbito: revoga o DL 264-B/81 de 3 de setembro e o DL 333/82 de 19 de agosto e Estabelece o novo regime de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território nacional.

Decreto-Lei n.º 60/93.

- Data: 3 de março.
- Âmbito: regula as condições especiais de entrada e permanência em território português de nacionais de Estados membros da Comunidade Europeia e seus familiares.

Lei n.º 25/94.

- Data: 19 de agosto de 1994.
- Âmbito: alteração à Lei da nacionalidade (Lei n.º 37/81 de 3 de outubro).

Lei n.º 17/96.

- Data: 24 de maio.
- Âmbito: estabelece o segundo processo de regularização extraordinária dos imigrantes em situação irregular.

Decreto n.º 24/96.

- Data: 7 de setembro de 1996.
- Âmbito: aprova o Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil Relativo à Isenção de Vistos para titulares de passaportes válidos de ambos os países que desejarem entrar no território da outra Parte Contratante para missão cultural, negócios, cobertura jornalística e turismo.

Lei n.º 20/98.

- Data: 12 de maio de 1998.
- Âmbito: estabelece a regulamentação do trabalho de estrangeiros em território português.

Decreto-Lei n.º 244/98.

- Data: 8 de agosto de 1998.
- Âmbito: regula as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros de território nacional.

Decreto-Lei 65/2000.

- Data: 26 de abril de 2000.
- Âmbito: regulamenta o Decreto-Lei 244/98 de 8 de agosto, que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Decreto Regulamentar n.º 5-A/2000.

- Data: 26 de abril de 2000.
- Âmbito: regulamenta o Decreto-Lei 244/98 de 8 de agosto, que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000.

- Data: 14 de dezembro de 2000.
- Âmbito: aprova, para ratificação, o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000.

Decreto-Lei 4/2001.

- Data: 10 de Janeiro.
- Âmbito: altera o Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de agosto, que regula as condições de entrada, permanência e afastamento de estrangeiros do território nacional. Cria o título de autorização de permanência.

Decreto Regulamentar n.º 9/2001.

- Data: 31 de maio de 2001.
- Âmbito: alterações para adaptar a regulamentação prevista no Decreto Regulamentar n.º 5-A/2000, de 26 de abril, relativa à concessão de vistos de trabalho, à prorrogação de permanência, à concessão e renovação de autorização de residência, bem como regulamentar o novo regime jurídico da autorização de permanência.

Decreto-Lei n.º 34/2003.

- Data: 25 de fevereiro de 2003.
- Âmbito: transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/51/CE, do Conselho, de 28 de junho, que completa as disposições do artigo 26.º da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen, de 14 de junho de 1985, e a Diretiva n.º 2002/90/CE, do Conselho, de 28 de novembro, relativa à definição do auxílio à entrada, ao trânsito e à residência irregulares. Revoga o regime de concessão de autorizações de permanência.

Decreto-Lei n.º 154/2003.

- Data: 15 de julho de 2003.
- Âmbito: estabelece os termos de requerimento, da parte de cidadãos brasileiros, para aceder ao estatuto de igualdade de direitos e deveres ou de direitos políticos, previstos no capítulo 2 do título II do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000, devem requerê-lo, nos termos do presente diploma.

Decreto n.º 40/2003.

- Data: 19 de setembro de 2003.
- Âmbito: Acordo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil sobre a contratação recíproca de nacionais.

Decreto n.º 42/2003.

- Data: 20 de setembro de 2003.
- Âmbito: Acordo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil para a prevenção e repressão do tráfico ilícito de imigrantes.

Decreto n.º 43/2003.

- Data: 24 de setembro de 2003.
- Âmbito: Acordo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil sobre a facilitação de circulação de pessoas.

Decreto Regulamentar n.º 6/2004.

- Data: 26 de abril de 2004.
- Âmbito: regulamenta o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, patente no Decreto-Lei n.º 244/98 de 8 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de fevereiro.

Lei Orgânica n.º 2/2006.

- Data 17 de abril de 2006.
- Âmbito: Lei da nacionalidade, quarta alteração à Lei n.º 37/81 de 3 de outubro.

Lei n.º 23 de 2007.

- Data: 4 de julho de 2007.
- Âmbito: aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros de território nacional.

Decreto Regulamentar n.º 84/2007.

- Data: 5 de novembro de 2007.
- Âmbito: regulamenta a Lei n.º 23 de 2007.

Resolução do Conselho de Ministros n. 63-A/2007.

- Data: 3 de maio de 2007.
- Âmbito: aprovar e integra o Plano para a Integração dos Imigrantes, que consta do anexo e que dela faz parte integrante.

Resolução de Conselho de Ministros n.º 28/2008.

- Data: 15 de fevereiro de 2008.
- Âmbito: estabelece o número limite de vistos de residência a atribuir a estrangeiros até ao final do ano, de acordo com estimativas de necessidades de mão de obra.

Resolução de Conselho de Ministros n.º 50/2009.

- Data: 16 de junho de 2009.
- Âmbito: estabelece o número limite de vistos de residência a atribuir a estrangeiros até ao final do ano, de acordo com estimativas de necessidades de mão de obra.

Outra legislação (tratados/acordos bilaterais)

Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal firmado no Rio de Janeiro a 16 de novembro de 1953, publicado no *Diário Oficial* de 19 de Janeiro de 1955.

Acordo Cultural, de 07 de setembro de 1966, publicado no *Diário Oficial* de 7 de maio de 1968.

Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Portugal, publicado no *Diário Oficial* de 24 de setembro de 1971.

Protocolo Adicional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea, da Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Transnacional, de 15 de novembro de 2000.

Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, de 15 de novembro de 2000.

Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, de 1971, publicada no *Diário Oficial* de 14 de abril de 1972.

Artigos de imprensa

“Indústria de sequestros”, revista *Veja*, 24 de julho de 1991.

“Favelados armam barricadas contra tiroteios”, por Nelson Soares, *Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1994.

“Ocupação começou por favelas estratégicas - Áreas estão sendo escolhidas de acordo com o grau de periculosidade e topografia, e militares só sairão com o fim da criminalidade”, *Jornal do Brasil*, 20 de novembro de 1994.

“Último objetivo será a indústria de sequestros”, por Leandro Fortes, *Jornal do Brasil*, 21 de novembro de 1994.

“Diretor do SEF diz que lei de admissão de imigrantes é ‘falhanço rotundo’”, entrevista de Jarmela Palos ao diário *Público*, por Ricardo Dias Felner, 29 de agosto de 2005 (acedido online, em <http://www.publico.pt/Sociedade/director-do-sef-diz-que-lei-de-admissao-de-imigrantes-e-falhanco-rotundo-1231501>, no dia 29 de agosto de 2005).

“Brasileiros entram na UE por Espanha para tornar ‘rispidez’ de autoridades portuguesas”, por Nuno Amaral, Rio de Janeiro, no diário *Público* de 24 de março de 2008, página 6.

ANEXOS

Anexo A. Quadros

Anexo A.1 - Autorizações de residência permanente nos Estados Unidos concedidas a imigrantes brasileiros, por ano fiscal (1998-2008)

Ano	Nascidos no Brasil
1998	4.380
1999	3.887
2000	6.943
2001	9.448
2002	9.439
2003	6.331
2004	10.556
2005	16.662
2006	17.903
2007	14.295
2008	12.195

Fonte: US Department of Homeland Security, yearbooks of immigration statistics (1998 a 2008).

Anexo A.2 - População brasileira e estrangeira residente em Portugal (1988-2008)

Ano	Brasileiros	Total da população
1988	9.333	94.453
1989	10.520	101.011
1990	11.413	107.767
1991	12.678	113.978
1992	14.158	123.612
1993	15.731	136.932
1994	18.612	157.073
1995	19.901	168.316
1996	20.082	172.912
1997	19.990	175.263
1998	19.860	177.774
1999	20.851	191.143
2000	22.222	207.607
2001	47.338	350.878
2002	60.056	413.487
2003	64.428	433.150
2004	66.683	447.155
2005	63.608	414.659
2006	65.463	409.185
2007	66.354	435.736
2008	106.961	440.277

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, séries anuais, anos mais recentes disponíveis em <http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx>.

Nota: nos anos aplicáveis, inclui os vários estatutos legais (autorização de permanência, prorrogação de permanência, autorização de residência, vistos de longa duração).

**Anexo A.3 - Distribuição regional das origens dos emigrantes portugueses (1953-1963)
dos imigrantes brasileiros (1981 e 1991) e da totalidade dos imigrantes (1991), por regiões**

Regiões	1953/1963 (EPor)		1981 (IBr)		1991 (IBr)		1991 (Itotal)	
	N	%	N	%	N	%		
Total	204.164	100,0	18.225	100,0	24.383	100,0	452.502	100,0
Região Norte	83.985	41,1	6.420	35,2	8.059	33,0	91.720	20,4
Braga	15.165	7,4	951	5,2	1.378	5,7	20.243	4,5
Bragança	19.920	9,8	466	2,6	420	1,7	7.506	1,7
Porto	23.743	11,6	3.737	20,5	4.828	19,8	45.175	10,0
Viana do Castelo	8.987	4,4	554	3,0	717	2,9	10.214	2,3
Vila Real	16.170	7,9	712	3,9	716	2,9	8.582	1,9
Região Centro	85.954	42,1	6.213	34,1	7.025	28,9	91.519	20,3
Aveiro	20.395	10,0	2.006	11,0	2.654	10,9	27.434	6,1
Castelo Branco	2.872	1,4	90	0,5	160	0,7	7.151	1,6
Coimbra	11.806	5,8	1.434	7,9	1.384	5,7	16.152	3,6
Guarda	15.852	7,8	426	2,3	437	1,8	8.551	1,9
Leiria	7.484	3,7	498	2,7	720	3,0	18.101	4,0
Viseu	27.545	13,5	1.759	9,7	1.670	6,8	14.130	3,1
Região de Lisboa	10.828	5,3	4.786	26,3	7.939	32,5	222.527	49,2
Lisboa	6.279	3,1	4.111	22,6	6.600	27,1	160.042	35,4
Santarém	3.753	1,8	189	1,0	303	1,2	13.723	3,0
Setúbal	796	0,4	486	2,7	1.036	4,2	48.762	10,8
Região Sul	2.032	1,0	271	1,5	748	3,2	32.643	7,2
Beja	269	0,1	28	0,2	61	0,3	2.832	0,6
Évora	208	0,1	48	0,3	89	0,4	2.646	0,6
Faro	1.195	0,6	172	0,9	530	2,2	24.590	5,4
Portalegre	360	0,2	23	0,1	68	0,3	2.575	0,6
Ilhas	21.365	10,5	535	3,0	612	2,5	14.093	3,1
Açores	2.050	1,0	248	1,4	266	1,1	5.162	1,1
Madeira	19.315	9,5	287	1,6	346	1,4	8.931	2,0

Fonte: boletins da Junta de Emigração e INE, censos de 1981 e 1991.

**Anexo A.4 - Distribuição regional dos imigrantes brasileiros
(2001 e 2008)**

Regiões	2001		2008	
	N	%	N	%
Total	49.891	100,0	106.961	100,0
Região Norte	12.024	24,1	12.601	11,8
Braga	2.425	4,9	2.605	2,4
Bragança	529	1,1	435	0,4
Porto	7.340	14,7	8.240	7,7
Viana do Castelo	863	1,7	839	0,8
Vila Real	867	1,7	482	0,5
Região Centro	9.628	19,4	12.334	11,5
Aveiro	3.638	7,3	3.420	3,2
Castelo Branco	328	0,7	684	0,6
Coimbra	1.747	3,5	2.686	2,5
Guarda	547	1,1	357	0,3
Leiria	1.426	2,9	4.033	3,8
Viseu	1.942	3,9	1.154	1,1
Região de Lisboa	24.132	48,3	64.688	60,5
Lisboa	17.770	35,6	43.774	40,9
Santarém	920	1,8	7.986	7,5
Setúbal	5.442	10,9	12.928	12,1
Região Sul	3.063	6,2	15.131	14,1
Beja	236	0,5	1.187	1,1
Évora	354	0,7	1.297	1,2
Faro	2.283	4,6	11.982	11,2
Portalegre	190	0,4	665	0,6
Ilhas	1.044	2,0	2.171	2,0
Açores	471	0,9	916	0,9
Madeira	573	1,1	1.255	1,2

Fontes: INE, Recenseamento Geral da População de 2001 e SEF, estatísticas de estrangeiros.

Anexo A.5 - Grupos profissionais dos imigrantes brasileiros (1981, 1991 e 2001)

Grupo profissional	2001		1991		1981	
	N	%	N	%	N	%
Total	32.086	100,0	9.857	100,0	5.755	100,0
Dirigentes e quadros superiores	2.278	7,1	842	8,5	1.327	23,1
Especialistas das profissões científicas e técnicas	4.467	13,9	2.183	22,1	552	9,6
Técnicos e profissionais de nível intermédio	3.932	12,3	1.695	17,2	76	1,3
Pessoal administrativo e similar	2.386	7,4	1.102	11,2	893	15,5
Pessoal dos serviços e vendedores	5.927	18,5	1.503	15,2	776	13,5
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	345	1,1	327	3,3	955	16,6
Operários e trabalhadores dos transportes e não qualificados	12.693	39,6	2.147	21,8	1.154	20,1
Forças Armadas	58	0,2	58	0,6	22	0,4

Fonte: INE, recenseamentos gerais da população, 1981, 1991 e 2001, microdados.

Anexo A.6 - População com naturalidade brasileira por grupo etário, 1981-2001

Grupo etário	2001			1991			1981		
	N	%	% T	N	%	%T	N	%	%T
Total	49.891	100,0	100,0	24.383	100,0	100,0	18.225	100,0	100,0
Menos ou igual a 14 anos	4.706	9,4	10,1	4.517	18,5	15,1	2.771	15,2	42,6
15 a 39 anos	30.835	61,8	60,7	11.322	46,4	62,9	5.818	31,9	39,2
40 a 64 anos	9.933	19,9	23,2	4.042	16,6	16,8	5.772	31,7	14,0
65 anos e mais	4.417	8,9	6,0	4.502	18,5	5,3	3.864	21,2	4,2

Nota: % T (distribuição percentual da variável no total da população de naturalidade estrangeira).
Fonte: INE, recenseamentos gerais da população, 1981, 1991 e 2001, microdados.

Anexo B. Guião de entrevista

Dados de caracterização atual:

- idade;
- sexo;
- estado civil;
- profissão;
- escolaridade;
- filhos;
- região/cidade/zona onde mora em Portugal.

Trajectoria sociodemográfica e profissional no Brasil:

- naturalidade;
- com quem vivia;
- profissão dos pais;
- escolaridade atingida;
- ambiente familiar;
- percurso profissional;
- estado civil;
- filhos;
- profissão (última);
- região onde morava.

Processo de decisão:

- porquê sair do Brasil;
- alternativas consideradas e porquê;
- porquê Portugal em detrimento das outras;
- quanto tempo demorou o processo, quando começou e porquê;
- que expectativas tinha;
- quais eram as vantagens e as desvantagens de ficar e de ir, respetivamente.

Representação de Portugal:

- o que se lembra que sabia de Portugal antes de pensar emigrar;
- quando começou a pensar, procurou informar-se acerca de Portugal;
- através de que meios;
- o que veicularam estes meios;
- contacto com imigrantes portugueses no Brasil;
- mantinha contactos com quem já cá estava?
- o que é que eles lhe diziam de cá.

Migração para Portugal:

- ano;
- com quem;
- para que região/cidade;
- como veio, com quem, para onde;
- tentar identificar organização externa da viagem e do processo de estabelecimento (agências de viagens, amigos cá, recrutamento, etc.);
- procedimentos para arranjar casa; já tinha antes de vir? Arranjada por quem e onde? Mais brasileiros a viver com ... ?

Inserção no mercado de trabalho:

- procedimentos para arranjar trabalho;
- já tinha emprego antes de vir? Se sim, arranjado por quem;
- primeira profissão/posto de trabalho; havia mais brasileiros a trabalhar?
- vieram mais brasileiros trabalhar para esse primeiro local?
- e desde aí, como foi o percurso? Ainda o primeiro emprego? Continuou a utilizar contactos com brasileiros, ou não?

Questões legais:

- estatuto legal (à chegada e atual);
- primeiras impressões;
- primeiras dificuldades.

Redes de migração:

- antes de sair do Brasil;
- conhece pessoas que tenham emigrado?
- quem, quando, para onde (explorar)?
- com quem estivesse em Portugal, que lhe diziam de cá?
- papel que tiveram essas pessoas na vinda, nos procedimentos para arranjar trabalho, habitação, etc.;
- depois de sair do Brasil;
- contactos com o Brasil (como, regularidade, se voltou ao Brasil);
- pessoas que tenham vindo para cá... Quem, relação de parentesco, de onde, e que papel teve nos procedimentos para arranjar trabalho, habitação, etc.

Redes de sociabilidade/permanência/fixação:

- com quem? (nacionalidades);
- no Brasil: quem ficou, para onde voltaria?

Representações (explorar diferenças, semelhanças, etc.):

- representação do brasileiro versus representação do português;
- representação do Brasil *versus* representação de Portugal.

Avaliação:

- o que diz quando, os que pretendem emigrar, lhe perguntam sobre a vida em Portugal (poder de compra, trabalho, habitação, serviços)?
- o que ganhou, o que perdeu?
- como considera que é a sua vida por comparação com outros brasileiros que lá ficaram?
- e em comparação com outros imigrantes?
- e com os portugueses?

Planos:

- pensa ficar/ir?
- do que dependem esses planos?

